



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Miriam Santini de Abreu

Espaço e cotidiano no jornalismo:
crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis

FLORIANÓPOLIS (SC)

2019

Míriam Santini de Abreu

Espaço e cotidiano no jornalismo:

crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de doutora em
Jornalismo

Orientadora: Profa. Dra. Gislene da Silva

Florianópolis (SC)

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Abreu, Miriam Santini de
Espaço e cotidiano no jornalismo : crítica da cobertura
da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis / Miriam
Santini de Abreu ; orientador, Gislene da Silva, 2019.
400 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Cotidiano. 3. Espaço. 4. Ideologia. 5.
Cronotopo. I. Silva, Gislene da. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.
III. Título.

Míriam Santini de Abreu

Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas
em Florianópolis

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcio de Vasconcelos Serelle
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Francisco Canella
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutora em Jornalismo.

Profª. Dra. Cárilda Emerim
Coordenadora do Programa

Profª. Dra. Gislene da Silva
Orientadora

Florianópolis, 2019.

*Aos errantes no espaço,
aos que lutam por um lugar no mundo.
Aos moradores das ocupações em Florianópolis.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Gislene Silva, parceira nesta caminhada no cotidiano e no espaço. Seu conhecimento foi preciso para manter o rigor da pesquisa, vencer obstáculos e estimular o processo investigativo que levou ao término do trabalho, no qual pude, com seu apoio, inscrever minha forma de compreender o jornalismo.

À direção do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc), especialmente na gestão dos triênios 2015-2017 e 2018-2020, por ter propiciado as condições para o início e a conclusão do curso. Ao longo de quatro anos, pude mudar horários de trabalho para fazer todas as disciplinas e participar de eventos fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho no Sintrajusc, Derick, Fernando, Jeane, Luci, Marcos, Marisia, Maykon e Rodrigues, que incontáveis vezes cobriram minhas ausências e tiveram a paciência de escutar minhas angústias. Eu não poderia ter encontrado colegas mais queridos.

À minha mãe, Eluci, de quem herdei o amor pelas geografias do mundo, e ao meu pai, João Flávio, que a poucos dias do fim dessa escrita pediu: - Filha, avise quando terminar porque quero ficar feliz contigo. Aos meus irmãos César e Marcos, que dedicam aos meus pais o tempo que eu, pela distância, não posso dedicar.

À banca de avaliação, formada pelos professores Marcio Serelle, Francisco Canella e Jorge Ijuim, agradeço pelo aceite ao convite, pelo tempo de dedicação à leitura e por todas as contribuições a este texto, assim como às professoras Raquel Wandelli e Daisi Vogel.

Aos professores Mauro Silveira e Maria Inês Sugai agradeço pelas contribuições dadas à versão de qualificação desta tese.

Ao Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (GESP), ligado ao Departamento de Geografia da USP, que, em agosto de 2018, ofereceu o curso de extensão “Henri Lefebvre e a problemática urbana”, fundamental para aprofundar a compreensão da obra do autor francês. Generosos professores compartilhando seu conhecimento.

Aos professores Orlando Ednei Ferreti e Maria Inês Sugai pela cessão, respectivamente, do mapa de cobertura e uso da terra da Ilha de Santa Catarina e do mapa da concentração populacional por extremos de renda em Florianópolis.

Ao jornalista Rubens Lopes pela cessão da foto da Ocupação Amarildo de Souza.

Ao jornalista Jeffrey Hoff por ter disponibilizado as edições da *Folha da Lagoa*.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos colegas do curso, em especial Janara, Ana Marta, Cândida, William, Criselli e Silvio, de minha turma de 2015, de quem recebi apoio presencial e virtual e com quem pude sempre contar quando precisei.

Às amigas Neusa Vill, Silvia Agostini Pereira e Jussara Godoi, que são parte da família que formei em Florianópolis.

À amiga e jornalista Elaine Tavares, um farol cuja luz sempre procuro. Elaine me apresentou, com a também jornalista Raquel Moysés, a Adelmo Genro Filho e a Marcos Faerman. Elaine desatou comigo nós desta caminhada por nossas conversas sobre a ideologia, a questão da terra e o jornalismo comprometido com os que estão à margem, o jornalismo libertador.

Ao meu companheiro, Lino Peres. No intervalo de tempo entre sair e voltar à casa, todo o dia ele traz verdadeiras odisséias cotidianas por escutar verdadeiramente as pessoas e por amar Florianópolis, o espaço que escolheu para viver. Por sua insistência e aconselhamento, busquei o doutoramento e concluí esta pesquisa. Lino arquiteto, professor, poeta, um ser da práxis na plenitude da acepção lefebvriana. Um homem com quem é uma alegria caminhar nesse espaço-tempo que nos coube viver, compreender e compartilhar.

Por fim, agradeço à Universidade brasileira ainda Pública e Gratuita ao final deste primeiro semestre de 2019. Que, pela luta, continue assim.

Porque o mundo nos ensina a escrever,
com suas histórias e seus personagens
e todas as suas geografias e estranhezas.

(Marcos Faerman, 1997)

RESUMO

O jornalismo como crítica do cotidiano a partir da compreensão do espaço constitui o objeto de estudo desta tese. A investigação orienta-se pelo materialismo dialético e pela metodologia de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias e pesquisa hemerográfica. O objetivo geral é examinar as manifestações da ideologia produzidas pelo jornalismo tradicional e explorar as potencialidades do jornalismo independente na cobertura do cotidiano no espaço urbano, vislumbrando a possibilidade de o jornalista ser capaz de uma prática criadora que constitua o jornalismo como obra, valor de uso, em contraposição ao jornalismo como produto, valor de troca. Os conceitos centrais são os de cotidiano, espaço, ideologia e obra, assim como as noções de dominação, apropriação e cronotopo. O jornalismo é tratado como fenômeno histórico-social concreto, com especificidades próprias, que tem, potencialmente, instrumentos que podem estar a serviço da emancipação humana. Os autores centrais da pesquisa são Henri Lefebvre e Adelmo Genro Filho. A partir da discussão de como se deu a produção do espaço na cidade de Florianópolis (SC), apresentam-se três diferentes processos de ocupação urbana – dois por moradia (Ocupação Amarildo de Souza e Ocupação Marielle Franco) e um por lazer/cultura (ocupação da Ponta do Coral). O conjunto empírico é composto de 145 notícias e reportagens dos jornais *Diário Catarinense* e *Notícias do Dia* (jornalismo tradicional) e da revista *Pobres & Nojentas*, do portal *Desacato* e do coletivo *Maruim* (jornalismo independente). O estudo das coberturas jornalísticas das ocupações expõe o funcionamento dos mecanismos da ideologia e o desvendamento (ou não) da alienação, sua base material, a partir do esquema proposto por Sánchez-Casas. A pesquisa conclui que o jornalismo de crítica do cotidiano elucida a experiência vivida no espaço singularizada no cronotopo.

Palavras-chave: Jornalismo. Cotidiano. Espaço. Ideologia. Obra. Cronotopo. Adelmo Genro Filho. Henri Lefebvre.

ABSTRACT

Journalism as a critique of everyday life from the understanding of space is the object of study of this thesis. The research is guided by the dialectical materialism and the bibliographic methodology research in primary and secondary sources and in newspapers collection. The general objective is to examine the manifestations of ideology produced by traditional journalism and to explore the potential of independent journalism in the coverage of daily life in the urban space, envisaging the possibility of the journalist be capable of a creative practice that constitutes journalism as an oeuvre, use-value, as opposed to journalism as a product, exchange value. The central concepts are daily life, space, ideology, and oeuvre, as well as the notions of domination, appropriation and “cronotopo”. Journalism is considered as a concrete social-historical phenomenon, with its own specificities, which potentially has instruments that may be at the service of human emancipation. The central authors of the research are Henri Lefebvre and Adelmo Genro Filho. From the discussion of how the production of space took place in the city of Florianópolis (SC), three different processes of urban occupation are presented – two by housing (Occupation Amarildo de Souza and Occupation Marielle Franco) and one by leisure/culture (occupation of the Ponta do Coral). The empirical corpus is composed of 145 news and reports from the newspapers *Diário Catarinense* and *Notícias do Dia* (traditional journalism) and from the magazine *Pobres & Nojentas*, from the *Desacato* portal and the collective *Maruim* (independent journalism). The study of journalistic coverage of occupations exposes the functioning of the mechanisms of ideology and the unveiling (or not) of alienation, its material basis, from the scheme proposed by Sánchez-Casas. The research concludes that journalism of the everyday life criticism elucidates the experience lived in the space singularized in the “cronotopo”.

Keywords: Journalism. Everyday life. Space. Ideology. Oeuvre. Cronotopo. Adelmo Genro Filho. Henri Lefebvre.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet d'étude le journalisme en tant que critique du quotidien à partir de la compréhension de l'espace. L'investigation a été menée à partir de le matérialisme dialectique, la méthodologie de la recherche bibliographique dans des sources primaires et secondaires, ainsi que par la recherche hémérographique. L'objectif général est d'analyser les manifestations de l'idéologie produites par le journalisme traditionnel et d'explorer le potentiel du journalisme indépendant face à la couverture du quotidien de l'espace urbain, en percevant ainsi le pouvoir de la pratique créatrice du journaliste à élaborer son travail en tant qu'oeuvre, valeur d'usage, en contraposition à l'existence d'un journalisme en tant que produit, valeur d'échange. Les concepts fondamentaux sont ceux de la vie quotidienne, de l'espace, de l'idéologie, de l'oeuvre, ainsi que de notions de domination, d'appropriation et de chronotope. Le journalisme est conçu en tant que phénomène historique-social concret ayant des spécificités et, potentiellement, des outils à l'émancipation humaine. Les auteurs principaux de la recherche sont Henri Lefebvre et Adelmo Genro Filho. A partir de la discussion sur l'origine de la production de l'espace dans la ville de Florianópolis (SC), trois différents processus d'occupation urbaine sont présentés – deux à des fins d'habitat (*Occupation Amarildo de Souza* et *Occupation Marielle Franco*) et un à des fins de loisir/culture (*occupation Ponta do Coral*). L'ensemble empirique est composé de 145 nouvelles et reportages des journaux *Diário Catarinense* et *Notícias do Dia* (journalisme traditionnel), de la revue *Pobres & Nojentas*, du portail *Desacato* et du collectif *Maruim* (journalisme indépendant). L'étude des couvertures journalistiques des occupations montre la démarche des mécanismes de l'idéologie et le dévoilement (ou non) de l'aliénation, sa base matériel, à partir du schéma proposé par Sánchez-Casas. En conclusion, le journalisme de critique du quotidien élucide l'expérience vécue distinguée dans l'espace au chronotope.

Mots-clés: Journalism. Quotidien. Espace. Idéologie. Œuvre. Chronotope. Adelmo Genro Filho. Henri Lefebvre.

RESUMEN

El periodismo como crítica de lo cotidiano a partir de la comprensión del espacio constituye el objeto de estudio de esta tesis. La investigación se orienta por el materialismo dialéctico y la metodología de investigación bibliográfica en fuentes primarias y secundarias así como por la investigación hemerográfica. El objetivo general es examinar las manifestaciones de la ideología producidas por el periodismo tradicional y a su vez explorar las potencialidades del periodismo independiente en la cobertura de lo cotidiano en el espacio urbano, vislumbrando la posibilidad de el periodista ser capaz de una práctica creadora que constituya el periodismo como obra, valor de uso, en contraposición al periodismo como producto, valor de cambio. Los conceptos centrales son cotidiano, espacio, ideología y obra, así como las nociones de dominación, apropiación y cronotopo. El periodismo es tratado como fenómeno histórico-social concreto, con especificidades propias y que tiene potencialmente instrumentos que pueden estar al servicio de la emancipación humana. Los autores centrales de la investigación son Henri Lefebvre y Adelmo Genro Filho. A partir de la discusión de cómo se dio la producción del espacio en la ciudad de Florianópolis (SC), se presentan tres procesos diferentes de ocupación urbana – dos por vivienda (Ocupación Amarildo de Souza y Ocupación Marielle Franco) y una por esparcimiento /cultura (Ocupación de Ponta do Coral). El conjunto empírico es compuesto de 145 noticias y reportajes de los periódicos *Diário Catarinense* y *Noticias do Dia* (periodismo tradicional) así como por la revista *Pobres & Nojentas*, el portal *Desacato* y el colectivo *Maruim* (jornalismo independiente). El estudio de las coberturas periodísticas de las ocupaciones expone el funcionamiento de los mecanismos de la ideología y la revelación (o no) de la alienación, su base material, a partir del esquema propuesto por Sánchez-Casas. La investigación concluye que el periodismo de crítica de lo cotidiano elucida la experiencia vivida en el espacio singularizado en el cronotopo.

Palabras clave: Periodismo. Cotidiano. Espacio. Ideología. Obra. Cronotopo. Adelmo Genro Filho. Henri Lefebvre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reportagem do jornalista Marcos Faerman no <i>Jornal da Tarde</i> (1).....	135
Figura 2 – Manifesto do jornalista Marcos Faerman no jornal <i>Versus</i>	142
Figura 3 – Reportagem do jornalista Marcos Faerman no jornal <i>Versus</i>	148
Figura 4 – Reportagem do jornalista Marcos Faerman no <i>Jornal da Tarde</i> (2).....	152
Figura 5 – Desenho digital do hotel proposto pela Hantei para a Ponta do Coral.....	211
Figura 6 – Vista das três pontas na proposta de Parque Cultural na Ponta do Coral	212
Figura 7 – Ponta do Coral ao longo do tempo e das mudanças espaciais	216
Figura 8 – Índice da edição da <i>Veja SC</i> sobre a campanha “Amigos de Florianópolis”.....	227
Figura 9 – Capa do primeiro número da revista <i>Pobres & Nojentas</i>	238
Figura 10 – Capa do site do <i>Portal Desacato</i>	240
Figura 11 – Capa do site do coletivo <i>Maruim</i>	243
Figura 12 – Primeira notícia do <i>DC</i> sobre a Ocupação Amarildo de Souza	256
Figura 13 – Segunda notícia do <i>DC</i> sobre a Ocupação Amarildo de Souza	257
Figura 14 – PM é filmada na ocupação	258
Figura 15 – Entrevista à equipe de jornalismo	258
Figura 16 – Mapa no <i>DC</i> mostra localização da Ocupação Amarildo de Souza	259
Figura 17 – Infográfico detalha a reintegração de posse da Ocupação Amarildo de Souza ..	261
Figura 18 – Capa do <i>DC</i> sobre a Ocupação Amarildo de Souza no Rio Vermelho.....	265
Figura 19 – Reportagem do <i>DC</i> sobre a Ocupação Amarildo de Souza-Rio Vermelho (1)...	266
Figura 20 – Reportagem do <i>DC</i> sobre a Ocupação Amarildo de Souza-Rio Vermelho (2)...	267
Figura 21 – Moradores queimam a bandeira da Ocupação Amarildo de Souza	271
Figura 22 – Empresário Fernando Marcondes de Mattos na ocupação do Rio Vermelho	272
Figura 23 – Contracapa do <i>ND</i> mostra vista aérea da Ocupação Amarildo de Souza	277
Figura 24 – Capa do <i>ND</i> sobre titularidade do terreno da Ocupação Amarildo de Souza	281
Figura 25 – Capa do <i>ND</i> sobre a transferência das famílias para o município de Palhoça	284
Figura 26 – Notícia do <i>ND</i> após a saída das famílias do terreno na SC-401	287
Figura 27 – Reportagem do <i>ND</i> sobre a questão da moradia em Florianópolis.....	290
Figura 28 – Reportagem da <i>P&N</i> na Ocupação Amarildo de Souza (1).....	300
Figura 29 – Reportagem da <i>P&N</i> na Ocupação Amarildo de Souza (2).....	302
Figura 30 – Notícia do <i>ND</i> sobre a derubada de casas na Ocupação Marielle Franco.....	307
Figura 31 – Dossiê do jornal <i>ND</i> no dia do aniversário de Florianópolis	316
Figura 32 – Charge do jornal <i>ND</i> sobre a força-tarefa contra as ocupações	321

Figura 33 – Notícia do <i>JTT</i> sobre a violência policial na Ocupação Marielle Franco	322
Figura 34 – Notícia do <i>DC</i> sobre licença da Prefeitura para hotel na Ponta do Coral	330
Figura 35 – Notícia do <i>ND</i> sobre licença da Prefeitura para hotel na Ponta do Coral	332
Figura 36 – Contracapa do <i>DC</i> sobre fenômeno climático na Ponta do Coral.....	334
Figura 37 – Vídeo do <i>Maruim</i> sobre a barqueata na Ponta do Coral	339
Figura 38 – Vídeo da <i>P&N</i> sobre a barqueata na Ponta do Coral	341
Figura 39 – Vídeo da <i>P&N</i> sobre o ato na frente do prédio da FATMA	343

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das formas de alienação em C. Sánchez-Casas.....	88
Quadro 2 – Grade de programação do portal <i>Desacato</i>	241
Quadro 3 – <i>Links</i> do site do coletivo <i>Maruim</i>	244
Quadro 4 – Períodos de análise dos materiais jornalísticos.....	248
Quadro 5 – Total de edições analisadas – jornalismo tradicional	248
Quadro 6 – Total de textos analisados – jornalismo independente	249
Quadro 7 – Síntese dos conceitos que orientam a análise da cobertura jornalística	251
Quadro 8 – Síntese dos três momentos do espaço nas ocupações analisadas	345

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Jornalista Marcos Faerman entrevista um pescador na Bahia	140
Foto 2 – Vista parcial da Ocupação Amarildo de Souza, nas margens da SC-401	196
Foto 3 – Vista parcial da Ocupação Marielle Franco, no Maciço Central	202
Foto 4 – Vista da Ponta do Coral, na avenida Governador Irineu Bornhausen.....	207

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Concentração populacional por extremo de renda - 2010	201
Mapa 2 – Mapa de cobertura e uso da terra da Ilha de Santa Catarina – 2010	219
Mapa 3 – Ocupações e a apropriação do espaço em Florianópolis	250
Mapa 4 – Localização do Distrito de São João do Rio Vermelho.....	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACATE Associação Catarinense de Tecnologia
ACRACOM Associação Catarinense de Rádios Comunitárias
ACIF Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
AVL Área Verde de Lazer
CAPROM Centro de Apoio e Promoção do Migrante
CCS Cooperativa Comunicacional Sul
CDL Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis
CIMI Conselho Indigenista Missionário
COMCAP Companhia de Melhoramentos da Capital
CONAR Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FATMA Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FECOMÉRCIO Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina
FIESC Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FUCABEM Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPA Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF Ministério Público Federal
MPSC Ministério Público de Santa Catarina
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG Organização Não Governamental
OSC Organização da Sociedade Civil
PDS Partido Democrático Social
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PROTUR Fundação Pró-Turismo de Florianópolis
PSD Partido Social Democrático
SINDUSCON Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis
SPU Superintendência de Patrimônio da União
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UDN União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 – TEMPO, ESPAÇO E JORNALISMO	22
CAPITULO 1 – FUNDAMENTOS MARXISTAS DA CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	23
1.1 O COTIDIANO EM G. LUKÁCS E H. LEFEBVRE	23
1.2 COTIDIANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	38
1.3 IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	60
CAPITULO 2 – COTIDIANO E JORNALISMO	90
2.1 COTIDIANO EM QUATRO LIVROS CLÁSSICOS DE JORNALISMO	90
2.2 O ESPAÇO E O VIVIDO NA OBRA JORNALÍSTICA	116
2.3 POTENCIALIDADES DA CONSTITUIÇÃO DA OBRA NO JORNALISMO....	163
PARTE 2 – DISPUTAS PELO USO DO ESPAÇO E PELA LINGUAGEM.....	180
CAPITULO 3 – COTIDIANO E ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS	181
3.1 CONFLITOS ENTRE APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO	181
3.2 OCUPAÇÕES URBANAS POR MORADIA	191
3.3 OCUPAÇÕES URBANAS POR LAZER E CULTURA	206
3.4 TURISMO E PRODUÇÃO DE IDEOLOGIA	217
CAPITULO 4 – COTIDIANO E ESPAÇO URBANO NA COBERTURA JORNALÍSTICA EM FLORIANÓPOLIS (SC)	236
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE.....	236
4.2 CRONOTOPO DA INVASÃO.....	253
4.3 CRONOTOPO DA FAVELA	303
4.4 CRONOTOPO DA PAISAGEM	327

4.5	SÍNTESE DA ANÁLISE	344
	CONCLUSÃO.....	354
	REFERÊNCIAS	364
	APÊNDICE A – Tabela da cobertura da Ocupação Amarildo de Souza	391
	APÊNDICE B – Tabela da cobertura da Ocupação Marielle Franco.....	395
	APÊNDICE C – Tabela da cobertura da Ocupação da Ponta do Coral	398

INTRODUÇÃO

O jornalismo como crítica do cotidiano a partir da compreensão do espaço constitui o objeto de estudo desta tese. O espaço é tomado como produto social, suporte e campo de ação privilegiado da miséria e da potência criativa da vida cotidiana. Para fazer a crítica da vida cotidiana, o jornalismo precisa apreender o espaço como totalidade. Nesse caminho, pode erigir uma obra, ter valor de uso, em contraposição ao jornalismo como produto, valor de troca. O grau de compromisso com essa possibilidade tensiona a teoria e a prática do jornalismo, ao alimentar o debate sobre o papel da imprensa tradicional/hegemônica na manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica na crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social. Concretamente, o jornalismo expressa o conflito que aparece no espaço, onde os indivíduos têm seus corpos, sua subjetividade e suas rotinas aprisionadas e submetidas a comportamentos e discursos considerados socialmente aceitáveis. A reprodução desses comportamentos e discursos é reforçada pela ideologia, impedindo que os indivíduos se reconheçam na obra que criam no espaço e da qual são continuamente alienados. A questão é se o jornalismo pode, ao exercer um papel desalienador, propiciar esse reconhecimento, contribuindo para a emancipação humana.

A tese orienta-se pelo materialismo dialético e a metodologia de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias e pesquisa hemerográfica. O método dialético é uma concepção teórico-metodológica cuja particularidade é o caráter materialista, segundo o qual, “(...) na história, o principal e último motor de tudo quanto ocorre não são as ideias ou ideologias que os homens fazem para explicarem-se a si mesmos, senão os modos como produzem e reproduzem realmente sua vida, sua existência diária¹” (SILVA, L., 1975, p. 177). A essência deste método é a categoria de totalidade, que “(...) considera que todas as manifestações de uma sociedade formam uma trama estrutural, e que nenhum ‘plano’ ou ‘aspecto’ da sociedade pode explicar-se definitivamente se não é posto em relação com o conjunto do qual forma parte²” (SILVA, L., 1975, p. 202). Nessa perspectiva, não há fórmulas/formas apriorísticas, um conjunto de regras ou um rol de definições inseridas na

¹ (...) en la historia, el principal y último motor de todo cuanto ocurre no son las ideas o ideologías que los hombres se hacen para explicarse a sí mismos, sino los modos como producen y reproducen realmente su vida, su existencia diaria.

² (...) considera que todas las manifestaciones de una sociedad forman un enrejado estructural, y que ningún “plano” o “aspecto” de la sociedad puede explicarse definitivamente si no es puesto en relación con el conjunto del cual forma parte.

teoria social de Marx a título de manual metodológico a ser usado pelo pesquisador, que dali poderia extrair o mais conveniente para enquadrar o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p. 52 e 57). O fundamento do método dialético é a análise teórica da produção das condições materiais da vida social, o que sustenta a investigação do objeto de pesquisa, cuja estrutura e dinâmica irão comandar os procedimentos do pesquisador. Segundo Netto, “(...) o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (2011, p. 45). Assim, quanto mais a pesquisa avança, mais o objeto carrega-se de determinações, levando à diferenciação que a teoria social marxista faz do método de pesquisa (a investigação em si) e do método de exposição (a reprodução/descrição ideal, no plano do pensamento, do movimento real do objeto), o qual se realiza na escrita da tese. Mas esta reprodução não é passiva. Ela implica apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto, tomando-o como um processo social. A totalidade é aqui também tomada como articulação, e não somatório, de múltiplas determinações, compreendidas em sua historicidade no movimento de mediação dos fenômenos imediatos. Conhecer o mundo, afirma Netto, “(...) é muito mais do que sistematizar experiências cotidianas” (in GUIMARÃES, 2011, p. 336). E se o jornalismo é também uma forma de conhecer, não basta, no processo de mediação, limitar-se a ininterruptamente noticiar fatos sem inseri-los na totalidade dos fenômenos dos quais fazem parte e que os explicam.

A cobertura jornalística do e no cotidiano deve considerar que o aparentemente banal, o insignificante, pode captar o mais significativo no processo histórico, aquilo que, segundo Berger e Tavares (2014), habita sua potência e está para além de sua superficialidade. Tavares e Vaz (2005) observam que os cadernos ou editorias que fazem a cobertura do cotidiano e/ou da cidade buscam trazer para os cidadãos os desdobramentos de acontecimentos políticos e públicos de outros âmbitos, como economia e política, constituindo um tipo específico de construção social da realidade.

Se olharmos para a cidade, tomando-a como lugar de “excelência” do cotidiano, vale perguntar qual é a cidade representada pelo jornal e em que medida tal cidade coincide, invade e complexifica nosso olhar sobre a mesma cidade para a qual o jornal se dirige e sobre as cidades em que vivemos. É parte dessa discussão a grave questão social brasileira, especialmente localizada no espaço urbano, e o conjunto de jornais que a habitam (TAVARES; VAZ, 2005, p. 59).

A afirmação evidencia a relação da cobertura jornalística, em grau mais ou menos bem sucedido, com o espaço concreto a partir do qual noticia. Ou seja, o espaço é constitutivo do discurso jornalístico e apreendê-lo em sua complexidade exige mais do que fazer circular notícias e reportagens em editoriais estanques como as de Cidade.

Nessa direção, construiu-se a premissa de que o jornalismo, ao noticiar os fenômenos do cotidiano, pode desvelar nele a ideologia ao compreender o próprio cotidiano e o espaço como totalidade, e não como fatos isolados e sem conexão. O objetivo geral da pesquisa é examinar as manifestações da ideologia produzidas pelo jornalismo tradicional e explorar as potencialidades e limites do jornalismo independente na cobertura do cotidiano no espaço urbano, vislumbrando a possibilidade de o jornalista ser capaz de uma prática criadora que constitua o jornalismo como obra, valor de uso, em contraposição ao jornalismo como produto, valor de troca. Os objetivos específicos são: 1) aprofundar a compreensão da vida cotidiana e do espaço nas grandes vertentes de pensamento que a estudam, adotando, em coerência com o materialismo dialético, a vertente marxista; 2) diferenciar, nos autores marxistas, a abordagem da ideologia, trabalho complexo que implicou ainda o estudo da alienação e, em especial, da alienação urbana; 3) investigar como o cotidiano aparece na teoria do jornalismo, referenciando-se em quatro livros clássicos da bibliografia brasileira, não sendo possível, por falta de tempo, ampliar a pesquisa em autores estrangeiros; 4) desenvolver a teoria da obra para explorar os limites e potencialidades do jornalismo como valor de uso; 5) explorar a noção bakhtiniana de espaço-tempo na literatura para dar entrada ao espaço na teoria do jornalismo; 6) caracterizar a imprensa alternativa a partir de seu surgimento histórico no Brasil no período da ditadura civil-militar; 7) justificar a utilização do termo jornalismo independente; 8) definir os veículos para a análise da cobertura jornalística e o recorte espacial e temporal de investigação; 9) determinar a temática de cobertura jornalística; 10) examinar três coberturas jornalísticas de cinco diferentes veículos de Florianópolis (SC).

Os conceitos centrais, a partir dos objetivos propostos, são os de cotidiano, espaço, ideologia e obra. O jornalismo é tratado, na pesquisa, como fenômeno histórico-social concreto, com especificidades próprias, que tem, potencialmente, instrumentos que podem estar a serviço da emancipação humana. Nessa linha, a pesquisa adota a teoria marxista de jornalismo de A. Genro Filho, que compreende o conhecimento como práxis – uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto – e a realidade social como totalidade. A concepção

é fundamental para uma pesquisa que, no campo do jornalismo, busque problematizar as críticas à imprensa em geral por seu caráter encobridor da realidade, mas que, em tal movimento, dê a conhecer possibilidades concretas de superação desta naturalização dos conflitos no processo social. A pesquisa também dialoga com os estudos de crítica de mídia, que, colocando-se como campo particular de pesquisa e ensino (SILVA, G.; SOARES, 2013), desenvolvem-se a partir da “compreensão do jornalismo como produto e produtor de cultura e da prática noticiosa como experiência cultural (SILVA, G., 2016, p. 5). O autor central da tese é o francês H. Lefebvre, no qual a pesquisa bibliográfica prioritariamente se apoiou para a discussão do cotidiano, do espaço, da ideologia e da obra a partir da leitura de 18 livros e artigos escritos por ele e outros 7 por comentaristas de seu legado teórico, conforme as referências ao final deste trabalho.

A tese é dividida em duas partes. A primeira, intitulada “Tempo, espaço e jornalismo”, é organizada em dois capítulos. O Capítulo 1 desenvolve a compreensão do cotidiano em Lukács e Lefebvre. Para Lukács, é do cotidiano que nascem todas as objetivações superiores da humanidade, como a ciência e a arte, que a ele retornam enriquecendo-o. A contribuição de Lukács insere o cotidiano no processo de formação do ser social, localizando nessa dimensão até então desprezada nas Ciências Sociais o nexo para compreender as inter-relações e interações entre o mundo econômico-social e a vida humana. A crítica da vida cotidiana, na concepção de Lefebvre, é inseparável do entendimento do espaço como produto social, e não como mero receptáculo das ações humanas. Para o autor, compreender o cotidiano implica levar em conta uma série de instrumentos ideológicos que constroem uma cotidianidade programada, que busca legitimar uma certa ordem social. Uma cotidianidade genuína, em outra direção, estaria na criação coletiva do espaço e da vida social. Essa perspectiva relaciona-se com a *produção do espaço* que, para Lefebvre, envolve três níveis do real: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação. A concepção tríade de Lefebvre abarca o conflito social pela apropriação do espaço urbano, onde o homem, no espaço vivido, busca subverter e reinventar o cotidiano. O Capítulo 1 aborda ainda o debate sobre a ideologia e a alienação na tradição marxista, dando ênfase à alienação urbana conforme o esquema proposto por Sánchez-Casas.

O Capítulo 2 traz três autores clássicos no jornalismo, A. Olinto, A. Lima e C Kelly, os quais, ao escrever sobre a relação entre jornalismo e literatura, dão ênfase ao papel do cotidiano. O capítulo desenvolve ainda a teoria marxista do jornalismo de A. Genro Filho e,

de Lefebvre, a noção de obra e a discussão sobre a linguagem. É da relação entre esses autores que se vislumbra a possibilidade de o jornalista ser capaz de um *ato poiético*, uma *prática criadora*, dando ao jornalismo um valor de uso. Na busca por um caminho teórico que pudesse levar esse conjunto de contribuições à teoria do jornalismo, empregou-se o conceito de cronotopo, que M. Bakhtin utiliza para expressar, na literatura, a indissolubilidade do tempo e do espaço. O Capítulo 2 traz ainda uma análise de parte da obra do jornalista Marcos Faerman, pela qual é possível perceber a expressão de uma prática criadora no jornalismo genuinamente ligada às experiências humanas no espaço vivido. O capítulo termina com uma breve retomada da formação da imprensa alternativa no Brasil, buscando no jornalismo independente praticado hoje as potencialidades para a constituição de uma obra.

A parte 2, intitulada “Disputas pelo uso do espaço e pela linguagem” e também estruturada em dois capítulos, faz a virada da tese da pesquisa bibliográfica para a hemerográfica, embora ainda traga três noções fundamentais no início do Capítulo 3, as de apropriação, dominação e resistência, que justificam a escolha das chamadas ocupações urbanas para a análise da cobertura jornalística. Sustenta-se, a partir de Volochko, que as ocupações hoje são processos de resistência fundamentais para a apropriação do espaço urbano e a superação da sociabilidade capitalista. Delas emergem conflitos que a cobertura jornalística visibiliza, permitindo a análise da ideologia e das representações sobre os processos de dominação no espaço. Na sequência, o capítulo mostra como se deu a produção do espaço em Florianópolis (SC), recorrendo a autores de diferentes áreas de conhecimento, como geografia, história, arquitetura e sociologia, para investigar a construção da vocação turística da capital catarinense e a ideologia que a legitima. Os movimentos de resistência às decisões dos grupos dominantes de Florianópolis para a produção do espaço iniciam ainda nos anos 1980, levando, entre outras ações do que se denomina *insurreição do uso*, às ocupações. Três diferentes processos de ocupação urbana – dois por moradia (Ocupação Amarildo de Souza e Ocupação Marielle Franco) e um por lazer/cultura (ocupação da Ponta do Coral) – são apresentados na segunda parte do capítulo. A escolha dos três processos se deu pelo entendimento de que Ocupação Amarildo de Souza, ocorrida entre 2013 e 2014, foi o fato que provocou o maior embate com os grupos dominantes em Florianópolis nesta década. Mais recente, a Ocupação Marielle Franco também revela como o estado e o mercado se unem para reafirmar sua dominação em relação ao espaço urbano. Por fim, a ocupação da Ponta do Coral foi escolhida na pesquisa por ser um conflito pelo espaço urbano iniciado ainda nos anos

1980, envolvendo a disputa de um promontório pequeno – mas valioso do ponto de vista material e simbólico – da paisagem da Ilha de Santa Catarina.

A análise das coberturas jornalísticas dessas ocupações mostra como funcionam, nos textos, os mecanismos da ideologia e o desvendamento (ou não) da alienação urbana, sua base material. Se a ideologia que orienta o mundo das ideias é a expressão de relações materiais que compõem uma totalidade social, há que saber de qual totalidade social se fala quando se estudam as ideias que a legitimam. Concretamente, a disputa nas ocupações se dá pela terra, cuja valorização, na capital catarinense, tem relação com o turismo e a ideologia construída para afirmar essa atividade como a “vocação natural” de Florianópolis.   nesse sentido que as ocupa es questionam o fundamento das rela es capitalistas de produ o, a propriedade privada.

O capítulo 4 analisa as coberturas jornalísticas dos três processos de ocupa o urbana através de pesquisa hemerográfica 1) na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; 2) na base digital dos veículos selecionados e 3) por material cedido pelos veículos. São analisadas as coberturas jornalísticas dos dois mais importantes jornais tradicionais diários de Florianópolis (SC), o *Diário Catarinense* e o *Notícias do Dia*, e de três veículos de jornalismo independente, a revista *Pobres & Nojentas*, o portal *Desacato* e o coletivo *Maruim*, selecionados por comporem parte expressiva das experiências jornalísticas que, na capital catarinense, 1) assumem de diferentes modos, em seus editoriais, compromisso com um jornalismo a serviço da emancipa o humana e 2) abordam conflitos no (pelo) espaço urbano.

O conjunto empírico da investiga o   composto por 145 notícias e reportagens referentes às três coberturas jornalísticas. Os procedimentos metod gicos adaptam-se ao que exige cada conjunto de textos. A cobertura da Ocupa o Amarildo de Souza foi analisada de dezembro de 2013 a julho de 2014, englobando todas as edi es em que o tema foi manchete ou teve chamadas na capa ou na contracapa (jornalismo tradicional) e a totalidade de textos no jornalismo independente. A análise da cobertura da Ocupa o Marielle Franco englobou os meses de junho e julho de 2018 – em que houve forte repressão policial na ocupa o – e os meses de março a maio de 2019, quando o Ministério Público de Santa Catarina formou uma força-tarefa para combater as ocupa es em Florianópolis. A cobertura jornalística se concentrou nos dois períodos, tanto no jornalismo tradicional quanto no independente. A ocupa o da Ponta do Coral tem sido notícia na imprensa desde os anos 1980. O critério de escolha do ano de 2015 para a análise se deu porque naquele ano houve dois fatos marcantes: a libera o da constru o de um hotel na Ponta do Coral e a comemora o dos 35 anos de luta

pela sua transformação em parque público. A análise engloba as edições em que o tema esteve na capa ou na contracapa de edições do jornalismo tradicional e a totalidade de textos do jornalismo independente.

Ao analisar a obra de Rabelais, Bakhtin diz que um dos motivos de sua força estava no fato de o autor sair das *vizinhanças habituais* e construir *vizinhanças inesperadas*. Esta tese, para contribuir com o jornalismo, também saiu das vizinhanças habituais de abordagens e autores e procurou vizinhanças inesperadas, ou seja, contribuições de outras áreas de conhecimento. Lefebvre criticava o parcelamento das ciências por fragmentarem o cotidiano, impedindo que ele fosse compreendido em sua totalidade. O jornalismo, ao abrir mão de seu potencial crítico, faz o mesmo. Os autores clássicos do jornalismo retomados na pesquisa já sinalizavam possibilidades para o jornalista compreender a riqueza do cotidiano, sua força explicativa. Lefebvre diz que uma revolução que não dá lugar a um novo espaço e a um novo cotidiano não chega a realizar todo seu potencial. Assim, a um jornalismo comprometido com a emancipação humana cabe a tarefa de, pela linguagem, tornar visíveis as práticas criadoras que, no espaço e no cotidiano, podem levar à transformação social.

PARTE 1
TEMPO, ESPAÇO E JORNALISMO

Compreender os fundamentos da vida cotidiana na perspectiva marxista e a dualidade riqueza/miséria do cotidiano no espaço urbano capitalista, e investigar como essa totalidade aparece no jornalismo, são os objetivos da primeira parte deste estudo. O Capítulo 1 apresenta o entendimento de G. Lukács e H. Lefebvre a respeito do cotidiano e a proposição do espaço como um produto social em H. Lefebvre, abordando ainda as manifestações da ideologia e da alienação na ocupação do espaço urbano. O Capítulo 2 investiga a concepção do cotidiano em quatro livros clássicos sobre jornalismo, refletindo sobre as potencialidades de o jornalismo constituir uma Obra a partir da compreensão da realidade em sua dimensão espaço-temporal.

Capítulo 1

FUNDAMENTOS MARXISTAS DA CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

No senso comum, o cotidiano relaciona-se com o dia a dia, o banal, o ordinário. Na produção de conhecimento, essa categoria tem uma longa história, especialmente na sociologia. A ela dedicaram-se intelectuais de diferentes correntes de pensamento, como G. Lukács, revelando o quanto o supostamente banal, o aparentemente ordinário, são fundamentais para a existência humana. Com H. Lefebvre, aprofunda-se a compreensão do cotidiano como fio condutor para conhecer a sociedade. É a partir do cotidiano que se abre a possibilidade de pensar a relação espaço-temporal em sua totalidade, na busca da emancipação humana. No processo de transformação social, ressalta-se o papel do *vivido* na *apropriação do espaço*, em contraposição ao *concebido* para a *dominação do espaço*, noções e práticas sociais cuja compreensão passa pelo desvendamento da ideologia e da alienação.

1.1 O COTIDIANO EM G. LUKÁCS E H. LEFEBVRE

No senso comum, cotidiano é o que ocorre todos os dias, o banal, o corriqueiro, o repetitivo. Mas nele também nasce a ruptura, a possibilidade de transformação social. A tensão constante entre repetição/transformação faz do cotidiano uma categoria de longa tradição em diferentes correntes sociológicas. Lindón Villoría diferencia três grandes vertentes nas teorias da vida cotidiana: as que, dentro da tradição marxista, enfatizam o componente rotineiro, o repetitivo e a alienação; as ligadas ao pensamento interacionista-fenomenológico, reivindicando a possibilidade de inovação dentro das rotinas e do repetitivo; e a construtivista, na qual a ideia central é o movimento constante entre a invenção e a rotinização (LINDÓN VILLORÍA, 2004, p. 45-6).

A variedade de correntes revela o quanto o cotidiano pode constituir, segundo Pais, “um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais” (PAIS, 1986, p. 8).

Pesquisas sobre a relação entre o jornalismo e o cotidiano transitam entre todas as correntes citadas, como se pode observar em trabalhos de pesquisadores brasileiros que citam,

como autores de referência, M. Maffesoli (formalista), E. Goffman (interacionista), A. Heller e G. Lukács (marxista) e G. Bachelard (fenomenológica)³, sendo que alguns trabalhos mesclam autores com concepções de diferentes correntes. Alinhada ao pensamento crítico-dialético, a contribuição da corrente marxista, na qual se destacam G. Lukács, H. Lefebvre, A. Heller e K. Kosik, é a utilizada nesta pesquisa.

Na compreensão de Lukács, a vida cotidiana aparece como base de todas as reações espontâneas do homem ao seu ambiente social, sendo, portanto, insuprimível:

O comportamento cotidiano do homem é começo e final ao mesmo tempo de toda atividade humana. Se nós representamos a cotidianidade como um grande rio, pode-se dizer que dele se desprendem, em formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte, se diferenciam, se constituem de acordo com suas finalidades específicas, alcançam sua forma pura nesta especificidade – que nasce das necessidades da vida social – para logo, em consequência de seus efeitos, de sua influência na vida dos homens, desembocar de novo na vida cotidiana. Esta se enriquece, pois, constantemente com os supremos resultados do espírito humano, os assimila em suas cotidianas necessidades práticas e assim dá logo lugar, como questões e como exigências, a novas ramificações das formas superiores de objetivação [a ciência e a arte]⁴ (LUKÁCS, 1966, p. 11-12).

Para Lukács, há três formas privilegiadas de objetivação que suspendem (mas não eliminam) a cotidianidade: o trabalho criador (não alienado), a arte e a ciência. Em janeiro de 1971, pouco antes de sua morte, em junho, Lukács escreveu o Prefácio do livro *Sociologia de la vida cotidiana*, de sua discípula Agnes Heller, e nele criticou as Ciências Sociais por depreciarem a vida cotidiana, considerando-a “um mundo de mera empiria”, quando de fato ela é a “zona intermediária concreta” em que se encontra o “nexo real” para compreender “as inter-relações e interações entre o mundo econômico-social e a vida humana” (Lukács in

³ BENETTI (Jornalismo e vida cotidiana: o comer e o cozinhar contemporâneos nas revistas semanais), que adota Berger e Luckmann, Certeau e Heller; COSTA (Por um estudo do cotidiano do jornalista: em busca da desmitificação), referenciado em Heller e Certeau; MELO (O cotidiano da política no jornalismo: espetáculo e debate público na esfera midiática), baseado em Goffman; MORETZSOHN (Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão), que utiliza a concepção de Lukács; QUEIROZ (Cotidiano e formas sociais: por uma metodologia de análise do jornalismo), baseado em Maffesoli.

⁴ El comportamiento cotidiano del hombre es comienzo y final al mismo tiempo de toda actividad humana. Si nos representamos la cotidianidad como un gran río, puede decirse que de él se desprenden, en formas superiores de recepción y reproducción de la realidad, la ciencia y el arte, se diferencian, se constituyen de acuerdo con sus finalidades específicas, alcanzan su forma pura en esa especificidad - que nace de las necesidades de la vida social-para luego, a consecuencia de sus efectos, de su influencia en la vida de los hombres, desembocar de nuevo en la corriente de la vida cotidiana. Esta se enriquece pues constantemente con los supremos resultados del espíritu humano, los asimila en sus cotidianas necesidades prácticas y así da luego lugar, como cuestiones y como exigencias, a nuevas ramificaciones de las formas superiores de objetivación.

HELLER, 1994, p. 9). No Prefácio, Lukács também resume as três determinações⁵ fundamentais com as quais compreende o ser e o pensar cotidianos e que desenvolve longamente na obra *Estética I – a peculiaridade do estético*: a imediaticidade, a heterogeneidade e a universalidade extensiva.

A imediaticidade, na perspectiva de Lukács, implica a resposta ativa e espontânea às exigências do dia-a-dia, em uma relação direta entre pensamento e ação. A dinâmica do cotidiano exige que o sujeito aja sem colocar em causa a objetividade material de tudo o que acontece:

O caráter específico da imediaticidade, (...), da vida e pensamento cotidianos se expressa chamativamente segundo o modo de materialismo espontâneo que é próprio desta esfera. Qualquer análise séria e algo livre de preconceitos tem que mostrar que o homem da vida cotidiana reage sempre aos objetos de seu ambiente de um modo espontaneamente materialista, independentemente de como se interpretem depois essas reações do sujeito da prática⁶ (LUKÁCS, 1966, p. 46).

Sem esse automatismo e espontaneísmo, a reprodução do indivíduo enquanto tal seria inviável (NETTO, 1994, p. 67). Apesar de a vinculação imediata da teoria e a prática ser característica do ser e pensar cotidianos, Lukács faz uma importante advertência: seria falso supor que os objetos da atividade cotidiana são objetivamente, em si, de caráter imediato: “Ao contrário. Não existe mais que a consequência de um ramificado, múltiplo e complicado sistema de mediações que se complica e ramifica cada vez mais no curso da evolução social”⁷ (LUKÁCS, 1966, p. 44). Ou seja, o cotidiano é mediatizado em sua imediaticidade. Mais adiante se analisarão as implicações disto no jornalismo.

⁵ Na teoria de Marx, as categorias emergem como “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59). A determinação, diz Santos Neto, deve ser compreendida como um traço essencial da realidade: “A totalidade social, enquanto um complexo de múltiplas determinações, pressupõe um processo de isolamento ou abstração em que a determinação aparece como elemento essencial no movimento de apreensão da natureza constitutiva do ser. E todo processo de determinação é uma negação, à proporção que significa um adentrar nas malhas mais profundas do ser para apresentar sua verdadeira constituição interior, isso implica operar processos de distinção, captação e caracterização daquilo que subsiste como de mais específico. Por sua vez, é preciso estabelecer a conexão da parte estudada com o todo, para que este possa emergir como um todo concreto e não como uma coisa caótica” (SANTOS NETO, 2013, p. 39).

⁶ El carácter específico de la inmediatez, (...), de la vida y el pensamiento cotidianos se expresa llamativamente según el modo de materialismo espontáneo que es propio de esta esfera. Todo análisis serio y algo libre de prejuicios tiene que mostrar que el hombre de la vida cotidiana reacciona siempre a los objetos de su entorno de un modo espontáneamente materialista, independientemente de cómo se interpreten luego esas reacciones del sujeto de la práctica.

⁷ Al contrario. No existen más que a consecuencia de un ramificado, múltiple y complicado sistema de mediaciones que se complica y ramifica cada vez más en el curso de la evolución social.

A complexidade da afirmação pode ser melhor entendida em relação às outras duas características do cotidiano estudada por Lukács, a heterogeneidade e a universalidade extensiva:

(...) a essência e as funções histórico-sociais da vida cotidiana não suscitarían interesse se esta fosse considerada uma esfera homogênea. Mas precisamente por isto, precisamente como consequência de seu imediato fundamentar-se nos modos espontâneo-particulares de reagir por parte dos homens às tarefas de vida que a existência social lhes apresenta (sob pena de ruína), a vida cotidiana possui uma universalidade extensiva. A sociedade só pode ser compreendida em sua totalidade, em sua dinâmica evolutiva, quando se está em condições de entender a vida cotidiana em sua heterogeneidade universal. A vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas da genericidade agora já consciente, precisamente porque nela de forma ininterrupta as constelações mais heterogêneas fazem com que os dois polos humanos das tendências apropriadas da realidade social, a particularidade e a genericidade, atuem em sua inter-relação imediatamente dinâmica⁸ (Lukács in HELLER, 1994, p. 11-12).

Em sua infinitude extensiva, afirma Lukács, a realidade não tem limites. O que faz a abstração científica, por exemplo, é tomar essa infinitude como ponto de partida e criar formas (leis) para que um ponto qualquer dela possa ser concretamente identificado e conhecido com exatidão. A ciência e a arte, formas privilegiadas de objetivação do ser social, podem penetrar e influir no mundo da prática cotidiana dos homens mais intensamente do que ocorreu no passado, “(...) mas sempre permanecerá um mundo de reação imediata à realidade ainda não elaborada, já, materialmente, pela infinitude extensiva e intensiva da realidade objetiva, cujo conteúdo não pode nunca ser esgotado nem pela ciência e a arte mais perfeitas⁹” (LUKÁCS, 1966, p. 213). Mas este mundo, “terreno sem iluminar” – o cotidiano – é, ao mesmo tempo, fundamento para o desenvolvimento da ciência e da arte. Diante desta universalidade extensiva, o sujeito precisa mobilizar todas as atenções e todas as forças, mas

⁸ (...) la esencia y las funciones histórico-sociales de la vida cotidiana no suscitarían interés si ésta fuese considerada una esfera homogénea. Pero precisamente por esto, precisamente como consecuencia de su inmediato fundamentarse en los modos espontáneo-particulares de reaccionar por parte de los hombres a las tareas de vida que la existencia social les plantea (so pena la ruina), la vida cotidiana posee una universalidad extensiva. La sociedad sólo puede ser comprendida en su totalidad, en su dinámica evolutiva, cuando se está en condiciones de entender la vida cotidiana en su heterogeneidad universal. La vida cotidiana constituye la mediación objetivo-ontológica entre la simple reproducción espontánea de la existencia física y las formas más altas de la genericidad ahora ya consciente, precisamente porque en ella de forma ininterrumpida las constelaciones más heterogéneas hacen que los dos polos humanos de las tendencias apropiadas de la realidad social, la particularidad y la genericidad, actúen en su interrelación inmediatamente dinámica.

⁹ (...) pero siempre quedará un mundo de reacción inmediata a realidad aún no elaborada, ya, materialmente, por la infinitud extensiva e intensiva de la realidad objetiva, cuyo contenido no puede ser nunca agotado ni por la ciencia y el arte más perfectos.

não toda *a* atenção e toda *a* força: “(...) a sua heterogeneidade e imediaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o *somatório* dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as *relações* que os vinculam” (NETTO, 1994, p. 67, com grifos no original). A dinâmica da resposta do indivíduo às situações que se apresentam na vida diária leva Lukács a distinguir a posição do *homem inteiro* a do *inteiramente homem*, oposição explicada por Netto:

Já se referiu ao fato de, na cotidianidade, o indivíduo ter mobilizadas todas as suas forças e todas as suas atenções; a heterogeneidade própria à vida cotidiana tensiona o indivíduo de forma abrangente, faz com que ele atue inclusivamente como uma unidade (exceto ao custo do seu estilhaçamento enquanto indivíduo). Ele opera com um todo: atua, nas suas objetivações cotidianas, como um *homem inteiro* – mas sempre no âmbito da singularidade. Ora, o acesso à consciência humano-genérica não se realiza neste comportamento: só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não *todas as suas forças*, mas *toda sua força* numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata), trata-se, então, de uma mobilização anímica que *suspende* a heterogeneidade da vida cotidiana – que *homogeneiza* todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. Nesta suspensão (da heterogeneidade) da cotidianidade, o indivíduo se instaura como *particularidade*, espaço de mediação entre o singular e o universal, e comporta-se como *inteiramente homem* (NETTO, 1994, p. 69). [Com grifos no original]

Na reflexão que faz sobre o cotidiano, A. Heller também afirma que o homem, na sua atividade social global, está sempre “em movimento” entre sua particularidade e sua elevação ao genericamente humano: “O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, ‘socializa’ sua particularidade” (HELLER, 1992, p. 80).

A heterogeneidade, outra determinação do cotidiano, tem implicações importantes na perspectiva do jornalismo como possibilidade crítica da vida cotidiana. O mundo da heterogeneidade cotidiana constitui o universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos como a linguagem, o trabalho, o jogo, a vida política e privada. É nele que os indivíduos precisam a todo tempo dar respostas. E, como afirma Netto, o cotidiano, em Lukács, não se separa do histórico: “(...) se em *toda* sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a *estrutura* da vida cotidiana é distinta quanto ao seu *âmbito*, aos seus

ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes, etc.) em face da cotidianidade” (NETTO, 1994, p. 66, com grifos no original).

Assim, o cotidiano na contemporaneidade precisa ser compreendido nos marcos da organização capitalista da vida social. Como explica Netto, antes da consolidação do capitalismo, restava, ao indivíduo, um campo de manobra ou jogo onde era possível, em áreas como a família, a fruição estética, o erotismo, o ócio, “(...) exercitar minimamente a sua autonomia e o seu poder de decisão (...)” (1994, p. 86). Hoje, porém, o inteiro cotidiano é administrado:

A planificação global – aqui necessariamente vertical e burocrática – cobre a vida como um todo: da distribuição (destruição) ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao *continuum* instrução formal/informal, etc. A organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as microorganizações (NETTO, 1994, p. 87). [Com grifo no original]

Neste quadro sociocultural, segundo o autor, o que se universalizou, na imediatividade da vida social, são os processos peculiares a esse modo de produção capitalista:

Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social *e das relações que viabilizam a sua reprodução*. Sob o salariedade não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho (*labour*) para regular a vida inteira de quase todos os homens. E mais, fenômeno peculiaríssimo: a *visibilidade* do poder opressivo (outrora, por exemplo, o capitalista) se esvaneceu – ele é tanto mais eficiente em suas manifestações econômicas, sociais, políticas e culturais quanto menos é localizável; mais *funciona*, menos é identificável. A ubiquidade deste poder, desta weberiana autoridade “racional” e sem rosto, instala-se nos trilhos porque (sic) onde escorre o cotidiano (porque, aqui, a vida parece toda reduzida ao cotidiano, e este parece só configurar um eterno retorno, uma plena tautologia), surge nas ações da bolsa, nos regulamentos, no talonário de cheques, nas portarias, nos documentos, nos certificados – instala-se na parafernália que valida a cidadania. Está em todas as partes e não reside em lugar nenhum. Escamoteia os fluxos, as continuidades e as rupturas: dá ao viver a seqüência da lanterna mágica – normas, trabalho, lazer, etc., tudo é uma mescla inorgânica cujo único enlace é a sucessão no tempo e no espaço: a vida cotidiana se torna uma justaposição de objetos, substâncias, implementos. A própria fantasia, infinito do possível, se abastarda; fuga (sic), perde o húmus da historicidade. A ubiquidade do poder – inconcreto,

gasoso e onipotente – esconde o poder na ubiquidade¹⁰ (NETTO, 1994, p. 88-9). [Com grifos no original]

A crítica da vida cotidiana implica, portanto, compreender como se configura o cotidiano hoje, no capitalismo tardio, para daí pensar o papel mediador do jornalismo na reprodução da experiência imediata, que é uma de suas marcas. As determinações fundamentais da cotidianidade expostas por Lukács – a imediaticidade, a heterogeneidade e a universalidade extensiva – relacionam-se estreitamente com o jornalismo. A primeira, a imediaticidade, caracteriza a moderna prática jornalística, cristalizada no seu traço característico, a *atualidade*. O presente, afirma Karam, é o objeto imediato do jornalismo (KARAM, 2005, p, 76). E é da universalidade extensiva e heterogênea do cotidiano que os meios de comunicação selecionam seus fatos. Para pensar criticamente sobre os efeitos desta seleção e das notícias que dele resultam, é necessário caracterizar mais detalhadamente o cotidiano tanto em suas determinações fundamentais quanto no espaço social concreto onde elas se apresentam. Para isso, este estudo recorre a H. Lefebvre, pensador marxista que fez da vida cotidiana um dos principais temas de seus mais de 70 livros.

No prefácio à segunda edição – publicada em 1958 – do volume 1 da trilogia *Crítica da Vida Cotidiana*, Lefebvre diz que uma imagem corrente e até certo ponto fundamentada compara os momentos criadores aos cumes e o cotidiano às planícies e aos pântanos. Mas ele usa outra metáfora, a da vida cotidiana como um solo nutritivo: “Uma terra sem flores ou árvores magníficas entristece o caminhante; mas as flores e as árvores não devem nos fazer esquecer a terra, que tem sua vida, sua riqueza secreta¹¹” (LEFEBVRE, 1991b, p. 87). Buscando reestabelecer o projeto marxista em toda a sua autenticidade, Lefebvre se pergunta: o que queria Marx? A resposta: Marx queria primeiramente mudar a vida cotidiana, porque para mudar o mundo é preciso metamorfosear a vida humana (LEFEBVRE, 2002, p. 35-6).

A produção teórica de Lefebvre sobre o espaço – também adotada nesta pesquisa – tem uma ligação indissolúvel com a vida cotidiana, por ele assim definida:

¹⁰ Em nota, Netto alerta que esta sucessão no tempo e no espaço é *aparentemente* caótica: ela viabiliza uma *estratégia de classe* (burguesa) “(...) que é impotente para impedir crises, fraturas, deteriorações e síncope, mas que se tem revelado capaz de conviver com elas e, até, de administrá-las” (NETTO, 1994, p. 89). Com grifos no original

¹¹ A landscape without flowers or magnificent woods may be depressing for the passer-by; but flowers and trees should not make us forget the earth beneath, which has a secret life and a richness of its own.

A vida cotidiana, em um sentido residual, definida por “aquilo que fica” quando todas as atividades distintas, superiores, especializadas e estruturadas foram selecionadas para sua análise, deve ser definida como uma totalidade. Consideradas desde sua especialização e sua tecnicidade, as atividades superiores deixam um “vazio técnico” entre elas que é preenchido pela vida cotidiana. A vida cotidiana está profundamente relacionada com todas as atividades, as abrange com todas as suas diferenças e seus conflitos; é seu ponto de encontro, seu vínculo, seu terreno comum. E é na vida cotidiana onde toma forma e se configura a soma total das relações que fazem do humano – e de cada ser humano – um todo. Nela se expressam e realizam essas relações que põem em jogo a totalidade do real, embora de uma maneira que é sempre parcial e incompleta: amizade, camaradagem, amor, a necessidade de se comunicar, se divertir, etc¹² (LEFEBVRE, 1991b, p. 97).

Para o autor, é na vida cotidiana, expulsa pela filosofia como resíduo, como o não-filosófico, que o homem deverá realizar-se, mas em uma cotidianidade diferente da que hoje se estabelece à nossa volta (LEFEBVRE, 1967, p. 310). Em entrevista a Corpet, Lefebvre diz que a *vida cotidiana* sempre existiu, impregnada de valores, ritos, mitos. O *cotidiano* é a entrada dessa vida cotidiana na Modernidade, enquanto objeto de uma programação cujo desenrolar é comandado pelo mercado, pelo sistema das equivalências, pelo marketing e a publicidade. É onde o mundo da mercadoria se realiza. Já o conceito de *cotidianidade* ressalta o que é “(...) homogêneo, repetitivo, fragmentário na vida cotidiana: os mesmos gestos, os mesmos trajetos...” (Lefebvre in CORPET, 1989, p. 134).

Para Lefebvre, a vida cotidiana é a vida do ser humano acionada em uma pluralidade de sentidos e simbolismos, em espaços que o modelam e a que ele também dá forma, dentro do fluxo incessante da vivência do tempo. É uma proposta teórica segundo a qual não há fatos sociais ou humanos que não tenham um laço de união, e a cotidianidade pode ser compreendida como este laço, o fio condutor para conhecer a sociedade:

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o

¹² Everyday life, in a sense residual, defined by 'what is left over' after all distinct, superior, specialized, structured activities have been singled out by analysis, must be defined as a totality. Considered in their specialization and their technicality, superior activities leave a 'technical vacuum' between one another which is filled up by everyday life. Everyday life is profoundly related to all activities, and encompasses them with all their differences and their conflicts; it is their meeting place, their bond, their common ground. And it is in everyday life that the sum total of relations which make the human - and every human being - a whole takes its shape and its form. In it are expressed and fulfilled those relations which bring into play the totality of the real, albeit in a certain manner which is always partial and incomplete: friendship, comradeship, love, the need to communicate, play, etc.

cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc. Eis, a nosso ver, a melhor maneira de tratar da questão, o procedimento mais racional para captar nossa sociedade, penetrá-la e defini-la (LEFEBVRE, 1991, p. 35).

Para se pensar criticamente a vida cotidiana a partir do jornalismo, é preciso entender melhor a dualidade entre miséria/riqueza do cotidiano ressaltada por Lefebvre, e aí cabe esmiuçar a obra do autor francês. O primeiro dos três volumes da *Crítica da Vida Cotidiana* foi publicado em 1946, e o terceiro em 1981, com 35 anos de intervalo entre um e outro e em diferentes momentos e contextos históricos. Em 1946, a França saía da Segunda Guerra Mundial e da ocupação alemã e era preciso reconstruir as cidades e a vida cotidiana. Naquele primeiro escrito, marcado por um clima de otimismo, a originalidade de Lefebvre foi tomar o cotidiano, tratado então como não-filosófico e não digno do saber científico, como tema de reflexão filosófica. Para ele, ao se proclamar totalidade definida e acabada, excluindo o não-filosófico, a filosofia “(...) realiza sua própria contradição e se destrói a si mesma” (LEFEBVRE, 1991, p. 18). O autor também critica as ciências parcelares por fragmentarem os fatos do cotidiano e os classificarem em categorias às vezes empíricas ou abstratas. Na concepção de Lefebvre, o cotidiano deveria ser um campo e uma renovação simultânea,

(...) um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

A partir da herança marxista, havia na primeira obra da trilogia uma proposta que via no cotidiano uma esfera da vida social marcada por contradições e conflitos profundos que poderia ser transformada por uma práxis revolucionária (LACOMBE, 2007, p. 150). O postulado teórico desta primeira obra partia da compreensão da produção em Marx. Lefebvre escreve que a produção não se reduz à fabricação de produtos. Ela designa tanto a criação de obras, incluindo o tempo e o espaço sociais, a produção material – a fabricação de coisas – e também a produção do ser humano por si mesmo, no decorrer do processo histórico. Ou seja, a produção das relações sociais e, tomada mais amplamente, sua reprodução. O movimento que mantém esse processo – as relações sociais inerentes a uma sociedade – segundo Lefebvre, não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a ciência, a cultura. “É

na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis¹³” (LEFEBVRE, 1991, p. 38). Assim, naquele período pós-Libertação na França, pleno de expectativas, a crítica da vida cotidiana de Lefebvre queria, como ele assinala, pôr o humanismo revolucionário no lugar do humanismo liberal e, lembrando aqui um lema que ficou ligado aos seus escritos, especialmente à concepção de *direito à cidade: Changer la vie, changer la ville*. Mudar a vida, mudar a cidade.

O segundo volume da trilogia foi publicado em 1961, mas antes dele, em 1958, Lefebvre publica a segunda edição do volume de 1946 na qual aparece um longo prefácio, já mencionado, que ocupa quase metade do livro. No texto, ele apresenta mais detalhadamente o projeto de pesquisa sobre o tema e os conceitos com os quais irá trabalhar. A partir de análises literárias e artísticas sobre B. Brecht e C. Chaplin, assim como de outros escritores e artistas, Lefebvre localiza formas distintas de consciência crítica do cotidiano pela arte, a filosofia e a política, tendo como eixo a teoria de alienação de Marx. No texto, aparece também a reflexão sobre a importância cada vez maior da técnica como instrumento cotidiano de regulação social, com elementos que tanto restringem quanto ampliam as potencialidades de vida. Passados então mais de dez anos desde a publicação do primeiro volume, com muitas das expectativas pós-Libertação da França frustradas, Lefebvre constata que a vida cotidiana ganhou seu lugar como tema de estudo, mas, sob a sociedade capitalista, se aguçaram também os elementos que a tensionam entre a miséria/riqueza:

(...) o processo de desenvolvimento social implica filosoficamente um duplo aspecto: *realização crescente do homem* e também *alienação crescente* até a sociedade capitalista inclusive. Uma na outra, uma pela outra. Por um lado, *objetivação*, quer dizer, existência objetiva cada vez mais real do humano no mundo humano dos produtos e obras e nas potências e poderes humanos que se constituem no curso da história; por outro, exteriorização, desgarramento de si, cisão, estranhamento igualmente crescentes¹⁴ (LEFEBVRE, 1991b, p. 58). [Com grifos no original]

¹³ O termo práxis tem várias acepções. Em Lefebvre, ele designa a atividade propriamente social, as relações entre os seres humanos, distinguidas das relações com a natureza e a matéria (LEFEBVRE, 1967, p. 63). A questão será melhor desenvolvida no Capítulo 2.

¹⁴ (...) that philosophically the process of social development involves two sides: *the increasing fulfilment of man* - and also an *increasing alienation* up to and including capitalist society. The one in the other. The one via the other. On the one hand *objectification*, in other words the more-and-more real, objective existence of human beings, both in the human world of products and works, and in the human strengths and powers developed throughout history; and on the other hand, and equally on the increase, externalization, an uprooting of the self, a split, an estrangement.

Com essa perspectiva crítica em relação aos primeiros escritos, o segundo volume traz a teoria da cotidianidade e uma complexa teia de categorias, entre as quais destaca-se aqui a teoria dos *momentos*. Nos anos 1960, Lefebvre foi professor de sociologia nas universidades de Estrasburgo e Nanterre, atuando também como diretor de investigação do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), que, entre outros temas, dedicava-se aos estudos sobre a vida cotidiana. Naquele período de efervescência na França, especialmente em Maio de 1968, ele pôde experimentar sua teorização sobre a vida cotidiana e o espaço urbano, analisando as formas de vida no pós-guerra francês como formas específicas de dominação e como recursos para a liberação (GOONEWARDENA, 2011-12, p. 31). Ao considerar que a vida cotidiana é o terreno em que o momento germina e cria raízes, Lefebvre assim o define:

Chamaremos "Momento" a tentativa de alcançar a realização total de uma possibilidade. A possibilidade se oferece; se descobre. Está determinada e conseqüentemente é limitada e parcial. Querer vivê-la como totalidade é, pois, necessariamente esgotá-la ao mesmo tempo que realizá-la. O Momento se pretende livremente total; ele se esgota no ato de ser vivido. Toda realização como totalidade implica uma ação constitutiva, um ato inaugural. Esse ato, simultaneamente, distingue um sentido e o cria. Estabelece uma estruturação sobre o fundo incerto e transitório da cotidianidade (que se revela assim: incerto e transitório, enquanto ela aparece como o "real" sólido e certo)¹⁵ (LEFEBVRE, 2002, p. 348-9). [Com grifos no original]

Ao refletir sobre a relação entre os momentos e a cotidianidade, o autor afirma que mesmo quem não é artista nem filósofo pode emergir acima da cotidianidade, em sua própria cotidianidade, por conhecer e experimentar os *momentos* no amor, no trabalho, no jogo (LEFEBVRE, 2002, p. 356-7). O homem cotidiano pode se mostrar perdido, "(...) entravado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos. Ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode arriscar; sabe ganhar e perder" (LEFEBVRE, 1991, p. 23).

Lefebvre oferece um vívido exemplo de *momento* em uma entrevista concedida a K. Ross na qual descreve um episódio ocorrido em 13 de maio do efervescente ano de 1968. Naquele dia, em Paris, 70 a 80 mil estudantes debatiam o rumo a seguir até se decidirem pelo Bairro Latino, onde estavam emissores de tevê e rádio. Eram três horas da madrugada, a

¹⁵ We will call 'Moment' the attempt to achieve the total realization of a possibility. Possibility offers itself; and it reveals itself. It is determined and consequently it is limited and partial. Therefore to wish to live it as a totality is to exhaust it as well as to fulfil it. The Moment wants to be freely total; it exhausts itself in the act of being lived. Every realization as a totality implies a constitutive action, an inaugural act. Simultaneously, this act singles out a meaning, and creates that meaning. It sets up a structuring against the uncertain and transitory background of the everyday (and reveals it to be as such: uncertain and transitory, whereas before it appeared to be solidly and undoubtedly 'real').

atmosfera era de grande confusão, quando Daniel Cohn-Bendit, então líder estudantil e depois deputado ecologista no parlamento europeu, teve a ideia de bradar: “greve geral, greve geral, greve geral”:

E esse foi o momento decisivo; foi aí que começou a ação. Isso foi o que pegou a polícia desprevenida. Que os estudantes causassem problemas, que houvesse um pouco de violência, alguns feridos, gases lacrimogêneos, pedras jogadas, barricadas e bombas: isso eram apenas os filhos da burguesia se divertindo. Mas uma greve geral, bem, isso não era assunto para piadas¹⁶ (Ross in GOONEWARDENA, 2011-2012, p. 32).

Prosseguindo na teoria de Lefebvre, o terceiro volume da *Crítica da Vida Cotidiana* apresenta duas partes, “Continuidades” e “Descontinuidades”, e nele Lefebvre avalia a teoria de cotidiano no contexto social em que ela então buscava ser crítica, bem diferente daquele dos anos 1940, quando começou a ser formulada. No texto sobressai a ênfase no tema da Modernidade e na formulação de que a crise permanente pode ter um papel crítico.

Entre o segundo e o terceiro volume da *Crítica da Vida Cotidiana* Lefebvre publica, em 1968, *A vida cotidiana no mundo moderno*, o único específico sobre a temática publicado no Brasil. Ele abre o livro construindo um cenário em que o leitor tem diante de si a coleção dos calendários impressos a partir de 1900. Neles, escolhe uma data, 16 de junho, de um ano relativamente tranquilo qualquer, e vai até a biblioteca consultar, pela imprensa, os acontecimentos daquele dia:

Ali encontra banalidades, acidentes, as resoluções das pessoas importantes da época, uma grande quantidade de informações empoeiradas e de notícias deterioradas, indicações suspeitas sobre as guerras e revoluções do momento. Você não encontra quase nada que permita prever (ou imaginar que as pessoas importantes que deixaram sua marca no que restou desse dia, dentre os outros, previram) o que aconteceria, o que se preparava, escondido nas profundezas do tempo. Por outro lado, você não encontra muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram esse dia: suas ocupações e preocupações, seus trabalhos e divertimentos. Apenas a publicidade (ainda ingênua), as banalidades, as pequenas informações marginais lhe dão idéia do que emergiu no centro da vida cotidiana durante essas horas (LEFEBVRE, 1991, p. 5-6).

¹⁶ Y ese fue el momento decisivo; fue ahí cuando comenzó la acción. Eso fue lo que cogió a la policía desprevenida. Que los estudiantes causaran problemas, que hubiera un poco de violencia, algunos heridos, gases lacrimógenos, adoquines, barricadas y bombas: eso eran sólo los niños de la burguesía pasándolo bien. Pero una huelga general, bueno, eso no era asunto de broma.

Lefebvre continua o texto imaginando uma série de fatos possivelmente essenciais não divulgados na imprensa naquele dia, e encerra a lista mencionando um 16 de junho específico do início do século 20 que, minuciosamente narrado, tiraria do anonimato cada uma das facetas da cotidianidade: a obra *Ulisses*, de J. Joyce, mostrando que “a história de um dia engloba a do mundo e a da sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 8). A abordagem do autor sobre a obra de Joyce, afirma Lindón Villoría, mostra uma forma sensível e clara de se referir ao dilema sociológico da relação micro/macro: “A trama de um dia contém fragmentos da história do mundo ou da sociedade¹⁷” (LINDÓN VILLORÍA, 2004, p. 41).

O jornalismo e literatura desencadeiam as reflexões de uma obra em que Lefebvre, no final dos anos 1960, percebe a mudança na relação entre a riqueza e a miséria da vida cotidiana: a primeira reduz, enquanto a segunda se expande, e assim o autor acentua a própria crítica, buscando desmascarar os nomes explicativos do cotidiano naquela época, como “sociedade industrial”, “sociedade técnica”, “sociedade da abundância”, “sociedade do lazer” e “sociedade de consumo”. Lefebvre concede uma série de reflexões à questão do lazer, que passa a ter importância na sociedade francesa e na sociedade moderna. Ele afirma que os empregos do tempo se classificam em três categorias: o tempo obrigatório (do trabalho profissional), o tempo livre (dos lazeres) e o tempo imposto (das exigências diversas fora do trabalho, como o transporte). Já naquele período histórico o tempo imposto ganhava terreno, aumentando mais rápido que o tempo dos lazeres, o que contrariava a denominação de “sociedade do lazer”, calcada na ideia de um novo *estilo* social que teria superado as exigências e imposições do trabalho produtivo material:

No momento, o lazer é antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano. E vive-se uma mutação difícil no transcender da qual os antigos “valores” foram inconsiderada e prematuramente obscurecidos. O lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce por si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo¹⁸ (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

Em relação aos primeiros escritos sobre a vida cotidiana, esse lazer passivo e compensatório é um dos mais importantes âmbitos da crítica de Lefebvre pela relação que faz

¹⁷ La trama de un día contiene fragmentos de la historia del mundo o de la sociedad.

¹⁸ Ainda que seja necessário interpretá-la e relativizá-la à luz de estudos mais recentes sobre o lazer e a produção midiática em geral, a crítica de Lefebvre ao lazer programado é atual por estar inserida na crítica ao consumo, inclusive cultural, sob a lógica da acumulação capitalista.

com outro, o trabalho repetitivo e fragmentado na Modernidade. Depois de evidenciar o que os nomes explicativos do cotidiano escondiam, Lefebvre propõe outro, “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Analisando o contexto das novas cidades francesas construídas depois da Segunda Guerra Mundial, com seus grandes e monótonos conjuntos habitacionais, o autor percebe cada vez mais a “(...) administração do cotidiano, sua subdivisão (trabalho, vida privada, lazer), organização controlada e minuciosa do emprego do tempo” (LEFEBVRE, 1991, p. 67). E conclui: “O cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser ‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para se tornar ‘objeto’ (objeto da organização social)” (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

Na análise das novas formas de consumo naquele final dos anos 1960, o autor apresenta a ideia do efêmero como método para tornar o cotidiano rentável, concretizado na obsolescência dos objetos e das necessidades (LEFEBVRE, 1991, p. 91). No livro, Lefebvre apresenta outro elemento que também desenvolverá no terceiro volume da *Crítica da Vida Cotidiana*: o cotidiano, a partir dos anos 1960, não é apenas recortado e organizado; ele também passa a ser alvo de *programação*, a partir da cibernetização da sociedade, para torná-lo *funcional*:

A cidade tradicional explode, enquanto a urbanização se estende, o que permite hoje semelhante empresa. A cibernetização da sociedade corre o risco de produzir-se por este caminho: organização do território, instituição de vastos dispositivos eficazes, reconstituição de uma vida urbana de acordo com um modelo adequado (centros de decisão, circulação e informação a serviço do poder) (LEFEBVRE, 1991, p. 73).

O cotidiano, portanto, deixa de ser um espaço-tempo deixado à liberdade, à razão e aos desejos individuais, como podia ser ainda em um primeiro momento, lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. De apenas um setor colonizado e racionalmente explorado da vida social, ele passou a ser objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planejada. A cotidianidade se tornaria assim, segundo Lefebvre, o principal produto da sociedade burocrática de consumo dirigido, assim como o de sua moldura, a Modernidade. Em suma, “(...) uma cotidianidade organizada repressivamente de acordo com opressões, pela ideologia persuasiva do consumo, mais ainda que pela realidade desse consumo (...)” (LEFEBVRE, 1991, p. 88).

Um dos aspectos mais importantes da crítica do autor envolve as consequências deste processo na esfera da vida privada, que se apresentam como contradições em escala global.

Uma delas situa-se entre a ideologia da tecnicidade e os mitos da tecnocracia, de um lado, e de outro a realidade do cotidiano. O consumo e o consumidor almejam a satisfação, saturam-se nesse processo, e, logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação:

Contrariando-se, opondo-se, implicando-se, misturam-se de um lado a satisfação, a procura obstinada do estado “satisfeito”, e, de outro, a insatisfação, o mal-estar. O consumo de espetáculo torna-se espetáculo do consumo. O consumo devorador do passado (obras de arte, estilos, cidades), a saturação rápida e o tédio se encadeiam. A partir daí, como não aspirar à ruptura? Como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são rápida e facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas. Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação (LEFEBVRE, 1991, p. 94).

Outra contradição é a ilusão de autossuficiência do sujeito na vida privada. O ser humano está determinado – e inclusive pré-fabricado – por coações de todo o tipo, mas paradoxalmente sente que a técnica o faz cada vez mais autônomo:

A mais grave [contradição] se determina como conflito entre o conjunto das *opressões*, consideradas como constitutivas de uma ordem social e de um plano, o cotidiano, e a ideologia da Liberdade mantida como aparência, apesar de todas as opressões e repressões reveladoras de um trajeto e de um projeto muito mais essenciais¹⁹ (LEFEBVRE, 1991, p. 88). [Com grifo no original]

Paralelo ao desvendamento do cotidiano no capitalismo tardio, Lefebvre amplia a compreensão de um processo que se aprofunda e afeta múltiplas esferas da realidade. Para

¹⁹ Essa compreensão de Lefebvre naquele livro originalmente publicado em 1968, passados 51 anos, ressoa hoje ainda mais profundamente. Quando da prisão de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, em abril de 2019, o filósofo esloveno *Slavoj Žižek* alertou que o novo complexo cognitivo-militar tem seu maior feito no fato de a opressão direta e escancarada não ser mais necessária, porque controla-se e influencia-se muito melhor os indivíduos quando eles continuam a se experimentar como agentes livres e autônomos de suas próprias vidas: “Essa é outra lição chave do WikiLeaks: nossa falta de liberdade é mais perigosa quando é experimentada como o próprio meio de nossa liberdade – o que poderia ser mais livre do que o fluxo incessante de comunicações que permite que qualquer indivíduo popularize suas opiniões e forme comunidades virtuais à revelia? Na medida em que nossas sociedades elevam a permissividade e a livre escolha a valores supremos, o controle social e a dominação não podem mais aparecer como elementos que infringem as liberdades do sujeito: precisam manifestar-se como (e serem sustentadas por) a própria auto experiência de liberdade dos indivíduos. O que poderia ser mais livre do que nossa navegação irrestrita na web? É assim que opera hoje o “Fascismo que cheira à democracia” (ŽIŽEK, 2019).

apreender possibilidades de o jornalismo ter sobre esse processo um papel crítico, faz-se necessário explorar outra dimensão da obra de Lefebvre.

1.2 COTIDIANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A vida cotidiana, o papel do Estado e o espaço urbano são temáticas de referência na vasta obra do autor francês e funcionam de modo integrado para a compreensão da Modernidade. Em suas obras *O direito à cidade* (1968), *Do rural ao urbano* (1970), *A revolução urbana* (1970) e *Espaço e política: o direito à cidade* (1972), o autor faz a crítica ao *urbanismo moderno* a partir do fenômeno urbano. Lefebvre afirma que o motor das transformações na sociedade moderna é a industrialização, e dela nasce a *sociedade urbana*, o *urbano*, mas este é um processo inconcluso, em formação, em parte real e em parte virtual:

O *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível* (LEFEBVRE, 1999, p. 26). [Com grifos no original]

A uma parcela importante destes obstáculos Lefebvre dá o nome de *urbanismo* – tomado como saber e instituição – formando um conjunto de representações (ideológicas e institucionais) que substituem e ocultam “(...) a própria realidade urbana, com sua problemática e sua prática” (LEFEBVRE, 1999, p. 45). Entre aqueles que se ocupam do urbanismo, conformando tendências que esboçam uma estratégia global, o autor distingue:

- o urbanismo dos homens de boa vontade, formado por arquitetos e escritores, que se ligam a um humanismo clássico e liberal e são nostálgicos em relação a modelos antigos, como os agrários, tomados como medida para os novos imóveis e cidades. “Esses humanistas apresentam-se ao mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais” (LEFEBVRE, 1991a, p. 24).

- o urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal), que se pretende científico, dividindo a si mesmo em tendências e extrapolando seus resultados a partir de uma ciência ou de uma análise fragmentária da realidade considerada. “Esse urbanismo

tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica), não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes” (LEFEBVRE, 1991a, p. 24).

- o urbanismo dos promotores de venda, que não negociam mais uma moradia ou imóvel, e sim urbanismo como valor de troca, inscrevendo-se, por exemplo, nos textos publicitários das construtoras, que associam a moradia a novos estilos de vida. “O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 1991a, p. 25).

Em sua obra de 1968, o autor assinalava como os urbanistas construiriam centros comerciais, centros de consumo, centros de decisão – concentrando “(...) os meios do poder: informação, formação, organização, operação)” (LEFEBVRE, 1991a, p. 26):

Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (LEFEBVRE, 1991a, p. 26).

Essas considerações revelam a distinção entre o *urbanismo* e o *urbano*. Para Lefebvre, a forma do urbano, sua “razão suprema”, são a simultaneidade – de coisas, de pessoas, de signos – e o encontro: “Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 1991a, p. 79). Já o *urbanismo* é uma forma ideológica “(...) que pretende dominar e submeter à sua *ordem* o processo de urbanização, assim como a prática urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 137, com grifo no original).

Em *A revolução urbana*, o autor afirma que o desenvolvimento do mundo da mercadoria, antes restrito aos conteúdos e objetos no espaço, acabou por alcançar o próprio espaço, que agora também pode ser comprado e vendido, ou seja, o espaço é uma mercadoria:

O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais valia. (...) Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço (LEFEBVRE, 1999, p. 140).

Este processo se dá em escala mundial, e o capitalismo, afirma o autor, não só inclui o espaço na formação da mais-valia²⁰ como também busca reorganizar a produção subordinando-a aos centros de decisão e poder (LEFEBVRE, 1999, p. 141). O urbanismo entra nesta operação dissimulando seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade: “Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc” (LEFEBVRE, 1999, p. 141). Tal processo se constitui calcado em uma ideologia urbanística cujas implicações serão desenvolvidas mais adiante, pela relação que têm com a mídia em geral e o jornalismo em particular.

Feita a diferenciação entre o *urbanismo* e o *urbano*, é importante explicar, a partir da obra de Lefebvre, como se distingue a *cidade* e o fato de que ela, ao contrário do urbano, preexiste à industrialização. As obras consideradas as mais belas da vida urbana são de épocas anteriores à industrialização, como as das antigas cidades orientais, das gregas e romanas e das cidades medievais. Essas cidades eram centros de vida social e política onde os homens acumulavam as riquezas, os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). Havia nelas “espontaneidade vital” (LEFEBVRE, 1978, p. 178).

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 1991a, p. 4). [Com grifos no original]

²⁰ A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, é a diferença específica do modo de produção capitalista, em que o excedente produzido toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato de a classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Na teoria de Marx, a força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, constituindo, por isso, o ingrediente essencial da produção capitalista (BOTTOMORE, 2001, p. 227). Lefebvre inclui o espaço na formação de mais-valia, no que é questionado por autores marxistas, debate que não é tratado nesta pesquisa.

O valor de troca e a generalização da mercadoria pelo processo de industrialização “(...) *tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana*”, outrora refúgios do valor de uso²¹ (LEFEBVRE, 1991a, p. 6, com grifos no original). Essa cidade tradicional, segundo o autor, sofreu uma dispersão violenta, e um dos fenômenos para explicar esse fato é a industrialização, que encontrou nas cidades os recursos necessários para se desenvolver, como as fontes de energia, as matérias-primas, a mão de obra. Generalizaram-se assim o intercâmbio e o comércio, convertendo o solo em mercadoria: “O espaço imprescindível para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituía a vitalidade da cidade, como obra, desapareceu ante a generalização do produto²²” (LEFEBVRE, 1976a, p. 67).

Nesse processo, a realidade urbana não desapareceu, ela se generalizou, tornando o urbano a marca da sociedade inteira. Ao distinguir então a *cidade* do *urbano*, Lefebvre afirma que o urbano aparece e se manifesta no curso da dispersão da cidade, mas permite reconsiderar e compreender determinados aspectos dela, como a centralização, o espaço como ponto de reunião, a monumentalidade²³ (LEFEBVRE, 1976a, p. 68).

Considerando o eixo espaço-temporal que vai do rural ao industrial e do industrial ao urbano, e pensando a sociedade como um todo sistêmico, Lefebvre distingue três níveis de realidade socioespacial que coexistem simultaneamente: o nível global (G), o nível misto (M) e o nível privado (P). O nível G é o dos templos, palácios, edifícios políticos e administrativos. É o nível do espaço institucional. Nele se exerce o poder pelas estratégias políticas do Estado. Entre essas estratégias, afirma o autor, destacam-se, nos países capitalistas, o neoliberalismo e o neodirigismo. O primeiro permite o máximo de ação à iniciativa privada, aos promotores imobiliários e aos bancos; o segundo, no domínio urbanístico, favorece a atuação dos especialistas e dos tecnocratas²⁴ (LEFEBVRE, 1999, p. 75-6).

²¹ Segundo o autor, a oposição se dá nestes termos entre valor de uso e valor de troca: a cidade e a vida urbana, o tempo urbano versus os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos (LEFEBVRE, 1991a, p. 27).

²² El espacio imprescindible para la vida cotidiana, se vende y se compra. Todo cuanto constituyó la vitalidad de la ciudad, en tanto que obra, ha desaparecido ante la generalización del producto.

²³ Lefebvre trata do papel dos monumentos em várias obras. Nas antigas cidades, o templo, o estádio, a ágora são exemplos de monumentos, assim como as catedrais.

²⁴ Em entrevista concedida em 1983 e publicada no Brasil em 1990, Lefebvre explica que, após a Segunda Guerra e a Libertação, alimentava-se a expectativa de uma grande renovação que não ocorreu. Em 1960, havia um vazio, a Reconstrução

O nível M é o dos itinerários, os lugares de passagem, os endereços comerciais, avenidas e praças, ruas médias, passagens menores levando às casas. É o nível especificamente urbano. O nível P refere-se ao habitar e seus lugares, como as casas e apartamentos, acampamentos e favelas. Na discussão sobre esse nível e sua relação com os outros dois. Lefebvre trata da distinção entre *habitar* e *habitat*, fundamentais para se compreender o papel do corpo no espaço urbano. O autor afirma que coube ao pensamento urbanístico pôr de lado o habitar e conceber o habitat, “(...) função simplificada, restringindo o ‘ser humano’ a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se (LEFEBVRE, 1999, p. 78). O habitat recalçou assim o habitar, uma prática milenar, complexa, mas concreta, dotando-o da racionalidade pretensamente urbanística:

O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos “*patterns*”, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar” (LEFEBVRE, 1999, p. 78-9). [Com grifo no original]

É em F. Nietzsche e em M. Heidegger que Lefebvre restitui o sentido do habitar, pela utilização de “(...) conceitos e categorias capazes de ir aquém do ‘vivido’ do habitante, em direção ao não-conhecido e ao desconhecido da cotidianidade (...)” (LEFEBVRE, 1999, p. 79). De Heidegger, Lefebvre remete ao ensaio *Construir, habitar, pensar* e ao estudo que o pensador alemão fez do poema *No azul sereno floresce... (In lieblicher Bläue...)*, escrito pelo poeta e romancista F. Hölderlin, do qual Lefebvre menciona a estrofe “Cheio de méritos, mas poeticamente / o homem habita esta terra” (HEIDEGGER, 2001). Lefebvre oferece então uma noção decisiva: habitar, para o indivíduo ou para o grupo, é *se apropriar* de algo: “Apropriar-se não é ter em propriedade, e sim fazer sua obra, modelá-la, formá-la, pôr nela sua marca própria²⁵” (LEFEBVRE, 1978, p. 210). Habitar, então, para além da estreiteza do que prescreve o pensamento urbanístico (ideológico), é apropriar-se do espaço, e o espaço é o lugar dos conflitos entre os constrangimentos e as forças de apropriação.

(da França) estava completa, e esse vazio para a revolução social e política que não ocorreu foi preenchida pela revolução científica e tecnológica. É nesse contexto que aparece, segundo Lefebvre, uma nova classe social, a dos tecnocratas. Essa revolução foi acompanhada de uma forte urbanização e industrialização que tomariam forma a partir de 1960, e o modo de produção capitalista passou a se apropriar inteiramente do espaço (CONVERSA..., 1990).

²⁵ Apropiarse no es tener en propiedad, sino hacer su obra, modelarla, formarla, poner el sello propio.

O corpo e o elemento lúdico são centrais na obra de Lefebvre. Ao abordar a ideia da insurreição do uso na obra do francês, Seabra afirma que, no processo de desenvolvimento da forma da mercadoria, tanto os elementos de ordem material existentes no mundo quando o próprio homem entram no processo de valorização, mas a energia vital, o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo, não desaparece, e sim se reelabora (SEABRA, 1996, p. 74). E é no vivido, segundo a autora, que a natureza aparece e transparece como corpo, como uso: “É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir” (SEABRA, 1996, p. 75).

Quando escreveu *O Direito à Cidade*, em 1968, Lefebvre afirmou que a vida urbana, de fato, em sua complexidade potencial de Obra, e não Produto, ainda não havia começado²⁶. Para isso, era preciso o esforço na direção de uma nova práxis e de um novo homem, o homem da sociedade urbana, “(...) polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com ‘o mundo’ (o meio e ele mesmo)” (LEFEBVRE, 1991a, p. 106). O urbanismo, constata o autor, deteriorou ou destruiu o elemento lúdico inerente à vida social espontânea, estancando assim a imaginação criadora (LEFEBVRE, 1978, p. 182). O caminho oposto, aponta, é o da construção de uma vida urbana como Obra coletiva.

Nesta direção, e para concretizá-la, Lefebvre faz uma distinção importante entre *apropriação* e *dominação*, ou *espaços apropriados* e *espaços dominados*. O espaço dominado pode ser exemplificado por espaços naturais transformados por uma técnica ou uma prática, como as auto-estradas, a arquitetura militar, os trabalhos de diques e de irrigação: “O espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só adquire sentido ao ser contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropriação²⁷” (LEFEBVRE, 2013, p. 213). As forças armadas, a guerra, o Estado e o poder político, diz o autor, têm importante papel no aumento da dominação. Já o espaço apropriado é aquele modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo.

²⁶ Lefebvre assinala que o conceito de obra foi elaborado entre os filósofos. Em Marx, “(...) o conceito central de produção se desdobra em produção do homem social por si mesmo (obras) e produção econômica propriamente dita (produtos)” (LEFEBVRE, 1969, p. 135).

²⁷ El espacio dominado es generalmente cerrado, esterilizado, vacío. Su concepto sólo adquire sentido una vez es contrastado con el concepto opuesto e inseparable de apropiación.

Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte, que não é o mesmo que dizer que seja um simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, de um monumento ou de uma edificação, mas nem sempre é assim: um sítio, uma praça ou uma rua podem ser perfeitamente considerados como espaços “apropriados”. Tais espaços abundam certamente, mas nem sempre é fácil estimar em que sentido, como e por e para quem foram “apropriados”²⁸ (LEFEBVRE, 2013: p. 213-4). [Com grifo no original]

Segundo Lefebvre, a oposição “dominado-apropriado” não se limita a um contraste discursivo. Ela implica um conflito que se desenvolve até a vitória de um dos termos em luta: a dominação subjungando a apropriação, mas não o suficiente para que a última desapareça: “Ao contrário: a prática e o pensamento teórico proclamam sua importância e reclamam sua restituição²⁹” (LEFEBVRE, 2013, p. 214). Para Lefebvre, o campo desta disputa é o cotidiano, espaço-tempo onde, diante das coerções do espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, pode se dar a “rebelião do vivido” (LEFEBVRE, 1999, p. 164).

A apropriação não pode ser confundida com a propriedade, e a distinção diz muito da proposta revolucionária de Lefebvre no contexto do capitalismo tardio, caracterizado pelo conflito em torno da propriedade privada:

Falarei também da “apropriação”. Com este termo não nos referimos à propriedade; é mais, trata-se de algo totalmente distinto; trata-se do processo segundo o qual um indivíduo ou grupo se apropria, transforma em seu bem, algo exterior, de modo que se pode falar de tempo ou espaço urbano apropriados pelo grupo que modelou a cidade; o espaço urbano de Veneza, de Florença, é um espaço apropriado às pessoas que criaram Veneza ou Florença³⁰ (LEFEBVRE, 1978, p. 186).

O autor explica que quanto mais funcionalizado está um espaço, ou seja, dominado pelos que o manipulam e o querem monofuncional, menos ele se presta à apropriação: “Por que? Porque se situa fora do tempo *vivido*, tempo diversificado e complexo experimentado pelos usuários. Sem dúvida, o que adquire um indivíduo quando compra um espaço?

²⁸ Un espacio apropiado parece una obra de arte, que no es lo mismo que decir que sea un simulacro. A menudo, se trata de una construcción, de un monumento o de una edificación, pero no siempre es así: un sitio, una plaza o una calle pueden ser perfectamente considerados como espacios "apropiados". Tales espacios abundan ciertamente, si bien no siempre es fácil estimar en qué sentido, cómo y por y para quién fueron "apropiados".

²⁹ Todo lo contrario: la práctica y el pensamiento teórico proclaman su importancia y reclaman su restitución.

³⁰ Hablaré también de la "apropiación". Con este término no nos referimos a propiedad; es más, se trata de algo totalmente distinto; se trata del proceso según el cual un individuo o grupo se apropia, transforma en su bien, algo exterior, de modo que puede hablarse de tiempo o espacio urbano apropiados por el grupo que ha modelado la ciudad; el espacio urbano de Venecia, de Florencia, es un espacio apropiado a las personas que han creado Venecia o Florencia.

Tempo³¹” (LEFEBVRE, 2013, p. 389, com grifo no original)³². A afirmação pode ser melhor compreendida no contexto das distintas possibilidades de localização no espaço: quem pode morar próximo ao local de trabalho, por exemplo, usufrui de mais tempo para se dedicar a outras atividades. A relação aparece explicitada quando Lefebvre descreve como o capitalismo toma posse do espaço e também o produz, tornando-o homogêneo, para construir os grandes conjuntos habitacionais:

6. Acaso desapareceria o *valor de uso*? Essa homogeneização dos fragmentos dispersos e comercializados do espaço acaso suporia a prioridade absoluta da troca e do valor de troca? Acaso este ficaria reduzido a *signos* de prestígio e de *standing*, diferenças internas de sistema, superpostas até absorvê-las, aos "valores" produzidos pela venda, aos custos de produção? Não. O adquirente de espaço segue comprando *valor de uso*. Não apenas compra um volume habitável (mais ou menos), convertível e comutável com outros, e unicamente marcado semiologicamente pela propaganda publicitária ou pelos signos visíveis de uma certa "distinção". O adquirente é comprador de uma *distância*, o que conecta seu alojamento a diferentes lugares: os *centros* (de comércio, de lazer, de cultura, de trabalho, de decisão). Essas distâncias fazem com que tal ou qual lugar seja mais ou menos atraente; mas não é exatamente essa "desejabilidade" ou atrativo (que permitiria introduzir aqui imagens psicológicas, "marginalismos"), o que desempenha o papel principal. O consumo de espaço difere do consumo das coisas, não apenas pela sua dimensão e quantidade, mas também por características específicas. De fato, o *tempo* entra agora em cena, ainda quando o espaço programado e fragmentado tenda a eliminá-lo. Compra-se um *horário*, ou seja, uma economia de tempo (distância curta ou longa) e um prazer. O espaço envolve o tempo. Por mais que se queira omitir isto, não se deixa dominar. Através do espaço, o que se produz e reproduz é um tempo social³³ (LEFEBVRE, 1976, p. 110). [Com grifos no original]

³¹ ¿Por qué? Pues porque se sitúa fuera del tiempo *vivido*, tiempo diversificado y complejo experimentado por los usuarios. Sin embargo, ¿qué es lo que adquiere un individuo cuando compra un espacio? Tiempo.

³² Assinala-se que, nas conclusões de seu livro *A produção do espaço*, Lefebvre afirma que as línguas, todas em geral e cada uma em particular, expressam pobremente o tempo social e a prática social e, para a realidade urbana, escasseiam as palavras, e assim é preciso desconstruir e reconstruir as línguas e as linguagens pela e na prática social (espacial) (2013, p. 443). Uma de suas referências é às palavras *usager* e "*usager*" (no francês), para as quais propõe conteúdos diferenciados. A tradução em inglês utiliza, com e sem aspas, "*users*". A tradução em espanhol, aqui adotada, utiliza *usuarios*, nem sempre apontando, com aspas, a distinção em Lefebvre. O livro não tem tradução em português. Seabra (1996, p. 78) assume por *usager* o usuário e por "*usager*" o usador. A história, diz a autora, já registra a metamorfose do usuário em usador, aquele que usa sem mediação: "De modo que para o usuário estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono..." (SEABRA, 1996, p. 78).

³³ 6. ¿Acaso iría a desaparecer *el valor de utilización*? Esa homogeneización de los fragmentos dispersos y comercializados del espacio ¿acaso supondría la prioridad absoluta del intercambio y del valor de intercambio? ¿Acaso éste quedaría reducido a *signos* de prestigio y de *standing*, diferencias internas del sistema, superpuestas hasta absorbélas, a los "valores" producidos por la venta, a los costes de producción? No. El adquisidor de espacio sigue comprando *valor de utilización*. No tan sólo compra un volumen habitable (más o menos), convertible y conmutable con otros, y únicamente marcado semiológicamente por la propaganda publicitaria o por signos visibles de una determinada "distinción". El adquisidor es comprador de una *distancia*, la que une su alojamiento a diferentes lugares: los *centros* (de comercio, de ocio, de cultura, de trabajo, de decisión). Esas distancias hacen que tal o qual lugar sea, más o menos atrayente; pero no es exactamente esta "deseabilidad" o atractivo (que permitiría introducir aquí imágenes psicológicas, "marginalismos") lo que desempeña el

Lefebvre articula esse conjunto de conceitos na formulação da obra *A produção do espaço*, de 1974, na qual sua reflexão sobre a problemática do espaço atinge a maturidade. A proposição-chave para compreender o espaço lefebvriano assim se coloca: o espaço (social) é um produto (social)³⁴. Cada sociedade produz seu espaço no processo histórico da produção social, e assim o espaço e o tempo são históricos. O espaço é a inscrição no mundo de um tempo (LEFEBVRE, 1978, p. 211) Ele serve tanto de instrumento do pensamento como da ação e, simultaneamente, constitui um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013, p. 86):

Podemos afirmar que o espaço é uma relação social, mas inerente às *relações de propriedade* (a propriedade do solo, da terra em particular), e que por outro lado está ligado às *forças produtivas* (que conformam essa terra, esse solo): vemos, pois, que o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. *Produto* que se utiliza, que se consome, é também *meio de produção*: redes de troca, fluxos de matérias-primas e de energias que configuram o espaço e que são determinadas por ele. Em consequência, esse meio de produção, produzido como tal, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo a técnica e o conhecimento, nem separado da divisão social do trabalho, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e as superestruturas da sociedade³⁵ (LEFEBVRE, 2013, p. 141). [Com grifos no original]

No capitalismo tardio, segundo Lefebvre (2013, p. 91) há uma correlação entre três esferas de reprodução social da totalidade do espaço social: 1) as relações sociais de reprodução (relações biofisiológicas e organização familiar); 2) a reprodução da força de

papel principal. El consumo del espacio difiere del consumo de las cosas, no tan sólo por su dimensión y cantidad, sino también por características específicas. De hecho, *el tiempo* entra ahora en escena, aun cuando el espacio a la par programado y fragmentado tienda a eliminarlo. Se compra un *horario*, es decir, a la vez un ahorro de tiempo (distancia corta o larga) y un placer. El espacio envuelve el tiempo. Por mucho que quiera omitirse éste, no se deja domeñar. A través del espacio, lo que se produce y reproduce es un tiempo social.

³⁴ Lefebvre diz que, quando o livro *A produção do espaço* foi escrito, as concepções de espaço eram confusas, paradoxais e incompatíveis. O espaço estava na moda: espaço pictórico, escultórico, musical. O público o associava, com E maiúsculo, às distâncias cósmicas. Tradicionalmente, evocava as matemáticas, a geometria euclidiana e seus teoremas, ou seja, uma abstração, “um continente sem conteúdo”. Nas ciências que se ocupavam dele, o espaço era fragmentado em virtude de postulados metodológicos simplificados. A concepção do espaço como produto social propunha uma problemática em parte nova e imprevista (2013, p. 53-5).

³⁵ Podemos afirmar que el espacio es una relación social, pero inherente a las *relaciones de propiedad* (la propiedad del suelo, de la tierra en particular), y que por otro lado está ligado a las *fuerzas productivas* (que conforman esa tierra, ese suelo): vemos, pues, que el espacio social manifiesta su polivalencia, su "realidad" al la vez formal y material. *Producto* que se utiliza, que se consume, es también *medio de producción*: redes de cambio, flujos de materias primas y de energías que configuran el espacio y que son determinados por él. En consecuencia, este medio de producción, producido como tal, no puede ser separado de las fuerzas productivas, incluyendo la técnica y el conocimiento, ni separado de la división social del trabajo, que lo modela, ni de la naturaleza, ni del Estado y las superestructuras de la sociedad.

trabalho (a classe trabalhadora como tal); 3) a reprodução das relações sociais de produção (as relações constitutivas da sociedade capitalista). De igual modo, na obra do autor, a explicação de como o espaço é produzido se dá pela interconexão de três dimensões ou três níveis do real: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação³⁶.

Essa construção e seus desdobramentos têm relação com a base conceitual sobre a qual o autor constrói sua teoria. Lefebvre desenvolveu um conceito próprio de dialética, conhecido como dialética tridimensional ou triádica, erigido sobre a obra de Hegel, de Marx e de Nietzsche. De Hegel vem a clássica construção tese-antítese-síntese, que dá precedência à ideia; de Marx, a afirmação-negação-negação da negação, cuja precedência é o processo material da produção social; de Nietzsche, o ato criativo e poético. Em análise sobre o processo desta construção de Lefebvre, Schmid (2012) explica que, enquanto a dialética hegeliana e a marxista baseiam-se em dois termos em contradição entre si e que são suprassumidos por meio de um terceiro termo, a dialética triádica de Lefebvre postula três termos que assumem igual importância:

Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social. A prática social material tomada como ponto de partida da vida e da análise constitui o primeiro momento. Ela permanece em contradição com o segundo momento: conhecimento, linguagem e palavra escrita, compreendidos por Lefebvre como abstração, como poder concreto e como compulsão ou constrangimento. O terceiro momento envolve poesia e desejo como formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte. Lefebvre, porém, não para nessa suprassunção em transcendência e poesia. Desta maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são dialeticamente interconectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche) (SCHMID, 2012, p. 7).

A teoria da formação social do espaço de Lefebvre também está ligada a outros dois âmbitos do conhecimento, a linguagem e a fenomenologia. A linguagem igualmente assume a

³⁶ Os termos em francês, na obra original de Lefebvre, são *l'espace perçu*, *l'espace conçu* e *l'espace vécu*, que, nas obras em português, têm sido traduzidos como *espaço percebido*, *espaço concebido* e *espaço vivido*. Cabe considerar que *l'espace conçu* tem a ver, em Lefebvre, com o espaço mental abstrato do pensamento, o *espaço pensado* na dimensão política, institucional, econômica, técnica, e não apenas o espaço projetado tecnicamente. Do mesmo modo, *l'espace vécu* é o espaço da experiência vivida nas relações sociais, a vivência, e não o vivido como fato biológico em si ou o vivido individual, o que tornaria a expressão *espaço vivenciado* mais adequado para definir o termo por dar a ele uma dimensão social. Essa perspectiva é levantada por ALOMAR (2019) em tese defendida na UFSC e ainda não disponibilizada de forma pública. Esclarecidas essas questões, são usados, na pesquisa, os termos *espaço percebido*, *espaço concebido* e *espaço vivido*, como aparecem em português nas bibliografias consultadas.

tridimensionalidade: a dimensão clássica da linguística e da gramática; a dimensão paradigmática; a dimensão simbólica. Da fenomenologia, Lefebvre toma os conceitos de percebido, concebido e vivido, sendo o vivido o termo filosófico que o autor considera para a cotidianidade. A partir da perspectiva fenomenológica, afirma Schmid, “(...) a produção do espaço é baseada em uma tri-dimensionalidade que é identificável em todo processo social” (SCHMID, 2012, p. 15). Daí vêm os princípios fundamentais da teoria da produção do espaço: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação. O núcleo da teoria identifica três momentos da produção, a material, a de conhecimento e a de significados, compreendendo o espaço “(...) em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo (SCHMID, 2012, p. 16). Schmid esclarece essas dimensões espaço-temporais da realidade social:

Quando aplicada à produção do espaço, esta abordagem fenomenológica conduz às seguintes conclusões: um espaço social inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido - uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência vivida. A “experiência” pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. Estas três dimensões da produção do espaço constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três (SCHMID, 2012, p. 15-16).

Lefebvre alerta que a tríade conceitual percebido-concebido-vivido perde seu alcance se a ela for atribuído o estatuto de um modelo abstrato: “Ou bem capta o concreto (como algo distinto do “imediato”) ou então só tem uma importância limitada, a de uma mediação ideológica entre muitas outras³⁷” (LEFEBVRE, 2013, p. 99). Segundo ele, é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, para que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder (LEFEBVRE, 2013, p. 99). O autor assim desenvolve os conceitos:

³⁷ O bien capta lo concreto (como algo distinto de lo "imediato) o entonces sólo tiene una importancia limitada, la de una mediación ideológica entre muchas otras.

(a) *A prática espacial* de uma sociedade secreta seu espaço: postula-o e o supõe em uma interação dialética; o produz lenta e serenamente dominando-o e apropriando-se dele. Do ponto de vista analítico, a prática espacial de uma sociedade se descobre ao decifrar seu espaço.

Em que consiste a prática espacial sob o neocapitalismo? Expressa uma estreita associação no espaço percebido entre a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (as rotas e redes que se ligam aos lugares de trabalho, de “vida privada”, de lazer). Sem dúvida, essa associação é surpreendente pois inclui a separação mais extrema entre os lugares que vincula. A competência e a *performance* espaciais próprias de cada membro da sociedade somente são apreciáveis empiricamente. A prática espacial “moderna” se define assim pela vida cotidiana de um habitante de moradia social na periferia – caso limite, mas sem dúvida significativo –, sem que isto nos autorize a deixar de lado as autopistas ou a política de transporte aéreo. Uma prática espacial deve possuir certa coesão, sem que isto seja equivalente a coerência (no sentido de intelectualmente elaborada, concebida logicamente³⁸ (LEFEBVRE, 2013, p. 97). [Com grifos no original]

(b) *As representações do espaço*, isto é, o espaço concebido, o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até o de certo tipo de artistas próximos à cientificidade, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido (...). É o espaço dominante em qualquer sociedade (o modo de produção). As concepções de espaço tenderiam (...) em direção a um sistema de signos verbais – intelectualmente elaborados³⁹ (LEFEBVRE, 2013, p. 97). [Com grifos no original]

(c) *Os espaços de representação*, quer dizer, o espaço *vivido* através das imagens e os símbolos que o acompanham, e a partir daí, pois, o espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também o de certos artistas e talvez daqueles romancistas e filósofos que *descrevem* e só aspiram a descrever. Se trata do espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Recobre o espaço físico utilizando

³⁸ La práctica espacial de una sociedad secreta su espacio: lo postula y lo supone en una interacción dialéctica; lo produce lenta y serenamente dominándolo y apropiándose de él. Desde el punto de vista analítico, la práctica espacial de una sociedad se descubre al descifrar su espacio.

¿En qué consiste la práctica espacial bajo el neocapitalismo? Expresa una estrecha asociación en el espacio percibido entre la realidad cotidiana (el uso del tiempo) y la realidad urbana (las rutas y redes que se ligan a los lugares de trabajo, de "vida privada", de ocio). Sin duda, esta asociación es sorprendente pues incluye la separación más extrema entre los lugares que vincula. La competencia y la *performance* espaciales propias de cada miembro de la sociedad sólo son apreciables empiricamente. La práctica espacial "moderna" se define así por la vida cotidiana de un habitante de vivienda social en la periferia - caso límite, pero sin duda significativo -, sin que esto nos autorice a dejar de lado las autopistas o la política de transporte aéreo. Una práctica espacial debe poseer cierta cohesión, sin que esto sea equivalente a coherencia (en el sentido de intelectualmente elaborada, concebida lógicamente).

³⁹ Las representaciones del espacio, es decir, el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el de cierto tipo de artistas próximos a la cientificidad, todos los cuales identifican lo vivido y lo percibido con lo concebido (...). Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción). Las concepciones de espacio tenderían (...) hacia un sistema de signos verbales - intelectualmente elaborados.

simbolicamente seus objetos. Por conseguinte, esses espaços de representação mostrariam uma tendência (...) em direção a sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não-verbais⁴⁰ (LEFEBVRE, 2013, p. 98). [Com grifos no original]

Para melhor explicar os três momentos do espaço, Lefebvre afirma que a prática social supõe um uso do corpo: “[...] o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades alheias a este. Trata-se da esfera do *percebido* (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido psicológico)⁴¹” (LEFEBVRE, 2013, p. 99, com grifo no original). As representações do espaço, por sua vez, estariam penetradas de um saber, mescla de conhecimento e ideologia, sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas (LEFEBVRE, 2013, p. 100). Já o espaço de representação é penetrado pelo imaginário e o simbolismo, espaço que se vive e se fala: “Contém os lugares da paixão e da ação, o das situações vividas e, por consequência, implica imediatamente o tempo⁴²” (LEFEBVRE, 2013, p. 100). Certamente há uma tensão constante entre estes três espaços, com os experts do espaço concebido continuamente buscando domar o espaço vivido do cotidiano.

Lefebvre desenvolve a análise de sua tríade conceitual usando como exemplo as cidades da Idade Média, a região da Toscana e a Roma antiga, sinalizando assim a potencialidade do percebido-concebido-vivido para a reflexão sobre a problemática urbana hoje:

Para resumir Roma e a romanidade, a análise permite discernir:

a) *A dupla prática espacial*. A via civil e militar liga a *Urbs* aos campos dominados. A via romana permite que a *Urbs*, povo e senado, afirme sua centralidade política no meio da “*orbis terrarum*”. A Porta, passagem da via imperial, que vai da *Urbs* ao *Orbs*⁴³, separa o muro sagrado do território

⁴⁰ Los espacios de representación, es decir, el espacio *vivido* a través de las imágenes y los símbolos que lo acompañan, y de ahí, pues, el espacio de los "habitantes", de los "usuarios", pero también el de ciertos artistas y quizá de aquellos novelistas y filósofos que *describen* y sólo aspiran a describir. Se trata del espacio dominado, esto es, pasivamente experimentado, que la imaginación desea modificar y tomar. Recubre el espacio físico utilizando simbólicamente sus objetos. Por consiguiente, esos espacios de representación mostrarían una tendencia (...) hacia sistemas más o menos coherentes de símbolos y signos no verbales.

⁴¹ “[...] : el empleo de las manos, de los miembros, de los órganos sensoriales y de los gestos del trabajo y de las actividades ajenas a éste. Se trata de la esfera de lo *percebido* (base práctica de la percepción del mundo exterior, en el sentido psicológico).

⁴² Contiene los lugares de la pasión y de la acción, los de las situaciones vividas y, por consiguiente, implica inmediatamente al tiempo.

⁴³ As expressões *Urbs* e *Orbs* referem-se à forma como a Roma antiga se percebia, cidade (*urbs*) e terra, mundo (*orbs*), ou seja, Roma representava a *imago mundi*, a imagem do mundo.

submetido, permite a entrada e a saída. No outro polo, o da vida “privada” que se constitui juridicamente no seio da sociedade “política” e segundo os mesmos princípios - os da propriedade -, a Casa romana corresponde a necessidades determinadas.

b) *A dupla representação do espaço*: de um lado o *Orbs* e a *Urbs*, circulares, com suas aberturas e suas implicações (o arco e a abóbada); e de outro lado, o campo militar, rigidamente quadriculado, com seus dois eixos perpendiculares, o *cardo* e o *decúmano*, espaço fechado, repartido, fortificado.

c) *O duplo espaço de representação*: o princípio masculino, militar, autoritário, jurídico, dominante; e o princípio feminino, não negado mas integrado, “abismado” na terra como lugar de sementes e de mortes, como “mundo”.

Esses três níveis de determinações correspondem ao percebido, ao concebido, ao vivido, numa unidade global⁴⁴ (LEFEBVRE, 2013, p. 286).
[Com grifos no original]

O autor adverte que cada sociedade produz um espaço – o suporte das relações sociais – e que nenhum espaço desaparece ou é completamente abolido no curso do processo de desenvolvimento histórico (LEFEBVRE, 2013, p. 432). O que resta de um determinado espaço pode virar atração turística, como os espaços citadinos de Roma, Veneza e Florença, onde hoje a chegada de hordas de visitantes consome e consome o espaço (LEFEBVRE, 2013, p. 176), a consumação aqui entendida como destruição, porque o turismo em massa faz desaparecer o que busca de autenticidade nas cidades antigas, ou seja, o objeto desaparece com a atividade que o utiliza (LEFEBVRE, 1978, p. 192-3).

Na modernidade, afirma o autor, o espaço tem hoje características precisas: a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização:

Ele [o espaço] tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - análogas exigências dos intervenientes, os métodos de gestão, de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, em realidade

⁴⁴ Para resumir Roma y la romanidad, el análisis permite discernir:

a) *La doble práctica espacial*. La vía civil y militar liga la *Urbs* a los campos dominados. La vía romana permite que la *Urbs*, pueblo y senado, afirme su centralidad política en medio del "orbis terrarum". La Puerta, paso de la vía imperial, que va desde la *Urbs* hasta el *Orbs*, separa el recinto sagrado del territorio sometido, permite la entrada y la salida. En el otro polo, el de la vida "privada" que se constituye juridicamente en el seno de la sociedad "política" y según los mismos principios - los de la propiedad -, la Casa romana corresponde a necesidades determinadas.

b) *La doble representación del espacio*: de un lado, *Orbs* y *Urbs*, circulares, con sus aberturas y sus implicaciones (el arco y la bóveda); y de otro lado, el campo militar, rigidamente cuadriculado, con sus dos ejes perpendiculares, el *cardo* y el *decumanos*, espacio cerrado, repartido, fortificado.

c) *El doble espacio de representación*: el principio masculino, militar, autoritario, jurídico, dominante; y el principio femenino, no negado sino integrado, "abismado" en la tierra como lugar de simientes y de muertos, como "mundo". Estos tres niveles de determinaciones corresponden a lo percibido, a lo concebido y a lo vivido dentro de una unidad global.

isolados. Pois paradoxalmente (outra vez) esse espaço homogêneo se fragmenta em lotes, em parcelas, se despedaça. O que produz guetos, isolados, grupos unifamiliares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros urbanos. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais, etc. Reina uma curiosa lógica deste espaço, que se vincula ilusoriamente à informatização. E que oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esquema do espaço com sua lógica de homogeneidade-fragmentação-hierarquização tomou um alcance maior e uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento de toda a sociedade⁴⁵ (LEFEBVRE, 2013, p. 58).

Em sua obra, Lefebvre mostra que há uma história do espaço, pensada a partir dos modos de produção e das sociedades particulares onde eles se concretizaram, possibilitando que o espaço seja pensado em sua dimensão temporal. Para situar essa periodização, Lefebvre distingue o espaço *absoluto*, o espaço *abstrato* e o espaço *diferencial*. Como na tríade já exposta, eles são, ao mesmo tempo, físicos (natureza), mentais (lógicas e abstrações formais) e sociais (interação humana), coexistindo como camadas ou sedimentos do processo histórico.

O espaço absoluto consiste em fragmentos da natureza que, por suas características (cavernas, rios), são incorporadas aos cerimoniais das forças religiosas e aos interesses das forças sociopolíticas. Dele procede, sem que o faça desaparecer, o espaço abstrato, que nega as diferenças que provém da natureza e do tempo histórico, assim como as provenientes do corpo, da idade, do sexo, da etnia (LEFEBVRE, 2013, p. 108). O espaço abstrato é o espaço do capitalismo, dos experts e da tecnocracia, e serve de instrumento para a dominação:

O capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que o poder do dinheiro e o do Estado político. Esse espaço abstrato apóia-se sobre as vastas redes bancárias, comerciais e industriais (as grandes unidades de produção). Mas da mesma forma sobre o espaço das auto-estradas, aeroportos, redes de informação etc. Nesse espaço, a cidade –

⁴⁵ Tiende hacia lo homogéneo por diversas razones: la fabricación de elementos y materiales – análogas exigencias de los intervinientes, los métodos de gestión, de control, de vigilancia y de comunicación. Homogeneidad, pero no de plan, ni de proyectos. Falsos "conjuntos", em realidad aislados. Pues paradójicamente (otra vez) este espacio homogéneo se fragmenta en lotes, en parcelas, se desmigaja. Lo cual termina produciendo guetos, clausuras, grupos unifamiliares y pseudo-conjuntos mal vinculados con los alrededores ya centros urbanos. Con una jerarquización estricta: espacios residenciales, espacios comerciales, espacios de ocio, espacios para marginales, etc. Gobierna una curiosa lógica de este espacio que la anuda ilusoriamente a la informatización. Y que oculta bajo su homogeneidad las relaciones "reales" y los conflictos. Además, parece que esta ley o esquema del espacio con su lógica de homogeneidad-fragmentación-jerarquización haya logrado um alcance mayor y una especie de generalidad, con efectos análogos, en el saber y la cultura, en el funcionamiento de toda la sociedad.

em seu tempo berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito histórico e centro do espaço histórico – se desintegrou⁴⁶ (LEFEBVRE, 2013, p. 111-12).

O autor afirma que espaço abstrato tende para a homogeneidade ao reduzir as diferenças (particularidades) existentes, e nele se dá o embate com o vivido porque o espaço novo só pode nascer a partir da acentuação das diferenças, da quebra do homogêneo. É, portanto, um espaço contraditório, carregado de conflitos. Essas contradições se expressam na totalidade socioespacial, que se expressa nos três níveis já vistos, o nível global (G), o nível misto (M) e o nível privado (P). Tal movimento vai se visibilizar de forma mais ou menos intensa na vida cotidiana, onde se dá o embate entre a apropriação e a dominação do espaço. Lefebvre conceitua como diferencial esse novo espaço que pode se engendrar a partir do espaço abstrato, reunindo em si as funções, os elementos e os momentos da prática social que o espaço abstrato separa (LEFEBVRE, 2013, p. 110-11). Segundo o autor, no espaço-tempo urbano, o espaço diferencial aparece quando se quebra o projeto de homogeneidade definido pela racionalidade industrial: “(...) cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o” (LEFEBVRE, 1999, p. 42) Abrem-se, a partir das contradições, as possibilidades de transformação social a partir do vivido:

Uma revolução que não dá lugar a um novo espaço não chega a realizar todo seu potencial; trava e não gera mudanças de vida, apenas modifica as superestruturas ideológicas, as instituições, os aparatos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica por sua capacidade criativa, geradora de efeitos na vida cotidiana, na linguagem e no espaço, embora seu impacto não tenha que acontecer necessariamente no mesmo ritmo e com intensidade semelhante⁴⁷ (LEFEBVRE, 2013, p. 112).

⁴⁶ El capitalismo y el neocapitalismo han producido el espacio abstracto que contiene el "mundo de la mercancía", su "lógica" y sus estrategias a escala mundial, al mismo tiempo que el poder del dinero y el del Estado político. Este espacio abstracto se apoya sobre las vastas redes bancarias, comerciales e industriales (las grandes unidades de producción). Pero asimismo sobre el espacio de las autopistas, aeropuertos, redes de información, etc. En este espacio, la ciudad - en su día cuna de la acumulación, lugar de la riqueza, sujeto histórico y centro del espacio histórico- se ha desintegrado.

⁴⁷ Una revolución que no da lugar a un nuevo espacio no llega a realizar todo su potencial; embarranca y no genera cambios de vida; tan sólo modifica las superestructuras ideológicas, las instituciones, los aparatos políticos. Una transformación revolucionaria se verifica por su capacidad creativa, generadora de efectos en la vida cotidiana, en el lenguaje y en el espacio, aunque su impacto no tenga por qué suceder necesariamente al mismo ritmo y con similar intensidad.

Assim como sua crítica do cotidiano, Lefebvre busca, com a teoria do espaço social, alcançar a prática e a ação. Ele adverte que de nada adiantam os anseios de mudar a vida, mudar a cidade, termos formulados por poetas e filósofos, se não houver a produção de um espaço e também de uma linguagem apropriadas. São termos que caíram no domínio público, quer dizer, no domínio político: “No processo, foram se degenerando em slogans políticos: *Viver melhor..., Viver de outro modo..., A qualidade de vida... O estilo de vida*⁴⁸” (LEFEBVRE, 2013, p. 117, com grifos no original). Em 1974, quando publicou o livro que sintetizava a referida teoria, Lefebvre afirmava que a transformação da sociedade supunha a posse e a gestão coletivas do espaço mediante uma intervenção constante dos indivíduos, “(...) com os seus múltiplos, diversos e contraditórios interesses⁴⁹” (LEFEBVRE, 2013, p. 451), ideia que manteve até seus últimos escritos, no final dos anos 1980:

Tratar-se-ia, pois, no horizonte, no limite do possível, de produzir o espaço da espécie humana, como obra coletiva (genérica) desta espécie, à semelhança do que se dizia e ainda se diz “arte”, mas uma arte que já não tenha sentido referido ao “objeto” isolado por e para o individual.

Criar (produzir) o espaço planetário como suporte social de uma vida cotidiana metamorfoseada, aberta às múltiplas possibilidades, permitiria abrir o horizonte. É o alvorecer que anunciavam os grandes “utopianos” (que não foram *utópicos*, pois mostraram as possibilidades): Fourier, Marx e Engels, cujos sonhos e imaginação seguem estimulando o pensamento teórico tanto como seus conceitos⁵⁰ (LEFEBVRE, 2013, p. 451). [Com grifo no original]

Para aprofundar a compreensão das contradições na produção e apropriação do espaço, são também relevantes outros três conceitos formulados por Lefebvre (1999, p. 43): espaços isotópicos, espaços heterotópicos e espaços utópicos. Os espaços isotópicos são homólogos à lógica do capital, mercantilizados, tendo valor de troca. São exemplos deles os espaços produzidos pelo racionalismo de Estado: “(...) grande linhas retas, avenidas largas, vazios, perspectivas amplas, ocupação do solo fazendo tabula rasa do precedente, sem

⁴⁸ "En el proceso ha ido degenerando en eslóganes políticos: *Vivir mejor ..., Vivir de otro modo ..., La calidad de vida ... El estilo de vida*".

⁴⁹ (...) con sus múltiples, diversos y contradictorios intereses.

⁵⁰ Se trataría, pues, en el horizonte, en el límite de lo posible, de producir el espacio de la especie humana, como obra colectiva (genérica) de esta especie, a semejanza de lo que se decía y todavía se dice "arte", pero un arte que ya no tiene sentido referido al "objeto" aislado por y para el individual.

Crear (producir) el espacio planetario como soporte social de una vida cotidiana metamorfoseada, abierta a las múltiples posibilidades, permitiría abrir el horizonte. Es el alba que anunciaban los grandes "utopianos" (que no fueron *utópicos*, pues mostraron las posibilidades): Fourier, Marx y Engels, cuyos sueños e imaginación siguen estimulando el pensamiento teórico tanto como sus conceptos.

observar os direitos e os interesses dos ‘de baixo’, nem os custos” (LEFEBVRE, 1999, p. 117). Os espaços heterotópicos são os espaços da diferença, apropriados por agentes para serem espaços de reprodução da vida, representando o valor de uso:

Isotopias: lugares do mesmo, mesmos lugares. Ordem próxima. Heterotopias: o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado. Ordem distante. Entre eles, espaços neutros: cruzamentos, lugares de passagem, lugares que não são nulos, mas indiferentes (neutros)⁵¹ (LEFEBVRE, 1999, p. 117).

Já os espaços utópicos são definidos pela utopia, pelo “(...) não-lugar, o lugar daquilo que não acontece e não tem lugar, o lugar do alhures (LEFEBVRE, 1999, p. 118):

É o lugar do olhar que domina a grande cidade, lugar mal determinado, mas bem concebido e bem imaginado (pleno de imagens), lugar da consciência, ou seja, de uma consciência da totalidade. Geralmente, esse lugar imaginado e real situa-se nas fronteiras da verticalidade, dimensão do desejo, do poder, do pensamento. Às vezes ele se encontra em profundidade, quando o romancista ou o poeta imaginam a cidade subterrânea, ou o reverso da cidade consagrado às conspirações, aos crimes. A u-topia reúne a ordem próxima e a ordem distante (LEFEBVRE, 1999, p. 118-9).

As muitas possibilidades abertas pelo pensamento lefebvriano se relacionam com uma noção que lhe é muito cara, a de totalidade, desenvolvida, entre outros, em artigo publicado em 1955⁵². Nele, a totalidade é definida como “(...) unidade e multiplicidade inextricavelmente ligadas, constituindo um conjunto ou um todo⁵³” (LEFEBVRE, 2011, p. 106). O autor afirma que o imediato, fenômeno ou fato, não se basta, porque é apenas manifestação, aparência. É preciso ir mais longe e profundamente para descobrir o que está oculto, não atrás do fenômeno ou fato, mas *nele*:

É preciso, para conhecer, desprender o essencial e alcançar a necessidade, o determinismo: a Lei. E, no entanto, em certo sentido, o fenômeno (imediato,

⁵¹ Na obra de Lefebvre, o próximo e o distante não são dimensões numéricas, quantitativas, e sim qualitativas, como explicam Limonad e Lima: “Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social – que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo (2003, p. 22).

⁵² O artigo foi originalmente publicado em 1955 em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 18 (janeiro a junho).

⁵³ (...) unidad y multiplicidad indisolublemente ligadas, constituyendo un conjunto o un todo (...)

dado, presente diante de nós) é sempre mais rico, mais complexo, que toda lei e toda essência. A Lei, a essência (objetiva) só é uma parte dele, para ser liberada através da análise. O fenômeno, em relação à Lei, é, portanto, uma *Totalidade*. Já que ele é uma mediação entre a essência oculta e outras realidades, outras essências: com o universo inteiro. Pois ele contém uma profundidade, uma multiplicidade de essências e leis que se imbricam⁵⁴ (LEFEBVRE, 2011, p. 110). [Com grifo no original]

Lefebvre localiza nas obras de Marx, especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), uma noção profunda e original de totalidade, a de *homem total*. O homem é totalidade porque a natureza e a vida biológica, a vida da espécie humana e sua história, a vida individual e social não podem se separar (LEFEBVRE, 2011, p. 114). Marx assim desenvolve a noção:

O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, (...) são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* (...) (MARX, 2010, p. 108). [Com grifos no original]

A totalidade, afirma Lefebvre, abarca a natureza e seu devenir, o homem e sua história, sua consciência, ideias e ideologias: “Ela se determina como ‘esfera de esferas’, totalidade infinita de totalidades cambiantes, parciais, implicando-se reciprocamente em profundidade, nos e pelos conflitos mesmos⁵⁵” (LEFEBVRE, 2011, p. 121). No limite, acrescenta, a totalidade do conhecimento coincidiria com a totalidade do universo (LEFEBVRE, 2011, p. 121). Para o autor, quem quer conhecer a realidade humana (social) deve interessar-se pelos homens: “Leis ou ‘essências’ devem nos interessar, não tanto em si

⁵⁴ Es preciso, para conocer, desprender lo esencial y alcanzar la necesidad, el determinismo: la Ley. Y, sin embargo, en un sentido, el fenómeno (inmediato, dado, presente delante de nosotros) es siempre más rico, más complejo, que toda ley y toda esencia. La Ley, la esencia (objetiva) solo es una parte de ello, por liberarse mediante el análisis. El fenómeno, por relación con la Ley, es así pues una *Totalidad*. Ya que él es una mediación entre la esencia oculta y otras realidades, otras esencias: con el universo entero. Ya que él contiene una profundidad, una multiplicidad de esencias y de leyes que se imbrican.

⁵⁵ Ella se determina como “esfera de esferas”, totalidad infinita de totalidades cambiantes, parciales, implicándose reciprocamente a profundidad, en y por los conflictos mismos.

mesmas e sim para compreender e servir ao humano”⁵⁶ (LEFEBVRE, 2011, p. 112). Ele afirma, ainda, que toda definição ou determinação é limitativa: “O homem ‘total’ *não é* isto ou aquilo: *homo faber, sapiens, ludens, ridens, etc.* É tudo isso e ainda ‘outra coisa’ que ainda não foi dita porque ainda não foi criada” (LEFEBVRE, 1967, p. 366). Assim, o homem total é uma figura num horizonte distante, além da nossa visão atual, um limite, uma ideia e não um fato histórico: “E, no entanto, devemos ‘historicizar’ a noção, pensando nela histórica e socialmente⁵⁷” (LEFEBVRE, 1991b, p. 66-7).

O compromisso com a busca do humano em sua totalidade, expresso neste artigo de 1955, antecipa a relação entre espaço e tempo na obra de Lefebvre, que aponta a passagem da *historicidade* para a *espacialidade* com um dos traços distintivos do espaço social da Modernidade:

Que qualquer um mire o espaço que o circunda. O que vê? Vê o *tempo*? Melhor, vive o tempo; *está dentro* do tempo. Só se vêem movimentos. Na natureza, o tempo se apreende dentro do espaço, no coração, no seio do espaço: a hora do dia, a estação, a elevação do sol por cima do horizonte, a posição da lua e das estrelas no céu, o frio e o calor, a idade de cada ser natural. Antes que a natureza fosse *localizada* no subdesenvolvimento, cada lugar mostrava sua idade e, como o tronco de uma árvore, os traços do tempo que o engendrou. O tempo se inscrevia, pois, no espaço e o espaço-natureza não era senão a escrita lírica e trágica do tempo-natureza. Não falamos como certos filósofos de degradação da duração ou simples resultado da “evolução”. Mas o tempo desaparece no espaço social da modernidade. Já não se escreve senão mediante instrumentos de medida, isolados e especializados como tudo. Eis então os relógios. O tempo vivido perde forma e interesse social exceto no que diz respeito ao tempo de trabalho. O espaço econômico subordina o tempo; quanto ao espaço político, o expele como ameaça e perigo (para o poder). A primazia da esfera econômica e mais ainda da política implica a supremacia do espaço sobre o tempo. Poder-se-ia dizer, pois, que o erro relativo ao espaço que temos discutido diz respeito na verdade e mais intimamente ao tempo, mais próximo ainda, mais fundamental que o espaço. O tempo, esse “viver” essencial, esse bem entre os bens, não é visível para nós, não se deixa ler. Tampouco pode ser construído. Mas se consome, se esgota e isso é tudo. O tempo apenas deixa marcas atrás de si; dissimula-se no espaço, sob as ruínas que o ocultam, para ser o mais breve possível desfeito; depois de tudo, os restos contaminam⁵⁸ (LEFEBVRE, 2013, p. 150-1).

⁵⁶ Las Leyes o las “esencias” deben interesarnos, no tanto en sí mismas sino que para comprender y servir a lo humano.

⁵⁷ And yet we must 'historicize' the notion, thinking of it historically and socially.

⁵⁸ Que cualquiera mire el espacio que le circunda. ¿Qué ven? ¿Ven el *tiempo*? Más bien, viven el tiempo; *están dentro* del tiempo. Sólo se ven movimientos. En la naturaleza, el tiempo se aprehende dentro del espacio, en el corazón, en el seno del espacio: la hora del día, la estación, la elevación del sol por encima del horizonte, la posición de la luna y de las estrellas en el

O erro – ou a ilusão – a que Lefebvre se refere na citação é colocar o espaço social fora de alcance, escamoteando seu caráter prático e o transformando em uma espécie de absoluto à maneira dos filósofos. Sendo o espaço transformado em uma abstração, já não é possível se ter nele a “experiência vivida”, a presença do corpo, impossibilitando também que se conceba uma crítica do espaço. Para o autor, a “suprema ilusão” é considerar arquitetos, urbanistas ou planejadores como “experts” em espaço, “juízes supremos” da espacialidade (LEFEBVRE, 2013, p. 150). Isso implica, afirma ele, deixar o demandado sob o comandado, respondendo aos desejos de quem manipula as consciências e se impõe opressiva e repressivamente: “Quizá o erro ideológico não consista senão em remeter-se aos especialistas da ‘experiência vivida’ ou da morfologia da vida cotidiana⁵⁹” (LEFEBVRE, 2013, p. 150):

Qual é exatamente o modo de existência das relações sociais? A substancialidade? A naturalidade? A abstração formal? O estudo do espaço permite responder que as relações sociais possuem uma existência social desde que tenham existência espacial; projetam-se sobre o espaço, inscrevem-se nele, e nesse curso o produzem. Não sendo assim, as relações sociais permaneceriam na “pura” abstração, quer dizer, nas representações e, em consequência, na ideologia, – dito de outro modo, no verbalismo, a verborragia, o palavrório.

No espaço mesmo, simultaneamente *produto* do modo de produção capitalista, e *instrumento* econômico-político da burguesia, revela suas próprias contradições. A dialética surge do tempo e se realiza; obra de um modo imprevisível no espaço. As contradições do espaço, sem abolir as que provêm do tempo histórico, emergem da história e transportam as velhas contradições, em uma simultaneidade mundial, a outro nível; algumas se atenuam, outras se agravam, e o conjunto contraditório adquire um novo sentido e vem a designar “outra coisa”, outro modo de produção.

X

cielo, el frío y el calor, la edad de cada ser natural. Antes de que la naturaleza fuera *localizada* en el subdesarrollo, cada lugar mostraba su edad y, como el tronco de un árbol, la huella del tiempo que lo engendró. El tiempo se inscribía, pues, en el espacio y el espacio-naturaleza no era sino la escritura lírica y trágica del tiempo-naturaleza. No hablamos como ciertos filósofos de degradación de la duración o simple resultado de la "evolución". Pero el tiempo desaparece en el espacio social de la modernidad. Ya no se escribe sino mediante instrumentos de medida, aislados y especializados como todo. He ahí los relojes. El tiempo vivido pierde forma e interés social salvo por lo que respecta al tiempo de trabajo. El espacio económico subordina al tiempo; en cuanto al espacio político, lo expele como amenaza y peligro (para el poder). La primacía de la esfera económica y más aún de la política implica la supremacía del espacio sobre el tiempo. Se podría decir, pues, que el error relativo al espacio que hemos discutido concierne en realidad y más íntimamente al tiempo, más próximo aún, más fundamental que el espacio. El tiempo, ese "vivir" esencial, ese bien entre los bienes, no es visible para nosotros, no se deja leer. Tampoco puede ser construido. Pero se consume, se agota y eso es todo. El tiempo apenas deja huellas tras sí; se disimula en el espacio, bajo ruinas que lo ocultan, para ser lo más pronto posible deshecho; después de todo, los desechos contaminan.

⁵⁹Quizá el error ideológico no consista sino en remitirse a los especialistas de la "experiencia vivida" o de la morfología de la vida cotidiana.

Nem tudo foi dito no que concerne à inscrição do tempo no espaço, quer dizer, a respeito do processo temporal que engendra (produz) a espacialidade, seja se tratando dos corpos, da sociedade, do cosmos ou do mundo⁶⁰ (LEFEBVRE, 2013, p. 182). [Com grifos no original]

A partir de Lefebvre, Carlos afirma que, ao produzir sua existência ao longo do tempo, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço:

A sociedade constrói um mundo objetivo; na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso, com base no processo de reprodução das relações sociais (que se realiza como relação espaço-temporal). É por isso que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade (CARLOS, 2001, p. 11-12).

É neste sentido que a cidade e o seu devir possível, a sociedade urbana, trazem em si o sentido da totalidade:

(...) a cidade suscita o sonho e o imaginário (que explora o possível e o impossível, os efeitos da riqueza e da potência). As relações consideradas são *de uma só vez* formais e reais, práticas e simbólicas. A cidade e o espaço têm múltiplas funções, mas essas funções não esgotam o real; de sorte que o espaço e a cidade são *de uma só vez* ser poético e pressão duramente positiva. Os comportamentos se descrevem, os desejos são ditos, se exprimem; a cidade e o urbano suscitam ao mesmo tempo um saber e um lirismo. O urbano, a cidade e seus entornos, o espaço ele próprio *formam uma totalidade parcial e aberta*, ela mesma nível de totalidades mais vastas (a nação, o território nacional, o Estado). Com que direito mutilar essa totalidade?⁶¹ (LEFEBVRE, 1976, t. IV, p. 270-71). [Com grifos no original]

⁶⁰ ¿Cuál es exactamente el modo de existencia de las relaciones sociales? ¿La sustancialidad? ¿La naturalidad? ¿La abstracción formal? El estudio del espacio permite responder que las relaciones sociales poseen una existencia social en tanto que tienen existencia espacial; se proyectan sobre el espacio, se inscriben en él, y en ese curso lo producen. De no ser así, las relaciones sociales permanecerían en la "pura" abstracción, es decir, en las representaciones y, en consecuencia, en la ideología - dicho de otro modo, en el verbalismo, la verborrea y la palabrería.

El espacio mismo, simultáneamente *producto* del modo de producción capitalista, e *instrumento* económico-político de la burguesía, revela sus propias contradicciones. La dialéctica surge del tiempo y se realiza; obra de un modo imprevisto en el espacio. Las contradicciones del espacio, sin abolir las que provienen del tiempo histórico, emergen de la historia y transportan las viejas contradicciones, en una simultaneidad mundial, a otro nivel; algunas se atemperan, otras se agravan, y el conjunto contradictorio adquiere un nuevo sentido y viene a designar "otra cosa", otro modo de producción.

X

No todo ha sido dicho en lo que concierne a la inscripción del tiempo en el espacio, es decir, respecto al proceso temporal que engendra (produce) la espacialidad, ya se se trate de los cuerpos, de la sociedad, del cosmos o del mundo.

⁶¹ (...) la ville suscite le rêve et l'imaginaire (qui explorent le possible et l'impossible, les effets de la richesse et de la puissance). Les rapports considérés sont donc *à la fois* formels et réels, pratiques et symboliques. La ville et l'espace ont de multiples fonctions, mais ces fonctions n'épuisent pas le réel; de sorte que l'espace et la ville sont *à la fois* être poétique et

A mutilação da totalidade deve-se ao que Lefebvre critica com frequência, a divisão técnica e social do trabalho e das ciências, em especial as ciências humanas. Sem partir da noção de totalidade, afirma ele, o conhecimento se dispersa, cai “(...) ao nível da constatação pura e simples”, na “(...) poeira dos fatos empíricos” (LEFEBVRE, 1967, p. 111). Porém, apenas partir dela não basta, alerta o autor. É necessário também estudar os fatos e não reduzir a reflexão a construções arbitrárias. Mesmo a noção de totalidade, portanto, deve ser sempre posta em questão. O caminho que Lefebvre indica é a construção de uma totalidade *em ato*, na práxis, pela práxis, uma totalidade que não se restrinja ao pensamento e à reflexão, como faz a filosofia (LEFEBVRE, 1967, p. 113). Lefebvre afirma que a noção de práxis está em primeiro plano nos textos ditos filosóficos de Marx. “A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é *praxis*: ato, ação, interação” (LEFEBVRE, 1968, p. 23, com grifo no original). Essas possibilidades se dão pelo vivido, pela vida cotidiana, dimensão que a filosofia ignorou.

Para se pensar em qual pode ser a contribuição do jornalismo nessa construção, é necessário enfrentar um tema que atravessa toda a obra de Lefebvre, a ideologia. O autor afirma que é “(...) pela e através da linguagem que a ideologia entra nas consciências e as modela” (1969, p. 95). Antes de iniciar o Capítulo 2, sobre o jornalismo e a linguagem, o próximo subcapítulo apresenta a ideologia, como ela modela a consciência e de que forma pode ser pensada na discussão sobre o jornalismo como crítica da vida cotidiana.

1.3 IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A partir do processo eleitoral de 2018 e da posse de Jair Bolsonaro na presidência da República em janeiro de 2019, a ideologia foi alçada à condição de expressão frequente nas matérias jornalísticas. Falam dela o presidente, seus ministros, jornalistas, articulistas e políticos dos mais diversos partidos. Na posse de Bolsonaro, o portal *UOL* destacou que, no discurso inicial, feito no Congresso Nacional, diante de parlamentares, e no segundo, no parlatório do Palácio do Planalto, frente a apoiadores, chamou a atenção o uso da palavra ideologia e variações como ideológico, ideológicas e ideologização. O conjunto de palavras foi mencionado nove vezes pelo presidente nos discursos, como no exemplo: “Não podemos

pression durement positive. Les comportements se décrivent, les désirs se disent, s'expriment; la ville et l'urbain suscitent en même temps un savoir et un lyrisme. L'urbain, la ville et ses environs, l'espace concerné et cernant, *font une totalité partielle et ouverte*, elle-même niveau de totalités plus vastes (la nation, le territoire national, l'État). De quel droit mutiler cette totalité?

deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade” (UOL, 1º jan. 2019). Nos dois discursos, enfatiza o portal noticioso, ideologia e Deus foram as palavras mais citadas por Bolsonaro. De modo geral, no governo eleito, a imprensa e a universidade pública são rotineiramente acusadas de “ideológicas”. É um conceito complexo, mas vulgarizado e reduzido nas falas presidenciais e do governo em geral – como na tão mencionada ideologia de gênero. O fato é que a eleição de Bolsonaro reacendeu um debate que estava fora da mídia e até do debate acadêmico em geral. É neste cenário que a pesquisa aborda a ideologia e seus mecanismos – tratados do ponto de vista conceitual e histórico - para propiciar, no jornalismo, a compreensão do cotidiano e do espaço urbano em sua totalidade.

A filosofia ocupa-se do conhecimento e da forma como ele é adquirido – questões que integram a problemática da ideologia – desde os gregos, mas a concepção da ideologia como uma nova disciplina filosófica apareceu em 1801 no livro *Elementos de ideologia*, do francês Destutt de Tracy. Ele integrava um grupo de intelectuais, os ideólogos, que se dispunham a prestar assessoria e orientação aos detentores do poder para o aprimoramento das instituições (KONDER, 2002, p. 22). Nesse livro inaugural, a ideologia tinha uma acepção positiva, porque via na compreensão das ideias como organizadoras do pensamento a chave para a construção de um mundo melhor e, assim, a ideologia tinha o sentido de ciência das ideias. Mas Napoleão Bonaparte, o governante francês da época, não foi receptivo às pretensões dos ideólogos com a nova ciência, percebendo nela o objetivo político de defender os interesses da Ilustração contra os interesses do Império e dando a ela e ao termo uma acepção negativa, que prevaleceu nas décadas seguintes (SILVA, 2013, p. 22).

O conceito de ideologia tem uma longa trajetória nas ciências sociais, mas com diferentes perspectivas, mesmo em relação ao entendimento de como ele aparece na obra de K. Marx. Tanto que Konder, em livro de 2002, apresenta a questão da ideologia antes de Marx, em Marx e depois de Marx, entre os principais marxistas do início do século 20. O vocábulo, portanto, é anterior a Marx, mas em sua obra adquire uma dimensão nova, de um fenômeno histórico destinado à preservação ideal da ordem da exploração material estabelecida, desenvolvida no livro *A ideologia alemã*, escrito com F. Engels entre 1845 e 1846, e em obras posteriores, como nos *Grundrisse*, escritos entre 1857-1858. No livro *A ideologia alemã*, o conceito aparece assim:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47) (com grifos no original)

Os textos que compõem o livro *A ideologia alemã* apareceram em 1921 e chegaram ao público em 1932, depois, portanto, de um processo histórico, a Revolução Russa, em 1917, que motivou uma série de escritos sobre a obra de Marx e a ideologia, levando a diferentes interpretações do termo. Guimarães (2015) sintetiza as quatro acepções do termo ideologia na tradição marxista. O primeiro é o apresentado no livro *A ideologia alemã*, ao qual se atribui o chamado sentido epistemológico ou negativo do termo. Mais tarde, no prefácio do livro *Crítica da Economia Política*, de 1859, outra concepção de ideologia se esboça quando Marx resume as “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas” no termo “formas ideológicas”, ao qual se atribui o chamado sentido sociológico ou neutro do termo⁶². No âmbito da Terceira Internacional Comunista, em que Vladimir Lenin foi o personagem principal, continua Guimarães (2015), prevalece a concepção de ideologia como visão de mundo, e assim abre-se a teorização sobre a existência de uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Já Lukács trabalha a partir de um quarto conceito ao considerar ideologia todas as expressões ideais que ajudam a dirigir a ação dos homens: “Portanto, haveria ideologia em qualquer tipo de sociedade, de modo que ela deixa de ter funcionalidade apenas para a dominação, dependendo da direção para a qual ela orienta a ação” (GUIMARÃES, 2015, p.76). Ludovico Silva, em duas obras sobre a ideologia (1971 e 1975), sustenta que, em Marx, o termo ideologia é essencialmente negativo, e rechaça a interpretação que dá conta de uma ideologia reacionária e uma ideologia revolucionária. Para Marx, afirma Silva, a ideologia era reacionária:

⁶² Ambriz-Arévalo (2015) estuda a ideologia em Marx em seu sentido negativo e também neutro, indicando que, no pensador alemão, para além do sentido negativo, a ideologia pode ser um conjunto de ideias ou valores que não sejam necessariamente falsos e que podem motivar práticas de emancipação (págs. 127-8).

Os manuais esquecem que a ideologia é apenas *uma parte* da consciência social: aquela parte destinada à preservação ideal da ordem de exploração estabelecida. O que move um operário revolucionário não é uma “ideologia”, e sim seu contrário: uma consciência de classe⁶³ (SILVA, L. 1975, p. 110). [Com grifos no original]

O autor oferece uma esclarecedora definição da ideologia:

A ideologia (...) é, fundamental e essencialmente, um modo de ver a realidade social que não contempla senão a aparência dos processos, seu modo de manifestar-se exteriormente, e oculta – sabendo-o ou não – o caráter profundo, estrutural do processo⁶⁴ (SILVA, L. 1971, p. 64).

Mészáros, no livro *O poder da ideologia*, afirma que na nossa sociedade, percebamos ou não, tudo está impregnado de ideologia:

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito freqüentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações “racionais” preestabelecidas: *a)* quanto ou quão pouco nos é permitido questionar; *b)* de que ponto de vista; e *c)* com que finalidade (MÉSZÁROS, 2014, p. 58). [Com grifos no original]

O autor afirma que “(...) a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2014, p. 65). É neste sentido a crítica do autor à ideia do “fim da ideologia” aparecida depois da Segunda Guerra Mundial, quando se anunciava o trunfo do capitalismo sobre o socialismo e a perda de significado da demarcação entre a esquerda e a direita. As ideologias, adverte Mészáros, não “murcham” por si e nem são “(...) ficticiamente ‘superadas’ no âmbito fechado de construções teóricas pseudo-científicas –

⁶³ Los manuales olvidan que la ideología no es sino *una parte* de la conciencia social: aquella parte destinada a la preservación ideal del orden de explotación establecido. Lo que mueve a un obrero revolucionario no es una "ideología", sino su contrario: una conciencia de clase.

⁶⁴ La ideología (...) es, fundamental y esencialmente, un modo de ver la realidad social que no contempla sino la apariencia de los procesos, su modo de manifestarse exteriormente, y oculta – sabiéndolo o no – el carácter profundo, estructural del proceso.

enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas” (MÉSZÁROS, 2014, p. 109). Proclamar “o fim da ideologia”, constata o autor, é em si uma ideologia característica (MÉSZÁROS, 2014, p. 109). Do mesmo modo, como a ideologia é a consciência prática das sociedades de classe, “(...) a solução dos problemas gerados nos confrontos ideológicos não é inteligível sem a identificação de sua dimensão prática, material e culturalmente eficaz” (MÉSZÁROS, 2014, p. 115).

O autor explica que a ideologia da ordem social estabelecida tem uma posição privilegiada em relação a todas as variedades por ele nomeadas de “contraconsciência” em suas tentativas de apresentar alternativas radicais:

Assumindo uma atitude passiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar [as ideologias dominantes], em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo (MÉSZÁROS, 2014, p. 233).

Nas 566 páginas do livro *O poder da ideologia*, Mézszáros não dedica reflexão específica alguma ao papel dos meios de comunicação de massa na produção da ideologia, e mesmo as referências pontuais são escassas. Mas, na abertura do capítulo 7, intitulado “Revolução social e divisão do trabalho”, ele faz considerações importantes para compreender como esse papel pode se expressar. Segundo o autor, “(...) a ideologia dominante tem interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão *estruturalmente* entrincheiradas e garantidas” (MÉSZÁROS, 2014, p. 327, com grifos no original). Assim, pode se permitir proclamar as virtudes dos arranjos “consensuais”, de “unidade orgânica” e “participação”, reivindicando também a racionalidade evidente da “moderação”. Faz-se apelo tranquilizador à “unidade” e às preocupações a ela associadas, desde a “observação das regras da objetividade” até a descoberta do “equilíbrio” correto nos “ajustes recíprocos” necessários, mas um equilíbrio “(...) absolutamente injusto, por causa da relação de forças desigual normalmente prevalecente – entre as forças sociais conflitantes” (MÉSZÁROS, 2014, p. 328):

A necessária função consolidadora da ideologia dominante torna-se ainda mais evidente (e significativa) quando recordamos que mesmo suas variantes mais agressivas – do chauvinismo e do nazismo até as ideologias mais recentes da “direita radical” – precisam afirmar que representam a esmagadora maioria da população contra o “inimigo” externo, as minorias “racialmente inferiores”, o pretenso “mero punhado de desordeiros” que se

supõe serem a causa das greves e da inquietação social (“o inimigo interno”, na linguagem da sra. Thatcher), etc (MÉSZÁROS, 2014, p. 328).

Essa reflexão oferece uma série de elementos para orientar a investigação da função ideológica da cobertura jornalística, diariamente pautada por temas como greves, ocupações de terras, conflitos agrários, disputas pelo espaço urbano. O que aparece e o que desaparece nessas coberturas reforça – ou pode desvendar – a ideologia, reafirmando – ou desfazendo – os consensos aparentes, as supostas unidades que mascaram a relação de forças desigual, segundo Mézáros, entre as forças sociais conflitantes. Ao longo do livro, Mézáros critica a redução da ideologia à falsa consciência, redução que, para ele, faz as forças socialistas se condenarem à impotência e entregarem o poder da ideologia exclusivamente ao adversário social (MÉSZÁROS, 2014, p. 461). O autor afirma que a crítica da ideologia é inseparável da busca por autonomia e emancipação humana na perspectiva da alternativa socialista para o comunismo, e para isso é preciso o trabalho de uma ideologia emancipadora (MÉSZÁROS, 2014, p. 461).

Lefebvre também aborda, a partir de Marx, o conceito de ideologia, que aparece em vários de seus livros, e lhe dá uma acepção própria. Em 1974, em *A produção do espaço* – livro em que amadurece suas reflexões sobre o espaço e o urbano – ele já alertava para o abuso e a imprecisão de uso da noção de ideologia, “ferida de obsolescência”, e para as diferentes acepções existentes mesmo entre autores marxistas (2013, p. 102). Ele prefere trabalhar com o conceito de ideologia e o de representação para a análise de espaços e das sociedades que os geraram e deles se apoderaram. A representação assim pensada vai aparecer no livro *A presença e a ausência: contribuição à teoria das representações*, de 1980, no qual ele elucida a história do conceito de representação no pensamento filosófico e não-filosófico.

É importante assinalar que os estudos de comunicação e jornalismo têm usado largamente o conceito de representação sob diferentes autores e enfoques, parte deles sintetizado por Soares (2007). A proposta de Lefebvre, adotada em estudos como o de Silveira (2004), é a que também orienta esta pesquisa tanto por sua raiz na obra de Marx quanto pela diferenciação que Lefebvre faz de ideologia e representação, a segunda sendo tomada como um conceito que envolve e inclui o primeiro, o que permite uma interpretação mais enriquecedora dos materiais jornalísticos, por desfazer a redução da ideologia à mera

manipulação, crítica feita por Guimarães (2015) a muitos estudos de jornalismo que utilizam o conceito.

Para Lefebvre, Marx e os marxistas frequentemente confundiram ideologia e representação. A questão das representações aparece em várias passagens do livro *A ideologia alemã*, inclusive em uma das mais célebres citações, na qual Marx e Engels afirmam que os pressupostos de sua análise partem do que é *real*, da *terra ao céu*, ao contrário da filosofia alemã que eles criticam, que parte do *céu à terra*:

Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

No livro, uma citação anterior a esta amplia a compreensão do movimento dos dois autores ao adotar uma perspectiva teórica nascida da análise da realidade histórica e material:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas (MARX e ENGELS, 2007, p. 93-94).

Se, por um lado, esclarece Serpa (2014, p. 488), Lefebvre enfatiza que, a partir de suas leituras de Marx, representação não é necessariamente ideologia, ele, por outro, afirma que é impossível a vida sem representação. As representações são “(...) formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido” (SERPA, 2014, p. 488). Assim, para Lefebvre, a representação se torna ideologia quando o *vivido* é substituído pelo *concebido*, descolando-se da prática social. Na concepção lefebvriana, viver é representar e representar-se, mas também transgredir as representações, pensar é representar, mas também superar as representações (LEFEBVRE, 1983, p. 99):

Inevitáveis e quiçá necessárias, as representações não são no entanto verdadeiras por vocação, por essência. Nem falsas. É uma operação ulterior, uma atividade reflexiva, a que lhes confere verdade e/ou falsidade relacionando-as com as condições de existência de quem as produzem. As representações são falsas no que elas apontam e dizem, mas verdadeiras com respeito ao que as suporta⁶⁵ (LEFEBVRE, 1983, p. 52).

Ao elucidar o conceito, o autor não quer abolir a representação nem a ideologia, e sim escolher as que permitem explorar o possível contra as que o bloqueiam, representações que “fixam ao fixarem-se” (LEFEBVRE, 1983, p. 26). Coerente com os livros anteriores, em *A presença e a ausência: contribuição à teoria das representações* o autor francês também erige conhecimento a serviço da emancipação humana – como também Mézaros – e enfatiza o quanto o vivido é fundamental neste processo. Para Lefebvre, o conceito de ideologia criou uma confusão extrema, levando a problemas insolúveis e mal-formulados, tendo também escassa eficiência para esclarecer a oposição entre verdadeiro e falso.

Ao abordar o conceito de representação no pensamento filosófico, Lefebvre destaca, entre outros filósofos, Hegel, que teria elaborado a teoria mais sutil das representações, mas mesmo nele o poder delas não se explicita (LEFEBVRE, 1983, p. 21). Lefebvre propõe que, em vez de se considerar a filosofia como fenomenologia do verdadeiro, ela seja considerada *fenomenologia das representações*, que não são em si mesmas nem verdadeiras nem falsas. Uma fenomenologia das representações incluiria também as representações não-filosóficas, pelas quais Lefebvre busca saber como alcançar a *vivência* sem reduzi-la a um mero saber, seja ele consciente ou inconsciente. Para Lefebvre, a vivência, assim como a memória, o corpo, o instintivo, os comportamentos, escapam ao saber (LEFEBVRE, 1983, p. 64). A vivência, o cotidiano, o sentido comum, integram a vida não-filosófica, mas os filósofos quiseram impor a ela o seu saber e a sua sabedoria (LEFEBVRE, 1983, p. 105). Em Marx, afirma Lefebvre, está a proposta de superar a separação entre o filosófico e o não-filosófico, que se daria mediante a crítica revolucionária tendo como sujeito político a classe operária, que herdaria a filosofia e a prática social para transformar ambas, também superando e fazendo desaparecer o trabalho assalariado e o Estado. Mas o atual período histórico mostra,

⁶⁵ Inevitables y quizá necesarias, las representaciones no son sin embargo verdaderas por vocación, por esencia. Ni falsas. Es una operación ulterior, una actividad reflexiva, la que les confiere verdad y/o falsedad relacionándolas con las condiciones de existencia de quienes las producen. Las representaciones son falsas en lo que apuntan y dicen, pero verdaderas con respecto a lo que las soporta.

avalia Lefebvre, que a classe operária não alcançou a autonomia e a auto-determinação atribuídas a ela por Marx e que implicavam a herança filosófica e sua integração e superação. E o mundo filosófico, orgulhoso de seu “saber esterilizado”, segue colocando-se à frente da cotidianidade extrafilosófica. Mas o cotidiano e o filosófico já não podem ignorar-se e permanecerem exteriores um ao outro, porque o cotidiano, observa o autor, foi elevado a conceito através da crítica da filosofia pela *práxis*. O concebido não mais desconhece o vivido e assim, afirma Lefebvre, se esboça uma nova problemática: “(...) conservar a força do conhecimento crítico animando-o com o ardor da vivência⁶⁶” (LEFEBVRE, 1983, p. 107).

Lefebvre alcança a vivência no que ele designa como o intervalo entre a primeira e a segunda natureza. A primeira natureza é aquela dada, imediata, espontânea, que se entrega à intuição (sensorial ou intelectual). Mas ela se representa através da segunda natureza, que é trabalhada, adquirida, conquistada, em resumo, *produzida* (LEFEBVRE, 1983, p. 168). No intervalo entre as duas nasce uma “realidade singular” e mais verdadeira que as representações, a arte. A arte, assinala o autor, durante muito tempo quis e pretendeu imitar a primeira natureza, mas, há dois séculos, veio a repudiar a imitação, e o artista passou a compreender que contribui à segunda natureza ao “produzir” e “criar” ao invés de imitar (LEFEBVRE, 1983, p. 169). A arte não se desprende da primeira natureza, da sensorialidade, mas aporta elementos para a segunda natureza pela via da ação criadora. Essas reflexões de Lefebvre sustentam seu conceito de obra, que será desenvolvido no Capítulo 2, erigido a partir de uma distinção fundamental entre produto e obra. O autor afirma que a obra tem uma *presença*, que não se situa entre a presença e a ausência, mas que as reúne fazendo dom de sua presença, preenchendo um vazio, uma virtualidade: uma *ausência* (LEFEBVRE, 1983, p. 28). Enquanto o produto permanece no meio das representações, a obra se situa mais além delas.

O autor afirma que o cristianismo distinguia o que provinha da natureza, do homem e de Deus. Com Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Schelling, Schopenhauer e Heidegger – filósofos aos quais Lefebvre recorre – a distinção entre coisa, produto e obra se aprofunda, mas, segundo ele, os filósofos de modo geral preferiram um termo, o valorizaram e o elevaram ao absoluto. Entre os três termos, porém, não há que estabelecer nenhuma separação nem descontinuidade, porque o produto se situa entre a coisa bruta e a obra produzida pelo artista, relação que se complexifica na Modernidade:

⁶⁶ (...) conservar la fuerza del conocimiento crítico animándolo con el ardor de la vivencia.

O capitalismo e o estatismo modernos esmagaram a capacidade criadora de obras. Esse esmagamento acompanha o do social, preso entre o econômico e o político. Imensas forças criadoras são rejeitadas, marginalizadas. Contra elas se estabelecem e se fortalecem as potências dominantes. A estrutura econômica e política, ao mesmo tempo opressiva e petrificada, estimula a produção e os produtos; substitui a capacidade criadora por representações: a criatividade, o inventário, a exposição, o museu generalizado. O produto se separa da obra, a desloca e a substitui por sofisticações técnicas. Relegadas às periferias, acreditando às vezes encontrar ali seu lugar favorável, as forças criadoras se condenam ao fracasso: impotência, esterilidade. Se dirigem ao nada – absurdo e consciência do absurdo, negativismo e niilismo – pela via acidentada da consciência infeliz. Alguns formalismos – codificações vãs, discursos torcidos e tortuosos – passam por obras⁶⁷ (LEFEBVRE, 1983, p. 214-15).

O esmagamento da obra, critica o autor, faz a estultice parecer fascinante, a estupidez atrativa, a passividade sossegadora. Como e onde? – pergunta-se. Nas canções, nos cinemas, na televisão, nas longas filas de espera produzidas pela burocracia, em que os atrativos são não fazer nada, não dizer nada e falar para nada, deixando que o façam e digam os “competentes”, os “experts”, os “especialistas”, a “gente no poder” (LEFEBVRE, 1983, p. 215). O último ato, o episódio atual deste processo, completa o autor, no livro publicado em 1980, é a redução do conhecimento ao informacional, a transformação do que foi o “sujeito” em mero emissor e receptor de informações. Uma inversão de tal perspectiva, para ele, implica derrubar a primazia de um saber a serviço do poder e da dominação, não caindo, também, para o lado oposto, no irracional, na apologia do simbolismo e dos arquétipos, no negativismo e no niilismo. Como?

Relativizando, dialetizando o saber e sua relação com a vivência, sem excluí-la. "Partir do vivido sem rejeitar o concebido?" Sim, mas reconhecendo a fragilidade da vivência, sua vulnerabilidade – sem pretender apreendê-la com as pinças dos conceitos, sem reduzi-la, sem submetê-la à análise cirúrgica baseada no modelo das ciências da natureza. Assim, mostrando como a arte, o projeto, a obra partem da vivência (a poesia, música, o teatro,

⁶⁷ El capitalismo y el estatismo modernos han aplastado la capacidad creadora de obras. Este aplastamiento acompaña el de lo social, atrapado entre lo económico y lo político. Inmensas fuerzas creadoras son rechazadas, marginadas. Contra ellas se establecen y se fortalecen las potencias dominantes. La estructura económica y política, a la vez opresiva y petrificada, estimula la producción y los productos; sustituye la capacidad creadora por representaciones: la creatividad, el inventario, la exposición, el museo generalizado. El producto se separa de la obra, la desplaza y la remplace por sofisticaciones técnicas. Relegadas a las periferias, creyendo a veces encontrar allí su lugar favorable, las fuerzas creadoras se condenan al fracaso: impotencia, esterilidad. Se dirigen hacia la nada —absurdo y conciencia de lo absurdo, negativismo y nihilismo— por la vía accidentada de la conciencia infeliz. Unos formalismos —codificaciones vanas, discursos torcidos y tortuosos— pasan por obras.

a novela, etc.) integrando o saber e não o contrário ...⁶⁸ (LEFEBVRE, 1983, p. 215-16).

Lefebvre afirma que a primazia do saber – do concebido sobre o vivido – se expressa por uma superestimação da lógica, do discurso, da representação em geral, valendo-se dos meios de comunicação massiva: “Todos os *meios* são usados para expulsar o indivíduo, junto com as diferenças, esmagando os protestos⁶⁹” (LEFEBVRE, 1983, p. 213, com grifo no original). A vivência atacada se defende pela revolta, a espontaneidade bruta, a violência contra a agressão permanente, afirma o autor, analisando esse movimento a partir da concepção teórica apresentada em seu livro de 1974, *A produção do espaço*, sobre a relação entre o percebido, o concebido e o vivido. O percebido, neste jogo, desempenha o papel de intermediário (mediação) entre os outros dois, adquirindo densidade e força: “No que a psicologia clássica chamava ‘percepção’ se captam algumas presenças, se sentem as ausências, pululam as representações⁷⁰” (LEFEBVRE, 1983, p. 206). Duas importantes questões levantadas pelo autor, a constituição de uma obra partindo da vivência e a luta constante da vivência para não ser engolfada pelo saber, pelo concebido, integram parte do Capítulo 2 pelo que contribuem ao pensar e fazer jornalísticos.

Na proposta teórica de Lefebvre, quando descoladas do vivido, as representações empobrecidas e sistematizadas em ideologias “(...) formam parte dos serviços e processos de conservação, de proteção contra o devenir, a estabilização, de luta contra as transformações (...)”⁷¹ (LEFEBVRE, 1983, p. 174). Lefebvre aborda em vários livros o conjunto de consequências advindo das representações ideológicas (representações descoladas do vivido), entre elas, no livro *Do rural ao urbano* (1970), a ideologia da natureza, a ideologia dos condomínios e a ideologia do bairro. Destaca-se aqui o que ele nomeia *ideologia urbanística*. Para Lefebvre, o urbanismo é uma ideologia encoberta pelo mito da tecnocracia. Sua crítica aos tecnocratas (engenheiros, administradores, arquitetos), já mencionada neste capítulo, se dá

⁶⁸ Relativizando, dialectizando el saber y su relación con la vivencia, sin excluirla. "¿Partir de lo vivido sin rechazar lo concebido?" Sí, pero reconociendo la fragilidad de la vivencia, su vulnerabilidad — sin pretender aprehenderla con las pinzas de los conceptos, sin reducirla, sin someterla a análisis quirúrgicos con base en modelo de las ciencias de la naturaleza. Por lo tanto mostrando cómo el arte, el proyecto, la obra parten de la vivencia (la poesía, música, el teatro; la novela, etcétera) integrándole el saber y no al revés...

⁶⁹ Todos los *medios* se emplean para expulsar al individuo, junto con las diferencias, aplastando las protestas.

⁷⁰ En lo que la psicología clásica llamaba "percepción" se captan algunas presencias, se sienten las ausencias, pululan las representaciones.

⁷¹ (...) forman parte de los servicios y procesos de conservación, de protección contra el devenir, la estabilización, de lucha contra las transformaciones (...)

porque, em postos de poder, eles dissimulam o fato de que em todas as partes se aplica o mínimo de técnica existente (em moradias, bairros, sistemas de circulação), vendida como se fosse a única possível (LEFEBVRE, 1978, p. 208). Outro aspecto da técnica criticado pelo autor: ela invade a cotidianidade e a muda, sem, porém, metamorfoseá-la, como é o caso dos inúmeros equipamentos domésticos que aceleram o trabalho e deixam mais tempo livre, mas este tempo é usado para os mesmos gestos, as mesmas bobagens, os mesmos aborrecimentos (LEFEBVRE, 1978, p. 87).

Entre os diversos urbanismos, como já visto neste capítulo, há o dos humanistas, que propõem utopias abstratas; o dos promotores imobiliários, vendedores de felicidade, estilo de vida, status; e o do Estado e dos tecnocratas, gestores da vontade (poder, estratégias políticas) e da representação (concepções políticas ideologicamente justificadas) nas instituições e ideologias (LEFEBVRE, 1999, p. 137). O que o autor nomeia vazio fundamental do urbanismo é a sua pretensão de substituir e suplantar a *prática urbana*, a qual o urbanista não estuda, e que para o urbanista é um *campo cego*:

Ele vive nele [no campo cego], nele se encontra, mas não o vê, e menos ainda o compreende como tal. Ele substitui, tranqüilamente, a *práxis* por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provêm, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e as estratégias a que servem. Se sabe, isso é imperdoável, e sua cobertura ideológica se rompe, deixando aparecer uma estranha nudez (LEFEBVRE, 1999, p. 139). [Com grifos no original]

A citação provoca importantes reflexões quando se sabe o quanto o jornalismo recorre a fontes de informação do Estado e das instituições, o conjunto dos tecnocratas, para interpretar a dinâmica do espaço urbano. Mészáros também alerta que a exaltação do pluralismo (que não vai longe, porque o pressuposto é que não há alternativa à vida social capitalista) e o apelo à autoridade da ciência para justificar a pretensão de neutralidade e objetividade estão entre as armas mais poderosas do arsenal da ideologia (MÉSZÁROS, 2014, p. 245). Nesse sentido, os urbanistas, afirma Lefebvre, ignoram a *práxis*, que contém o vivido e suas tensões, trabalhando com suas próprias representações do espaço, o concebido. A cidade é assim pensada e planejada nos gabinetes, descolada da *prática urbana*. Esse concebido, uma representação ideológica, obedece a uma lógica e a uma estratégia impostas pelo fato de todo espaço sob o capitalismo ser produto, resultado das relações de produção

ditadas pelos detentores do poder, fato conhecido – e aí a ideologia se desnuda – ou ignorado pelos urbanistas.

Os urbanistas parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens. Executam quando acreditam comandar o espaço. Obedecem a uma *commande* [encomenda] social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse último objeto de troca: o espaço (LEFEBVRE, 1999, p. 139-40). [Com grifos no original]

O urbanista e seu projeto, portanto, revelam as contradições da totalidade socioespacial, que se expressam nos três níveis já mencionados, o nível global (G), o nível misto (M) e o nível privado (P). Pensado no nível G, do espaço institucional, o projeto urbanístico irá afetar o nível M, do espaço urbano em si, e também o nível privado, porque políticas públicas como as de habitação, por exemplo, projetam a moradia a partir da lógica institucional, também ela operada pelo mercado, afetando diretamente o corpo, que precisa se movimentar em exíguos metros quadrados de um habitat muitas vezes distante do habitar, a cidade plena de seus atrativos. E a lógica que subordina todo esse processo é externa a quem o executa, por afetar o *local*, mas integrar comandos *globais* de acumulação capitalista. Lefebvre adverte que a produção do espaço em si não é nova; grupos sempre produziram espaços particulares, os das cidades antigas, dos campos (LEFEBVRE, 1999, p. 140). A novidade é a produção *global* e *total* do espaço social, com a especulação imobiliária, as grandes obras, a reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão, operação gigantesca que encerra uma estratégia de classe que o urbanismo, proclamado como ciência, e a ideologia urbanística buscam encobrir (LEFEBVRE, 1999, p. 140-1). A denúncia do urbanismo em Lefebvre, sintetiza Gutiérrez (2013, p. 42-3), se articula na contradição entre a lógica da produção (mercantil) do espaço, a lógica da dominação (estatal) e a lógica da apropriação (social), tendo como pano de fundo a crítica em torno de certos usos da ciência e da técnica na Modernidade.

Quem pensa outra forma de construir a cidade, diferente da do urbanismo, é logo chamado de utopista, em oposição aos realistas. Lefebvre, então, clama por essa utopia, essa exploração do possível, para a construção de uma cidade lúdica utópica construída a partir das práticas dos usuários e habitantes: “Uma das teses que submeto a vocês é que o trabalho

conceitual e científico deve ser acompanhado da liberação da imaginação⁷²” (LEFEBVRE, 1978, p. 209):

Um espaço é a inscrição no mundo de um tempo. Os espaços são realizações, inclusões na simultaneidade do mundo externo de uma série de tempos, de ritmos da cidade, de ritmos da população urbana, e neste sentido, como sociólogo, posso propor a ideia de que a cidade não será realmente reconsiderada, reconstruída sobre suas atuais ruínas, até que não se tenha compreendido que a cidade é um emprego de tempo e que este tempo é dos homens, dos habitantes, sem humanismos filantrópicos, sem frases humanitárias, sem humanismo à moda antiga, e há que organizar de forma humana este tempo destes homens que são os habitantes⁷³ (LEFEBVRE, 1978, p. 211).

A crítica de Lefebvre ao urbanismo é inseparável do papel que ele dá à participação dos usuários, também tratado em vários livros. Ela muitas vezes é ilusória, afirma, reduzindo-se a meras consultas formais em que os tecnocratas apresentam à população projetos já elaborados e chamam a isso de participação. Ao contrário, a participação deve ser ativa e ininterrupta, caso contrário resultará em mais um mito, o mito da participação (LEFEBVRE, 1978, p. 214). Mas o autor repetidamente critica o que classifica de passividade e silêncio dos interessados frente à destruição das possibilidades do habitar, cuja solução é delegada a representantes, aos “especialistas” e “competentes”, enquanto os usuários são relegados a meros figurinistas e consumidores (LEFEBVRE, 1999, p. 168). Um dos elementos para explicar essa passividade, indica o autor, é o próprio urbanismo em seu duplo aspecto: “(...) ideologia e instituição, representação e vontade, pressão e repressão, estabelecimento de um espaço repressivo representado como objetivo, científico, neutro” (LEFEBVRE, 1999, p. 163). Mas há outros. Lefebvre afirma que o pensamento urbanístico não consegue alçar vôo, os projetos não vão além de alguns procedimentos gráficos ou tecnológicos, não exploram o possível, o alhures, não se ancoram na prática porque o habitante, o usuário, permanecem mudos, e o vivido é reduzido por uma dupla negação (LEFEBVRE, 1999, p. 163):

⁷² Una de las tesis que someto a ustedes es que el trabajo conceptual y científico debe ir acompañado de la liberación de la imaginación.

⁷³ Un espacio es la inscripción en el mundo de un tiempo. Los espacios son realizaciones, inclusiones en la simultaneidad del mundo externo de una serie de tiempos, de ritmos de la ciudad, de ritmos de la población urbana, y en este sentido, como sociólogo, puedo proponer la idea de que la ciudad no será realmente replanteada, reconstruida sobre sus actuales ruinas, hasta tanto no se haya comprendido que la ciudad es un empleo de tiempo y que este tiempo es de los hombres, de los habitantes, sin humanismos filantrópicos, sin frases humanitarias, sin humanismo a la antigua usanza, y que hay que organizar de forma humana este tiempo de estos hombres que son los habitantes.

De onde vem o bloqueio? Essa é justamente a questão. No plano teórico, discerne-se bem seu mecanismo. O espaço concreto é substituído por um espaço abstrato. O espaço concreto é o do *habitar*: gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do “ser humano”), contradições e conflitos entre desejos e necessidades etc. Por seu turno, o pensamento reflexivo desconhece esse conteúdo concreto, tempo inscrito num espaço, *poièsis* inconsciente que desconhece suas próprias condições. Ele se lança no espaço abstrato da visão, da geometria. O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-massa, vêm, de cima e de longe, seus “objetos”, imóveis e vizinhanças. Os que concebem e desenhavam movem-se num espaço de papel, de escritas. Após essa *redução* quase total do cotidiano, retornam à escala do “vivido”. Acreditam reencontrá-lo, embora *executem* seus planos e projetos numa abstração ao segundo grau. Eles passaram do “vivido” ao abstrato para projetar essa abstração no nível do “vivido”. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida “real”. Assim, funciona o cegante-cegado, no campo que parece iluminado, mas que não passa de um campo cego (LEFEBVRE, 1999, p. 164). [Com grifos no original]

Para acabar com essa dupla substituição coberta de razões técnicas e justificada pelas competências, Lefebvre afirma a necessidade da “rebelião do vivido”, do cotidiano e da práxis (LEFEBVRE, 1999, p. 164). Outro elemento que explica a passividade dos usuários, afirma o autor, são as razões históricas. Na Cidade (as antigas cidades, conforme distinção já feita entre a Cidade e o Urbano), as pessoas se interessavam pela organização do espaço, o produziam para usá-lo. Mas, agora, as motivações e razões mais fortes para isso se perderam, e da atitude ofensiva, de produção de espaço e de tempo sociais – de emprego do tempo –, passou-se a uma atitude defensiva, convertida em passividade e desencantamento: “Defende-se contra as usurpações das autoridades centrais, contra as pressões do Estado. Mas sabe-se que os grandes problemas residem alhures, que as grandes decisões são tomadas noutros lugares” (LEFEBVRE, 1999, p. 164-5). Há ainda as razões teóricas da passividade, expressas na fragmentação do fenômeno urbano, ignorado em sua totalidade pelas várias especialidades e pseudo-conceitos que parecem precisos e globais, mas legitimam a fragmentação e o recorte, entre os quais Lefebvre ressalta o de meio ambiente. Por fim, ele destaca as razões sociológicas, a delegação de interesses a representantes, aos especialistas e competentes que se consultam entre si e se pronunciam sobre o mais adequado ao habitat funcionalizado: “O *habitar* e o *habitante* retiram-se desse jogo. Eles deixam aos ‘decisores’ o cuidado e a preocupação de decidir. A atividade refugia-se no cotidiano, no espaço petrificado, na ‘reificação’ inicialmente suportada, depois aceita” (LEFEBVRE, 1999, p. 168, com grifos no original).

A ideologia urbanística, afirma Lefebvre, exagera a importância das ações supostamente “concertadas” que ela consente:

Ela dá a impressão, aos que utilizam tais representações, de manipular as coisas, assim como as pessoas, com um sentido inovador e favorável. Com uma grande ingenuidade, dissimulada ou não, muitos crêem *decidir e criar*. O quê? Vida social, relações sociais (humanas) (LEFEBVRE, 1999, p. 141). [Com grifos no original]

Quanto ao urbanismo, o peso da ideologia pode ser observado na ideologia da natureza. Lefebvre desmonta o movimento pelo qual a nova abundância (relativa) de produtos industriais vem acompanhada de um fenômeno inverso, as novas raridades. Tal fenômeno ainda carece de análises mais aprofundadas, porque questões como o ruído ambiental, a poluição, o ambiente, os ecossistemas, a destruição da natureza, o esgotamento dos recursos, tendem a ocultá-lo, servindo de “álibi ideológico” (LEFEBVRE, 2013, p. 363):

Bens que anteriormente eram abundantes na medida em que "naturais", sem valor dado que não eram produzidos, se convertem hoje em bens escassos: a partir daí se valorizam e é preciso produzi-los. Assim adquirem um valor de uso junto com um valor de troca. São bens "elementares" porque consistem precisamente em "elementos". Nos projetos urbanísticos mais modernos, que utilizam técnicas altamente aperfeiçoadas, tudo é produzido: o ar, a luz, a água, e mesmo o solo. Tudo é artificial e "sofisticado"; a natureza desaparece, exceto pela presença de alguns sinais e símbolos, mas mesmo neles se trata de natureza "reproduzida". O espaço urbano se separa do espaço natural mas recria um espaço particular a partir das capacidades produtivas. O espaço natural se converte em um bem raro, ao menos em determinadas condições socioeconômicas. De maneira inversa, a raridade se espacializa, se localiza. Tudo que se enrarece tem uma relação estreita com a Terra: os recursos do solo, do subsolo (petróleo) e do que está sobre ele (ar, luz, volumes, etc.) e o que depende desses recursos (plantas, animais e energias, etc.)⁷⁴ (LEFEBVRE, 2013, p. 363-4).

⁷⁴ Bienes que anteriormente eran abundantes en la medida en que “naturales”, sin valor dado que no eran producidos, se convierten hoy en bienes escasos: a partir de ahí se valorizan y se hace preciso producirlos. Así adquieren un valor de uso junto con un valor de cambio. Son bienes "elementales" pues consisten precisamente en "elementos". En los proyectos urbanísticos más modernos, que utilizan técnicas muy perfeccionadas, todo está producido: el aire, la luz, el agua, el mismo suelo. Todo es fáctico y "sofisticado"; la naturaleza desaparece, salvo por la presencia de algunos signos y símbolos, pero incluso en ellos se trata de naturaleza “reproducida”. El espacio urbano se separa del espacio natural pero recrea un espacio particular a partir de las capacidades productivas. El espacio natural se convierte en un bien escaso, al menos en determinadas condiciones socioeconómicas. De manera inversa, la escasez se espacializa, se localiza. Todo cuanto se enrarece tiene una relación estrecha con la Tierra: los recursos del suelo, del subsuelo (petróleo) y de lo que está sobre él (aire, luz, volúmenes, etc.) y lo que depende de estos recursos (plantas, animales y energías, etc.).

As novas raridades são deliberada e abundantemente produzidas e vendidas, enquanto se denuncia genericamente a destruição da natureza. Pode-se acrescentar a esses “álibis ideológicos” citados por Lefebvre o desenvolvimento sustentável – conceito usado a partir dos anos 1980 – também uma representação ideológica porque vela essa produção incessante de mercadorias que a rigor é insustentável. Lefebvre alerta que basta apresentar uma ideologia como tal para que o seu prestígio teórico desmorone, o que não impede sua influência: “Uma ideologia procede por extrapolação. Parte de ‘qualquer coisa’, aumentando sua importância; muda o relativo em absoluto, o acidental em essencial, o secundário em primordial, o fato em norma e valor⁷⁵” (LEFEBVRE, 1978, p. 199). Esse mecanismo é importante para compreender porque Lefebvre trabalha com representação e ideologia. É ao se descolar do vivido que uma representação vira ideologia, por extrapolá-lo.

Iasi esclarece, coincidindo com os elementos apresentados por Lefebvre, que o conceito de ideologia em Marx é inseparável das características de *inverter*, *naturalizar*, *ocultar* e *apresentar o particular como se fosse universal*:

- . ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- . ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- . ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais (IASI, 2011, p. 81).

Iasi afirma que o ocultamento, a inversão, a naturalização não implicam a “falsidade” da ideologia: “Aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (IASI, 2014, p. 119-20). A fonte desta afirmação está no livro *A ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels como um ajuste de contas com os neo-hegelianos de esquerda, os seguidores de Hegel que apostavam na primazia das ideias para a mudança da realidade. A representação invertida do mundo que se dá na ideologia, explica Ludovico Silva, é a crença *ideológica* de que são as ideias que produzem a história, e não a história que produz as ideias (SILVA, L., 1971, p. 39).

Segundo Iasi, ao ser a expressão das relações sociais dominantes que conformam um determinado modo de produção, a ideologia é uma visão de mundo correspondente (IASI,

⁷⁵ Una ideología procede por extrapolación. Parte de «cualquier cosa», aumentando su importancia; cambia lo relativo en absoluto. lo accidental en esencial, lo secundario en primordial, el hecho en norma y valor.

2014, p. 120). Por este vínculo com as relações reais que expressa idealmente, a ideologia, acrescenta o autor, opera como poderoso meio de legitimação e justificativa das atuais relações existentes, tendo a função, portanto, de instrumento de dominação de classe (IASI, 2014, p. 120). Outro elemento apontado pelo autor desdobra a afirmação de que a ideologia se fundamenta na cisão entre o interesse particular e o interesse geral, apresentando um determinado interesse particular como se fosse geral:

Não se trata de determinada sociedade (a burguesa), mas “a” sociedade, não se trata de uma forma particular de produzir bens (a forma mercantil capitalista), mas “a” economia, assim como não de uma forma particular de família (a família mononuclear burguesa), mas “a” família, não do Estado burguês, mas da esfera ético-política como momento possível da generidade humana. No quadro de uma ideologia os valores são sempre apresentados como universais, precisam ser assim apresentados, mas o que determina sua universalidade não é a validade ou coerência em si mesmo deste ou daquele valor, mas da relação concreta da qual ele se origina. Não é possível o fenômeno ideológico sem a cisão entre o interesse particular e o genérico, mas esta cisão é – como vimos – historicamente determinada e se funda numa particular divisão social do trabalho (IASI, 2014, p. 121).

Mészáros afirma que o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante “(...) funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (MÉSZÁROS, 2014, p. 57). A ideologia dominante, afirma o autor, tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido (MÉSZÁROS, 2014, p. 69).

Em pesquisa sobre como os mecanismos mencionados por Iasi aparecem no texto noticioso, Guimarães (2015), adotando o sentido negativo do conceito de ideologia, afirma que os discursos ideológicos podem conter traços de manipulação, mas, adverte, o conceito e a prática da ideologia não se resumem a isso, apesar de essa concepção empobrecedora aparecer com frequência nos estudos sobre a imprensa e os meios de comunicação de massa: “Tampouco se pode entender ideologia como sinônimo de ‘mentira’, uma vez que as ideias que lhe dão forma só podem surtir efeito porque têm correspondência na realidade concreta” (GUIMARÃES, 2015, p. 75):

A ideologia é composta, então, por representações *invertidas*, *ocultadas*, *naturalizadas* e *abstratamente universalizadas* de um mundo cujas relações

concretas estão, elas próprias, *postas de ponta a cabeça, veladas, vividas sem questionamentos e retiradas de sua perspectiva histórica*.

Esses mecanismos que compõem o conceito e a prática da ideologia não são categorias arbitrárias: eles descrevem o que poderíamos chamar de processo original, estruturante, de nascimento e organização das relações capitalistas. Se é possível identificar algum grau de correspondência de cada discurso ideológico com a realidade invertida que ele expressa, (...) a verdadeira materialidade da ideologia remete às características fundantes da ordem burguesa, ou seja, às relações de produção baseadas na compra e venda da força de trabalho e na troca de mercadorias. Conclusão necessária do conceito desvelado por Marx e Engels é, então, que, como expressão dessas relações no mundo das ideias, a ideologia tem uma funcionalidade clara: justificar um determinado estado de coisas e, de forma mais estrutural, legitimar a dominação de classe (GUIMARÃES, 2015, p. 75-6). [Com grifos no original]

A produção da ideologia relaciona-se com um conceito também desenvolvido por Marx inicialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris*, escritos em 1844 e publicados em 1932, e frequente nos escritos de Lefebvre, a *alienação*. Trata-se de um termo que, como o de ideologia, tem uma longa história no pensamento filosófico. Mas, em Marx, a categoria de trabalho alienado transporta a problemática da alienação da esfera filosófica, religiosa e política para a esfera econômica da produção material, fazendo desta última o pressuposto para compreender e superar as primeiras (MUSTO, 2014, p. 64). Nos *Manuscritos*, Marx explica como o trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, tornando-se uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. O mundo das coisas se valoriza, enquanto se desvaloriza o mundo dos homens: “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80, com grifos no original). O trabalho constitui a essência do homem como criador e nesse sentido a alienação é descrita como o fenômeno através do qual “(...) o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2010, p. 80, com grifos no original):

O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. *A exteriorização (Entäusserung)* do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele (ausser ihm)*, independente dele e estranha a

ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2010, p. 81). [Com grifos no original]

Sob o capitalismo, o trabalho não é a satisfação de uma carência, afirma Marx, e sim somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. O resultado é que o homem (o trabalhador) só se sente com ser livre e ativo em suas funções animais, como comer, beber e procriar, e em suas funções humanas só se sente como animal: “O animal se torna humano, e o humano, animal” (MARX, 2010, p. 83). Paralelo a isso, o mundo das coisas se valoriza, enquanto se desvaloriza o mundo dos homens. Essa é a inversão concreta, nascida das relações capitalistas, que origina as outras inversões ideológicas.

Segundo Mészáros (2006, p. 20), o conceito de alienação em Marx tem quatro aspectos principais:

- a) o homem está alienado da *natureza*;
- b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*);
- c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana);
- d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens).

A primeira, explica Mészáros, “(...) expressa a relação do trabalhador com o *produto* de seu trabalho, que é o mesmo tempo, segundo Marx, sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza (MÉSZÁROS, 2006, p. 20, com grifos no original). A segunda expressa a “(...) relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20, com grifos no original). Não é a atividade em si, portanto, que proporciona satisfação, e sim a possibilidade de vendê-la sob certas condições. O terceiro e quarto aspectos relacionam-se com a concepção de que o objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem, segundo Marx, “(...) quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (MARX, 2010, p. 85). Quando o trabalho alienado tira do homem o objeto de sua produção, tira-lhe também essa possibilidade, a de constituição de sua vida genérica e, do mesmo modo, aliena-o dos outros homens.

Lefebvre trata da temática em vários livros, entre eles os que discutem a crítica da vida cotidiana e a teoria das representações. Retomando a teoria da alienação a partir de Marx, Lefebvre a coloca em primeiro plano. Segundo ele, jamais a alienação foi tão real e a teoria sobre ela tão importante, mas nunca essa teoria apresentou-se tão pouco eficaz (LEFEBVRE, 1967, p. 388). Sendo um conceito filosófico, afirma o autor, a alienação se volta contra a filosofia e a põe em questão porque, entre outras, há também uma alienação filosófica: “A filosofia queria ser praxis na medida que indicava o caminho da alienação e, conseqüentemente, da desalienação. Não conseguia agir e inserir-se na praxis, na medida em que o filósofo era ele próprio alienado” (LEFEBVRE, 1967, p. 388). Para o autor, a alienação foi banalizada pela literatura, perdendo seu alcance crítico, e, ao mesmo tempo, se transformou: “Por certos aspectos, agravou-se até fazer desaparecer o protesto, isto é, a consciência e a resistência espontâneas” (LEFEBVRE, 1967, p. 387). O mundo da imagem, da cópia, da reprodução ao infinito, do discurso sobre o discurso, levaram a uma alienação de segundo grau: “Se a consciência de si se torna alienante, segue-se uma perda de consciência da alienação, pois aquele que deveria, refletindo, desalienar-se, se encerra cada vez mais na alienação (LEFEBVRE, 1967, p. 387).

Lefebvre indica uma contradição fundamental para se compreender a alienação. Na história da humanidade, diz ele, as instituições, as ideias foram exteriores ao humano, opressivas, mutuamente contraditórias, destruindo-se reciprocamente, e foi necessário destruí-las para superá-las. No entanto, essas instituições e ideias foram as expressões indispensáveis de desenvolvimento, das aquisições da prática e dos poderes humanos necessários para organizá-las, formulá-las, fazê-las conscientes (LEFEBVRE, 1991b, p. 71). Na dominação crescente do homem sobre a natureza, diz o autor, a natureza como tal mantém a dominação sobre o homem. Seus produtos e obras funcionam como seres da natureza, e assim é necessário ao homem se objetivar, e os objetos sociais se transformam em coisas, fetiches⁷⁶

⁷⁶ Cabe adentrar brevemente na caracterização do *fetichismo* surgida na afirmação de Lefebvre. Na sociedade capitalista, conforme a teoria de Marx, as relações sociais dominantes conferem aos objetos materiais certas características, mas essas características aparecem como se lhes pertencessem naturalmente (BOTTOMORE, 2001, p. 149-150). Marx, no livro I de *O Capital*, denomina isso de fetichismo, cuja forma elementar é o *fetichismo da mercadoria*, uma forma de alienação, a qual, explica Netto, é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída que Marx analisou (NETTO, 1981, p. 75). Os processos alienantes, explica Netto, ocorrem antes da consolidação da sociedade burguesa constituída, mas nela há uma peculiaridade: “(...) aí, os processos alienantes arrancam exclusivamente do fetichismo inerente à produção mercantil e, incorporados à forma mercadoria, se põem, repõem e reproduzem em todas as instâncias sociais – porque esta sociedade está inteiramente mercantilizada (NETTO, 1981, p. 80, com grifo no original). O que a investigação de Marx faz, afirma Netto, é “(...) situar a reificação, posta pelo fetichismo, como a estrutura *específica* da alienação que se engendra na sociedade burguesa constituída” (NETTO, 1981, p. 80, com grifo no original).

que se voltam contra ele⁷⁷ (LEFEBVRE, 1991b, p. 71). É neste processo que está a base da *reificação*, que autores nomeiam também como *coisificação*, assim explicada por Bottomore:

É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista (BOTTOMORE, 2001, p. 314).

A partir do momento em que deixa de ser animal pela invenção da ferramenta e do trabalho, continua Lefebvre, o homem ingressa nas contradições históricas e humanas:

Mas essas contradições prolongam as contradições da natureza e, particularmente, em seu aspecto necessário, cego; se o homem se humanizou, ele só o fez rasgando-se, dividindo-se, fragmentando-se ele mesmo: ações e produtos, poderes e fetiches, consciência crescente e inconsciência espontânea, organização e revolta.

A alienação se define filosoficamente como este movimento duplo, e uno, de objetivação e exteriorização – de realização e de desrealização. Mas esse movimento deve ser visto em sua profundidade dialética. *O que realiza é também o que desrealiza, e vice-versa*: o que desrealiza – o que dissolve, o que destrói, o que nega – é também o que realiza ao superar-se. Obstáculos, dificuldades desconfortáveis, dúvidas, problemas aparentemente insolúveis, contradições empurradas até o ponto do antagonismo, esses são os momentos do progresso: o passo adiante, o nascimento através da dissolução do existente, de uma realidade e de uma consciência reflexiva mais elevada. *O positivo é negativo, mas o mais negativo é também o mais positivo...*⁷⁸ (LEFEBVRE, 1991b, p. 71-2). [Com grifos no original]

⁷⁷ O processo de objetivação é assim explicado por Iasi: “Formamos um pensamento na dimensão subjetiva e depois o externamos através da criação de um objeto (Gegenstand). O processo que leva do subjetivo (interno) para o objetivo (externo - ässern) é a externalização, seu resultado é uma objetivação” (IASI, 2014, p. 98).

⁷⁸ But these contradictions extend the contradictions of nature, and particularly in their necessary, blind aspect; if man has humanized himself, he has done so only by tearing himself apart, dividing himself, fragmenting himself: actions and products, powers and fetishes, growing consciousness and spontaneous lack of consciousness, organization and revolt. Alienation may be defined philosophically as this single yet dual movement of objectification and externalization - of realization and derealization. But this movement must be seen in its dialectical profundity. *That which realizes is also that which de-realizes. And vice versa*: whatever de-realizes - dissolves, destroys, negates - also realizes by supersession. Obstacles, uncomfortable difficulties, disquiet, apparently insoluble problems, contradiction pushed to the point of antagonism, these are moments of progress: the step forward, the birth of a reality and a higher reflecting consciousness through the dissolution of what exists. *The positive is negative, but what is most negative is also what is most positive ...*

Assim, para Lefebvre, é preciso que a noção de alienação – e também de totalidade – sejam pensadas dialeticamente, de maneira *universal e concreta*, determinando-as em sua amplitude universal e aprendendo-as nas minúcias da *vida cotidiana*, onde outras categorias, conceitos e noções com quais o autor trabalha também ancoram, na perspectiva de serem forças motrizes para uma *crítica* da vida cotidiana, permitindo representar o conjunto do desenvolvimento social, deteminar sua direção, fazer “cortes” na espessura deste devir, penetrar no detalhe e ligá-lo ao conjunto (LEFEBVRE, 1991b, p.76):

Além disso, o esforço do filósofo não permanece, não pode permanecer no plano filosófico isolado, numa consciência, esfera ou dimensão separada; a fonte de suas teorias é a prática social, e ele deve dirigi-las de volta à vida, seja através de seus ensinamentos, seja por outros caminhos (poesia? literatura?). O pensamento dialético pode e deve transformar-se em consciência dialética da vida, na vida: unidade do mediato e do imediato, do abstrato e do concreto, da cultura e espontaneidade natural. Passará então da ideologia e conhecimento específico à cultura, linguagem, talvez à percepção direta do mundo - em todo caso, à vida cotidiana!⁷⁹ (LEFEBVRE, 1991b, p. 76).

A crítica de Lefebvre vai no sentido de mostrar o perigo do emprego abstrato (isolado, especulativo) da noção de alienação, porque a crítica da vida cotidiana, para ele, não simplifica os problemas da vida. Ao contrário, requer uma consciência crítica e auto-crítica mais elevada que aquela exercida quando se faz uma escolha simples e ocasional:

Qualquer um que deseja fundar uma ética – e sua ética pessoal – na noção de alienação deve dispor de uma ferramenta precisa e analítica e uma consciência aguçada para a dialética à sua disposição. Apenas então pode orientar-se no labirinto de toda vida social e através da selva da sociedade burguesa; só então ele vai discernir entre o que é "melhorar a vida" e o que a obscurece e obstrui. Assim, todos podem talvez ser capazes de abraçar suas próprias vidas e amá-las, sem fugir de nenhuma tarefa, conflito fecundo ou risco útil⁸⁰ (LEFEBVRE, 1991b, p. 83).

⁷⁹ Moreover, the effort of the philosopher does not and cannot stay on an isolated philosophical level, in a separate consciousness, sphere or dimension; the source of his theories is social practice, and he must direct them back towards life, be it through his teaching or by other means (poetry? literature?). Dialectical thought can and must transform itself into dialectical consciousness of life, in life: unity of the media te and the immediate, of the abstract and the concrete, of culture and natural spontaneity. In this way it will pass from ideology and specific knowledge into culture, language, perhaps into direct perception of the world - in any event, into everyday life!

⁸⁰ Anyone who wishes to found an ethic - and his personal ethic - on the notion of alienation needs to have a precise and analytic tool and a consciousness that has been finely honed by the dialectic at his disposal. Only then will he be able to find his way through the labyrinth which is all social life and through the jungle which is bourgeois society; only then will he distinguish between what is 'life-enhancing' and what is obscurantist and static in his life. Thus everyone may perhaps be able tightly to embrace their own lives, and to love them, without evading any task, fruitful conflict, or useful risk.

A apropriação, noção que Lefebvre desenvolve a partir de Marx, também é pensada a partir da alienação. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), Marx, conforme assinalado na discussão feita anteriormente sobre a ideia de totalidade, afirma que o “(...) homem se apropria da sua essência unilateral de uma maneira unilateral, portanto como um homem total” (MARX, 2010, p. 108), e que cada uma das suas relações humanas com o mundo “(...) são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* (...)” (MARX, 2010, p. 108, com grifos no original). Mas a propriedade privada, continua Marx, nos faz tão unilaterais que um objeto somente é nosso se o temos, portanto, “(...) quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*” (MARX, 2010, p. 108, com grifos no original):

O lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento⁸¹ de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. A essa absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior (MARX, 2010, p. 108-9). [Com grifos no original]

É neste sentido que, para Lefebvre, a apropriação não tem conseguido cumprir-se historicamente sem um processo contraditório: a alienação do homem: “Isso toma essencialmente, mas não exclusivamente, a forma de propriedade privada, esta desapropriação do homem, que substitui todos os ‘sentidos’ pelo único sentido de *ter*”⁸² (LEFEBVRE, 2011, p. 115). Em Lefebvre, como em Marx, a crítica, o desmascaramento da alienação, tem um

⁸¹ A citação foi extraída de um exemplar do livro publicado pela editora Boitempo (2010), que, na tradução, distingue, a partir do original em alemão, os conceitos de alienação e estranhamento. A apresentação feita pelo tradutor esclarece, na página 15, que, no capitalismo, “(...) os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista”. Mas, por Marx utilizar os referidos conceitos com conteúdos distintos, e a vinculação entre eles não garantir que sejam sinônimos, o tradutor optou por fazer a distinção. O estranhamento, conforme anota o tradutor na página 16, “(...) é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada”. Para efeitos desta pesquisa, a distinção não afeta o desenvolvimento das reflexões sobre a alienação.

⁸² Esto toma esencialmente, pero no exclusivamente, la forma de la propiedad privada, esta desapropiación del hombre, que reemplaza todos los “sentidos” por el solo sentido del tener.

propósito, a desalienação do homem, preparando o caminho para o comunismo, como aparecem nos *Manuscritos*:

3) O *comunismo* na condição de supressão (*Aufhebung*) *positiva* da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) *humano*, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da *essência humana* pelo e para o homem. Por isso trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano (MARX, 2010, p. 105). [Com grifos no original]

Na sociedade burocrática de consumo dirigido, afirma Lefebvre, às antigas alienações juntaram-se outras, enriquecendo a tipologia: alienação política, ideológica, tecnológica, burocrática, urbana: “Sustentamos que a alienação tende para uma totalidade e se torna tão poderosa que apaga os traços (a consciência) da alienação” (LEFEBVRE, 1991, p. 104). Na Introdução à edição espanhola do livro de Lefebvre *A produção do espaço*, Gutiérrez afirma que a condição da alienação, que se gera como consequência de uma falta de controle sobre os processos e meios de produção e sobre o produto por uma participação mecânica ou escassa, pode ser estendida à produção autoritária e capitalista do espaço: “(...) os cidadãos não controlam nem os meios nem o produto final⁸³” (GUTIÉRREZ in LEFEBVRE, 2013, p. 45). A participação, conclui Gutiérrez na senda aberta por Lefebvre, torna-se simulacro e é mantida através de canais inócuos, e os usuários não compreendem sequer os códigos simbólicos do ambiente construído nem participam da centralidade urbana como condensação espaço-temporal das relações sociais (GUTIÉRREZ in LEFEBVRE, 2013, p. 45).

Em livro intitulado *La construcción del espacio social* (1987), C. Sánchez-Casas afirma que a alienação se subjetiviza de uma maneira diferente, que varia conforme seus efeitos são apreendidos em relação a um ou outro dos elementos da realidade social e dos níveis de existência. Ao teorizar sobre os três níveis da existência humana, Sánchez-Casas menciona o nível do vivido, na esfera da consciência prático-sensível; o nível do concebido, na esfera da consciência cognitiva; e o nível do percebido (cotidiano), participando das duas esferas (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 19). Em nota, ele menciona que são conceitos utilizados por H. Lefebvre, mas adverte que os sentidos dados a eles não coincidem exatamente com aqueles atribuídos pelo autor francês, por estarem integrados em um edifício teórico diferente (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 86). Feito o alerta, o esquema proposto por

⁸³ (...) los ciudadanos no controlan los procesos ni los medios ni el producto final.

Sánchez-Casas em relação à alienação oferece conceitos operativos que serão utilizados na análise dos materiais jornalísticos, tal como as características da ideologia apresentadas por Iasi (2011).

Além da definição dos três níveis da existência humana, Sánchez-Casas desenvolve os conceitos de *conjunto social*, *meio institucional* e *meio físico*, que, em resumo, assim se definem: em relação às formações sociais, o *conjunto social* é o conjunto de indivíduos inseridos na estrutura de classes correspondentes e interrelacionadas no seio desta estrutura, que integram uma formação social; o *meio institucional* – integrado pelas instâncias econômica, político-administrativa e sociocultural – é o conjunto de instituições, socializadas ou cristalizadas, que aparecem em toda a formação social, sendo que a cristalização se refere ao fato de a instituição gerar comportamentos que são consolidados, invertendo seu papel original e revelando assim seu caráter controlador; o *meio físico* é o conjunto de elementos e objetos naturais e artificiais que constituem o suporte e o marco em que se assenta o conjunto social e no qual os indivíduos que o compõem desenvolvem suas atividades (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 13).

Esclarecidos esses conceitos, para Sánchez-Casas (1987, págs. 23-26) a alienação se vive como:

-*segregação* (em relação ao conjunto social) [1]

-*dominação* (exploração econômica, opressão política e/ou coisificação cultural) em relação ao meio institucional [2]

-*agenitud*⁸⁴ (desorientação geográfica e estranhamento em relação ao meio físico) [3]

Segundo o autor, no nível do *vivido*, a *segregação* em relação ao conjunto social [1] se sofre como isolamento, como impossibilidade de convivência intersubjetiva de sentimentos. No nível do *cotidiano*, ela é sofrida como marginalização:

⁸⁴ Não encontramos expressão adequada em português. Na Introdução à edição espanhola do livro de Lefebvre *A produção do espaço*, Gutiérrez cita o esquema proposto por Sánchez-Casas e utiliza a palavra *extrañamiento* em lugar de *agenitud*. Como já mencionado em nota anterior, em português autores marxistas usam a palavra *estranhamento* como sinônimo de alienação. Tanto em português quanto em espanhol há debates sobre a forma mais adequada de traduzir a origem desses conceitos, que são os termos alemães *Entäusserung* e *Entfremdung* usados por Marx. Soares (2012) explica que há no Brasil, predominantemente, duas correntes: 1) traduzem *Entäusserung* por alienação e *Entfremdung* por estranhamento – entre eles Jesus Ranieri, Mario Duayer, Rubens Enderle etc.; 2) traduzem *Entäusserung* por exteriorização e *Entfremdung* por alienação – entre eles Leandro Konder, José Paulo Netto, Sergio Lessa etc. Como, mais adiante, Sánchez-Casas vai esclarecer cada um dos termos, o debate sobre essas diferentes interpretações é aqui mencionado, mas não desenvolvido.

O resto do conjunto social aparece como inacessível, quando não opressivo; não existe possibilidade de comunicação, não se compartilham necessidades e as vidas coexistem transcorrendo paralelamente ainda quando estejam espacialmente próximas. A vida do outro se mostra inalcançável⁸⁵ (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24).

No nível do *concebido*, a segregação é ideologização:

(...) “o outro” é impenetrável para nosso conhecimento e sua realidade fica reduzida para nós à sua aparência pois é captado exclusivamente como personificação de um rol, com o qual nossa comunicação é aparente e real nossa solidão⁸⁶ (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24).

Com respeito ao meio institucional, a alienação aparece como *dominação* [2], e a relação com aquele meio perde toda a espontaneidade e se converte em uma representação mecânica das condutas exigidas pelas instituições cristalizadas, em que o homem intervém como coisa (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). No *vivido*, essa situação é sofrida como isolamento:

(...) as instituições não aparecem como minhas instituições, e sim como instituições do outro, e a cristalização de comportamentos anula a capacidade de apreensão direta prático-sensível que teria consequências contraditórias com a monotonia imposta da atividade⁸⁷ (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25).

No nível do *cotidiano*, a dominação se vivencia como marginalização do meio institucional, que aparece como poder estranho que oprime e restringe a liberdade, levando à perda da espontaneidade no comportamento (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Já no nível do *concebido*, a dominação provoca a ideologização do conhecimento, aceitando como naturais e

⁸⁵ El resto del conjunto social aparece como inaccesible, cuando no opresivo; no existe posibilidad de comunicación, no se comparten necesidades y las vidas coexisten transcurriendo paralelamente aun cuando estén espacialmente próximas. La vida del otro se muestra inalcanzable.

⁸⁶ (...) "el otro" es impenetrable para nuestro conocimiento y su realidad queda reducida para nosotros a su apariencia en tanto es captado exclusivamente como personificación de un rol, con lo cual nuestra comunicación es aparente y real nuestra soledad.

⁸⁷ (...) las instituciones no aparecen como mis instituciones, sino como instituciones del otro, y la cristalización de comportamientos anula la capacidad de aprehensión directa prático-sensible que tendría consecuencias contradictorias con la monotonia impuesta de la actividad.

inevitáveis situações que são produto de determinadas relações de poder (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25).

A alienação em relação ao meio físico manifesta-se como *desorientação* [3], e a solidão que se reflete no *vivido* é a incapacidade para vivenciar o meio como fonte de sentimentos:

Se, quando há apropriação, nos fundimos com o ambiente geográfico ou arquitetônico e nos perdemos com imenso prazer em suas cores, suas formas e seus sons, quando o relacionamento é alienado, o ambiente se torna opaco, porque nossa capacidade de sentir isso desaparece⁸⁸ (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24).

No nível do *cotidiano*, a *desorientação* é sofrida como marginalização. O meio físico, seja ele artificial ou natural, não se oferece à familiarização, e nele o homem encontra-se perdido e desenraizado (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 24). Sánchez-Casas afirma que a alienação em relação ao meio físico tem sido e é paradigmática nas grandes cidades, e paradigmática também é a falsa consciência dessa alienação. O exemplo disso dado pelo autor é a reivindicação do filósofo socialista francês Charles Fourier (1772-1837) e outros utopistas da volta ao campo, manifestada hoje pela reivindicação do “ecologismo ingênuo”, reclamando a volta ao “paraíso perdido” (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25).

Sánchez-Casas afirma que, em uma relação apropriada, o indivíduo se reconhece na realidade social através de qualquer um de seus elementos e como co-partícipe em sua construção, reconhecendo-a como sua obra. Ao contrário, na relação alienada, a realidade social se impõe ao indivíduo como algo alheio à sua atividade, como um fato impenetrável e até opressivo (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Tomar consciência da alienação, segundo o autor, implica compreender o processo de seu aparecimento, seguido de uma prática específica tendente à mudanças de suas causas objetivas. Mas, alerta ele, isso não evita que surjam circunstâncias que impeçam, desviem ou atenuem a execução dessa prática. É quando aparece o estado de “má consciência”, delegando-se a outros a execução ou a responsabilidade da práxis libertadora (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Sofrer os efeitos da alienação, diz o autor, e não encontrar vias para superá-la, por não a compreender como tal,

⁸⁸ Si cuando existe apropiación nos fundimos con el entorno geográfico o arquitectónico y nos perdemos con un placer inmenso em sus colores, sus formas e sus sonidos, cuando la relación está alienada, el entorno se vuelve opaco, porque nuestra capacidad de sentimiento com respecto a él, desaparece.

produz o estado de anomia. Há ocasiões também em que mesmo a tomada de consciência da alienação não transforma a realidade social. A estratégia pode ser apenas apartar-se, isolando-se conscientemente do entorno para, em alguns momentos, escapar de suas condicionantes (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 25). Há, por fim, um comportamento frequente na alienação, que o autor nomeia destruição como apropriação: o indivíduo marginalizado destrói símbolos do meio institucional ou elementos do meio físico como uma forma de impor, sobre a sociedade que o oprime, seu inexistente poder (SÁNCHEZ-CASAS, 1987, p. 26).

Em síntese, o esquema das formas de alienação do autor aparece no Quadro 1:

Quadro 1: Síntese das formas de alienação em C. Sánchez-Casas

FORMAS DE ALIENAÇÃO	MANIFESTAÇÃO NOS 3 NÍVEIS DE EXISTÊNCIA		
	VIVIDO, CONCEBIDO E PERCEBIDO (COTIDIANO)		
Segregação em relação ao conjunto social [1]	Vivido: isolamento	Concebido: ideologização	Cotidiano: marginalização
Dominação em relação ao meio institucional [2]	Vivido: isolamento	Concebido: ideologização	Cotidiano: marginalização
Desorientação geográfica e estranhamento em relação ao meio físico [3]	Vivido: solidão	Concebido: ideologização (falsa consciência)	Cotidiano: marginalização

Organização da autora, 2019

Essas formas de alienação podem ser observadas no espaço urbano, sendo sofridas inclusive nos espaços públicos. O espaço urbano comum, afirma Santos Júnior, é atravessado por contradições, disputas e conflitos materiais e simbólicos (2014, p. 148). Do ponto de vista do urbanismo, segundo o autor, esses espaços podem ser considerados como aqueles dentro de uma cidade para uso público, posse coletiva e pertencentes à autoridade pública ou à sociedade como um todo, como os espaços de circulação (rua), de lazer e recreação (parques), de contemplação (cachoeiras) ou de preservação (reservas ecológicas). Porém, há espaços urbanos comuns ou públicos que têm restrições de acesso e circulação, como prédios

públicos, instituições de saúde e educacionais e centros culturais. Assim, por mais livres que sejam os espaços públicos, observa Santos Júnior, é necessário perguntar, em cada contexto, quem os apropria (2014, p. 147).

A construção conceitual desenvolvida neste Capítulo 1 e que sustenta os capítulos seguintes é permeada pela noção de totalidade e pela teoria marxista do cotidiano em suas três determinações lukácsianas: a imediatividade, a heterogeneidade e a universalidade extensiva. Com Lefebvre, o cotidiano é pensado na sociedade burocrática de consumo dirigido em uma realidade socioespacial na qual coexistem simultaneamente o nível global (G), o nível misto (M) e o nível privado (P). Em sua relação com o tempo, o espaço aparece como espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial e envolve três níveis do real: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação. O vivido relaciona-se com a apropriação do espaço, em contraposição ao concebido, voltado para a dominação do espaço, tensionando a relação entre habitar e habitat, configurando práticas sociais cuja compreensão passa pelo desvendamento da ideologia e das formas de alienação.

Essa construção teórica, passados 51 anos da publicação do mais conhecido livro de Lefebvre, *O direito à cidade*, permite analisar as insurgências sociais que aparecem cada vez mais intensamente, com demandas como moradia, educação, lazer, ligadas à possibilidade de uma vida cotidiana, como diz Lefebvre, metamorfoseada para atender esses desejos. A teoria lefebvriana fornece o quadro teórico para compreender e transformar esse espaço social complexo, realidade carregada de conflitos que o jornalismo capta e pode ou não interpretar a serviço da emancipação humana.

Capítulo 2

COTIDIANO E JORNALISMO

Pensar o jornalismo como crítica do cotidiano implica, com Lukács, tomar o comportamento cotidiano como dimensão insuprimível do processo de formação do ser social e, com Lefebvre, compreender a dinâmica desse processo em um espaço que também é um produto social. A vida cotidiana, então, definida como totalidade, se desdobra no tempo e se materializa no espaço, configurando uma relação espaço-temporal. É nessa totalidade e dessa relação que o jornalismo também se constitui e se alimenta, ao produzir uma forma específica de conhecimento sobre a realidade. Cabe então investigar como essa totalidade e essa relação aparecem teoricamente no jornalismo e que conhecimento produzem no concreto fazer jornalístico.

2.1 COTIDIANO EM QUATRO LIVROS CLÁSSICOS DO JORNALISMO

Quatro livros considerados clássicos no jornalismo oferecem elementos importantes para pensar o jornalismo como crítica do cotidiano: os de A. Olinto, A. Lima, C. Kelly e A. Genro Filho, publicados, respectivamente, em 1955, 1958, 1966 e 1987⁸⁹. Os dois primeiros escreveram sobre a relação entre jornalismo e literatura; o terceiro abordou a mesma temática junto a outras reflexões sobre o jornalismo; o último propôs uma teoria marxista para o jornalismo.

Um clássico, afirma Calvino, “(...) é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” e “(...) que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (CALVINO, 1993, págs. 11 e 15). Passados 64 anos desde sua publicação, o livro de Olinto *Jornalismo e Literatura* continua a ter o que dizer sobre a possibilidade de o jornalismo, como a literatura, produzir obras de arte dentro de determinadas condições, perspectiva aberta a partir, também, da compreensão da vida cotidiana⁹⁰.

Olinto foi professor no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seu livro foi publicado cinco anos depois da introdução, no Brasil, das normas de texto

⁸⁹ O livro de Lima faz parte da Coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro, da Editora da USP.

⁹⁰ O ensaio que deu origem ao livro de 1955 foi escrito em 1952 e divulgado em cerca de vinte artigos curtos no jornal *O Globo*.

noticioso já estabelecidas nos Estados Unidos, entre elas o *lead*⁹¹. Ele o escreveu para responder a críticas de um colega de redação para quem o jornalismo não era nem jamais poderia ser literatura. O autor conta este pormenor na introdução ao texto feita para uma edição publicada em 1968. Na conhecida frase de abertura e no primeiro parágrafo do ensaio, o autor responde à crítica a partir dos limites e potencialidades do jornalismo:

O jornalismo já foi chamado de “literatura sob pressão”. Pressão do tempo e pressão do espaço. Em todo o mundo, a cada instante, os cultores desse tipo de literatura lançam palavras sobre o papel, com a preocupação do tempo que passa e do espaço que é limitado. As frases ajustam-se a um tamanho, o pensamento é obrigado a trabalhar depressa. Contudo, por maior que seja essa pressão, o jornalismo tem, fundamentalmente, as mesmas possibilidades que a literatura, de produzir obras de arte (OLINTO, 1955, p. 3).

Tempo e espaço já aí aparecem, o primeiro não em uma dimensão qualquer, e sim a do tempo do trabalho, da produção, medido pelo relógio, o “trabalhar depressa”. O espaço ao qual o autor se refere é o espaço do papel, “limitado”, o meio em que, em meados dos anos 1950, aquela “literatura sob pressão” podia predominantemente se fazer. Assim, a possibilidade ou não de ela produzir obras de arte inscrevia-se, para o jornalista, “em todo o mundo” e “a cada instante”, naquela infinitude extensiva e imediata do cotidiano, mas sob o capitalismo, que subordina o jornalismo.

No ensaio, o cotidiano aparenta-se àquela dimensão insuprimível do processo de formação do ser social de que fala Lukács. Olinto afirma que o jornalismo desperta o “preconceito do cotidiano, do efêmero”, mas essa transitoriedade se limitaria “à parte material que serve de veículo à notícia”, por haver “uma nítida separação entre o corpo e o espírito de um jornal” (OLINTO, 1955, p. 6-7):

No caso do jornal, é preciso que a transitoriedade do corpo não atinja a desejada solidez de sentido. Eu diria até que o jornal é exatamente uma contínua luta pela fixação de realidades, uma tentativa de captar, nos acontecimentos cotidianos, algumas verdades particulares e permanentes da vida do homem (OLINTO, 1955, p. 7).

Há, aqui, a busca, pelo jornalismo, do mesmo movimento que faz o homem em suas objetivações cotidianas, podendo se alçar da condição de *homem inteiro*, que precisa o tempo

⁹¹ A novidade apareceu no *Diário Carioca*, que adotou pela primeira vez no país o manual de redação (LAGE, FARIA, RODRIGUES, 2004).

todo dar respostas ao mundo da heterogeneidade cotidiana, para o *inteiramente homem*, ao alcançar a consciência humano-genérica. Esse movimento, segundo Lukács, se dá quando o indivíduo se instaura como *particularidade*, espaço de mediação entre o singular e o universal. A afirmação de Olinto, portanto, percebe no jornalismo o potencial para captar, nos acontecimentos cotidianos, esse movimento. E essa permanência (do espírito) é que o tiraria da transitoriedade, da vida breve que tem o corpo do jornal.

Ao enfrentar o problema da opinião no jornalismo e da aparente falta dela na literatura, o que reforçaria o preconceito em relação ao primeiro, Olinto revela outra potencialidade do cotidiano a partir do jornalismo. Ele afirma que o “clima de criação” da literatura parece estar acima ou fora dos “pequenos acontecimentos”, mas eles também servem de base para a literatura tanto quanto para o jornalismo, ou seja, ambos se nutrem da realidade, à qual devem ser fiéis. Mas o jornalismo, ao apresentar a realidade, às vezes é tido como “sinônimo de panfleto” (OLINTO, 1955, p. 12):

Há muitas ocasiões em que um acontecimento, uma pessoa, uma circunstância, exigem combate ou defesa. A vida diária está cheia de necessidades. Ruas mal calçadas, desastres, irresponsabilidades, corrupções, subornos, desonestidades – ou gestos de heroísmos, de desprendimento, de simplicidade – tudo isso faz parte do acontecer de todos os dias e cada um de nós sente que tem de opinar, atacar ou defender, tentar influir no assunto (OLINTO, 1955, p. 12-13).

A partir do mundo da heterogeneidade cotidiana, o autor, na citação acima, já demarca o que pode ser concretamente de interesse do jornalismo e do despertar da combatividade pela palavra, a opinião, mas às vezes em desacordo com a realidade. Para ele, há muito mais força no que chama de “descrição opinativa”:

Diante de uma descrição assim, o homem que lê pode sentir, nas palavras, o caminho da opinião. Ela existe, está ali. Não é acrescentada por quem a expôs, porque a coisa externa tem o poder de impor a sua presença. Na fidelidade ao objeto, o jornalista formula a mais poderosa das opiniões. Como o romancista. Como o poeta. O artista que universaliza um pedaço da realidade, que o aceita, que se deixa dominar por êle, dominando-o, no entanto, para poder transformá-lo em palavras, está fincando um marco no pensamento de todos os que entram em contato com a sua obra (OLINTO, 1955, p. 14).

Para o autor, a finalidade de um “conjunto de palavras” assim reunido é ter “um sentido válido para todos os homens”, possibilitando que eles sejam colocados “em contacto direto com a vida” (OLINTO, 1955, p. 16).

Em sua obra, Lukács adverte que o cotidiano é mediatizado em sua imediatividade por um complexo sistema de mediações que se complica e ramifica no curso da evolução social. Na citação acima, é possível vislumbrar como Olinto insere o jornalismo neste sistema. O jornal, afirma, é um grande instrumento de combate e de defesa, e deve, ao lado do informativo e do descritivo, ter o lado combativo e panfletário, e a sua dimensão de obra de arte pode estar em ambos os lados (OLINTO, 1955, p. 17). Mas ele recorta o sentido e a finalidade desse combate:

Há uma espécie de combate, que é a do próprio homem dentro da vida. É uma luta geral que se particulariza, em determinado momento, neste ou naquele movimento. O importante é que o escritor de jornal mantenha, na hora da luta, sua fidelidade ao homem como ser, como indivíduo, como capaz de compreensão, capaz de superar o tempo. O fato de tal atitude ser difícil não invalida a estrutura da idéia, porque o jornalismo é uma transplantação, para o papel, das necessidades diárias que o homem sempre teve: de amor, de conforto, de alimento, de aplauso, de justiça. E a obra de arte sai desse mesmo bôjo informe em que se plasmam os ódios, as vitórias, as alegrias, os êxtases, os fracassos (OLINTO, 1955, p. 17).

Assim, o jornalismo, como parte do sistema de mediações sociais, é um instrumento de combate quando se mantém fiel a essa outra espécie de combate exposta por Olinto. Esse caminho para o jornalismo construir obras de arte vai ao encontro da afirmação já vista de Lefebvre, para quem a compreensão da realidade humana (social) deve necessariamente servir ao humano.

No ensaio, o sentido da reportagem e do repórter aprofundam essa perspectiva no jornalismo. Olinto menciona a força das descrições de batalha feitas por Homero na *Iliada*, que criam imagens vívidas, transformando “(...) a realidade longínqua em matéria sensível e inteligível” (OLINTO, 1955, p. 20). Para ele, a diferença entre a reportagem feita por um artista e a feita por um jornal comum é que esta vive mais do imediato, do cotidiano, mas, ao comparar relatos de Xenofontes de antigas batalhas na Grécia e de Hemingway sobre aquelas ocorridas na Espanha no final dos anos 1930, “(...) estão ambos transformando um fato particular em acontecimento válido para todos os homens” (OLINTO, 1955, p. 20). É possível afirmar que são relatos que se alimentam do cotidiano, mas o transcendem, preservando, nos

pequenos e grandes “aconteceres” humanos, o que há neles de comum e, ao mesmo tempo, irrepetível.

É ao discorrer sobre a reportagem que Olinto esboça – sem teorizar – uma compreensão sobre o espaço a partir do jornalismo e do trabalho do repórter:

O livro de reportagem, tal como o vemos hoje, é típico de nossa época. Exigia a existência do jornal e de homens cada vez mais ligados aos problemas de cada dia. Como literatura, no entanto, só chegarão a um futuro mais longínquo as reportagens que superarem o aspecto imediatista do jornalismo e plasmarem os acontecimentos com o golpe de verdade próprio das coisas universais.

Dentro dessa visão universal dos fatos, o jornalismo percorre os caminhos do particular, penetra nos problemas de uma cidade ou de um bairro, segue os passos do repórter de rua. As ruas das cidades, grandes ou pequenas, exercem enorme fascínio sobre o homem. As ladeiras estreitas da velha Estocolmo, as vielas desiguais das proximidades de Leicester Square, em Londres, as ruelas de Montmartre e do Quartier Latin, as subidas de pedra de Ouro Preto, as ruas de montanha do Rio ou de San Francisco, as sacadas antigas de Nova Orleans, possuem tôdas um encanto especial, que parece feito de passado, de um resquício de muito gesto feito na sombra, de muita palavra pronunciada na hora do desespero ou na hora do amor. E as ruas novas e claras, de pedra recente, de paredes jovens, têm a palpitação que lhes confere a presença do homem. Andar pelas ruas sem outra intenção que não a de ver, de mergulhar os olhos em cada coisa, em cada figura, em cada fachada de casa, no calçamento interrompido, no capim que rompe a prisão da pedra, no gato que corre para um muro, andar assim é como redescobrir o mundo, encontrar sentidos ocultos em tudo o que existe (OLINTO, 1955, p. 25).

Mais do que uma descrição da vida cotidiana, o parágrafo é uma exaltação do espaço vivido do qual fala Lefebvre, especialmente a rua, que palpita pela presença humana. Com seu ensaio inaugural sobre jornalismo e literatura nos anos 1950⁹², Olinto esboça questões que não foram suficientemente aprofundadas na teoria do jornalismo. São inúmeras as pesquisas que trabalham o tempo/temporalidade pela relação com a atualidade no jornalismo, mas menos frequentes as que exploram o espaço/espacialidade para pensar essa mesma atualidade⁹³. O jornalismo reflete pouco sobre a passagem da temporalidade para a espacialidade como característica do espaço social da Modernidade.

⁹² Na Introdução à edição de 1968, Olinto afirma que não havia, em 1952, encontrado livros sobre literatura no Brasil para responder às críticas de seu colega, e assim resolveu “enfileirar as idéias” que tinha sobre o assunto (OLINTO, 2008, p. 9).

⁹³ No conhecido livro *O texto da reportagem impressa* (2002), de Oswaldo Coimbra, por exemplo, são dedicadas sete páginas ao espaço dos acontecimentos nos textos veiculados na imprensa, dividido em três aspectos que ele pode assumir na

Outro importante elemento do parágrafo citado é a afirmação de que, “dentro dessa visão universal dos fatos, o jornalismo percorre os caminhos do particular”. Olinto traz contribuições da filosofia para pensar como o jornalismo pode perdurar, ao transcender o imediatismo, penetrar no particular, mas plasmar os acontecimentos que ali localiza no universal, nas “coisas universais”. O fato particular, afirma ele, “(...) pode conter em si a força de uma série de acontecimentos” (OLINTO, 1955, p. 31).

Olinto crítica a posição de desprezo do escritor francês André Gide em relação ao jornalismo, e classifica de “arbitrário” (...) o conceito de não-importância e da morte gradativa de todo e qualquer cotidiano colocado em jornal” (OLINTO, 1955, p. 42). Ao falar sobre o apreço de Gide pelos livros de A. Koestler, com seus atributos do jornalismo, percebe no primeiro uma “(...) nota de tolerância (...) de quem se julga pertencente a um nível superior, por aquêles que labutam lá em baixo, próximo da terra” (OLINTO, 1955, p. 48). Há aqui um paralelo com a imagem mencionada por Lefebvre que compara os momentos criadores aos cumes e o cotidiano às planícies e aos pântanos. Lefebvre prefere outra metáfora, a da vida cotidiana como um solo nutritivo, uma vida de riqueza secreta que nutre as flores e árvores. Tal riqueza do e no cotidiano transborda também em Olinto, para quem o jornalismo “(...) é uma penetração no dia a dia, em busca do que possa êle ter de significativo, de permanente” (OLINTO, 1955, p. 42).

Olinto repetidamente ressalta a dimensão da obra de arte no jornalismo ligada às experiências humanas, aos “gestos humanos” (p. 52), aos “valores humanos” (p. 54), e na citação abaixo às relaciona à rua, à cidade:

O repórter de rua, o jornalista que sai ao encontro do acontecimento, vê os lugares, que às vezes lhe são familiares, sob um aspecto dramático. A rua, que êle conhece tão bem, pode estar alvoroçada por uma tragédia ou pode estar rindo, inteira, diante de um fato curioso. Nesse contacto direto com as pessoas envolvidas em acontecimentos, nesse penetrar nos dramas de uma cidade, nesse ouvir pessoas dos mais diferentes tipos falarem de seus desejos, de suas culpas, de seus sonhos desfeitos ou reerguidos, o repórter de rua atinge um plano de vida que o homem comum desconhece. No buscar notícias para encher as páginas do um jornal, êle esbarra, a cada instante, com histórias reais capazes de se transformarem em obras de arte de jornalismo. O importante, nesse contacto, é que êle mantenha, intactas, suas reservas de emoções para o ato de escrever (OLINTO, 1955, p. 26).

Em outra citação, ele afirma que a descrição se liga ao espaço e a narrativa ao tempo e mais uma vez esboça a importância de se compreender o acontecimento como localizado em certo espaço:

O estilo de quem descreve procura situar os objetos, as pessoas, os acontecimentos, num determinado lugar. O estilo de quem narra constrói seqüências de fatos, que se desenvolvem dentro de um período de tempo. As duas condições, que cercam o homem e tudo o que êle faz, se interpenetram e formam, às vèzes, uma só condição. E, tanto na vida real, nos gestos de cada instante, como no que escreve, o ser humano está dentro das limitações do tempo e do espaço, que são a sua angústia e a sua grandeza. A pura descrição tem, em geral, um tom de alheamento, uma espécie de neutralidade, muito comum em certas reportagens de jornal. Há sempre, da parte de todos, uma grande curiosidade em relação a lugares, a pormenores de cidades, de ruas, de cômodos, de casas, porque, nesses ambientes, andam pessoas, vivem pessoas. O jornalista que descreve, procura colocar o leitor em posição visual de compreender o acontecimento, a narrativa, como localizadas num determinado espaço. Há, em geral, necessidade de serem reerguidas, pedaço por pedaço, as paisagens que circundam os fatos e têm, às vèzes, com êles, íntima relação. É um trabalho de verdadeiro arquiteto literário, preocupado em construir, ou em reconstituir, os interiores e exteriores em que as cenas se passam, de um modo quase cinematográfico, modo que o século XX tornou mais comum no romance universal, como decorrência mesma do cinema (OLINTO, 1955, p. 29).

É bastante expressiva a metáfora do “arquiteto literário” para se referir ao trabalho do jornalista que reergue, no texto, as paisagens que circundam os fatos. Fica explícito que o espaço é um elemento de compreensão da narrativa e pode ser reconstruído em palavras na escrita jornalística, dando a ela a dimensão de obra de arte. O autor afirma que o “(...) conto sempre foi êsse trabalho de seleção, êsse foco de uma atenção sôbre um pedaço do tempo. E a reportagem também” (OLINTO, 1955, p. 31). É possível acrescentar, a partir de análise desta obra de Olinto: sobre um pedaço do tempo *e do espaço*.

Olinto afirma que o jornalismo tem as mesmas possibilidades que a literatura de produzir obras de arte, mas precisa lidar com as dificuldades que atuam contra essa possibilidade para além do domínio da linguagem. Uma delas é a *organização*, que opera de três formas. A primeira, explica o autor, se dá porque, ao lidar com as coisas materiais, com os objetos dispostos a um fim, o homem necessita de um “(...) firme espírito de esquematização, a fim de que êles, os objetos, assumam o aspecto adequado ao trabalho que deve ser realizado” (OLINTO, 1955, p. 8). Essa organização, que tem a ver com a manobra das atividades diárias, pode perturbar o trabalho criador. Aí mais uma vez vislumbra-se Lukács, para quem a suspensão do cotidiano (dessa necessidade de organização das atividades

diárias de que fala Olinto) é necessária para a arte, a ciência e o trabalho criador⁹⁴. Mas Olinto menciona outras dimensões da organização, estas necessárias, uma no campo técnico, unindo palavras e encontrando, entre elas, relações e associações, e outra no âmbito do sentir, mais profunda:

(...) que é a da preparação interna da capacidade de sentir, a da perfeita união entre a linguagem e o que de anterior a ela existia, isto é, aquilo de que ela pretende ser veículo – mas aí o homem está só. Apenas sua fidelidade ao ser humano, ao que êste tem de essencial, penetra nesse recesso íntimo (OLINTO, 1955, p. 8-9).

Por fim, o autor fala de uma organização externa que exerce pressão sobre o jornalista: “O conjunto de circunstâncias tais como horário, condições materiais de serviço, diretores de jornal, embora inseparável do jornal como realidade pode formar uma cadeira de pequenas prisões de que o jornalista comum não consiga escapar” (OLINTO, 1955, p. 9). Esses cerceamentos, diz ele, produziriam bons resultados em pessoas que buscassem apenas aquela forma de organização que deseja conquistar uma técnica, um estilo. Mas o movimento criador vai além disso:

(...) na verdade, o movimento criador é absolutamente imprevisível. Não se sujeita às leis externas da organização. Surge do lastro de humanidade que o artista tenha acumulado em si, em anos de alegria e de angústia. Surge de sua necessidade de transmitir alguma coisa aos seus semelhantes. Precisa de organização, sim, mas no se preparar para a luta da expressão, no ter sabido dominar a linguagem, para que esta fôsse um veículo fiel de pensamento, um ponto intermediário entre o criador e os que da criação tomassem conhecimento, um ponto intermediário que, na realidade, se isola e passa a formar um ser à parte, com significação fechada sôbre si mesma e capaz de ter os seus sentidos ampliados pelo tempo (OLINTO, 1955, p. 9).

Hoje muito se discute a chamada desumanização do jornalismo e das coberturas jornalísticas, de forma próxima ou distante da perspectiva do materialismo dialético adotada nesta pesquisa. Se sem se filiar a ela, Olinto, em seu ensaio escrito em 1952, muito contribui ao abordar a organização, em suas múltiplas camadas, afetando positiva ou negativamente o trabalho do jornalista. Há que lidar com as pressões do dia-a-dia, aprimorar o estilo, apurar a

⁹⁴ A tese de Moretzsohn (2007) segue por este caminho, partindo de Lukács, ao afirmar que o jornalismo também deve realizar um cotidiano exercício de suspensão do cotidiano para partir do *fenômeno* e conectá-lo ao *processo*, desnaturalizando os fatos.

capacidade de sentir e tentar escapar das imposições da *organização externa*, ou seja, as que atuam sobre o jornalismo na organização capitalista. É um desafio colocado para quem trabalha nos veículos tradicionais e também nos independentes, que impõem aos profissionais, muitas vezes, mais horas de trabalho e menos condições materiais para a produção jornalística. Olinto, 64 anos atrás, apresenta o cenário – que na atualidade é infinitamente mais complexo – nesses termos:

Há uma nítida separação entre o jornalismo comum e a obra de arte – ou entre o jornalismo comum e o jornalismo como obra de arte – que o escritor tem de surpreender, de demarcar, para poder sair incólume do trabalho diário de escrever e dos perigos da “organização”. Porque o artista é o homem que mantém intacta, em si, a capacidade de sentir sentimentos estranhamente verdadeiros e de transmitir sentimentos estranhamentos verdadeiros (OLINTO, 1955, p. 11).

Olinto publica o livro cinco anos depois da introdução, no Brasil, das normas de texto noticioso já estabelecidas nos Estados Unidos, e assim são relevantes também as ideias que ele apresenta no capítulo dedicado à linguagem e à rotina no jornalismo: “Foi inventado um estilo jornalístico, um estilo que, na realidade, nada diz nem tampouco chega a ser o que constitui a essência do jornalismo” (OLINTO, 1955, p. 66). Tal estilo, afirma ele, facilita o trabalho, como ocorre na poesia, que tem seus modos de facilidade e regras. No jornalismo, o clichê, o lugar comum, se justificam também por essa busca da facilidade, mas “(...) o jornalismo como obra de arte é sempre um salto além da rotina” (OLINTO, 1955, p. 66). Ainda assim, a rotina é indispensável por ser o ponto de partida para o avanço e a conquista do desconhecido:

Quando o poeta descobre uma realidade (de fundo ou de expressão), até então oculta, grande número de poetas medíocres constroem ali as suas tendas e passam a viver da fonte recém-descoberta. O jornalista de talento também penetra em terrenos desconhecidos, cria novos estilos, dá, à palavra usada como material de jornal, uma densidade alheia à rotina. Outros tomam posse do novo estilo (ou do novo modo de aproximação com a realidade), mas só lhe vêem as partes constitutivas materiais, sem lhe penetrar no fundo. Essa tomada de posse, mesmo sendo puramente externa, estabiliza, de algum modo, a conquista, possibilitando a vinda de um novo jornalista que, com a perspectiva histórica do avanço anterior, faz com que a linguagem de jornal dê outro passo avante (OLINTO, 1955, p. 66-7).

É por esse processo, afirma Olinto, que a palavra é conquistada. Ele insiste no aspecto cambiante da linguagem, na morte e renascimento das palavras, instrumento fundamental de quem escreve:

A coisa existe antes da palavra. Esta nasce para ser uma representação vocabular daquela. Por “coisa” quero dizer tudo o que existe, não apenas o objeto perceptível pelos sentidos. O pensamento de quem escreve penetra no sentido das coisas, naquilo que elas tem de permanente e no que assumem, em determinados momentos, dentro de uma série de circunstâncias. A linguagem interna, isto é, o ímpeto de exprimir movimentos, ações, sentimentos, relacionados com o que existe na realidade, essa linguagem é inagarrável, exige um aperfeiçoamento contínuo, um domínio sempre renovado de seus elementos. A outra, não. A linguagem externa, embora determinada por um impulso interior, é feita de letras, de sinais, de sons, de palavras. É feita, enfim, de matéria (OLINTO, 1955, p. 67-8).

Nesse nascer e morrer da matéria da linguagem, afirma ele, quem busca conquistar uma linguagem própria precisa manter com ela “(...) estranhas e sutis relações de dominador e dominado” (OLINTO, 1955, p. 68), mas, nesse movimento geral, saber que há algo que escapa ao domínio imediato:

É a que um povo cria, na vida diária, no encontro com acontecimentos e pessoas, na necessidade de inventar palavras novas para exprimir uma nova relação. Às vezes, é uma palavra antiga, morta, mumificada, que volta ao uso, com sentido modificado. Outras, é um prolongamento de significado, uma expansão de sentidos que incorpora um determinado conjunto de sons ao seu mundo de expressões. O manuseio coletivo da linguagem exige a invenção de termos mais vigorosos, capazes de maior atualidade e maior atuação no entendimento diário. É a gíria que chega, irrequieta ou imprópria de início, para acabar fazendo parte da linguagem viva de todos os dias (OLINTO, 1955, p. 68).

A esse processo de renascimento e invenção de “vocábulo provocados pelo momento”, o escritor deve estar atento, e, afirma o autor, o jornal é o primeiro a tomar conhecimento da linguagem nova, por estar em contato direto com o homem comum que a inventa. O que era som passa então a ser grafia, fala para escrita, e a palavra inventada recebe um selo, uma confirmação de existência (OLINTO, 1955, p. 69). Para o autor, o jornalista, o repórter e o escritor, no contato com a vida cotidiana, compreendem o valor da linguagem que nasce a cada instante: “Provoca a transmutação das palavras vivas do povo em elementos dramáticos, trágicos, líricos, capazes de se incorporarem a um poema, a um conto, a um

romance” (OLINTO, 1955, p. 69). O jornal assim avalia, de modo consciente ou não, as possibilidades de as novas palavras serem comunicadas em uma obra de arte. Esse processo implica, segundo Olinto, ir à fonte da linguagem nova e depois buscar se desligar dela, para não ficar subjugado pela matéria que a criou. Mais uma vez aparece aqui aquele movimento lukacsiano já indicado de imersão no cotidiano, para dele se desprender e novamente nele desembocar enriquecendo-o:

O ato de libertar a palavra de sua fonte, realizado pelo artista, não elimina a base fundamental dessa renovação vocabular. Aumenta, pelo contrário, o valor do jornalismo que deu o primeiro sôpro de vida literária à linguagem nova. Porque, nesse contínuo aperfeiçoamento de nosso principal instrumento de comunicação, o jornal vai diariamente realizando uma tarefa difícil e de grande valor para os que se servem da palavra: a ratificação de uma linguagem (OLINTO, 1955, p. 70).

Olinto afirma que quem escreve é responsável por tudo o que a sua obra venha a provocar no pensamento dos homens, e daí o cuidado necessário no mundo das palavras, cuidado esse cuja falta, no jornal, ele critica:

O jornal malbarata palavras com espantosa prodigalidade. Joga-as ao vento, ao uso de todos os leitores, transforma-as em ruídos e sinais às vezes sem significação. O jornalista tem, em seu poder, essa grandeza e essa miséria. E a afirmação dêsse contraste não é a permanência de uma atitude romântica em relação à linguagem. É a caracterização de um dilema, de um sentimento de luta (OLINTO, 1955, p. 75).

A tensão entre grandeza e miséria mencionada por Olinto no manejo do mundo das palavras pelo jornalista remete à tensão semelhante que Lefebvre localiza na vida cotidiana, na qual também mede a possibilidade de riqueza pela potência da resistência. Olinto afirma que o grande artista é aquele que “cria o que existe”:

Criar o que existe é despojar os objetos, as pessoas e os acontecimentos de todos os seus entraves, daquilo que os faz passarem despercebidos da maioria. Criar o que existe é manter-se ligado ao que o homem tem de mais humano, daí arrancando o sentido dos gestos, das palavras e das ações, o sentido que tem um conjunto de coisas, em que, às vezes, pouco reparamos (OLINTO, 1955, p. 50).

Em 1958, Lima segue o caminho aberto por Olinto e publica *O jornalismo como gênero literário*, calcado em seus estudos sobre a crítica literária. “Será o jornalismo um gênero literário?”, pergunta o autor na abertura do primeiro capítulo do livro. À resposta

positiva, Lima classifica o jornalismo como literatura em prosa de apreciação de acontecimentos. E, para ele, acontecimentos não são apenas os grandes fatos históricos, mas “(...) tudo o que faz a trama do cotidiano, da própria vida, tanto individual como social” (LIMA, 1969, p. 44). O jornalista então teria, para estar bem informado e informar, que viver “(...) no meio dos acontecimentos, em pleno fluxo vital” (LIMA, 1969, p.47). Assim como Olinto, Lima também aborda a possibilidade de o jornalismo ser antes de tudo uma arte, “(...) isto é, uma atividade livre do nosso espírito no sentido de **fazer bem alguma obra**” (LIMA, 1969, p. 42, com grifo no original):

Essa obra, para ser arte estética, e não apenas arte mecânica ou liberal, deve fazer do seu modo de expressão o seu fim, ao menos relativo ou **fins quo**, como dizem os filósofos. O jornalismo é uma arte da palavra, em que esta possui um valor próprio. O modo de dizer é um elemento capital para que o jornalismo, como qualquer outro emprêgo da palavra, seja ou não uma arte (LIMA, 1969, p. 42). [Com grifos no original]

Ao falar sobre a atualidade como uma das notas típicas do jornalismo, Lima desenvolve a questão do tempo:

O jornalista é, por natureza, o homem do seu tempo. Por mais que a sua arte esteja em tirar do tempo a eternidade – pois é da natureza da arte aplicar-se ao singular para nêle encontrar o universal, concentrar-se no momento para nêle descobrir o intemporal – o que faz o jornalismo é o tempo, não é a eternidade. Êle tem de tirar do tempo a sua própria essência temporal. Tem de encontrar o segredo do efêmero, com o efêmero. (...) Sua **eternidade** está em descobrir o que há de singular no momento e ficar no momento, impregnar-se dêle, descobrir nêle o que há de característico, como momento. Pouco importa que no dia seguinte já não se tenha memória da véspera. O essencial é que, no momento, êle seja eterno, isto é, vá **ao auge do acontecimento**. Cada momento de tempo tem a sua eternidade própria. Descobri-la, é o segredo do grande jornalista (LIMA, 1969, p. 50). [Com grifos no original]

Da densidade deste parágrafo se sobressai a afirmação de que a eternidade do jornalismo está em descobrir o singular no momento, dele se impregnando, porque cada momento tem sua eternidade própria. Há que se pensar aqui em infinitas eternidades fugazes, que pelo jornalismo não desapareceriam por completo se fosse possível capturar em todas elas

o singular. É essa possibilidade que colocaria em relevo a arte do jornalismo e o jornalismo como arte.

Como foi tratado no Capítulo 1, na concepção de Lefebvre, o cotidiano deveria ser um momento composto de momentos, interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). E, para o autor francês, o momento é *a tentativa de alcançar a realização total de uma possibilidade*. Vislumbra-se então aquela eternidade própria do momento que o jornalista, segundo Lima, deve descobrir. Para transcender essa abstração na prática jornalística, como se verá mais adiante, é necessário sair do *tempo* unicamente pensado e flagrá-lo no *espaço*. Isso transparece na história contada por Lima sobre Euclides de Cunha, que não teria conseguido redigir uma notícia sobre um incêndio visto do prédio do jornal onde trabalhava pela dificuldade de ater-se ao fato, sem partir para generalizações: “O verdadeiro jornalista é o homem do concreto, como Euclides, mas do concreto em sua singularidade” (LIMA, 1969, p. 54). E o concreto está inscrito no espaço.

Para Lima, o segredo da arte do jornal é “Pôr num recanto o mundo inteiro”, saber, como Guimarães Rosa, “(...) situar num pedaço de sertão a humanidade de um tipo, ou numa linguagem nova a soma de mil expressões individuais distintas” (LIMA, 1969, p. 50):

(...) O jornalista vive o cotidiano, o efêmero, o que passa, e sabe, se realmente o fôr de verdade, ver nêle a nota típica, diferencial, única, e portanto permanente, mas em sua unidade efêmera, e não na sua expressão perene, como o faz o poeta ou o ensaísta. Êstes trabalham realmente no plano da perenidade. O jornalista no plano do perecível, do evanescente, do temporal. O jornalista é o companheiro da morte. O fato de viver o **momento** e penetrar nêle até às raízes, é sinônimo de acompanhar de perto a morte dos momentos, a sua passagem. A densidade dramática do jornalismo está precisamente em captar êsse S.O.S. que as coisas, os sêres, os acontecimentos lançam a cada momento. O jornalismo capta, de passagem, essa despedida e fixa-a em instantâneos, que por sua vez serão esquecidos. E êsse esquecimento (...) é o próprio sinal de sua permanência, é o título com que deve entrar para o domínio da literatura. O que passa tem também a sua razão de ser, isto é, do que é, e, portanto, participa da eternidade, a seu modo. (...)

A atualidade do jornalista é, pois, condição essencial de sua permanência. E de sua essência. Vive no tempo e capta a mensagem do tempo, do seu tempo, da hora que passa. Do dia a dia (LIMA, 1969, p. 50-51). [Com grifos no original]

Os SOSs captados pelo jornalismo mencionados por Lima têm aquela qualidade de fatos aparentemente insignificantes de que fala Lefebvre, mas, ao passarem, eles podem

revelar aspectos ocultos da realidade, não atrás desses fenômenos ou fatos, mas *neles*. Porque, como afirma Lima, *o que passa também é*, também participa da eternidade.

O debate aberto por Olinto e Lima é retomado por C. Kelly no livro *As novas dimensões do jornalismo*, publicado em 1966. Nele, o autor também abre possibilidade para que o jornalismo alce à condição de obra de arte:

(...) A obra de arte só atinge o seu objetivo quando se torna criação ou recriação viva, alguma coisa em si mesma, a dialogar com as criaturas sensíveis. Assim também a notícia: se dela não resulta o fato recriado e vivo, quase acontecendo diante do público, escapou ao seu fim. Nada é, nada diz, nada comunica (KELLY, 1966, p. 12-13).

A concepção do tempo aparece aí de forma relevante, pela possibilidade que o jornalismo tem de empregar dispositivos para dar densidade ao presente. Mas o espaço de alguma forma se insinua na escala do que pode interessar ao jornalismo: “O jornalismo adquiriu a dimensão do universo. A curiosidade estende-se pelos espaços afora. A aventura do espírito seduz a tôda gente. Mas a escala do compatível com o cotidiano impõe-se” (KELLY, 1966, p. 13).

No livro, Kelly dedica um dos capítulos a uma teoria estética do jornalismo e cita as obras de Olinto e Lima. O papel do cotidiano é realçado já na abertura do capítulo: “Já é tempo de atribuir ao jornalismo condição estética. Pelo que tem de criativo, de comunicabilidade, de integração social, de emoção coletiva, de valorização do cotidiano, de mensagem para o futuro, de perenidade até” (KELLY, 1966, p. 25). No autor, o acento no cotidiano soma-se à compreensão de que a universalidade de processos criativos a serviço das diferentes modalidades do jornalismo corresponde à universalidade dos fatos:

Nunca a criatura humana foi tão curiosa. Nunca qualquer parte do mundo dependeu tanto das outras partes. O homem contemporâneo, por mais apegado que seja ao rincão natal e à comunidade em que vive, tem hoje dimensões universais: pensa em termos internacionais e utiliza a totalidade dos processos que emergem do excitado e engenhoso espírito humano (KELLY, 1966, p. 37-38).

O que tem diante de si o jornalista? – pergunta Kelly em sua teoria estética do jornalismo: “Simplesmente o mundo. De modo especial, a alma humana. A tarefa consiste na tradução do mundo para a sensibilidade dos nossos semelhantes” (KELLY, 1966, p. 79). Para

ele, todos precisam do jornalista e do artista, ou seja, “(...) de quem lhes dá a ver e sentir o que a sua visão curta não permite alcançar de pronto” (KELLY, 1966, p. 27). E o jornalismo deve ter a “universalidade de domínio” em relação às variadas áreas e assuntos, com “(...) a linguagem do *sensível*, em oposição à linguagem do erudito, embora, para se atingir a essa condição, tenhamos que ser cultos e trabalhados...” (KELLY, 1966, p. 14, com grifo no original).

A partir dos três autores, é possível afirmar que o cotidiano – dimensão insuprimível do processo de formação do ser social – é também insuprimível do jornalismo, que tem as condições de constituir uma obra de arte. Da mesma forma, está neles insinuada a necessária relação com a totalidade, lembrando, com Lefebvre, que é na vida cotidiana onde toma forma e se configura a soma total das relações que fazem do humano – e de cada ser humano – um todo. É na obra de A. Genro Filho que essa relação necessária não apenas se insinua, e sim se afirma na construção de sua teoria marxista do jornalismo, orientada pelo materialismo dialético, base da discussão feita no Capítulo 1⁹⁵. Nesta linha de raciocínio, esta pesquisa ancora-se na tese de Genro Filho para avançar na reflexão sobre o *espaço*, tirando-o de concepções abstratas para sinalizar alguns caminhos que contribuam para a teoria e a prática jornalísticas.

No ensaio *Do medo à dialética*, o primeiro do livro *Marxismo, filosofia profana*, Genro Filho discute o método dialético a partir de Hegel e Marx, a categoria da práxis e as implicações dela decorrentes, e elenca cinco ordens de dificuldades que obstaculizam o pensamento dialético e sua aplicação, entre elas a ideológica. Essa dificuldade, segundo Genro Filho, se manifesta no pensar o mundo através de premissas que tomam a realidade social como fixidez e permanência, dimensões manifestadas no senso comum e base orgânica imediata da ideologia dominante. É no bojo deste ensaio que o cotidiano aparece em sua complexidade e se aproxima, em Genro Filho, do que escrevem Lukács e Lefebvre:

(...) para a questão que ora nos interessa, basta dizer que, para viver numa sociedade determinada, é necessário (em certa medida) "funcionar regularmente", reproduzir atos cotidianos e elementares conforme essa sociedade. Isso cria a chamada "atmosfera comum da vida", na qual os

⁹⁵ A tese de Guimarães (2015), a ser vista mais adiante, também se ancora na dialética materialista para pensar outra forma de apreensão e compreensão da realidade pela prática jornalística. Cita-se ainda a tese de Pontes (2015) segundo a qual, dos trabalhos que criticam o texto de Genro Filho, poucos aprofundam seus conceitos e debatem suas ideias no âmbito epistemológico ou avançam em suas proposições. Pontes demonstra também que o processo de recepção do livro se faz acompanhar de uma negação da peculiar base marxista que o fundamenta. O inventário do pesquisador para chegar à conclusão foi constituído por 411 textos, divididos em 218 artigos, 168 comunicações em eventos, 24 capítulos de livro e uma entrevista.

processos aparecem como um círculo que volta sempre ao ponto inicial e, em consequência, a totalidade do social surge como fixa à percepção imediata, como uma realidade a-histórica. Simplificando, podemos dizer que o cotidiano é, se percebido e assumido na sua espontaneidade, antialético. No entanto, ele pode ser outra coisa, pois o cotidiano não é necessariamente puro automatismo e espontaneidade sem reflexão e crítica. Quer dizer, ele não é inevitavelmente um cotidiano alienado (GENRO FILHO, 1986, p. 41).

Ainda no ensaio o autor reafirma: “(...) o cotidiano não é inevitavelmente uma dimensão alienada da vida, exceto se deixado na sua espontaneidade corrosiva (...)” (GENRO FILHO, 1986, p. 44).

Em livro posterior do autor, *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, há 19 menções ao “cotidiano/a”, “vida cotidiana”, “linguagem cotidiana”, “comunicação cotidiana”, “experiência cotidiana”, “reactualización cotidiana” e “realidad cotidiana” (estas duas em uma citação). Não é objetivo de Genro Filho teorizar sobre o cotidiano, mas as menções inserem-se em reflexões cruciais para a compreensão do jornalismo como forma de conhecimento da realidade centrada no singular, base de sua teoria marxista do jornalismo. Do mesmo modo, das menções se depreende o cotidiano na perspectiva marxista, por estarem entre os principais autores por ele citados G. Lukács e K. Kosik, cujas obras referenciadas tratam desta categoria.

As primeiras duas menções destacam-se por aludir à imediaticidade do cotidiano e de sua relação com a mediação jornalística:

Assim como os fenômenos imediatos que povoam o cotidiano, os acontecimentos precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se superpõem para que possamos manter uma determinada "abertura de sentido" em relação a sua significação. Mesmo que o sentido seja produzido sempre numa determinada perspectiva ideológica, assim como qualquer outra significação atribuída ao mundo social, isso não invalida a importância dessa "abertura de sentido" que lhe é subsistente. No modo de produção capitalista, os acontecimentos importantes do mundo, em virtude da contigüidade objetiva no espaço social, tornaram-se também "fenômenos imediatos que povoam o cotidiano". Portanto, essa ambigüidade da informação jornalística, que apresenta algo já acontecido como se ainda estivesse acontecendo, reconstitui um fenômeno que não está sendo diretamente vivenciado como se o estivesse, que transmite acontecimentos através de mediações técnicas e humanas como se produzisse o fato original; essa ambigüidade não é apenas produto maquiavélico do interesse burguês. A possibilidade de manipulação decorre dessa relação tensa entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística (GENRO FILHO, 1989, p. 36-7).

A atualidade, diz o autor, sempre foi objeto da curiosidade humana. Mas o desenvolvimento das relações capitalistas a amplia no espaço, e assim a imediaticidade do mundo, através de seus efeitos, envolve uma esfera maior e um sistema progressivamente mais complexo e articulado (GENRO FILHO, 1989, p. 35-6).

Na teoria de Genro Filho, a reprodução jornalística está intimamente ligada à realidade, mas *não é a* realidade imediata, porque aí trabalham diferentes níveis de mediação, tanto os externos quanto os inerentes ao jornalismo. Essa discussão aparece na resposta de Genro Filho às frequentes críticas de que o jornalismo desintegra e atomiza o real ao separar as notícias e tratá-las de forma descontínua e desconexa. Ele afirma que a integridade do real não é um dado “*a priori*” na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento:

O jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado. É no processo do conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível (GENRO FILHO, 1989, p. 211-12).

Com o avanço das forças produtivas e a socialização da produção, afirma Genro Filho, o objeto da apropriação prática dos homens é, cada vez mais, a totalidade do mundo social e natural, apreendido através de mediações objetivas e subjetivas. Assim, o imediato apreendido pelos sentidos a rigor não é uma realidade sem mediações. Entre o sujeito individual e o objeto permeia todo um mundo histórico, a cultura, os conhecimentos e conceitos acumulados e a própria ideologia, que estão interiorizados no sujeito. “Assim, todo o imediato é também mediato, como todo o mediato, no final da cadeia de percepções, é apreendido como imediato em relação às mediações precedentes e subsequentes” (GENRO FILHO, 1989, p. 181).

Os meios de comunicação de massa, um aspecto das forças produtivas, constituem um aparato técnico e social complexo que traz uma segunda ordem de mediações. Ela implica uma divisão do trabalho e um fazer e saber específicos, diferentes da comunicação e da linguagem cotidianas. É esse conjunto de elementos que leva Genro Filho a ver a especificidade da forma de conhecimento social característica do jornalismo:

Se é verdade que o gênero de conhecimento produzido pelo jornalismo corresponde, em certo sentido, às “mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo”, essa comparação não pode ser levada às últimas

conseqüências. Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Conseqüentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar (GENRO FILHO, 1989, p. 58). [Com grifos no original]

O entendimento de Genro Filho sobre o método dialético é que dá a base para a percepção da particularidade do jornalismo como mediador da experiência imediata. No ensaio “Do medo à dialética”, o autor afirma que os fenômenos perdem o sentido se considerados isoladamente e fora de quaisquer pressuposições. Pensar dialeticamente, acrescenta, implica a consciência do mundo prático, concreto, enquanto realidade mediada pela atividade prático-crítica:

Teorizar sem ter como finalidade e referência a realidade concreta e a sua transformação é, senão uma apologia do existente, um diletantismo inoperante e geralmente presunçoso. O que não implica, bem entendido, que a teoria deva ser uma serva da prática imediata. A prática imediata é que deve ser direcionada pela teoria, embora esta se alimente da prática e seja constantemente questionada, criticada e alargada por ela (GENRO FILHO, 1986, p. 39).

Esta relação entre teoria e prática oferece elementos importantes para refletir sobre o jornalismo como crítica da vida cotidiana. A teoria é do âmbito da ciência, uma das formas privilegiadas de objetivação do ser social que suspende a vida cotidiana. A prática por sua vez está submersa na vida cotidiana, o rio metaforicamente descrito por Lukács de onde se desprendem e novamente desembocam as formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte. É este processo contínuo entre o viver cotidiano e sua suspensão que enriquece a existência dos indivíduos, e no qual teoria e prática se alimentam mutuamente. Mas esse alimentar-se não basta. Coerente com sua formação marxista, Genro Filho afirma que a finalidade e referência do teorizar são a realidade concreta e sua

transformação. Para isso, diz o autor, é necessário enfrentar o obstáculo que aparece na contradição entre o mundo vivido como realidade empírica e o método dialético como apreensão histórico-social desta realidade, não só em tese, mas sob o ângulo da práxis, como “(...) algo que está se fazendo objetivamente, enquanto totalidade, mas de cujo fazer podemos participar como sujeitos conscientes” (GENRO FILHO, 1986, p. 42):

Se na superfície do mundo histórico, no presente em que somos obrigados a viver e a nos reproduzir socialmente como indivíduos, necessitamos de pensamentos **positivos e funcionais**, para compreender a dialética substancial, é preciso ultrapassar essa "casca" do mundo na qual os fenômenos aparecem em sua imediaticidade. Trata-se de descer ao fundamento dialético, quer dizer, fazer uma espécie de regressão teórica para o concreto que, ao contrário do que parece, está no fundo, invisível aos olhos e ao tato, e não na superfície. Por isso, visível somente através do conceito e da teoria. Aí entra a necessidade da acumulação de conhecimentos teóricos para penetrar na dialética substancial e revelar a essência concreta da realidade. Dessa forma, a sociedade, homogênea em suas aparências, eterna em seus ciclos repetitivos, vai se revelar como realidade histórica, totalidade em autoprodução e desenvolvimento, mundo humano feito pelos homens. Por isso Marx afirmou que, se fenômeno e essência coincidissem, não seria necessário a ciência. Portanto, é preciso estudar, refletir criticamente, apropriar-se dos conhecimentos acumulados para aplicar fecundamente o método dialético (GENRO FILHO, 1986, p. 41-2). [Com grifos no original]

A partir do cotidiano em Lukács, a reflexão de Genro Filho traz elementos que elucidam o corte histórico propiciado pelo surgimento do jornalismo:

Podemos, de fato, demonstrar que, ao nível lingüístico, o jornalismo é "de certo modo" uma extensão da linguagem cotidiana e comum. Ambas são linguagens centradas na singularidade dos eventos e processos. Acontece que, "de certo modo", a filosofia é uma forma de religião; a arte, uma forma de magia; o cinema, uma forma de teatro. Por isso mesmo a essência da filosofia, da arte e do cinema não pode ser entendida senão a partir de uma distinção crucial com a religião, a magia e o teatro, respectivamente. No jornalismo temos uma linguagem indicial que envolve uma contigüidade diferente daquela que está na base da linguagem cotidiana. Se neste último caso temos a mediação da linguagem e da cultura interiorizada no processo de apreensão da imediaticidade, no jornalismo temos ainda mais duas ordens de mediação. Como condicionante histórico-social do processo temos a integração da sociedade humana num único e dinâmico sistema, ou melhor, numa única e complexa totalidade.

[...]

A segunda ordem de mediações constitui-se por um aspecto dessas forças produtivas, que condensou o mundo na sua dinâmica unidade atual: os meios de comunicação de massa. Esse aparato técnico e social permite transportar a

dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, rompendo barreiras de tempo e espaço.

[...]

Na linguagem usual e cotidiana, o que se busca apreender e comunicar são os fatos singulares vividos imediata e coletivamente. De um modo geral, ela gira em torno de acontecimentos próximos no tempo e no espaço. Temos aqui a mediação dos significados e da cultura como conteúdos interiorizados na subjetividade dos indivíduos. Em qualquer situação, a realidade jamais é percebida de modo *direto*, como algo *natural*, à margem das mediações histórico-sociais. Mas através do jornalismo temos a reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido.

A mediação, neste caso, não apenas está interiorizada subjetivamente por emissores e receptores, de forma simultânea, mas se exterioriza em termos materiais, técnicos, sociais e lógicos precisamente para reproduzir a mediaticidade do mundo, através das notícias como algo imediato. A linguagem jornalística, no sentido amplo, que pode envolver quaisquer dos modernos meios de comunicação de massa, é estruturada para cumprir essa tarefa. Eis a sua razão de ser e o horizonte histórico-social capaz de explicar sua organização lógica e lingüística (GENRO FILHO, 1989, p. 127-8). [Com grifos no original]

A imediaticidade do cotidiano não é diferente da linguagem que o caracteriza. Os indivíduos comunicam o que é percebido de forma imediata, a partir do conjunto de fenômenos e processos simultâneos que determinam a heterogeneidade do cotidiano. Um sem cessar de ações e reações automáticas ao que acontece. Mas já há aí, de acordo com Genro Filho, uma primeira ordem de mediações, a dos significados e da cultura interiorizados na subjetividade do sujeito, organizando, no tempo e no espaço, as suas respostas à infinidade extensiva da realidade. É a resposta mediada ao imediato do cotidiano de que fala Lukács.

O surgimento do jornalismo traz, afirma Genro Filho, mais duas ordens de mediação. A primeira se dá com o desenvolvimento das forças produtivas, que integram a sociedade humana em uma complexa totalidade. As consequências de um acontecimento qualquer, uma decisão política, podem atingir todo mundo e o mundo todo. Um exemplo são os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e a posterior política de segurança nacional daquele país afetando toda a geopolítica mundial.

A segunda ordem de mediação incluiria o aparato técnico e social que permite ao jornalismo transportar no tempo e no espaço a dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, desde o profissional habilitado a manejar técnicas e instrumentos até o

satélite que possibilita a transmissão de informações. A linguagem jornalística carrega, assim, as mediações de todo esse complexo processo:

É verdade que a linguagem jornalística situa-se num ponto intermediário entre a linguagem científica e a linguagem comum. Mas isso não resolve o problema, já que nem toda a linguagem situada nesse terreno intermediário é jornalismo. Pode-se falar do jornalismo como uma forma *de conhecimento* porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e – por conseqüência – um fazer e um saber específico (GENRO FILHO, 1989, p. 130). [Com grifo no original]

Genro Filho afirma que, no “(...) modo de produção capitalista, os acontecimentos importantes do mundo, em virtude da contigüidade objetiva no espaço social, tornaram-se também ‘fenômenos imediatos que povoam o cotidiano’” (GENRO FILHO, 1989, p. 36). A afirmação pode ser melhor compreendida em um exemplo dado pelo autor:

O desenvolvimento capitalista integrou de maneira irreversível a humanidade, fazendo com que cada fenômeno singular esteja agora objetivamente mediado pelo todo. Isso quer dizer que, atualmente, qualquer acontecimento, numa aldeia ou num subúrbio é, potencialmente, um evento mundial em termos objetivos. Quem duvidar disso que se lembre do exemplo de *Chernobyl*. Por outro lado, uma decisão do presidente dos Estados Unidos pode transformar qualquer aldeia ou subúrbio do planeta num amontoado de cinzas (GENRO FILHO, 1989, p. 127-8).

O espaço então é uma totalidade, e assim os fenômenos precisam ser percebidos em sua relação com esse tecido social hoje integrado e dinâmico, e não de forma isolada. É neste sentido que Genro Filho ressalta também a concreticidade histórica do jornalismo, “(...) captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno” (GENRO FILHO, 1989, p. 27). Segundo o autor, o enfoque deve “(...) estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução” (GENRO FILHO, 1989, p. 27).

Para construir sua teoria do jornalismo, Genro Filho se alicerça nas categorias filosóficas do singular, particular e universal erigidas por G. Hegel e usadas na teoria de G. Lukács sobre a arte. Sustentando-se nesses autores, Genro Filho acentua que existe uma

relação dialética entre as três categorias (singular, particular e universal). Cada um dos conceitos expressa as diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.

Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na idéia universal de *gênero humano*, por outro lado, estão presentes – como se "dissolvidos" – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. Podemos dizer que ele mantém algo dos extremos, mas fica situado logicamente a meio caminho entre eles.

Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica (GENRO FILHO, 1989, p. 162-3). [Com grifos no original]

O aparecimento histórico do jornalismo, então, “[...] implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 160). Em termos mais concretos, o aspecto central do jornalismo como gênero de conhecimento é “(...) a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58, com grifo no original). Um exemplo bastante didático fornecido por Genro Filho é a notícia de uma greve. Em primeiro plano vão estar os fatos mais específicos e determinados do movimento, os mais *singulares*: quem são os grevistas, o que reivindicam, como se organiza a greve, quem a lidera, como reagem os empresários e o governo. São as perguntas imediatas que precisam de resposta. O *particular*, neste exemplo, é o contexto do movimento, a identidade de significado com outras greves ou fenômenos sociais relevantes. Já a *universalidade*, mesmo não explicitada, está presente enquanto conteúdo: “Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história”

(GENRO FILHO, 1989, p. 163). A relação singular-particular-universal na forma de apreensão própria do jornalismo fica assim explicitada:

Portanto, tomando essas relações como premissa teórica, podemos afirmar que o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais. Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1989, p. 163).

Resumidamente, a teoria do autor refere-se ao jornalismo informativo e à sua unidade básica de significação, a notícia⁹⁶, e subverte a mais conhecida técnica de construção noticiosa, a pirâmide invertida. A tese desta técnica é que a notícia caminha do *mais importante* para o *menos importante*. O *mais importante* aparece na resposta a seis perguntas: quem? o quê? onde? quando? como? por quê? As respostas devem estar preferencialmente no *lead*, nome dado ao primeiro parágrafo da notícia. Genro Filho afirma que a pirâmide invertida quer encarnar uma teoria da notícia, mas de fato não consegue:

Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constranger as possibilidades criativas mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação (GENRO FILHO, 1989, p. 191).

Genro Filho toma o *lead* como “momento agudo”, “síntese evocativa da singularidade” (GENRO FILHO, 1989, p. 191), mas sob outro ângulo epistemológico. A notícia, na teoria de Genro Filho, não caminha do *mais para o menos importante* (da base para o cume da pirâmide), e sim do *singular para o particular* (do cume para a base). O *lead* fornece o epicentro que representa a reprodução sintética da singularidade da experiência

⁹⁶ Genro Filho afirma que, na reportagem, a *particularidade*, enquanto categoria epistemológica, assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular.

individual, reproduzindo o fenômeno em sua manifestação empírica (GENRO FILHO, 1989, p. 196). O autor sintetiza a formulação:

Não se trata, necessariamente, de relatar os fatos mais importantes seguidos dos menos importantes. Mas de um único fato tomado numa singularidade decrescente, isto é, com seus elementos constitutivos organizados nessa ordem, tal como acontece com a percepção individual na vivência imediata. O processo de conhecimento teórico, como indicou Marx, vai do abstrato ao concreto. A imediatez da percepção, no entanto, vai da forma ao conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral. O *lead* funciona como princípio organizador da singularidade. A rigor, ele pode, inclusive, não estar localizado no início da notícia, embora isso seja o mais comum. Sua localização no começo da notícia corresponde ao processo de percepção em sua ordem mais natural, pois toma como ponto de partida o objeto reconstituído singularmente para, a seguir, situá-lo numa determinada particularidade (GENRO FILHO, 1989, p. 196).

Um aspecto fundamental a ser retido da teoria de Genro Filho é a relação que ela tem com a emergência do *novo* e a possibilidade que o jornalismo tem de apreendê-lo na linguagem. Na discussão sobre os fenômenos e acontecimentos que *povoam o cotidiano*, o autor ressalta que ambos “(...) precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se superpõem para que possamos manter uma determinada ‘abertura de sentido’ em relação a sua significação” (GENRO FILHO, 1989, p. 36).

A ideia do novo está presente em um estudo de Lukács, publicado em 1924, sobre a unidade do pensamento de Lênin, e aparece elaborada na obra *Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade*. Lukács investiga o fenômeno da originalidade artística e afirma que ela “(...) consiste em captar os traços decisivos na luta entre o velho e o novo, no sublinhar artisticamente os momentos específicos do novo através de uma forma orientada para reproduzir e expressar precisamente este particular novo” (LUKÁCS, 1978, p. 211). Lukács eleva a arte a uma forma de conhecimento cristalizada no particular, e a partir dessa construção é que Genro Filho vai elevar igualmente o jornalismo a uma forma de conhecimento, só que centrada no singular. Cabe assinalar que, nessa ideia de apreender o novo como potência social ativa, o jornalismo também pode afinar sua originalidade. No livro *Marxismo, filosofia profana*, Genro Filho, ao concluir a sintetização dos traços do método dialético, afirma:

Ele [o método dialético] se pergunta, a cada instante: que nascimento anuncia o que está desaparecendo? Ao perguntar isso ele se coloca dois

pressupostos: a) O que está nascendo não é algo arbitrário, completamente inesperado, pois mantém um nexos com o que está morrendo e cedendo seu lugar. O pensamento pode, em certa medida, prever o que está nascendo se compreender a totalidade do fenômeno em seu desenvolvimento anterior e suas contradições atuais. O que está morrendo, então, não desaparece sem deixar vestígios, ele morre e passa a viver na substância do outro e, assim, deixa sua herança, mas não é mais ele. b) O que está nascendo não é o que morreu sob outra forma, já que aquele morreu efetivamente. Assim, há algo de surpresa real, inesperado, que nunca pode ser previsto e compreendido inteiramente antes de aparecer. E mesmo depois, a compreensão é relativa e provisória, pois não sabemos integralmente o que o novo vai deixar ao tornar-se velho e sucumbir. Não fosse assim, uma filosofia genial poderia apreender, de uma vez por todas, a realidade em todos os seus desdobramentos (GENRO FILHO, 1986, p. 45-6).

Pensar dialeticamente implica perceber o novo e, no jornalismo, estar atento à sua irrupção na vida cotidiana. Um exemplo ilustrativo disto, aqui exposto por colocar no tempo atual um importante aspecto da teoria de Genro Filho, é dado pela jornalista Eliane Brum em coluna no jornal *El País* sobre a execução de um catador de material reciclável no bairro de classe média de Pinheiros, em São Paulo. Dias depois, com pouca cobertura da imprensa, os moradores se uniram em uma missa na Catedral da Sé, mesmo lugar onde, em 1975, oito mil pessoas participaram de um culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura civil-militar:

Este é o cotidiano das periferias do Brasil, determinado pelo braço armado do Estado, com a conivência da população que naturalizou o genocídio dos pobres e negros.

[...]

É preciso prestar bem atenção. No Brasil o espaço público está interdito. De várias maneiras e não apenas pela falsa polarização. Uma das questões cruciais do país é como criar possibilidades de estar com o outro no espaço público.

[...]

O mais significativo ato de potência num país interdito foi ignorado ou tratado como algo menor pela grande imprensa, num noticiário dominado pela Lava Jato, pela condenação de Lula, pelo aumento da gasolina e pelas barganhas no Congresso. Sobre a missa na Sé, muito pouco. Mas talvez nada seja mais importante hoje do que enxergar onde está o movimento. Ou onde estão as pequenas rachaduras nos muros. É assim que as transformações profundas, as estruturais, começam ou continuam. A potência hoje e já há algum tempo está em outros lugares e em outros atores (BRUM, 24 jul 2017).

No texto, “enxergar onde está o movimento” equivale a perceber o novo; o novo pode ou não estar contido no singular, e o singular não se repete. Nele também pode estar contido o *momento*, que germina e finca raízes no terreno da vida cotidiana – em sua dualidade

miséria/riqueza. Segundo Genro Filho, a linguagem jornalística quer apreender a singularidade, “(...) mas só pode fazê-lo no contexto de uma particularidade determinada, ou seja, no contexto de generalizações e conexões limitadas capazes de atribuir sentido ao singular sem, no entanto, dissolvê-lo enquanto fenômeno único e irrepetível (GENRO FILHO, 1989, p. 182). Para trilhar esse caminho, é preciso pensar o jornalismo como *práxis*, ou seja, explica o autor, não apenas como manipulação e controle:

De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas *na perspectiva* de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Além disso, como o novo aparece sempre como singularidade, e esta sempre como o aspecto novo do fenômeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva *crítica* em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma.

No processo constante de transformação da realidade, o novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo. Ele é a diferenciação da mesmice, aquilo que escapa da mera reprodução e da simples identidade em relação ao universal já constituído. Assim, a abordagem jornalística tende a apanhar a realidade pelo movimento e este como produção do novo. Contra essa potencialidade da abordagem jornalística, procurando neutralizá-la e submetê-la, volta-se a ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo (GENRO FILHO, 1989, p. 212). [Com grifos no original]

Em Genro Filho, a possibilidade de o jornalismo ter valor de uso aprofunda-se pelo fato de este autor tomar o jornalismo em sua perspectiva revolucionária e em seu sentido humanizador (GENRO FILHO, 1989, p. 219). Esse compromisso não poderia estar mais explícito do que nas duas frases finais de seu livro:

Para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano – para tornar-se uma "pessoa", na acepção dada por Lukács –, o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular. A realização do comunismo, portanto, não pode ser pensada sem o pleno desenvolvimento dessa forma social de apropriação da realidade a que chamamos "jornalismo informativo" (GENRO FILHO, 1989, p. 221).

A abordagem de Genro Filho traz elementos fundamentais para se pensar o jornalismo como possibilidade crítica do cotidiano. Ele afirma a relação dialética entre as dimensões do singular, do particular e do universal e situa a singularidade como ponto de chegada no jornalismo, superando o particular e o universal, mas essas dimensões “(...) sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 161). Ou seja, o jornalismo deve irradiar o singular, o irrepetível, a forma originária do novo – deixando antever a transformação social – a partir da relação com as outras duas dimensões, evitando assim que a totalidade seja vista com uma mera soma de partes, a realidade um “(...) agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos” (GENRO FILHO, 1989, p. 156). Trata-se de uma teoria que abre novos caminhos, a seguir tratados, para pensar a relação entre obra e produto, a possibilidade de compreender o jornalismo como obra por seu valor de uso, e não apenas como produto por seu valor de troca, e, nessa possibilidade, o papel do espaço na obra jornalística.

2.2 O ESPAÇO E O VIVIDO NA OBRA JORNALÍSTICA

A distinção entre obra e produto e valor de uso e valor de troca é desenvolvida por Lefebvre a partir do pensamento de Marx, que, no volume 1 do Livro Primeiro de *O Capital*, discute a mercadoria (o que de mais aparente há no modo de produção capitalista) e o dinheiro. Resumidamente, a mercadoria é um objeto que tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas, característica conhecida como *valor de uso*. Mas a mercadoria também pode ser trocada por mercadorias distintas dela própria, característica do *valor de troca* (CARCANHOLO, 1998, p. 18). É da obra de Marx e de Engels que Lefebvre também extrai o conceito de produção, revalorizado para pensar a produção do espaço. O autor afirma: “O ‘homem’, isto é, a prática social, cria obras e produz coisas⁹⁷” (LEFEBVRE, 2013, p. 127). A obra, segundo ele, “(...) possui algo de insubstituível e único, enquanto o *produto* pode se repetir e de fato resulta de gestos e atos repetitivos⁹⁸” (LEFEBVRE, 2013, p. 127, com grifo no original).

Lefebvre aborda de forma mais específica o tema da obra, entre outros, no livro em que desenvolve sua contribuição para a teoria das representações, para isso explorando o

⁹⁷ El "hombre", esto es, la práctica social, crea obras y produce cosas.

⁹⁸ (...) posee algo de irremplazable y único, mientras que el *producto* puede repetirse y de hecho resulta de gestos y actos repetitivos.

conceito de obra a partir do pensamento filosófico. Ele afirma que quando se fala em obra, pensa-se logo em obra de arte, mas a arte e a história da arte não proporcionam toda a extensão e compreensão do conceito. Segundo ele, toda atividade técnica e socialmente determinada, tomada em toda a sua amplitude, produz uma obra: “A ‘realidade’ prático-sensível que nos cerca só perde – para nós – seu caráter de obra se fôr isolada de suas condições sociais a fim de ser considerada como uma soma de coisas” (LEFEBVRE, 1969, p. 135). A questão da realidade/atividade prático-sensível aparece no livro *Sociologia de Marx*, de 1966, em que Lefebvre ressalta o aspecto subjetivo na percepção sensível, “(...) atividade que molda o objeto, que o reconhece e, ao mesmo tempo, se reconhece nêle”, ou seja, a atividade criadora (LEFEBVRE, 1968, p. 22). Para o autor, é a noção de práxis que pressupõe a realização do sensível e a restituição do prático-sensível porque o sensível é o fundamento de todo o conhecimento, é o fundamento do ser (LEFEBVRE, 1968, p. 26):

Fonte de inesgotável riqueza a ser conquistada, o prático-sensível nos conduz à *praxis*. Ele possibilita incessantes revelações, bastando abrir os olhos para que se perceba a amplidão da *praxis* nesta obra humana que vai até às paisagens, às cidades, aos objetos de uso corrente, como aos objetos raros (obras de arte). A unidade do sensível e do intelecto, da natureza e da cultura, se nos oferece de todos os lados. Nossos sentidos tornam-se teóricos, como diz Marx, e o imediato revela as mediações que envolve. O sensível nos conduz à noção de *praxis* e esta descortina a riqueza do sensível (LEFEBVRE, 1968, p. 26). [Com grifos no original]

Lefebvre, em sua teoria, dissocia a obra do produto. A obra, em princípio, é uma e única, “(...) o qual não a impede de ser poliscópica, ‘plural’, de uma multiplicidade reunida em uma totalidade⁹⁹” (LEFEBVRE, 1983, p. 28). A obra pode ser copiada, imitada, reproduzida, mas não deixa de persistir em sua unicidade e originalidade, ao contrário do produto, que, por definição, é reprodutivo, repetitivo, visto que a finalidade da técnica que o gera é precisamente esta¹⁰⁰(LEFEBVRE, 1983, p. 28).

O artista, o criador de obras, afirma o autor, parte da vivência, do imediato, e regressa a eles, no caminho enriquecendo-os, valorizando-os por seu trabalho, mas sem abandoná-los,

⁹⁹ (...) lo cual no le impide ser poliscópica, “plural”, de una multiplicidad reunida em una totalidad.

¹⁰⁰ Não se ignoram – mesmo que aqui não sejam desenvolvidas – as questões sobre a obra no intelectual marxista W. Benjamin. Como destaca Pires Jr. (2012, p. 177), as posições de Benjamin e de Lefebvre expressam as de intelectuais que se opuseram a todo tipo de cerceamento que o pensamento encontra diante de si, como o dogmatismo, o academicismo e a divisão parcelar do conhecimento.

criando uma obra que recrie o encanto, ou seja, uma “presença plena”, imediatamente acessível pelos sentidos¹⁰¹ (LEFEBVRE, 1983, p. 151-2). A vivência é o “terreno nutritivo”, mas o artista não permanece nela nem a habita ou se funde com seu fluxo; ali está seu “impulso original e vital”, que o criador de obras “(...) ‘ex-presa’ com as contradições e conflitos subjacentes, mas necessita emergir e mais ainda; assimilar o saber¹⁰²” (LEFEBVRE, 1983, p. 224). O artista experimenta as “múltiplas contradições”, algo que escapa ao simples produtor: “Assim, o criador de obras realiza uma dupla criação: a de um saber por uma vivência, a de uma vivência por um saber. O qual exclui qualquer expropriação¹⁰³” (LEFEBVRE, 1983, p. 224). A *presença*, na obra, situa-se “(...) no poético: o valor, a criação, a situação no mundo e não só nas relações de troca¹⁰⁴” (LEFEBVRE, 2007, p. 47). O autor cita como exemplos a apreciação de um quadro e a escuta de um poema:

A obra como “objeto” entra na composição do “sujeito”, o observador e o observado em sua relação. Entre o objeto de que fala o poeta e a palavra do poeta – o poema com série ritmada e regulada de palavras –, também se instaura para o leitor-ouvinte um movimento, a sua vez intenso e rápido, a emoção poética: a obra como presença (presente)¹⁰⁵ (LEFEBVRE, 1983, p. 152).

Para realizar-se, uma obra, afirma Lefebvre, precisa reunir todos os elementos e momentos, constituindo uma totalidade. Em todas há o momento técnico e de saber, de desejo e de trabalho, do lúdico e da seriedade, do social e extrassocial, ou seja, aquilo que se autonomiza – *é só econômico, tecnológico, lúdico, cotidiano* – se aparta da obra:

O obra implica o jogo e o que está em jogo mas é algo mais e é outra coisa que a soma desses elementos, desses recursos, dessas condições e circunstâncias. Propõe uma forma, que tem um conteúdo multiforme – sensorial, sensual, intelectual – com predomínio de tal ou qual matiz da

¹⁰¹ Lefebvre trata como obras tanto as artes plásticas como a poesia, música, dança, teatro, pintura, escultura e arquitetura, assim como obras mais vastas, como a cidade, o urbano, o monumental, e até mesmo a socialidade, a individualidade, o cotidiano, o insólito, as instituições, a linguagem e a natureza formada pela prática, assim como, à sua maneira, o Estado. Na citação, ele menciona a poesia, a música, o teatro e a novela (LEFEBVRE, 1983, p. 27 e 151).

¹⁰² (...) "ex-presa" con las contradicciones y conflictos subyacentes, pero necesita emerger y más aún; assimilar el saber.

¹⁰³ Así, el creador de obras realiza una doble creación: la de un saber por una vivencia, la de una vivencia por un saber. Lo cual excluye cualquier expropiación.

¹⁰⁴ (...) in the poetic: value, creation, situation in the world and not only in the relations of exchange.

¹⁰⁵ La obra como "objeto" entra en la composición del "sujeto", el observador y lo observado en su relación. Entre el objeto de que habla el poeta y la palabra del poeta – el poema con serie ritmada y regulada de palabras –, también se instaura para el lector-auditor un movimiento, a su vez intenso y rápido, la emoción poética: la obra como presencia (presente).

sensualidade ou da sensibilidade, de tal ou qual sentido, de tal ou qual técnica ou ideologia, mas sem que esse predomínio esmague os demais aspectos e momentos¹⁰⁶ (LEFEBVRE, 1983, p. 222).

No Ocidente, o concebido (saber, ciências, conhecimentos, conceitos) depreciou o vivido, considerando-o massa informe, caos, tratando-o como resíduo do conhecer, do saber (LEFEBVRE, 1983, p. 222). Nesse sentido, o autor afirma que o criador se distingue do sábio não pelo saber ou pelo não saber, e sim pelo papel do saber ao longo de seu trajeto, em que o saber nunca predomina. Enquanto o sábio trabalha de forma obstinada para estender seu campo, o criador de arte busca a vivência para intensificá-la, não para submetê-la (LEFEBVRE, 1983, p. 225):

De maneira visível ou não (...) a obra se esforça por durar. Imortaliza ou eterniza a sua maneira real-fictícia um instante, uma beleza mortal e fugidia, um ato, um herói, alguém ou algo. Toda obra se assemelha a um monumento e os monumentos são grandes obras (o que não exclui a análise de seus aspectos opressivos-repressivos). A obra luta contra o tempo não para paralisá-lo, mas para contê-lo (no sentido de que diques, barragens e represas contêm o rio). Cristaliza o devenir, pretende ser um momento inalterável (fictícia-realmente). A obra tem, pois, seu tempo próprio, sensível como tal no teatro, na narrativa ficcional, na música, etc, portanto *imediatizado* através das mediações (representações)¹⁰⁷ (LEFEBVRE, 1983, p. 228). [Com grifo no original]

A partir de Marx, para quem o conceito central de produção se desdobra em produção do homem social por si mesmo (obras) e produção econômica propriamente dita (produtos), Lefebvre afirma que a obra, ainda que resulte de um trabalho, não está submetida à divisão social do trabalho e, portanto, não é um produto. A obra tem um “caráter incomparável”, é “(...) única, infinitamente preciosa, insubstituível” (LEFEBVRE, 1999, p. 138). O trabalho criador aparece como que livre de coações e limites: “Aparentemente o artista faz tudo por si

¹⁰⁶ La obra implica el juego y lo que está en juego pero es algo más y es otra cosa que la suma de esos elementos, de esos recursos, de esas condiciones y circunstancias. Propone una forma, que tiene un contenido multiforme - sensorial, sensual, intelectual - con predominio de tal o cual matiz de la sensualidad o de la sensibilidad, de tal o cual sentido, de tal o cual técnica o ideología, pero sin que ese predominio aplaste los demás aspectos y momentos.

¹⁰⁷ De manera visible o no (...) la obra lucha por durar. Inmortaliza o eterniza a su manera ficticia-real un instante, una belleza mortal y fugitiva, un acto, un héroe, alguien o algo. Toda obra se parece a un monumento y los monumentos son grandes obras (lo cual no excluye el análisis de sus aspectos opresivos-represivos). La obra lucha contra el tiempo no paralizándolo sino conteniéndolo (en el sentido en que los diques, ribazos y presas contienen el río). Cristaliza el devenir, pretende ser un momento inalterable (ficticia-realmente). La obra tiene, pues, su tiempo propio, sensible como tal en el teatro, en la narración novelesca, en la música, etcétera, por lo tanto *imediatizado* a través de las mediaciones (representaciones).

mesmo; domina seu tempo e seu espaço, portanto através da obra o espaço e o tempo de todos. (...) A obra parece ‘produzir’ seu tempo, seu espaço, sua afirmação e sua força¹⁰⁸” (LEFEBVRE, 1983, p. 229). A obra também não tem preço, ainda que seja vendida, e o artista “(...) se realiza e realiza a obra apesar do econômico, o social e o político, se se dá o caso [a venda]. Assim, a obra *restitui o valor de uso*¹⁰⁹” (LEFEBVRE, 1983, p. 229, com grifos no original). A obra difere do produto porque este pode ser comprado, circula, remete a outra coisa, a outro produto ou simplesmente ao dinheiro para pagá-lo, diz o autor: “Enquanto a obra está ali, presente. Seu movimento está nela. O fato de que tenha sido vendida ou comprada não altera essa qualidade: a presença¹¹⁰” (LEFEBVRE, 1983, p. 232). Assim como na obra há presença, há também ausência, que “(...) aparece no distanciamento, na distância que o criador toma a respeito de todos os ‘elementos’, os ‘materiais’, os aspectos de sua obra ou de si mesmo¹¹¹” (LEFEBVRE, 1983, p. 236). Manter simultaneamente as duas caras da obra, presença e ausência, evocar e atualizar, para o autor, foi o poder dos grandes artistas.

Lefebvre desenvolve o que considera 11 *momentos* da obra, dos quais interessa para a pesquisa principalmente o momento do cotidiano e do não cotidiano (do social e do extrassocial). O criador de uma obra não pode prescindir de uma cotidianidade: precisa morar, comer, dormir, trabalhar. Mas, diferentemente da “gente de sentido comum”, não submerge no cotidiano: “(...) se retira dele, não sem tomar representações, símbolos (o fogo, a luz, a água etc¹¹²)” (LEFEBVRE, 1983, p. 241). Da vida social “(...) também tira ‘materiais’, problemas e exigências, que chegam às vezes até o imperativo político¹¹³” (LEFEBVRE, 1983, p. 241). A obra também tem um momento utópico:

Como a religião e como a filosofia, obras à sua maneira, mas à sua própria maneira, com sua aproximação, a arte contém o momento da utopia. O artista *imaginou*, isto é, percebeu o possível e o impossível, o próximo e o

¹⁰⁸ Aparentemente el artista hace todo por sí mismo; domina su tiempo y su espacio, por lo tanto a través de la obra el espacio y el tiempo de todos. (...) La obra parece “producir” su tiempo, su espacio, su afirmación y su fuerza.

¹⁰⁹ (...) se realiza y realiza la obra a pesar de lo económico, lo social y lo político, si se da el caso. Así, la obra *restituye el valor de uso*.

¹¹⁰ En tanto que la obra está allí, presente. Su movimiento está en ella. El hecho de que haya sido vendida o comprada no altera esa calidad: la presencia.

¹¹¹ (...) aparece en el distanciamiento, en la distancia que el creador toma respecto a todos los “elementos”, los “materiales”, los aspectos de su obra y de sí mismo.

¹¹² (...) se retira de él, no sin sacar representaciones, símbolos (el fuego, la luz, el agua, etcétera).

¹¹³ (...) también saca “materiales”, problemas y exigencias, que llegan a veces hasta el imperativo político.

distante. Propõe um modo de ver e de viver que se desprende do real e o metamorfoseia, o transfigura em intensidade: alegria ou conhecimento trágico. Define uma liberdade ou um destino, uma razão ou um desatino e portanto uma *presença-ausência*. De quem? De ti, de nós, de mim, do ser humano não completo. Projetar uma realização, uma plenitude¹¹⁴ (...) (LEFEBVRE, 1983, p. 242). [Com grifos no original]

Lefebvre afirma que, desprendendo-se do cotidiano e da prática social, o criador entra em outra prática, a sua própria, em que se relaciona com outras obras anteriores ou simultâneas e outros criadores de obras. A esse movimento, comum a todas as artes, o autor nomeia *ação* ou *ato poético, prática criadora*. A criatividade, afirma, não passa de uma paródia da ação poética, resultado das coerções e opressões da estrutura econômica e política, que estimula a produção de produtos, e não de obras. A obra desponta “(...) precisamente quando as forças criativas são marginalizadas, relegadas às periferias, rejeitadas no inconsciente social¹¹⁵” (LEFEBVRE, 1983, p. 226):

Uma mitologia surge então: espontaneidade absoluta, cultura que surge do inconsciente psíquico. A ausência do que poderia fazer nascer presenças dá origem a representações, em seguida amplificadas e sistematizadas em ideologias. A "criatividade" se molda; um decorador, artesão que se sente artista, se diz "conceptor" e "criador". A criatividade se educa, objeto pedagógico privilegiado. Se modela, isto é, se lhe proporcionam oficialmente uns modelos; procede mimeticamente, e a arte de apagar as pistas e de confundir as impressões se aperfeiçoa junto com as técnicas da criatividade. O mito da criatividade cobra novas formas com as mudanças técnicas; a microinformática permitiria um auge de criatividade; grupos, associações se tornariam criadores, produzindo o quê? Informação,

¹¹⁴ Como la religión y como la filosofía, obras a su manera, pero a su propia manera, con su aproximación, el arte contiene el momento de la utopía. El artista *imaginó*, o sea percibió lo posible y lo imposible, lo próximo y lo distante. Propone una manera de ver y de vivir que se desprende de lo real y lo metamorfosea, lo transfigura en intensidad: alegría o conocimiento trágico. Define una libertad o un destino, una razón o un desatino, y por ende una *presencia-ausencia*. ¿De quién? De ti, de nosotros, de mí, del ser humano no cabal. Proyecta una realización, una plenitud (...)

¹¹⁵ (...) precisamente cuando las fuerzas creadoras están marginadas, relegadas en las periferias, rechazadas en el inconsciente social.

comunicação, ou seja signos e códigos. Sonho dos tecnocratas!¹¹⁶
(LEFEBVRE, 1983, p. 226-7).¹¹⁷

Lefebvre desenvolve a noção de ato poiético na obra *Metafilosofia: prolegômenos*, publicada em 1965, na qual sustenta a tese da crise da filosofia e sua metamorfose em *metafilosofia*. Trata-se de uma obra densa, e dela são aqui retidas as reflexões sobre a *práxis*, a *mímesis* e a *poiésis*. Lefebvre mostra como a *práxis*, assim como outros conceitos, tem várias acepções:

Ora designa tôda atividade social, logo humana (inclusive a técnica, a *poièsis* e também o conhecimento teórico). Ora se opõe à teoria e ao conhecimento puros ou pretensamente tais, o que aproxima a *práxis* da prática, no sentido corrente. Ora, enfim, designa a atividade pròpriamente social, isto é, as relações entre os sêres humanos, distinguidas por legítima abstração das relações com a natureza e a matéria (técnica e *poièsis*). É êste último sentido que tentaremos circunscrever e determinar (LEFEBVRE, 1967, p. 63). [Com grifos no original]

Na *práxis*, diz o autor, é possível discernir o imprevisto e o previsível, o determinismo, o acaso, a vontade, a repetição, a imitação, a invenção criadora, sem que entre essas diferenças exista uma fronteira absoluta: “Tomada em tôda sua amplitude, como totalidade, a *práxis* compreende tanto a criação quanto a continuação, tanto a *práxis* revolucionária quanto a *práxis* repetitiva, com suas conexões (LEFEBVRE, 1967, p. 220).

Ele dá o nome de *poiésis* a toda a atividade humana que “(...) se *apropria* da ‘natureza’ (*physis*) em tôrno do ser humano e *nêle* (sua própria *natureza*: sentidos, sensibilidade e sensorialidade, necessidades e desejos, etc.)” (LEFEBVRE, 1967, p. 64, com grifos no original). É, portanto, criadora de obras: “Compreende fundações, decisões de conseqüências ilimitadas, embora às vêzes despercebidas durante longos períodos” (LEFEBVRE, 1967, p. 64-5). A *mímesis*, para o autor, é um nível ou um aspecto da *práxis* e não se confunde com

¹¹⁶ Una mitología surge entonces: espontaneidad absoluta, cultura que surge del inconsciente psíquico. La ausencia de lo que podría hacer nacer presencias da lugar a representaciones, en seguida amplificadas y sistematizadas en ideologías, La "creatividad" se moldea; un decorador, artesano que se siente artista, se dice "conceptor" y "creador". La creatividad se educa, objeto pedagógico privilegiado. Se modela, o sea que se le proporciona oficialmente unos modelos; procede miméticamente, y el arte de borrar las pistas y de confundir las huellas se perfecciona junto con las técnicas de creatividad. El mito de la creatividad cobra nuevas formas con los cambios técnicos; la microinformática permitiría un auge de la creatividad; grupos, asociaciones se volverían creadores, ¿produciendo qué? Información, comunicación, o sea signos y códigos. ¡Sueños de tecnócratas!

¹¹⁷ Escrita em 1980, essa reflexão encontra, próximo à chegada de 2020, sua expressão visível com os debates no jornalismo e na mídia em geral sobre temas como pós-verdade, informações falsas, desinformação planejada associados ao uso massivo da internet e das redes sociais.

imitação: “Situando-se entre a repetição e a invenção transtornadora (sic) (revolucionária), tem uma relação com a *poiésis*” (LEFEBVRE, 1967, p. 67, com grifo no original).

Para Lefebvre, a *poiésis* parte do residual, do que ele denomina *resíduo*. O autor afirma que cada atividade que se autonomiza tende a constituir-se em sistema, em “mundo”, o qual acaba por expulsar, indicar, o resíduo. O resíduo é o que escapa, o que resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva e prática (LEFEBVRE, 1967, p. 68 e 373). A religião, como poder, constitui como resíduo a vitalidade (natural, carnal); a filosofia constitui como resíduo o não-filosófico (o cotidiano, o lúdico). E assim continua: o político, a vida privada; a burocracia, o individual; a significação (signo, significante, significado), o insignificante. Para Lefebvre, é preciso “(...) detectar os resíduos – nêles apostar – mostrar nêles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los. Cada resíduo é um irreduzível a apreender novamente” (LEFEBVRE, 1967, p. 375-6). À *poiésis* cabe então reunir os resíduos depositados pelos sistemas que tentam acuí-los e exterminá-los: “Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial), contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta. Reunir os resíduos, é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação¹¹⁸” (LEFEBVRE, 1967, p. 376). Apostar neles “(...) por um ato *poiético* inaugural, reuni-los em seguida na praxis, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar dêles novas formas, é o grande desafio. É a luva lançada em rosto dos podêres e do estabelecido (do existe) (sic)” (LEFEBVRE, 1967, p. 378). Essa aposta comporta, diz o autor, a ideia de que nada é eterno nem completamente durável:

Não apenas os resíduos são o mais precioso, mas roem, destróem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los. Nesse sentido, a *poiésis*, que dêles se apodera, deve revelar-se criadora de objetos, de atos e, mais geralmente, de situações (LEFEBVRE, 1967, p. 377). [Com grifo no original]

Uma revolução, dizia Lefebvre, para realizar todo seu potencial, precisava gerar efeitos na vida cotidiana, na linguagem e no espaço. Para isso, ele reclamava uma invenção, uma *poiésis*, uma fala criadora, que limitasse as “pretensões ilimitadas da mercadoria” e do seu mundo (o dinheiro) e também não as substituísse “(...) por sujeições ‘superiores’ e pelos valores da moral e da política” (LEFEBVRE, 1966, p. 337).

¹¹⁸ Schmid afirma que, em um nível geral, “(...) a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético” (SCHMID, 2012, p. 7).

Elementos mais concretos para essa discussão aparecem no livro *A linguagem e a sociedade*, publicado em 1966. Nele, Lefebvre se indaga a respeito dos motivos pelos quais a linguagem tem uma importância preponderante no pensamento contemporâneo, revelada pelos inúmeros estudos em que ela tem centralidade. Para o autor, o estudo da linguagem e seu inventário são o depósito, o tesouro, dos conhecimentos humanos, o ponto de partida das ciências da realidade humana (LEFEBVRE, 1966, p. 14-15). Mas Lefebvre estrutura o livro a partir de uma hipótese, a de que perguntas e respostas não podem ser formuladas apenas de dentro da própria linguagem, sendo necessário colocar as questões em um ponto de encontro entre a linguística e a sociologia. Há no livro uma crítica ao estruturalismo e, em geral, à redução mutilante e abusiva à qual o estudo linguístico é submetido, levando à degradação da linguagem. A partir de uma crítica a uma série de autores, Lefebvre propõe uma análise tridimensional da linguagem em sua dimensão paradigmática, simbólica e sintagmática, sem deixar de anotar que também sua proposta tem limitações. Lefebvre, afirma Sanvoisin (1966), assinala o dilema entre a “ciência objetiva” e a “liberdade” que manifesta o “aspecto criador da linguagem” (1966, p. 123).

O que emerge ao fim dessas análises críticas e do embrião de sociologia que permite a aplicação do esquema tridimensional? A linguagem é inseparável da sociedade em que adquire um significado, da praxis da qual é componente, como o mundo das mercadorias e das trocas, magistralmente analisado por Marx. Isso significa que a linguagem só pode ser entendida como parte da racionalidade prática, da praxis social. E no mundo das mercadorias, no mundo da alienação, explica-se e compreende-se a crise da linguagem¹¹⁹ (SANVOISIN, 1966, p. 124).

Em sua teoria sobre a linguagem, Lefebvre aponta possibilidades que podem ajudar a compreensão do jornalismo como crítica da vida cotidiana e, nesta crítica, a dimensão da obra. No último capítulo do livro, ele estuda a mercadoria como forma em Marx e mostra como a mercadoria pôde entrar no discurso. Remete a análise ao processo histórico anterior ao capitalismo pelo qual, nas relações da língua e da sociedade, a escrita teve papel preponderante, sendo dotada de um prestígio fabuloso, como mostram as Escrituras, as inscrições, os textos sagrados, e paulatinamente vai se tornando mercadoria (LEFEBVRE, 1966, p. 314):

¹¹⁹ Que ressort-il au terme de ces analyses critiques et de l'embryon de sociologie que permet l'application du schéma tridimensionnel ? Le langage est inséparable de la société dans laquelle il acquiert un sens, de la praxis dont il est une composante, comme le monde des marchandises, de l'échange, magistralement analysé par Marx. C'est dire que le langage ne peut se comprendre que comme partie de la rationalité pratique, de la praxis sociale. Et dans le monde des marchandises, dans le monde de l'aliénation, on explique et l'on comprend la crise du langage.

O essencial, sem dúvida, é que a palavra falada deixa de ser somente a sede da meditação e o meio de comunicação para se transformar em instrumento. Torna-se discurso, instrumento de domínio, meio do Poder. Pelo discurso há quem chegue ao Poder e nele se mantenha (LEFEBVRE, 1966, p. 315).

Na Grécia, e sobretudo em Atenas no século V antes da era cristã, com o nascimento de uma sociedade comerciante (ou comercial), a linguagem torna-se objeto de comércio, é vendida por sofistas, retóricos, oradores, gramáticos, pedagogos, filósofos, que cobram por suas lições: “Metamorfoseada em objecto pela escrita, tornada discurso pela prática política, a fala troca-se como bem precioso, como mercadoria (à qual só uma concorrência aguda, na cidade, na ágora, permite fixar um ‘valor’” (LEFEBVRE, 1966, p. 315-16). Sem deixar de mencionar outros aspectos do legado grego, para o autor essa metamorfose modifica as relações da linguagem com a sociedade. A linguagem, tornada objeto e desligada da fala pela escrita, emerge como forma. A ingenuidade, a autenticidade da fala, desaparecem, passando-se do espontâneo para o elaborado, da fala para o discurso, cuja história Lefebvre também esboça, indicando que foram precisos quatro séculos de lenta deterioração da fala e desdobramento das suas formas para que a linguagem viva passasse ao discurso (LEFEBVRE, 1966, p. 329). Ele toma o discurso como palavrear, que “abandona e desdenha o sentido” para ficar ao lado das significações, e essas, desligadas dos valores e dos sentidos, perdem-se no decurso de “palavreados incoerentes”, saltando de uma palavra, de um sintagma, para outro: “Já não se sabe encontrar as palavras para falar de qualquer coisa grave. E mesmo falar nisso (do sofrimento, da morte, da alegria, do prazer) dir-se-ia ser um pouco obsceno, mal educado” (LEFEBVRE, 1966, p. 327). O discurso vai se constituindo assim na forma alienada, que traz a ideologia do consumo para dentro da cotidianidade:

O discurso, trivial, banal, mantém-se na vida quotidiana: conversa, palavreado. Situa-se na proximidade do mundo das coisas, isto é, do mundo das mercadorias e do dinheiro. Não tem necessidade de outro “lugar-comum” além desta proximidade. O escrito, o impresso, as imagens, representam um grande papel, mas o discurso só exige a leitura do “mundo das mercadorias”, dado como sequência de sinais: a (sic) lojas, os grandes armazéns, as compras, a publicidade que suscita necessidades e desejos (LEFEBVRE, 1966, p. 326).

Lefebvre faz a distinção do sinal, do signo e do símbolo, intimamente relacionados ao espaço. Segundo o autor, signos e sinais povoam o espaço e o tempo (LEFEBVRE, 1978,

p. 89). Os sinais são simples, precisos, reduzidos ao mínimo, como cores, traços, com frequência sistemas binários, e dirigem e condicionam os comportamentos (LEFEBVRE, 1978, p. 89). Já os signos são mais vagos e complexos, constituindo sistemas abertos:

Uma palavra é um signo, mas também o é uma porta, uma janela, uma gravata, um vestido, um chapéu, um gesto como apertar a mão de alguém dizendo "Bom dia". A porta significa uma entrada, uma sala proibida para alguns e aberta para outros, os habitantes da casa e suas relações¹²⁰ (LEFEBVRE, 1978, p. 89).

Um apartamento ou uma rua, afirma o autor, são povoados por objetos funcionais que, ao mesmo tempo, são signos, exigindo, na vida cotidiana, serem traduzidos em linguagem corrente: “Se não sabemos traduzi-los, se ignoramos algo, nos consideram estranhos, ou forasteiros, ou fora da História¹²¹” (LEFEBVRE, 1978, p. 89). Já os símbolos não podem ser comparados a um sistema de sinais ou de signos. Eles são ricos de um sentido inesgotável, segundo o autor: “Não dizem tudo o que têm para nos dizer; o dizem com lentidão e não terminam nunca¹²²” (LEFEBVRE, 1978, p. 89). Lefebvre cita como exemplos de símbolos monumentos parisienses como a Catedral de Notre-Dame, o Arco do Triunfo, o Museu do Louvre. Os símbolos, diz ele, resumem uma concepção de mundo, introduzem profundidade na vida cotidiana, fazendo presença do passado, dos atos e dramas individuais ou coletivos, das possibilidades mal determinadas e assim mais abrangentes de beleza e grandeza (LEFEBVRE, 1978, p. 90). As cidades – ele menciona Paris, mas vale para qualquer outra – são ruas, pessoas, signos, sinais e também símbolos, sem os quais a presença da cidade, de seu povo e de sua história seria perdida. Na cotidianidade, segundo Lefebvre, se mesclam sistemas de signos, sinais e símbolos que se traduzem em um sistema parcial, a linguagem, parte de um conjunto mais amplo de significações que o autor chama de campo semântico total e que forma o *texto social* (LEFEBVRE, 1978, p. 91). O texto social é resultado da combinação, em proporções infinitamente variadas, dos aspectos e elementos ligados aos sinais, signos e símbolos. Sua riqueza mede-se por sua variação acessível, pelo que oferece de possibilidades aos indivíduos que o decifram e formam parte dele. Um

¹²⁰ Una palabra es un signo, pero también lo es una puerta, una ventana, una corbata, un vestido, un sombrero, un gesto como estrechar la mano de alguien diciéndolo “Buenos días”. La puerta significa una entrada, un pasillo prohibido a algunos y abierto para otros, los habitantes de la casa y sus relaciones.

¹²¹ Si no sabemos traducirlos, si ignoramos algo, nos considerarán raros, o forasteros, o fuera de la Historia.

¹²² No dicen todo lo que tienen que decirnos; lo dicen con lentitud y no terminan nunca.

exemplo de texto social é a rua, que, segundo Lefebvre, representa, em nossa sociedade, a vida cotidiana, o microcosmo da modernidade (LEFEBVRE, 1978, p. 94). Querendo ou não, quem está na rua figura no texto social. O autor afirma que, a partir da vida cotidiana, mudam a língua e as linguagens, nascem palavras novas, gírias, muitas vezes marginais em relação à linguagem oficial (LEFEBVRE, 1978, p. 94). Estudar a linguagem na vida cotidiana, afirma o autor, implica tomar também o que ela não diz, o que evita dizer, o que não pode nem deve dizer. E quando “(...) as necessidades e desejos não encontram palavras para dar consciência de si e intentar sua realização comunicando-se, perecem progressivamente. Ou se revoltam¹²³” (LEFEBVRE, 1978, p. 94).

Já em 1966 o autor constatava que a língua sofre um duplo assalto, o da imagem e o do discurso, que acompanha aquela e a comenta. Cita jornalistas e escritores, que aceitam o discurso para partirem dele:

O discurso torna-se norma social. Rege tanto os actos e as situações como os objectos. Fetichiza-se; em lugar de se referir a alguma coisa – conteúdo, praxis, dados sensíveis – o discurso torna-se o referencial para grupos que já não têm outro laço senão o palavrear, porque nada os põe em relação com a actividade produtora ou criadora (LEFEBVRE, 1966, p. 329-30). [Com grifos no original]

O discurso, alerta Lefebvre, exerce um terrorismo, torna a fala proscrita: “Quantas coisas é preciso evitar dizer, mencionar, ou então dizê-las (ou mal) alusivamente” (LEFEBVRE, 1966, p. 334). Esse terrorismo aparece também no discurso sem resposta da publicidade, propaganda, rádio, televisão, “(...) vozes discorrendo sem diálogo, mercadorias cujo consumo é obrigatório sob pena de insustentável isolamento. No limite, o silêncio: o de baixo” (LEFEBVRE, 1966, p. 335).

Com a sua teoria, Lefebvre quer restituir a fala, mas não – justifica-se ele, antecipando-se às censuras – uma “espécie de mística da fala”. Ele lembra que *alguém* fala, não um anônimo nem sequer uma máquina “(até nova ordem)”¹²⁴, e que o ato de nomear e de dizer só atinge um sentido se expuser o que nasce na práxis:

¹²³ (...) las necesidades y deseos no encuentran palabras para dar consciencia de sí e intentar su realización comunicándose, perecen. O se revuelven.

¹²⁴ Em relação às máquinas, cabe lembrar que, com os avanços tecnológicos, elas também “falam”, colocando novos elementos para pensar a comunicação e o jornalismo em particular.

A praxis não dá influência e conteúdo à consciência senão através dum indivíduo que fala: que toma a palavra. A criação dum objeto, duma representação, duma ideia ou dum conceito, não se realiza senão com e por meio de uma Palavra. O acto de denominar alguma coisa que não existe, que nasce, é uma Palavra. Em oposição ao discurso, o verbo é inicial e único. Em seguida repete-se, reproduz-se, lê-se. Tão diferente da informação como da significação, próxima do sentido, a fala introduz o que é novo. Opõe-se à lenta queda (diferente da entropia ou perda de informação) que conduz ao discurso. É um *acto* e um *acontecimento* em que participam aqueles que escutaram e compreenderam as palavras pronunciadas (LEFEBVRE, 1966, p. 331). [Com grifos no original]

Ao final do livro, tendo desenvolvido a possibilidade de desalienação pelo regresso à fala, Lefebvre não propõe remédios para a realidade apresentada, mas exclui “o regresso aos simbolismos”, a “restituição dos velhos símbolos”, que definem um “romantismo antiquado”, ou a substituição pelos “valores da moral e da política”, considerados equivocadamente profundos (LEFEBVRE, 1966, p. 337). O que ele reclama “(...) seria uma invenção, uma *poièsis*, uma fala criadora” (LEFEBVRE, 1966, p. 337, com grifo no original):

A profundidade engana; e nós estaríamos tentados a formular a palavra de ordem: “Cuidado com as profundidades! Desconfiem do abissal tanto como do celeste, do existencial tanto como das essências. Fiquem superficiais, isto é, à superfície, perto do que ilumina e do que é iluminado. Com a condição de dizerem o que aí se passa. A profundidade contém armadilhas, sortilégios, imagens maléficas. O expressivo? O simbólico? O obscuro? Insistem no seu aspecto relativo. Fiquem à superfície, é lá que os seres da profundidade vêm respirar. Detenham-se aí, com a condição de a denunciar incessantemente, com toda a lucidez, isto é, elucidando. A superfície, o superficial, é o quotidiano, o que se ouve falando com as pessoas, é o que se vê na sua vida. (...) Mesmo que se trate de revolucionar o discurso, para recriar a linguagem, evitem as ilusões da metafísica e do antigo romantismo, que não podem sair e não saíram jamais do quadro que quiseram quebrar. Sejam superficiais sem todavia se esquecerem do aviso:

Homem, toma cuidado!...

O mundo é profundo

Mais profundo do que o pensou a luz! (LEFEBVRE, 1966, p. 337).

A fala criadora, o ato poiético, relacionam-se, portanto, com a crítica da vida cotidiana, sua elucidação, o “superficial” onde os “seres da profundidade” vem respirar. Lefebvre era crítico em relação à publicidade, à propaganda e ao jornalismo. Dizia que empregar a língua para uma comunicação e para uma obra era uma tarefa sobre-humana porque o “(...) discurso político, o discurso vendido (propaganda, jornalismo), o discurso comercial (publicidade nascente), o Código e os codificadores, todos convergem para abafar a fala” (LEFEBVRE, 1966, p. 323). Essas críticas estão presentes em vários dos seus livros. Em

um dos últimos, de 1992, no qual apresenta elementos para a compreensão dos ritmos, ele dedica um capítulo ao que caracteriza como *o dia* dos meios de comunicação, dia esse que, de forma contínua e permanente, se fragmenta (LEFEBVRE, 2007, p. 47):

Maré ou pântano [maree ou marecage]! Um não exclui o outro quando de meios de comunicação se trata. O que se captura não é apenas um pouco de ritmo (das imagens e/ou palavras) no dia a dia. E aqui estamos no coração do paradoxo: os meios de comunicação entram na vida cotidiana, mais ainda: contribuem para produzi-la. No entanto, não falam dela. Se contentam com ilusões. Portanto, eles não dizem o que há. Não conversam sobre sua influência. Mascaram sua ação: a desaparecimento do imediato e da presença – a diferença entre a presença e o presente – em benefício deste último. Queres presença? Volte-se para a literatura ou a igreja ...¹²⁵ (LEFEBVRE, 2007, p. 48).

Na oposição *presente/presença* mencionada na citação, o presente simula a presença, introduzindo a simulação na prática social, em que as trocas sociais se guiam pela lógica do produto, enquanto na presença há diálogo, ela se situa no poético: “(...) valor, criação, situação no mundo e não apenas nas relações de troca¹²⁶” (LEFEBVRE, 2007, p. 47). A monotonia repetitiva do cotidiano ritmada pela mídia, afirma o autor, não necessariamente precisa provocar o esquecimento do excepcional, ainda que nela a pior banalidade cubra-se com a etiqueta "Aqui está o excepcional" (LEFEBVRE, 2007, p. 50).

À parte as críticas de Lefebvre à mídia, sua discussão sobre a obra permite articular possibilidades de um pensar e fazer jornalísticos ligados à crítica do cotidiano a partir da compreensão do espaço. Mas antes se faz necessário inscrever o espaço na teoria do jornalismo, empregando-se para isso uma noção que vem da literatura, a de *cronotopo*, desenvolvida por M. Bakhtin em *Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica)*, escrito entre 1937-38 e revisto e ampliado pelo autor em 1973. Cronotopo, composição das palavras gregas *chronos* (tempo) e *topos* (lugar), expressa, no ensaio de Bakhtin, a indissolubilidade de espaço e de tempo:

¹²⁵ Tide or swamp [maree ou marecage]? The one does not preclude the other when the media is involved. What you have captured is not just a little rhythm (of images and/or words) in the everyday. And here we are in the heart of paradox: the media enter into the everyday; even more: they contribute to producing it. However, they do not speak of it. They content themselves with illusions. Therefore they do not say what there is. They do not discourse on their influence. They mask their action: the effacement of the immediate and of presence - the difference between presence and the present - to the profit of the latter. You want presence? Turn to literature or the church ...

¹²⁶ (...) value, creation, situation in the world and not only in the relations of exchange.

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico.

O cronotopo tem um significado fundamental para os *gêneros* na literatura. Pode-se dizer francamente que o gênero e as variedades de gênero são determinadas justamente pelo cronotopo, sendo que em literatura o princípio condutor do cronotopo é o tempo. O cronotopo como categoria conteudístico-formal determina (em medida significativa) também a imagem do indivíduo na literatura; essa imagem sempre é fundamentalmente cronotópica (BAKHTIN, 1990, p. 211-12). [Com grifo no original]

Os cronotopos são, de forma simplificada, os métodos de assimilação artística do tempo e do espaço no romance. Bakhtin inicialmente desenvolve os cronotopos em três tipos clássicos de romance europeu na Antiguidade e que determinaram o desenvolvimento do romance de aventuras até a metade do século 18: o romance de aventuras de provações (romance grego), que se desenvolveu durante os séculos II-VI da nossa era; o romance de aventuras e de costumes, tipo relacionado, por exemplo, às obras *Satiricon*, de Petronio, e *O Asno de Ouro*, de Apuleio; e as obras biográficas e autobiográficas antigas¹²⁷. No romance grego aparece um cronotopo totalmente novo, o de um mundo estrangeiro num tempo de aventuras, em que o herói e a heroína se encontram, passam por uma série de provações e no final ficam juntos, ação desenrolada em um fundo geográfico amplo e variado (Bakhtin, 1990, p. 214-5). Ao cronotopo do encontro liga-se outro, o cronotopo da estrada:

Tem significado particularmente importante a estreita ligação do motivo do encontro com o *cronotopo da estrada* (“a grande estrada”): vários tipos de encontro pelo caminho. No cronotopo da estrada, a unidade das definições espaço-temporais revela-se também com excepcional nitidez e clareza. É enorme o significado do cronotopo da estrada em literatura: rara é a obra que passa sem certas variantes do motivo da estrada, e muitas obras estão francamente construídas sobre o cronotopo da estrada, dos encontros e das aventuras que ocorrem pelo caminho (BAKHTIN, 1990, p. 223). [Com grifos no original]

¹²⁷ As análises do autor são longas e detalhadas. São apresentadas aqui apenas questões que podem gerar reflexões sobre o fazer especificamente jornalístico.

O romance de aventuras e de costumes traz como característica aliar, ao tempo de aventuras, o tempo da vida cotidiana, da vida do homem em seus principais momentos de crise, com seu caminho real e espacial, suas peregrinações, o “caminho da vida”:

O espaço torna-se concreto e satura-se de um tempo mais substancial. O espaço é preenchido pelo sentido real da vida e entra numa relação essencial com o herói e com o seu destino. Esse cronotopo é tão saturado que, nele, elementos como o encontro, a separação, o conflito e outros, adquirem um sentido cronotópico novo e muito mais concreto (BAKHTIN, 1990, p. 242).

Na análise da obra *O Asno de Ouro*, de Apuleio, Bakhtin observa que o mundo do cotidiano ainda é estático, nele não há porvir, ainda que revele uma multiformidade social:

Nessa multiformidade ainda não surgiram *contradições* sociais, mas ela está prenhe delas. Se tais contradições se revelassem, o mundo entraria em movimento, receberia um impulso para o futuro, o tempo receberia plenitude e historicidade. Porém, na Antigüidade, particularmente em Apuleio, esse processo não se concluiu (BAKHTIN, 1990, p. 249). [Com grifo no original]

Nas obras biográficas e autobiográficas antigas, do classicismo grego, os cronotopos são o caminho da vida – a busca do conhecimento –, e a praça pública (a ágora), onde, pela primeira vez, surgiu e tomou forma a consciência autobiográfica e biográfica do homem e da sua vida na Antigüidade clássica:

(...) a praça da Antigüidade era o próprio Estado (ou seja, o Estado e todos os seus órgãos), a corte suprema, toda a ciência, toda a arte, e ligado a ela, todo o povo. Cronotopo extraordinário, onde todas as instâncias superiores, desde o Estado até a verdade, eram representadas e personificadas concretamente, estavam visivelmente presentes. E nesse cronotopo concreto, que parece englobar tudo, realizava-se a exposição e a recapitulação de toda a vida do cidadão, efetuava-se a sua avaliação público-civil (BAKHTIN, 1990, p. 251-2).

Já as autobiografias e as memórias romanas se elaboram de acordo com outro cronotopo, o da família, e tem outra particularidade, o papel dos presságios e suas interpretações (BAKHTIN, 1990, p. 256). O ensaio também aborda o cronotopo dos romances de cavalaria, o cronotopo do romance de Rabelais *Gargantua e Pantagruel* e o cronotopo

idílico (o amoroso, o dos trabalhos agrícolas, o do trabalho artesanal e o idílio familiar) no romance. Bakhtin se detém nas particularidades do método literário de Rabelais, que buscava um novo quadro do mundo – com o homem total, corporal e espiritual, no centro – pela destruição do velho quadro pelo qual o mundo era compreendido:

A essência do método consiste principalmente na destruição de todos os laços e *vizinhanças habituais*, das coisas e das idéias, e na criação de *vizinhanças inesperadas*, de ligações inesperadas, inclusive das ligações lingüísticas lógicas (“alogismos”) mais imprevistas (etimologia, morfologia e sintaxe especificamente rabelaisianas) (BAKHTIN, 1990, p. 283-4). [Com grifos no original]

No ensaio, Bakhtin afirma que nenhum gênero artístico pode ser construído sobre o que é simplesmente interessante. É preciso também que toque em algo “essencial”: “Pois somente pode ser importante uma vida humana, ou, em todo caso, algo que tenha relação direta com ela. E esse aspecto humano deve estar voltado, ainda que pouco, para o lado essencial, isto é, deve ter certo grau de *realidade viva*” (BAKHTIN, 1990, p. 230, com grifo no original). Nas Observações Finais ao ensaio, acrescentadas em 1973, aparece a afirmação de que, em arte e em literatura, todas as definições espaço-temporais são inseparáveis uma das outras e se mostram sempre tingidas de um matiz emocional (BAKHTIN, 1990, p. 349). O autor retoma, nessas Observações Finais da edição de 1968, os grandes cronotopos sobre os quais falou no fim dos anos 1930, aqueles mais estáveis, como o do encontro, em que predomina o matiz temporal, e o da estrada, ligado ao primeiro. É na estrada, lugar preferido dos encontros casuais nos romances, que se cruzam, “(...) num único ponto espacial e temporal os caminhos espaço-temporais das mais diferentes pessoas, representantes de todas as classes, situações, religiões, nacionalidades, idades” (BAKHTIN, 1990, p. 349). Além dos grandes cronotopos, afirma o autor, há uma quantidade ilimitada de pequenos, e todos “(...) podem se incorporar um ao outro, coexistir, se entrelaçar, permutar, confrontar-se, se opor ou se encontrar nas inter-relações mais complexas” (BAKHTIN, 1990, p. 357).

Segundo Bakhtin, além do significado temático, organizando os principais acontecimentos do romance, o cronotopo tem um significado figurativo. O cronotopo, “(...) como materialização privilegiada do tempo no espaço, é o centro da concretização figurativa, da encarnação do romance inteiro” (BAKHTIN, 1990, p. 356):

Todos os elementos abstratos do romance – as generalizações filosóficas e sociais, as idéias, as análises das causas e dos efeitos, etc. – gravitam ao redor do cronotopo, graças ao qual se enchem de carne e de sangue, se iniciam no caráter imagístico da arte literária. Este é o significado figurativo do cronotopo (BAKHTIN, 1990, p. 356).

O cronotopo, pensado por Bakhtin na literatura, pode trazer o espaço para o jornalismo a partir de um enlaçamento com a teoria de Genro Filho. Como foi visto, a teoria adelmiana foi gestada na filosofia a partir da discussão de Lukács sobre a gênese filosófica do princípio estético, desenvolvida no livro *Introdução a uma estética marxista*, publicado originalmente em 1957, que parte das relações entre universalidade, particularidade e singularidade. E é mais tarde, em 1963, que Lukács lança a primeira parte da *Estética*, obra na qual desenvolve sua compreensão aprofundada do cotidiano vista no primeiro capítulo e que até hoje não foi publicada no Brasil¹²⁸. Na *Estética*, o cotidiano aparece como a zona intermediária concreta em que se pode compreender as inter-relações e as interações entre o mundo econômico-social e a vida humana. Não é, portanto, aquele mundo de “mera empiria” a que foi relegado pelas Ciências Sociais. E com Lefebvre, o cotidiano, tomado em sua riqueza/miséria, aparece como totalidade, uma relação espaço-temporal que configura a soma total das relações que fazem do ser humano um todo. Com Lukács e Lefebvre, o cotidiano, *resíduo* relegado pela filosofia, amplia sua potência explicativa da sociedade e suas contradições. E é no cotidiano que aparece o novo, o fenômeno a ser captado e compreendido, no caso do jornalismo, pelo ângulo do singular. Nesta perspectiva, é possível pensar o singular, assim como o cronotopo, como *materialização privilegiada do tempo no espaço*, sendo o espaço aqui compreendido pela teoria lefebviana, ou seja, como um produto social. *O espaço, portanto, também tem suas singularidades, porque é atravessado pelo tempo.*

Uma metáfora utilizada pelo geógrafo Milton Santos é ilustrativa disso. Não se pode, segundo o autor, prever completamente o resultado de uma ação porque ela sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica com o poder de deformar o impacto da ação: “É como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar como espaço” (SANTOS, M., 2012, p. 95):

¹²⁸ A *Estética* não consta nas Referências do livro de A. Genro Filho sobre a teoria marxista do jornalismo.

Outra grande maravilha do nosso tempo é o que estamos chamando de *unicidade dos momentos*. Também poderíamos considerar esse fato como uma *convergência dos momentos*.

Há quem prefira dizer que o tempo se unifica, mas não é disso que se trata. O que realmente se dá, nestes nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. O evento é uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povoando-o com um novo acontecer. Quando, no mesmo instante, outro ponto é atingido e podemos conhecer o acontecer que ali se instalou, então estamos presenciando uma convergência dos momentos e sua unicidade se estabelece através das técnicas atuais de comunicação (SANTOS, M., 2012, p. 196). [Com grifos no original]

Ao povoar o espaço com novos, múltiplos e simultâneos eventos, o tempo o singulariza e singulariza também esses eventos. Por isso, o singular pensando na teoria jornalística de Genro Filho pode contemplar essa perspectiva – tal como o cronotopo bakhtiniano na literatura – ampliando o conceito do singular para além da filosofia e concretizando-o no cotidiano, permitindo novas abordagens no jornalismo.

Na falta de uma genealogia da notícia e da reportagem sob esta dimensão, o conjunto de reflexões deste capítulo é tomado como referência para a análise da obra do jornalista Marcos Faerman, que materializa, no fazer jornalístico, o conjunto teórico desenvolvido neste e no Capítulo 1. Faerman foi jornalista, repórter, editor, administrador cultural e professor. Ele escreveu mais de 800 reportagens para o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, onde trabalhou durante 24 anos que cobriram praticamente toda a ditadura civil-militar, e participou, como criador, editor e repórter, de importantes publicações da chamada imprensa alternativa, como o jornal *Versus*. Parte das reportagens foi publicada em livros, entre os quais o de título *Com as mãos sujas de sangue* (1979), e reunida em um site lançado em 2016¹²⁹. A vasta produção de Faerman não só configura uma obra em sentido lato, pela quantidade, como também no sentido já apontado, deixando transparecer no jornalismo a possibilidade de valor de uso pela irrupção, no trabalho do jornalista, de um *ato poético*. Essa possibilidade afirma-se tanto no texto de Faerman quanto na reflexão que ele faz do próprio trabalho, apresentada de forma expressiva na história que envolveu a produção da reportagem *Alagados, Baía de Todos os Santos: aqui está o perigo que ameaça os pescadores*, publicada no *Jornal da Tarde* em 21 de maio de 1975 (Figura 1), com desdobramentos na edição do dia seguinte.

¹²⁹ A biografia, a vasta obra de Marcos Faerman e depoimentos e trabalhos acadêmicos sobre ela podem ser consultados no site <http://www.marcosfaerman.jor.br/>

Na viagem para a Bahia, o jornalista visitou a Enseada dos Tainheiros, a 30 minutos de Salvador, onde vivia uma população sobre palafitas de 20 mil “homens-peixes” que tinham seu principal sustento, o marisco, sendo envenenado por mercúrio despejado por uma fábrica vizinha, além dos aterros feitos para urbanizar a área. Parte expressiva das reportagens de Faerman tinha esse componente, o de revelar os impactos que os planos econômicos da ditadura civil-militar impunham ao espaço. Faerman abre o texto comparando o caso ao da Baía de Minamata, no Japão, onde uma fábrica de produtos químicos matou centenas de pessoas que se alimentavam de pescados contaminados com mercúrio. Ele escreve sobre as pessoas, as casas, a fábrica, compondo um quadro pungente, vivo, mesmo quando lido mais de 40 anos depois:

“Maurílio é meu nome, Maurílio com certeza. Só tenho este café para tomar. Só este café, com certeza. Sou homem de coragem e trabalho, fui vaqueiro, doutor, sou leiteiro, trabalho na roça, na lavoura, mas agora só sou um homem com fome. Depois das chuvaradas todas não tenho mais trabalho pra mim, pra minha carroça.

Fui vaqueiro vinte anos, mas um dia uma vaca pegou meu olho.

Tenho dez filhos, olhe pra eles aí, mas não tenho nada. Tem dia que não consigo dormir. Tranquilidade é quando se faz pelo menos uma refeição; o espírito fica tranquilizado. Quando não se come, não se tem satisfação, doutor. A gente é forçado a sofrer.”

Maurílio está sentado nos paus podres que unem sua casa à terra firme. Não dorme direito há muito tempo. Quando a noite cai forte sobre os Alagados, ele acorda, caminha no casebre, pula por cima dos que dormem e fica andando pelas margens da aldeia dos homens-peixes. Vem para fora e fica “meditando”, como diz, “pedindo ao pai celestial que me ajude, que não me deixe cair, porque cair é pior, e uma coisa fica me perseguindo, cair é pior, pai celestial, não me tire a mente, o juízo que é só o que eu tenho.”

Um cachorro vagabundeia perto do homem que tem medo de ficar louco. Uma sombra está curvada sobre o mar. É um velho que acordou com fome e vai buscar na água o marisco para a sopa. Se aparecer um peixe estonteado pelo veneno da fábrica, ele não vai pensar não senhor, ele vai cair em cima, com um pau. “Vem mariscozinho, vem” – ele fala com os mariscos. “Vem, mariscozinho, vem, vem pra panela do velho”. Enfia a mão enrugada na água negra, lixo boiando. “Eu não vou perder tua carnezinha”.

Esta é a terra dos Alagados. O lugar onde o homem tem medo de ficar louco. O lugar onde um homem conversa com o marisco envenenado. O lugar onde não se confia em vida melhor, nem nos políticos, nem na casa nova que prometem a eles, nem na draga que trabalha para aterrar tudo. Este é o lugar em que o mar e o barro encontram-se com as casas feitas em três, quatro dias, cravadas na lama e no lixo, e onde bicho e gente disputam o resto das feiras. Há alguns meses atrás, quando o lixo ainda era despejado nesta terra, o (sic) vizinhos reuniam uns trocados para subornar o motorista do caminhão da Prefeitura, para que, o lixo fosse jogado na **sua** rua (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17). [Com grifo no original]

Na escrita, o jornalista preserva a fala das pessoas com quem conversa e evoca, pela vida de cada um, o início daquela tragédia, a falta de uma casa, sonhada lá no final dos anos 1940: “Entenda-se por casa um lugar qualquer que proteja do vento mais forte, da chuva, amontoado de táboa, barro, prego – nada parecido com o que classe média acha que deva ser uma ‘casa’. Uma coisa reduzida à sua essência” (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17). Em seis linhas do jornal, Faerman descreve uma casa reduzida à miserável condição de habitat, diferente das imaginadas e construídas por quem vivencia um espaço submetido a outra lógica. Mas o terreno alagado supostamente tinha dono, que não comprovou a propriedade, mas conseguiu na justiça fazer a polícia derrubar 150 casebres. Foi quando as famílias decidiram reconstruí-los sobre o mar, em palafitas. O mercúrio veio depois.

Mas já no fim do ano 1 em 1950, eles tiveram o direito de viver sobre o barro e o lixo reconhecidos pelas Autoridades. Já estavam vivendo debaixo de um teto. Naquela época, as casas apenas margeavam o mar, não era como hoje, quando as madeiras aventuram-se mais longe, mais fundo, como se ali fosse território à disposição dos homens.

Um lugar pitoresco, que os turistas viam de muito longe, da avenida Suburbana; cenas que foram aprisionadas nas telas de pintores famosos, e diluídas nas telas de pintores sem expressão, que são vendidas nas tendas do Mercado Modelo. E o irreal mundo dos homens-peixes, equilibrados sobre as pernas bambas de casas que o mar e o vento derrubam, começou a preocupar sociólogos “interessados no povo”, arquitetos que queriam escrever uma inteligente tese sobre “habitações sub-normais” (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17).

A reportagem termina com a declaração de um dos diretores da empresa, para quem “(..) houve muito exagero nesta história do mercúrio. **Um grande exagero** (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17, com grifos no original). É notável, a partir dos conceitos até aqui desenvolvidos, como o espaço aparece na reportagem. A prática espacial, o espaço percebido, na relação com o mar: “Criança de cinco anos já caça marisco, já nada até as ilhotas, já se aventura mar a dentro. Tem criança que aprende a nadar na sala de casa, no quarto (FAERMAN, 21 mai, 1975, p. 17). E também a pobreza na vida em palafitas:

Nos Alagados, conseguir a comida não é o único problema. É preciso brigar por ela. Principalmente contra os ratos. “Os ratos têm mais direito do que nós”, escreveu uma moça para mim, enquanto conversava com o pastor na

Igreja Universal Volta do Cristo, que é uma carpintaria (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17).

As representações do espaço, o espaço concebido, insinuam-se em vários parágrafos além daqueles nos quais a empresa afirma que a história do mercúrio é exagerada ou nos dos arquitetos interessados em saber mais sobre os precários casebres: “Hoje, dizem que Alagados vai acabar. Uma draga trabalha no mar. (...) Os casebres dos Alagados irão para os arquivos da memória nacional, para os livros dos antropólogos” (FAERMAN, 21 mai. 1975, p. 17). As autoridades que no passado permitiram a construção das palafitas agora preparam terreno para outros empreendimentos. Já os espaços de representação, o espaço vivido através de imagens e símbolos, aparecem na pobreza “pitoresca” figurada em quadros dos artistas locais, mas também no que representava aquele espaço antes que o mercúrio o contaminasse, expresso na fala do pastor: “E a maré é o lugar em que nosso povo faz a festa (FAERMAN, 21/05/1975, p. 17). Lugar, portanto, onde o mar simbolizava fartura, e não morte. A Enseada dos Tainheiros é um espaço onde o vivido foi arrasado pelo concebido.

A reportagem de Faerman aspira a uma totalidade, ainda que parcial. Na reportagem publicada no dia seguinte, 22 de maio de 1975, também com uma página, ele ouve as autoridades, o dono da empresa e um historiador, e mostra como a contaminação “abalou um mundo tradicional baiano”, o mundo do mar e de todos os que vivem dele, assim como as representações religiosas, o Candomblé, as oferendas a Iemanjá. A referência a “um mundo” não é aqui mera figura de retórica, indeterminada, porque descreve o processo pelo qual estado e indústria arrasaram aquele espaço¹³⁰. Até os cultos religiosos foram se transformando em folclore com a industrialização rápida na Bahia e a intensificação do turismo. A nova realidade teve reflexos nos espaços de representação, como evidencia a fala do historiador:

– Assim não é possível, diz o professor Cid. A invasão dos turistas só me irrita tanto quanto a industrialização que não leva em conta as necessidades regionais. Veja o caso da CQR: o despejo de mercúrio liquidou até um topônimo. Aquele lugar lá se chamava Enseada dos Tainheiros pela frequência da tainha. A partir do momento em que a poluição é mais forte, a tainha foge ou morre. O topônimo “dos Tainheiros” vai desaparecer. Vai se chamar um dia Porto do Mercúrio, uma coisa assim.

[...]

“As coisas vão de tal forma”, diz o professor Cid, “que qualquer dia Dorival Caymi (sic) e Jorge Amado passarão a ter importância como obras de História – porque o mundo que eles retrataram está quase morto. Até os

¹³⁰ Essa observação se refere à crítica de Lefebvre, no livro *Metafilosofia: prolegômenos*, à banalização e abuso do conceito de mundo/mundialidade (1967, p. 114).

velhos nomes das ruas estão mudando. A rua dos Galeões, a Estrada das Boiadas, Matança o Pastinho, a rua dos Ossos, a rua da Quitandinha, todas passaram a ser apenas rua doutor fulano de tal” (FAERMAN, 22 mai. 1975, p. 19).

São elementos do espaço abstrato, o espaço *alisado* do capitalismo, transformando o que era antes o mundo do mar e dos pescadores. A dupla vivência nesta reportagem – a do repórter e das pessoas com quem ele falou – teve efeitos duradouros em Marcos Faerman. Ele não se esqueceu do velho de mãos enrugadas, curvado sobre o mar, conversando com o marisco envenenado (Foto 1).

Foto 1 - Jornalista Marcos Faerman entrevista um pescador na Bahia



Fotografia feita durante a reportagem sobre a poluição em Alagados, Bahia.
Crédito: Agilberto Lima, 1975. Fonte: <https://www.facebook.com/marcosfaerman/>

Em dezembro de 1977, no número 7 do jornal *Versus*, ele escreveu um manifesto de uma página provocado por aquele encontro, intitulado *As palavras aprisionadas* (Figura 2). O texto possibilita refletir sobre a questão da linguagem no jornalismo e as possibilidades por

ela abertas para se pensar o jornalismo como obra – ao restituir seu valor de uso – e ato poético, fala criadora, conforme a concepção de Lefebvre.

Figura 2 - Manifesto do jornalista Marcos Faerman no jornal *Versus*

as palavras aprisionadas

Por Marcos Faerman



1 - O repórter e sua perplexidade. O repórter tem diante de si a realidade. A realidade é a indagação a ser feita. A realidade é a natureza e os outros homens. Como entender tudo o que nos rodeia? Como entender os conflitos, as mentiras aparentes, as verdades ocultas? Que instrumento usar no momento da descoberta? Que instrumentos usar na hora da revelação?

2 - Saindo da abstração. A realidade pode ser um homem encolhido à beira de um rio. O repórter é um ser em disponibilidade. Esta é quase que sua essência. Ele está à disposição dos «chefes», do jornal em que trabalha. Cumpre horários, ordens. Num dia qualquer, uma hora qualquer é mandado para um lugar qualquer. E sempre assim. Ele poderá ter diante de si este homem ajoelhado no barro, olhando para um rio. O repórter olha para este homem. Procura saber sua história. A reportagem pedida: a vida de uma aldeia à beira de um rio corrotido pelo mercúrio que mata os peixes que alimentam os homens.

3 - O repórter e sua perplexidade. O repórter recebe ordens. O repórter diante da «matia». Os problemas de um Estado diante da poluição. O sus dizem as autoridades. O que diz o povo. O que dizem os industriais. As técnicas do repórter: o papel, a caneta Bic, o gravador. Os olhares das pessoas para ele — como o olhar daquele homem ajoelhado à beira do rio, não dá para esquecer. Um homem de roupas rasgadas, um pescador, que me fala com uma linguagem confusa como o vento que bate na água. Uma escova parada no rio e uma rede. O olhar um pouco louco do homem. O olhar do repórter que cai em suas mãos. Mãos cortadas pelo barro.

4 - Os direitos do repórter e do jornal. A lembrança, diante daquele homem, das perguntas de um outro repórter, das inquietações de outro repórter diante de outra realidade. «Parece-me curioso para não dizer obscuro e totalmente aterrorizante que pudesse ocorrer a um grupo de seres humanos reunidos através da necessidade e do acaso, e por acaso, numa empresa, num órgão jornalístico, intrometer-se intimamente nas vidas de um indefeso e arruinado grupo de seres humanos, uma ignorante e abandonada família rural, com o propósito de exibir a nudez, a humilhação e a inferioridade destas vidas, em nome da ciência, do «jornalismo honesto», da humanidade e do desestor (...).»

5 - Saindo da abstração. O repórter em busca da realidade. Com a sua sensibilidade. Com a sua insensibilidade. Em nome de uma Empresa Jornalística. Ouvindo histórias das vidas dos outros. Sugando dos outros a única coisa que eles têm, além do corpo nu: uma história, a sua vida, a sua perplexidade, as suas dúvidas, as suas mínimas certezas. O repórter e sua própria pobreza. E as suas próprias dúvidas e pequenas verdades (e separa grande medo). É o que ele ouvia que era «jornalismo». É uma linguagem que lhe disseram que era jornalística. Como esta linguagem que lhe disseram ser «jornalística» se adequa aos olhos e às mãos daquele homem à beira do rio?

6 - As lembranças do repórter. «Tudo isto me parece curioso, obscuro, aterrorizante; disse certa vez um repórter, James Agee, de quem fixa a citação anterior, James Agee. Um repórter. Morreu há dez, quinze anos. Era um garoto quando a *Life* lhe pediu a história de algumas famílias rurais na época de Depressão, nos Estados Unidos, de onde nasceu uma espantosa reportagem, «E Louwrens Agora os Grandes Homens». A *Life* rejeitou a reportagem de Agee por considerá-la anti-jornalística. Agee descrevia com minúcia até a respiração do pesado sono de trabalhador. Construiu um documento eterno. Seu relato é obra à altura de Steinbeck, John dos Passos, Faulkner. Quem quiser saber alguma coisa sobre a vida camponesa nos anos trinta terá que ler este relato que a *Life* rejeitou por considerá-lo «anti-jornalismo». O relato seria publicado na forma de livro. Trinta anos depois seria editado numa coleção de Antropologia dirigida por Perry Strauss. Da rejeição em nome do jornalismo para a glória. (As famílias camponesas assassinadas em nome do jornalismo renasceram.)

7 - O repórter e sua formação. Todas estas idéias nascendo na cabeça do repórter a partir da questão da Linguagem da imprensa. A certeza que o repórter tem de que muitos colegas ainda têm na cabeça o mito do texto jornalístico e do texto anti-jornalístico. A certeza de que em nome do jornalismo muitos colegas rejeitam o texto de Agee e muitos outros textos. A questão do «texto objetivo». A pergunta: que texto é este? Onde nasceu e com quem a técnica jornalística ensinada pelo que é publicado nos jornais e revistas, e pelas «Escolas de Comunicação». Onde nasceram e como as idéias de objetividade e neutralidade? Uma resposta possível: este texto jornalístico, esta linguagem fluente nos jornais surge com a estruturação da imprensa em forma de empresa/imprensa; empresas ligadas diretamente a determinada forma de organização da sociedade, o capitalismo. A linguagem da imprensa norte-americana se disseminando pelo mundo. A expansão de um império e das idéias que o justificam.

8 - Ainda a formação do repórter. A linguagem oficial da imprensa é defendida por muitos jornalistas. Ou não discutida. Ela é implantada nos jornais por jornalistas. Os Vigilantes do Texto. Às vezes, os Policiais do Texto. Uma arma maldita, a caneta. O círculo que ganham de modificar o texto. O texto nasce do olhar do repórter sobre a realidade. Mas um olhar que não balança para a realidade pode modificar as palavras. A defesa de uma linguagem. O esquecimento de que a «linguagem vem sempre de algum lugar». De que a linguagem está sempre referida a uma classe social, a um grupo humano. E de que há uma linguagem do poder, como há uma linguagem de crítica ao poder. O quanto pode a linguagem do poder ser disseminada pela realidade toda, preenchendo até a linguagem dos sonhos, até se tornar uma linguagem aparentemente neutra e objetiva? A linguagem do poder alcançando até os espaços últimos do senso comum. Pensar em tudo isto. E ainda analisar a forma como esta linguagem se confunde com a expressão jornalística.

9 - Saindo da abstração. Volto ao homem curvado sobre o rio. A responsabilidade que temos diante dele e daquele momento. A necessidade de saber ouvir e de saber descrever. A necessidade de uma linguagem que capte aquela realidade. O largão jornalístico, economicista, sociológico pode captar esta realidade? Mas é aquele homem que eu liço descrever, e não uma abstração. Será que se «literato» abrir meu mundo até aquele homem, absorver a sua realidade, a sua linguagem — achar as palavras certas para revelá-lo? E uma outra idéia: a relação entre as palavras que vão aparecendo na minha máquina e aquele homem.

10 - Ficção e realidade. Colocando algumas idéias, a partir de James Agee. Numa novela, uma casa ou uma pessoa tem seu significado, sua existência, inteiramente a partir do escritor. No jornalismo, uma casa ou pessoa tem apenas o mais limitado dos seus significados através do repórter. Seu verdadeiro significado é muito maior. O personagem existe num ser concreto, como você e eu. «Seu grande mistério, peso e dignidade estão neste fato». Outra questão: o jornalismo é um método de trabalho e não uma linguagem. Carlos Fuentes, Rodolfo Walsh, James Agee, Garcia Marquez, Eduardo Galeano, Heródoto, René Chateaubriand, Norman Mailer, Euclides da Cunha — eis os nomes de alguns repórteres. O jornalismo de Agee é menos literário do que sua ficção? O jornalismo de Norman Mailer é menos literário do que a sua ficção? O jornalismo é um método: trabalha como instrumento de descoberta de uma realidade, com formas próprias, anotações, pesquisa. Uma outra idéia: o pensamento escolástico contemporâneo, os intelectuais de gabinete, o pensamento universitário preservando a Arte e a Literatura com Maquiavelas. Esquecendo — em nome de uma visão elitista — o sentido mais contemporâneo do conceito de Escrita. Uma última idéia: muito da melhor literatura brasileira desta década vai ser descoberta (quando???) em alguns jornais e algumas revistas (por quem???)

11 - Manifesto de Libertação da Palavra. A busca de uma realidade implica numa linguagem capaz de captá-la. Conselheiro Acácio em ação??? Esta linguagem não é uma fuga. É o único caminho de nos levar à débil captação de uma sociedade e de suas contradições. E da única coisa que nos interessa: o ser humano sufocado em sua vontade de ser.

Manifesto *As palavras aprisionadas*. Data: dez. 1977Fonte: <http://www.marcosfaerman.jor.br/Versus07.html?vis=facsimile>

O manifesto divide-se em 11 tópicos. Faerman abre o texto mencionando a perplexidade do repórter:

1 – O repórter e sua perplexidade. O repórter tem diante de si a realidade. A realidade é a indagação a ser feita. A realidade é a natureza e os outros homens. Como entender tudo o que nos rodeia? Como entender os conflitos, as mentiras aparentes, as verdades ocultas? Que instrumento usar no momento da descoberta? Que instrumentos usar na hora da revelação? (FAERMAN, 1977, p. 38).

O repórter, portanto, não tem diante de si fatos isolados, e sim a realidade em sua totalidade. E quem busca conhecer a realidade humana (social), afirma Lefebvre, deve interessar-se pelos homens. Mas isso não basta, porque a realidade em si é uma abstração. Ao repórter cabe encontrar, em um determinado tempo e espaço, a “experiência vivida”, a presença do corpo. E, mais ainda, um certo corpo, uma certa experiência, a singularidade de uma existência:

2 – Saindo da abstração. A realidade pode ser um homem encolhido à beira de um rio. O repórter é um ser em disponibilidade. Esta é quase que sua essência. Ele está à disposição dos “chefes”, do jornal em que trabalha. Cumpre horários, ordens. Num dia qualquer, uma hora qualquer é mandado para um lugar qualquer. E sempre assim. Ele poderá ter diante de si este homem ajoelhado no barro, olhando para um rio. O repórter olha para este homem. Procura saber sua história. A reportagem pedida: a vida de uma aldeia à beira de um rio corroído pelo mercúrio que mata os peixes que alimentam os homens (FAERMAN, 1977, p. 38).

Ao cumprir aquela pauta, o repórter ouve o estado, as autoridades, o povo, os industriais, mas encontra também o que está fora da ordem, a “linguagem confusa”, que não se submete ao que foi aprendido, às regras: a palavra, a fala, resíduo insubmisso da escrita:

3 – O repórter e sua perplexidade. O repórter recebe ordens. O repórter diante da “pauta”. Os problemas de um Estado diante da poluição. O que dizem as autoridades. O que diz o povo. O que dizem os industriais. As técnicas do repórter? O papel, a caneta Bic, o gravador. Os olhares das pessoas para ele – como o olhar daquele homem ajoelhado à beira do rio, não dá para esquecer. Um homem de roupas rasgadas, um pescador, que me fala com uma linguagem confusa como o vento que bate na água. Uma canoa parada no rio e uma rede. O olhar do repórter que cai em suas mãos. Mãos cortadas pelo barro (FAERMAN, 1977, p. 38).

No tópico 5, a relação do corpo com o vivido, tanto da parte do jornalista quando de quem lhe confia uma história, aparece em sua riqueza e miséria, e mais uma vez coloca a questão: como adequar a estreita e padronizada linguagem dita jornalística ao que, na realidade, é singular e único?

5 – Saindo da abstração. O repórter em busca da realidade. Com a sua sensibilidade. Com a sua insensibilidade. Em nome de uma Empresa Jornalística. Ouvindo histórias das vidas dos outros. Sugando dos outros a única coisa que eles têm, além dos corpos nus: uma história, a sua vida, a sua perplexidade, as suas dúvidas, as suas mínimas certezas. O repórter e sua própria pobreza (sic). E as suas próprias dúvidas e pequenas verdades (e separa (sic) grande medo). E o que ele ouviu que era “jornalismo”. E uma linguagem que lhe disseram que era jornalística. Como esta linguagem que lhe disseram ser “jornalística” se adequa aos olhos e às mãos daquele homem à beira do rio? (FAERMAN, 1977, p. 38).

Elementos dos tópicos 7 e 8 evocam as imposições ao jornalismo pela organização capitalista, entre elas a de uma certa linguagem, aquela disseminada pela adoção das normas estadunidenses, cerca de 20 anos antes, nos grandes jornais brasileiros. Faerman, lá nos anos 1970, reflete sobre esta estratégia e seu fundo ideológico, questionando a aparente neutralidade das técnicas:

7 – O repórter e sua formação. (...) A questão do “texto objetivo”. A pergunta: que texto é esse? Onde nascem e com quem a técnica jornalística ensinada pelo que é publicado nos jornais e revistas, e pelas “Escolas de Comunicação”. Onde nasceram e como as idéias de objetividade e neutralidade? Uma resposta possível: este texto jornalístico, esta linguagem fluente nos jornais surge com a estruturação da imprensa em forma de empresa/imprensa; empresas ligadas diretamente a determinada forma de organização da sociedade, o capitalismo. A linguagem da imprensa norte-americana se disseminando pelo mundo. A expansão de um Império e das idéias que o justificam (FAERMAN, 1977, p. 38).

No tópico 8, o autor afirma que a linguagem não pode ser pensada dentro dela mesma, e sim na relação com a sociedade em que adquire significado, em sua prática social, principal linha de pensamento da teoria da linguagem de Lefebvre¹³¹. A afirmação de que há uma linguagem do poder e uma de crítica ao poder também insinua caminhos para os veículos fora

¹³¹ Faerman, de acordo com os livros e reportagens lidos para a pesquisa, não leu Lefebvre, mas era ávido leitor e cita R. Barthes e suas considerações sobre a linguagem em sua obra.

da imprensa tradicional, erodindo um entendimento talvez estreito, a ser visto mais adiante, que marca o debate sobre o papel da imprensa alternativa/independente. A existência dos Policiais, dos Vigilantes do Texto, também coloca em cena o quanto o concebido (pelos manuais de redação, as regras, as chefias) subjuga, no jornalismo, o vivido (o olhar de quem “baixou para a realidade”, o olhar do repórter):

8 - Ainda a formação do repórter. A linguagem oficial da imprensa é defendida por muitos jornalistas. Ou não discutida. Ela é implantada nos jornais por jornalistas. Os Vigilantes do Texto. Às vezes, os Policiais do Texto. Uma arma na mão, a caneta. O direito que ganham de modificar o texto. O texto nasce do olhar do repórter sobre a realidade. Mas um olhar que não baixou para a realidade pode modificar as palavras. A defesa de uma linguagem. O esquecimento de que a “linguagem vem sempre de algum lugar”. De que a linguagem está sempre referida a uma classe social, a um grupo humano. E de que há uma linguagem do poder, como há uma linguagem de crítica ao poder. O quanto pode a linguagem do poder ser (sic) disseminar pela realidade (sic) toda, preenchendo até a linguagem dos sonhos, até se tornar uma linguagem aparentemente neutra e objetivo (sic)? A linguagem do poder alcançando até os espaços últimos do senso comum (sic). Pensar em tudo isto. E ainda analisar a forma como esta linguagem se confunde com a expressão jornalística¹³² (FAERMAN, 1977, p. 38).

O tópico 9 recoloca as possibilidades e limites da linguagem para captar a realidade no texto, “achar as palavras certas”, as que revelam, para descrever os múltiplos mundos e seres que se abrem ao jornalista e aos quais ele também se abre. O ato poético implica a saída da “abstração” e a necessidade de “saber ouvir” e “saber descrever”. A potência da fala está aí exposta:

9 - Saindo da abstração. Volto ao homem curvado sobre o rio. A responsabilidade que temos diante dele e daquele momento. A necessidade de saber ouvir e de saber descrever. A necessidade de uma linguagem que capte aquela realidade. O jargão jornalístico, economicista, sociologuês pode captar esta realidade? Mas é aquele homem que eu devo descrever, e não uma abstração. Será que é ser “literato” abrir meu mundo até aquele homem, absorver a sua realidade, a sua linguagem – achar as palavras certas para revelá-lo? E uma outra idéia: a relação entre as palavras que vão aparecendo na minha máquina e aquele homem (FAERMAN, 1977, p. 38).

¹³² Os erros do manifesto publicado no jornal *Versus* são corrigidos na edição do livro “Com as mãos sujas de sangue” (1979).

A questão da responsabilidade se relaciona com a compreensão de J. Agee, um dos jornalistas preferidos de Faerman, que, entre julho e agosto de 1936, durante a chamada Grande Depressão, viajou pelo centro-sul dos Estados Unidos, com o fotógrafo Walker Evans, para escrever um artigo sobre os colonos das plantações de algodão. A revista *Fortune*, que encomendou o artigo, o recusou por não o considerar adequado como reportagem, e Agee só publicou o texto em formato de livro no ano de 1941, com o título *Let us now praise famous men*, publicado no Brasil em 2009 como *Elogiemos os homens ilustres*. Matinas Suzuki Jr., no posfácio da edição brasileira, afirma que o livro de Agee é “(...) o mais estranho e o mais sincero monumento de uma época em ruínas” (SUZUKI Jr. in AGEE; EVANS, 2009, p. 454). No preâmbulo, Agee reflete sobre os limites entre a ficção e a realidade e a responsabilidade do jornalista, que atribui sentidos, mesmo os mais limitados, à realidade:

Em um romance, uma casa ou uma pessoa têm seu sentido, sua existência, integralmente graças ao escritor. Aqui, uma casa ou uma pessoa têm apenas o mais limitado de seus sentidos graças a mim: seu verdadeiro sentido é muito mais grandioso. É o fato de que *existem*, como seres verdadeiros, como vocês existem, como existo eu, e como nenhum personagem da imaginação pode jamais existir. Seu grande peso, mistério e dignidade estão neste fato (AGEE; EVANS, 2009, p. 29). [Com grifo no original]

O último tópico do manifesto de Faerman, em suas cinco linhas, talvez expresse, nas palavras de um jornalista e repórter brasileiro, tudo quanto Lefebvre quis fazer emergir em sua crítica da vida cotidiana: o esforço para pensar a totalidade em suas múltiplas contradições; a necessidade de revolucionar a linguagem e o espaço para revolucionar a sociedade; o cotidiano como o superficial onde, dialeticamente, capta-se o profundo; o ser humano como ser polivalente e polissensorial, potencialmente o homem total que Marx vislumbrou, mas mergulhado em uma vida cotidiana empobrecida e alienada. Não poderia ser outro o título que Faerman concede a este tópico:

11 - Manifesto de Libertação da Palavra. A busca de uma realidade implica numa linguagem capaz de captá-la. (...) Esta linguagem não é uma fuga. É o único caminho de (sic) nos levar à débil captação de uma sociedade e de suas contradições. E da única coisa que nos interessa: o ser humano sufocado em sua vontade de ser (FAERMAN, 1977, p. 38).

A reportagem analisada, assim como o manifesto, foram selecionados por Faerman para integrar o livro *Com as mãos sujas de sangue*, assim como outras 13 reportagens publicadas no *Jornal da Tarde* e no *Versus*. No texto introdutório do livro, intitulado *Confissões*, o jornalista remete o leitor a impressões sobre aquelas histórias e personagens reais que compõem a coletânea:

Ao lado dos seus amigos fotógrafos, foram muitas as viagens, o contato com pessoas que se perderam no tempo, –
Tanta gente que nunca mais ele verá.
Tanta gente com quem o repórter aprendeu as coisas mais importantes de sua vida.
Um sentimento: quando existirá algum mundo capaz de permitir que estas pessoas vivam?
[...] (FAERMAN, 1979, p. 26)

A resposta à pergunta, concretizada em sua obra, dá a dimensão crítica do jornalismo de Faerman e da potencialidade crítica do jornalismo em geral a partir do enfrentamento das limitações delineadas pelo próprio autor em seu manifesto. Entre as 13 reportagens selecionadas para o mencionado livro, analisam-se mais duas. A primeira, intitulada *Aqueles antigos xetas, agora sombras*, foi publicada originalmente no número 6 da revista *Versus*, de outubro/novembro de 1977, e faz uma prodigiosa relação entre tempo, espaço e linguagem (Figura 3).

Figura 3 - Reportagem do jornalista Marcos Faerman no jornal *Versus*

Uma narrativa de Marcos Faerman



AQUELES ANTIGOS XETÁS, AGORA SOMBRAS

De como uma tribo pré-histórica é destruída pela História. De como um velho cinegrafista é enfeitado por estes mortos.

I

O tempo não parou sobre a casa de Icel Kosak. O tempo caminhou, jogou sua poeira sobre as coisas e sobre as sombras das coisas. Escrevo esta história quatro anos depois de ter conhecido Kosak, sombra entre sombras. Onde está ele? Onde está o espaço enfeitado pelo destino dos índios que viveram milênios (talvez?) protegidos pelas florestas e pelas águas no meio das montanhas, e que a natureza ocultou, até 1956, numa região do Paraná.

II

Lembro de Kosak. Não esqueço de Kosak. Kosak e sua casa de sombras. Um velho. Falava um português engraçado. Falava coisas estranhas. A sua casa cheia de cenas xetás, até os ídolos da Moete estavam vivos. Usava obra de arte xetá nunca mais me abandonou, e eu sonhei com ela muitas vezes. Era um Deus negro. Negro como nunca tinha visto. Um ser que habitava os sonhos dos xetás. Nada sei sobre ele. Muito pouco sei sobre ele. Mas nunca mais esqueci aquele Deus e seus protegidos.

III

Kosak, Kosak, Kosak, no Paraná. Numa casa velha. No meio de gastos e fôcos. Cenas dos índios que morriam. Que morreram na hora em que ele, Kosak, apontou sua máquina de filmar sobre seus corpos. Kosak amava as cenas que tinha filmado. O primeiro contato com os xetás, 1956. Vinte anos atrás. O tempo mínimo - a migalha de tempo capaz de matar um universo.

IV

De matar um universo. O pequeno mundo daquela mata. O pequeno mundo daqueles homens. O pequeno mundo daqueles deuses. Ou não há um deus em cada homem? Ou não há um universo em cada um de nós? Ou não há tantos átomos, moléculas, partículas, naqueles corpos que sobem pelas árvores? Ou não há uma criatura, uma arte, uma ciência naquelas mãos adestradas na sobrevivência? Naquelas formigas que caminhavam pela Serra Dourada com seus corpos dourados? Por que o café avançou sobre aquela Serra e destruiu as árvores e os filhos das árvores? E onde eles iam subir com seus pés alados, se as árvores morriam? E onde eles iam buscar os frutos e as raízes se a terra e o sol morriam?

V

Kosak, tua câmera aprisionou aqueles corpos. Eu vi o filme colorido numa sala da Universidade. Eu vi as armadilhas para que eles se aproximassem, assustados, sorrindo. Eu vi as mãos, os pés, a cabeça, os seios dos meninos e das meninas e dos mais velhos. Da era da pedra e Lumière. O sorriso dos brancos e as frases doces e uma coisa estranha apontada para eles. Uma coisa que fazia um ruído. Uma coisa que os aprisionava para sempre em cenas que seriam lidas a mundos distantes. A isto chamamos de civilização.

VI

Kosak. O feiticeiro enfeitado. Eles ficaram presos na tua máquina. Tu ficaste preso na vida deles. Um surtilégio do Deus negro? Uma aura que vem das telas que tu pintaste? Os quadros que enchiam tua vida e davam luz às sombras de tua casa? Um europeu apaixonado pelos índios. Como os franceses do século dezoito? Um europeu cansado da decadência? Um homem que amava as caminhadas? Um homem que prolegia até as aranhas e os animais interiores?

32

VII

O ocidente tudo catalogou. O ocidente dividiu a ciência em categorias. O ocidente criou o racionalismo. O ocidente catalogou os homens. O ocidente dividiu as espécies humanas e não humanas em seres fragmentados. O ocidente matou na sua expansão a diversidade das coisas.

VIII

Mas o ocidente não era como Lennie, o grandalhão de Steinbeck, o grandalhão de **Ratos e Homens**, que matava de ternura, porque suas mãos eram muito grandes, e seu coração era muito grande, e ele queria apertar, apertar os pequenos coelhos e ratinhos, e matava. O ocidente não matou por ternura. Mas Kosak não era o ocidente. Kosak era, talvez, como Lennie.

IX

E seu coração ficou errando pelas selvas como os xetás, antes que a máquina cinematográfica os aprisionasse, e que, como um circo, eles passassem a ser levados pelo mundo a fora, nos congressos de professores, cientistas, críticos filhos de nossa civilização, que diziam que os xetás deviam ser protegidos, ou morriam. E a mesma civilização da câmera cinematográfica tinha criado tantas coisas! Tinha criado os luzes, que disparavam, às vezes, contra os xetás. Tinha criado doenças que matavam corpos desprotegidos. Tinha cercado a Serra dos Dourados e avançado sobre as terras da Serra.

X

A expansão. O progresso. O café. O Nescafé. Os colonos. Os braços sobre as enxadas. A procura de mais terras. A expansão. O progresso. O café. O Nescafé. A exportação. O PNB. A expansão. O progresso. Nada escaparia.

XI

Eram sessenta xetás? Eram cem xetás? Os xetás viviam na idade da pedra? Da pedra lascada. Erravam pelas selvas. Não plantavam. Colhiam. Pescavam. Os xetás eram semi-nômades. Eram coletores e caçadores. Pescavam com flechas. Linhas sem anzóis, a isca na ponta. Larvas de besouro. Abelhas. Favos de mel. A palmeira! Voar pelas palmeiras! Atletas maravilhosos. Mãos de pássaros. Pés de centopéias. A palmeira! A grande escalada! (A câmera filmando). Armadilhas de laço de cipó, para pegar a irmãia Anta. Bananas. Erva mate.

XII

Espantoso não foi a morte. Espantoso foi vê-los subindo pelas palmeiras. Uma sala da Universidade. Meninos e meninas. Uma professora falando. Assim eram eles. Conversinhas. Assim eram eles. Conversinhas. Alguém está comovido. Alguém está rindo. O filme de Kosak. Uma pergunta, professora. O filme termina. Todo mundo vai comer cachorro-quente.

XIII

Ali, ninguém ficou enfeitiçado. Kosak, sim. Mas ele deixou tudo. Ele teve nojo de tudo. Foi viver com suas sombras. Pensava nas pequenas cabanas nas clareiras da Serra Dourada. Nos acampamentos de caça. Os xetás que eram absorvidos pelas fazendas ou pelas

covas rasas. As mulheres douradas da Serra Dourada. As flechas douradas pelas penas douradas.

XIV

Num tempo qualquer. Uma filhinha de xetás errando pelas selvas pré-históricas. Uma civilização que atravessa as selvas pré-históricas, até que a História cete esta caminhada.

XV

Kosak, em casa escura, falava para os homens e para as aranhas sobre os xetás que iam desaparecendo. Em 72, eram tão poucos. Quatro? Cinco? Uma xetá que casou com um guarani? Uma mulher estéril? Duas crianças? Um rapaz que trabalhava num posto de gasolina? Havia um sortilégio. Um feitiço. Um medo. Os xetás pesavam sobre a consciência de uma civilização. Falava-se com temor nestes habitantes não mais das selvas mas de covas rasas, cavadas perto de árvores.

XVI

As mãos dos xetás eram bonitas e reproduziam num cera escura extraída das colméias os animais que os cercavam. Eram gênios do realismo, apenas. Em um silêncio de tempo antigo, eu e Kosak olhamos a cabeça de um sapo.

XVII

O que eles tocavam na Flauta de Pan? O que eles tocavam na flauta de taquara? Que som foi este que morreu com eles? Nós não morremos com a morte deste som? Os Beatles eram melhores do que os xetás?

XVIII

Eu vi os meninos xetás brincando na terra, na tela. Eu vi os seios das meninas xetás. Eu vi os corpos delgados e duros. Eu vi a boca de uma velha índia. E hoje estas caras e estes corpos me acompanham.

XIX

Um dia, alguns jornais falaram que em poucos anos uma tribo que havia sido contactada pela civilização nos anos cinquenta estava reduzida ao sexo morto de uma índia estéril. Escrevo na linguagem de jornal: «contactada». Os ameríndios contactados, vocês entendem? Fui ao Paraná. Curitiba. Uma cidade no domingo. Um dia quente, perdido. A busca dos xetás, na Universidade. O filme. A casa de Kosak. As pessoas assustadas. O medo de falar nos xetás. A casa escura de Kosak e as cenas coloridas ficaram. Mas não poderei falar com os últimos xetás. A mesma civilização que os destruiu os poupava do necrólogo. Eu era um acusado em potencial de carregar uma gripe que poderia matá-los. Mas eles estavam mortos! Eu não queria falar com os vivos, eu queria os fantasmas. Mas eu não estava gripado! Ah, você precisa de uma licença especial, que vem de muito longe, de muito de cima. Este assunto não deve ser tocado, rapaz. Dias de espera em Curitiba. A casa de Kosak, os filmes, as telas na casa de Kosak, sonhos com os fantasmas dos índios.

XX

Sonhos com Moesil. Um ser das forças do Mal. Negro. Negro. Negro. O ser mais triste do mundo. O

que é um Deus do Mal, se os seus filhos já morreram? Um ser morto em sua inércia, em sua inutilidade. O ser moldado pelas mãos da floresta, que gritavam em seus sonhos. Um ser escurecido, além dos mortos a lembrar aos vivos castigos. O Deus do mal que sobreviveu aos seus criadores. Mas os xetás sobreviveram através dele e agora estavam invadindo a nossa vida, também!

XXI

Moesil. Kosak. Moesil. Kosak. Kosak falando nos morcegos pequenos. Por que os xetás não comiam morcegos pequenos? Kosak se perguntava isto. Kosak perguntava isto aos xetás.

— Por que, Kosak? — eu pergunto.
— Ah, vocês sempre querem saber num minuto o que eu levei cem anos para aprender.
(Entendi que Kosak não era mais um europeu. Era um xetá).

— Eu levei cem anos para entender... Mas ouça esta frase. É a maior lição que poderia dar: sempre, onde há fumaça, há fogo. **Eu estou ensinando isto para soéé.** (Olho para Moesil). Os índios me disseram que os morcegos pequenos trazem doenças, morte. Isto é verdade. Onde há fumaça, há fogo. Estes índios se perdem no tempo. Têm mil anos, dois mil anos, mais de dois mil anos. Num tempo passado, devem ter vivido grande desgraça. Alguma desgraça com os morcegos. Alguma desgraça com os morcegos. Eles me lembram continente submerso. Mu, o continente submerso de Mu. Coisas perdidas. Não sou eu que vou saber deste tempo. Mu, Mu, Coisas perdidas. Não sou eu que vou saber deste tempo. Depois guardaram para sempre a crença de que os morcegos menores trazem a morte. Mas agora eles morreram. Eu pegava na cera e dizia a eles, o que vocês podem fazer com isto? Eles riam e começavam a trabalhar. Assim eles faziam. Eu sabia lidar com aqueles bichinhos, eu sabia... Agora, não adianta mais, eles estão mortos. (Os bichinhos moldavam morcegos de grandes asas, coatis, macacos, e eu vi o brinquedo de uma criança xetá, uma criança xetá, uma criança xetá, um sapinho com uma espécie de cordão na ponta, e as figuras negras de animais, peixes, árvores), agora eles estão mortos, mortos, mortos, é preciso pensar nos outros índios, nos outros, agora estão construindo estradas por suas terras, é preciso pensar nos que estão vivos...
— Doutor Kosak, os xetás, os xetás, doutor Kosak...
— Não se apaixone porque eles não existem mais.

Histórico-Notícias da presença de índios selvagens na região houve desde que, no ano de 1849, iniciou-se a penetração na área da Serra dos Dourados, tendo em mira sua divisão em glebas por uma organização constituída por elementos de origem nipônica.

Em 1902, é apanhado um pequeno índio de cerca de 10 anos de idade. [...] Em 1905, após longas passadas um grupo indígena interiere constantemente junto aos ranchos da fazenda Santa Rosa. Em outubro de 1905, a Cátedra de Antropologia da Universidade do Paraná faz uma expedição à região, no decorso da qual se depara com oito acampamentos, em alguns dos quais os indígenas haviam abandonado seu instrumental lítico e ósseo. Em fevereiro de 1906, a Seção de Antropologia da UP organiza outra expedição à Serra dos Dourados, onde na selva consegue realizar dois contatos com grupos indígenas dos quais os civisistas nunca haviam podido aproximar-se.

Geografia-A floresta da Serra dos Dourados, no noroeste do Paraná, na verdade representou até o início da segunda metade do século um deserto necessário em que, devido às condições locais, pôde sobreviver esse grupo étnico.

Semi-nômades-Os xetás erram pelas matas, consagrados particularmente à obtenção dos produtos florestais necessários à sua vida, pois constituem um grupo étnico coletor e caçador e é extremamente difícil encontrá-los.

<p>FRADIM a revista mensal do HENFIL nas bancas</p>	<p>Café Paris</p>  <p>LIVRARIA AVANÇO</p> <p>ROSALEMEIR FERREIRA - 2-19 BUTANTÁ</p> <p>O SEU ENCONTRO COM GENTE, CAFÉ E LIVROS</p>	<p>NÓS MULHERES SAIU O NÚMERO DOIS</p>
---	---	---

Reportagem *Aqueles antigos xetás, agora sombras*. Data: out./nov. 1977

Fonte: <http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/Versus06.html?vis=facsimile>

A reportagem fala sobre o extermínio dos índios xeta, que viviam na Serra dos Dourados, noroeste do Paraná, em meados do século passado¹³³. Sua escrita pode constituir um cronotopo do desaparecimento/desaparição que caracteriza a larga memória jornalística sobre o assassinato das populações indígenas, quilombolas e negras brasileiras a estender-se até a atualidade. O texto é tomado por interrogações porque, praticamente dizimada, a existência dos xeta deixou vestígios apenas nas imagens do europeu que os fotografou e filmou, procurado por Faerman para fazer a reportagem. A abertura do texto reflete as imprecisões da memória do entrevistado sobre um espaço e os seres que o habitaram num tempo que os consumiu e não se deteve:

O tempo não parou sobre a casa de Iczl Kosak. O tempo caminhou, jogou sua poeira sobre as coisas e sobre a sombra das coisas. Escrevo esta história quatro anos depois de ter conhecido Kosak, sombra entre sombras. Onde está ele? Onde está o europeu enfeitiçado pelo destino dos índios que viveram milênios (talvez?) protegidos pelas florestas e pelas águas no meio das montanhas, e que a natureza ocultou, até 1956, numa região do Paraná (FAERMAN, 1977, p. 32).

Em cinco linhas, Faerman também captura os motivos pelos quais os xeta e sua Serra foram arrasados. Nelas, de uma laçada, vislumbra-se o ciclo histórico inescapável de produção agrícola do Brasil, em seu ritmo incessante e voraz, engolindo terra e trabalho em nome do progresso, na frase simbolizado pelo Nescafé, um produto industrializado do café:

A expansão. O progresso. O café. O Nescafé. Os colonos. Os braços sobre as enxadas. A procura de mais terras. A expansão. O progresso. O café. O Nescafé. A exportação. O PNB. A expansão. O progresso. Nada escaparia (FAERMAN, 1977, p. 33).

O jornalista descreve as práticas espaciais desaparecidas dos xeta somente pelas imagens que o europeu capturou 20 anos antes da entrevista. Um intervalo talvez curto de tempo, mas, atravessando um espaço concebido para expansão agrícola, foi o “(...) tempo mínimo – a migalha de tempo capaz de matar um universo” (FAERMAN, 1977, p. 32).

Um dos mais belos momentos desta tocante reportagem, em si mesma uma Obra jornalística – uma entre várias outras escritas por Faerman – é a sua comovedora percepção da inutilidade da permanência de um espaço de representação quando estão mortos os que, no

¹³³ Passados mais de 40 anos desde a reportagem de Faerman, muito se escreveu sobre a terrível história dos xeta, como é possível verificar na internet. Mas, entre os textos disponíveis, o de Faerman se destaca pela pugência de seu relato.

espaço vivido, davam-lhe significado. No início do texto, o jornalista conta que a casa do europeu estava cheia de cenas xeta e de seus ídolos da morte, pequenas obras de arte, e uma delas nunca mais abandonou Faerman. Até em seus sonhos aparecia. Era um Deus negro, Moeul, que também habitava os sonhos dos xeta. Faerman volta a ele no final do texto:

Sonhos com Moeul. Um ser das forças do Mal. Negro. Negro. Negro. O ser mais triste do mundo. O que é um Deus do Mal, se os seus filhos já morreram? Um ser morto em sua inércia, em sua inutilidade. O ser moldado pelas mãos da floresta, que gritavam em seus sonhos. Um ser encurvado, alma dos mortos a lembrar os vivos castigos. O Deus do mal que sobreviveu aos seus criadores (...) (FAERMAN, 1977, p. 33).

Outro conjunto de textos exemplares para desenvolver os cronotopos no jornalismo a partir da dimensão do singular como materialização privilegiada do tempo no espaço é a reportagem que Faerman fez para o *Jornal da Tarde* sobre a tragédia da seca no sertão nordestino, série iniciada na edição de 16 de janeiro de 1976, tendo continuidade ao longo daquele mês (Figura 4).

Figura 4 - Reportagem do jornalista Marcos Faerman no *Jornal da Tarde* (2)

4 - JORNAL DA TARDE

Sexta-feira, 15-11-51 - O ESTADO DE SÃO PAULO

A SECA, A FOME, A TRAGÉDIA DO SERTÃO.

Por Marcos Faerman (diários e Relato de Freitas Inácio, contos de especialistas)





1

Por onde se encontra o sertão? Para quem não conhece o sertão brasileiro, a pergunta é válida. Mas para quem conhece, a resposta é óbvia: o sertão brasileiro é o sertão do Nordeste. É o sertão que vive a seca, a fome, a tragédia.

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

A SECA, A FOME, A TRAGÉDIA DO SERTÃO.

Por Marcos Faerman (texto) e Bolendo de Freitas (fotos), enviados especiais.



12

Uma mulher e duas crianças. Ela está sentada no chão, com as crianças ao lado dela. Elas estão em um ambiente muito seco e desolado.

13

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

14

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

15

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

16

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

17

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

18

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

19

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

20

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

21

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

22

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

23

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

24

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

25

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

26

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

27

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

28

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

29

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

30

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

31

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.



32

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

33

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

34

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

35

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

36

Um homem e uma mulher estão sentados no chão. O homem está segurando uma criança. Eles estão em um ambiente muito seco e desolado.

Para o ministro, não há seca, "mas Deus queira que chova".

Em meio a uma seca que chegou de...

Em meio a uma seca que chegou de...

Em meio a uma seca que chegou de...

Em meio a uma seca que chegou de...

Reportagem A seca, a fome, a tragédia do sertão. Data: 16 jan. 1976

Fonte: http://www.marcosfaerman.jor.br/1976_01_16_SecaFome.html?vis=facsimile

A primeira reportagem da série, em duas páginas, é dividida em 23 fragmentos numerados e uma retranca com declarações de fontes oficiais. Faerman chega a um dos municípios, Irecê, nos dias em que um avião pulverizava as nuvens para tentar provocar chuva. Cada fragmento captura a angústia, a esperança, até o medo de a chuva tão aguardada inundar a cidade toda. O ir e vir de gente e de bicho naquele espaço arrasado não cessa porque é preciso de algum modo encontrar água e comida, mesmo que as autoridades entrevistadas por Faerman afirmem não haver seca, e sim “falta de chuvas”. Há fragmentos que trazem o passado ao presente pela memória dos velhos que sobreviveram a outra seca, a de 1932. Cada ligeira descrição de pessoas ou de lugares e cada breve narrativa contam o esforço quase insuportável de sobreviver num espaço que, antes de acometido pela seca, era motivo de orgulho para o povo de Irecê. Faerman percebe que os conceitos geográficos nada mais definem naquela natureza modificada:

Pra onde o senhor vai, moço? Para Irecê? Irecê não existe mais, Irecê acabou.

Foi o que ouvi de um caboclo magro, chapéu de palha caído nos olhos, malinha na mão, numa tarde quente, nenhuma nuvem no céu.

Estávamos perto de Irecê, na estrada de asfalto que vem de Feira de Santana. A cada quilômetro, no sentido de Irecê, o calor aumentava, as nuvens diminuíam, ralas, um céu azul.

Pertinho de Irecê, um grupo de homens conversava, e um deles dizia para a incredulidade dos outros, que naquela noite... ele tinha visto “relâmpagos no céu”!

– No horizonte?

– É, no horizonte; uns relâmpagos, pensei em chuva.

– Chuva... – disse o outro.

– Jesus, tem hora que penso que **nunca mais** vai chover.

Um caboclo olhou para o outro e disse:

– Olha os pássaros.

Estavam voando para longe de Irecê.

2

Irecê do sertão. Irecê da seca.

Não é uma cidade tão pequena como se imagina. Lembra algumas cidades de São Paulo. É um lugar atarefado, orgulhoso de suas toneladas de feijão, de mamona. “A maior produtora de feijão do Nordeste”, ouve-se na prefeitura. “Exportamos para cinco estados brasileiros”. Uma cidade que lidera uma região, com doze municípios, todos os feijão (sic), do milho e da mamona. Uma região em que a natureza alterou todos os conceitos geográficos.

Os rios não têm água.

Os lagos não têm águas.

Os olhos d’água não têm água.

Uma menininha de quatro anos chamada Cláudia vê um estranho na cidade, vem e pergunta a ele:

– Moço, você é da chuva?

[...]

15

Muita gente fala desta seca, fala de 32.

Gerações e gerações cresceram em Irecê ouvindo os mais velhos falarem da “seca de 32”. Ninguém imaginava que isto poderia se repetir. Os velhos acham que aquela seca foi pior.

Dona Ana Tertulina Dourado, “mais de 80 anos”, vai até a janela e começa a olhar as nuvens, “uns fiapinhos de nuvens que não podem ter chuvas” e que lembram as nuvens de 32.

Aquela seca também chegou de mansinho. Quando ela foi embora, tinha levado consigo muita gente. Irecê era despovoada. As pessoas, que viviam nas poucas casas, foram acudidas de fora. Mas os burros que chegavam com algum alimento, morriam em Irecê, por falta de ração. Teve gente que fugiu para a beirada de rios longínquos. Quem chegou, chegou, mas muitos morreram no caminho, de sede e fome. Quem sobreviveu foi à custa de planta bravia, que ninguém nunca pensa comer. Plantas que têm gosto de nada.

As misérias, os mortos de 32 ficaram pairando sobre Irecê.

[...] (FAERMAN, 16 jan. 1976, p. 14-15). [Com grifos no original]

Faerman vai à Feira de Irecê, onde todos os moradores se encontram para comprar e vender mercadorias, e lá anota diálogos múltiplos e desconexos, as vozes da feira, um filosofar do desespero ansioso por ser registrado pelo “reportista” vindo de tão longe. Na feira, misturam-se sabedoria popular, laivos de ciência, ditos, causos antigos, tudo para dar algum sentido ao desespero e ao que ele provoca nas pessoas:

9

As vozes da Feira de Irecê:

– Tudo em paz compadre?

– **Com este tempo, compadre?**

– Estou bem porque estou em paz, compadre.

– **Mas e o tempo, compadre?**

– É: assim ninguém está bem.

– **Dizem que o Planeta de agora é igual ao de 32.**

(Mais à frente falo de 32)

– **Foi brabo aquilo, brabo.**

– Dizem que o Planeta é igual.

– Só quero que Deus não me mate de fome.

– **Amém.**

– Uma esmola para o cego Pedro! Uma esmola! Amor de Deeuuus.

– **Espera outra Era, cego, espera.**

– Mas dá para esperar?

- **Não.**
 - Toda a lavoura perdida.
 - **Tudinho mesmo.**
 - Todo povo sofrendo.
 - **E o criatório sofrendo.**
 - O que é que aquele ali está anotando?
 - **É reportista de São Paulo! Reportista, aqui, imagine.**
 - Pois escreve, seu reportista, diz que a gente está sofrendo, que a gente precisa de ajuda.
 - **E que a esperança da gente está na chuva que não vem.**
 - Pode dizer que o avião não traz chuva.
 - **Deus marcou decreto, adianta o homem querer diferente?**
 - Eles precisam de nuvem para fazer chover.
 - **Nuvem é coisa de Deus.**
 - Tem quatro, cinco dias que eles passam voando sobre a minha terrinha.
 - **Deus não quer, santo não fala.**
 - E tem gente que passa o dia inteiro sem comer, pode escrever seu reportista.
 - **Um homem precisa de uma merenda!**
 - Quem vai garantir nossa merenda? Não temos culpa de não chover! Somos gente de trabalho!
 - Precisamos de muita ajuda agora. Se não vier agora, trinta por cento vai é morrer de fome.
- Aí começa uma discussão. Muita gente se aproximou do **reportista** e dos homens que estão falando com ele. Calças remendadas. Calças surradas. Camisas poídas (sic). Marca da poeira das estradas do interior de Irecê. Começa uma discussão. Que lugar vai bem? Que lugar vai mal?
- Pior é o município de Irecê.
 - **E Central? Central não tem nem água!**
 - Jussara também não tem nada:
 - **Olha, moço, tudo por aqui vai mal. O custo de vida aumentou. Tudo subiu, o dinheiro encurtou, que é que se faz? Feijão tá a sete cruzeiros o quilo; farinha tá a três contos, dá para viver?**
 - Não dá. E lá no Rio Verde tem muita gente morrendo de fome.
- O avião passa no céu. Alguém ri. Outro homem, senhor de idade, diz que a ciência mais importante é a **ciência dos planetas**; os planetas é que mandam na Terra. Toda ciência é boa se os planetas ajuda (sic).
- Filosofar de velho, que é interrompido quando começa a correria atrás de um ladrãozinho que foge do meio das barracas, derrubando prato de feijão com farinha da mão de um caboclo que sai correndo também atrás dele.
- “Tempo ruim dá muito ladrão”, diz um senhor. E começa a contar uma história para ilustrar a frase.
- Pois eu conheço lá na Paraíba um vaqueiro que matou uma criança do patrão. O patrão se vingou. Botou veneno na farinha da casa do vaqueiro e matou cinco filhos do vaqueiro. Tempo ruim dá muito ladrão, muito assassino. Sorte que o povo daqui é bem pacífico.
- [...] (FAERMAN, 16 jan. 1976, p. 14). [Com grifos no original]

Como em outras reportagens que fez, Faerman apreende as características essenciais do espaço a partir do que nele significam as ações humanas. Nos textos sobre a viagem ao sertão nordestino, revela como cada dia tem seu tempo consumido para, de algum modo,

abrir-se para a fuga para outro espaço, qualquer espaço: “Para muitos, o futuro, pelo menos agora está **fora** da região na linha de um horizonte que pode ser próximo ou longínquo. As estradas estão cheias de gente que parte” (FAERMAN, 16 jan. 1976, p. 15, com grifo no original). A seca interditou as práticas espaciais – na rocinha preparadinha, no lugarzinho, nas casinhas, que aparecem no diminutivo, assim o repórter ouve e registra. E impõe-se, acima de pessoas e bichos, na fuga daquele lugar arrasado, que se salvem as mercadorias, como evidencia o fragmento final da reportagem que abre a série:

23

Um homem chega aos quarenta anos de idade, com mulher, oito filhos, uma mala, uma mesa, uma mochila.
 Tinha um cachorro, mas o cachorro ficou.
 Outro homem chega aos trinta e seis anos, com mulher e quatro filhos, e mais duas malas, uma mesa.
 Este aí, perdeu um casal de periquitos.
 Os dois chamam-se José Francisco e estão, com tudo o que vêm (sic), no alto de um caminhão, confundidos com a mercadoria que está sendo levada para uma cidadezinha de Pernambuco. A diferença é que a mercadoria é protegida por uma lona.
 São dezesseis pessoas no alto de um caminhão, num dia de muito sol, e a viagem é comprida.
 Estão com medo da Polícia mandar eles descerem na metade do caminho.
 Andarão horas e horas, em cima do caminhão, olhando as plantações queimadas pelo sol, dos dois lados da estrada. Não avistarão nada: nem gente, nem bicho (FAERMAN, 16 jan. 1976, p. 15).

Como último exemplo desta teia espaço-temporal criada por Faerman na escrita jornalística, transcreve-se um fragmento do texto intitulado “Os homens tentam salvar o boi. E quem salva os homens?”, publicado na edição de 23 de janeiro de 1976 dentro da série de reportagens sobre a seca. Em suas andanças sertão adentro, o repórter chega a uma fazenda e lá flagra, em meio aos mandacarus espinhentos, a mais desesperada tentativa de manter a vida naquele espaço arrasado onde a seca matou as fontes de água:

O vigia da noite é o tetéu. E ele que fica, numa perna só, protegendo o sono de todos. E às nove horas, já se dorme nestas lonjuras de sertão, aqui em Parnamirim. Mas o sono da época de hoje, é muito diverso do de outras eras. Na fazendinha de seu Odilo, o medo substituiu a alegria; o sono se fez leve, esperando o canto do pássaro tetéu, o vigia da noite.
 [...]

Mas estas são histórias do passado. A desgraça de hoje não é o Lampião, é a seca. Ela que matou o sossego das noites, que faz todos ficarem mais alertas ao canto do tetéu. Porque é à noite, que o perigo vem.

MAS QUE PERIGO É ESTE?

O perigo é a morte do boi, sufocado, caído na terra rachada, deitado de mau jeito, as narinas enfiadas na areia seca, o pescoço incapaz de escolher, pela fraqueza de todo o corpo, uma posição melhor.

Entramos na fazenda de seu Odilo. Seu filho João é nosso guia. Há um boi caído no chão, de pura fraqueza. A sua cabeça está tombada na areia. Não. As chuvas leves que caem na região, não eliminam o sofrimento do gado. Em Parnamirim, há, ainda, uma aguinha salobra. Pelo menos os bichos podem beber esta aguinha. O que matou o vigor de bois e vacas foi a morte do capim. A morte das ervas que eles apreciam. O corpo destes pesados animais foi se fazendo mais e mais fraco. O vai (sic) ser deles? – pergunto ao sertanejo João.

E O CABOCLO COMEÇOU A FALAR:

"É preciso cuidar deles; é preciso olhar para eles; é preciso. Eles só vivem se nós levamos para eles algum a coisa para comer. Olha aquele bichinho ali." Vejo o filhote de uma vaca.

"Pois é. A gente, todos os dias, leva uma mamadeirinha a ela, dá um pouquinho de leite; cuida; cuida muito; dá água na boca também, porque a água está longe; a mãe dela não tem leite, é aquele bicho ali."

E João aponta para uma grande vaca, sem carnes, osso puro, osso e pele, presa a uma árvore por cinturões de couro. Os cinturões passam por baixo da vaca e sobem até a árvore – ela mal se movimenta nesta tarde seca, abafada, sem nuvens e cheia de moscas. A vaca, João me conta, assim está há três meses. Noventa dias presa, imobilizada, impedida de fazer o que seu corpo quer: cair no chão, descansar. A vaca foi amarrada à árvore pelos homens, que não querem que ela morra. Mas se ela cair – diz João – pode nunca mais levantar.

[...] (FAERMAN, 23 jan. 1976, p. 17). [Com grifos no original]

Os sertanejos sedentos, conta o repórter, acariciam o gado, fazem o possível para evitar aquelas mortes. No seu contar esse fato singular e também as inúteis tratativas dos sertanejos junto aos gerentes dos bancos para evitar a perda das terras, o texto abre-se a sentidos infinitos, epopéias não contadas, histórias, diz o jornalista, que o sertão esconde. São inúmeras as reportagens de Faerman que revelam a compreensão até aqui explorada sobre a relação indissociável do tempo e o espaço, a irrupção do singular, do irrepetível na vida cotidiana, a necessidade de revirar a linguagem para dar conta dessa totalidade. Claudio Willer, no prefácio do livro *Com as mãos sujas de sangue*, apreende o alcance do trabalho de Faerman, afirmando que a reportagem, "(...) bem como as demais formas de linguagem e de

registro dos fatos, apenas levantam a ponta do véu, selecionando e privilegiando algum fragmento de uma totalidade” (Willer in FAERMAN, 1979, p. 15):

O verdadeiramente inquietante, para Faerman, não é o que ele está relatando, porém o restante, o não-dito, o escamoteado e o indizível. Não estamos diante de um jornalista empenhado em garantir a boa consciência e a paz de espírito dos leitores, deixando-os repousar na crença de que estão sendo informados de alguma coisa: Faerman é o repórter do não-fato, da anti-reportagem, das dúvidas e vazios no texto. Este questionamento do alcance da reportagem faz com que o texto exerça ao mesmo tempo uma função meta-lingüística, de crítica do jornalismo, e, em termos mais gerais, de crítica e relativização das nossas categorias de conhecimento (Willer in FAERMAN, 1979, p. 15).

Willer também menciona o tema da errância no conjunto da obra de Faerman, das pessoas que vagam sem chegar a lugar nenhum, as que encontram um espaço mínimo e dele são expulsas, os seres sediados no não-lugar, onde a miséria é absoluta, e os lugares que acabaram de vez depois de desastres e tragédias (Willer in FAERMAN, 1979, 17-18). O prefácio realça ainda o papel da fala, citando a raiz comum ao jornalismo e à narrativa de ficção: “(...) a poesia épica de transmissão oral, como sua função de preservar a memória e a identidade cultural dos povos, e o relato histórico” (Willer in FAERMAN, 1979, p. 19).

Se na literatura o cronotopo da estrada tem grande significado, possibilitando encontros e aventuras, é possível afirmar que seja a errância um dos mais significativos cronotopos da obra de Faerman e do jornalismo. No espaço-tempo das grandes cidades, a errância apanha as populações em situação de rua, os boias-frias à incessante procura de alguma ocupação, os trabalhadores em longas viagens no trajeto casa-trabalho, os milhões de entregadores com jornadas de 12, 14 horas por dia, as famílias em incessante busca de lugar para morar, as populações indígenas, negras e quilombolas com seus territórios continuamente ameaçados. A errância sem descanso também vitima as caravanas de migrantes e imigrantes fugindo de guerras e buscando sobreviver em todos os continentes.

Atento a esses temas, Faerman produziu sua obra tanto na grande imprensa, como era o caso do *Jornal da Tarde*, quanto na imprensa alternativa, como o *Versus*. Praticamente todas as reportagens selecionadas para o livro *Com as mãos sujas de sangue* tem um traço distintivo, o de conter nelas – no sentido de um dique, como assinala Lefebvre – o tempo, mas também o *espaço*, eternizando-o. A reportagem sobre um despejo da Favela do Sapo, onde um poeta vive no menor casebre e guarda seus escritos em uma caixa de biscoitos, conta, pela

singularidade daquele poeta, na particularidade daquele despejo, a condição dramática de todas as pessoas impedidas de estar no mundo. E revela que, mesmo na mais desgraçada vida cotidiana, o ser humano é capaz de fazer poesia e criar beleza. A reportagem “Gênesis”, sobre uma favela criminosamente incendiada, é um testemunho sobre a coragem no desespero neste Brasil onde as favelas continuam ardendo. Porque a vida é mais forte do que qualquer coisa, mais forte do que o fogo e a água, palavras que Faerman ouve de um morador da favela escritas no primeiro parágrafo do texto. E ainda outra, intitulada “Histórias de uma aldeia visitada pelo medo”, sobre a expulsão dos caiçaras em Paraty para a construção de um empreendimento imobiliário. A obra de Faerman, testemunho de espaços destruídos, espaços desaparecidos, espaços reconstruídos onde seres tentam sobreviver, evidencia o quanto a compreensão do espaço na teoria aqui desenvolvida – de tensão entre o percebido, o concebido e o vivido e o necessário desvendamento da ideologia e das representações que os envolvem – tem a contribuir para o jornalismo, incorporando a perspectiva crítica de Genro Filho. Essa perspectiva tem, como já visto, uma relação inescapável com a vida cotidiana, em sua miséria/riqueza, dimensão onde o novo irrompe e permite compreender a sociedade em seu movimento, onde o singular pode ser a materialização privilegiada do tempo no espaço. É mais uma vez das reflexões de Bakhtin sobre o cronotopo na literatura que se abrem potencialidades no jornalismo:

A aptidão para ver o tempo, para ler o tempo no espaço, e, simultaneamente, para perceber o preenchimento do espaço como um todo em formação, como um acontecimento, e não como um pano de fundo imutável ou como um dado preestabelecido. A aptidão para ler, em tudo – tanto na natureza quanto nos costumes do homem e até nas suas idéias (nos seus conceitos abstratos) –, os indícios da marcha do tempo. O tempo se revela acima de tudo na natureza: no movimento do sol e das estrelas, no canto do galo, nos indícios sensíveis e visuais das estações do ano. Tudo isso é relacionado com os momentos que lhe correspondem na vida do homem (com seus costumes, sua atividade, seu trabalho) e que constituem o tempo cíclico. O crescimento das árvores e do rebanho, as idades do homem, todos eles indícios visíveis que se referem a períodos mais amplos. Por outro lado, teremos os sinais visíveis, mais complexos, do tempo histórico propriamente dito, as marcas visíveis da atividade criadora do homem, as marcas impressas por sua mão e por seu espírito: cidades, ruas, casas, obras de arte e de técnica, estrutura social, etc. O artista decifra nelas os desígnios mais complexos do homem, das gerações, das épocas, dos povos, dos grupos e das classes sociais. O trabalho dos olhos que vêem combina-se aqui com um processo muito complexo do pensamento. Quaisquer que sejam, porém, o nível de profundidade e o grau de generalização desse processo cognitivo, este nunca se separa totalmente do trabalho a que se dedicam os olhos, não se separa do indicio sensível e concreto, não se separa da palavra viva e imaginativa. Por fim, temos as contradições sócio-econômicas – essas forças motrizes da

evolução – que vão do contraste elementar, imediatamente visível (a diversidade social do país natal tal como a observamos da estrada) até as manifestações mais profundas e complexas tais como aparecem nas relações e nas idéias do homem. Essas contradições abrem necessariamente uma janela para o tempo futuro. E quanto mais profundamente se revelarem essas contradições, mais plena e substancial será a visão do tempo através das imagens do artista-romancista (BAKHTIN, 1997, p. 244-5).

Para ampliar as possibilidades de compreensão do espaço e da vida cotidiana pensados na perspectiva do artista-jornalista – tal como no artista-romancista de Bakhtin –, buscam-se elementos em outro jornalista e escritor brasileiro, João Antônio Ferreira Filho, mais conhecido com João Antônio, que publicou um manifesto intitulado “Corpo-a-Corpo com a Vida” no final de um dos seus livros, *Malhação do Judas Carioca*. (1975). Como os de Faerman, os livros de João Antônio continham textos publicados em jornais e revistas, entre elas *Realidade*, a grande referência do jornalismo de revista no Brasil. No manifesto, de 1975, ele já fazia a crítica da ausência das realidades brasileiras – a vida cotidiana – no jornalismo:

O de que carecemos, em essência, é o levantamento de realidades brasileiras, vistas de dentro para fora. Necessidade de que assumamos o compromisso com o fato de escrever sem nos distanciarmos do povo e da terra. O que é diferente de publicar livros, e muito. Daí saltarem dois flagrantes vergonhosos – o nosso distanciamento de uma literatura que reflita a vida brasileira, o futebol, a umbanda, a vida operária e fabril, o êxodo rural, a habitação, a saúde, a vida política, aquela faixa toda a que talvez se possa chamar radiografias brasileiras (...) (ANTÔNIO, 1975, p. 143-4). [Com grifos no original]

João Antônio afirma que, no Brasil, muitos escritores “(...) firmaram um compromisso sério com o fato social, com o povo e a terra” (ANTÔNIO, 1975, p. 144, com grifos no original), como Lima Barreto, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Oswald de Andrade e Manuel Antônio de Almeida: “Precisamos de uma literatura? Precisamos. Mas de uma arte literária, como de um teatro, de um cinema, de um jornalismo que firam, penetrem, compreendam, exponham, descarnem as nossas áreas de vida” (ANTÔNIO, 1975, p. 145, com grifos no original). Para ele, o livro então lançado, *Malhação do Judas Carioca*, era “coisa viva” porque via as pessoas ali retratadas “(...) do ponto de vista deles mesmos. E não do escritor” (ANTÔNIO, 1975, p. 150, com grifos no original). A vida cotidiana, onde está, como diz Lefebvre, o homem empírico e a possibilidade de realização da totalidade do humano, esperava os jornalistas:

A desconhecida vida de nossas favelas, local onde mais se canta e onde mais existe um espírito comunitário; a inédita vida industrial; os nossos subúrbios escondendo quase sempre setenta e cinco por cento de nossas populações urbanas; os nossos interiores – os nossos intestinos, enfim, onde estão em nossa literatura? Em seus lugares não estarão colocados os realismos fantásticos, as semiologias translúcidas, os hipermodelismos pansexuais, os supra-realismos hermenêuticos, os lambuzados estruturalismos processuais? Enquanto isso, os aspectos da vida brasileira estão aí, inéditos, não tocados, deixados pra lá, adiados eternamente e aguardando os comunicadores, artistas e intérpretes.

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que se rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma (ANTÔNIO, 1975, p. 146). [Com grifos no original]

Cabe ressaltar um importante aspecto da produção de João Antônio. Ele teve classificado como *conto-reportagem* o texto “Um dia no cais”, de 16 páginas, publicado na edição de número 30 (setembro de 1968) da revista *Realidade* e também no livro *Malhação do Judas Carioca*. Trata-se de um texto já estudado em pesquisas acadêmicas por ser, destaca Lopes (2018), inaugural dessa “híbrida” modalidade, e também final, sendo o único, na revista, a ter recebido tal definição, nascida do campo da literatura e do jornalismo. O texto relata a rotina no Porto de Santos, no qual o jornalista passou um mês, abordando a dura vida cotidiana que ali se desenrolava. Lopes, em sua análise, conclui que o conto-reportagem de João Antônio é, na realidade, um conto, faltando nele elementos característicos da reportagem, mas cabe destacar outra conclusão do autor: “Mais do que a classificação supostamente inédita, a força do conto de João Antônio, como toda sua literatura, está no confronto social exposto por ele” (LOPES, 2018, p. 224). Ou seja, João Antônio, em seu corpo-a-corpo jornalístico com a camada empobrecida da população, ousou, em uma revista reconhecida por sua experimentação, buscar outra forma de contar, configurando um ato criativo que pode apontar caminhos para um jornalismo que concretize uma obra. Nesse sentido, é esclarecedora a afirmação de Seabra ao comentar o sentido da obra em Lefebvre:

A obra em sentido amplo contém o individual, o social, o mundial, a própria civilização. Mas sem limitar ou reduzir o conceito de obra à arte, Lefebvre considera a obra de arte como exemplar. Vê o artista como criador, como aquele que encontra no vivido um lugar de nascimento, sua nutrição. Sem partilhar da trivialidade do mundo e integrar-se à sua prosa, o artista

mergulha no vivido para recolher seus impulsos vitais e em seguida volta à superfície do mundo, das coisas, e expressa as contradições e conflitos (SEABRA, 1996, p. 85).

João Antônio e Marcos Faerman encarnam, com seu trabalho nos grandes jornais do país e nos jornais alternativos dos anos da ditadura civil-militar, o jornalismo em um período marcado por grandes obras nas áreas de transporte, energia, telecomunicações, que afetavam fortemente o espaço urbano brasileiro e a vida cotidiana. São reportagens que captam a emergência do novo, o qual, no processo constante de transformação da realidade, ensina Genro Filho, aparece sempre sob a forma do singular, do único. Assim, eternizam um recorte no espaço-tempo, localizando nele, pelo jornalismo, o *resíduo*, a resistência contra a opressão, a experiência vivida com o corpo lutando contra o espaço abstrato imposto pelo capitalismo e a busca por mundos onde os deixados de lado consigam viver. Os manifestos que legaram são aqui tidos como o testemunho do seu *ato poético*, de um pensamento-ação, porque a reflexão sobre o seu fazer jornalístico estava imbuída do mergulho na realidade, de um contínuo movimento para apreender a linguagem necessária para contá-la. Não tomaram o vivido como mediocridade – como o fizeram os filósofos tão criticados por Lefebvre. Nesses dois jornalistas, o vivido – “obra imediata da Liberdade” (LEFEBVRE, 1967, p. 131) – aparece na já apontada relação dialética entre grandeza e miséria. Dois jornalistas, portanto, que ousaram na práxis, mostrando como restaurar o valor de uso do jornalismo, a Obra, para compreender a realidade e suas contradições.

2.3 POTENCIALIDADES DA CONSTITUIÇÃO DA OBRA NO JORNALISMO

A noção de potencialidade em Mészáros possibilita um recorte adequado para ampliar a reflexão sobre as possibilidades do jornalismo como crítica do cotidiano a partir do espaço, constituindo uma obra. O autor afirma que o significado positivo/emancipatório da *potencialidade* não pode simplesmente ser assumido ou decretado: “Antes de fazer qualquer coisa desse tipo, é necessário abordar a questão crucial: se a potencialidade de que se trata é uma ‘*potencialidade abstrata*’ (e portanto vazia) ou ‘*concreta*’ ou ‘*real*’” (MÉSZÁROS, 2014, p. 85, com grifos no original). Ou seja, a potencialidade tem que se expressar concretamente no desenvolvimento sócio-histórico. Portanto, cabe localizar, no jornalismo, as condições reais para que se expresse a *ação* ou *ato poético*, aquela *prática criadora* apontada

por Lefebvre como característica da obra. Nesse sentido, Genro Filho apresenta elementos importantes quando aborda a especificidade do jornalismo moderno em relação às fases anteriores, caracterizadas inicialmente por informações de interesse mercantil e, na primeira metade do século 19, por uma imprensa marcadamente de opinião e combate político. A discussão aparece na crítica de Genro Filho a autores do campo socialista que adotavam acriticamente os princípios e técnicas da imprensa dos países capitalistas e também legitimavam a manipulação dos fatos sob argumentos pretensamente científicos, reduzindo os fatos a um significado fechado, de antemão a eles atribuído. Tal postura ignoraria o “algo novo a dizer” dos fatos, a “abertura de sentido” necessária para neles perceber a “configuração de possibilidades concretas em relação ao futuro” (GENRO FILHO, 1989, p. 148 e 149). Há, então, que ouvir e respeitar o que os fatos têm a dizer, o “significado novo que eles inevitavelmente agregam à realidade”:

Por exemplo: é possível relatar a derrota de uma determinada luta pela reforma agrária, assumindo implicitamente a perspectiva dos camponeses e dos operários urbanos que lutam por ela. Mas não é possível nem desejável deixar de reconhecer que se tratou de uma derrota (tendência específica da particularidade do fato). Além disso, é necessário reconhecer a contradição apanhada em seu movimento vivo, ou seja, que uma derrota jamais é algo absoluto (contradição inerente à singularidade).

Essa contradição aparece porque, a partir das possibilidades globais da totalidade indicada no primeiro nível, sobrevive, inevitavelmente, um aspecto secundário mas importante: uma chama subordinada, mas real, que aponta no sentido oposto à determinação dominante na particularidade. Assim, também as vitórias jamais poderão ser absolutas porque sempre terão algo a ensinar, um elemento novo que não foi previsto (GENRO FILHO, 1989, p. 150).

Para além da discussão sobre em qual das fases o jornalismo melhor se expressaria como fenômeno, o autor percebe como em todas elas aparecem as três dimensões que caracterizam esse modo de conhecimento da realidade na sua particularidade e especificidade concretas:

A primeira indica a composição historicamente particular de relações econômicas que colocariam, mais tarde, a necessidade universal de informações jornalísticas para toda a sociedade e não mais exclusivamente para os burgueses.

A segunda demonstra que, implícita ou explicitamente, o jornalismo é *também* um instrumento utilizado segundo interesses de classe, um elemento importante da luta política.

A terceira fase *supera* as duas primeiras em função de uma necessidade social emergente, a partir da segunda metade do século passado, tornando-se

o jornalismo fundamentalmente informativo, sem anular suas características precedentes. As notícias não são mais, predominantemente, sobre assuntos mercantis, mas elas próprias transformam-se em mercadorias e, sobretudo, valorizam como mercadoria o espaço publicitário dos veículos nos quais a atividade jornalística se desenvolve (GENRO FILHO, 1989, p. 144-5). [Com grifos no original]

A raiz deste movimento está na complexidade de um conceito de significado profundo na dialética nascido da palavra alemã *Aufheben*, utilizada por Hegel e também constitutiva do pensamento marxista. Ela significa, por um lado, negação e superação; por outro lado, preservação e colocação em um nível superior (SCHMID, 2012, p. 92). Em português, a tradução mais usada é *suprassumir* para assim alcançar o triplo sentido de negar, conservar e elevar. Genro Filho percebe, então, a nova totalidade que caracteriza o jornalismo informativo da terceira fase e sua relação com as outras duas e daí a sua crítica a autores do campo socialista e àquelas posições que tomam a segunda fase, o jornalismo opinativo, como a mais representativa da verdadeira “essência” do jornalismo.

A discussão de Genro Filho permite ampliar a compreensão do papel da nomeada imprensa/jornalismo independente em relação à imprensa/jornalismo tradicional. Segundo Genro Filho, não se pode desprezar a necessidade de jornais e outros meios de explícito combate antiburguês como instrumento de propaganda, denúncia, educação, formação e organização. Mas, em uma perspectiva histórica mais ampla, que ultrapassa o próprio capitalismo, não deve ser o modelo do jornalismo opinativo (o da segunda fase) o sucessor ou substituto, na imprensa antiburguesa, do moderno jornalismo burguês praticado nos países capitalistas (GENRO FILHO, 1989, p. 143):

Na medida das possibilidades concretas da esquerda revolucionária e socialista, a luta deve ser travada, também, no terreno desse moderno jornalismo, que não é abertamente propagandístico ou organizativo - assim como não o são os grandes jornais burgueses em período de relativa estabilidade política -, mas que patrocina uma forma específica de conhecimento da realidade social. Essa batalha pode e deve ser travada dentro dos jornais e veículos sob controle da burguesia, a partir do escasso mas significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias, e do espaço igualmente importante das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Como pode e deve também ser travada, especialmente em momentos de transição revolucionária, mas não apenas nesses casos, em veículos de comunicação massiva sob o controle das forças operárias e populares.

Em qualquer caso, no entanto, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que existe a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo

moderno, que não seja meramente propagandístico ou formalmente opinativo. Isto é, reconhecer a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos. Em segundo lugar, é preciso saber fazê-lo, sendo que, para tanto, antes de mais nada é imprescindível compreendê-lo do ponto de vista teórico (GENRO FILHO, 1989, p. 143).

Genro Filho deixou o legado para fazer esse jornalismo informativo com outros pressupostos ideológicos e teóricos, a partir da formulação do jornalismo como forma de conhecimento cristalizada no singular, tendo como referência técnica a pirâmide não invertida (do cume para a base, do singular para o particular). Na citação, ele afirma também que esse jornalismo pode e deve ser praticado tanto na imprensa burguesa, onde sempre há frestas – como revela, entre tantos outros, o trabalho de Marcos Faerman no extinto *Jornal da Tarde* – quanto nos veículos ligados às forças operárias e populares.

De modo geral, quando aqui se menciona a imprensa/jornalismo tradicional, também chamada de convencional, faz-se referência a esse conjunto da imprensa burguesa¹³⁴, constituindo, no Brasil, 28 grupos e três empresas controladoras dos 50 jornais diários de maior circulação paga, identificados por Aguiar (2016, p. 129) a partir de dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de 2013 atualizados para 2014 com outras fontes. A referência aos veículos operários e populares e à imprensa/jornalismo independente, por sua vez, tem contornos mais complexos, não só pela variada nomenclatura e conceitos a ela associados como também pelo grande número de veículos que proliferam no país sob distintas formas de organização e financiamento, principalmente no suporte digital¹³⁵. Usa-se também o termo mídia/imprensa/jornalismo alternativo, mas sobre ele Peruzzo faz considerações relevantes:

Com o passar do tempo, a uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos

¹³⁴ Não se desconhece que o termo imprensa burguesa refere-se historicamente ao jornalismo ligado à ascensão de, genericamente, uma nova classe social, a burguesia, na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no século 19.

¹³⁵ Há inúmeras pesquisas que investigam o tema, sendo uma delas o trabalho de Silva (2017), que mapeia 30 iniciativas criadas entre 2013 e 2015 no Brasil, por ela denominadas *novas experiências de jornalismo*. Segundo a autora, as expressões geralmente aplicadas a esse tipo de iniciativa – jornalismo independente, jornalismo alternativo, mídia radical, mídia contra-hegemônica – não dão conta de toda a variedade de propostas que compõe esse quadro atualmente.

independentes — orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres — como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical (PERUZZO, 2009, p. 132-3).

A autora distingue especificidades, como as da comunicação alternativa e da imprensa alternativa, esta, em relação àquela, reunindo processos de comunicação basicamente jornalísticos. Pelas características de alguns segmentos da imprensa alternativa, a autora os agrupa em: jornalismo popular alternativo (ou de base popular); jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada); jornalismo alternativo autônomo; jornalismo político-partidário; jornalismo sindical (PERUZZO, 2009, p. 140-1). Carvalho e Bronosky (2017) consideram como alternativo, em um sentido mais amplo, toda a produção noticiosa que não tem o lucro como primeiro objetivo, devendo ser orientada pelo profissionalismo, com temáticas, fontes, abordagens e conteúdos diferentes dos de veículos convencionais e ligado à cultura popular.

No Brasil, mostra pesquisa de Kucinski (2003), a denominação *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica* é historicamente associada aos cerca de 150 periódicos que circularam entre 1964 e 1980 no país, tendo como traço comum a oposição ao regime militar e ao discurso oficial. O radical *alternativa* continha quatro significados essenciais dessa imprensa: não estar ligada a políticas dominantes; ser uma opção entre duas coisas excludentes; o de ser única saída para uma situação difícil; o de protagonizar as transformações sociais que as gerações dos anos 1960/70 pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Em anos mais recentes, outros conceitos foram desenvolvidos, em especial o de mídia/jornalismo contra-hegemônico em oposição ao jornalismo hegemônico (tradicional), proposto a partir da discussão da hegemonia de A. Gramsci. Na tradição marxista, a expressão *contra-hegemonia* é usada para se referir à hegemonia da classe trabalhadora ou, mais precisamente, ao processo de combate à hegemonia burguesa (GUIMARÃES, 2015, p. 218). O conceito aparece em diversas passagens da obra do autor italiano e uma das definições é a seguinte:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública —

jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Na obra de Gramsci, a imprensa é tomada como um aparelho privado de hegemonia, assim como sindicatos e associações, partidos políticos, escolas e igreja, todos eles tendo como característica atuar fora do espaço reconhecido publicamente como do Estado, mas ainda assim parte integrante das relações de poder de uma determinada sociedade.

É a partir da perspectiva gramsciana que Guimarães (2015) critica o jornalismo hegemônico e aponta caminhos para o contra-hegemônico. A tese desta autora, à qual já se recorreu na conceituação da ideologia, traz uma discussão profunda, erodindo as bases de sustentação do moderno jornalismo para mostrar como o jornalismo contra-hegemônico pode constituir uma prática efetivamente a serviço da emancipação humana. Para o enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Guimarães sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do esclarecimento para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, movendo-se do indivíduo para a *classe* (2015, p. 231). A autora estabelece diferenças entre iniciativas jornalísticas ditas alternativas e práticas efetivamente contra-hegemônicas:

(...) insistimos na importância de se distinguirem — nas práticas e nas instituições, no discurso e na organicidade — os projetos e iniciativas que se arvoram na disputa de hegemonia daqueles que se encerram nos limites críticos da imprensa pequeno-burguesa, que apesar de ‘alternativa’ ao discurso único produzido pelos grandes meios massivos, e a despeito do importante trabalho de contrainformação que pode promover em alguns momentos, está presa no seu próprio horizonte de classe (GUIMARÃES, 2015, p. 323).

A tese de Guimarães apresenta uma série de elementos que caracterizariam um jornalismo efetivamente contra-hegemônico, construído organicamente pela e para a classe trabalhadora¹³⁶, indicando como função primordial dele pensar a realidade em sua totalidade,

¹³⁶ A discussão sobre classe na perspectiva de Marx é devidamente circunscrita pela autora: “Ao falarmos de pertencimento de classe, sob nenhuma hipótese estamos pensando na construção de veículos e de uma prática jornalística que sejam voltados apenas para aqueles que compartilham um mesmo ‘referencial teórico e político’. Não se trata, portanto, de pensar a classe apenas como público, mas sim como fenômeno objetivo — anterior e independente de qualquer tática ou estratégia no campo da comunicação — e como horizonte de construção coletiva. Em outras palavras, significa, primeiro, orientar a ação prática a partir de uma concepção teórica que reconhece que a sociedade atual, capitalista, é fundada e sobrevive sob uma divisão estrutural entre dois ‘grupos’ fundamentais: os que detêm os meios de produção e os que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Esse é o ponto de partida. Já o ‘horizonte’ de chegada é o autorreconhecimento desse coletivo de

no esforço “(...) de *desideologização*, de *desvelamento*, daquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido” (GUIMARÃES, 2015, p. 23, com grifos no original). A crítica da autora centra-se no conjunto de princípios, técnicas e orientações éticas que conformaram o modo de se fazer jornalismo legitimado como prática social e profissional. Na base deste fazer estão a concepção de objetividade e a ideia de atualidade, que Guimarães explora criticamente com uma análise documental de manuais técnicos publicados pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). A partir do estudo da obra de Gramsci, a autora mostra que ao jornalismo contra-hegemônico cabe dar unidade e coerência ao que, no jornalismo hegemônico, aparece fragmentado e caótico, enfrentando assim a heterogeneidade própria do cotidiano. Como desdobramentos práticos, deve haver um esforço para desnaturalizar a categorização do que é noticiado e dos temas tratados, “(...) entendendo que a inserção em editoriais, por exemplo, muito mais do que uma classificação técnica, é já uma primeira chave de organização e direção do conteúdo do jornal” (GUIMARÃES, 2015, p. 313). Outro desdobramento é assim explicado:

A segunda questão de ordem prática que a necessidade de unidade e coerência interna ao jornal suscita é sobre o que se compreende como expressão das lutas sociais concretas nas páginas de cada veículo. De forma clara, um jornal que se coloque na luta de hegemonia, no sentido gramsciano, tem papel ativo de mediador e organizador, de modo que não pode se conformar como uma simples reunião de matérias produzidas pelos diversos movimentos e instituições que o apoiam, sem que isso componha um desenho editorial unitário, selecionado, organizado e editado por um órgão centralizador. Assim, a orientação de Gramsci que aqui estamos discutindo parece ser, inclusive, a principal diferença entre um veículo que se proponha a ser um *projeto contra-hegemônico* e o espaço de crítica, por exemplo, das redes sociais — que é múltiplo, informativo, rico e democrático, mas ‘passivo’ em relação ao caráter fragmentário tanto do cotidiano reificado quanto das lutas que se travam na realidade concreta (GUIMARÃES, 2015, p. 313-14). [Com grifos no original]

Da densa pesquisa de Guimarães, o que principalmente se retém é o entendimento de que a função contra-hegemônica possível de ser exercida por uma imprensa que se quer alternativa é o esforço de fazer aflorarem as contradições, desvelar a ideologia, expor aquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido, contribuindo assim para a desalienação do (no) cotidiano, não se limitando à denúncia da manipulação

trabalhadores que, embora seja *objetivamente* uma classe, está na maior parte do tempo impedido de *agir conscientemente* como classe” (GUIMARÃES, 2015, p. 230). [Com grifos no original]

promovida pelo jornalismo hegemônico. O homem total, afirma Lefebvre, é o homem desalienado, e o fim da alienação humana será a volta do homem a si mesmo, a unidade de todos os elementos do humano (LEFEBVRE, 1971, p. 179). É esse o caminho que aponta o desvelamento da ideologia. Muhlmann (2006), em artigo no qual analisa o trabalho jornalístico de Marx e sua crítica do espaço público, revela como o pensador alemão trilhava essa prática crítica:

(...) a figura de Marx ao mesmo tempo leitor de jornais e jornalista, Marx cujo “jornalismo” consiste amplamente numa análise crítica dos jornais que lê, significa que o combate contra a ideologia não implica de modo algum que nunca se deva ter contato com ela; muito pelo contrário, luta-se contra a ideologia colocando-se no mesmo terreno que ela, discutindo com ela, e, pela força da análise crítica, consegue-se fazer aflorar suas contradições, seus pontos cegos; em suma, ela é destruída por dentro. É esse processo que transparece no jornalismo de Marx. E fica claro que um tal processo diz muito sobre a necessidade, para o intelectual, de continuar presente no espaço público apesar do ceticismo, para além do ceticismo, a fim de nele elaborar aos poucos, num trabalho crítico incessante, uma visibilidade maior ou, digamos, menos estreita sobre a realidade social. Em suma, a fim de ampliar o olhar pelo simples fato de denunciar as sujeições ideológicas habituais (MUHLMANN, 2006, p. 119).

A autora examina como Marx analisa a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em seus artigos publicados no *New York Daily Tribune*, a partir do que lê nos jornais britânicos, ou seja, os discursos das elites, que constituem a ideologia. Os artigos do Marx jornalista mostram que nos discursos sutis e argumentadores das elites britânicas a favor da Confederação (os estados do Sul) escondiam-se, na verdade, motivos econômicos, pelo prejuízo sofrido pela indústria têxtil britânica em razão do bloqueio imposto pelo Norte às exportações de algodão dos estados do Sul. Os argumentos “morais”, “políticos” ou mesmo “jurídicos” maquiavam ou mascaravam um interesse puramente econômico. Mas Marx não afirma isso como certeza, colocando-se no exterior desses discursos. Ele os mostra: “(...) vai entrar em todos esses discursos, analisá-los, até o momento em que se mostre claramente que eles remetem a outra coisa, um suporte latente, ‘razões ocultas’, como ele diz” (MUHLMANN, 2006, p. 131)¹³⁷.

Ao tratar da questão da “visibilidade”, que aparece em Lukács, isto é, “(...) a necessidade de construir e de reconstruir na luta um horizonte de sentido, portanto uma leitura

¹³⁷ Um desses artigos de Marx pode ser visto em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1861/10/11.htm>, com o título “A questão americana na Inglaterra” (MARX, *New York Daily Tribune*, 11 out. 1861).

da realidade social e das dominações que ela encobre” (MUHLMANN, 2006, p. 129), Muhlmann reforça que há uma relação dialética entre prática e teoria, sem que nenhuma das duas tenha em definitivo a última palavra (MUHLMANN, 2006, p. 130):

[...]

Nunca ninguém pode estar certo de estar no bom lugar — no bom lugar da luta e no bom lugar para “ver” lucidamente, fora da ideologia. Esse lugar é permanentemente buscado.

Isso implica que a visibilidade, longe de se afirmar numa exterioridade perfeita e imediata em relação à ideologia, se conquista também sobre a ideologia, discutindo com ela. A liberdade teórica tem esse preço: o confronto permanente com os pontos de vista que se trocam no espaço público, por mais “ideológicos” que sejam. Não é o corte nítido, demasiado seguro de si, que oferece a segurança de sair da ideologia; é preciso visar à superação dialética desta, uma superação que se opera não apenas pelo enraizamento na práxis, mas também pelo confronto com as produções ideológicas, por um trabalho de análise crítica exigente e nunca definitivamente terminado (MUHLMANN, 2006, p. 130).

Nessa perspectiva e a partir da interpretação da obra de Genro Filho, esse é o papel do jornalismo, hegemônico ou contra-hegemônico, quando esse fazer, impregnado de sua potencialidade, está direcionado para a consumação da liberdade humana. Genro Filho afirma que, para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano, tornar-se uma “pessoa”, conforme a acepção dada por Lukács, “(...) o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 221). E o repositório do singular, onde se cristaliza a forma de conhecimento característica do jornalismo na teoria adelmiana, é o cotidiano.

Dessa perspectiva, é possível perceber um fazer jornalístico hegemônico dentro de um veículo não/hegemônico e, também, um fazer jornalístico contra-hegemônico dentro de um veículo hegemônico, no escasso, afirma Genro Filho, porém significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias e das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários.

É a partir dessa discussão que a pesquisa toma para análise o material jornalístico de dois veículos tradicionais, o jornal *Diário Catarinense* e o jornal *Notícias do Dia*, e três veículos que a partir daqui serão caracterizados de *independentes* (revista *Pobres & Nojentas*,

portal *Desacato* e coletivo *Maruim*), todos de Florianópolis (SC), ressaltando mais adiante as características pelas quais cada um deles se nomeia.

A designação se alicerça na iniciativa da *Agência Pública*, que criou um mapa interativo do que nomeou jornalismo independente brasileiro, chegando a reunir cerca de 100 veículos, com base nos seguintes critérios: 1) Organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2) Organizações que nasceram na rede; 3) Projetos coletivos, que não se resumem a blogs; 4) Sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (Agência Pública, 2016). O portal *Desacato* e o coletivo *Maruim* integram o mapa; a revista *Pobres & Nojentas* não nasceu na rede, mas se adapta aos demais critérios para que possa, genericamente, ser classificada como jornalismo independente.

De modo geral, o jornalismo independente hoje é o mais potencialmente capaz de erigir o pensamento-ação, o *ato poético*, constituindo uma obra. Kucinski aponta esta direção quando ressalta o papel de dois veículos alternativos surgidos na ditadura militar, *O Pasquim* e o *Versus* (criado por Marcos Faerman). Surgido em 1969, *O Pasquim*, afirma o autor, revolucionou a linguagem do jornalismo brasileiro, “(...) instituindo uma oralidade que ia além da mera transferência da linguagem coloquial para a escrita do jornal” (KUCINSKI, 2003, p. 210):

Não se tratava de uma simplificação através do coloquial ou do popular. Foi todo um novo modo de expressão, dotando os textos de cada escritor dos atributos de expressividade da fala. E talvez indo além. Era como se os artistas da linguagem tivessem sido influenciados pelo modo de produção dos humoristas, pela técnica de isolar elementos do objeto, dissecá-los e deformá-los, aplicando essas técnicas à linguagem escrita (KUCINSKI, 2003, p. 214).

Kucinski também ressalta o papel do jornal *Versus*, lançado em outubro de 1975, como uma das mais radicais manifestações de comunicação alternativa, tanto na linguagem quanto na organização da proposta jornalística e cultural (KUCINSKI, 2003, p. 249). *Versus*, afirma o autor, era um “objeto bonito”, de beleza e originalidade em cada edição:

Por trás desses atributos estava um imaginário original, que era de esquerda sem ser doutrinário, cultural sem ser estritamente literário, e jornalístico sem ser contingente, e possuía temática própria, a de uma América Latina quase totalmente submetida a regimes autoritários. Uma opressão que *Versus* não media em meses ou anos, mas em séculos; a tragédia latino-americana dos

anos de 1970, sob a ótica de quatro séculos não menos trágicos (KUCINSKI, 2003, p. 250). [Com grifo no original]

Em um período sombrio da história do país, tanto o fazer jornalístico de *O Pasquim* e de *Versus* quanto os objetos por esse fazer gerados – o conjunto de edições dessas duas experiências jornalísticas – podem ser consideradas obras na acepção de Lefebvre, expressões de um *ato poético*. *Versus* escreve e se inscreve em um tempo e em um espaço em sua totalidade, a América Latina de cinco séculos de opressão, mas vista sob a ótica de um determinado período histórico, os dos regimes autoritários nos anos 1970. Em artigo sobre a trajetória de *Versus*, Crespo afirma que o periódico cumpriu um papel fundamental ao introduzir a discussão necessária sobre o lugar do Brasil na América Latina, ao defender “(...) uma possível unidade continental, ao acreditar na existência de uma identidade latino-americana, feita da riqueza das suas semelhanças e diferenças” (CRESPO, 2018, p. 306). Nessa perspectiva, afirma, não conseguiu fazer herdeiros. A proposta de *Versus* vai ao encontro da totalidade do pensamento e da ação e da crítica ao que, em Lefebvre, aparece como a parcelização do conhecimento, crítica que o jornalista Marcos Faerman também expressava:

Vamos dividir a cultura em departamentos. Vamos fragmentar o conhecimento. Cada coisa em seu lugar. Nada como um dia depois do outro. Nada como respeitar o mais forte. Vamos formar técnicos que ajudarão a formar novos técnicos – a serviço dos gordos e corados. Nada de discutir. Dia-a-dia do pensamento universitário hegemônico (Faerman in MARÇAL, 1999, p. 72).

À crítica à fragmentação do conhecimento soma-se, em Faerman, a reflexão sobre a linguagem: “O jornalista apenas reflete uma linguagem ou cria uma linguagem?” (Faerman in MARÇAL, 1999, p. 72). É uma pergunta que agrega novos elementos para, junto ao desvelamento da ideologia, pensar o papel do jornalismo independente na crítica do cotidiano porque, como alerta Lefebvre, é pela e através da linguagem que a ideologia entra nas consciências e as modela.

Barthes fala sobre o texto que enfara, o texto-tagarelice (2004, p. 10), e a condição de tagarelar diz também da profusão de conteúdos que as mídias em seu conjunto produzem sem cessar. A clássica distinção deste autor entre o *texto de prazer* e o *texto de fruição* presta-se também ao jornalismo em sua relação com o conforto e o desconforto:

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática *confortável* de leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem (BARTHES, 2004, p. 20-21). [Com grifo no original]

A gestação do desconforto, o texto de fruição, implica o alargamento das possibilidades da linguagem, rompendo com a cultura dos manuais de redação do jornalismo tradicional. No ensaio *Narrar ou Descrever*, Lukács faz uma contribuição para a discussão sobre o naturalismo e o formalismo no romance e destaca o contraste entre o *participar* e o *observar*, correspondentes, respectivamente, ao dilema entre *narrar* e *descrever*, o qual desenvolve a partir da crítica de autores como H. de Balzac, L. Tolstói, Stendhal, G. Flaubert e E. Zola. A crítica de Lukács é no âmbito da literatura, mas a discussão que ele faz é enriquecedora para discutir a linguagem no jornalismo, que se beneficia tanto da descrição quanto da narração. Para Lukács, esta é superior àquela.

Ele mostra como narração e descrição ligam-se a diferentes períodos históricos. Balzac, Tolstói e Stendhal, em suas obras, representaram a sociedade burguesa que se consolidava através de graves crises e também participaram desse processo sob diferentes formas, entranhando-se nas grandes lutas sociais de sua época, e “(...) se tornam escritores através das experiências de uma vida rica e multiforme” (LUKÁCS, 1965, p. 52). Já Flaubert e Zola iniciaram suas atividades quando a sociedade burguesa já estava cristalizada e constituída e de cuja vida não quiseram participar, tornando-se observadores e críticos da sociedade burguesa em um momento no qual os escritores se tornam profissionais, no sentido da divisão capitalista do trabalho, e o livro transforma-se completamente em mercadoria (LUKÁCS, 1965, p. 52). É neste período, como já assinalado anteriormente, que o jornalismo também entra na sua terceira e atual fase, agora também em acelerado processo de transformação diante dos avanços tecnológicos¹³⁸. Segundo Lukács, ainda que se liguem sempre às formas e sentidos do passado, os novos estilos e novos modos de representar a

¹³⁸ Um exemplo disso é o fato de a agência de notícias chinesa Xinhua, em novembro de 2018, ter anunciado a aquisição de dois apresentadores de televisão criados a partir da inteligência artificial e avatares de dois apresentadores humanos. Dentre as divulgadas vantagens desses apresentadores cibernéticos estariam a diminuição dos custos e o aumento da produtividade. Segundo a Xinhua, eles “podem trabalhar 24 horas por dia em seu site oficial e em diferentes plataformas de mídia social, reduzindo os custos de produção de notícias e melhorando a eficiência” (LIY, 9 nov. 2018).

realidade não surgem jamais de uma dialética imanente das formas artísticas: “Todo novo estilo surge como uma necessidade histórico-social da vida e é um produto necessário da evolução social” (LUKÁCS, 1965, p. 53). A alternativa *participar* ou *observar* corresponderia, assim, “(...) a duas posições socialmente necessárias, assumidas pelos escritores em dois sucessivos períodos do capitalismo” (LUKÁCS, 1965, p. 53), correspondendo a elas os dois métodos fundamentais de representação próprios destes dois períodos, *narrar* ou *descrever*.

Lukács relaciona a contraposição *narrar* ou *descrever*, afirma Konder, “(...) à contraposição entre a atitude de quem vive os acontecimentos e a atitude de quem se limita a observar contemplativamente as situações” (KONDER, 2001). Nessa perspectiva, Olinto, no livro sobre jornalismo e literatura já mencionado neste capítulo, analisa a obra do escritor francês André Gide e seu dilema entre dar o seu *testemunho* diante dos fatos, mas evitar, em relação a eles, o *compromisso*. O perigo de o artista preferir o testemunho ao compromisso, buscando assim não se comprometer com o cotidiano, alerta Olinto, é eliminar o testemunho por medo do compromisso (OLINTO, 1955, p. 45). O equilíbrio de julgamento que dá força ao testemunho é possível, afirma Olinto, mas não na hora do acontecimento, e sim depois: “Na hora, não. Na hora, homem e fato se confundem e o compromisso é inevitável” (OLINTO, 1955, p. 45). Olinto está falando de jornalismo; Lukács, de literatura. Mas há uma importante raiz comum a ser aí explorada, o papel da práxis no conhecimento prático do homem na vida cotidiana, que Lukács alcança com precisão em seu ensaio sobre o *narrar* e o *descrever*. Para o autor, a verdade do processo social pode se tornar visível para a ciência e para a política, mas também na vida cotidiana, na práxis, para o conhecimento prático do homem:

As palavras dos homens, seus pensamentos e sentimentos puramente subjetivos, revelam-se verdadeiros ou não verdadeiros, sinceros ou insinceros, grandes ou limitados, quando se traduzem na prática, isto é, quando os atos e as forças dos homens confirmam-nos ou desmentem-nos na prova da realidade. Só a *praxis* humana pode exprimir concretamente a essência do homem. O que é força? O que é bom? Perguntas como estas obtêm respostas unicamente na *praxis*.

É através da *praxis*, apenas, que os homens adquirem interesse uns para os outros e se tornam dignos de ser tomados como objeto da representação literária (LUKÁCS, 1965, p. 57-8). [Com grifos no original]

O autor afirma que até mesmo as mais extraordinárias aventuras tornam-se vazias e destituídas de conteúdo se não revelarem traços humanos essenciais, exprimindo as relações orgânicas entre os homens e os acontecimentos, as coisas, as forças naturais e as instituições sociais (LUKÁCS, 1965, p. 58). E a vida profunda das coisas, a poesia das coisas, como fica? A resposta de Lukács a esses questionamentos é enriquecedora também para o jornalismo. Ele duvida da possibilidade de a descrição tecnicamente perfeita e virtuosa de todos os pormenores do teatro, do mercado, da bolsa de valores ou de outros ambientes fornecer a “poesia peculiar às coisas”. Para Lukács, o palco, a orquestra, o camarim e os bastidores – ambientes de romances por ele analisados – são, em si mesmos, objetos inanimados, sem interesse e sem poesia, mesmo quando se enchem de seres humanos. O que concretamente tem a capacidade de provocar emoções poéticas são os *acontecimentos* nos quais se realizam as experiências da evolução dos homens. Nesse sentido, o teatro e a bolsa de valores adquirem valor poético na medida em que fornecem a indispensável mediação concreta para a manifestação de relações inter-humanas concretas. Ou seja, na literatura não há uma “poesia das coisas” independente dos acontecimentos e experiências da vida humana (LUKÁCS, 1965, p. 72):

Isso, contudo, não basta. É mais do que duvidoso que a tão propalada “plenitude” da descrição, a verdade dos pormenores, seja capaz de dar ao menos uma idéia geral eficaz do objeto descrito. Qualquer coisa que tenha uma função efetiva na ação de um homem (e desde que tal ação nos desperte um interesse poético) só se torna poeticamente significativa por força do seu nexos com a ação narrada de modo apropriado. Basta lembrar o efeito altamente poético dos utensílios salvados do naufrágio em *Robinson Crusóe* (LUKÁCS, 1965, p. 72). [Com grifo no original]

As coisas, portanto, só tem “vida poética” enquanto relacionadas com acontecimentos de destinos humanos, e, segundo Lukács, cabe ao verdadeiro narrador épico não as descrever, e sim contar a função que elas assumem nas vidas humanas¹³⁹ (LUKÁCS, 1965, p. 73). Em sua crítica aos romancistas da então União Soviética, onde estava exilado quando escreveu o artigo (em Moscou no ano de 1936), Lukács classifica as composições lá feitas de “abstratas” e “esquemáticas”, sendo que “(...) a idéia histórica e socialmente justa [o socialismo] não chega a ter uma expressão literária convincente” (LUKÁCS, 1965, p. 88):

¹³⁹ Lukács escreveu esse artigo em 1936, um ano antes que Bakhtin, entre 1937-8, abordasse em seu próprio artigo os cronotopos no romance e igualmente ressaltasse que a literatura precisa tocar no essencial, a vida humana.

Dada a falta de um entrecho individual, os homens aparecem como pálidos fantasmas, pois os homens só adquirem fisionomia verdadeiramente humana quando nós os acompanhamos nas suas ações, as quais não podem ser substituídas nem por uma minuciosa descrição psicológica de sua vida íntima, nem por uma prolixa descrição “sociológica” de situações gerais (LUKÁCS, 1965, p. 88):

Além da centralidade da práxis, outro elemento importante do ensaio de Lukács é a compreensão do papel que tem a concepção de mundo do escritor, sem a qual não se pode narrar bem. Sem ela, o escritor não alcança uma composição ordenada, variada e completa. Para Lukács, ao afastar-se das lutas da vida e das diversas experiências ligadas a elas, o escritor torna abstratas todas as questões ideológicas (LUKÁCS, 1965, p. 80):

O escritor precisa ter uma concepção do mundo interior e amadurecida, precisa ver o mundo na sua contraditoriedade móvel, para selecionar como protagonista um ser humano em cujo destino se cruzem os contrários. As concepções do mundo próprias dos grandes escritores são variadíssimas e ainda mais variados são os modos pelos quais êles se manifestam no plano da composição épica. Na verdade, quanto mais uma concepção do mundo é profunda, diferenciada, nutrida de experiências concretas, tanto mais plurifacetada pode se tornar a sua expressão compositiva (LUKÁCS, 1965, p. 78).

Esse entendimento ajuda a compreender a força, por exemplo, de uma obra como a de Marcos Faerman, um homem e um jornalista profundamente enraizado em seu tempo e em seu espaço, mas atento ao aquém e ao além deles, crítico, como diz Willer, ao jornalismo “emasculado e submisso à linguagem do poder” (Willer in FAERMAN, 1979, p. 21). A obra de Faerman responde, no jornalismo, àquela problemática esboçada por Lefebvre que emerge na linguagem: conservar a força do conhecimento crítico animando-o com o ardor da vivência.

Em artigo sobre as previsões para o jornalismo em 2019, Derakhshan (2018) afirma que a crise central do jornalismo é o fato de a notícia, o coração do jornalismo, surgida em um tempo e espaço específicos para necessidades específicas, estar perdendo sua relevância cultural depois de quase dois séculos – e, assim, seu valor de mercadoria. A notícia pode estar morrendo, afirma o autor, mas o jornalismo não, e nem deveria. Para ele, o desafio para o jornalismo nos próximos anos é se reinventar em torno de algo que não seja notícia e, ao mesmo tempo, resistir à sedução da propaganda e do entretenimento:

Eu pessoalmente acho que o jornalismo pós-noticiário vai girar em torno do drama. Isso significa que devemos fazer vários experimentos inspirados em formas artísticas mais antigas, como literatura, teatro, cinema, fotografia e até música e dança.

A inovação no jornalismo não deve ser apenas sobre modelos de negócios ou tecnologia, deve ser também sobre formas culturais e formatos de representação radicalmente novos¹⁴⁰ (DERAKHSHAN, 2018).

A ideia do novo, da radicalidade, no breve artigo de Derakhshan, é importante por ir além do sentido restrito da inovação no jornalismo pela via da tecnologia gerida pelo negócio jornalístico. Lefebvre mostra como a obra parte da vivência (a poesia, a música, o teatro, a novela) integrando o saber, e não o contrário (LEFEBVRE, 1983, p. 215-16). O jornalismo independente – como fez a imprensa alternativa nos anos 1960 a 1980 no Brasil – precisa ousar nessa experimentação que parte da vivência. Em seu manifesto de 1977, Faerman abriu seu fazer jornalístico a uma constatação de significado profundo: há uma linguagem do poder e uma linguagem de crítica ao poder. Arrisca-se a afirmação de que a primeira cristaliza-se no concebido e a segunda repousa, inquieta, no vivido, contendo uma questão mais vasta, segundo Seabra, aquela das relações entre o pensamento e vida (SEABRA, 1996, p. 80). E repousa porque se compreende, com Lefebvre, que os meios de comunicação não só entram na vida cotidiana como também contribuem para produzi-la, mas não falam dela: contentam-se com ilusões, dizem muito do presente, mas pouco da presença.

Cabe ao jornalismo independente acordar do repouso a linguagem de crítica do poder; não ser prisioneiro do texto-tagarelice de que fala Barthes, insistindo no jornalismo-tagarelice que move o jornalismo tradicional. O jornalismo independente deve estar a serviço do conjunto de resíduos, tomados como insignificantes pela filosofia, como assinala Lefebvre, como conjunto do pseudo-nada, do Não-Valor, daquilo que não tem mais valor: “(...) o cotidiano, a palavra incerta, a situação equívoca, a ambigüidade” (LEFEBVRE, 1967, p. 377). O vivido incerto, movediço e ambíguo exige uma linguagem jornalística que desvele o palavrório do jornalismo abrigado nas falsas promessas do concebido¹⁴¹.

¹⁴⁰ I personally think that post-news journalism will revolve around drama. This means we should make various experiments inspired by older artistic forms such as literature, theatre, cinema, photography and even music and dance. Innovation in journalism should not only be about business models or technology, it should be also about radically new cultural forms and representation formats.

¹⁴¹ A jornalista brasileira Eliane Brum, em seus artigos no *El País*, vem frequentemente escrevendo sobre o fato de a crise no Brasil ser também uma crise de palavra, em que as palavras desencarnaram, faliram, existem, mas já não dizem. São como cartas enviadas que jamais chegam ao seu destino. “Cartas extraviadas, perdidas”, afirma em um desses artigos, “O golpe e os golpeados” (BRUM, 2016).

O jornal, afirmava Olinto no ensaio de 1955, é o primeiro a tomar conhecimento da linguagem nova, da palavra viva que nasce na vida cotidiana. Para apreendê-la, o jornalismo independente precisa compreender a totalidade do mundo humano a partir do singular – a forma originária do novo – sem, no entanto, dissolvê-lo enquanto fenômeno único e irrepetível. Há, na linguagem da vida cotidiana, os indícios da práxis humana em movimento, a pululante *presença* mencionada por Lefebvre e ignorada ou mal formulada pelos meios de comunicação. É contra essa corrente que o jornalismo independente precisa se mover, singularizando o texto social dos múltiplos espaços e tempos – inumeráveis cronotopos – que compõem a diversidade humana. Move-se, assim, para combater a alienação, tão bem explicada por Lefebvre: “Toda atividade viva e consciente que se perde, se extravia, se deixa arrancar de si mesma e, por consequência se aparta de sua plenitude, está alienada¹⁴²” (LEFEBVRE, 1978, p. 101). O jornalismo independente potencialmente é o lugar de volta a essa plenitude, de experimentação dessas possibilidades, que tão bem exprimem o ato poético característico da obra.

¹⁴² Toda actividad viva y consciente que se pierde, se extravía, se deja arrancar de sí misma, y por consiguiente se aparta de su plenitud, está alienada.

PARTE 2

DISPUTAS PELO USO DO ESPAÇO E PELA LINGUAGEM

A cobertura jornalística interpreta os conflitos entre apropriação e dominação no espaço urbano. A análise desta cobertura em um espaço-tempo específico, o espaço urbano de Florianópolis (SC) na atualidade, é o objetivo da segunda parte deste estudo. O Capítulo 3 apresenta: 1) o processo histórico de constituição desse espaço a partir de pesquisa bibliográfica, enfatizando a irrupção das ocupações como condição fundamental para a apropriação e uso do espaço; 2) o papel da ideologia para impor e justificar o domínio, pelos grupos dirigentes, dos rumos planejados para a cidade. O Capítulo 4 retoma os conceitos desenvolvidos neste e nos Capítulos 1 e 2 para analisar materiais jornalísticos de cinco veículos – dois tradicionais e três independentes – relacionados a três diferentes coberturas de ocupação urbana, duas por moradia e uma por lazer/cultura, tendo como referência de análise a ideologia.

Capítulo 3

COTIDIANO E ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS

Os conflitos nas cidades visibilizam-se na tensão entre apropriação e dominação, deixando à mostra na atualidade inúmeros processos de resistência concretizados, entre outras formas, pelas chamadas ocupações urbanas. Em Florianópolis (SC), as ocupações remetem às décadas de 1980 e 1990, com a redemocratização do país, e ligam-se ao processo de construção histórica e política da “vocação turística natural” da capital catarinense, que gerou impactos no espaço urbano. Esse processo implicou ideologias usadas desde a década de 1950 como instrumentos políticos pelos grupos dirigentes da cidade. As ocupa es irrompem no cotidiano de Florianópolis, desafiando essas ideologias e estabelecendo tensões entre o espaço concebido por esses grupos dirigentes e o espaço vivido por parte expressiva da popula o, produzindo representa es mais ou menos visibilizadas no fazer jornalístico. O capítulo apresenta três ocupa es por dois diferentes processos cuja cobertura jornalística será analisada no Capítulo 4: Ocupa o Amarildo de Souza e Ocupa o Marielle Franco (ocupa o por moradia) e Ocupa o da Ponta do Coral (ocupa o por lazer e cultura).

3.1 CONFLITOS ENTRE APROPRIA O E DOMINA O

Ao abordar os conflitos socioespaciais e socioambientais urbanos, Volochko destaca duas lutas que agitam as cidades: as lutas institucionais pela reforma urbana, travadas por dentro e por fora da estrutura estatista¹⁴³, apoiadas fundamentalmente na efetiva o da fun o social da propriedade e da cidade¹⁴⁴, e as a es diretas identificadas pelas ocupa es urbanas, de espaços e edifícios públicos e privados (2018, p. 74). O autor compreende as ocupa es

¹⁴³ A Reforma Urbana consiste em um planejamento de longo prazo do espaço ocupado pela cidade, buscando uma melhoria significativa da qualidade de vida para a popula o como um todo. No Brasil, este movimento ganhou força nos anos 1980, consolidando-se no Fórum Nacional de Reforma Urbana, formado em 1987.

¹⁴⁴ O artigo 5  da Constitui o Federal de 1988, no inciso XXII, diz que   garantido o direito de propriedade, mas o inciso seguinte relativiza este direito: “XXIII - a propriedade atender  a sua fun o social”. O artigo 186 detalha a forma de cumprimento da fun o social: *Art. 186. A fun o social   cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utiliza o adequada dos recursos naturais disponíveis e preserva o do meio ambiente; III - observância das disposi es que regulam as rela es de trabalho; IV - explora o que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.* A fun o social da propriedade urbana está prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que estabelece o seguinte no artigo 39: *Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua fun o social quando atende às exigências fundamentais de ordena o da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto   qualidade de vida,   justiça social e ao desenvolvimento das atividades econ micas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2  desta Lei.*

urbanas em dois sentidos. No sentido estrito, elas estão na base dos processos reivindicatórios pela aplicação dos mecanismos legais que preveem a função social da propriedade e da cidade, base da luta pela reforma urbana e de avanços legais como o Estatuto da Cidade, ligados a um ciclo de lutas e de acumulação (VOLOCHKO, 2018, p. 75). No sentido lato, as ocupações urbanas abrangem hoje, às pautas ditas “clássicas” (moradia, saúde, educação, trabalho), as pautas de novos movimentos de luta. Esses movimentos, afirma o autor, são descentralizados, não verticalizados, espontâneos, não institucionalizados, sem ou com múltiplas lideranças, com reivindicações transversais e organizados em redes, frentes e com temáticas que ampliam as levantadas pela noção de classe social. Outras características são a heterogeneidade, a fragmentação, a dispersão e a volatilidade e, mesmo com baixo grau de constância e incidência nas estruturas políticas contra as quais se voltam, esses movimentos “(...) instituem novos espaços de representação que desafiam as representações dominantes” (VOLOCHKO, 2018, p. 76):

O que parece aglutinar muitos dos novos movimentos e os movimentos ditos “clássicos” são os processos de ocupação, seja de espaços institucionais – Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas, escolas, secretarias, ministérios etc. – , de espaços públicos urbanos – praças, parques etc. – ou de terrenos especulativos. As ocupações têm o sentido da festa, porque são o inesperado-organizado, são criativas, são algo não cotidiano, representam a luta pela retomada do uso do espaço da cidade pelo corpo, contra os espaços que se fecham para seu uso. Elas revelam o sentido improdutivo do espaço, pois não são tempo de acumulação, de mais-valia, de valorização do valor, mas são tempo de uso. O espaço ocupado é o espaço apropriado, é a negação do espaço-dominação (VOLOCHKO, 2018, p. 76).

O autor afirma que a ocupação do espaço propõe um outro cotidiano, um novo ritmo no espaço, um espaço-tempo do corpo não-mercantilizado, almejando a construção de um outro espaço vivido. A hipótese de Volochko é a da indissociabilidade entre ocupação-apropriação, em que esta não se realizaria sem aquela, sendo a ocupação uma condição, um elemento central para a apropriação. Segundo ele, as ocupações, para os movimentos sociais urbanos, “(...) são estratégicas na luta política pelo espaço e apontam, mesmo efemeramente, uma centelha de superação radical da sociabilidade capitalista” (VOLOCHKO, 2018, p. 76). O ato de ocupar, ressalta o autor, como tática de resistência, estabelece uma ruptura no cotidiano, na sua espaço-temporalidade, na normalidade do funcionamento das coisas, sendo um momento de elevação acima da cotidianidade. Possui, ainda, o simbolismo de negar a centralidade do poder ou do dinheiro, restituindo a centralidade social e lúdica do espaço

como manifestação concreta do sentido da política emanando do espaço público, da sociedade exercendo sua cidadania (VOLOCHKO, 2018, p. 85):

Nas ocupações urbanas de terrenos, novas práticas coletivas, formas de sociabilidade, podem florescer, mesmo que no limite da pobreza. Durante certos períodos, apresentam-se como espaços de experimentação de práticas comuns: assembleias, mutirões, formação política, redes novas de relacionamentos. Sendo espaços ricos em experimentações, as ocupações são também ricas em contradições: o desejo de integração ao Estado, ao sistema habitacional e à legalidade, como também o fato de que são disputadas pelo tráfico de drogas, pelos clientelismos políticos, pelas igrejas (VOLOCHKO, 2018, p. 85).

O autor ressalta o esforço feito para neutralizar as contradições e conflitos socioespaciais desses movimentos de luta que buscam instituir uma cotidianidade menos programada:

A (re) imposição da forma hegemônica da propriedade, do poder e da mercadoria nos espaços e edificações ocupados é realizada por meio da violência: bombas, cassetetes, balas de borracha têm como objetivo ferir o corpo – obstáculo a ser desalojado – em um contexto de militarização e criminalização crescentes dos conflitos urbanos. As ocupações (...) presentificam o direito à cidade e o reposicionam no debate social, pois não remetem a um conteúdo a ser alcançado alhures, mas a um conteúdo que se presentifica no urbano. O direito à cidade e a revolução urbana significam que, por meio da prática espacial, revoluciona-se (ou pode-se revolucionar) as relações sociais, revertendo a dominação por um outro e novo uso, inusitado, ousado, criativo (VOLOCHKO, 2018, p. 85-6).

A concepção sobre as ocupações de Volochko pode ser complementada com a de Ribeiro (2018), que desenvolve o conceito de *resistência* como prática socioespacial obrigatória no mundo contemporâneo. A autora afirma que a prática da resistência restitui, momentaneamente, a apropriação, ao empregar espaços-tempos de uso improdutivo e de afrontar normas e códigos de interdito legitimados pela propriedade privada, colocando em questão as estratégias de dominação do espaço, especialmente na escala da vida cotidiana (RIBEIRO, 2018, p. 56). Para Ribeiro, compreender a resistência como prática socioespacial retoma e dá sentido à proposta lefebvriana de pensamento-ação, colocando “(...) em relevo os resíduos que podem conter o possível” (RIBEIRO, 2018, p. 63).

Para a autora, refletir sobre os processos de resistência permite a aproximação com as contradições espaciais, especialmente daquelas que negam a tendência hegemônica de uma

espacialidade marcada pela lógica apontada por Lefebvre, de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço (RIBEIRO, 2018, p. 62). Por isso, afirma Ribeiro, não basta apenas localizar os conflitos e resistências sobre o terreno:

(...) é necessário entender como uma prática espacial impede a realização absoluta da lógica da mercadoria e produz um espaço diferencial onde permanecem os irreduzíveis, apesar de os sujeitos continuarem em uma constante luta de vida ou morte pela apropriação do espaço (RIBEIRO, 2018, p. 62).

A afirmação indica mais um elemento importante para o jornalismo que busca, ao desvendar a ideologia, interpretar o cotidiano e o espaço urbano em sua totalidade. No contexto de criminalização das formas de resistência – como é o caso das ocupações citado por Volochko – o jornalismo tradicional, ao noticiá-las, de modo geral as singulariza ao extremo, como se fossem casos isolados e destituídos de contexto, não lhes dando a dimensão histórica que exigem. Cada uma tem sua história e suas particularidades, e mesmo no jornalismo tradicional seria impossível ignorar a singularidade de cada ocupação ou de qualquer outra forma de resistência. A partir do que propõe Genro Filho, é necessário que o singular seja o epicentro da notícia, mas sem que se ignorem as dimensões do particular e do universal.

Ribeiro afirma que a compreensão da prática da resistência permite aproximar e expor como a produção do espaço adquire centralidade no mundo contemporâneo e revelar a espacialidade das contradições como uso/troca, escassez/abundância e apropriação/dominação: “Esquadrinhar as contradições, como ato radical da *práxis*, é entendido, sobretudo, como uma necessidade para potencializar a superação das condições de injustiça e de desigualdade” (RIBEIRO, 2018, p. 63, com grifo no original). Nesse sentido, esquadrinhar as contradições também deve mover o jornalismo que busca erigir uma obra a partir da *práxis*.

As contribuições de Volochko e Ribeiro sobre as ocupações e a resistência dão concretude à rebelião do vivido mencionada por Lefebvre no livro *A revolução urbana* e auxiliam a abordagem dos conflitos entre dominação e apropriação na constituição do espaço urbano de Florianópolis, cuja compreensão exige uma contextualização histórica.

Ainda na década de 1950, o Brasil vivia sob o governo de Juscelino Kubitschek, ligado ao Partido Social Democrático (PSD), que venceu a eleição de 1955 com o *slogan* de campanha “50 anos em 5”. Em Santa Catarina, dois partidos, o PSD e a UDN (União

Democrática Nacional), marcavam o cenário político em um bipartidarismo quase absoluto. Duas linhagens oligárquicas, os Ramos (PSD) e os Konder-Bornhausen (UDN), estavam incrustadas no aparelho de Estado, influenciando relações de poder e meios empresariais, com diferenças de ordem ideológica muito menos importantes do que a disputa pelo controle da capacidade de investimento e de geração de cargos e empregos do Estado (LOHN, 2016, p. 39 e 40). Jornais, sendo os principais, na capital, *O Estado* e *A Gazeta*, e emissoras de rádio se alinhavam aos interesses de um ou outro grupo, servindo de alto-falantes dos principais partidos ou coligações (VALENTE, 2005, p. 71). A modernização, tanto dos parques gráficos quanto das práticas jornalísticas ocorreu mais tarde, na década de 1970.

Na região de Florianópolis predominava o PSD, que, com Osmar Cunha, venceu a eleição de 1954. O novo prefeito, afirma Lohn, assegurou uma convergência de interesses para manejar a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano, estabelecendo, como uma de suas principais ações, o turismo, incorporando às atribuições do poder público os planos e projetos de alguns empresários ou proprietários de terras balneárias: “Até então, a defesa desta atividade [o turismo] como meio de alavancar o crescimento econômico aparecera com insistência nas páginas dos jornais, mas não havia se tornado efetivamente parte do discurso oficial” (LOHN, 2016, p. 179). Começava a tornar-se hegemônica, afirma o autor, a ideia de que o futuro dos habitantes da Ilha subordinava-se aos investimentos para transformá-la em centro de atração de turistas (LOHN, 2016, p. 185).

A pesquisa de Lohn ampara-se em farta pesquisa nos jornais da época em Santa Catarina – entre eles o jornal *O Estado*, periódico que circulou até 2009 –, revelando o “(...) processo de construção de diversas representações sociais que serviram como condutoras e legitimadoras de práticas sociais e projetos políticos para a cidade” (LOHN, 2016, p. 83). Um artigo sem assinatura publicado em *O Estado* no dia 27 de fevereiro de 1955 revela indícios desse processo de vinculação entre o turismo e o futuro da capital catarinense. O texto aborda a fama de Punta del Este, no Uruguai, considerada injustificada pelo fato de existirem lugares mais belos, entre eles Florianópolis, que ficava atrás por falta de divulgação:

Cada vez nos convencemos mais de que a ilha de Santa Catarina tem um destino grandioso – e esta certeza nos dão as belezas sem par de que a dotou a natureza.

Difundir o turismo em larga escala – eis o que é imprescindível. E, para isso, fazer uma propaganda inteligente, de efeito, de alcance, que, lá fóra, impressione, dê uma idéia firme e não precisa ser real dos nossos mais

pitorescos recantos, porque a realidade, no caso, para que a admiremos e louvemos, só vendo-a.

[...]

O Prefeito Osmar Cunha é o primeiro Prefeito arrojado e decidido que pisa no chão da Prefeitura.

O sr. Cunha já está construindo a estrada do Saco dos Limões, para não dizer do aeroporto, senão a “língua grande” palaciana estoura e espuma de ódio.

E, para os cantos mais belos da Ilha, se construirão novas e bem pavimentadas estradas, dando margem a que o capital privado se movimente no sentido de povoá-los e dar-lhes, (isto é o mais importante), bom aspecto, atrativos, tornando-os locais turísticos.

[...]

Punta del Este lugar famoso!

Mas, talvez, não resistirá a um pequeno confronto com tudo isto que temos e... não vemos (PLANO... *O Estado*, 27 fev. 1955, p. 3).

O papel da propaganda “inteligente” é notável nesse artigo de 64 anos atrás, configurando o papel que lhe dá Lefebvre na constituição da sociedade burocrática de consumo dirigido através da publicidade como ideologia. O ato de consumir, afirma Lefebvre, é tanto um ato imaginário quanto um ato real: “Consumo imaginário, consumo do imaginário – os textos de publicidade – e consumo real não têm fronteiras que os delimitem” (LEFEBVRE, 1991, p. 100). O autor do artigo no jornal *O Estado* deixa claro que a ideia sobre Florianópolis *não precisa ser real* porque a realidade precisaria ser vista. A publicidade tem, como afirma Lefebvre, que “(...) encobrir, dissimular, transpor o real, ou seja, as relações de produção” (LEFEBVRE, 1991, p. 107). Antes de confrontar Punta del Este no plano concreto, e não apenas imaginário, é preciso que o capital privado *se movimente* e povoe os cantos mais belos da Ilha, dê-lhes bom aspecto e, em especial, torne-os turísticos. Para isso, no plano do Estado, está um prefeito arrojado que tornou o turismo parte do discurso oficial. Era um elemento importante na articulação necessária para que o capital privado pudesse se movimentar nas estradas concretas a serem construídas e também por dentro das vias do Estado, agindo no controle da produção do espaço urbano.

Para controlar essa produção, afirma Villaça, as camadas de alta renda utilizam três mecanismos: o mercado, especialmente o mercado imobiliário, o Estado (pela localização das instituições públicas, a produção de infraestrutura e a legislação urbanística) e a ideologia (2001, p. 336-7). No caso específico do espaço urbano, a ideologia, universalizando interesses particulares, constitui-se “(...) na tendência de fazer passar *a cidade* como aquela *parte da cidade* que é de interesse da classe dominante” (2001, p. 344, com grifos no original) ou

identifica a cidade toda com a parte da cidade onde estão as camadas de mais alta renda¹⁴⁵ (2001, p. 348). Concretamente, estar em um ponto do espaço e não em outro traz vantagens competitivas na grande mercadoria que é a cidade e, por isso, assinala Villaça, as classes sociais disputam a mais expressiva vantagem do espaço, a localização, que se relaciona também com o controle do tempo:

Toda produção/consumo de espaço é produção/consumo de localizações, e toda produção de localizações é produção de tempo, visto toda localização ser caracterizada precisamente pelos tempos de deslocamento do ser humano a ela associados (VILLAÇA, 2001, p. 356).

Um dado importante é que as localizações privilegiadas no espaço urbano são produzidas, e o Estado, o mercado e a ideologia têm um papel fundamental no processo, que leva à segregação socioespacial da população. Segregação, segundo Villaça, é o processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões centrais ou conjuntos de bairros da metrópole, não impedindo necessariamente a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço (VILLAÇA, 2001, p. 142). O processo de segregação espacial, afirma Sugai – tanto a autosegregação das classes dominantes quanto a imposta – é dinâmico, envolve espaço e tempo e “(...) viabiliza o controle do processo de produção do espaço urbano pela classe dominante e a reprodução das relações de dominação (SUGAI, 2015, p. 35).

A pesquisa de Sugai (2015) revela como, em Florianópolis, no período de 1970 a 2000, o Estado, em suas três esferas, fez os mais significativos investimentos públicos nas áreas residenciais de mais alta renda da capital catarinense, não apenas dotando-as de equipamentos como hospitais, universidades e edifícios públicos como também formando uma rede de vias que as conectou, englobando o acesso à Ilha, os bairros centrais e os balneários ao Norte e Leste da Ilha. Em parte, esse processo ocorreu graças às apropriações, pelo Estado (e também pelas camadas sociais mais influentes), das áreas públicas e das terras comunais (terras de uso comum de pequenos produtores) existentes em toda a extensão da Ilha, graças a um decreto estadual de 1934 (SUGAI, 2015, p. 81). Segundo Campos, a maior

¹⁴⁵ Manoel pesquisou notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana publicadas nos jornais *Diário Catarinense* (Florianópolis) e *A Notícia* (Joinville) entre os anos de 1997 e 2005, constatando que alguns bairros aparecem com mais frequência no noticiário impresso do que outros, e os mais noticiados tendem a ser os habitados pelas camadas com maior renda (MANOEL, 2010, p. 172). Aparece, então, a relação apontada, que legitima, ou não, certas partes da cidade para a recepção de investimentos públicos, levando ao aumento do valor da terra urbana (MANOEL, 2010, p. 169).

parte das regiões que possuíam terras de uso comum foi alvo do interesse imobiliário, inclusive com a expropriação do próprio produtor. Essas áreas comunais foram transformadas em grandes fazendas de uns poucos donos, em loteamentos ligados a grandes empreendimentos imobiliários, principalmente relacionados à expansão do setor turístico, ou apropriadas pelo Estado (CAMPOS, 1991, p. 125).

Já na década de 1970, por exemplo, entre as obras executadas ou iniciadas para dotar essas áreas dos equipamentos necessários estão: a) no Continente: conclusão da BR-101 – fundamental para os processos de integração rodoviária nacional e regional, de conurbação¹⁴⁶ e do turismo em Florianópolis e no litoral catarinense – e do aterro continental, que abrigou o acesso das novas pontes (que fazem a ligação Ilha-Continente, com exceção da mais famosa delas, a ponte pênsil Hercílio Luz, inaugurada em 1926) e novas conexões viárias; b) na Ilha: o aterro da Baía Sul, para viabilizar o acesso das novas pontes, conexões viárias, equipamentos urbanos, edificações institucionais e o novo Terminal Rodoviário; a Ponte Colombo Salles, concluída em 1975 (a terceira ponte, a Ponte Pedro Ivo Campos, foi concluída apenas em 1991); a Via de Contorno Norte-Ilha, conhecida como Beira-Mar Norte; e sete rodovias para conectar o Centro de Florianópolis aos balneários no Norte e Sul da Ilha (SUGAI, 2015, p. 102-104).

Na década de 1990, a maior parte dos investimentos públicos na área conurbada de Florianópolis manteve-se no sistema viário, como a Ponte Pedro Ivo Campos (usada para entrada na Ilha de Santa Catarina), o Elevado Dias Velho, no Aterro da Baía Sul (próximo ao Terminal Rodoviário), além de duplicações de rodovias e pontes e obras de prolongamentos viários. Neste período, já havia se consolidado o crescente interesse das elites, do capital imobiliário e do setor turístico pelos balneários ao Norte da Ilha, no Distrito de Canasvieiras, e a Leste, no Distrito da Lagoa da Conceição, afirma Sugai, impulsionando e direcionando para eles o eixo de expansão das áreas residenciais de mais alta renda, então concentradas na área Norte da península central da Ilha (2015, p. 91-92). As praias nessas localizações, observa a autora, eram privilegiadas por terem águas mais quentes, estarem mais protegidas

¹⁴⁶ A Região Metropolitana de Florianópolis, instituída em 1998, abrange 22 municípios. O “núcleo metropolitano” é formado por 9 municípios, sendo os outros 13 “Área de Expansão Metropolitana”. A área conurbada – quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios (VILLAÇA, 2001, p. 51) – é composta por Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Florianópolis tem população estimada, segundo o IBGE, de 500.973 habitantes (POPULAÇÃO..., 28 ago. 2019). O município compreende a Ilha de Santa Catarina e um pequeno território continental, totalizando 438,5 km² (FERRETI, 2013, p. 143), sendo composto por 12 distritos originários de antigos núcleos de povoação do século 18 (SUGAI, 2015, p. 51). O Distrito Sede abrange a área urbana insular e a continental.

dos ventos, terem melhor acessibilidade e muitas belezas naturais¹⁴⁷ (SUGAI, 2015, p. 92). No Norte da Ilha, foram erguidos grandes empreendimentos imobiliários para as camadas de alta renda, como Jurerê Internacional, o loteamento da Praia Brava e os condomínios na avenida das Gaivotas em Ingleses, ocupando áreas de preservação, como as dunas, e contribuindo para o fortalecimento da dinâmica imobiliária, dos processos segregativos e de novos investimentos públicos, especialmente viários (SUGAI, 2015, p. 118). A lógica que determinou a localização dos investimentos públicos na conurbação metropolitana, afirma a autora, vinculou-se à distribuição das classes sociais no espaço intraurbano¹⁴⁸:

Demonstraram [os resultados da pesquisa] que a classe dominante dirigiu o processo de distribuição espacial das classes sociais na área conurbada de Florianópolis por meio da apropriação dos territórios nos quais pretendia concentrar e expandir as suas áreas residenciais e de lazer. (...) O surgimento de reações e contestações mais expressivas das classes médias e das camadas populares, ao final dos anos 1990, certamente criaram obstáculos à realização de alguns dos investimentos públicos e de empreendimentos imobiliários destinados às elites dirigentes. No entanto, como foi visto, durante os últimos cinquenta anos do século passado, a classe dominante pôde, sob pouca contestação, concretizar todas as ações centrais de seu projeto de cidade (SUGAI, 2015, p. 181-2).

Por outro lado, no final da década de 1970, inicia-se a ocupação de diversas áreas da Ilha pelas camadas populares, ainda que a maior concentração se mantenha no continente, principalmente nos municípios de Palhoça e Biguaçu. Para Sugai, entre os motivos para o aumento da ocupação na Ilha no período estão a redução dos loteamentos clandestinos nas áreas continentais por causa de maior rigor nas legislações; os problemas de infraestrutura nos municípios do continente; o empobrecimento, que levou à intensificação da ocupação e formação de novas favelas nos morros centrais de Florianópolis e ao longo da BR-282 (que

¹⁴⁷ Sugai afirma que, entre as décadas de 1920 e 1940, havia uma “indecisão” das elites de Florianópolis quanto à distribuição e localização dos equipamentos e instalações públicas no espaço urbano – se na Ilha (ao Norte e a Nordeste da península) ou no Continente (na orla Norte e na Sul) –, tanto pelo governo estadual quanto pelo municipal (“indecisão” com aspas no original). Mas essa “indecisão” estava completamente superada na década de 1950: “Solidificaram-se os antigos interesses de investimentos no Norte da península e, principalmente, a intensificar-se as atenções do setor imobiliário para um grande filão quase inexplorado – as praias ao Norte da Ilha e o desenvolvimento do turismo, em especial na região de Canasvieiras (SUGAI, 1994, p. 61).

¹⁴⁸ O espaço intraurbano, conceito desenvolvido por Villaça (2001), “(...) é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc.” (VILLAÇA, 2001, p. 20).

liga o continente à Ilha); a melhor infraestrutura e os investimentos viários na Ilha, favorecendo o acesso e a formação de bairros populares (SUGAI, 2015, p. 118-9).

As áreas de pobreza na área conurbada de Florianópolis, afirma a autora, têm uma configuração bastante variada de situações socioeconômicas, espaciais e habitacionais. Elas compõem desde os assentamentos nas encostas do Morro do Maciço Central¹⁴⁹ que se assemelham às ocupações informais nos morros do Rio de Janeiro até favelas sobre manguezais, dunas e próximas a rios e orlas (SUGAI, 2009, p. 168-9). A autora detalha três momentos do processo histórico de ocupação do solo urbano pela população pobre na área conurbada de Florianópolis. O primeiro é no final do século 19, após a abolição da escravidão, quando começaram a ser ocupadas as terras situadas na base do Maciço Central e, gradativamente, as encostas, pela expulsão das populações pobres das áreas centrais. O segundo se dá a partir do processo de migração rural-urbana dos anos 1960, com a população de mais baixa renda que chegava a Florianópolis construindo suas moradias nas encostas do Maciço Central, na Ilha, e também na parte continental. O terceiro período de expansão da ocupação informal ocorre na década de 1990, em paralelo à elevação do rendimento médio da população de Florianópolis, ao aumento do processo migratório e também ao aumento das desigualdades sociais na área conurbada (SUGAI, 2009, p. 169).

A capital catarinense experimentou inicialmente ocupações urbanas lentas e espontâneas, mas, no final dos anos 1980, isso mudou com o início das ocupações organizadas, abrangendo a Ilha e o continente, havendo depois, nos anos 1990 e 2000, novamente a predominância das ocupações espontâneas e, a partir de 2012, a retomada das ocupações organizadas. Nestas quase três décadas (1990 a 2019), ocorreram transformações que alteraram a capital, transformando-a em atrativo turístico relacionado especialmente às suas belas paisagens e praias.

Ressalta-se que, muito antes que a vocação turística se constituísse efetivamente como parte da solução para aumentar o dinamismo de Florianópolis, a imprensa local noticiava a existência das favelas e de suas moradias precárias. Em 10 de setembro de 1952, o *Diário da Tarde*, ligado à UDN, dizia que, longe “da rotina viciada da praça de Florianópolis”, era possível observar “com tristeza e lágrimas nos olhos as pequenas favelas miseráveis e os seus miseráveis habitantes”, que conviviam com “lama, sujeira e imundície, invadindo as calçadas

¹⁴⁹ O Maciço Central ou Maciço do Morro da Cruz é uma formação rochosa próxima às áreas centrais da capital e se estende por quase 5 km no sentido das Baías Norte e Sul, atingindo 285 metros de altura. Hoje tem, com o bairro Monte Cristo, no Continente, a maior concentração de populações empobrecidas na capital catarinense, mas nele também há áreas com populações de maior poder aquisitivo.

e penetrando em outros quintais vizinhos”, população esta formada por “heróis anônimos”, “mortos-vivos”, que proporcionavam uma “visão revoltante para os olhos do turista e para os olhos dos moços e dos velhos” (LOHN, 2016, p. 111). Quase 20 anos depois, em 4 de agosto de 1972, o jornal *O Estado* referia-se aos programas habitacionais geridos pelo governo militar e ao novo perfil sociocultural da cidade, que atraía milhares de trabalhadores migrantes em busca de emprego. O crescimento desordenado, devido à chegada de “populações interioranas”, dizia o jornal, poderia “gerar na periferia da capital do estado um macabro anel de favelas, criando um ambiente propício à proliferação da miséria, do crime e do vício” (LOHN, 2016, p. 287).

Peres assinala que a partir dos anos 1970 é que se dá a crise do padrão institucional de desenvolvimento urbano no país, que priorizava construções de grandes conjuntos habitacionais nas periferias. Esse padrão concentrador, desigual, segregador e periférico gerou impactos urbano-habitacionais na área conurbada de Florianópolis, levando ao surgimento dos sem-teto, “(...) os quais são a ‘ponta do iceberg’ do processo de pauperização, espoliação, periferização e segregação do trabalho” (PERES, 1995, p. 107). Foram determinantes para este processo, segundo o autor, a adoção de uma política habitacional rentabilista e discriminatória; a reestruturação do capital imobiliário e turístico baseada em um turismo intensivo e segregador, impulsionando os megaprojetos; a expansão das obras públicas e investimentos imobiliários como elementos de valorização urbana; a privatização das terras públicas; a legislação urbana como elemento de impulso à expansão imobiliária e a omissão em relação à problemática ambiental (PERES, 1995, p. 108).

A acelerada urbanização de Florianópolis acompanhava o que acontecia no país, que, em duas décadas, entre os anos 1950 e 1970, vê se inverter a relação entre a população rural e urbana. O descompasso entre este processo e a não-distribuição da riqueza, com o consequente aumento da pobreza, começa a provocar reações no final dos anos 1970, quando, em meio à repressão política da ditadura militar, ressurgem os movimentos sociais, sindicais e políticos, muitos deles ligados ao movimento da reforma urbana (PERES, 1995, p. 109).

3.2 OCUPAÇÕES URBANAS POR MORADIA

Nos anos 1980, a articulação nacional pela reforma urbana que o país vivia tomou corpo em Florianópolis. Em 14 de setembro de 1984, cerca de 40 pessoas acamparam na

frente do Palácio do Governo de Santa Catarina, exigindo o direito à moradia, em uma articulação que pela primeira vez visibilizou os sem-teto como um movimento¹⁵⁰. Na edição daquele dia, a notícia sobre a ocupação recebeu, no jornal *O Estado*, o título “Grupo de desempregados vai ao Palácio pedir auxílio”. O texto, na sua condição de registro inaugural de um movimento então recém-iniciado, realça aspectos daquele período histórico, como a condição de ex-lavradores dos ocupantes, e suas reivindicações, estreitamente relacionadas com a impossibilidade do viver cotidiano, com o qual o Estado, em relação àquelas pessoas, não queria se comprometer:

Desesperados e revoltados com sua situação, um grupo de 20 pessoas foi, ontem pela manhã, até o Palácio do Governo pedir ajuda ao Governador Esperidião Amin. São ex-lavradores vindos do interior do Estado que não têm casa, emprego e alimentos, e que no fim do seu êxodo não encontraram maneira de sobreviver na Capital.

[...]

Não encontrando emprego na Capital (...), estas famílias levaram uma série de reivindicações ao Governador: um lugar para morar; um pouco de madeira para construir seus barracos (...); emprego na Comcap, Prefeitura ou DNER ou qualquer outro lugar; escola para crianças; assistência médica e alimentação para recomeçar a vida.

[...]

O Chefe da Casa Civil mostrou-se surpreso com a lista de pedidos afirmando que “o Governo não pode resolver seus problemas. Ajudamos vocês, mas amanhã vêm outras pessoas pedindo casa e comida. O que eu posso fazer é encaminhá-los à Secretaria de Desenvolvimento Social para serem cadastrados para que encontre uma solução. “Explicou ainda que a reivindicação é difícil de atender, pois afinal, é um exagero querer escola, assistência médica e casas. Nós não temos condições de dar nada disso. Vocês não deveria (sic) ter saído de onde moravam sem emprego certo e casas. Por isso acho que agora o problema é de vocês”. Nesse instante, Assis Filho [Chefe da Casa Civil] foi ajudado pelo Chefe da Casa Militar, Coronel Saulo Nunes de Souza que afirmou: “Vocês não estão sendo orientados pelos padres, então mandem a Igreja dividir suas terras. Vão pedir um lugar nas terras do Bispo de Chapecó, Dom José Gomes porque o Estado não tem.

[...] (GRUPO... *O Estado*, 14 set. 1983, p. 2). [Uso das aspas como no original]

Seis anos depois, em julho de 1990, o movimento coordenou a primeira ocupação organizada de terras na capital catarinense, em um terreno público às margens da Via Expressa – ligação rodoviária entre a BR-101 e a Ilha – onde hoje está o bairro Monte Cristo,

¹⁵⁰ As ocupações naquele período são analisadas em uma série de 11 entrevistas feitas para o *Projeto Escritos em Movimento*, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), disponível em <http://escritosemmovimento.blogspot.com>

na porção continental, que foi chamada de Ocupação Novo Horizonte. Segundo Canella, os (...) conflitos que inicialmente aconteciam de forma mais isolada foram adquirindo maior organicidade quando as lideranças de diferentes localidades passaram a se articular entre si” (2015, p. 223):

As ações passaram a ser mais e mais conjugadas ao esforço de atores ligados à Igreja Católica (pastorais e CEBs) de organizar esses moradores pobres. Esses atores da Igreja, que possuíam grande inserção junto aos moradores dos bairros onde se desenrolavam os conflitos, funcionavam efetivamente como mediadores, pois faziam a ligação desses moradores com outros setores da sociedade (tais como universidade, advogados, militantes de outros movimentos, sindicatos) que através da imprensa, divulgavam sua causa e pressionavam a prefeitura. Com forte influência do discurso da Teologia da Libertação, focado na justiça social, o movimento assumiu um caráter politicamente progressista e, em pouco tempo, passou a protagonizar ações de enfrentamento com a prefeitura e outros órgãos públicos. Numa postura mais agressiva, superando a mera resistência às ações de despejo, o grupo que se organizava em torno do CAPROM [Centro de Apoio e Promoção do Migrante] fez a opção pelas ocupações organizadas (CANELLA, 2015, p. 223-4).

Apresentou-se então, explica Peres (1994, p. 622), naquele contexto/período, um processo de ocupação territorial para garantir de forma imediata a terra e as condições mínimas de habitabilidade diante da impossibilidade de se ter acesso, pelas vias formais, à moradia. No primeiro momento, a ocupação se dá de forma irregular e ilegal, pela auto-construção da moradia, em que o imediato e urgente são a regularização da terra e o acesso ao trabalho e, em segundo lugar, aos serviços urbanos mais cotidianos. No segundo momento, quando ocorre a regularização da terra ou desaparece o perigo imediato de despejo, a infraestrutura e os serviços são vistos e tratados de forma diferente, já como processos consolidados, assim como a moradia:

A moradia começa a ser entendida como pertencimento, lugar de identificação psicossocial, onde a necessidade de melhoria definitiva das condições de habitabilidade cobra sentido ambiental, estético e construtivo, claro que regidos pela disponibilidade de recursos; a partir daí, são progressivos¹⁵¹ (PERES, 1994, p. 622).

¹⁵¹ La vivienda comienza a ser entendida como pertenencia, lugar de identificación psicossocial, en donde la necesidad de mejoría definitiva de las condiciones de habitabilidad cobran sentido ambiental, estético y constructivo, claro que son regidos por la disponibilidad de recursos; de ahí, que son progresivos.

No terceiro momento, a preocupação com a melhoria urbana e da moradia ocupa um lugar central; no quarto, o assentamento auto-construído tende a ser incorporado à malha urbana e pouco a pouco a área em questão já não é mais considerada marginal pelo Estado e as elites e passa a integrar a cidade (PERES, 1994, p. 622-23).

Aquela ocupação histórica de 1990, exemplo do processo acima mencionado, teve, além da cobertura do jornalismo tradicional, também a de um veículo importante naquele período, o *Jornal das Comunidades*¹⁵², que enfatizou, na chamada de capa, sob a manchete “OCUPAÇÃO”, a ideia de resistência diante de uma vida cotidiana onde o habitat, a moradia, e o habitar, o uso pleno da cidade, eram igualmente impedidos:

Cem famílias sem terra, sem teto e sem medo escreveram um pedaço de História, com as próprias mãos, na madrugada fria de 28 para 29 de julho. Ocuparam um terreno baldio da Cohab, no Pasto do Gado às margens da Via Expressa, em Florianópolis. Foi a primeira ocupação organizada de áreas urbanas de Santa Catarina. E eles querem fincar pé naquela terra.

– Somos nós que construímos esta cidade, mas até agora não nos deram o direito de morar dignamente. Por isso, decidimos: OCUPAR, RESISTIR E CONSTRUIR.

A ocupação é a última saída para os 40 mil sem-teto da Capital, que vivem no sufoco do aluguel, no aperto dos cortiços e sob a ameaça dos despejos (OCUPAÇÃO, jul./ago. 1990, p. 1).

O ano seguinte, 1991, representou, afirma Peres, um marco de consolidação de conquistas dos sem-teto e um trabalho de unidade e solidariedade sem precedentes:

Em uma audiência com o Governador do estado, Vilson Kleinubing, este setor da população, juntamente com os sem-terra, conseguiram deste governante garantias mínimas em relação à moradia, ao mesmo tempo em que os sem-terra finalmente obtinham, através de um documento de petições firmado com o governo estadual, um conjunto de garantias referentes às condições de assentamento legal na terra, produção agrícola e de subsistência e outras demandas¹⁵³ (PERES, 1994, p.614).

¹⁵² Do *Jornal das Comunidades*, publicação da então Coordenação da Comissão de Associações de Moradores de Florianópolis, foram encontradas oito edições impressas entre maio de 1989 e dezembro de 1990. A tiragem era de 3 mil exemplares distribuídos em comunidades do Maciço Central e em bairros onde havia ocupações de famílias de baixa renda. Outro veículo que circulou no período fora do jornalismo tradicional foi a *Folha da Lagoa*, mencionada no próximo subcapítulo, que mantinha um Conselho Editorial composto por três jornalistas e não se vinculava a associações ou entidades em geral.

¹⁵³ En una audiencia con el Gobernador del estado, Vilson Kleinubing, este sector de la población, juntamente con los sin-tierra, conseguieron de este gobernante garantías mínimas con respecto a la vivienda, al mismo tiempo que los sin-tierra finalmente obtenían, a través de un documento de peticiones firmado con el Gobierno estatal, un conjunto de garantías referentes a las condiciones de asentamiento legal en la tierra, producción agrícola y de subsistencia y otras demandas.

Nos anos seguintes, novas ocupações ocorreram, processo que perdeu força a partir de 1993, em função de divisões internas do movimento e das expectativas criadas com a eleição e gestão da Frente Popular (PPS, PT, PCdoB, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV) em Florianópolis, entre 1993 a 1996 (PERES, 1995, p. 117). Nas duas décadas seguintes, o crescimento populacional de Florianópolis foi acompanhado também pela agudização do déficit habitacional¹⁵⁴. Em 2005, pesquisa realizada em oito regiões metropolitanas brasileiras, entre elas Florianópolis, cadastrou 171 assentamentos informais na área conurbada da capital catarinense, dos quais 61 em Florianópolis (SUGAI, 2009, p. 166). É neste contexto que 2012 marca o que Canella (2015, p. 221) define como o segundo ciclo de ocupações organizadas na área conurbada de Florianópolis – o primeiro foi aquele no final da década de 1980 e início dos anos 1990 –, com a 1) Ocupação Contestado, no município de São José, em novembro de 2012¹⁵⁵; 2) Ocupação Palmares, na Serrinha, localizada no Maciço Central, em Florianópolis, em 2013¹⁵⁶; 3) Ocupação Amarildo de Souza, no bairro da Vargem Pequena, Norte da Ilha de Santa Catarina, a maior delas, na Foto 2, em dezembro de 2013.

¹⁵⁴ Não se desconhecem as críticas ao conceito de “déficit habitacional”, como a formulada por Tonin, indicando que o conceito de déficit “(...) não somente é equivocado como é uma mistificação, pois o que há na realidade é uma exclusão habitacional, um divórcio entre a produção e o consumo de moradia estabelecido pela transformação da moradia em mercadoria e pela superexploração da força de trabalho. É muita gente sem casa e muita casa sem gente. E quanto mais se estimula a produção de casas, mais se produz sem-teto (TONIN, 2015, p. 151-2).

¹⁵⁵ Em relação às ocupações, o ano de 2012 ficou marcado pela violenta reintegração de posse em Pinheirinho, ocupação localizada em São José dos Campos (SP), em que 2 mil policiais militares desalojaram cerca de 6 mil pessoas, gerando forte repercussão internacional (SOUSA; CASTRO, 2019). Em maio de 2018, só a cidade de São Paulo tinha 206 ocupações, onde moravam 45 mil famílias, a maior parte na região central da cidade (SANTIAGO, 2018).

¹⁵⁶ Diferentemente da Ocupação Contestado e da Ocupação Amarildo de Souza, a Ocupação Palmares surgiu de forma espontânea, sem uma ação desencadeada a partir de um planejamento prévio feito por um movimento organizado (CANELLA, 2015, p. 232). O Ocupação Contestado continua no mesmo local, e as cerca de 120 famílias aguardam o término das negociações para obter moradia em outra área. A Ocupação Palmares, com 26 famílias, se desfez por ação judicial da Prefeitura de Florianópolis, e as famílias acabaram por assinar um acordo de despejo com a condição de uma pequena indenização pelas casas derrubadas (CALHEIROS, 2016, p. 57-8).

Foto 2 – Vista parcial da Ocupação Amarildo de Souza, nas margens da SC-401



Crédito: Rubens Lopes de Souza (janeiro de 2014)

Depois de duas décadas de ocupações espontâneas em diferentes localizações, em terrenos menos valorizados, os leitores, ouvintes e telespectadores da imprensa local acompanharam, durante oito meses, a cobertura jornalística de uma ocupação organizada, a Amarildo de Souza, que ocorreu inicialmente em um terreno de cerca de 900 hectares às margens da SC-401, principal rodovia para o Norte da Ilha, e a cinco quilômetros de um dos bairros mais valorizados do país, Jurerê Internacional¹⁵⁷. A ocupação foi organizada e apoiada pela Brigada Marighella, dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de uma relação com as famílias e os grupos de apoio das Ocupações Contestado e Palmares (CALHEIROS, 2016, p. 57-8). A Amarildo de Souza foi uma ocupação que irrompeu no cotidiano da cidade, tendo como lema “Terra, Trabalho e Teto” ao defender a reforma urbana e a reforma agrária e deixar a nu o déficit habitacional na capital onde a classe dominante tem reservado para si as melhores localizações no espaço. Em estudo sobre a ocupação, Calheiros analisa as implicações do lema:

¹⁵⁷ Em julho de 2015, a imprensa local noticiou que Jurerê Internacional era o bairro com o metro quadrado mais caro da Capital no levantamento do mercado imobiliário realizado pela Fecomércio, de R\$ 5.501,58 - R\$ 1.138,17 a mais do que a média no restante da cidade (AYRES, 2015).

Nesse sentido, verifica-se que o lema escolhido, não só abre as possibilidades para uma nova proposta de ação na região da grande Florianópolis, mas, sobretudo, busca, para além das formas já consolidadas de organização das classes trabalhadoras no campo, incorporar demandas de extrema urgência para os trabalhadores mais pauperizados da cidade. Além de incluir na pauta de luta por Reforma Agrária a questão do direito à moradia (entendendo o aluguel como forma de extração indireta do salário dos trabalhadores), a proposta relacionada ao trabalho procurou ir mais além, ao propor uma superação das relações baseadas na exploração capitalista de produção, sugerindo, por sua vez, condições de trabalho e renda através de valores pautados na solidariedade e cooperativismo entre os trabalhadores (CALHEIROS, 2016, p 154).

Cabe assinalar que, ao contrário do que ocorreu nos anos 1990 nas primeiras ocupações no bairro Monte Cristo, onde as famílias conseguiram concretizar o direito à moradia, as famílias da Ocupação Amarildo de Souza se dispersaram após intensa repressão pela via policial, judicial e midiática¹⁵⁸. As poucas que permaneceram depois de longa negociação foram levadas para uma área rural no município de Águas Mornas, na Região Metropolitana de Florianópolis, distante cerca de 50 quilômetros da capital¹⁵⁹.

Uma particularidade da Ocupação Amarildo de Souza foi a trajetória que seus ocupantes fizeram em diferentes espaços da área conurbada de Florianópolis na tentativa de resistência. Cada movimentação no espaço geográfico gerava novo ciclo de notícias e reportagens. A ocupação iniciou em 16 de dezembro de 2013, com cerca de 50 pessoas no terreno da SC-401, chegando a ter, com o passar das semanas, 725 famílias, segundo pré-

¹⁵⁸ Canella (2016, p. 279) observa que chamou a atenção a forte reação contrária por parte da mídia, com coberturas muito mais agressivas do que aquelas que caracterizaram as ocupações do primeiro ciclo. A mencionada cobertura será analisada, entre outras, no próximo capítulo. Cabe destacar a relevância de uma pesquisa que investigasse a cobertura jornalística nos diferentes ciclos das ocupações urbanas em Florianópolis para compreender os motivos da diferença notada por Canella. Felix (2012) analisou as transformações nos discursos sobre a favela no noticiário dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* dos anos 1980 a 2010, a partir de um corpus de 764 reportagens. A pesquisa mostrou que a retórica do risco, hegemônica no discurso jornalístico sobre as favelas, substituiu a narrativa típica da política da piedade, que prevaleceu até os anos 1980, estrutura discursiva a expressar – conclui a autora – não apenas uma transformação na sociabilidade das favelas, como também mudanças na forma de fazer jornalismo e na maneira pela qual a sociedade concebe seu papel frente à pobreza. A autora consegue, inclusive, localizar o acontecimento, no Rio de Janeiro, que marcou a substituição da narrativa.

¹⁵⁹ Não é objetivo da pesquisa discutir os motivos pelos quais a Ocupação Amarildo de Souza não alcançou os objetivos pretendidos. Mas assinalamos que Calheiros pesquisou o tema em TCC desenvolvido no curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC e apontou os principais problemas, dificuldades e desafios enfrentados pela ocupação, em relação aos quais conclui: “Desse modo, chega-se ao pressuposto de que talvez uma das possíveis causas que possam ter contribuído para a saída em massa das famílias, tenha origem na opção de suas lideranças pela escolha e imposição de um projeto de âmbito agrário a uma base social notadamente urbanizada” (2016, p. 176). Outros dois trabalhos sobre a Ocupação Amarildo são os de Livramento (2017) e Nascimento (2018).

cadastro do movimento, e 489 de acordo com cadastro do INCRA-SC¹⁶⁰. Em 15 de abril de 2014, depois de forte repressão e longa negociação, cumprindo ordem judicial firmada em audiência conciliatória, cerca de 70 famílias foram transferidas para a Terra Indígena Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, a cerca de 50 quilômetros de Florianópolis, ali adotando o nome “Comuna Amarildo de Souza”¹⁶¹. A mudança provocou conflitos com a população indígena guarani que lá vive e já enfrenta graves conflitos pela terra. A drástica redução do número de famílias foi provocada pela distância em relação à capital, à condição de extrema precariedade imposta logo nos primeiros momentos da chegada à área em Palhoça e a outro importante conjunto de fatores expostos por Calheiros:

Além dos fatores ligados diretamente a condição precária do local, outras questões foram apontadas pela coordenação como agravantes que contribuíram para a saída em massa das famílias. Dentre os principais problemas identificados, a distância do emprego (grande parte dos trabalhadores exerciam algum tipo de atividade remunerada em Florianópolis), mobilidade, acesso aos equipamentos urbanos, ou seja, fatores diretamente ligados à questão da segregação socioespacial, assim como dos problemas decorrentes da falta de uma alimentação básica e de infraestrutura minimamente adequada, se constituíram, aos olhos das lideranças, como causas importantes para a desistência das famílias. Outro fator identificado como sendo o de maior relevância quando se leva em consideração o processo radical de desarticulação da base social, diz respeito especificamente ao reconhecimento por parte da coordenação, da demanda urgente das famílias por moradia, em especial dentro do município de Florianópolis. De acordo com um dos coordenadores, a proposta do projeto de Reforma Agrária Popular instituída pelas lideranças acabou não sendo devidamente incorporada como objeto maior de reivindicação e luta por parte da maioria dos participantes, se constituindo, em última instância, como um dos fatores decisivos e principais no tocante a decisão por deixarem o Movimento (CALHEIROS, 2016, p. 101).

Diante do impasse provocado pela transferência das famílias para uma terra indígena que já era alvo de conflitos, em 20 de abril de 2014 aproximadamente 60 pessoas tentaram ocupar outro terreno público no distrito de Ingleses do Rio Vermelho, Norte da Ilha – nas vizinhanças do Costão Golf Club, do mesmo proprietário do conhecido resort Costão do Santinho, localizado na praia do Santinho, vizinha ao Rio Vermelho. Foi uma tentativa de

¹⁶⁰ Esse crescimento acelerado, destaca Calheiros (2016, p. 78) ganha mais impacto e notoriedade pública com a chegada de aproximadamente 50 índios da etnia Kaingang, do Rio Grande do Sul, cerca de 15 dias depois de iniciada a ocupação, somando-se às famílias acampadas e ali ficando com a intenção de vender seu artesanato durante a alta temporada de verão.

¹⁶¹ Segundo integrantes do Movimento, afirma Calheiros, o termo “Comuna” “(...) refere-se antes a forma comunal da posse e uso da terra. Trata-se, no entanto, do estabelecimento de uma proposta que defende a concessão real do uso da área em nome de um coletivo, e não de maneira individual, a partir da titulação de propriedade da terra com seu loteamento às famílias” (2016, p. 104).

assegurar um acampamento de caráter provisório para manter a determinação estratégica de continuar atuando na capital catarinense e sustentar a perspectiva de continuação da luta pela conquista da terra dentro dos limites da Ilha (CALHEIROS, 2016, p. 105). A tentativa durou pouco porque moradores locais iniciaram protestos na frente do terreno, levando a uma tensão crescente nos dias seguintes que só terminou com a saída dos ocupantes, sob forte escolta policial e ameaças de agressão por parte da população local, contida com bombas de efeito moral e balas de borracha.

Em 11 de maio de 2014, cerca de 40 pessoas ocuparam a superintendência do INCRA no município de São José com o objetivo de pressionar por uma nova área para as famílias remanescentes da ocupação. Finalmente, em 3 de julho de 2014, 20 famílias foram transferidas para o município de Águas Mornas, restando atualmente, na área, cerca de 10 famílias.

Enquanto durou (de 16 de dezembro de 2013, com a instalação das primeiras famílias no terreno da SC-401, até 3 de julho de 2014, com a transferência de pequena parte das famílias para o município de Águas Mornas), a Ocupação Amarildo de Souza teve ampla cobertura dos veículos da imprensa de Florianópolis, sendo que a Ocupação Contestado, no bairro Serraria, periferia do município de São José, teve cobertura eventual¹⁶². Ao contrário da Ocupação Contestado, de localização periférica na área conurbada de Florianópolis, a Ocupação Amarildo de Souza situou-se em uma das mais disputadas localizações na Ilha de Santa Catarina, com significativos investimentos públicos essenciais para a atividade turística. As negociações para retirar os ocupantes revelaram que apenas uma pequena parte do terreno seria privada, reclamada como propriedade do empreendimento Florianópolis Golf Clube, cujos sócios eram o ex-deputado e empresário Artêmio Paludo, sua esposa e filhos¹⁶³. A maior parte, em terreno de marinha, seria pública. Vistoria realizada pela SPU (Superintendência de Patrimônio da União), órgão responsável pela verificação da procedência de titularidade da área ocupada, constatou a condição de ilegalidade de posse do

¹⁶² No âmbito das pesquisas em jornalismo, a cobertura jornalística da Ocupação Amarildo já foi tema de dois Trabalhos de Conclusão de Curso, o primeiro com base teórica nos estudos de Wolf e Traquina sobre os critérios de noticiabilidade e metodologia de Análise do Discurso (Costa, 2015, pela Unisul), e o segundo com base teórica em Boaventura de Sousa Santos e metodologia de Análise da Narrativa (Toledo, 2016, pela UFSC). Cabe destacar a pesquisa de Toledo, que localizou 72 publicações sobre o assunto, entre elas 34 reportagens, 18 opiniões de columnistas e 2 editoriais.

¹⁶³ Artêmio Paludo é fundador e ex-proprietário do Frigorífico Seara. Ele exerceu mandato de deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA-1979-1983), assumindo posteriormente como suplente convocado (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS) (CALHEIROS, 2016, p. 74-5).

suposto proprietário, identificando a área como patrimônio da União (CALHEIROS, 2016, p. 87). Ou seja, a maior parte da área não era privada.

Em se tratando da propriedade de terras em Florianópolis e no estado de Santa Catarina como um todo, a situação do terreno onde se instalou a Ocupação Amarildo de Souza pode ser analisada à luz das conclusões apresentadas na obra *O golpe da 'Reforma Agrária' – fraude bilionária na entrega de terras em Santa Catarina*, de G. Schinke. Através de extensa pesquisa nos arquivos do extinto Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), que funcionou entre as décadas de 1960 e 1970, o autor comprovou que, dos cerca de 16 mil títulos de propriedade entregues pelo órgão no estado, em torno de 11.200 poderiam ser considerados no mínimo irregulares pelos critérios que legalmente davam base para reforma agrária (SCHINKE, 2017, p. 456). Em vez de serem entregues prioritariamente a camponeses, posseiros e pescadores, como previa a lei, as terras foram concedidas a militares, funcionários públicos, empresários pecuaristas e profissionais liberais:

(...) o “conjunto da obra do IRASC” constitui-se na maior fraude fundiária, efetivada sob o manto de uma suposta reforma agrária, perpetrada na história do Brasil. Subvertendo totalmente a proposta, sua atuação efetivou uma clara ANTIRREFORMA AGRÁRIA no Estado de Santa Catarina.

A “genialidade política” consistiu em apropriar-se de um órgão já existente voltado à execução da reforma agrária, mas desvirtuar totalmente o seu objetivo fundiário, estratégia que, em última instância, constitui a singularidade histórica dessa fraudulenta operação no processo da reforma agrária brasileira (SCHINKE, 2017, p. 536).

Campos, em pesquisa sobre a transformação das terras comunais de Florianópolis em propriedades privadas, explicita como isso ocorreu em Jurerê, fato que é um exemplo desse processo em outras praias (1991, p. 142-6). A área comunal da região foi dada pelo Estado a um proprietário em troca das terras dele no local onde seria instalado o acesso insular à ponte Hercílio Luz e que na época abrigava o cemitério municipal. Troca aceita, o proprietário começou a demarcar a área que recebera, cercando-a parcialmente. A demarcação parava se algum reclamante apresentasse documento comprovando propriedade ou posse, porém a maioria nada possuía, mas o proprietário não impedia a utilização dos campos. Com a morte dele, a viúva vendeu a área. Após 1945, o uso das áreas comuns passou a ser restringido. Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária, cujo sócio majoritário era Aderbal Ramos da Silva, influente político da família Ramos, ex-deputado e governador do estado de 1947 a 1951. Mais tarde, nos anos 1980, o grupo Habitasul comprou a área, construindo ali o empreendimento Jurerê Internacional, que tomou toda a área comunal da região.

O Mapa 1 mostra que Jurerê (circulada em vermelho) é uma das localizações que, em Florianópolis, concentra a população que tem renda média acima de 15 salários mínimos. As populações com renda até três salários mínimos, indicadas no mapa em azul, ficam predominantemente na Área Conurbada (municípios de São José, Biguaçu e Palhoça).

Mapa 1 – Concentração populacional por extremos de renda - 2010



Fonte: Sugai (2015)

A continuidade e o aprofundamento das contradições da ocupação do espaço urbano de Florianópolis, com a progressiva segregação das populações empobrecidas para áreas de

localização periférica, se expressaram, entre 2017 e 2019, na insurgência de novas ocupações, entre as quais se destacam a Ocupação Fabiano de Cristo, no bairro Monte Cristo (porção continental), e a Ocupação Marielle Franco, no Maciço Central (Foto 3), próximo da área onde, em 2013, ocorreu a Ocupação Palmares.

Foto 3 – Vista parcial da Ocupação Marielle Franco, no Maciço Central



Crédito: acervo da autora (2018)

Além dessas, outras ocupações ocorreram entre 2017 e 2019 na Área Conurbada de Florianópolis, demonstrando o recrudescimento da luta pela moradia na região, acompanhando processos semelhantes Brasil afora. Nacionalmente, o tema ganhou relevância com as remoções feitas para os megaeventos esportivos (Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, também no Rio de Janeiro), que levaram a um processo de valorização do capital através do espaço urbano e a graves violações de direitos humanos, aprofundando a desigualdade social (SANTOS; FAUSTINO, 2017).

Dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro revelam que o déficit habitacional relativo do país, que dimensiona a carência em relação ao total de domicílios de uma região, passou dos 9,0% (6 milhões e 68 mil moradias em termos absolutos) registrados

em 2014 para 9,3% (6 milhões e 355 mil) em 2015. Segundo a Fundação, na composição do déficit habitacional brasileiro, em 2015, o ônus excessivo com aluguel foi o item de maior peso, respondendo por 3,177 milhões de unidades ou 50% do déficit. O peso relativo do componente ônus excessivo com aluguel na composição do déficit habitacional vem crescendo nos últimos anos, alcançado a marca dos 50% em 2015 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

No caso da Ocupação Amarildo de Souza, o cadastro do INCRA com 489 famílias que estavam no terreno da SC-401 revelou que, das 180 provenientes de Santa Catarina, 71 (40%), eram originárias da própria Área Conurbada de Florianópolis (60 famílias de Florianópolis e 10 de São José) (CALHEIROS, 2016, p. 131). É possível presumir, segundo Calheiros, que um número expressivo de famílias no cadastro da Prefeitura de Florianópolis para fins de moradia seja composto por parte da população presente nas recentes ocupações da região¹⁶⁴ (CALHEIROS, 2016, p. 129).

Para Canella (2019), as recentes ocupações constituem um terceiro ciclo de ocupações urbanas na Área Conurbada de Florianópolis, por terem surgido sem um planejamento prévio, mas, posteriormente, demandarem um processo de organização coletiva para atender suas reivindicações. Esse ciclo, diz o autor, também é marcado pela participação de antigos mediadores, que atuaram nas ocupações dos anos 1990 (CANELLA, 2019, p. 18).

A Ocupação Marielle Franco terá a cobertura jornalística analisada no próximo capítulo. Ela ocorreu em área parte privada, parte pública, em terreno no qual estava prevista a construção de moradias populares pela Prefeitura de Florianópolis, tendo atualmente cerca de 120 famílias nas duas áreas. Apesar de o Maciço Central abrigar populações empobrecidas expulsas das áreas centrais planas da capital desde o final do século 19, sua localização agora é estratégica, especialmente em função da série de obras realizadas com recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, criado em 2007, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva), entre as quais asfaltamento de vias e saneamento básico. No entorno do Maciço, também localizam-se instituições públicas como hospitais, universidades, escolas, além de prédios onde funcionam órgãos da administração federal, estadual e municipal. Em 2018, o auge da cobertura jornalística sobre a ocupação ocorreu em junho,

¹⁶⁴ Como será visto no próximo capítulo, pessoas ouvidas para notícias e reportagens do jornalismo tradicional e independente afirmam que vivem em Florianópolis ou na Área Conurbada e ocuparam por não conseguirem pagar aluguel.

quando várias casas foram demolidas com forte aparato policial, gerando tensas negociações com a Prefeitura, havendo novo ciclo de cobertura entre março e maio de 2019.

As camadas de baixa renda têm encontrado cada vez mais dificuldade de morar na Ilha. Um exemplo ilustrativo refere-se ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo até a atualidade o mais importante programa de habitação de interesse social (voltado para essa camada da população). Na Área Conurbada da Região Metropolitana de Florianópolis, até 2016, o programa financiou 27.911 unidades habitacionais distribuídas em 1.200 empreendimentos. Palhoça é o município com mais intervenções do programa (14.681 unidades habitacionais) (VERA, 2018, p. 169). De 2009 a 2016, Florianópolis ficou atrás de todos os demais municípios (São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz) no total de unidades habitacionais entregues. Conforme Vera, isso se deve ao fato de Florianópolis ter o preço dos terrenos mais alto “(...) já que existe forte condicionante imobiliário, não só no centro urbano municipal, como também em qualquer outro bairro da Ilha” (VERA, 2018, p. 169). A faixa 1 do programa, que engloba as famílias com mais baixa renda e dá o maior subsídio por parte do governo, foi a menos atendida e teve uma grande queda nos anos 2014, 2015 e 2016. Em Florianópolis, foram construídos apenas três empreendimentos no Norte da Ilha (faixa 2) e dois no bairro Estreito, no Continente (faixa 1). Portanto, na Ilha, não foi viabilizado nenhum empreendimento na faixa 1.

Um dos elementos para entender o motivo pelo qual o preço dos terrenos é tão alto em Florianópolis é a especulação imobiliária provocada pelo turismo. Na capital, predomina o setor de serviços, enquanto outras cidades como Joinville, a maior do estado, Blumenau e Jaraguá do Sul lideram o valor adicionado bruto da indústria (SPAUTZ, 2018). Segundo Vera, o parcelamento do solo em Florianópolis se distingue dos loteamentos localizados nos outros municípios pelos preços, substancialmente mais elevados, e pela diferenciação – o aspecto simbólico de morar próximo ao mar, na capital e com a infraestrutura que ela oferece:

Dessa forma, esses loteamentos estão orientados para uma classe social de recursos econômicos médios ou altos. Sua implementação traz repercussões intraurbanas, sobretudo, desde o ponto de vista de que adensam bairros já existentes, fazendo uso de redes de saneamento básico já deficientes, ocupando áreas de preservação permanente e incrementando os fluxos veiculares em grande forma (VERA, 2018, p. 311).

Foi nas últimas décadas do século 20, mostra a autora, que nasceram as empresas do ramo imobiliário mais importantes da região, algumas reestruturadas e com maior capital financeiro atuando até hoje. As operações imobiliárias por elas impulsionadas se dão por dois tipos de intervenções, os loteamentos e os conjuntos habitacionais, ambos provocando uma verdadeira metamorfose espacial que implica profundas transformações no território:

As intervenções dessas empresas de capital privado vêm criando periferias homogêneas no sentido de que são espaços sem identidade nem qualidade, com formas que negam o uso do espaço público em áreas de pouca diversidade de usos. O resultado são loteamentos e conjuntos habitacionais sem conexões eficientes uns com outros, nem com seus entornos, com calçadas descontínuas, mal sinalizadas, áreas de lazer escassas e em mal estado, pois cada incorporadora trabalha sua própria gleba de terra sem um projeto urbanístico integrado. Além disso, essas áreas não contam com uma rede sanitária de qualidade, e os serviços de utilidade pública, como centros de saúde, escolas e creches, quando existem são insuficientes para a demanda da população crescente. Claramente, o único objetivo dessas empresas é o desenvolvimento dos seus próprios capitais por meio da extração de renda dos seus produtos imobiliários (VERA, 2018, p. 312-3).

Atualmente, afirma a autora, a indústria da construção civil se fortalece por arranjos financeiros complexos, com processos globais e diferentes estratégias de expansão do capital financeiro-imobiliário. Para obter ganhos, aproveitam-se dos acréscimos que uma gleba de terra ou um lote ganham com o passar do tempo e a instalação de infraestrutura por parte do estado. As parcerias, terceirizações e subcontratações também são estratégicas para a centralização do capital, além da padronização do produto imobiliário:

Os quadros descritos sobre as particularidades das estratégias de expansão do capital imobiliário nos levaram à conclusão de que estamos frente a uma nova relação do capital com o espaço, sob a hegemonia do capital financeiro-rentista. Essa relação tem implicações de escala mais abrangente do que no século passado, pois atualmente a terra é um elemento chave e torna-se uma poderosa reserva de valor. As repercussões desse modelo é (sic) a configuração de cidades fragmentadas econômica, social e funcionalmente; com crescente uso do espaço, porém elas são desiguais quanto à disposição de serviços, privilegiando alguns poucos setores sociais e reproduzindo dinâmicas de segregação socioespacial (VERA, 2018, p. 319).

Além da moradia, a especulação imobiliária provocada pelo turismo suscita conflitos visibilizados em outra forma de ocupação, aquela que reivindica espaços de lazer, vista a seguir.

3.3 OCUPAÇÕES URBANAS POR LAZER E CULTURA

Além das ocupações, organizadas ou não, para moradia, no espaço urbano visibilizam-se outros conflitos entre apropriação e dominação, em especial os que disputam áreas de lazer. No litoral brasileiro, em acentuado processo de valorização, dois exemplos são a luta de populações tradicionais de Paraty, no litoral do Rio de Janeiro, contra a privatização de praias pelo Condomínio Laranjeiras (DAFLON, 2017), e a do Movimento Ocupe Estelita contra a construção do projeto Novo Recife, que prevê 12 torres de até 40 andares no terreno do Cais José Estelita, na capital pernambucana (BULCÃO, 2018).

Em Florianópolis, a mais representativa luta por uma área de lazer, por ter iniciado ainda nos anos 1980 e sem desfecho em 2019, caracterizando um longo processo de resistência, é o conflito em torno da chamada Ponta do Coral, na avenida Governador Irineu Bornhausen, quase na frente do Palácio da Agrônômica, também chamado de Casa do Governador (Foto 4)¹⁶⁵. A Ponta do Coral, outrora chamada de Ponte do Recife, é uma pequena extensão de terra em forma de ponta, com 14.950,71 m², que permaneceu depois dos aterros feitos para a construção da Via de Contorno Norte-Ilha.

¹⁶⁵ No entorno da Ponta do Coral (cerca de 300 metros) também estão localizadas as sedes da Polícia Federal, Justiça Federal, Ministério Público Federal e Ordem dos Advogados do Brasil. Um pouco mais distantes, a cerca de um a dois quilômetros, estão a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina, a Eletrosul Centrais Elétricas, além de sedes de outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais, hospitais, escolas, clubes e hipermercados.

Foto 4 – Vista da Ponta do Coral, na avenida Governador Irineu Bornhausen



A Ponta do Coral, com vista parcial dos bairros Agrônômica e Centro e seus condomínios verticais. Fonte: site do Parque Cultural das Três Pontas:

<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/>

A avenida Governador Irineu Bornhausen e mais outras três avenidas – av. Paulo Fontes, av. Rubens de Arruda Ramos (conhecida como av. Beira-Mar Norte) e av. Henrique Fontes – integram a chamada Via de Contorno Norte-Ilha, construída entre 1977 e 1981 para fazer a conexão rodoviária entre a área central da cidade e os bairros e balneários situados a Norte e Leste da Ilha (SUGAI, 1994, p. 6-7). O eixo viário formado pela Via de Contorno Norte, a SC-401 (onde ocorreu a Ocupação Amarildo de Souza) e a SC-404 (que liga o centro à Lagoa da Conceição) interligou os principais bairros e os balneários ocupados pelas camadas de maior renda, situados na metade Norte da Ilha (SUGAI, 2015, p. 117). O trecho específico da avenida Governador Irineu Bornhausen rompeu o traçado contínuo de terreno que unia o acidente geográfico da Ponta do Coral à região de chácaras ali existentes até a década de 1950¹⁶⁶ (JUSTEN, 2017, p. 184). Na área de influência da Via de Contorno Norte-

¹⁶⁶ Os sobrados e chácaras eram habitações privilegiadas e propriedade da população de mais alta renda da cidade. Os sobrados ficavam no perímetro urbano. Já as chácaras serviam de moradia no verão e ficavam distantes do perímetro urbano: “As chácaras representavam a solução para os constantes problemas de saneamento (epidemias), de abastecimento e de infraestrutura que apresentavam as áreas urbanas (SUGAI, 1994, p. 22).

Ilha desenvolveu-se, durante a década de 1980, intensa atividade imobiliária, especialmente na beira do mar, com expressiva verticalização:

Na década de 1980, dos loteamentos aprovados em Florianópolis que indicam a localização dos interesses do setor imobiliário, 41,7% localizavam-se nos bairros ao longo da Via de Contorno Norte e 22,2% nos balneários ao norte da Ilha. (...) Além das atividades imobiliárias e da construção civil, foram efetivados diversos e consecutivos empreendimentos do setor privado nesses bairros, como áreas comerciais, sedes de clubes, escolas privadas, bares e restaurantes, supermercados, entre outros, que contribuíram para a expansão, a diversificação e a valorização imobiliária ao longo desse eixo viário (SUGAI, 2015, p. 117).

Apesar das evidências de que o objetivo primordial da construção da Via de Contorno Norte-Ilha era melhorar a acessibilidade para o Norte e Leste da Ilha, afirma Sugai, os discursos oficiais procuravam justificá-la pela necessidade de facilitar o acesso ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹⁶⁷ e de “(...) atender especialmente aos mais humildes”, segundo o discurso feito em 2 de abril de 1978 pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis durante solenidade de assinatura de convênio para a obra (in SUGAI, 1994, p. 166).

O terreno da Ponta do Coral foi adquirido pela Standard Oil Company of Brasil de particulares em 1930 para servir como venda e depósito de combustíveis. A empresa, oito anos depois, foi obrigada a encerrar a operação no local em função de restrições para armazenamento de inflamáveis e explosivos no perímetro urbano (SILVA, 2015, p. 53). Com a ociosidade da área, o Governo do Estado, com autorização do Legislativo, a comprou para uso público em 1959, aproveitando suas benfeitorias para ali instalar o Abrigo de Menores, confiado à administração da Congregação dos Irmãos Maristas. Portanto, afirma Silva, a Ponta do Coral foi classificada como um bem de uso especial, destinada a uma finalidade específica, educacional (SILVA, 2015, p. 54). A partir de 1969, o Abrigo de Menores passou a se chamar Educandário 25 de Novembro, sendo administrado diretamente pela Secretaria de Estado do Serviço Social. Já naquele período a área era utilizada para lazer:

¹⁶⁷ As primeiras obras da UFSC foram concluídas a partir de 1965 e sua criação e localização implicaram divergências entre os grupos dominantes de Florianópolis. O Estudo de Tráfego feito pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de Santa Catarina mostrava que a melhoria de acessibilidade ocorreria com a implantação da Via Expressa Sul, para o Sul da Ilha, mas ocorreu uma interpretação tendenciosa desses estudos, e a Via Expressa Sul foi preterida (SUGAI, 1994, p. 166).

Com a construção do Abrigo de Menores, a Ponta do Coral, como área contígua à edificação, passou a ser utilizada como local de lazer pelos internos, assim como continuou a ser utilizada por toda a comunidade do entorno em atividades recreativas, aproveitando-se dos campos de futebol existentes na estrutura do abrigo e da própria margem de praia presente na Ponta do Coral. A atividade de pesca, também, fazia-se presente; aliás, persevera até os dias atuais, dado que permanece na Ponta do Coral uma comunidade de pescadores, com ranchos e embarcações (JUSTEN, 2017, p. 183)

Em 1979, o Governo do Estado doou o terreno para a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM). Em março de 1980, a FUCABEM ofereceu o imóvel como garantia de hipoteca ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), instituição avalista do empréstimo para a construção do Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara, no município de Palhoça, para desativação do Educandário. Dezoito dias após esta hipoteca, o prédio principal do Educandário 25 de Novembro foi destruído por um grande incêndio (SILVA, 2015, p. 55-6). A causa nunca foi devidamente esclarecida. Um mês e seis dias depois, a área foi vendida para a empresa Carbonífera Metropolitana, que venceu a licitação lançada pela FUCABEM e passou a restringir o acesso da população à Ponta do Coral. A alienação do bem público Ponta do Coral foi condicionada a um uso bastante específico – para hotel e complexo turístico – contrariando a Lei n. 1.516 de 1977, então vigente, que disciplinava o uso do solo e dispunha sobre áreas verdes e equipamentos urbanos e pela qual a Ponta do Coral enquadrava-se como área verde de lazer, de natureza não edificável (JUSTEN, 2017, p. 189).

Atualmente, o terreno da Ponta do Coral resulta da incorporação de três áreas, anteriormente de propriedade da União, tendo agora como ocupante a empresa Nova Próspera Mineração S/A, sediada no município de Criciúma (SC), que a comprou da Carbonífera Metropolitana¹⁶⁸ (SILVA, 2015, p. 56). O terreno passou de público a privado por via de um processo de alienação de bens públicos, sem a devida desafetação¹⁶⁹, conforme exigia a

¹⁶⁸ O terreno foi envolvido numa hipoteca, dado como garantia de pagamento de empréstimo contraído pela Nova Próspera Mineração S/A para aquisição de minas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Criciúma/SC. Segundo Justen, o “(...) pagamento integral do empréstimo até hoje é objeto de contestação judicial, e, como tal, a execução da hipoteca cujo objeto é a Ponta do Coral tramita junto ao Poder Judiciário. Como ainda não há decisão definitiva sobre a hipoteca reclamada, a titularidade da Ponta do Coral hoje permanece sob a guarda da Nova Próspera Mineração S/A” (JUSTEN, 2017, p. 189). A intrincada configuração fundiária do imóvel Ponta do Coral pode ser conhecida de forma detalhada em Justen (2017) e Silva (2015). Outro trabalho sobre a área é o de Wagner (2015).

¹⁶⁹ Desafetação é uma expressão que designa o ato pelo qual o estado torna um bem público apropriável. A formalização da desafetação depende de lei ou ato administrativo, o que não ocorreu no caso da Ponta do Coral.

Constituição Estadual de 1967, vigente no período em que a área foi vendida¹⁷⁰ (SILVA, 2015, p. 73). O processo de especulação imobiliária da área passou então a ser intensificado, afirma Justen, com o proprietário mantendo a ociosidade da terra e, ao mesmo tempo, aproveitando-se dos melhoramentos que o poder público implantava na região, entre eles a própria avenida Governador Irineu Bornhausen (JUSTEN, 2017, p. 189).

A venda da Ponta do Coral provocou protesto já em novembro de 1980, quando acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ocuparam o terreno em um fim de semana de lazer com atividades artísticas e culturais com a população local (JUSTEN, 2017, p. 188). Essa manifestação pioneira, afirma Justen, é representativa de uma longa tensão entre os interesses do capital imobiliário e parte da opinião pública e da população locais, dando origem, em 2011, ao Movimento Ponta do Coral 100% Pública (JUSTEN, 2017, p. 188).

Ao longo dos anos 1980 até 2010, a Ponta do Coral volta e meia aparecia na cobertura jornalística em função das mudanças de zoneamento previstas na legislação urbanística e das reiteradas tentativas de construção de um hotel no terreno. Em 2010, a Nova Próspera Mineração S/A e a empresa Hantei Construções e Incorporações Ltda. anunciaram o megaempreendimento Parque Hotel Marina Ponta do Coral, na Figura 5, firmando protocolo de intenções com o município de Florianópolis para viabilizar o empreendimento.

¹⁷⁰ SILVA (2015) fez um detalhado estudo sobre o processo que envolveu a venda da Ponta do Coral em Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). A venda, afirma o autor, enquadrou-se no que a doutrina do Direito Administrativo classifica de vício insanável, afetado em sua origem, porque a norma prevista na Constituição do Estado de 1967 foi desconsiderada, especialmente em relação à necessária autorização legislativa: “A partir dos parâmetros aqui levantados e estudados, da localização dos limites e dos efeitos criados pelo ato alienante, sustentou-se que se tratou de um ato nulo, e como tal, não produtor de efeitos. Por conseguinte, referida anulação resultará na reversão do bem público Ponta do Coral ao patrimônio do Estado de Santa Catarina (SILVA, 2015, p. 73). Na época, o governador era Jorge Konder Bornhausen (1979-1982). A venda até hoje é questionada pela falta de autorização legislativa.

Figura 5 – Desenho digital do hotel proposto pela Hantei para a Ponta do Coral



Fonte: site da Hantei

<http://www.hantei.com.br/hantei/pontadocoral.pdf>

O hotel foi planejado para ter 18 andares, 661 apartamentos, 51 lojas, 1.000 vagas de estacionamento de carros, heliponto, 9 praças públicas, anfiteatro ao ar livre, 2 playgrounds, marina com 247 vagas náuticas, sendo necessária, para essa estrutura, um aterro de 34.646,00 m² (PARQUE..., 2011).

Com a publicização da proposta, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública surge, em 2011, afirma Justen, para encampar e dar continuidade à trajetória de tensões entre os interesses do capital imobiliário na região e as expectativas de parte da população/opinião pública local por áreas públicas de lazer:

A trajetória dessa tensão, sempre intensificada com os movimentos do proprietário em ocupar efetivamente a área, embora constando do imaginário de lutas populares na cidade por sua perenidade, assume a forma de uma organização de resistência mais consolidada a partir de 2011 com o surgimento do Movimento Ponta do Coral 100% Pública, diante de uma ameaça que estava prestes a fazer valer suas demandas (JUSTEN, 2017, p. 191).

Além de protestar contra o empreendimento hoteleiro, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública elaborou uma contraproposta para a área chamada de Parque Cultural das 3 Pontas (Ponta do Coral, Ponta do Lessa e Ponta do Goulart, na Figura 6).

Figura 6 – Vista das três pontas na proposta de Parque Cultural na Ponta do Coral



Fonte: site do Parque Cultural das Três Pontas:

<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com>

O Movimento também organizou uma série de atividades culturais e de lazer na área, além de colher assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que prevê a transformação da Ponta do Coral em Área Verde de Lazer (AVL), com o abaixo-assinado nos seguintes termos:

Nós abaixo-assinados nos manifestamos pela transformação em Área Pública Não Edificante e como Área Verde de Lazer a área conhecida como PONTA DO CORAL e/ou PONTA DO RECIFE na sua totalidade de abrangência de porção de terras, localizada na Av. Beira-Mar Norte na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

Esta área nobre e de paisagem privilegiada foi usurpada da população a fim de beneficiar algumas poucas famílias, nos anos 1980 diminuindo significativamente o passeio público e a área de lazer da orla de marinha. Somos contrários a qualquer edificação e verticalização que desfigure e interfira na bela paisagem em toda nossa orla de marinha (MOVIMENTO..., 2011).

Os atos de ocupação e mobilização promovidos pelo Movimento foram um momento de agregação e articulação de outros coletivos e movimentos de resistência existentes na cidade¹⁷¹:

Grupos feministas, centros acadêmicos, grupos de poesia, movimentos LGBT, indígenas e contra a discriminação racial, Movimento Passe Livre, grupos artísticos e culturais de expressão variada, ou mesmo outros coletivos e movimento de luta pela preservação/criação de áreas ambientais ou de lazer, dentre outros, participaram, em algum momento, dos eventos de mobilização e ocupação em torno da Ponta do Coral. Mesmo que não deixando de manter as respectivas identidades e demanda originais, em certo ponto superavam suas especificidades (JUSTEN, 2017, p. 195).

Em 2015, depois de uma série de desdobramentos no âmbito do Executivo e do Legislativo de Florianópolis, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, a Hantei obteve a Licença Ambiental Prévia para instalação do hotel, para a qual retirou do projeto a marina. O fato caracterizou um marco porque, em 35 anos de tentativas, as propostas para construção de hotel na Ponta do Coral nunca haviam obtido licenças ambientais, e em 2015, portanto, a pretensão do proprietário/empreendedor era passível de concretização iminente (JUSTEN, 2017, p. 195). Em resposta, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública impulsionou uma série de ações de resistência naquele ano, como 1) atos na frente de órgãos públicos; 2) mutirões de limpeza; 3) Enterro dos Ossos no Carnaval, ato simbólico no qual os participantes “enterraram” o projeto do Parque Hotel Marina Ponta do Coral; 4) Maratona Cultural em março, no aniversário de Florianópolis; 4) evento “35 primaveras de luta pela Ponta do Coral”, em dezembro (JUSTEN, 2017, p. 201-3). No Carnaval, o Movimento idealizou uma marcha intitulada “Ponta do Coral – Amor à natureza”, cuja letra foi considerada, pela Hantei, atentatória à honra e à imagem da empresa e de seu diretor-presidente. Em resposta, a empresa ajuizou uma ação de indenização de danos morais contra o autor da letra, militante do Movimento, levando a uma campanha para angariar apoio e recursos para a sua defesa: “Nesse sentido, [a atitude do empreendedor] contribuiu também para fortalecer a causa do movimento, ao sublinhar o antagonismo existente e, como tal, reforçar a identidade e a demanda defendidas pelo movimento” (JUSTEN, 2017, p. 201). Em

¹⁷¹ O Movimento Ponta do Coral 100% Pública assim se auto-define: “Somos um movimento horizontal (sem hierarquias), autônomo (independente) onde tod@s podem participar” (MOVIMENTO..., 2016). Nesse sentido, exemplifica as considerações de Volochko (2018) sobre os novos movimentos sociais ligados às ocupações.

agosto de 2015, o Movimento realizou, na Ponta do Coral, a ocupação intitulada “Canto da Mordaça”, em referência à ação da Hantei.

Justen estudou a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública e abordou, entre outros aspectos, a organização discursiva da resistência para compreender esse processo iniciado em 1980. Objetivamente, o Movimento luta contra a construção de um complexo hoteleiro na Ponta do Coral e pleiteia, em contrapartida, a transformação daquela porção de terra em área verde de lazer, na forma de um parque urbano. Contudo, do ponto de vista discursivo, a luta envolve a disputa por projetos distintos de sociedade. O autor cita a fala de dois entrevistados na qual um afirma que “a Ponta do Coral não é o local mais importante da cidade, mas ela representa toda essa simbologia em torno do modelo de cidade em disputa”. O outro explica que “a Ponta do Coral, ecologicamente, ambientalmente, não é o local mais importante da cidade, mas é um emblema, esse símbolo que a gente defende que acaba materializando toda uma discussão sobre a cidade”:

Os substantivos símbolo e emblema denotam que, muito além de mera opção entre hotel e parque público, a disputa discursiva, na qual se insere a instituição do Movimento Ponta do Coral 100% Pública como fenômeno organizacional, envolve a estruturação da realidade social a partir de esforços de hegemonização, isto é, de sedimentação e simplificação da riqueza significativa da realidade social.

A instituição do fenômeno organizacional Ponta do Coral 100% Pública, sob a lógica política, tem suas condições de emergência nesse terreno de evidenciação sedimentada do social, marcadamente antagônico, conflituoso e pautado pela divisão das forças sociais (JUSTEN, 2017, p. 206-7).

Ao longo de 39 anos, a disputa pela Ponta do Coral caracteriza uma das mais ilustrativas lutas em Florianópolis entre o concebido e o vivido no espaço urbano, expondo no cotidiano o confronto entre valor de uso (o parque) e valor de troca (o hotel) e nele evidenciando um conflito mais amplo, por diferentes projetos de cidade¹⁷². Como afirma Seabra ao abordar a insurreição do uso em Lefebvre, o “(...) conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação” (SEABRA, 1996, p. 79). A resistência pela Ponta do Coral representa a possibilidade de um espaço heterotópico em uma área outrora espaço de lazer público das comunidades próximas e hoje cortada pela avenida que é uma das mais movimentadas da capital. Uma das palavras

¹⁷² Até o final do primeiro semestre de 2019, não havia notícias da retomada do empreendimento hoteleiro da Hantei, mas, em 20 de abril de 2019, o Movimento emitiu nota sobre a construção de uma casa de madeira na Ponta do Coral, ao que parece feita por uma família que entrou com processo de usucapião alegando ser proprietária da área, passando a cercá-la cobrando estacionamento (MOVIMENTO PONTA DO CORAL 100% PÚBLICA, 2019).

de ordem ali bradadas quando há atividades expressa esse desejo: “Ponta do Coral, ela é do povo, não é do capital”.

Bastante ilustrativo nesse sentido é o *banner* que o Movimento Ponta do Coral 100% Pública expõe em suas atividades, em que marcos temporais e espaciais confrontam o projeto dos empreendedores e as várias tentativas de viabilizá-lo à proposta do Movimento, exibindo, a partir de 2014, fotografias das ações realizadas daquele ano até 2015 (Figura 7). Nelas, uma sucessão de quatro fotos coloridas (as quatro últimas) mostra pessoas tocando instrumentos, dançando em roda e observando barcos na baía, encerrando com três frases:

- Seis mil anos de presença humana;
- Um século de transformações ambientais, sociais e culturais;
- Trinta e cinco primaveras de luta pela Ponta do Coral 100% Pública, você faz parte desta história

É possível afirmar que o Movimento constrói a resistência dessa ocupação na perspectiva tridimensional de Lefebvre: no terreno espacial, no terreno social e no terreno simbólico. Expressa-se, na luta pela Ponta do Coral como parque, a ideia do apropriar-se não como ter em propriedade, e sim apropriar-se para fazer uma obra, modelá-la, no espaço vivido em que o corpo pode se insurgir e experimentar a espontaneidade sem estar submetido ao valor de troca característico das atividades de lazer ligadas à exploração turística.

Figura 7 – Ponta do Coral ao longo do tempo e das mudanças espaciais



Fonte: site do Parque Cultural das Três Pontas: <https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com>



3.4 TURISMO E PRODUÇÃO DE IDEOLOGIA

A legitimação do turismo como “vocação natural” de Florianópolis move a produ o da ideologia pelos grupos dominantes e consolidou o slogan “Ilha da Magia”. Em 1991, com a cria o do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, a capital catarinense passou a ser divulgada pelo governo local como “A Capital Turística do Mercosul” (SUGAI, 2015, p. 27).

A afirma o da voca o turística de Florianópolis evoca o processo de constru o histórica e política desencadeada na segunda metade do século 20 que, afirma Lohn, ordenou e configurou a cidade¹⁷³:

Os investimentos públicos e as decisões estratégicas foram efetivados segundo um repertório de práticas e proje es que apontavam para uma nova din mica no cenário urbano. Os grupos que comandaram o processo não foram modestos em seus planos. Entre as formula es possíveis, um cenário de futuro propugnou o turismo como anteparo da realiza o de lucros imobiliários e acumula o de fortunas por meio da abertura de loteamentos em balneários e a explora o das características ambientais da Ilha de Santa Catarina (LOHN, 2016, p. 21).

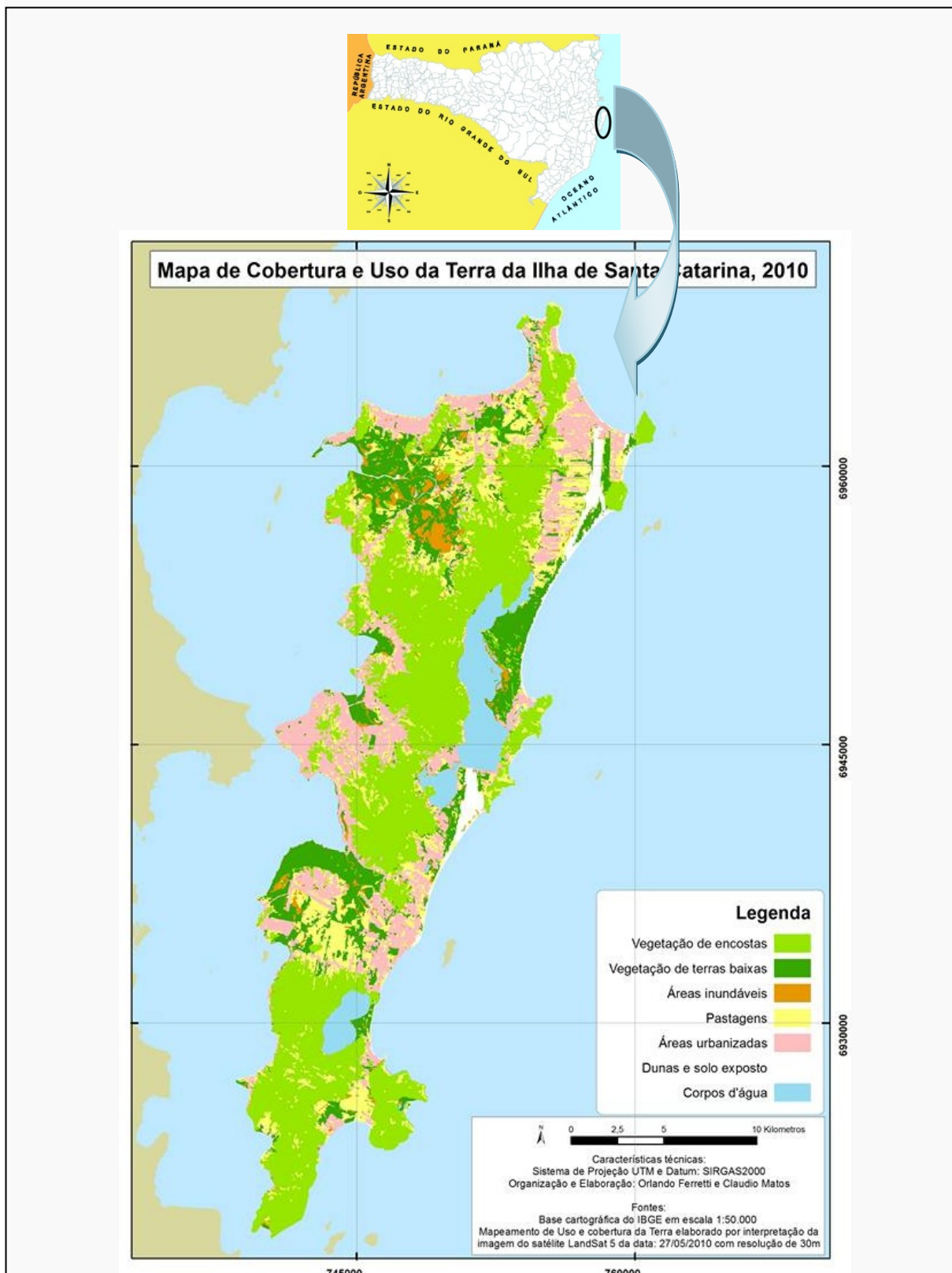
As características ambientais divulgadas nas campanhas publicitárias ligam-se   configura o físico-territorial. O território da Ilha tem uma área de 421,55 km² e grande diversidade de paisagens, por sua condi o de ambiente costeiro, do resultado da a o do tempo geológico e da história da ocupa o e transforma o dos sistemas naturais pela sociedade (FERRETTI, 2013, p. 38). A vegeta o de encostas, a vegeta o de terras baixas, dunas, áreas inundáveis e corpos d’água representam juntos 68% da Ilha (FERRETTI, 2013, p. 142). Essa configura o explica porque qualquer medida relacionada   legisla o ambiental na esfera nacional, estadual ou municipal gera intensos debates na capital catarinense,

¹⁷³ Atualmente, o setor de tecnologia e inova o ultrapassou o setor de turismo na Grande Florianópolis, consolidando-se como a principal geradora de impostos para a região (ALVES, 2018). Esse fato, porém, deve ser vista em sua dimensão mais ampla. Notícia da *Exame* publicada em 2018, intitulada “Tecnologia e comportamento do brasileiro são o futuro do turismo nacional”, fala sobre os resultados do “Exame Fórum Turismo”, evento realizado em novembro daquele ano em Florianópolis. Segundo a notícia, aliar o comportamento dos turistas com o desenvolvimento tecnológico   uma das principais tendências que as empresas de turismo estão aproveitando no Brasil (CERIONI, 2018). Ou seja, os dois setores estão relacionados. Nessa perspectiva, em 2019, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, em parceria com entidades empresariais, vem tentando fortalecer a marca “Floripa, cidade criativa”. Florianópolis foi a primeira cidade do Brasil a conquistar o título “Cidade Criativa Unesco”. Segundo a Unesco, trata-se de “(...) uma plataforma internacional que conecta cidades para compartilhar experiências, ideias e melhores práticas no campo das indústrias criativas e do desenvolvimento urbano (REDE..., 2019). Uma análise crítica sobre as cidades criativas pode ser vista em Barreto (2018).

especialmente se restringir as possibilidades de ocupação. Os Espaços Naturais Protegidos (ENPs) na Ilha de Santa Catarina totalizam 125,264 km², representando 29,71% de sua área¹⁷⁴. As informações estão sintetizadas no Mapa 2.

¹⁷⁴ O autor utiliza o termo Espaço Natural Protegido para englobar as Unidades de Conservação e as Áreas de Preservação Permanente Municipais, cuja definição é estabelecida em lei. Ele explica que os dados de área foram calculados a partir da correção realizada pela configuração do geoprocessamento dos limites dos ENPs. Os dados oficiais a partir dos decretos, leis e documentos indicam 127,385 km² de área total.

Mapa 2 – Mapa de cobertura e uso da terra da Ilha de Santa Catarina - 2010



Fonte: Ferretti (2013)
Mapa de SC: Cidasc

Essa configuração territorial na Ilha e sua diversidade de paisagens são utilizadas para compor o discurso da vocação para o turismo. Mas tal vocação, alerta Ouriques, não passa de um determinismo, porque o componente natural, em si mesmo, não significa vocação, dissociado do social (OURIQUES, 1998, p. 11). Em livro publicado no final dos anos 1990, Ouriques assinala três jargões então correntes em praticamente todos os segmentos sociais florianopolitanos em relação ao turismo: a associação ao “ecologicamente correto”, a “qualidade de vida do povo” e a ideia de “indústria sem chaminés” (OURIQUES, 1998, p. 79). O marketing turístico atribuía às belezas naturais da Ilha de Santa Catarina a fundamentação principal para a expansão das atividades ligadas ao lazer e ao turismo, como se fossem “vocações naturais” (OURIQUES, 1998, p. 73). Os três jargões, “qualidade de vida”, “indústria” e “vocação”, reaparecem continuamente na cobertura jornalística, nas continuidades e descontinuidades de um processo social que, em Florianópolis, é marcado pela intensa disputa pelas melhores localizações.

A naturalização de uma suposta vocação turística como sendo do interesse de toda a população da capital trouxe à tona, no início da década de 1990, uma expressão que, segundo Lohn, é uma das mais caras no vocabulário político de Florianópolis: “do contra”. Desde o início da década de 1990, assinala o autor, as manifestações de pessoas, grupos e movimentos sociais críticos a projetos públicos e privados de intervenção urbana feitos em nome dos interesses turísticos são desqualificadas por provirem dos “contras”. A expressão foi largamente usada em uma campanha publicitária em 1991 e 1992, patrocinada pelos “Amigos de Florianópolis” – formada principalmente por empresários do ramo turístico – que acusava grupos ecologistas e movimentos sociais de impedirem o desenvolvimento urbano da capital (LOHN, 2016, p. 194).

A campanha não era uma iniciativa isolada. Januário (1997) mostra como, a partir de 1988, emerge um novo contexto que possibilita e institucionaliza a participação direta ou indireta de organizações sociais no processo de planejamento urbano local, abrindo caminho para organizações de empresários do setor turístico (JANUÁRIO, 1997, p. 123). As ações dessas organizações entre 1979 e 1995 se davam individualmente ou em conjunto com outras organizações, formando também estruturas ampliadas para levar a uma unidade empresarial a partir da ação conjunta de várias entidades em uma mesma organização, além da participação de agências do setor público das três esferas, de empresas e entidades comunitárias. Destacam-se sindicatos e federações ligadas ao setor de hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens e empresas de turismo, e estruturas ampliadas como Conselhos, Fundações e

Fóruns. Concretiza-se assim a formação de redes de representação e ação empresarial do turismo em Florianópolis, em que são fundamentais os mecanismos ideológicos:

Do ponto de vista da estrutura de representação de interesses empresariais, as **estruturas ampliadas** fornecem o espaço estrutural para a institucionalização de redes de representação empresarial, contudo sob vigilância das próprias **estruturas ampliadas**. Neste caso, podemos identificar a elite orgânica local, que passa a elaborar, produzir e divulgar planejamentos e ações empresariais e políticas públicas para o funcionamento do Estado e da sociedade no que diz respeito ao turismo em nível local (...). Ao mesmo tempo passa a requisitar a hegemonia sobre o desenvolvimento do turismo, transformando projetos particulares da classe em demandas gerais, sociais ou de senso comum para o desenvolvimento do local com referência ao turismo. Neste caso, o efeito de legitimação é alcançado através da divulgação de seus projetos e interesses por meio de empresas de comunicação de massa, as quais encontram-se afilhadas às **estruturas ampliadas** (JANUÁRIO, 1997, p. 131-2). [Com grifos no original]

Uma das entidades empresariais a que empresas de comunicação de massa estavam ligadas era a Fundação Pró-Turismo de Florianópolis¹⁷⁵ (PROTUR), criada em 1989, que tinha entre as organizações empresariais fundadoras a ACIF (Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis), a CDL (Câmara de Diretores Lojistas de Florianópolis) e o SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis), além de agências públicas, empresas da construção civil, empresas e grupos hoteleiros e empresas privadas em geral. Entre os fundadores constavam também as maiores empresas de comunicação do estado na época¹⁷⁶ (JANUÁRIO, 1997, p. 94-5). O primeiro presidente da PROTUR foi o empresário Fernando Marcondes de Mattos (1989-1991), que ocupou diversos cargos públicos e em 1991 fundou a empresa Santinho Empreendimentos Turísticos S.A., à qual pertencem o Costão do Santinho Resort, considerado o maior empreendimento turístico-habitacional do Sul do País, e o Costão Golf, ambos no Norte da Ilha de Santa Catarina, próximo dos valorizados balneários de Jurerê Internacional, Canasvieiras e Ingleses¹⁷⁷. O

¹⁷⁵ A PROTUR foi o embrião do Florianópolis e Região Convention & Visitors Bureau, associação sem fins lucrativos fundada em 2003, "(...) e formada por empresas da iniciativa privada de Florianópolis e Região que visam o desenvolvimento socioeconômico do destino por meio do aumento do fluxo turístico" (QUEM SOMOS..., 2019).

¹⁷⁶ TV Barriga Verde Ltda., Empresa Editora O Estado Ltda., RBS TV de Florianópolis S/A; RCE - Rádio e Televisão Cultura S/A; Zero Hora Editora Jornalística S/A; SCC - Sistema Catarinense de Comunicações Ltda.

¹⁷⁷ Para construir o Costão Golf, Marcondes de Mattos conseguiu mudar o zoneamento do distrito onde ele ficaria localizado, o Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. A aprovação do projeto que viabilizou a mudança – com apenas três votos contrários do total de 21 vereadores – ocorreu na última sessão do ano de 2003 da Câmara Municipal de Florianópolis, à meia-noite de

ápice de representação de interesses, organização e ação empresarial da PROTUR concentrou-se, mostra a pesquisa de Januário, na gestão de Fernando Marcondes de Mattos. A partir de 1991, quando ele saiu da presidência, registra-se uma queda na participação proporcional e absoluta de empresários na categoria de mantenedores (JANUÁRIO, 1997, p. 113).

Em sua política de ação de promoção de Florianópolis como polo turístico, detalha Januário, a PROTUR distinguia dois segmentos de público – interno e externo – a partir de definição de marketing apoiada no slogan “Florianópolis um polo turístico internacional”, tendo como linha de base “Florianópolis vale a pena”. Os principais instrumentos para a realização destas atividades eram os meios de comunicação, entre os quais espaços publicitários em emissoras de TV e rádio e de uma coluna quinzenal nos jornais *Diário Catarinense* e *O Estado* (JANUÁRIO, 1997, p. 102).

Foi a PROTUR que organizou a campanha “Amigos de Florianópolis”, deflagrada contra os “inimigos da cidade”, com o lema “Preservar sim. Estagnar não”¹⁷⁸. Os principais alvos da campanha eram ambientalistas¹⁷⁹ e vereadores que bloqueavam o andamento de projetos na Câmara Municipal favoráveis às demandas de empresários da área turística¹⁸⁰. A campanha deixou de ser exibida depois que três representações foram apresentadas e acolhidas pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) (JANUÁRIO, 1997, p. 108).

Macedo afirma que a campanha “Amigos de Florianópolis” foi “(...) o auge dos embates entre forças opostas, os ‘do contra’ e os ‘a favor’, que proclamavam para si a

16 de dezembro, e a lei foi sancionada às vésperas do Natal pela então prefeita Angela Amin (SCHMITT, 2008, p. 29). Na época, vários movimentos sociais se mobilizaram contra o empreendimento. Um dos motivos era a possibilidade de contaminação do aquífero que abastece a região pelo uso de agrotóxicos para manter os gramados. O empresário foi preso em maio de 2007 na Operação Moeda Verde, maior investigação na área ambiental já realizada pela Polícia Federal em Santa Catarina. A operação apurou um esquema de fraudes no licenciamento ambiental de projetos entre servidores públicos, políticos e empresários de Florianópolis. Marcondes de Mattos foi indiciado em outubro de 2007, por corrupção ativa no caso de outro empreendimento dele, o condomínio residencial Vilas do Santinho I. Em 2018, estavam no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, os recursos de apelação dos condenados em primeira instância pela Justiça Federal. As condenações não atingiram Marcondes de Mattos.

¹⁷⁸ A criação foi da agência publicitária Propague, que em 2012 completou 50 anos.

¹⁷⁹ O movimento ambientalista de Florianópolis já se organizava desde a década de 1970, mas a partir de 1985 se fortalece, configurando outra dinâmica na disputa de projetos e na cultura política local (FANTIN, 2000, p. 56). Uma das referências foi o MEL (Movimento Ecológico Livre).

¹⁸⁰ A 11ª legislatura da Capital, de 1989 a 1992, ficou marcada por sua combativa bancada de esquerda (eram Clair Castilhos, Jalila El Achkar, João Guizoni, Ricardo Baratieri, Vilson Rosalino da Silveira e Vitor Sérgio Schmidt). Outro marco daquela legislatura foi a presença de três vereadoras, algo que até hoje não se repetiu (Angela Amin, Clair Castilhos e Jalila El Achkar), as duas últimas com frequência citadas nos veículos tradicionais como exemplos dos “contras” em Florianópolis. O prefeito era Esperidião Amin, tendo em 1990 assumido o vice, Antônio Henrique Bulcão Viana.

responsabilidade sobre o futuro da cidade” (MACEDO, 2007, p. 10). No jornalismo tradicional, foram protagonistas do lado dos “a favor” os colunistas Paulo da Costa Ramos e seu irmão Sérgio da Costa Ramos – da tradicional família da política catarinense, também ligada a negócios imobiliários¹⁸¹ – e Cacau (Cláudio) Menezes, que publicavam no extinto jornal *O Estado* e no *Diário Catarinense*. Naquele período, quando ocorreram as primeiras ocupações organizadas em Florianópolis, PCR, como assinava sua coluna, não poupava críticas a uma camada da população que, em seu entendimento, não poderia morar em Florianópolis, como na nota intitulada “A Ilha do Faveléu”:

[...]

Estamos em Florianópolis, administrando o privilégio de acomodar os favelados daqui e d’além mar – gaúchos, paranaenses, oestianos, serranos, enfim, quem quiser se habilitar. Se o verão for promissor como se anuncia, vamos ter favelados falando espanhol, transportados diretamente das “vilas-miséria” da periferia de Buenos Aires. Ao invés de ficar encarregada de resolver o trágico problema de seus próprios favelados, a Ilha ganhou o encargo de hospedar **todos** os favelados do sul do país – com direito à vista para o mar (RAMOS, 13 nov. 1991, p. 4). [Com grifo no original]

A tensão entre os “a favor” e “os contras” naquele início da década de 1990 também apareceu no jornalismo independente. Exemplo disso foi um veículo surgido em 1991 que se apresentava como jornal comunitário, a *Folha da Lagoa*¹⁸², referência à Lagoa da Conceição, um dos distritos de Florianópolis, a Leste da Ilha de Santa Catarina, onde está a lagoa de mesmo nome. Na primeira edição do jornal, em 1º de agosto de 1991, com oito páginas em tamanho ofício, o editorial expressava a necessidade de um canal para troca de informações em um tempo de mudanças na Lagoa da Conceição. Um dos três jornalistas do Conselho Editorial era Jeffrey Hoff, nascido nos Estados Unidos e morador da Lagoa. Nas edições de 15 de agosto e 1º de outubro de 1991, o título dos editoriais da *Folha da Lagoa* foi, respectivamente, “O Direito de saber” e “O Direito de saber – II”. O primeiro questionava a

¹⁸¹ A família Ramos, originária de proprietários rurais e pecuaristas de Lages (SC), teve vários de seus membros no poder Legislativo e Executivo. Nereu Ramos ficou quatro meses na Presidência da República (1955) e, de 1935 a 1945, foi interventor e depois governador do Estado. Vidal Ramos foi governador de 1902 a 1906 e de 1910 a 1914. Seus filhos Nereu Ramos e Celso Ramos também foram governadores, o primeiro de 1935 a 1945, e o segundo de 1961 a 1966. O sobrinho deles, Aderbal Ramos da Silva, foi governador de 1947 a 1951. Paulo da Costa Ramos foi secretário da Casa Civil do Estado de Santa Catarina.

¹⁸² Jornal com o mesmo ano circulou na região entre 1996 e 1998. O título a este veículo foi cedido pelos editores da primeira *Folha da Lagoa*. Outra iniciativa jornalística com o mesmo título circulou a partir de 2009, mas também encerrou as atividades.

falta de transparência da Câmara de Vereadores e a divulgação da pauta de votações no mesmo dia das sessões, impedindo a organização da população para intervir em temas importantes. O segundo referia-se à dificuldade de os moradores conhecerem em detalhes três projetos na Câmara que alterariam o ambiente natural e social da Lagoa. Naquele período, debatia-se a reurbanização da Barra da Lagoa, o que também permitiria a instalação de uma marina no Canal da Barra da Lagoa, e a reurbanização do Retiro da Lagoa, incluindo a duplicação da principal avenida local, a avenida das Rendeiras, permitindo prédios de até seis andares. Um dos trechos de “O Direito de saber – II” afirmava:

É um problema de informação. O público precisa ter acesso à informação sobre propostas que irão mudar seu futuro. Qualquer projeto importante de construção ou de mudança no zoneamento deveria ser divulgado oficialmente na imprensa, e precedido de reuniões com a comunidade que seria afetada (O DIREITO ..., 1º out. 1991, p. 2).

A posição crítica da *Folha da Lagoa*, de invocar o direito dos moradores de decidir sobre o uso do espaço da Lagoa, incomodou e foi percebida pelo jornalismo tradicional, como mostrou uma nota do colunista Cacau Menezes¹⁸³, do *Diário Catarinense*, então do grupo gaúcho RBS. O *DC* havia completado cinco anos de existência e ostentava inovações como ter a primeira redação informatizada do país, concorrendo com os tradicionais *O Estado*, com sede em Florianópolis, *A Notícia*, de Joinville, e o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau¹⁸⁴. Disse o colunista em nota:

Não bastasse os que já têm, Florianópolis está importando ecoxiitas e ecochatos, não de outros estados, mas de outros países. Um norte-americano de Nova York instalou-se na Barra da Lagoa há quatro meses, e um dos seus primeiros investimentos foi produzir um jornal cuja linha editorial é clara: contra a modernização e desenvolvimento do distrito. Isso inclui oposição total ao projeto de construção de uma moderna marina (NA ILHA, 11 out. 1991, p. 3).

O editorial da edição de 18 de outubro de 1991 da *Folha da Lagoa* registrou a resposta de Jeffrey Hoff, do Conselho Editorial, a Cacau Menezes, da qual destaca-se um trecho:

¹⁸³ Cacau Menezes, no primeiro semestre de 2019, permanecia como colunista no *DC*, apesar das sucessivas ondas de demissão no jornal, inclusive de outros colunistas de longa data, após o grupo NC assumir as operações da RBS no estado.

¹⁸⁴ *O Estado*, um ícone do jornalismo catarinense, encerrou as atividades em 2009; *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina* foram adquiridos pela RBS, que posteriormente vendeu todas as suas operações em Santa Catarina para o grupo NC.

[...]

Acreditamos que apenas depois da divulgação desses estudos, e de reuniões de moradores, a Câmara, o Prefeito e a comunidade poderão decidir se querem ou não a implementação dos projetos [os três anteriormente citados]. Por favor, observe especialmente os editoriais dos números 1 e 4, intitulados “Direito de Saber”. Acredito que tanto a Folha da Lagoa e como o Diário Catarinense podem assinar embaixo dos princípios expressos nesses editoriais. Eles não se opõem ao desenvolvimento, e sim ao fato de decisões relativas ao desenvolvimento serem tomadas a portas fechadas, sem o conhecimento e a participação do público. Nós, como jornalistas, temos a responsabilidade de fornecer informação ao público quando o governo não o faz¹⁸⁵ (FOLHA..., 18 out. 1991, p. 2). [Com grifos no original]

A tensão no final daquele ano de 1991 apareceu também na edição da *Folha da Lagoa* da segunda quinzena de dezembro, quando havia o risco de a Câmara de Vereadores votar projetos combatidos pelos moradores. A notícia de capa da edição registrava um dos momentos:

O conflito teve seu clímax no dia 10 de dezembro, quando cerca de 150 moradores reunidos na Praça XV, ao alcance dos olhos e ouvidos dos vereadores, foram confrontados por um batalhão de choque da polícia, munido de gás lacrimogêneo e fâcoes. Os lagoenses cantavam “Viva a Lagoa Viva”, enquanto os vereadores, em plena sessão, espiavam da janela.

[...]

No dia 11, uma comissão do movimento Lagoa Viva entregou ao prefeito uma carta pedindo que ele retirasse da Câmara os projetos da marina e de urbanização da Barra e do Retiro, para que os vereadores tivessem mais tempo de examiná-los. O prefeito Bulcão Vianna (sic) disse já ter determinado que os projetos eram bons para a lagoa e que não iria retirá-los. Quando este repórter [Jeffrey Hoff] fez uma pergunta, o prefeito gritou que se recusava a falar com um estrangeiro e deixou a sala. Quando perguntado, ao sair da sala, se isso significava que não queria falar à Folha da Lagoa, o prefeito, de costas, disse que sim. (J.H.) (HOFF, dez. 1991, p. 6).

Os projetos combatidos por parte dos moradores foram ao plenário da Câmara de Vereadores no dia 23 de dezembro, antevéspera de Natal. Edição extraordinária da *Folha da Lagoa* de 24 de dezembro registrou o resultado, destacando, entre outros, o arquivamento do projeto que previa a construção da marina na Barra da Lagoa, ainda que essa possibilidade

¹⁸⁵ Na edição seguinte, de 4 de novembro de 1991, o jornal publicou carta da Associação dos Moradores da Lagoa (AMOLA) solidarizando-se com o jornalista. Segundo a associação, Hoff vinha sendo usado pela imprensa “como ‘bode expiatório’, dada a sua condição de não-brasileiro”. A associação, no texto, também destaca o aumento da xenofobia na cidade, exemplificado com o uso de expressões como “se não está gostando volte para a sua terra” (CARTA..., 1991, p. 6).

tivesse ficado aberta. Ressalta-se aqui esse resultado específico porque a marina da Barra nunca saiu do papel, fato usado ao longo dos anos, especialmente por colunistas, para exemplificar as consequências das ações dos “contras” e a contrariedade dos grupos dominantes ao processo de resistência dos moradores contra as obras planejadas para a Lagoa. O editorial da edição da primeira quinzena de fevereiro de 1992 aborda a sessão na Câmara e elenca três princípios a serem levados em conta a respeito da Lagoa: “a comunidade tem o direito de participar do planejamento; o setor privado tem a responsabilidade de colaborar para a infraestrutura; e as leis de proteção ao meio-ambiente devem ser respeitadas” (EDITORIAL..., fev. 1992, p. 2). Destaca-se um trecho sobre o primeiro princípio por nele estar contida uma crítica à imposição de projetos por parte do poder público sem consulta aos moradores:

A idéia de que funcionários eleitos sempre sabem o que é melhor, e que seu mandato lhes permite agir sem consulta à comunidade, foi superada com a queda do regime militar. A democracia só funciona com um público informado e com diálogo na comunidade (EDITORIAL..., fev. 1992, p. 2).

Em novembro de 1991, a revista *Veja Santa Catarina* publicou reportagem sobre a campanha “Amigos de Florianópolis”, exibindo, no Índice, as polêmicas peças publicitárias (Figura 8). A reportagem, assinada pela jornalista Daisi Vogel, também citava as obras cuja construção opunha empresários e ambientalistas, entre elas, além da marina na Barra da Lagoa, o hotel na Ponta do Coral (VOGEL, 13 nov. 1991).

Figura 8 – Índice da edição da *Veja SC* sobre a campanha “Amigos de Florianópolis”



Imagens de peças da campanha “Amigos de Florianópolis”. Extraído do índice da *Veja Santa Catarina* (VEJA SANTA CATARINA, 1991, p. 3).

No campo político, afirma Fantin (2000), a disputa entre os dois blocos acirrou-se com a vitória do gaúcho Sérgio Grando à Prefeitura, pela Frente Popular, em 1992. Com a perspectiva de a Frente Popular repetir o sucesso eleitoral em 1996, a estratégia usada pelos grupos dominantes foi cultivar um discurso que colocava em questão a força da invasão dos “estrangeiros”, dos “de fora” que queriam “mandar na cidade”:

As diferenças e os conflitos em torno do projeto de cidade vieram à tona na sua plenitude e revelaram uma cidade dividida, polarizada entre os “do contra”, os “a favor”; os “alternativos”, os “conservadores”; entre os “daqui” e os “de fora”, os “nativos” e os “estrangeiros”; os antigos moradores e os

novos moradores; entre os “ilhéus-manezinhos” e os “gaúchos”. Colocava-se em questão o direito à cidade e as utopias urbanas (FANTIN, 2000, p. 19). [Com grifos no original]

Nesse contexto, entrou em cena a figura do “manezinho”, apresentado como o “autêntico ilhéu”, o “legítimo” representante da cidade, quando, algum tempo antes, ser chamado de manezinho era considerado um insulto aos “nativos” do interior da Ilha (FANTIN, 2000, p. 19). Conseguiu-se operar uma inversão: a eleição em segundo turno foi ganha por Angela Amin, da Força Capital, nascida em Indaial, transformada em “manezinha autêntica”, enquanto Afrânio Boppré, nascido em Florianópolis, candidato da Frente Popular, ficou em segundo lugar, sendo caracterizado como “estrangeiro-invasor”, em um contexto no qual se dizia que os “estrangeiros” não conheciam nem respeitavam a cidade e suas tradições (FANTIN, 2000, p. 255). A autora afirma que os acontecimentos não resultaram apenas de uma ação competente de marketing político-eleitoral, mas o fato é que os grupos dominantes – atentos à repercussão e eficácia do uso eleitoral da figura do manezinho junto à população tradicional da Ilha e da construção de um discurso xenófobo, especialmente contra os “gaúchos” – intensificaram seu uso: “São momentos em que ‘ideólogos das elites’ (se é que podemos dizer assim) aproveitam conflitos sutis, cotidianos, dão-lhes nova conotação, produzem discurso que acaba tendo repercussão e de certo modo cola-se à realidade (FANTIN, 2000, p. 183).

Na imprensa de Florianópolis, o conflito se atualiza ao longo das décadas, especialmente entre os colunistas. Em 14 de março de 2014, Cacau Menezes, em coluna intitulada “Se hay lucro, soy contra”, sobre a polêmica envolvendo a demolição dos *beach clubs* na praia de Jurerê Internacional, afirmou: “Fato que só reforça que Florianópolis sofre com o movimento dos “do contra”, sem embasamento e apoio majoritário da população. São contra apenas por ser contra” (MENEZES, 14 mar. 2014). Em 27 de janeiro de 2017, o então colunista do *Diário Catarinense* Sérgio da Costa Ramos publicou nota intitulada “Os do contra” que abre assim: “Por que será que Floripa se tornou uma espécie de quartel general do (sic) chamados contra, gente que é contra tudo, sejam equipamentos urbanos para o turismo ou mobilidade, como uma nova ponte, um hotel ou uma marina?” (RAMOS, 27 jan. 2017).

Do ponto de vista do jornalismo hegemônico (tradicional), é possível afirmar que a incessante menção aos “contras” atualiza, no discurso, o embate histórico que explicita, por seus agentes, o movimento de dominação/apropriação em Florianópolis. Do ponto de vista dos grupos dominantes e, em especial, da organização do setor empresarial, um novo marco

foi a fundação, em 2005, da Associação FloripAmanhã, formada por pessoas físicas e jurídicas ligadas ao meio empresarial, com destaque para os do setor de construção civil. A associação divulga como visão ser “(...) a principal instância não-governamental para pensar e propor soluções para a cidade” (QUEM SOMOS, Associação FloripAmanhã). Em 2008, a associação lançou a publicação “Floripa Rumo a 2030”, com a pretensão de ser uma Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região. Em 2016, a publicação foi relançada com novos documentos, sendo chamada de Floripa 2030. A primeira publicação foi o resultado de seis meses de discussões com 148 participantes de 84 entidades da Grande Florianópolis, com coordenação da Associação FloripAmanhã. Trata-se de um trabalho complexo, e aqui cabe destacar que foi tratado como “(...) a primeira proposta de planejamento urbano construída colaborativamente para Florianópolis, um trabalho que tornou-se referência para pesquisadores, gestores públicos e investidores” (FLORIPA 2030, 2019).

Aguiar (2015) analisou o documento e concluiu que ele certamente é a mais completa proposta elaborada para a cidade pela camada de mais alta renda, constituindo-se na expressão local e conjuntural de um movimento de longa duração intrínseco ao setor imobiliário da cidade e sua busca por conexão com o mercado global. Os pilares do projeto são calcados na segregação socioespacial pelos mecanismos econômicos e financeiros relacionados ao capital imobiliário (AGUIAR, 2015, p. 49):

A essência do Floripa 2030 é o de preparar a ilha para uma profunda transformação em suas características historicamente constituídas a ponto de torná-la aprazível a investidores internacionais. Ao propor o modelo de multidentalidades, usando-se dos artificios das Operações Urbanas¹⁸⁶, pretende-se garantir a fragmentação da cidade em áreas mercantilizáveis, ou seja, cada uma das partes seria alvo de um esforço para sua comercialização. [...]

Cada centralidade seria planejada de forma a atender a maior parte das necessidades cotidianas da população que ali optasse em viver. Trabalho, lazer, educação, cultura e moradia, tudo perto e interligado por uma malha viária bem planejada, atendendo ao pedestre, ciclista e aqueles que optarem pelo transporte público, praticamente eliminando a necessidade cotidiana de carro. Para tal, a cidade via prefeitura, seria responsável, seguindo o novo modelo de gestão, por garantir os investimentos necessários que

¹⁸⁶ As operações urbanas consorciadas, tratadas usualmente na imprensa como “renovações urbanas”, são intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal com participação da iniciativa privada. As multidentalidades implicam a dispersão de vários centros no espaço urbano de Florianópolis, em que cada um receberia um ordenamento adequado aos interesses dos investidores.

convenceriam os parceiros privados a aportarem seu capital naquela localidade que por ora esteja em evidência (AGUIAR, 2015, p. 174-5).

Aguiar alerta que a proposta em si, sem uma análise aprofundada, pareceria interessante. Mas há nela um fator fundamental: a segregação pelo sistema de preço irá dificultar ainda mais, à classe trabalhadora, habitar a porção insular de Florianópolis. Sobrarão as áreas da porção continental, historicamente com mais população e menos atendida por investimentos públicos, que são feitos prioritariamente na Ilha (AGUIAR, 2015, p. 175). Um exemplo desse processo de homogeneizar, fragmentar e hierarquizar o espaço é o empreendimento Cidade Milano, localizado na avenida Mauro Ramos, que faz a divisa entre a área plana do Centro de Florianópolis e o início do Maciço Central, onde está a Ocupação Marielle Franco e, no início da década, formou-se a Ocupação Palmares. O Cidade Milano, primeiro do gênero na capital, é constituído por um Complexo Multiuso integrado por cinco condomínios: residencial (199 unidades); comercial (83 salas); Pátio Milano (espaço de gastronomia); estacionamento; Casa Milano Hercílio Luz para eventos. Esta casa, uma antiga chácara, era onde morava o ex-governador Hercílio Luz e foi construída em 1848. Em Florianópolis, é um belo exemplo de *rugosidade*, assim definida por M. Santos:

Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, M., 2012, p. 140). [Com grifo no original]

Como o casarão é um bem tombado pelo patrimônio histórico do estado e estava há décadas em ruínas, a Milano Incorporadora, que o comprou, fez um acordo com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a Prefeitura de Florianópolis, possibilitando a restauração da casa (THOMÉ, 2014). O empreendimento é assim descrito pela Milano Incorporadora:

BEM VINDO
 À CIDADE MILANO.
 A CIDADE DO SEU TEMPO.
 Viva por inteiro cada minuto do seu dia em um lugar que integra RESIDÊNCIA, TRABALHO, GASTRONOMIA, SERVIÇOS e EVENTOS.
 Mais que um empreendimento, a Cidade Milano é um verdadeiro movimento em busca de um estilo de vida mais conectado.

Aqui tudo que o seu dia a dia precisa está a poucos passos de distância.

A VIDA NO MELHOR FLUXO.

Quando as distâncias diminuem, sobra tempo para realizar o que é importante para você. Concretize projetos, aproveite o presente, curta a vida e faça parte de uma comunidade onde o compartilhamento de experiências faz parte do seu dia a dia.

Na Cidade Milano, o relógio trabalha a favor dos seus planos.

UMA CIDADE

DENTRO DA

CIDADE.

A Cidade Milano é reflexo de um mundo que se organiza de um jeito diferente e inteligente. Inspirado nos estilos de vida das metrópoles contemporâneas, o empreendimento foi idealizado para ser um ambiente de habitação e convivência, lazer, negócios, comércio, eventos e circulação. O equilíbrio perfeito para uma vida mais prática e conectada com o mundo (CIDADE..., 2019).

Expressões como “estilo de vida mais conectado” e “compartilhamento de experiências” tem relação estreita com a lógica das cidades criativas, condição que Florianópolis busca aprofundar a partir do estreitamento das necessidades turísticas com as possibilidades tecnológicas. A afirmação de que o Cidade Milano é uma “cidade dentro da cidade”, onde é possível morar, trabalhar, encontrar serviços do cotidiano, comer e se divertir explicita que o morador no empreendimento tem a possibilidade de um duplo “direito à cidade” pelo valor de troca, revelado na expressão UMA CIDADE DENTRO DA CIDADE. Ali, as três categorias do tempo, o tempo obrigatório (do trabalho profissional), o tempo livre (dos lazeres) e o tempo imposto (das exigências diversas fora do trabalho, como o transporte), se enlaçam em um só espaço.

Ainda mais significativa é a afirmação de que, no Cidade Milano, o relógio trabalha a favor dos planos de quem ali vive. “Quando as distâncias diminuem, sobra tempo para realizar o que é importante para você”, assegura o texto publicitário, mostrando que o usuário bem localizado na cidade, capaz de comprar o espaço que deseja e pode, está – como revela a teoria lefebvriana – adquirindo tempo. Toda produção/consumo de espaço, assinala igualmente Villaça, é produção/consumo de localizações, e toda produção de localizações é produção de tempo. Mas, adverte Aguiar, o preço a pagar por essa concepção de cidade é para bem poucos. O Cidade Milano, com seu espaço de eventos na antiga casa de um ex-governador – um salão de festas chique – é um exemplo da renda de monopólio. Toda renda, explica Harvey (2014), baseia-se no poder monopolista de proprietários privados sobre certos ativos:

A renda de monopólio surge porque agentes sociais podem conseguir um maior fluxo de receitas por um maior período de tempo em virtude de seu controle exclusivo sobre determinado item direta ou indiretamente comercializável que, em alguns aspectos cruciais, é único e irreproduzível (HARVEY, 2014, p. 172).

O poder monopolista precisa de um discurso que o legitime, como acentua Aguiar no caso de Florianópolis:

Essa casta, as do detentores do capital, em Florianópolis especificamente, vem ao longo dos anos justificando suas ações através do discurso da necessidade de se promover a vocação da cidade, ou seja, de encontrar o veio pelo qual a cidade vai se destacar no cenário nacional e assim trazer frutos e dividendos econômicos para todos. Cobram do poder público iniciativas que consolidem os projetos apresentados e que arquem com os custos de implantação dos mesmos, tendo como contrapartida e geração de receitas para o município através de impostos e geração de emprego. Contudo, na prática o processo não se dá como anunciado. Os empregos gerados não são da qualidade e quantidade demandada e a geração de receita via impostos não suprem os gastos efetivamente dispensados pelo poder público (AGUIAR, 2015, p. 71).

Para essa justificção ideológica, a mais recente organização dos grupos dominantes que planejam Florianópolis é o movimento Floripa Sustentável, criado em 2017 com cerca de 40 entidades. Integram o movimento, entre outros, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (FECOMÉRCIO), a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), a Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL) e a já citada Associação FloripAmanhã. O presidente do Conselho Deliberativo do movimento Floripa Sustentável é o empresário Fernando Marcondes de Mattos e a presidente é Zena Becker (MOVIMENTO..., 2019).

Em 8 de novembro de 2018, dias depois do segundo turno da eleição presidencial, o movimento publicou um texto de página inteira nas edições impressas do *Diário Catarinense* e do *Notícias do Dia*, os dois maiores jornais diários da capital, com o título “Os ventos do século XXI”. A abertura é a seguinte:

As últimas eleições nacionais mostraram que os ventos do século XXI são outros e que a sociedade cansou-se da tutela do Estado e quer ser protagonista.

Os mesmos ventos dizem que é a hora de Florianópolis dar um basta às forças externas que vêm retardando o seu desenvolvimento; de afirmar que deseja ser soberana para decidir suas questões simples e complexas; de proclamar que tem quadros competentes e responsabilidade social e ambiental para administrar o seu destino.

Florianópolis rejeita que decisões distantes das suas idiossincrasias queiram modelar os seus verdadeiros interesses. Eis que há duas décadas a intromissão indevida de agentes estranhos e a insegurança jurídica bloqueiam a viabilização dos seus grandes projetos (FLORIPA SUSTENTÁVEL, 8 nov. 2018, p. 7).

São citadas a marina na Barra da Lagoa e o projeto da Ponta do Coral (hotel) como exemplos, entre outros, de “iniciativas afetadas” e “emblemáticas”, possibilitando concretude ao que seriam os “verdadeiros interesses” de Florianópolis, universalizando interesses que de fato são particulares dos integrantes do movimento e ocultando os motivos pelos quais as obras foram impedidas, como as restrições da legislação ambiental. O texto termina com a logomarca e o nome do movimento, seguidos de uma frase: “Movimento apartidário que defende soluções criativas e inteligentes para melhorar o futuro da cidade, reunindo entidades de classe, ONGs, profissionais liberais, estudantes, sindicatos e empresas” (FLORIPA SUSTENTÁVEL, 8 nov. 2018, p. 7).

No dia 15 de abril de 2019, o movimento apresentou um novo manifesto, intitulado “Manifesto em favor de Florianópolis”, “(...) para levantar a discussão em torno da inclusão social como eixo de desenvolvimento da cidade” (MOVIMENTO..., 15 abr. 2019), tendo como lema “Prosperidade com Inclusão Social”. O manifesto afirma que o Movimento tem quatro pilares: o desenvolvimento econômico, a inclusão social, a preservação ambiental e o planejamento urbano¹⁸⁷ (MANIFESTO..., 15 abr. 2019). Cabe destacar quais seriam as ações consideradas urgentes sugeridas pelo movimento Floripa Sustentável para a cidade:

- Alterar o plano diretor para elevar o gabarito atual de 4 andares vigente na Ilha, com exceção do Centro, para 10 ou mais andares, de acordo com as características de cada região
- Construção de 4 mil residências por ano, não excluindo aquela parcela da população que se afavella nos morros, nas restingas, nos mangues e nas dunas, num processo que à jusante, aparece a criminalidade, o tráfico de drogas e a insegurança em toda a cidade
- Criação de centralidade (bairros que podem viver quase por conta própria para aliviar o trânsito entre as regiões e o Centro).
- Disciplinar a entrada de imigrantes sem condições.

¹⁸⁷ Na capa do site do movimento (<http://floripasustentavel.com.br/>) aparecem *crescimento* econômico, *desenvolvimento* social, *preservação ambiental* e *planejamento urbano*.

- Multiplicar as iniciativas visando motivar crianças e adolescentes moradoras em áreas precárias para o esporte, as música, o artesanato, etc.
- Multiplicar as ações sociais nas favelas (MOVIMENTO..., 16 abr. 2019)

As ações revelam um elemento fundamental: as ações sociais nas favelas não são explicitadas, nem esclarecida a fonte de recursos para a construção de 4 mil residências por ano, em um cenário no qual há forte restrição de recursos em nível federal¹⁸⁸. Apesar de a inclusão social ser tomada como eixo de desenvolvimento da cidade, do ponto de vista dos impactos no espaço urbano o que interessa são os demais itens: construir prédios com mais andares, criar centralidades nos bairros – processo que embute as questões expostas por Aguiar (2015) e, sobretudo, *disciplinar* a entrada de imigrantes sem condições.

Harvey faz uma lista pessoal de 11 direitos universais dignos de atenção por ele preferidos, e um deles é o direito à produção do espaço, o direito de a força de trabalho poder ter a mesma mobilidade do capital, mudando de localidade sempre que desejasse (HARVEY, 2004, p. 328-9). Nesse sentido, a ideia do movimento Floripa Sustentável de *disciplinar* quem pode ou não morar na Ilha – porque especifica que se trata de *entrada* – revela a estreiteza da anunciada inclusão social, justificativa ideológica para encobrir as pretendidas mudanças urbanas. O discurso deixa claro que o desenvolvimento social da Ilha implica continuar relegando aos migrantes e imigrantes indesejados as áreas com pior localização, nas periferias dos demais municípios da Área Conurbada de Florianópolis.

A contextualização da Ocupação Amarildo de Souza, da Ocupação Marielle Franco e da resistência pela Ponta do Coral no processo de formação do espaço urbano de Florianópolis feita neste capítulo possibilita, no próximo, a análise da cobertura jornalística em cinco veículos – dois tradicionais e três independentes. O jornalismo pautou intensamente essas ocupações, permitindo a análise de um conjunto significativo de textos a partir da manifestação da ideologia, conforme tratado no Capítulo 1.

¹⁸⁸ A imprensa divulgou, em abril de 2019, afirmação do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, de que os recursos orçamentários disponíveis no ministério para serem aplicados no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) só durariam até junho deste ano (RECURSOS..., 24 abr. 2019).

Capítulo 4

COTIDIANO E ESPAÇO URBANO NA COBERTURA JORNALÍSTICA EM FLORIANÓPOLIS (SC)

A cobertura jornalística visibiliza a tensão entre dominação e apropriação no espaço urbano. No caso de Florianópolis e em relação às três ocupações estudadas no Capítulo 3, a interpretação dessas tensões é analisada a seguir, com base no referencial teórico dos Capítulos 1 e 2, caracterizando-se os dois veículos do jornalismo tradicional e os três do jornalismo independente a partir de especificidades nas quais eles se reconhecem com relação à prática jornalística. Busca-se identificar, na cobertura jornalística, a expressão espaço-temporal, o cronotopo jornalístico de cada conjunto de textos. Também são brevemente avaliadas as condições concretas de cobertura do jornalismo independente quando ocorreram as ocupações.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE

O conjunto empírico da pesquisa é composto por materiais de dois veículos do jornalismo tradicional em Santa Catarina, o jornal *Diário Catarinense* e o jornal *Notícias do Dia*, e três veículos do jornalismo independente em Florianópolis, a revista *Pobres & Nojentas*, o portal *Desacato* e o coletivo *Maruim*. Os três últimos foram selecionados por comporem parte expressiva das experiências jornalísticas que, na capital catarinense, fazem a cobertura jornalística de conflitos no/pelo espaço urbano. É importante citar outras duas iniciativas que, no período da pesquisa, mantêm jornalismo independente, o *Portal Catarinas* e o *Coletivo Estopim*, mas eles não compõem o material empírico por tratarem prioritariamente do jornalismo com perspectiva de gênero (*Catarinas*) e política e cultura (*Estopim*). De todo o modo, é possível constatar, para uma capital com pouco mais de meio milhão de habitantes, a existência de várias experiências de jornalismo fora dos meios tradicionais, e que incluem ainda o canal comunitário TV Floripa, a rádio comunitária Campeche e a TV Vento Sul¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Foram citados veículos com perspectiva de transformação social. Florianópolis conta com outros veículos alternativos aos veículos tradicionais, mas que dependem de verba publicitária pública ou privada e funcionam na lógica do mercado. A imprensa alternativa da capital catarinense é citada no levantamento feito por Kucinski sobre a imprensa alternativa brasileira entre 1964 e 1980. Aparecem os nomes dos veículos *Desterro*, *Contestado*, *Afinal* e *Denúncia* (2003, p. 439 e 441). O *Contestado*, um tabloide mensal, é referenciado com um dos jornais que surgiu em fevereiro de 1977 como dissidência do *Movimento*, um dos mais conhecidos jornais de resistência à ditadura (2003, p. 162 e 170-71). Rodrigues (2017, p. 3) destaca

A seguir é feita uma breve caracterização dos dois veículos da imprensa tradicional e uma caracterização mais detalhada dos três veículos do jornalismo independente para mostrar como denominam seu fazer e as especificidades que apresentam no cenário jornalístico de Florianópolis.

O *Diário Catarinense*, com a marca *DC*, jornal de maior circulação do estado¹⁹⁰, começou a operar em 5 de maio de 1986. Carro-chefe dos impressos da NSC Comunicação, do grupo NC, pertencia antes ao grupo gaúcho RBS, que vendeu as operações de emissoras de tevê e rádio e os jornais sob a sua marca em Santa Catarina. O *DC* faz parte do *NSC Total*, portal que reúne os sites dos jornais e rádios da NSC Comunicação, além da *Versar* e do *Clube do Assinante*. O *DC* tem foco na cobertura estadual. O *Notícias do Dia*, com a marca *ND*, circula desde 13 de março de 2006 e faz parte do Grupo RIC, integrando o portal *ND+*, que unifica todos os produtos digitais da empresa. Nas capas dos jornais impressos, traz, sob o título, o slogan *Referência em Informação da Grande Florianópolis*, buscando se afirmar, ao contrário do *DC*, no jornalismo predominantemente local.

A revista *Pobres & Nojentas (P&N)* circulou sob a forma impressa entre 2006 e 2013¹⁹¹, com 30 edições feitas de forma voluntária por um grupo de jornalistas, mantendo-se atualmente em blog¹⁹² criado em agosto de 2007, com o mesmo nome, em perfil no *Facebook* e em conta no *YouTube*. A impressão era viabilizada principalmente com apoio de sindicatos de Florianópolis e venda de exemplares de mão em mão¹⁹³. A revista se auto-define no número 1, de maio de 2006 (Figura 9), a partir dos objetivos da *Companhia dos Loucos*, editora independente criada em 2003 pelas jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés, integrantes da equipe da revista:

Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro, nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua

em artigo o trabalho do jornal *Afinal*, fundado em maio de 1980 por jornalistas que haviam sido demitidos do jornal *O Estado*, tendo encerrado suas atividades em 1982.

¹⁹⁰ Florianópolis tem três jornais diários impressos, o *ND*, do Grupo RIC, e o *DC* e o *Hora*, do grupo NSC, ligado ao grupo NC, que adquiriu os veículos em Santa Catarina do grupo gaúcho RBS.

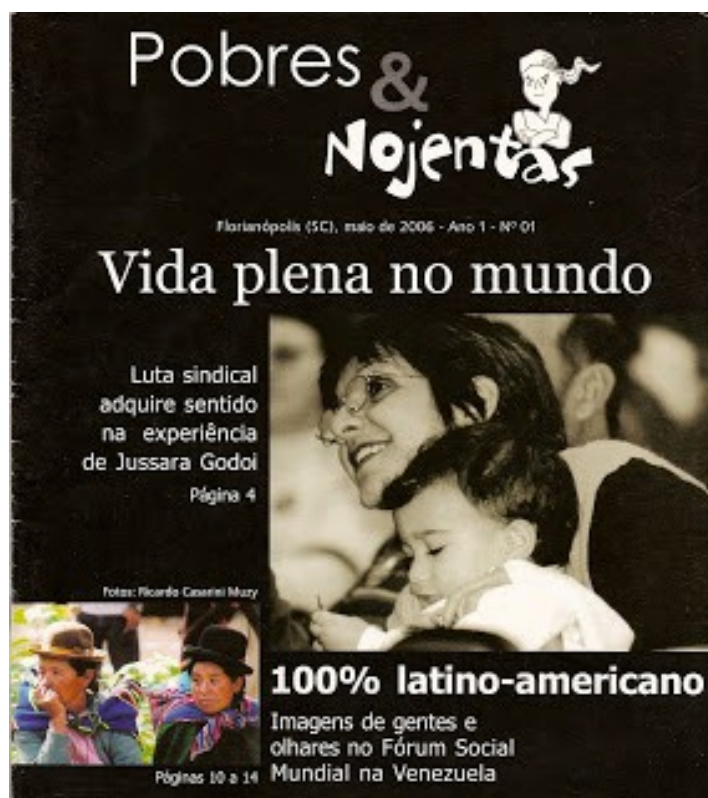
¹⁹¹ O formato é 23,5 x 21 cm, com 28 páginas (incluindo a capa e contracapa).

¹⁹² Endereço: pobresenojentas.blogspot.com

¹⁹³ Entre os mais frequentes, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina, o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região, a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Santa Catarina, o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região e o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC.

palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição (EXPEDIENTE, mai. 2006, p. 2).

Figura 9 – Capa do primeiro número da revista *Pobres & Nojentas*



Data: mai. 2006

Também o editorial do número 1 abre com a linha geral da proposta: “Esta é mais do que uma simples revista. É um movimento, um caminhar. De gênero e de classe (...) (EDITORIAL, mai. 2006, p. 3). A revista foi pensada a partir de uma proposta teórica ancorada em três pilares epistemológicos. O primeiro deles é a teoria marxista do jornalismo de Adelmo Genro Filho. O segundo é a concepção filosófica de Enrique Dussel, criador da Filosofia da Libertação, que inspirou a proposta de *jornalismo libertador*, conceito explicitado no livro *Jornalismo nas margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas*, de Elaine Tavares (2004), pelo qual o foco do jornalismo volta-se para a comunidade das vítimas do sistema, tal qual propõe Dussel. A narrativa deve ser cristalizada no singular, evocando o universal, mas priorizando dar visibilidade à vida do oprimido, saindo assim de uma forma de praticar jornalismo que se alimenta apenas ou prioritariamente de fontes oficiais:

Nesse sentido, é fundamental que se entenda que o jornalismo é serviço público e, assim, é bom que seja dito que só podem existir dois tipos de jornalismo. O que serve a uma minoria dominante (moral de dominação) e o que serve aos oprimidos, maioria da população (ética da libertação). E, quando falamos em servir à maioria, estamos falando em cons-piração (respirar juntos) com as comunidades oprimidas e dominadas, em estar junto com a população nos seus mais secretos sonhos de amor. Esse é o pressuposto do *jornalismo libertador* que se pratica em comunidades empobrecidas, aquele que cons-pira, que caminha junto, que se torna instrumento de transcendência, que dá visibilidade ao oprimido, não como *marginal* (bandido), mas como o pobre, real e capaz de superar a sua condição. Na verdade, jornalismo é sempre jornalismo. O que muda é o local em que o fazemos e os meios com que o praticamos (TAVARES, 2004, p. 24). [Com grifos no original]

No livro, a autora afirma que um dos pressupostos do jornalismo libertador é “(...) desvelar o cotidiano que cerca o viver daqueles que estão à margem (TAVARES, 2004, p. 25). Nessa direção ancora-se a terceira noção a guiar o fazer da revista, a de *croniportagem*, termo cunhado para definir o texto jornalístico que trabalha as aproximações entre a crônica e a reportagem. Ou seja, aborda temas do cotidiano, tal qual a crônica, mas com a profundidade da reportagem e da informação contextualizada (ABREU, 2015, p. 2). Em fevereiro de 2008, a equipe da revista promoveu o “Primeiro Festival de Croniportagem de Abya Yala”, para a publicação de textos de colaboradores na revista impressa e/ou no blog. A *P&N*, destaca Souza (2017, p. 36), marcou uma época na cidade de Florianópolis, desvelando as tramóias para a mudança do Plano Diretor, a especulação imobiliária e as lutas que não apareciam no jornalismo tradicional.

Parte do grupo envolvido com a produção da *P&N* atualmente integra o portal *Desacato*, fundado em 25 de agosto de 2007 com formato de revista virtual. Ao longo do tempo, o portal passou a publicar charges, noticiários em TV web e rádio web, vídeos, documentários e projetos multimídia. Em 9 de dezembro de 2011, com a evolução do projeto, foi fundada a Cooperativa Comunicacional Sul (CCS), legalizada em 3 de março de 2017, integrada atualmente por jornalistas e comunicadores em Florianópolis e no município de São Miguel do Oeste. Completando 12 anos em 2019, o portal adotou o slogan “Desacato 12 anos: utopia e resistência”, que acompanha a marca “A Outra Informação”. O carro-chefe do portal é o site¹⁹⁴ (Figura 10).

¹⁹⁴ Endereço: desacato.info

Figura 10 – Capa do site do portal *Desacato*

Data: 15 fev. 2019

A “Carta às entidades apoiadoras de Desacato” informa que, em 2018, houve um total de 2 milhões, 240 mil e 738 acessos ao portal e às produções audiovisuais (PORTAL DESACATO, 23 jan. 2019). É possível afirmar que o portal *Desacato* atualmente é o veículo independente, a partir das já mencionadas características da *Agência Pública*, melhor estruturado em Santa Catarina, mantendo grade fixa de programação, detalhada no Quadro 2¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Em fevereiro de 2019, entre as entidades apoiadoras estavam sete sindicatos e um escritório de advocacia, além do Conselho Indigenista Missionário e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O portal oferece serviços de produção de conteúdos e, em novembro de 2017, lançou a campanha “Seja um leitor(a) amigo(a) de Desacato”. O novo formato do portal, desde novembro de 2017, permite também a inclusão de anunciantes.

Quadro 2 – Grade de programação do portal *Desacato*

Segunda-feira

Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras Indigenista. Primeiro programa indigenista nacional, semanal. Às 12h no portal Desacato e redes, lançado em maio de 2019, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário.

Terça-feira

Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras - JTT. Edição da capital, toda terça-feira, às 12h no portal Desacato e redes, na terceira temporada.

Agenda dos Trabalhadores. Programa de WebRádio, em parceria com a ACRA COM (Associação Catarinense de Rádios Comunitárias), às 15h, ao vivo, lançado em março de 2019.

Informativo Paralelo. Programa de WebRádio, em parceria com a ACRA COM (Associação Catarinense de Rádios Comunitárias), das 17h às 18h, ao vivo. Terceira temporada.

Quarta-feira

Crimes Neoliberais. Programa de WebTV, em parceria com o DIEESE, às 10h, apresentado pelo economista José Álvaro Cardoso. Segunda temporada.

Quinta-feira

Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras - JTT. Às 12h no portal Desacato e redes, na segunda temporada. Edição produzida pela equipe jornalística da Regional do Oeste.

Engarramento da Ponte. Programa de WebRádio, em parceria com a ACRA COM (Associação Catarinense de Rádios Comunitárias), das 16h30 às 18h, ao vivo. Lançado em maio de 2019.

Sexta-feira

Saúde é Vida. Com o cardiologista Amberson de Assis, apresenta informações sobre saúde preventiva, lançado em março de 2019.

Fala pra Mayara. Enquetes sobre temas da conjuntura dirigidas ao segmento mais jovem da audiência, lançado em março de 2019.

Sábado

Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras Cultura – JTT Cultura. Às 12h no portal Desacato e redes, edição especial do JTT com a Agenda Cultural do Estado.

Manucultura – Agenda Cultural, no portal Desacato e redes, com os eventos mais importantes e acessíveis no ambiente da arte e da cultura.

Domingo

Retrospectiva semanal. Das 9h às 21h, no portal Desacato e redes, com os principais destaques da semana.

Vida em Resistência. Grande reportagem seriada mensal, em parceria com o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), desde 2017, às 14 no portal Desacato e redes.

Outras produções

Coberturas ao vivo. A qualquer hora do dia de qualquer parte do mundo.

Mulheres da Pátria Grande. Programa bilíngue. Episódios produzidos em diferentes cidades e países.

Grade atualizada com a nova programação anunciada em junho de 2019

Da seção “Quem Somos” do site, extrai-se a auto-definição do propósito do portal *Desacato*:

Na defesa da Soberania Comunicacional Popular, Desacato.info foi se identificando com leitoras/es e formadoras/es de opinião à procura da Outra Informação, que não costuma ser publicada na mídia monopólica. Colaboradores e profissionais da informação e da cultura de diversas regiões do Brasil e do mundo emprestam seu talento para manter-nos em dia com a atualidade mundial e sua análise.

[...]

O Portal Desacato foi criado e é desenvolvido com o propósito de informar, educar, formar e contribuir na transformação da sociedade (PORTAL DESACATO, 19 fev. 2019).

O texto no link “Cooperativa Comunicacional Sul” do site amplia a auto-caracterização:

A parceria entre parte de seus cooperados e cooperadas existe desde agosto de 2007, quando fundaram o Portal Desacato, veículo independente, sem laços com partidos políticos, sindicatos ou qualquer organização pública, privada, estatal ou paraestatal. A linha do Desacato é claramente anticapitalista e anti-imperialista e adianta o objetivo da cooperativa: a soberania comunicacional popular¹⁹⁶. Seu objetivo principal dar voz e visibilidade àqueles que não encontram espaço e nem apoio na grande mídia e criar fontes de emprego para jornalistas e técnicos da comunicação (A COOPERATIVA, 19 fev. 2019).

Na trilha aberta pelo *Portal Desacato*, cujo suporte jornalístico é completamente digital, surgiu em 2014 o coletivo de jornalistas *Maruim*, que, em 2016, consolidou uma associação para possibilitar o sustento financeiro de suas produções, predominantemente divulgadas em site próprio¹⁹⁷, conforme a Figura 11, e nas redes sociais.

¹⁹⁶ O conceito de soberania comunicacional é desenvolvido por Tavares no sentido de a comunicação popular/comunitária/libertadora precisar superar a posição de resistência e caminhar para a conquista dos meios massivos, articulada aos que lutam para transformar o mundo: “Avançar para o novo, ser capaz de pavimentar outra práxis” (TAVARES, 2015).

¹⁹⁷ Endereço: maruim.org

Figura 11 – Capa do site do coletivo *Maruim*

Data: 15 fev. 2019

Da seção “Quem Somos” do site, extrai-se a auto-definição do propósito do *Maruim*:

O MARUIM é um coletivo de jornalismo que surgiu da necessidade de se ampliar e diversificar os canais de informação em Florianópolis. Acreditamos que o conhecimento jornalístico é capaz de superar o senso comum. Ao trabalhar com as contradições que vivemos no cotidiano, apostamos que é possível influenciar as decisões políticas das pessoas e instituições.

Nossa missão é produzir notícias e reportagens que contribuam para a transformação da realidade injusta e segregadora em que vivemos. Nosso conteúdo jornalístico tenta disputar as narrativas sobre a cidade. Os principais temas que exploramos são meio ambiente, mobilidade, segurança pública e ocupação do espaço urbano.

Além de produzir jornalismo, o MARUIM se engaja na luta pela democratização da comunicação. Acreditamos que o potencial do jornalismo independente é sufocado pela falta de um marco regulatório das comunicações no Brasil. Na verdade, para nós, não pode haver democracia enquanto o aparato midiático estiver todo concentrado nas mãos de poucas famílias da elite brasileira.

A nossa proposta se sustenta no diálogo aberto e aproximado com o público do MARUIM. Pretendemos em conjunto trabalhar por uma produção que responda às demandas da maioria da população, e não privilegie interesses privados.

Com um modelo sem fins lucrativos e formado sobretudo por jovens recém-formados, o MARUIM é uma aposta no conhecimento jornalístico em tempos de crise. Para que se desenvolva e se torne parte do novo jornalismo que há por vir, contamos com o apoio do público e de parceiros que acreditem na necessidade desse tipo de iniciativa. Sinta-se parte do projeto (QUEM SOMOS, 19 fev. 2019). [Com grifos no original]

O *Maruim* não tem uma grade de programação definida. O menu superior do site (Quadro 3) tem os seguintes *links*: Notícias, Especiais, Audiovisual, Opinião, Quem Somos, Participe e Financie, assim subdivididos:

Quadro 3 – Links do site do coletivo *Maruim*

Notícias – Administração Pública / Brasil / Educação / Florianópolis / Gentes / Meio-ambiente / Moradia / Mundo / Segurança Pública / Arte e Cultura / Comunicação / Espaço Público / Grande Florianópolis / Luta por Direitos / Mobilidade / Mulher / Saúde / Trabalho
Especiais – Reportagens em texto, vídeo ou fotográfica e ainda produções geradas a partir de Trabalhos de Conclusão de Curso em Jornalismo. São também indexadas em Notícias
Audiovisual – Reportagens em vídeo e fotográficas. São também indexadas em Notícias
Opinião - Artigos
Quem Somos – Sobre / Estrutura / Conselho Consultivo / Contato
Participe – Lance sua Ideia / Envie conteúdo / O que podemos mudar?
Financie – Assine / Loja

Organização da autora

Desta breve caracterização ressaltam-se, da revista *Pobres & Nojentas*, o conceito de *jornalismo libertador*; do portal *Desacato*, o conceito de *soberania comunicacional popular* e a linha editorial *anticapitalista* e *anti-imperialista*; do coletivo *Maruim*, a luta pela democratização da comunicação e a proposta de trabalhar com as contradições do cotidiano. Sob diferentes conceitos, há em comum a preocupação em relacionar o jornalismo com o vivido (o cotidiano), dar visibilidade à luta dos oprimidos e contribuir para a transformação da realidade – objetivos propostos pelos três veículos.

De modo geral, é possível afirmar que os três veículos atualizam elementos daquela imprensa alternativa pesquisada por Kucinski (2003) que circulou entre 1964 e 1980 no país, buscando protagonizar as transformações sociais que as gerações dos anos 1960/70 pregavam. Nessa atualização, o elemento que se deseja ressaltar é a busca pelo valor de uso do jornalismo: a revista *Pobres & Nojentas* ao afirmar o caráter libertário e criador da palavra e ressaltar que não quer lucro nem fama; o portal *Desacato* ao se posicionar de forma

claramente anticapitalista e anti-imperialista; o coletivo *Maruim* ao buscar contribuir para a transformação da realidade injusta e segregadora.

A ideia do uso, essencial para compreender o pensamento de Lefebvre, está intimamente ligada à de resistência, aos resíduos, que a lógica e a razão não conseguem esmagar. Uso, afirma Seabra, do espaço, do tempo, do corpo, “(...) essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!...” (SEABRA, 1996, p. 71). Da forma como se auto-definem, esses e outros veículos do jornalismo independente/alternativo/contra-hegemônico aspiram dar ao jornalismo um valor de uso que autoriza tomá-los, de alguma forma, como resíduos do sistema de mídia hegemônico – enquadrado por Moraes (2010, p. 70) como *sistema de produção de sentido* –, movido pelo valor de troca. A construção de conceitos como o de *jornalismo libertador*, desenvolvido por Tavares (2004) a partir da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, aponta neste sentido, assim como outras designações, como a de *jornalismo de resistência*, assinalada por Pena, consistindo na “(...) aplicação prática de preceitos ligados à função social da profissão” (PENA, 2010, p. 168). São conceitos que indicam um modo de pensar e fazer jornalismo expulso – ainda que se apresentem em brechas – do sistema de mídia hegemônico, que, como visto em Genro Filho (1989), constitui um aparato técnico e social cada vez mais complexo. Nessa condição, de precioso e essencial – termos de Lefebvre ao se referir à irreduzibilidade dos resíduos (1967, p. 68) – pode-se apontar nesses conceitos e nos fazeres que eles inspiram principalmente o esforço para *sair da abstração*, como repetidamente clama Marcos Faerman no manifesto *As palavras aprisionadas*, visto no Capítulo 2, enlaçando-se com o vivido¹⁹⁸. E a superação das abstrações, afirma Seabra (1996, p. 82), é o caminho para a desalienação, para a qual o jornalismo tem o importante papel assinalado por Genro Filho:

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um “potencial desalienador”

¹⁹⁸ Nesse sentido, são relevantes os manifestos de redes de coletivos como os *Jornalistas Livres* (<https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>), com tópicos entre os quais se ressaltam os seguintes (com grifos no original): **#JornalistasLivres** acreditamos que a história da qual participamos, todos os dias, precisa ser contada a partir de muitos pontos de vista. Somos **ambiciosos** a respeito das narrativas do nosso tempo. Fazemos o registro da história e das histórias e não aceitamos que a realidade seja registrada somente pelos que detêm o poder econômico, político e cultural. **#JornalistasLivres** sabemos que **toda** cidadã e cidadão se torna um(a) jornalista quando está **munido** de sua rede social, de seu blog, de seu telefone celular, de sua câmera filmadora, de suas próprias ideias. Estamos **convictos** de que a realidade lá fora é a soma complexa, deshierarquizada e contraditória de todos os nossos olhares, escutares e falares aqui dentro. **#JornalistasLivres** acreditamos no jornalismo como fonte de conhecimento transformador, de superação das desigualdades e de construção de um mundo menos autoritário e menos concentrado nas mãos de um poderio militar, econômico e midiático. **#JornalistasLivres** amamos a cultura, a arte, a cidadania, a política, a memória, a história, o cotidiano, o convívio.

insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social (GENRO FILHO, 1989, p. 179).

Do ponto de vista da linguagem, para a construção deste jornalismo crítico e desalienador, a revista *Pobres & Nojentas* explicita a proposta da *croniportagem*, cabendo avaliar em que medida essa fusão de gêneros traz elementos para pensar a teoria e a prática do jornalismo. Se todo novo estilo surge como uma necessidade histórico-social da vida, é importante a reflexão sobre as formas mais ou menos inovadoras necessárias para o jornalismo na atualidade, em especial o jornalismo independente. Guimarães (2015) aborda essa questão ao afirmar que, além de uma nova concepção teórica de notícia, é preciso pensar em outras formas de nomear, porque a própria ideia de notícia traz, em si, as características que a inserem em um modelo adequado aos interesses da classe dominante:

Se estamos de acordo que o objetivo da luta dos trabalhadores é desvelar a ideologia e não produzi-la às avessas, denunciar as particularidades para promover o verdadeiro interesse geral e não prender-se a novas particularidades, suas ferramentas (entre elas o jornalismo) não devem abrir mão de ser atrativas, palatáveis e tudo o mais que lhes garanta efetividade, mas sem fazer concessões a disfarces ou ocultamentos de qualquer natureza. Assim, parece-nos claro que um *novo jornalismo* que busque *uma nova hegemonia* requer a promoção de *novas unidades informacionais* que devem necessariamente escapar: 1) genericamente, da fragmentação trazida pela forma notícia do jornalismo informativo e; 2) especificamente, do modo de organização enquadrado no *lead* e no modelo da pirâmide invertida que traz essa fragmentação da realidade para dentro de cada narrativa específica (GUIMARÃES, 2015, p. 271). [Com grifos no original]

Um exemplo concreto de novo nome para a busca de novas formas vem da jornalista e escritora argentina Leila Guerriero, que as explicita em entrevista ao jornal *El País*. A jornalista dá o nome de *Instruções* aos seus microensaios:

P. Ter uma coluna periodicamente é desafiador? De onde parte suas inspirações? Algumas são autobiográficas?

R. Quando me fizeram a propostas de escrever a coluna para o EL PAÍS, achei que o fato de buscarem uma cronista latino-americana tinha que ter algum sentido. Percebi que contar histórias do nosso continente e da nossa região neste lugar era importante. Muitas delas são autobiográficas, salvo as que chamo de *Instruções*, que são como postais de seres humanos em crises diversas. E na verdade eu gosto muito desse *formato hiperpequeno, característico das minhas colunas*. São como *micro ensaios* que precisam

estar blindados, sem cabos soltos. É um dizer muito potente e condensado. Tem algo de perfume muito impregnante. É uma escritura muito chamativa que obviamente não funciona por todas as partes. A coluna está sempre aí, quase gritando (MENDONÇA, 2017). [Sem grifos no original]

Vargas Llosa, ao comentar um livro de perfis biográficos de Leila Guerriero intitulado *Plano Americano*, afirma tratar-se de uma coleção de textos que “(...) mostra de maneira fidedigna que o jornalismo pode ser também uma das belas artes e produzir obras de alto valor, sem renunciar por nada à sua obrigação primordial, que é informar¹⁹⁹” (VARGAS LLOSA, 2013).

Nessa perspectiva, o jornalismo em geral e o independente em particular tem potencialidades historicamente concretas, como mostrou nos anos da ditadura civil-militar, de revolucionar a linguagem ao deixar emergir a fala criadora gestada no vivido – núcleo da práxis – e desvelar a ideologia ao buscar interpretar a realidade a partir da totalidade, como produto histórico, erigindo uma obra. Pode ousar, experimentar, romper com as tradições, com as regras dos manuais de redação. É com essas possibilidades em vista que se faz a análise da cobertura jornalística da Ocupação Amarildo de Souza e da Ocupação Marielle Franco (ocupações por moradia) e da Ocupação da Ponta do Coral (ocupação por lazer e cultura) nos dois veículos tradicionais e nos três independentes já caracterizados, com base nos critérios apresentados nos Quadros 4, 5 e 6. O Quadro 7 sintetiza os conceitos que orientam a análise a partir do que foi exposto nos Capítulos 1 e 2²⁰⁰. Já o Mapa 3 indica a localização das ocupações na Área Conurbada de Florianópolis.

¹⁹⁹ (...) colección de textos que, además del mérito que tiene cada uno de ellos, muestra de manera fehaciente que el periodismo puede ser también una de las bellas artes y producir obras de alta valía, sin renunciar para nada a su obligación primordial, que es informar.

²⁰⁰ No semestre da finalização da tese, 2019/1, cabem algumas considerações sobre a situação dos veículos de jornalismo independente digitais citados. Em 2013, com o fim das edições impressas e a manutenção apenas do blog e do portal no YouTube, ano a ano houve uma diminuição expressiva de postagens da *Pobres & Nojentas*. Foram, de 2013 a 2018, respectivamente, 93, 16, 16, 38, 4 e 3. Em 2019, houve uma tentativa incipiente de retomar as atividades, com 8 postagens. O auge das atividades foi 2009, com 372 postagens. O portal *Desacato* experimentou movimento contrário. Desde 2017, com a legalização da Cooperativa Comunicacional Sul (CCS), vem ano a ano lançando novos programas, inclusive ao vivo em rádio, com a manutenção, em 2019, de uma equipe fixa em Florianópolis e no município de São Miguel do Oeste graças às parcerias, principalmente com sindicatos, e a campanha *Leitor/a Amigo/a*. No *Maruim*, como na *Pobres & Nojentas*, houve esvaziamento da proposta. Em 2018, a última postagem foi em 30 de outubro, havendo depois apenas mais uma em 20 de maio de 2019. No primeiro semestre de 2019, o site do *Estopim* não registrou postagens, mantendo atualizada apenas a conta no Facebook para divulgação de seu podcast “Catarina Cast”, que, em junho de 2019, estava no oitavo programa. As postagens no site foram retomadas em julho de 2019. O portal *Catarinas* surgiu em 2016, quando manteve um ritmo constante de produções locais, tendo havido menos constância em 2018 e, em junho de 2019, anúncio de mudanças e busca de novas fontes de financiamento. O portal é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) desde 2017.

Quadro 4 - Períodos de análise dos materiais jornalísticos

Tema	Período	Motivo	Critério
1)Ocupação Amarildo de Souza	16/12/2013 a 07/2014	Período da ocupação entre o início na SC-401 e a transferência para Águas Mornas	Análise engloba todas as edições em que o tema foi manchete ou teve chamadas na capa ou na contracapa (jornalismo tradicional)
2)Ocupação Marielle Franco	06-07/2018	Mês em que houve forte repressão policial na ocupação	Análise engloba todas as edições em que o tema foi manchete ou teve chamadas na capa ou na contracapa (jornalismo tradicional)
	e 13/03 a 31/05/2019	Período em que o Ministério Público de SC formou força-tarefa contra as ocupações	Análise engloba todas as edições em que o tema foi manchete ou teve chamadas na capa ou na contracapa (jornalismo tradicional)
3)Ocupação Ponta do Coral	2015	Ano em que o empreendimento hoteleiro obteve licença prévia de construção e o movimento em defesa da Ponta do Coral comemorou 35 anos	Análise engloba todas as edições em que o tema foi noticiado no ano (jornalismo tradicional) <i>DC</i> : todas as matérias (seleção cedida pelo jornal) <i>ND</i> : todas as matérias com manchete ou chamada de capa (seleção feita a partir de busca no acervo digital, com palavra-chave “Ponta do Coral”)

Quadro 5 – Total de edições analisadas - jornalismo tradicional

Tema	Diário Catarinense	Notícias do Dia
Total de edições com tema na capa ou contracapa		
1)Ocupação Amarildo de Souza	15	28
2)Ocupação Marielle Franco	01	19
3)Ocupação Ponta do Coral	09	02
Total parcial	25	49
Total geral	74	

Quadro 6 – Total de textos analisados - jornalismo independente

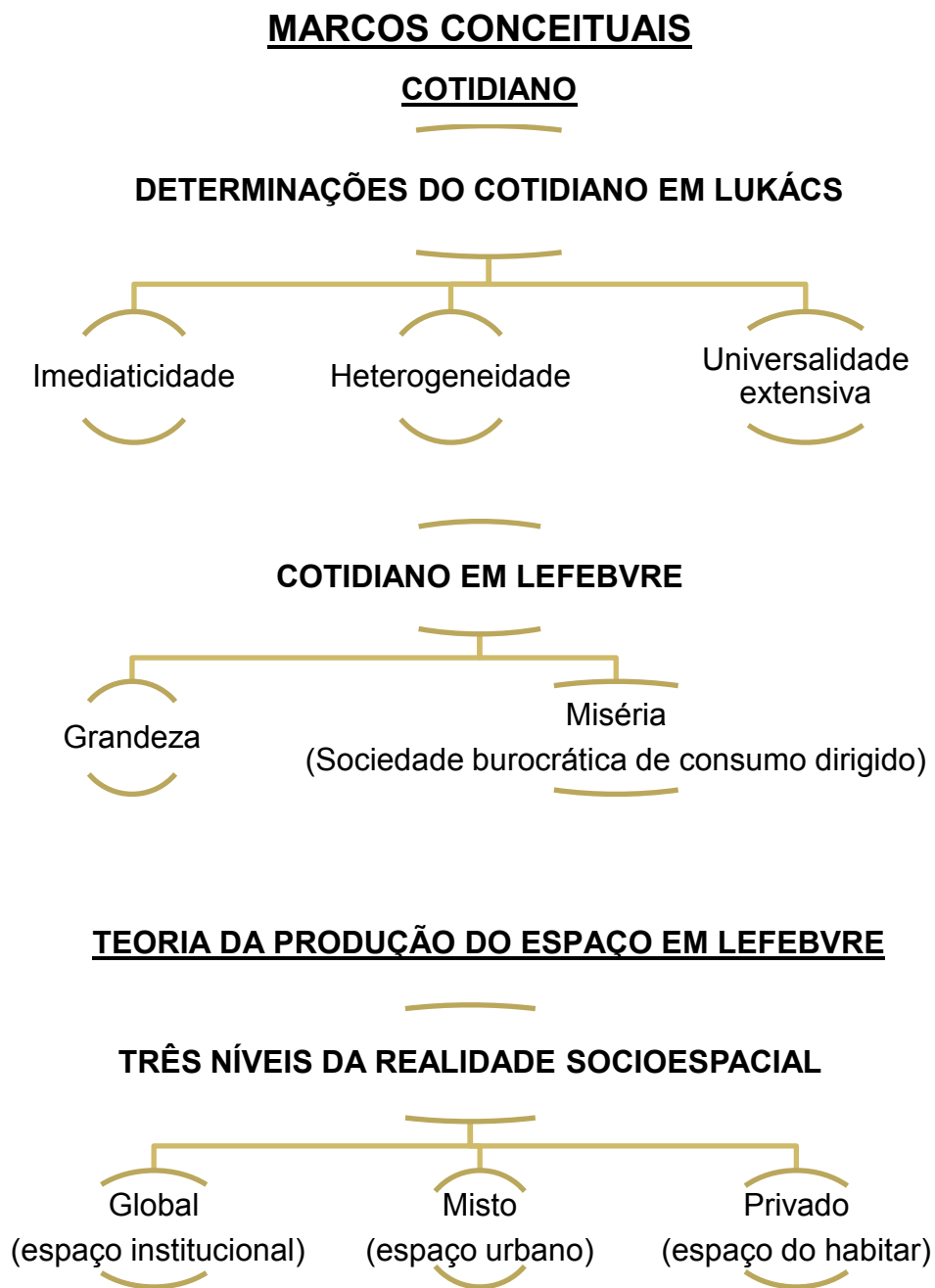
Tema	Pobres & Nojentas	Desacato	Maruim
Total de notícias e reportagens			
1)Ocupação Amarildo de Souza	02	23	0
2)Ocupação Marielle Franco	02	10	0
3)Ocupação Ponta do Coral	02	24	08
Total parcial	06	57	8
Total geral	71		

Mapa 3 – Ocupações e a apropriação do espaço em Florianópolis



Elaboração: Rogério Moreira Júnior. Data: jun. 2019

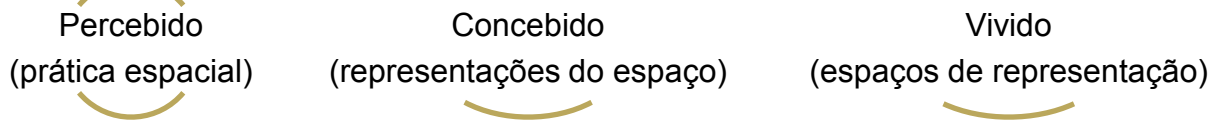
Quadro 7 – Síntese dos conceitos que orientam a análise da cobertura jornalística



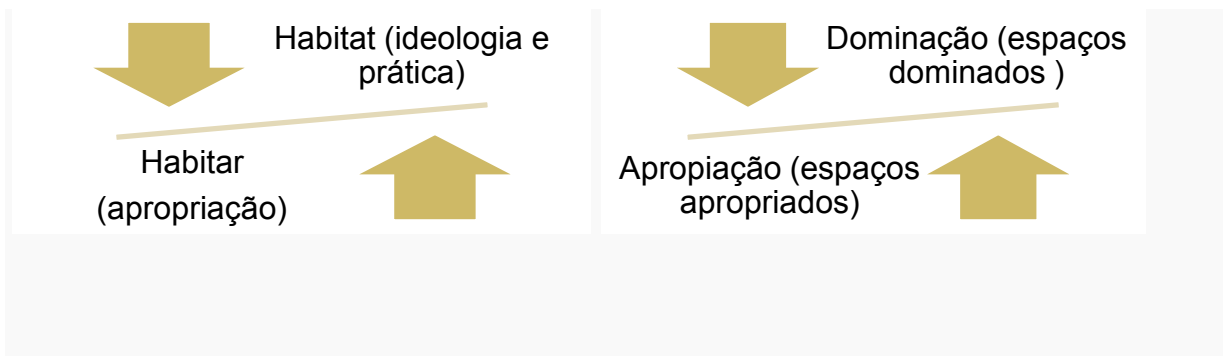
O ESPAÇO NA DIMENSÃO TEMPORAL



ESPAÇO É UNIDADE TRIALÉTICA



O ESPAÇO SOCIAL NA MODERNIDADE





Fonte: Iasi (2011). Organização da autora



Fonte: Sánchez-Casas (1987). Organização da autora

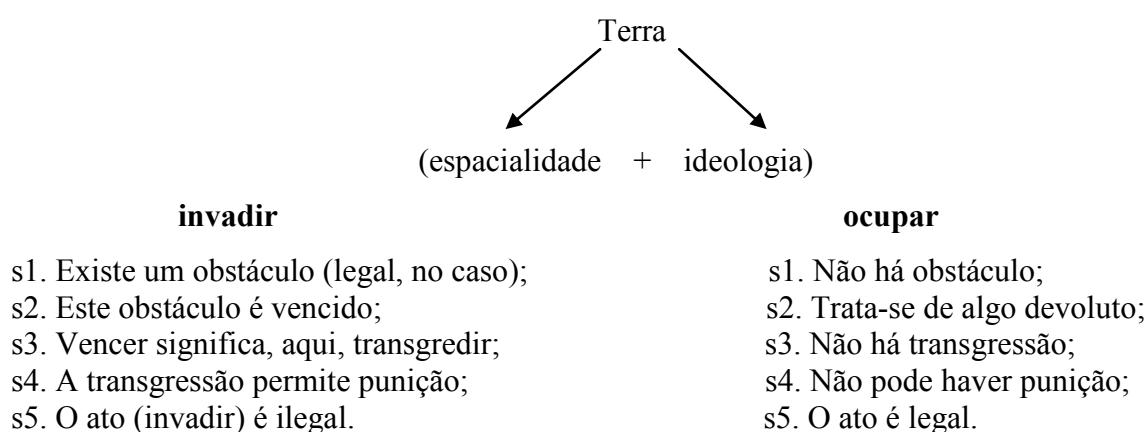
4.2 CRONOTOPO DA INVASÃO

A análise da cobertura jornalística do jornalismo tradicional sobre a Ocupação Amarildo de Souza leva em conta a inseparabilidade do espaço e do tempo a partir do que foi visto em Bakhtin com o cronotopo: os sinais do tempo se revelam no espaço e o espaço é apreendido e medido pelo tempo²⁰¹. O espaço-tempo no qual a Ocupação Amarildo de Souza irrompe situa-se no coração das mais privilegiadas localizações que os grupos dominantes de Florianópolis guardaram para si para morar e explorar o turismo, valendo-se da ideologia no

²⁰¹ O nome da ocupação homenageia o servente de pedreiro Amarildo de Souza, desaparecido no Rio de Janeiro em 2013 depois de ser levado de sua casa por policiais militares, caso que teve repercussão internacional.

processo de sedimentar uma vocação natural da Ilha de Santa Catarina para esta atividade econômica. Em praticamente toda a cobertura jornalística, a Ocupação Amarildo de Souza será assim nomeada porque é a forma como as famílias a chamaram, mas o fato se inscreverá, pelos jornais, como *invasão*.

Citteli e Baccega, em estudo sobre a retórica da manipulação, afirmam que os pares opositivos *invadir* e *ocupar* promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação sobre a terra: “*Invadir* carrega semas como ‘tomar aquilo que não nos pertence’; já o lexema *ocupar* nos indica semas como ‘estar em lugar devoluto’” (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 25). Utilizar um ou outro implica aderir a visões de mundo e concepções diferentes de organização da sociedade. Os autores apresentam a síntese a seguir, evidenciando o elemento espacial, a terra, e os pontos de vista ideológicos sobre ela (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 25-6):



A síntese é assim explicada:

Colocado de outro modo: a primeira coluna indica a instância da legalidade da repressão e está calcada no pressuposto da existência de uma sociedade que preserva o conceito de propriedade privada especulativa. Então o verbo *invadir* funciona como elemento de impacto a caracterizar junto à população a ilegalidade do gesto. Tomar aquilo que não pertence ao tomador.

A segunda coluna remete ao contexto da ilegalidade da repressão, pois sustenta-se o conceito de propriedade social da terra. Assim, entrar em terras ociosas é gesto de justiça, reparo aos desajustes que marcam a nossa sociedade. Daí que o verbo *ocupar* tenha um sentido de dar legalidade à ação dos Sem-Terra (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 26). [Com grifos no original]

É nesta perspectiva que o cronotopo predominante da cobertura jornalística do jornalismo tradicional sobre a Ocupação Amarildo de Souza será o cronotopo da invasão.

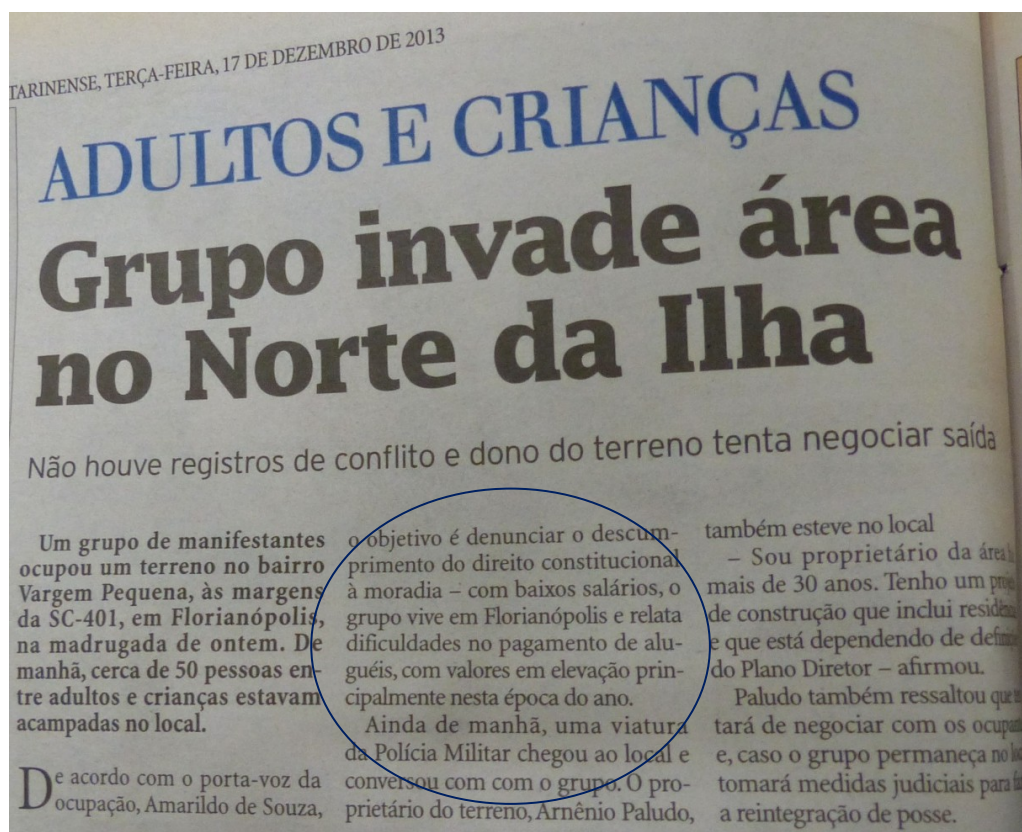
Entre dezembro de 2013 e abril de 2014, a Ocupação Amarildo de Souza esteve na capa ou na contracapa do *Diário Catarinense* em 15 edições, 4 delas em manchete, totalizando 33 páginas e 3 editoriais²⁰².

A primeira notícia foi publicada na edição de 17 de dezembro de 2013, um dia depois do fato, sem chamada de capa e sem foto²⁰³. A partir da entrevista com um porta-voz da ocupação – cujo nome é confundido com o da ocupação – o texto expõe o objetivo das famílias, destacado na Figura 12: “(...) o objetivo é denunciar o descumprimento do direito constitucional à moradia – com baixos salários, o grupo vive em Florianópolis e relata dificuldades no pagamento de aluguéis, com valores em elevação principalmente nesta época do ano (GRUPO..., 2013, p. 28). A notícia traz também a manifestação do suposto dono do terreno ocupado, em relação ao qual aparecerão questionamentos somente no decorrer da cobertura jornalística.

²⁰² A lista completa está no Anexo 1. O material jornalístico consultado para este capítulo foi relacionado de forma separada das referências de obras gerais e está em ordem alfabética por autor.

²⁰³ Nas outras 13 edições mencionadas que compõem o conjunto de textos do *DC*, a Ocupação Amarildo de Souza foi manchete ou teve chamada na capa ou na contracapa.

Figura 12 - Primeira notícia do DC sobre a Ocupação Amarildo de Souza



Data: 17 dez. 2013

No segundo parágrafo, em apenas três linhas, foi possível noticiar três fatos: 1) a moradia é um direito constitucional; 2) é difícil pagar aluguel em Florianópolis; 3) os aluguéis aumentam na época do ano em que ocorreu a ocupação (auge da temporada de verão e do turismo em Florianópolis). Apesar de curta, a notícia sinalizou – mesmo não tendo desenvolvido – potenciais elementos de alienação urbana que motivaram a ocupação. Porém, ao longo das semanas, com a tensão provocada pelo aumento diário do número de famílias no terreno, serão as representações ideológicas – as descoladas do vivido – as prevalecentes nas notícias e reportagens.

Como notícia, a ocupação volta a ser tratada somente na edição de 21 de janeiro de 2014²⁰⁴. Na abertura do texto há dois importantes elementos. O primeiro é mencionar o objetivo da ocupação – fazer reforma agrária na cidade pela posse da terra; o segundo, registrar o espaço de representação pela qual as famílias definem a experiência da Ocupação Amarildo de Souza: “Na entrada da ocupação às margens da SC-401, na Vargem Pequena, em

²⁰⁴ Ignoraram-se referências anteriores a essa data em notas de colunistas.

Florianópolis uma bandeira do Brasil diferente recepçiona os visitantes. Ao invés de Ordem e Progresso está escrito “terra, trabalho e teto” (WOLFF; MICHEL, 2014, p. 28). A Figura 13 exhibe a única fotografia da página, na qual aparecem as duas bandeiras e, ao fundo, alguns barracos. A imagem é significativa também pelo que nela só se vê à distância. Na cobertura jornalística do *DC* não há fotografias que mostrem a ocupação da porteira para dentro na SC-401 porque a entrada de jornalistas dos veículos tradicionais era restringida.

Figura 13 - Segunda notícia do *DC* sobre a Ocupação Amarello de Souza



Data: 21 jan. 2012. Crédito da foto: Betina Humeres

Esse fato é constatado em um vídeo de 10:37 minutos de duração publicado em 29 de dezembro de 2013 na conta do Youtube “Ocupação Amarello”, produzido pela equipe de comunicação da ocupação, que exhibe os primeiros dias no terreno da SC-401 e o cotidiano das famílias e explicita esse contraste de ponto de vista (Figuras 14 e 15)²⁰⁵. Na Figura 14, os ocupantes filmam, de dentro da porteira, a chegada da Polícia Militar; na Figura 2, a equipe de uma emissora de televisão entrevista uma ocupante por cima da porteira (OCUPAÇÃO...

²⁰⁵ Além de vídeos, a equipe de comunicação também produziu um jornal, a *Gazeta da Ocupação Amarello*, que teve duas edições, a primeira com 5 mil e a segunda com 10 mil exemplares, analisada por COSTA e FLORES (2015).

29 dez. 2013). Ou seja, a ocupação, vista de fora para dentro pelos jornais, é tratada como invasão; vista de dentro para fora, pelas famílias, é tida como ocupação, porque da porteira para dentro vai se constituindo um espaço heterotópico que reivindica a reforma agrária não apenas no campo, como também na cidade. Ao abordar o conceito de espaço heterotópico em Lefebvre, Harvey destaca seu caráter de irrupção, “(...) quando grupos heterotópicos distintos de repente se dão conta, ainda que por um breve momento, das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo” (HARVEY, 2014, p. 22).

Figura 14 - PM é filmada na ocupação



Data: 29 dez. 2013 - 3:14

Figura 15 - Entrevista à equipe de jornalismo



Data: 29 dez. 2013 - 7:19

Essa mencionada segunda notícia do *DC* se distingue de todo o restante da cobertura nos meses seguintes por ser a única a ter entrevista com um morador da ocupação. As notícias e reportagens das outras 12 edições analisadas só trazem entrevistas com coordenadores do movimento:

O motorista de ônibus Jorge Martins chegou há cerca de um mês. Ele está afastado do trabalho por problemas de saúde.

– Eu ganho R\$ 1.023 de salário e pagava R\$ 800 de aluguel por uma quitinete para morar com meus seis filhos. Vim porque acho que aqui também é um bom lugar para eles, onde vão aprender sobre a terra, vamos conseguir os alimentos da lavoura – disse Martins (WOLFF; MICHEL, 2014, p. 28).

A notícia também informa o motivo do nome, homenagem ao servente de pedreiro Amarildo de Souza. Destaca-se ainda o conjunto de entrevistas: além do motorista de ônibus, que é um dos ocupantes, o jornal ouviu dois coordenadores da ocupação, o juiz que ordenou a reintegração de posse, o advogado do suposto proprietário, um comandante da Polícia Militar e o secretário da Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis. Em três frases, o secretário diz que o plano é ajudar na remoção das famílias e cadastrar as que precisam de moradia. Na

cobertura jornalística, essa é a primeira e breve referência de uma fonte oficial ao tema do déficit habitacional em Florianópolis.

Um conjunto de fontes aparece em reportagem de três páginas na edição de 31 de janeiro de 2014, com foto em meia capa e a chamada “A invasão na SC-401 / Vozes dissonantes / Os protagonistas da disputa de terra a poucos quilômetros de paraísos turísticos catarinenses”. Sob quatro cartolas, O DONO DO TERRENO / OS INVASORES / O GOVERNO / A JUSTIÇA, aparecem trechos de declarações de entrevistados, dadas em entrevistas pingue-pongue, que sintetizam os quatro pontos de vista. Um mapa, elemento que se realça ao longo das três páginas da reportagem, aparece na página 5 (Figura 16).

Figura16 – Mapa no *DC* mostra localização da Ocupação Amarildo de Souza



Data: 31 jan. 2014

A representação do espaço construída pelo jornal exhibe o local da ocupação, quase na conexão de duas rodovias estaduais e tendo, ao Norte, as mais conhecidas praias da Ilha de Santa Catarina, entre elas Jurerê Internacional. Em destaque aparece o preço do metro quadrado naquela praia, R\$ 9,8 mil. O *DC* continua legitimando a suposta propriedade do terreno por parte do ex-deputado estadual Artêmio Paludo, que a teria adquirido nos anos 1980. Na área, informa o jornal, tentou-se uma criação fracassada de camarões em cativeiro. Em seguida, projetou-se ali um complexo esportivo intitulado Florianópolis Golf Club, que também não se concretizou e, depois, um complexo residencial e comercial engavetado, de acordo com o *DC*, em função da iminência de mudanças no Plano Diretor de Florianópolis. Por pelo menos 30 anos, portanto, a terra ficou sem uso.

O advogado de Artêmio Paludo, na entrevista pingue-pongue, afirma esperar que o direito de propriedade amparado pela Constituição seja efetivamente respeitado, sendo então questionado pelo repórter:

DC – Quanto ao direto (sic) de terra dos manifestantes?

Gomes – Uma terra que não seja a nossa. O direto (sic) constitucional deles precisa ser visto e analisado. Agora, dentro de princípios que não firmam a propriedade de terceiros. A cidade, o Estado, o Brasil têm muita terra sobrando. Ninguém quer ir lá para plantar. Todo mundo quer vitrine. Beira do mar, de preferência às margens da SC-401 (HANGAI, 31 jan. 2014, p. 5).

A resposta evoca uma abstração – terras sobrando para plantar por qualquer um – e o fato concreto representado no mapa: não ali, naquela localização privilegiada. A edição de 8 de fevereiro traz, na capa, chamada sobre a audiência de conciliação que estabeleceu o prazo de 15 de abril para as famílias saírem do terreno, mencionando ainda a reviravolta em relação à titularidade do terreno. Em vistoria, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) constatou que a maior parte da área era pública, não tendo o empresário Artêmio Paludo comprovado a propriedade²⁰⁶. A notícia cita ainda a caminhada de cerca de 400 famílias ao longo da Avenida Beira-Mar Norte até o prédio do Fórum, onde foi realizada a audiência, e a crítica da liderança da ocupação à forma como estavam sendo tratados os ocupantes:

Após a audiência, os manifestantes se reuniram para uma assembleia ao ar livre e comemoraram o resultado das negociações. O líder do movimento, Rui Fernando, discursou sobre o poder de “oligarquias” catarinenses e a capacidade de o movimento persistir e sua meta de obter “terra, trabalho e teto”.

– Essa é a nossa reivindicação. Fizemos isso quase como um desabafo, pois fomos atingidos de forma muito preconceituosa por vários setores da sociedade, principalmente da burguesia florianopolitana. A resposta está aí. Vejo que fomos atendidos pela Justiça. Ganhamos um tempo necessário para que o Inbra possa desenvolver seus trabalhos naquelas terras. Continuaremos nossa luta – disse a liderança (HANGAI, 8 fev. 2014, p. 5).

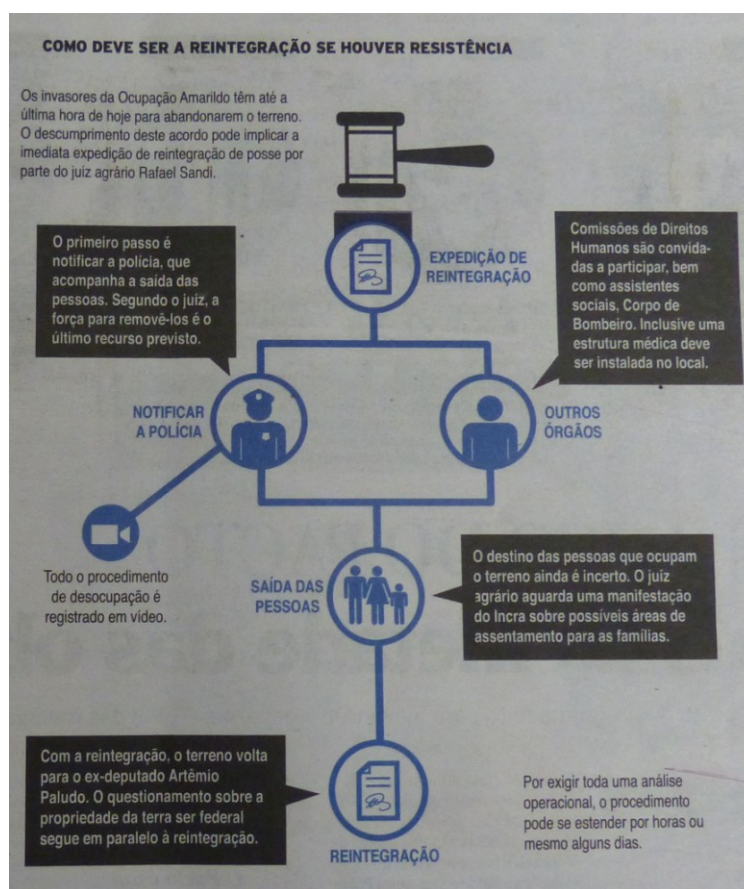
A ocupação volta à capa do *DC* em 11 de abril, quando faltavam quatro dias para o cumprimento do acordo definido pela justiça de desocupação da área. A reportagem registra que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) declarou a área como propriedade federal, mas não iniciou o processo para cancelar os títulos do terreno, “(...) que oficialmente permanece como propriedade privada” (HANGAI; WOLFF, 11 abr. 2014, p. 4). É notável a

²⁰⁶ O fato foi noticiado pelo *ND* um dia antes, na edição de 7 de fevereiro de 2014.

ausência de investigação sobre o fato e a continuidade da naturalização da falsa propriedade privada do terreno por parte do empresário Artêmio Paludo que, assim como seu representante, segundo o jornal, não respondeu mais às mensagens e ligações telefônicas do jornal.

A partir da edição de 14 de abril evidencia-se mais intensamente a criminalização da ocupação depois de as famílias, diante do impasse das instituições, tentarem se estabelecer em um terreno vizinho ao que estavam desde o mês de dezembro de 2013. Em 15 de abril, a um dia da saída acordada, o *DC* publica uma reportagem de duas páginas na qual se sobressai um infográfico (Figura 17) que mostra a justiça, a polícia e outros órgãos em primeiro plano para desalojar aqueles corpos se for necessária a reintegração de posse em caso de resistência. Aprofunda-se a interpretação da ocupação como um crime contra a propriedade privada, e as instituições aparecem como o poder que cumpre seu papel, que bate o martelo e manda reintegrar a posse, cabendo à polícia, se necessário, usar a força.

Figura 17 – Infográfico detalha a reintegração de posse da Ocupação Amarildo de Souza



Data: 15 abr. 2014

A retranca intitulada “Busca por mais apoio” registra a única menção do *DC*, no conjunto de materiais analisados, à vida cotidiana na ocupação, vista da porteira, caracterizando as atividades como resistência cultural a partir da entrevista de uma das lideranças:

A um dia do prazo para a desocupação do terreno na SC-401, o clima era de normalidade na área do norte da Ilha onde estão os acampados. (...)

Enquanto isso, no acampamento, crianças, mulheres e homens cantavam e tocavam violão logo em frente ao portão. Não havia nenhum movimento de desmontagem dos barracos.

De acordo com um dos líderes, Fabio Ferraz, o grupo faz o que chamam de “resistência cultural”. Atividades com as crianças, teatro e mais música estavam programados até o fim do dia. (...) (HANGAI; SANTAELLA; WOLFF, 15 abr. 2014, p. 5).

No dia seguinte, 16 de abril, a mudança das famílias da SC-401 para o Maciambu, no município vizinho de Palhoça, a cerca de 40 quilômetros do centro de Florianópolis, é a manchete do *DC*, com o seguinte conjunto cartola / manchete / linha de apoio:

Conflito na SC-401

Invasores se mudam para área litigiosa da BR-101 em Palhoça

À revelia do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e do Incra, os ocupantes se transferiram para um terreno questionado como terra indígena

A ideologia aí aparece como inversão pelo uso da voz assumida pelos verbos: invasores *se mudam*, ocupantes *se transferiram*, como se a decisão de sair do terreno na SC-401 fosse das famílias e não uma imposição das instituições. A reportagem de duas páginas informa que a primeira proposta do INCRA foi a de transferir as famílias para o município de Canoinhas, no Planalto Norte catarinense, a 372 quilômetros de Florianópolis pelo trajeto mais curto. Os ocupantes não aceitaram. Depois das negociações, ficou acertada a área no Maciambu, cedida por no máximo seis meses por um padre que ali mantinha um centro desativado de tratamento para dependência química. Com a mudança, o número de pessoas na ocupação caiu de 750 para 150, especialmente pela distância entre o terreno e os locais de trabalho em Florianópolis. A retranca intitulada “Mudança agita moradores do Maciambu” informa que um grupo pretendia ir até a Prefeitura do município de Palhoça buscar apoio

contra a chegada das famílias (FAMÍLIAS..., 16 abr. 2014, p. 5). A edição do dia seguinte, 17 de abril, menciona, em duas frases – uma delas citação – a Secretaria da Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis. O secretário municipal afirma que a Capital “não vai largar de mão” os ocupantes que necessitarem de ajuda, referindo-se aos benefícios sociais pagos aos cadastrados em Florianópolis:

Vamos tentar uma reunião entre os municípios e a Secretaria de Estado de Assistência Social para fazer um plano de ação em relação à condição destas famílias, afinal, eles estão morando em Palhoça de forma provisória – afirma (NÚMERO..., 17 abr. 2014, p. 6).

Já no dia 18 de abril, a cobertura jornalística do *DC* traz novas informações. O padre responsável pela cessão da área às famílias era um inquilino e não teria comunicado o fato à proprietária, uma arquiteta mexicana que afirmava ser aquele seu único bem (BACELO, 18 abr. 2014, p. 4 e 5). Instala-se um impasse porque as lideranças da Terra Indígena de Morro dos Cavalos também haviam manifestado contrariedade em relação à presença de novos ocupantes em uma área com constantes conflitos agrários. A tensão leva as lideranças da ocupação, então já batizada de Comuna Amarildo de Souza, a buscar uma alternativa de localização, que vira manchete do *DC* de 21 de abril, em pleno feriado prolongado de Páscoa, com o seguinte conjunto manchete / linha de apoio / chamadas (3):

Moradores reagem a nova invasão em Florianópolis

Parte da Ocupação Amarildo deixa Palhoça por área ao lado do Costão Golf Club, no bairro Rio Vermelho

Choque e cavalaria tentam evitar conflito / A meta é retomar terreno na SC-401 / Prefeitura e PM são pegos de surpresa

Essa nova ocupação ocorreu em um terreno na SC-406, ao Norte da Ilha. O jornal informa que a área pertencia a um traficante do Rio de Janeiro e atualmente estava cedida pela União a um centro de tratamento para dependência química localizado nas proximidades. Na reportagem, o secretário de Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis é ouvido em uma entrevista pingue-pongue e afirma que a única solução era o assentamento das famílias no município de Canoinhas, como proposto pelo INCRA. Ele afirma que o terreno é particular,

em contraste com a informação do próprio jornal. Esta é a primeira reportagem sobre a ocupação em que o *DC* utiliza uma palavra – nativos – que remete a um debate travado no início dos anos 1990 que colocava em questão a força dos “de fora” para dominar a cidade:

O dia de ontem foi de tensão em frente a um terreno na SC-406, no norte da Ilha de SC. A Polícia Militar montou guarda no local para conter uma reação violenta de moradores nativos do bairro Rio Vermelho contra integrantes da Ocupação Amarildo (VARGAS; TAVELLA, 21 abr. 2014, p. 20).

A palavra *nativos* aparece uma segunda vez: “[...] Os PMs apuraram que os nativos pretendiam incendiar veículos da ocupação e à noite atear fogo no acampamento para pressionar a saída (VARGAS; TAVELLA, 21 abr. 2014, p. 21). O jornal informa que 30 moradores locais fizeram protesto e menciona o fato de o terreno ficar ao lado do Costão Golf Club, do mesmo proprietário do Costão do Santinho.

Naquela edição, o *DC* publica o segundo editorial sobre a Ocupação Amarildo de Souza, intitulado “Um vácuo preocupante”:

[...]
Quando no dia a dia dos catarinenses se impõe a pauta de um grupo que a sociedade não reconhece ou não entende em sua plenitude, uma vez que seus representantes usam a condenável tática da invasão de áreas privadas como apresentação, algo está em descompasso. Espera-se que os entes públicos responsáveis pela equação do problema, em vez de procrastinarem no jogo de empurra observado até aqui, consigam explicar sem delongas quem são os protagonistas dessa questão, qual a verdadeira dimensão do déficit habitacional e que resposta é possível dar ao problema – se é que ele existe de fato (OPINIÃO DA RBS, 21 abr. 2014, p. 12).

O editorial explicita o caráter de insurgência intolerável da ocupação não pela existência de déficit habitacional – cuja existência o Grupo RBS põe em dúvida – e sim por usar a tática da invasão de áreas privadas. Mas, ao longo de cinco meses de cobertura da ocupação, o tema do déficit pouco apareceu, e foi ocultado o mais importante debate aberto naqueles meses: de quem são as terras ditas ociosas em Florianópolis²⁰⁷? Como foram obtidas? No espaço urbano em disputa, não é clara nem mesmo a titularidade das terras. O

²⁰⁷ A questão da moradia aparece superficialmente apenas na série de 14 reportagens “Traços para o futuro”, iniciada em 4 de maio de 2014 para abordar as mudanças trazidas pelo novo Plano Diretor de Florianópolis. A edição de 12 de maio de 2014, parte da série, traz a manchete “Plano Diretor dá prioridade para moradias no Centro” e fala sobre a meta de retomar o Centro da capital, formado por 13 bairros, como polo habitacional e de convívio social, mas não aborda o déficit habitacional.

editorial fala em invasão de áreas privadas quando as notícias e reportagens informam, sem aprofundar a investigação, que são áreas públicas, com exceção, no terreno da SC-401, da pequena parte que o dito proprietário, Artêmio Paludo, conseguiu comprovar.

A tensão crescente na ocupação no bairro Rio Vermelho aparece na capa, em 7 páginas, colunas e em um terceiro editorial da RBS no dia seguinte, 22 de abril (Figura 18).

Figura 18 – Capa do *DC* sobre a Ocupação Amarildo de Souza no Rio Vermelho



Data: 22 abr. 2014. Crédito da foto: Charles Guerra

As duas primeiras páginas da reportagem (Figura 19) destacam a reação dos moradores do Rio Vermelho em seis fotografias com legenda, tendo o texto principal a seguinte abertura:

A tentativa da Ocupação Amarello de retornar a uma área em Florianópolis durou 37 horas. Desde que parte dos integrantes invadiram novo terreno no norte da Ilha na madrugada de domingo – desta vez na SC-406, no Rio Vermelho –, o clima do local era tenso. Os moradores da região não aceitaram os novos “vizinhos” e partiram para uma batalha que terminou com bombas de efeito moral, balas de borracha e confusão com a polícia. Após a retirada, veio o grito de comemoração e a bandeira do movimento foi queimada (VARGAS; MICHEL, 22 abr. 2014, p. 4).

Figura 19 – Reportagem do DC sobre a Ocupação Amarello de Souza-Rio Vermelho (1)



Data: 22 abr. 2014. Créditos das fotos: Charles Guerra, Jessé Goitti e Guto Kuerten

Nestas duas páginas há apenas uma entrevista, com um empresário que é morador do bairro e teria assumido a liderança para evitar o conflito e “(...) conter o ânimo daqueles moradores que queiram o linchamento dos invasores” (VARGAS; MICHEL, 22 abr. 2014, p. 5). Na página 6 (Figura 20), a cobertura jornalística traz breves entrevistas – uma delas com outro morador do bairro – e com três ocupantes ouvidos já no retorno à área do Maciambu, no município de Palhoça.

Figura 20 – Reportagem do DC sobre a Ocupação Amarildo de Souza-Rio Vermelho (2)

6

DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2014

Reportagem Especial



Moradores fizeram campanha em frente ao terreno para monitorar a movimentação

Mobilização feita no boca a boca

Ao saber da ocupação, nativos do Rio Vermelho reuniram centenas de moradores de diversos bairros do norte da Ilha de SC

DIOGO VARGAS

Aos gritos de “nós vencemos”, “a gente ganhou”, os moradores do Rio Vermelho comemoraram a saída da Ocupação Amarildo do terreno invadido no domingo.

Eles se consideraram vitoriosos porque não aceitavam a presença dos invasores da área. Diziam temer pela segurança e também estavam revoltados porque entendem que o grupo deveria obter terra com trabalho e não com invasão.

Bairro tradicional em Florianópolis

O Rio Vermelho é um dos bairros mais antigos de Florianópolis, mantém as tradições e grande parte da

população descende de famílias nativas. Durante o protesto, por exemplo, ouvia-se a todo instante pedidos para que fizessem entre si uma farrinha do boi no mato em que estavam os ocupantes do movimento.

O grupo reuniu comerciantes, autônomos, homens e mulheres. O rapaz que lançou o foguete seria morador da comunidade do Siri. Ele era um dos mais revoltados com os invasores e prometia encontrá-los mesmo depois que deixassem a área ocupada na madrugada de domingo.

– Moro há 10 anos aqui. A comunidade é tranquila, nunca sofreu

“

LUÍS AUGUSTO VEIGA
Morador do Rio Vermelho

Moro há 10 anos aqui. A comunidade é tranquila, nunca sofreu qualquer tipo de invasão. A PM não deveria ter atirado contra a população.

qualquer tipo de invasão. A PM não deveria ter atirado contra a população. Na verdade, o governo demorou para tirar eles daqui e deu nisso – protestou o autônomo Luís Augusto Veiga, após o conflito.

Depois de um feriado singular, os moradores do Rio Vermelho fizeram um churrasco de comemoração no palco do confronto.

A bandeira vermelha da ocupação foi queimada sob gritos de euforia e duas faixas foram estendidas na rodovia com os dizeres: “Aqui a comunidade cuida do Rio Vermelho” e “Adeus Amarildo”.

Data: 22 abr. 2014. Foto: Jessé Giotti

A primeira notícia da página, intitulada “Mobilização feita no boca a boca”, é reproduzida abaixo na íntegra por possibilitar múltiplas possibilidades de análise:

Aos gritos de “nós vencemos”, “a gente ganhou”, os moradores do Rio Vermelho comemoraram a saída da Ocupação Amarildo do terreno invadido no domingo.

Eles se consideraram vitoriosos porque não aceitavam a presença dos invasores da área. Diziam temer pela segurança e também estavam revoltados porque entendem que o grupo deveria obter terra com trabalho e não com invasão.

O movimento dos nativos chegou a centenas de pessoas após eles arrematarem amigos e conhecidos de outras comunidades da Ilha, como

Inglese e Siri. A “convocação” foi feita no boca a boca. Em pouco tempo, os representantes da região já estavam em número superior ao dos integrantes do acampamento.

Bairro tradicional em Florianópolis

O Rio Vermelho é um dos bairros mais antigos de Florianópolis, mantém as tradições e grande parte da população descende de famílias nativas. Durante o protesto, por exemplo, ouvia-se a todo instante pedidos para que fizessem entre si uma farra do boi no mato em que estavam os ocupantes do movimento.

O grupo reuniu comerciantes, autônomos, homens e mulheres. O rapaz que lançou o foguete [em direção ao terreno onde estavam os ocupantes] seria morador da comunidade do Siri. Ele era um dos mais revoltados com os invasores e prometia encontrá-los mesmo depois que deixassem a área ocupada na madrugada de domingo.

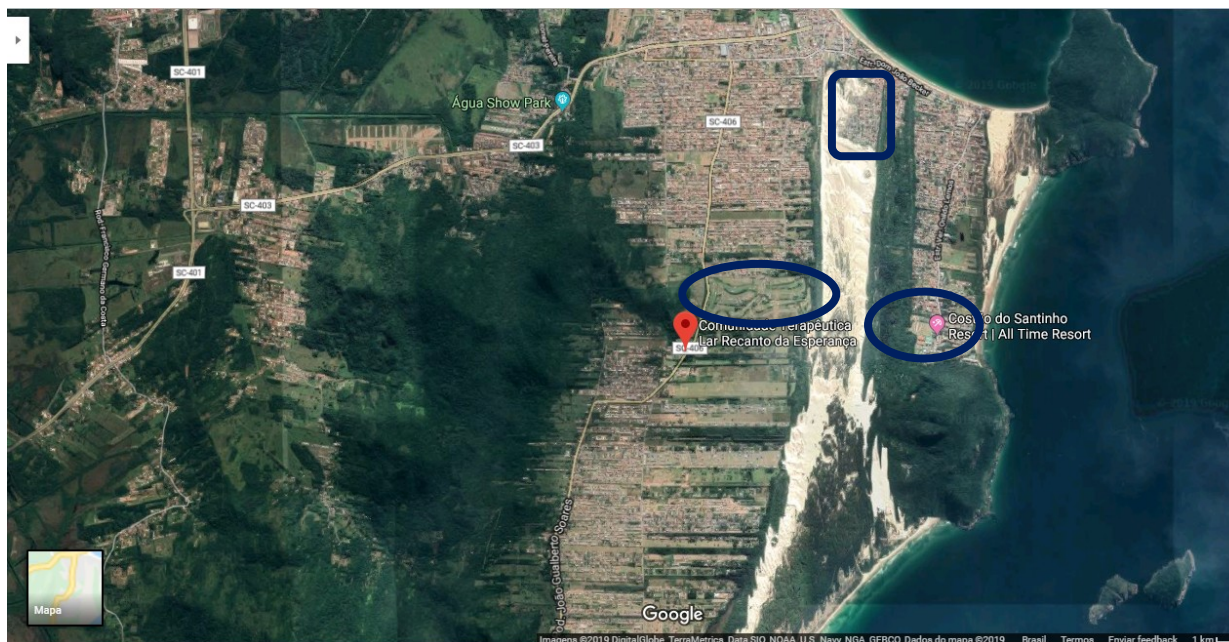
- Moro há 10 anos aqui. A comunidade é tranquila, nunca sofreu qualquer tipo de invasão. A PM não deveria ter atirado contra a população. Na verdade, o governo demorou para tirar eles daqui e deu nisso – protestou o autônomo Luís Augusto Veiga, após o conflito.

Depois de um feriado singular, os moradores do Rio Vermelho fizeram um churrasco de comemoração no palco do confronto.

A bandeira vermelha da ocupação foi queimada sob gritos de euforia e duas faixas foram estendidas na rodovia com os dizeres: “Aqui a comunidade cuida do Rio Vermelho” e “Adeus Amarildo” (VARGAS, 22 abr. 2014, p. 6).

A já apontada oposição nós x eles (nativos x invasores) é naturalizada no texto, ligada à afirmação de que o bairro mantém as tradições. Oculta-se, no entanto, o fato de que os moradores (nativos ou não) do Distrito de São João do Rio Vermelho sofrem, no cotidiano, as consequências da exploração turística e da especulação imobiliária, por serem vizinhos a balneários de grande movimento, como Inglese, Canasvieiras e Santinho. O Mapa 4 indica, em vermelho, o local da ocupação e, nas elipses, dois grandes empreendimentos na área, o Costão do Santinho e o Costão Golf. São frequentes, no bairro, as denúncias de loteamentos clandestinos (POLÍCIA..., 22 dez. 2017). Ali, as servidões – ruelas com pouca ou nenhuma estrutura – chegam a ter um quilômetro de extensão e ínfimos três metros de largura. A referência a um homem que teria lançado um foguete menciona o fato de ele ser morador da comunidade do Siri – indicada por um retângulo no mapa –, mas não informa ser a área também, nos termos usados pelo jornal, uma invasão localizada sob dunas. Essa informação desnaturalizaria, portanto, a afirmação de um entrevistado de que a “comunidade é tranquila, nunca sofreu qualquer tipo de invasão”.

Mapa 4 – Localização do Distrito de São João do Rio Vermelho



Data: 9 jun. 2019. Fonte: Google Earth

Também cabe destacar a referência à farra do boi. As farras ocorrem durante a Páscoa nas regiões litorâneas de colonização açoriana em Santa Catarina. Os bois são soltos em locais ermos e depois perseguidos pelos participantes. O repórter ouve dos moradores, sem questioná-la, a sugestão de que fizessem entre si uma farra do boi no mato em que estavam os ocupantes do movimento, deixando no ar a dúvida sobre os alvos da brutalidade: os “bois” seriam os próprios ocupantes? O texto ainda afirma que os moradores diziam estar revoltados por entender que terra se obtém com trabalho e não com invasão. Porém, a constituição do espaço urbano de Florianópolis mostra o contrário: grandes áreas públicas e comunais foram doadas para particulares e se valorizam continuamente sem que sobre elas se faça qualquer trabalho para isso. O texto ignora outras possibilidades interpretativas da singularidade do fato – algo absolutamente novo emergindo no cotidiano de Florianópolis, a tentativa de uma reforma agrária urbana – e aproveita-se de falas dos moradores locais para fazer afirmações genéricas, ocultando particularidades do próprio bairro Rio Vermelho que as confrontariam.

Um texto em outra direção, propiciando abertura de sentidos, poderia mostrar que moradores e ocupantes vivenciam a mesma alienação como segregação e dominação. Em relação ao meio institucional, as instituições – a polícia, o governo – oprimem ou se omitem. Em relação ao conjunto social, apesar de naquele momento estarem espacialmente separados

apenas por uma rodovia, a João Gualberto Soares, o mundo dos moradores e o dos ocupantes não encontrou possibilidades de comunicação, nem na realidade nem na cobertura jornalística. Em seu aspecto ideológico, a alienação como segregação faz do outro e de sua vida algo impenetrável e inalcançável, ficando a realidade reduzida à sua aparência. Talvez o aspecto mais simbólico daquele dia, um ano depois das manifestações de junho de 2013 e um ano antes da abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – durante o qual houve até agressões a pessoas que usavam roupa vermelha²⁰⁸ –, seja a bandeira vermelha da ocupação queimada sob gritos eufóricos de “nós vencemos”. A cena foi destaque na cobertura jornalística, que batizou o episódio de “Revolta do Rio Vermelho”, como no Visor, coluna que era assinada pelo colunista Rafael Martini no *DC* (Figura 21). Queimar a bandeira significou, para os moradores locais, derrotar também o que ela significava no espaço de representação que as famílias constituíram para si ao longo da vivência coletiva no acampamento às margens da SC-401. O citado colunista classifica o episódio como “insurreição” da população do Rio Vermelho contra os ocupantes, ironizando o que cita entre aspas como “luta de classes contra a burguesia” (MARTINI, 22 abr. 2014, p. 2).

²⁰⁸ Notícia do *El País* intitulada “Protestos anti-PT registram agressões a quem veste camiseta vermelha” é uma das que abordam essa fato (ROSSI, 17 ago. 2015).

Figura 21 - Moradores queimam a bandeira da Ocupação Amarelido de Souza



Data: 22 abr. 2014. Crédito da foto: Diogo Vargas

A ironia, porém, não cabe, pois a luta de classes de fato esteve personificada naquele dia, provavelmente o momento mais lefebvriano da Ocupação Amarelido de Souza na sua tentativa de realização total de uma possibilidade. Esta mesma coluna registra, no local, a presença do empresário Fernando Marcondes de Mattos, dono do Costão do Santinho e do

Costão Golf, que desde o fim dos anos 1990 está à frente das organizações que defendem os interesses do empresariado na gestão do turismo (Figura 22).

Figura 22 – Empresário Fernando Marcondes de Mattos na ocupação do Rio Vermelho



Data: 22 abr. 2014. Crédito da foto: Betina Humeres

A presença do empresário não foi citada na longa reportagem do *DC*, mas, respeitadas as especificidades da coluna como gênero opinativo e não informativo, cabe destacar a posição do colunista. O capítulo 3 mostrou que Fernando Marcondes de Mattos conseguiu mudar a legislação municipal para construir o Costão Golf e, atualmente, está também à frente da pressão empresarial contra as ocupações por moradia em Florianópolis. Ao registrar a preocupação dele com as suas propriedades e a revolta com a cena de ocupação, a coluna naturaliza a presença do empresário naquele episódio em pleno domingo de Páscoa e faz uma marcante inversão ideológica: a revolta coube a ele em defesa de seus grandes empreendimentos hoteleiros, e não aos ocupantes em defesa da moradia. Naquele domingo se deu concretamente a luta de classes com, na verdade, a insurreição da burguesia – termo usado pelo colunista – contra os ocupantes pela mão dos moradores locais, parte deles tão despossuídos quanto aqueles homens e mulheres refugiados na mata. E em defesa dos interesses da burguesia estavam a postos o governador, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Segurança Pública e as polícias civil e militar, com dois helicópteros para apoiar

a ação. O *DC* registra, na notícia intitulada “Cúpula mobilizada na Agronômica”, que uma das lideranças da ocupação ligou para o comandante geral da Polícia Militar para “pedir socorro”, levando o governador à decisão de escoltar os ocupantes de volta ao município de Palhoça: “ – Desculpem a roupa de feriado. Precisamos agir – disse [Raimundo] Colombo, que liderou a reunião vestindo calça de abrigo, tênis e camiseta” (BACELO, 22 abr. 2014, p. 10).

Além de destacar a posição de liderança do governador, sem as vestes que se espera do cargo, como exhibe a foto que ilustra a notícia, o texto traz um breve registro de duas frases que dá indícios de como se portou a Prefeitura de Florianópolis no processo:

O secretário de Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis, Alessandro Abreu, que acompanhou o acordo entre ocupantes e PM, defende que integrantes da Ocupação Amarildo que não são naturais de Florianópolis voltem para as suas cidades de origem. A prefeitura garante o pagamento das passagens (BACELO, 22 abr. 2014, p. 10).

Fora o citado secretário, nenhuma outra fonte da Prefeitura apareceu nas 13 edições em que a Ocupação Amarildo de Souza foi manchete do jornal ou recebeu chamada na capa ou contracapa. No início da ocupação, o secretário afirma que a Prefeitura iria cadastrar quem precisasse de moradia; na transferência para Palhoça, que Florianópolis “não vai largar de mão” os moradores; na ocupação no Rio Vermelho, defende a remoção para o município de Canoinhas e, na volta ao município de Palhoça, que os não nascidos na capital retornem para suas cidades. Há um progressivo movimento de afastar a municipalidade do problema e remover os ocupantes do espaço urbano de Florianópolis, sem que nem o representante da Prefeitura nem o jornal abordem as causas que o geraram. O próprio fato de ser a Assistência Social a interlocutora do jornal já revela como o tema saiu do próprio âmbito da habitação.

Na mesma edição de 22 de abril, o *DC* publica o terceiro editorial sobre o tema, intitulado “Com as próprias mãos”, em que ressalta o que classifica de resistência dos moradores do Rio Vermelho à ocupação do terreno na SC-406. O jornal destaca ainda o aparentemente ineditismo do caso e a possível relação com a lentidão do poder público:

[...]

Desde dezembro a tomada de um terreno privado no norte da Ilha de Santa Catarina – às margens da SC-401 – expõe as próprias famílias invasoras a toda sorte de intempéries, ocupa a energia das forças policiais, corrói o pouco tempo do Judiciário e deixa a população da Grande Florianópolis em

eterno suspense, sempre à espera do próximo passo de um movimento com motivações ideológicas [...] (OPINIÃO DA RBS, 22 abr. 2014, p. 10).

A explicitação do que a RBS entendia como motivações ideológicas aparece na última reportagem do jornal sobre a ocupação dentro do critério de destaque na capa ou contracapa. Em 27 de abril, a edição do *DC* traz a manchete “As digitais no comando da invasão” e uma reportagem de quatro páginas. O conjunto de textos – são quatro – traz perfis de quatro pessoas que, segundo o jornal, são personagens centrais entre as lideranças da ocupação. A abertura da reportagem é a seguinte:

Ao capitanear ocupações de terras em Florianópolis e desencadear ânimos em setores e até episódio de revolta popular, a Ocupação Amarildo de Souza revela-se como uma mobilização ímpar de articulação, independência e tom revolucionário em que atuam os líderes e personagens principais.

O acampamento, atualmente localizado na região do Maciambu, em Palhoça, na Grande Florianópolis, é formado por uma comunidade híbrida articulada inicialmente por lideranças com trajetória pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e apoiada por um conjunto de grupos alinhados à esquerda política. A união de forças que solidifica a ocupação forma uma espécie de rede de apoio ao Amarildo.

[...]

No período em que o acampamento esteve instalado às margens da rodovia SC-401, no norte da Ilha – lugar considerado de forte potencial para receber grandes empreendimentos –, estudantes universitários, sindicalistas e militantes de partidos políticos dividiram espaço com algumas centenas de famílias que reivindicavam melhores condições de moradia e terra para plantio.

A bandeira “Terra trabalho e teto” se confunde com os reclames urbanos e agrários do movimento. A reintegração de posse, reivindicada pelo empresário e ex-deputado Artêmio Paludo, acabou sendo concedida pela Justiça Agrária.

A ocupação chamou atenção pela proposta de questionar a propriedade da terra dentro de uma cidade, em um terreno a caminho das badaladas praias do Norte da Ilha. (...)

O movimento tem página no Facebook, usa a internet para divulgar as ações e também convocar outros manifestantes. Alguns dos personagens se identificam também com simpatizantes ao movimento Brigadas Populares, criado em Santa Catarina em 2011. Na internet, a entidade nega que esteja na coordenação do acampamento, mas admite apoio ao objetivo desenvolvendo, por exemplo, a divulgação no blog.

[...] (SILVA; VARGAS; BACELO; HANGAI; FELTHAUS, 27 abr. 2014, p. 33).

A reportagem destaca dois elementos fundamentais. O primeiro é evidenciar, na cobertura jornalística, a Ocupação Amarildo de Souza como uma experiência ímpar em

Florianópolis por questionar a propriedade da terra na localização onde ela mais vale, no coração do espaço turístico. O jornal em nenhum momento menciona as ocupações organizadas nos anos 1990, naquele período inéditas, mas que ocorreram em um espaço urbano mais distanciado dos interesses dos grupos dominantes, no Continente. O segundo é constatar um fato que, para os ocupantes, foi singular. No período em que o acampamento ficou às margens da rodovia SC-401, no Norte da Ilha, afirma o jornal, estudantes universitários, sindicalistas e militantes de partidos políticos *dividiram espaço* com algumas centenas de famílias que reivindicavam melhores condições de moradia e terra para plantio. De 16 de dezembro de 2013 a 15 de abril de 2014, a Ocupação Amarildo de Souza conseguiu apropriar-se de uma terra tão valorizada e enfrentar a dominação articulada pelo Estado, o Judiciário, o empresariado turístico e a imprensa tradicional. Aquele espaço abstrato, há décadas reservado para grandes empreendimentos comerciais, por quatro meses se fez um espaço diferencial, heterotópico, com uma prática social diametralmente oposta ao que planejaram os grupos dominantes sob a lógica do espaço concebido. Mesmo efêmero, aquele momento de resistência, usando os termos de Volochko, apontou uma centelha de superação radical da sociabilidade capitalista. Na ocupação, centenas de famílias – cujas histórias o jornal não contou – experimentaram a ruptura do cotidiano em um espaço vivido onde fizeram suas próprias regras, até que a forma hegemônica da propriedade privada se reimpusesse por meio da repressão judicial e policial.

Naqueles meses, a cobertura jornalística sistemática da Ocupação Amarildo de Souza, além do *Diário Catarinense*, esteve presente em todos os demais veículos do Grupo RBS e, com ainda mais intensidade, nos veículos do Grupo RIC. Pela particularidade de ter uma cobertura local mais intensa, o *Notícias do Dia*, em relação ao *DC*, deu ainda mais destaque ao assunto. Foram 13 capas ou contracapas a mais. A cobertura jornalística do *ND* teve particularidades ao relação a do *DC*, porém mantendo como central o cronotopo da invasão.

Entre janeiro e julho de 2014, a Ocupação Amarildo de Souza esteve na capa ou na contracapa do *Notícias do Dia* em 28 edições, 11 delas em manchete, totalizando 46 páginas e 7 editoriais²⁰⁹. A primeira notícia, com seis parágrafos e uma foto, publicada em 17 de dezembro de 2013, registrou o início da ocupação, e não foi mencionada na capa ou na contracapa. Na primeira linha do primeiro parágrafo, um certo resumo: “Absoluta falta de

²⁰⁹ A lista completa está no Anexo 1, incluindo a primeira notícia sobre a ocupação, que não foi destacada na capa ou contracapa.

moradia na cidade. Essa é a principal reclamação das mais de 60 famílias que ocuparam um terreno particular às margens da SC-401, próximo a Ratoles, em Florianópolis, na madrugada de ontem” (FAMÍLIAS..., 17 dez. 2013, p. 7). A segunda notícia, publicada na edição de 14 de janeiro de 2014, indicou, sob o título “Ocupação já tem 250 famílias”, o acréscimo quase que diário no número de pessoas. Os três textos da página apresentam um aspecto da cobertura jornalística do *ND* que a diferencia do *DC*: as entrevistas com ocupantes, permitindo ao leitor entrever alguns aspectos do cotidiano na área. Essa primeira reportagem ressalta o fato de que parte das famílias que acorreram ao terreno vem da capital ou de municípios da Grande Florianópolis e não conseguia pagar aluguel:

[...]

Migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Oeste e Planalto de Santa Catarina, a maioria é proveniente de bolsões de pobreza da Capital – maciço do Morro da Cruz, Tapera, Saco Grande e Continente – e das cidades vizinhas. O objetivo é garantir moradia. “Nossa intenção é formar uma comuna da terra, plantar para subsistência e vender o resto da produção”, argumenta Rio Fernando [um dos coordenadores da ocupação]. Segundo ele, apenas 2% estão desempregados (ROSA, 14 jan. 2014, p. 7).

Duas entrevistadas na retranca intitulada “Viemos para ter a nossa casa” explicitam a dificuldade de pagar aluguel na capital e põem em relevo o desejo: mudar de vida, constituir um outro cotidiano:

Há dois anos em Florianópolis, Sirlei Fátima Ribeiro, 46 anos, gaúcha de Ijuí, saiu da casa onde mora, em Vargem do Bom Jesus, ontem à tarde, para conhecer o terreno e fazer cadastro na ocupação. Levou o filho João, que nasceu com apenas 70% da capacidade respiratória e só se movimenta na cadeira de rodas. “Vim em busca de saúde para meu filho, mas ele não tem condições de dormir numa barraca de lona ao relento. Acho que vou continuar pagando aluguel”, resigna-se.

Quem também chegou ontem foi a diarista Keli Bandeira Gonçalves, 29, que contou com a ajuda da filha Ana Carolina para levar parte dos pertences para a barraca – uma lona nova, colchões, garrafa térmica e roupas. “Meu marido é carpinteiro, mas sofreu acidente de trabalho e ainda não recebe perícia. Não podemos pagar aluguel”, repete.

A família morava na Tapera, Sul da Ilha, onde pagava aluguel de R\$ 500, mais as despesas de água e luz. “Viemos para mudar de vida, ter a nossa casa. Nem que demore dois anos”, admite (ROSA, 14 jan. 2014, p. 7).

Esta primeira reportagem também aborda a investigação do Ministério Público acerca do financiamento público para o fracassado cultivo de camarões na área que teria sido obtido

pelo empresário Artêmio Paludo quando ele era deputado estadual, na gestão de Esperidião Amin no governo do Estado. Ambos eram do mesmo partido, a Partido Democrático Social (PDS). O jornal registra, na edição de 15 de janeiro, o desmentido da família Paludo sobre o financiamento público. A edição de 18/19 de janeiro tem, na contracapa, uma fotografia aérea cedida pela Polícia Civil (Figura 23). A notícia aborda a incessante chegada das famílias: “Ocupação cresce do dia para a noite”, lê-se no quadro “Entenda o caso”, com a cronologia de fatos principalmente ligados à resposta da justiça à ocupação.

Figura 23 – Contracapa do *ND* mostra vista aérea da Ocupação Amarildo de Souza



Data: 18-19 jan. 2014. Crédito da foto: Polícia Civil/*ND*

Os seis parágrafos da notícia têm breves descrições sobre o que se passa no terreno às margens da SC-401, explicitando que, ali dentro, quem faz as regras são os ocupantes:

A organização está explícita na porteira fechada com corrente e cadeado, e entrada controlada por três homens da comissão de segurança. A placa que lembra uma unidade militar orienta aos que chegam de carro, estacionados entre as barracas de bambu e plástico e os casebres de madeira ou restos de compensado: “Pare; desligue o motor; abaixe os faróis; identifique-se”. Atentos ao movimento no entorno, três integrantes da coordenação têm postos na guarita interna. De lá, controlam também o vaivém de homens, mulheres e crianças, a delimitação dos lotes, a construção dos barracos, o estoque de alimentos e o cumprimento das regras de convivência coletiva – como horários das refeições na cozinha comunitária e uso dos dois banheiros secos instalados em pontos estratégicos do acampamento (ROSA, 18-19 jan. 2014, p. 11).

A edição de 21 de janeiro aborda o impasse sobre a competência para julgar o pedido de reintegração de posse: 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Florianópolis ou Juizado Especial Agrário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo que a responsabilidade coube ao segundo. O impasse se deu em função da indeterminação sobre a condição da área – se rural ou urbana – e da demanda dos ocupantes por uma reforma agrária urbana. Além de entrevistas de fontes ligadas a órgãos públicos, a cobertura jornalística ouviu lideranças da ocupação e três moradores. Destacam-se duas declarações, a de uma diarista e a de um artesão:

(...) “Aqui um ajuda o outro. Quem sabe, ensina quem não sabe. Viemos para fugir do aluguel e ter uma vida nova, mais decente”, diz (ROSA, 21 jan. 2014, p. 4).

(...) “Fiquei sabendo pela imprensa e vim pra cá. Aqui tem espírito comunitário. Um ajuda o outro”, disse (ROSA, 21 jan. 2014, p. 4).

Em ambas aparece a possibilidade de a prática espacial da ocupação, ao produzir um espaço diferencial, romper com a lógica da propriedade privada e da solução individual para conseguir moradia. Enquanto ao nível global, das instituições, decide-se a sorte daquelas famílias, no nível privado, do acampamento, centenas de pessoas experimentam um cotidiano de compartilhamento do vivido, embate que se dá às margens da rodovia que integra a mais disputada localização turística da Ilha de Santa Catarina.

Essa compreensão, coberta pela ideologia, aparece na mesma edição, na qual o *ND* publica o primeiro editorial sobre o assunto, intitulado “Os prejuízos da omissão”:

A invasão de uma área às margens da SC-401, no caminho para as praias do Norte da Ilha, recebe o olhar complacente das autoridades. (...)

Os invasores usam discurso político, adotam táticas de guerrilha, partem para o confronto e para a pressão. A demora em cumprir a ordem de reintegração de posse pode custar caro à sociedade. A propriedade da área não é levada em conta, nem os prejuízos do proprietário.

(...) As autoridades deixam que se forme uma zona de exceção, com leis próprias, conduzida por interesses obscuros. Antes que esta situação tome proporções incontroláveis, é preciso fazer alguma coisa.

É melhor que a prefeitura se posicione ou terá o ônus de uma provável desocupação à força, e da relocação das pessoas. Ou, na pior das hipóteses, o prejuízo de criar infraestrutura necessária para urbanização de um condomínio gigantesco. E quem vai ressarcir o proprietário? Queremos este tipo de instabilidade em Florianópolis, onde a existência de grandes áreas desabitadas ainda é comum? Queremos a favelização? Qual resposta será dada à sociedade? (EDITORIAL, 21 jan. 2014, p. 6).

A naturalização da propriedade privada – com a consequente ocultação da função social da propriedade ou a minimização de sua importância – marca a posição do jornal. De concreto, fora a tentativa fracassada de criar camarões, nada mais foi feito no terreno onde a ocupação se instalou. O que mascara esse fato é a ideologia urbanística do suposto proprietário, que a cada entrevista fala sobre os planos concebidos para o local e que nunca saíram do papel. O suposto proprietário assume a condição de vítima, e não as centenas de famílias incapazes de pagar aluguel. A afirmação de que a municipalidade corre o risco de ter prejuízos ao ter que ali urbanizar um condomínio gigantesco é claramente uma representação ideológica do processo de urbanização em Florianópolis. A expansão urbana para o Norte da Ilha, planejada pelos grupos dominantes e bancada com recursos públicos, não foi debatida com o conjunto da população e apresentou-se naquele período como investimento, abrindo amplas possibilidades de especulação imobiliária; mas, para atender àquela parcela indesejada da população que dela também poderia se beneficiar, não é investimento, é prejuízo.

A edição de 22 de janeiro traz duas páginas com informações sobre o imbróglio na justiça e as opiniões de cinco pessoas (inclusive o governador de Santa Catarina) no formato foto/frase/identificação. Na entrevista com o superintendente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), ele traz um dado novo, o de que a área originalmente era rural e estava registrada pela empresa Florianópolis Golf Club, do empresário Artêmio Paludo, em

sociedade com o Costão do Santinho, do empresário Fernando Marcondes de Mattos²¹⁰ (ROSA, 22 jan. 2014, p. 7). Em uma das retrancas, o advogado do suposto proprietário afirma que a área é urbana e a Prefeitura teria modificado o zoneamento, inclusive licenciando ali um empreendimento de interesse social²¹¹. Sem o aprofundamento das informações, escancara-se, no terreno ocupado pelas famílias, uma amostra do descontrole do poder público sobre as terras de Florianópolis. Em junho de 2019, passados cinco anos da Ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis/Palhoça e sua transferência para o município de Águas Mornas, as dúvidas sobre a situação daquela e das demais terras públicas da capital catarinense não voltaram a ser pautadas pelo jornalismo tradicional local.

A sequência de edições – dias 23, 24 e 25/26 – abordando o imbróglio judicial sobre a ocupação é interrompida em 27 de janeiro, quando o *ND* traz, com chamada na capa, a questão sobre a fila por moradia em Florianópolis, associando-a às demandas da Ocupação Amarildo de Souza. Naquele período, havia 14.775 famílias cadastradas na Prefeitura. A notícia principal, com retranca e um quadro, traz dados e duas entrevistas, uma com o representante da Secretaria Municipal de Habitação e outra com o advogado das famílias acampadas, mas não chega a explorar os motivos do déficit habitacional (LAMBRANHO, 27 jan. 2014, p. 4).

Na edição de 7 de fevereiro, o *ND* publica na capa da edição uma informação que contesta a propriedade de Artêmio Paludo sobre o terreno na SC-401 (Figura 24).

²¹⁰ Na edição de 23 de janeiro, o *ND* ratifica a informação, afirmando que o terreno de 900 hectares tem escritura pública em nome da empresa Florianópolis Golf Club, do grupo Costão do Santinho, e do empresário e ex-deputado estadual Artêmio Paludo (ROSA, 23 jan. 2014, p. 4).

²¹¹ Na edição de 23 de janeiro, há outra informação, contraditória, também fornecida pelo advogado de Paludo, de que a Prefeitura teria modificado o zoneamento da área de rural para urbana, permitindo ali empreendimento turístico (e não de interesse social), e aprovado projeto de viabilidade para licenciamento e implantação de campo de golfe pela Lei 3.819 de 1993 (ROSA, 23 jan. 2014, p. 5). Essa lei, que é, na verdade, de 1992, em seu artigo 4º diz o seguinte: “A alteração de zoneamento a que se refere o artigo anterior fica vinculada à implantação no local, do COMPLEXO TURÍSTICO/ESPORTIVO/RESIDENCIAL denominado “FLORIANÓPOLIS GOLF CLUB”, cujas obras deverão ser iniciadas num prazo máximo de 05 (cinco) anos”. O fato de ser uma lei municipal feita à época para atender interesse específico – o qual também teve prazo vencido, pois valia para cinco anos – não gerou questionamentos na cobertura jornalística analisada.

Figura 24 – Capa do ND sobre titularidade do terreno da Ocupação Amarelido de Souza



Data: 7 fev. 2014. Crédito da foto: Marco Santiago

Em reportagem de duas páginas, o jornal, em um furo jornalístico sobre o principal concorrente impresso, o *DC*, informa que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), após vitória técnica a pedido dos ocupantes, constatou estar o local totalmente em propriedade da União, fato contestado pelo advogado do empresário Artêmio Paludo²¹². Na mesma edição, o jornal publica a opinião de 12 parlamentares sobre a ocupação, afirmando que o assunto ganhou a tribuna da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A retranca intitulada “Prefeitura vai cruzar dados com cadastro social” traz entrevista com o secretário da Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis sobre o cadastro das famílias nos programas sociais do município:

(...) “Além disso, no caso de desocupação nossa preocupação são com os adolescentes, crianças e idosos. Vamos dar apoio, inclusive passagens para os que quiserem voltar para os Estados de origem, mas essas pessoas não vão furar a fila de quem espera por moradia há mais de 30 anos”, afirma Abreu (LAMBRANHO; BISPO, 7 fev. 2014, p. 7).

A citada reportagem visibiliza as várias ações de resistência da Ocupação Amarildo de Souza junto à justiça e em instituições públicas, nas caminhadas no Centro de Florianópolis, na divulgação de impressos produzidos pela equipe de comunicação própria e na articulação de apoios junto a sindicatos e mandatos parlamentares. É perceptível que a ideologia que atravessa os editoriais do *ND* enfraquece em parte das notícias e reportagens do jornal, principalmente nas que têm diversidade de fontes e uma abordagem mais ampla do tema, como, por exemplo, essa reportagem sobre o questionamento da SPU acerca da propriedade de área. Na entrevista com o representante da Prefeitura está outro exemplo. Apesar de a reportagem não desenvolver o fato, o citado secretário afirma algo que explica a ocupação: pessoas na fila esperam moradia há mais de 30 anos. Dois engodos, a fila com perspectiva de moradia e a propriedade inquestionável da terra em Florianópolis, aparecem, mesmo que sem aprofundamento, na cobertura jornalística a partir a insurreição da Ocupação Amarildo de Souza.

No mês de março, não foram localizadas edições com manchete/chamada na capa ou contracapa. Em abril, o tema é retomado pelo jornal para abordar a tentativa do advogado das famílias de anular o acordo de saída do terreno firmado na justiça em fevereiro, tendo como

²¹² O *DC* irá abordar o fato na edição do dia seguinte, 8 de fevereiro.

base a informação da SPU de que a área era pública. Uma reportagem de três páginas em 15 de abril registra uma mudança na relação da imprensa com a ocupação: “Novamente, a reportagem do *ND* foi impedida de entrar no local” (THOMÉ, 15 abr. 2014, p. 4). As equipes do *ND* até então tinham acesso à ocupação, como mostram fotografias do cotidiano na área em várias edições, situação que muda a partir do tom editorial cada vez mais forte do jornal defendendo a propriedade privada e o fim da ocupação.

A partir de abril, a cobertura jornalística do *ND* centra-se mais nas fontes oficiais e no esforço conjunto das instituições para forçar as famílias a sair do terreno na SC-401. A edição de 16 de abril dedica 5 páginas à concretização deste esforço, com a manchete “Da SC-401 para Palhoça” (Figura 25).

Figura 25 – Capa do ND sobre a transferência das famílias para o município de Palhoça



Data: 16 abr. 2014. Crédito da foto: Marco Santiago

Como ocorreu na cobertura do *DC*, o *ND* aborda o fato de a área no município de Palhoça constituir terra indígena e de a transferência não ter tido consenso entre os órgãos públicos. A rejeição local à vinda das famílias também pautou a cobertura nesta edição. Uma

página é dedicada à descrição de como ficou o terreno depois da saída das famílias, em que se mesclam detalhes sobre o tipo de lixo encontrado ao vocabulário da legislação ambiental:

[...]

Pela geografia e aspectos do ecossistema local, na beira do rio, não há dúvidas de que se trata de APP e terras da União. Mesmo assim, são muitos os vestígios deixados pelo acampamento: armadilhas para caça silvestre – gambás, capivaras, tatus e cuícas – não parecem brincadeira de criança.

(...) Em volta das barracas, provavelmente utilizadas como guaritas para vigiar a retaguarda do acampamento, estão acumulados lixo, como sacolas e garrafas de plástico, vidro, trapos de roupas, entulhos de construção, telhas quebradas, bacios.

DEGRADAÇÃO DA ÁREA

Apesar da privada improvisada em buraco rodeado de tábuas, fezes humanas se concentram em áreas alagadiças do manguezal. Levado pelo fluxo da maré ou enxurradas, o rastro se estende às margens de canais e igarapés que deságuam no rio Ratoões, antes de adentrar na área da reserva ecológica de Carijós, protegida por lei federal (94.656 de 20 de julho de 1987) e administrada pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade) (ROSA, 16 abr. 2014, p. 5).

Como, historicamente, os grupos dominantes de Florianópolis ignoram ou modificam as leis – inclusive as ambientais – para viabilizar seus empreendimentos, soa como uma dupla criminalização imputar às famílias da ocupação a responsabilidade de cuidar do lixo e, nas condições em que viveram durante aqueles meses, providenciar saneamento adequado. Tornam-se culpadas por lutar por moradia e por não proteger o meio ambiente. Esse processo é analisado por Compans (2007), que mostra a apropriação do discurso da preservação ambiental para a retomada da discussão sobre remoções de favelas no Rio de Janeiro, medida rechaçada no processo de redemocratização do país. A autora analisa a campanha promovida, em 2005, pelo jornal *O Globo*, intitulada “Illegal. E daí?”, que teve como consequência uma ação movida pelo Ministério Público Estadual solicitando à Prefeitura a remoção de 13 áreas favelizadas. Os segmentos interessados na retomada desta política, afirma a autora, utilizam o discurso que associa ocupação irregular do solo à degradação ambiental, atribuindo aos pobres a responsabilidade pelo desmatamento e a poluição dos corpos hídricos ocorridos ao longo de décadas (COMPANS, 2007, p. 97):

Depois da favela como foco de epidemias e antro de marginais, a mais nova representação social que vem sendo construída apresenta-a como fator de degradação ambiental. Auxiliada pelo saber técnico-científico que demonstra empiricamente os danos ao meio ambiente causados pelas ocupações irregulares, observa-se a constituição de um movimento conservador que busca pressionar os poderes públicos a reprimi-las, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade (COMPANS, 2007, p. 83).

Subjacente a essa representação da favela como elemento de degradação ambiental, mostra a autora, está o pressuposto de que o pobre desmata e o rico preserva. No mencionado texto, o *ND* também registra, em uma retranca de um parágrafo, a existência de sucatas abandonadas na área depois da fracassada tentativa do empresário Artêmio Paludo de criar camarões em cativeiro. Mas a breve menção não apaga a impressão deixada pelo conjunto do texto: as famílias poluíram e contaminaram a natureza. Por outro lado, nesta mesma edição de 16 de abril, a retranca intitulada “Facões, fogueiras e desocupação” registra, ainda que com tom condenatório em relação à ocupação, a tentativa das famílias de deixar o terreno limpo: “Os barracos começaram a ser derrubados. Para não deixar rastros, pessoas faziam fogueiras com os restos de madeira. Os últimos resquícios da invasão sumiram com a mesma rapidez com que as famílias invadiram a área” (THOMÉ, 16 abr. 2014, p. 7). O *ND* explora mais uma vez o fato em notícia publicado no dia 24 de abril, sem chamada na capa e contracapa, com o título “Prejuízos e sujeira” (Figura 26).

Figura 26 – Notícia do ND após a saída das famílias do terreno na SC-401

Especial

EDITOR: Rodrigo Lima | rodrigolima@noticiasdodia.com.br | @rodrigolima_ND

NOTÍCIAS DO DIA 3
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2014



Destruição. Imagem aérea registrada na última terça-feira, uma semana depois da desocupação, mostra o terreno invadido na SC-401 totalmente degradado e muitos restos de madeira e lixo

Prejuízos e sujeira

Invasões. Acampados deixam rastros de destruição no Norte da Ilha e conta será paga pelo Estado

LEONARDO THOMÉ
leonardo.thome@noticiasdodia.com.br
@ND_online

Os invasores dos terrenos da SC-401 e SC-406, no Norte da Ilha, deixaram um rastro de prejuízos e sujeira. Nas duas áreas em que estiveram, na primeira por quatro meses e na segunda por mais de 30 horas, os acampados danificaram o meio ambiente, mataram animais, deixaram muito lixo nas matas, causaram prejuízos aos cofres do Estado, prejudicaram o trabalho da PM (Polícia Militar) e colocaram em risco a segurança de milhares de cidadãos – reféns dos deslocamentos do movimento –, especialmente no trânsito.

O advogado Sérgio Tajés, genro do ex-deputado Artêmio Paludo, proprietário do terreno às margens da SC-401, afirmou que já foram retirados da área 33 caminhões caçamba cheios de entulhos. Prejuízo que não para de crescer. "Precisaremos de mais 20 caminhões para terminar a limpeza. Já gastamos mais de R\$ 16 mil", disse.

Tajés acredita que 12 animais foram mortos nos quatro meses de invasão na Vargem Pequena. "O arrendatário mantinha 25 cabeças de gado no local. Mas só encontrou 13. É muito provável que os outros animais tenham sido mortos, até pela quantidade de ossos que encontramos", revelou o advogado.

Dentre os três laudos solicitados pelo juiz agrário Rafael Sandi, às polícias Ambiental e Militar, apenas o que trata dos danos causados ao meio ambiente está pronto. Ele espera receber ainda hoje os laudos criminal e o de custos do Estado nas operações policiais. O levantamento de quanto o Estado gastou com os invasores, avalia Sandi, é de extrema importância "para expor os gastos absurdos e desnecessários que o Estado teve em efetivo, deslocamento, viaturas e helicóptero para conter a movimentação".

O major da Polícia Ambiental Marleto Egídio Costa, responsável pela elaboração do relatório sobre a situação ambiental no terreno da SC-401, afirma que encontrou danos na vegetação e em cursos d'água que podem ser caracterizados como crimes ao meio ambiente. "Eles retiraram galhos, suprimiram a vegetação e construíram às margens de um curso d'água. Em todos os casos, os danos foram feitos em APP (Área de Preservação Permanente), o que é proibido por lei", ressaltou.

de quanto o Estado gastou com os invasores, avalia Sandi, é de extrema importância "para expor os gastos absurdos e desnecessários que o Estado teve em efetivo, deslocamento, viaturas e helicóptero para conter a movimentação".

O major da Polícia Ambiental Marleto Egídio Costa, responsável pela elaboração do relatório sobre a situação ambiental no terreno da SC-401, afirma que encontrou danos na vegetação e em cursos d'água que podem ser caracterizados como crimes ao meio ambiente. "Eles retiraram galhos, suprimiram a vegetação e construíram às margens de um curso d'água. Em todos os casos, os danos foram feitos em APP (Área de Preservação Permanente), o que é proibido por lei", ressaltou.



SC-401. Móveis e restos dos barracos estão espalhados pelo terreno

Danos ambientais no Rio Vermelho

No terreno da União na SC-406, no Rio Vermelho, a marca dos invasores também está presente, seja em prejuízos materiais ou danos ambientais. O delegado Alexandre Carvalho, da 8ª DP, responsável pelo trabalho de perícia no local, encontrou muito lixo na área, vegetação arrancada e restos de árvores que serviam como arma aos invasores no confronto com moradores da região. Além disso, as cercas que demarcam a propriedade foram arrancadas. Seu laudo será entregue nos próximos 30 dias. "Ainda poderemos enquadrá-los por danos ao patrimônio da União", avisou.

"Tudo isso saiu dos cofres públicos"

O comandante geral da PM, coronel Nazareno Marcineiro, explica que não é fácil fazer uma estimativa do custo aos cofres públicos dos bloqueios de rodovias e das operações para impedir os deslocamentos dos invasores. "Tem o custo/hora, o custo/homens, o custo/combustível, o custo/hora de voo e os bloqueios que provocavam desvios e deslocamentos de efetivo. Tudo isso saiu dos cofres públicos, e com certeza não são valores pequenos", afirmou. O Notícias do Dia solicitou à PM informações que dessem uma estimativa do quanto foi gasto. A PM avisou que os dados só serão repassados à Justiça Agrária.

ROMBO
Proprietário dos terrenos invadidos na SC-401 gastou mais de R\$ 16 mil em limpeza da área

Data: 24 abr. 2014. Créditos das fotos: Diogo Guerreiro e Marco Santiago

São ouvidos, para corroborar a afirmação de que houve crime ambiental, o comandante geral da Polícia Militar, um delegado da Polícia Civil, um major da Polícia Ambiental, o juiz agrário responsável pelas negociações para a desocupação do terreno e o

advogado do empresário Artêmio Paludo, que também aponta os prejuízos que teria tido o suposto proprietário:

Os invasores dos terrenos da SC-401 e SC-406, no Norte da Ilha, deixaram um rastro de prejuízos e sujeira. Nas duas áreas em que estiveram, na primeira por quatro meses e na segunda por mais de 30 horas, os acampados danificaram o meio ambiente, mataram animais, deixaram muito lixo nas matas, causaram prejuízos aos cofres do Estado, prejudicaram o trabalho da PM (Polícia Militar) e colocaram em risco a segurança de milhares de cidadãos – refêns dos deslocamentos do movimento – especialmente no trânsito.

[...]

O major da Polícia Ambiental Marledo Egídio Costa, responsável pela elaboração do relatório sobre a situação ambiental no terreno da SC-401, afirma que encontrou danos na vegetação e em cursos d'água que podem ser caracterizados como crimes ao meio ambiente. "Eles retiraram galhos, suprimiram a vegetação e construíram às margens de um curso d'água. Em todos os casos, os danos foram feitos em APP (Área de Preservação Permanente), o que é proibido por lei", ressaltou (THOMÉ, 24 abr. 2014, p. 3).

Talvez nenhum texto explicita de forma mais contundente o que a Ocupação Amarildo de Souza significou na interpretação do jornalismo tradicional em Florianópolis: rastro de destruição deixado por invasão de propriedade privada. Um olhar leigo pode ficar com dúvidas sobre tal rastro de destruição ao comparar, na fotografia maior da página, a área ocupada pelas famílias com o entorno visível, que aparenta estar igualmente afetado pelas atividades humanas. De todo o modo, as fontes ouvidas corroboram que houve destruição. E dela todos foram vítimas: o meio ambiente, os animais, o Estado, a Polícia Militar, o suposto proprietário e “milhares de cidadãos”. Menos as famílias incapazes de pagar aluguel. É possível afirmar que a cobertura jornalística do *ND* aprofunda a alienação experimentada como segregação que as famílias empobrecidas enfrentam no cotidiano. São invisibilizadas quando sofrem quietas e sozinhas. Quando buscam se organizar para reivindicar seus direitos, passam rapidamente a personificar a quebra da ordem, algo a ser combatido a qualquer custo. Qualquer outro direito – dos animais, da natureza – é acionado para proteger aquele que é o sustentáculo do capitalismo: a propriedade privada. E talvez nenhum outro tipo de ocupação possa ser mais perigosa nesse confronto do que aquela cuja proposta é o uso comunitário da terra, banido na Ilha de Santa Catarina no século passado com a dominação privada sobre as

terras comunais²¹³. Na edição em que aborda a ocupação do terreno do Rio Vermelho, em 21 de abril, o parágrafo final do editorial do *ND* intitulado “Invasão anunciada” é taxativo: “A propriedade é um direito constitucional. A invasão é crime. Cabe ao poder público e à Justiça garantir este direito. Ninguém pode se omitir. Os governantes devem tomar atitudes e não colaborar para a instituição da baderna” (EDITORIAL, 21 abr. 2014, p. 6).

Na edição de 5 de maio, o *ND* traz a manchete “Invasões que viram bairros na Capital” e reportagem de duas páginas que aprofunda a questão da moradia em Florianópolis, com fontes oficiais da Prefeitura, um historiador, um sociólogo e lideranças de associações de moradores, inclusive abordando, ainda que superficialmente, o processo histórico que levou às ocupações no final do século 19 e início do século 20. A notícia principal liga o assunto com a Ocupação Amarildo de Souza:

Florianópolis viveu a reprise de um filme antigo nos últimos quatro meses. Entre dezembro e abril, centenas de famílias ficaram acampadas num terreno às margens da SC-401, em área nobre da Capital, no Norte da Ilha. Reivindicando a terra, o grupo trouxe à tona uma questão já conhecida na cidade: ocupações de terra que viraram comunidades (THOMÉ, 5 mai. 2014, p. 6).

Um aspecto notável desta reportagem é levantar, mesmo sem aprofundar, questões silenciadas ou minimizadas na cobertura jornalística do *DC*, do próprio *ND* em seu conjunto e, como se verá mais adiante, do jornalismo independente sobre a Ocupação Amarildo de Souza e suas implicações, em especial no quadro intitulado “Habitação na capital” (circulado na Figura 27).

²¹³ Vindos do Grupo RIC, os argumentos que sugerem preocupação com a natureza são ainda mais passíveis de crítica. Em 2 de novembro de 2015, o grupo lançou a série jornalística “Entraves Ambientais”, cuja abordagem temática sustentou que as questões ambientais ligadas ao desenvolvimento econômico viraram um complexo jogo de interesses que fragiliza a economia catarinense. Na série, praticamente todas as fontes ouvidas eram uníssonas ao afirmar que a cobrança considerada excessiva da legislação ambiental atrasava as ambições empresariais em Santa Catarina. O artigo de Abreu (2017) intitulado “Crítica da cobertura jornalística sobre ocupações urbanas em Florianópolis” analisa a referida série.

Figura 27 – Reportagem do ND sobre a questão da moradia em Florianópolis

Cidade

De invasões a comunidades

Habitação. Ocupação é problema recorrente em Florianópolis, que tem 64 áreas irregulares

LEONARDO THOMÉ
leonardo.thome@noticiasdailha.com.br
@ND_online

Florianópolis viveu a reprise de um filme antigo nos últimos quatro meses. Entre dezembro e abril, centenas de famílias ficaram acampadas num terreno às margens da SC-401, em área nobre da Capital, no Norte da Ilha. Reivindicando a terra, o grupo trouxe à tona uma questão já conhecida na cidade: ocupações de terra que viraram comunidades.

Antes dos invasores da SC-401, o problema era parte da rotina do município. Cercada de morros, matas e praias, a terra em Florianópolis é valorizada. Suas belezas atraem milhares de migrantes que vêm em busca de oportunidades. "A gente veio aqui para trabalhar e ganhar dinheiro", afirma o baiano Nivaldo Araújo da Silva, 62, morador da Vila do Arvoredo, no Norte da Ilha.

A soma das duas realidades provocou um fenômeno social que há mais de um século abriu caminho para ocupações de terra. Primeiro, no maciço do Morro da Cruz, na área central. Depois, com a explosão populacional e a escassez de terras aptas a atender à demanda, dezenas de ocupações clandestinas se formaram em diversos pontos de Florianópolis.

Hoje são 64 comunidades, algumas consolidadas como verdadeiros bairros. Os assentamentos precários, classificação dada pelo Ministério das Cidades, são a maioria de aproximadamente 40 mil pessoas, segundo a Prefeitura de Florianópolis. Nas comunidades, entretanto, líderes comunitários dão números que ultrapassam o dado oficial. Só no maciço do Morro da Cruz, no Monte Cristo e na Costeira do Pirajubá, por exemplo, somam quase 40 mil pessoas.

"Florianópolis é uma ilha, com grandes terrenos da União, muitas áreas de alagamento e áreas particulares que foram sendo 'parceladas' de forma irregular, sem que o poder público fizesse alguma coisa, principalmente na década de 1970. Tudo ajudou a termos essa ocupação desordenada", avalia Rafael Hahne, secretário de Habitação da Capital.

O arquiteto Dalmo Vieira Filho, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, lembra que a cidade precisa ser "repensada". Nessa lógica, novas ocupações de terra devem ser evitadas. "A ordem agora é ordenar ocupações desordenadas. Colocamos várias dessas problemáticas no Plano Diretor. A Habitação já está se regularizando alguns locais", afirma.

Dias contados. Morador da Vila do Arvoredo, Nivaldo está preocupado com avanço das dunas



Meta é "congelar" novas ocupações

Das ocupações que viraram comunidades na Capital, a maioria tem algum problema de inadequação fundiária. A meta agora, segundo o secretário Rafael Hahne, é "congelar" novas ocupações para poder regularizar as antigas. Situações como a dos "Amaríldos", na SC-401, precisam ser evitadas com muita fiscalização da prefeitura, avalia o secretário.

"Os moradores mais antigos têm preferência total na regularização das residências", diz.

Apenas a comunidade do Sapé, no Continente, está inteiramente regular, desde dezembro de 2013. "O primeiro local a ter seus terrenos regularizados fundiariamente foi no Sapé. São 130 casas, e entregamos 60 títulos no primeiro lote. Agora, pretendemos finalizar o projeto de regularização fundiária na Chico Mendes (Continente), Vila União e Vila Cachoeira (Norte da Ilha), e no Mocotó (maciço do Morro da Cruz)", informa.

Das 64 áreas invadidas em Florianópolis, 31 são terras públicas, 19 privadas, seis público/privadas e oito não se enquadram em nenhuma das definições. Com exceção do Sapé, as outras comunidades pedem celeridade do poder público na obtenção dos títulos que os permita receberem o carnê do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no próprio nome, assim como as contas de luz e água. O secretário diz que a indústria da construção civil será parceira da Habitação na construção de moradias populares.

Pedro Santos, professor de sociologia da Unisul, afirma que as raízes das ocupações em Florianópolis são do início do período republicano, em fins do século 19, com a abolição da escravatura. Depois, com a chegada de operários para trabalhar na construção da ponte Hercílio Luz, os morros próximos ao Centro foram massivamente ocupados. "As distâncias e a falta de locais foram determinantes para isso", pontua Hahne.

HABITAÇÃO NA CAPITAL
●●●●● Números, dificuldades e regularização

64 comunidades irregulares têm a Capital	Necessidade A busca por habitação é isso que move os invasores. Nas andanças por morros e comunidades da Capital, os moradores sabem que estão irregulares nas áreas em que vivem. Sabem, e esperam que alguma coisa se resolva com a ajuda dos órgãos competentes. "A gente acredita que um dia tudo isso estará dentro da lei", torce Francisca das Chagas da Silva.	Vontade Responsável por proporcionar condições básicas de moradia, com a ajuda dos governos estadual e federal, a prefeitura admite o déficit de habitação. A intenção é regularizar primeiro as comunidades do Continente, depois as da ilha. "A Fronta do Leal e a FC3 estão com processo de regularização adiantado", informa o secretário Rafael Hahne.
40 mil pessoas moram nessas áreas, segundo a prefeitura	Preconceito Não bastasse as dificuldades de encontrar terras para moradia e a burocracia do poder público em agilizar áreas, quem vive em áreas irregulares enfrenta o preconceito. "Ninguém quer que a gente vá morar perto", diz Nivaldo Araújo da Silva. O secretário de Habitação confirma: "Infelizmente, acontece".	
Apenas 1 comunidade está inteiramente regular, a Sapé		
Das 64 áreas irregulares , 31 são terras públicas, 19 privadas, 6 público/privadas e 8 não se enquadram em nenhuma das definições		
14.775 famílias esperam por moradia na Capital, segundo dados de janeiro deste ano da prefeitura		
15 anos é a estimativa da prefeitura para zerar o déficit de habitação		

Plano Municipal prevê déficit zerado em 15 anos

Algumas comunidades visitadas pelo *Notícias da Ilha*, como a Vila do Arvoredo, também conhecida como favela do Siri, em Inglêses, são locais que recebem atenção diferenciada da Secretaria de Assistência Social, segundo o secretário Alessandro Abreu. "Em áreas mais vulneráveis, como no Arvoredo, procuramos instalar o Cras (Centro de Referência em Assistência Social), para servir como porta de entrada das pessoas para programas sociais dos governos federal e municipal", explica.

Mesmo com essa proximidade, a situação de quem mora no Arvoredo piora a cada dia. José Carvalho, 66, está há 20 anos na comunidade. Ele perdeu a conta de quantas vezes o poder público prometeu novas terras para reassentar as famílias. Enquanto esse dia não chega, seus problemas respiratórios e de pele só aumentam, pela proximidade das dunas e insalubridade das moradias. "Eles vieram aqui com um negócio de interesse social, mas até agora não vimos nada que indique um novo lugar para nossas famílias", reclama.

O PMHS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social) é o "negócio" a qual Carvalho se refere. O plano prevê que o déficit total da cidade, de 14.775 famílias, além das correções pelas taxas de crescimento da população, deve ser zerado em 15 anos. "É complexo o trabalho, e os próximos anos serão fundamentais para alcançarmos a meta", avalia o secretário de Habitação da Capital, Rafael Hahne.

REALIDADE
Terra valorizada e belezas naturais da Capital atraem milhares de migrantes

Data: 5 mai. 2014

No quadro, há três cartolas – Necessidade, Vontade e Preconceito – das quais se destaca um trecho:

Preconceito

Não bastasse (sic) as dificuldades de encontrar terras para moradia e a burocracia do poder público em agilizar áreas, quem vive em áreas irregulares enfrenta o preconceito: "Ninguém quer que a gente vá

morar perto”, diz Nivaldo Araújo da Silva [um dos moradores entrevistados]. O secretário de habitação confirma: “Infelizmente, acontece” (THOMÉ, 5 mai. 2014, p. 6).

A fala do morador, confirmada pela autoridade pública, evidencia o quanto o vivido como pobreza é pouco tolerado em uma cidade que se compraz de suas belas paisagens e da qualidade de vida usufruída por quem pode pagá-la. O mesmo morador é ouvido na retranca intitulada “Dunas, criminalidade e falta de higiene” e amplia a possibilidade de compreensão de quão reduzidas são as possibilidades de escolha em relação à localização no espaço: “Sabemos que estamos errados, em APP e área da União. Mas onde vamos morar, se trabalhamos dia e noite, e não conseguimos juntar nada’, questiona” (THOMÉ, 5 mai. 2014, p. 7).

A retranca “Monte Cristo nasceu na madrugada” retoma, a partir das recordações de uma moradora, a experiência ocorrida em Florianópolis em 1990, com as primeiras ocupações urbanas organizadas:

Era um sábado gelado, madrugada do dia 27 de julho de 1990, quando 30 famílias invadiram um terreno da União às margens da Via Expressa, no Continente. Entre eles, Francisca das Chagas da Silva, a dona Chica, que explica o motivo da invasão do complexo de comunidades do Monte Cristo num fim de semana. “Era para que se consolidasse o acampamento antes de as autoridades tentarem nos tirar”, conta Chica, que é do Piauí. Aos 53 anos, Chica raramente sai da Novo Horizonte, comunidade que junto com Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança e Santa Terezinha 1 e 2, faz parte (sic) Monte Cristo. Na época da invasão, as famílias ficaram três meses sem luz e água. Com o passar dos anos, mais pessoas chegaram da Serra e do Oeste Catarinense, do Rio Grande do Sul e do Nordeste. A Prefeitura de Florianópolis não sabe precisar quantas pessoas vivem no Monte Cristo. Chica tem um palpite: “São mais de 10 mil”. Irregulares até hoje, Chica e outros moradores, como Antonio Joel de Paula, estão ansiosos para receber os títulos de suas residências. A invasão ficou para trás. Agora, as famílias só querem trabalhar e viver em paz, com a certeza de ter um cantinho para os filhos e netos (THOMÉ, 5 mai. 2014, p. 7).

A lembrança da moradora reteve uma grande dificuldade cotidiana – a falta de água e luz por três meses – e evoca o quanto a possibilidade de cuidar da habitação e do seu entorno implica o reconhecimento social da luta por moradia, o qual as famílias da Ocupação Amarildo de Souza não tiveram. É significativa a frase “A invasão ficou para trás”. Nela está

contida a possibilidade de integração à cidade, de pertencimento ao lugar, de irrupção de outro espaço-tempo em que se pode potencialmente constituir outra vida cotidiana, a do trabalhar e viver em paz em um cantinho para si e para os seus.

As três últimas notícias do *ND* sobre a Ocupação Amarildo de Souza relacionam-se à procura de uma nova área que permita a saída das famílias da terra indígena em Palhoça, tendo o INCRA disponibilizado um terreno de 130 hectares no município de Águas Mornas. A notícia “Águas Mornas cria polêmica” relata a discordância do prefeito local com a decisão, levando a Prefeitura até a convocar manifestação contrária nas redes sociais. O ouvidor agrário se manifesta no texto: “‘A área é do Incra e ponto final, caso encerrado. Quem pisar dentro da área sem autorização será penalizado’, garantiu” (ÁGUAS..., 5-6 jul. 2014, p. 8).

O penoso processo de aceitação das famílias em Águas Mornas, onde atualmente estão, em número reduzido, leva à conclusão de que a irrupção da Ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis caracterizou, de forma singular, a insurgência contra um processo que acomete individualmente incontáveis pessoas e famílias: a errância no espaço. Nos anos 1970, Marcos Faerman mostrou essa realidade no conjunto de sua obra. Atualmente, a dificuldade de pagar aluguel ou comprar a moradia leva a um vagar sem fim de um bairro para outro, uma cidade para outra, atrás de emprego e de lugar mais barato para morar. Mas, naqueles poucos meses em que conviveram, as famílias experimentaram um espaço-tempo no qual, apesar das adversidades cotidianas, buscaram juntas resistir e encontrar solução definitiva para o problema da habitação, não mais acreditando que ela estava na fila virtual da Prefeitura. Os quatro meses são parte de um espaço-tempo mais amplo. Na cobertura jornalística, ele começou no terreno do Norte da Ilha, depois foi para o município de Palhoça, o terreno no bairro Rio Vermelho, a superintendência do INCRA no município de São José e a área no município de Águas Mornas. Para além da cobertura, ele começou bem antes e não terminou, porque a errância da maioria daquelas famílias sobre as quais pouco se falou provavelmente não teve fim.

É por isso que se vislumbra aqui uma possibilidade: a que o cronotopo predominante na cobertura do jornalismo independente para interpretar aquele fato não seja o do jornalismo tradicional, o da invasão, e sim outro, explicitando a realidade das famílias, o cronotopo da errância. O já citado vídeo de 10:37 minutos de duração publicado em 29 de dezembro de 2013 na conta do Youtube “Ocupação Amarildo”, produzido pela equipe de comunicação da ocupação para exibir os primeiros dias das famílias no terreno da SC-401, sugere esse aspecto

quando uma das ocupantes fala sobre a dificuldade de pagar aluguel e diz ter estado na Ocupação Palmares, no Maciço Central (OCUPAÇÃO..., 29 dez. 2013, 7:24).

É na expectativa de encontrar uma abordagem espaço-temporal que, de algum modo, sinalize essa errância que se analisa o material encontrado no portal *Desacato* sobre a Ocupação Amarildo de Souza, composto por 22 textos (notícias e artigos) e 3 vídeos, dos quais 8 textos foram excluídos por serem *releases* da coordenação da ocupação ou notas de apoio de movimentos sociais e 4 por reproduzirem textos compartilhados de outros veículos/blogs de jornalismo independente. Também foram desconsiderados 2 vídeos na conta do YouTube do portal por serem reprodução na íntegra de falas captadas na ocupação. A partir desses critérios, são analisadas 9 notícias, um editorial e um vídeo²¹⁴.

A primeira notícia, publicada em 16 de dezembro de 2013, abre com o lead tradicional e duas declarações entre aspas de autoria coletiva (representantes da comunidade). A indicação do local da ocupação é informada, assim como a proposta do suposto proprietário de ali construir um campo de golfe, mas não suscita interpretações:

Cerca de 60 famílias ocuparam um terreno no norte da ilha de Florianópolis na madrugada desta segunda-feira (16/12), fundando a Ocupação Amarildo de Souza. A área fica localizada na SC 401, a 2 km do trevo de Jurerê, em direção a Canasvieiras.

Segundo as lideranças do movimento, a ocupação deste terreno é uma alternativa para as famílias sem-teto e para as comunidades carentes da Grande Florianópolis que estão em áreas de risco.

“A área ocupada está zoneada pelo Plano Diretor como espaço apto para a construção de moradias e hoje é usada para especulação imobiliária”, argumentam.

Segundo representantes da comunidade, a luta não é só por habitação. “Para nós, o objetivo da ocupação é ter terra, trabalho e teto. Não estamos lutando só por teto”.

O proprietário do terreno é Artêmio Paludo, que passou por lá nesta manhã e disse aos ocupantes que o espaço será destinado a um campo de golfe. Ele é um dos fundadores do frigorífico Seara e já foi deputado estadual pela Arena, entre 1978 e 1986.

A polícia também esteve no local e disse que iria acionar seu comandante (OCUPAÇÃO..., 16 dez. 2013).

²¹⁴ A lista completa está no Anexo 1.

Em 19 de dezembro de 2013, uma segunda notícia menciona a liminar de reintegração de posse e o pedido de contribuição aos apoiadores feito pelas lideranças do movimento. A informação denota o compromisso do veículo com a ocupação, mas, do ponto de vista jornalístico, a notícia também não avança na interpretação do fato:

A Ocupação Amarildo de Souza, construída no norte da ilha nesta segunda-feira (16), recebeu no começo da noite de hoje (19) uma liminar de reintegração de posse do terreno ocupado.

O pedido foi feito pela empresa Florianópolis Golf Club e a decisão foi expedida pelo juiz Fernando Vieira Luiz, da 2ª Vara Cível de Florianópolis.

A expectativa é de que as forças policiais estejam no local logo ao amanhecer – já que é ilegal cumprir a ordem de despejo durante a noite.

Segundo o texto do documento, exige-se que a liminar seja cumprida “com urgência, em regime de plantão, com reforço policial se necessário”.

Resistência

A reunião com a rede de apoio que estava marcada para as 14h30 de amanhã terá de ser adiantada para as 6h da manhã desta sexta-feira.

“Quem quiser contribuir, tem que vir à ocupação amanhã bem cedo”, pediu uma das lideranças do movimento (ORDEM..., 19 dez. 2013).

A terceira notícia, publicada em 7 de janeiro de 2014, denuncia a presença ostensiva da polícia na ocupação e reforça o pedido de apoio:

Helicóptero da polícia civil sobrevoa a baixa altura neste momento a Ocupação onde há crianças. Hoje pela manhã a área foi sobrevoada por um helicóptero da polícia militar. O sobrevoou da tarde parece ser de amedrontamento, segundo moradores da Ocupação que denunciaram o fato a Desacato.info via telefone.

No decorrer desta terça-feira, a justiça deverá avaliar recurso que permitiria os moradores da Ocupação continuarem ocupando a área, ante liminar dos empresários que exigem devolução do terreno que estava inutilizado, à espera de um campo de golfe, à beira da SC 401.

Os moradores da Ocupação solicitam que os movimentos sociais e entidades populares se façam presentes nestes dias naquele local, para defender a luta da Ocupação em busca de terra e trabalho (OCUPAÇÃO..., 7 jan. 2014).

O detalhe informado, de que os sobrevôos no terreno foram comunicados ao portal por telefone, ajuda a compreender a cobertura quase telegráfica do fato que ocorria a caminho das principais praias de Florianópolis em plena temporada de verão. Mesmo que reduzidas no atual cenário de enxugamento, as redações dispõem de recursos, equipes e meios para fazer coberturas presenciais, possibilidade menos aberta aos coletivos de jornalismo, que ainda não apresentam modelos consolidados de organização e financiamento (SILVA, 2017).

A quarta notícia, publicada em 25 de janeiro de 2014 na conta do portal no YouTube, traz informações sobre a entrega, à ouvidoria do INCRA, do cadastro das famílias ocupantes. A notícia, com 3 minutos e 31 segundos, tem entrevistas com a liderança e o advogado da ocupação, com o ouvidor agrário e imagens do cotidiano das famílias, sem, porém, entrevistar ocupantes (SILVA, 25 jan. 2014). O assunto é retomado pelo portal apenas em 12 de abril de 2014, a poucos dias do fim do prazo acordado para a saída das famílias da SC-401, e a notícia registra a conversa com um dos coordenadores da ocupação. O entrevistado menciona a violência e o despreparo do então governador Raimundo Colombo para lidar com a situação e lembra a desocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), ocorrida em janeiro de 2012. A notícia registra ainda um fato que, naquele período, já havia levado à proibição da entrada de jornalistas dos veículos tradicionais na ocupação: “Por fim, o coordenador (...) declarou sua indignação pela distorção informativa dos meios monopólicos de comunicação” (OCUPAÇÃO..., 12 abr. 2014).

Em 15 de abril de 2014, véspera do prazo final para a saída do terreno, o portal publica um conjunto de 8 informes breves, de um ou dois parágrafos, o primeiro às 8h30 e o último às 19h15. Os informes expressam a urgência na tomada de decisões naquele dia, quando esteve em jogo o futuro das famílias. Em um deles, o sexto, publicado às 10h50, o portal registra a fala da coordenação da ocupação, que desmente informação do grupo RBS, e explicita o fato de ser o único veículo, com duas jornalistas, a acompanhar o que se desdobra dentro do terreno:

OCUPAÇÃO AMARILDO 10:50 h

OCUPAÇÃO AMARILDO URGENTE

RBS erra ou confunde os leitores sobre translado da Ocupação

Desacato.info informou corretamente.

[...]

Desacato.info é o único meio de comunicação que conseguiu acompanhar a Assembleia e as decisões dentro do acampamento esta manhã. A mídia

monopólica está do lado de fora dos portões aguardando as decisões que você conhece em primeira mão.

[...]

Desacato.info está do lado de dentro com os excluídos, como sempre (OCUPAÇÃO..., 15 abr. 2014). [Com grifo no original]

Mas é apenas no dia seguinte, 16 de abril, que o portal publica notícia de 11 parágrafos na qual é possível perceber o movimento de compreender aquele fato em sua totalidade. A localização da ocupação, central na cobertura do jornalismo tradicional, não é realçada, mas o texto busca retratar como se buscou concretizar o lema “Terra, Teto e Trabalho”. Aparece também a questão de aquelas terras não cumprirem sua função social e terem a titularidade particular questionada pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU):

A manhã do dia 15 de abril era de completa apreensão, embora o esforço coletivo fosse para não deixar a “peteca cair”. Os moradores da Ocupação Amarildo da Silva convidaram seus apoiadores para uma vigília, enquanto aguardavam o desfecho da situação. Mais de 500 famílias compõem o acampamento que, durante quatro meses, esteve localizado às margens da rodovia 401, ao norte da ilha. Para o poder público, a área precisa ser desocupada, conforme a reintegração de posse já expedida.

As famílias começaram a chegar ao local em 16 de dezembro de 2013. De lá para cá, deram vida àquelas terras. A área, entre os bairros de Ratores e Vargem Grande, é 250 hectares, numa área total de 900, onde as famílias já iniciaram o cultivo de hortaliças e também de sonhos por terra, trabalho e teto.

O dourado do sol reluz nas folhas verdes que se tornaram mais bonitas com as cerca de 200 crianças que vivem na ocupação. Todas frequentando a escola. Também porque aquele lugar voltou a ter uma função social e produtiva. “Não fazemos a luta apenas por moradia. Embora ela seja essencial, queremos terra para produzir. Iniciamos o cultivo de hortaliças, pois nossa intenção é garantir alimento para os moradores e também gerar renda”, conta Rui, morador da ocupação.

Com o lema “Terra, Teto e Trabalho”, a comunidade se organiza em núcleos que cuidam dos diversos setores da vida coletiva, como segurança e educação. Marli é responsável pela coordenação do núcleo “Um por todos e todos por um”, que reúne 10 famílias. “A organização se dá na parceria. Cada família traz o que pode e contribui com o que tem. Temos algumas dificuldades para manter nossa estrutura funcionando, mas seguimos em frente, confiantes”, afirma.

[...]

Na manhã de outono do dia 15, em assembleia, os Amarildos decidiram aceitar as condições contidas no termo de compromisso de desocupação e alocação, celebrado entre integrantes do movimento e agentes públicos envolvidos no processo. A medida propôs o deslocamento da comunidade para uma área de sete hectares no bairro Maciambú, na cidade de Palhoça. A área é particular e pertence ao Instituto Kairós. Segundo o acordo estabelecido, as pessoas ficarão provisoriamente nessa área, até que a União decida o futuro das terras às margens da rodovia 401. Instalados em Palhoça

desde a noite do dia 15, os Amarildos devem continuar a luta para que possam voltar para a área no norte da ilha.

O pano de fundo da contraofensiva à Ocupação Amarildo é uma questão de classe. Grupos que, a longo da história, se apropriaram indevidamente de terras públicas não podem aceitar a força simbólica de um aglomerado de gente que ousa ocupar com trabalho e resistência uma área que há muito não encontrava uma função social e produtiva. A Ocupação Amarildo resiste e revigora a luta por terra, teto e trabalho (PEIXOTO, 16 abr. 2014).

Por ter sido produzido no período que marcou o fim da ocupação do terreno da SC-401 e a transferência para o município de Palhoça, há no texto a falta de registro do cotidiano vivo porque ele findou, ainda que faça menção a algumas rotinas. As entrevistas, com lideranças da ocupação, explicam como se deu a organização do acampamento e até a formação das famílias e a educação das crianças nos quatro meses passados. Porém, ficou impossibilitada a narração e a descrição que permitiriam que o cronotopo daquela errância se enchesse, como diz Bakhtin, de carne e de sangue, saísse da abstração, trouxesse, pela linguagem, a experiência vivida das famílias. Outro breve texto, também de 16 de abril, relata, através de uma entrevista por telefone, a chegada das famílias à área no município de Palhoça (OCUPAÇÃO..., 16 abr. 2014).

Em 21 de abril de 2014, o portal acompanha os desdobramentos da tentativa de ocupação do terreno no bairro Rio Vermelho. São 13 informes breves sob o título “Ocupação Amarildo no Rio Vermelho - Atualizações”, o primeiro às 9h05 e o último às 17h15. Os informes mesclam fatos ocorridos do dia 19 ao dia 21 narrados por telefone por lideranças da ocupação. Um deles, postado às 21h25 de 20 de abril, mais uma vez registra a posição crítica ao jornalismo tradicional e o preconceito contra os pobres que a ocupação visibiliza:

[...]

Segundo a mídia monopólica, 30 moradores, aparentemente nativos, ameaçaram atear fogo no acampamento Amarildo no Rio Vermelho e bloqueiam o trânsito, são uma minoria ínfima num Bairro que já aloja vários milhares de habitantes oriundos, não só da região, quanto de diversos pontos do Estado e do país.

No entanto, esta reação, como a de muitos anos atrás, quando poderiam ter ido a esse bairro moradores da Ponta do Leal, e a agressividade declarada, sugere, como temos comentado neste Portal e em diversos editoriais, a desumanização recorrente em certos setores da sociedade florianopolitana, dominados pelo discurso da mídia moralista dos ricos, que tem asco de pobre, mesmo sendo, em muitos casos, tão pobre quanto os moradores do acampamento.

O problema é do Estado e da Federação, que em seu caráter capitalista, permite que existam pessoas sem direitos a Terra, Trabalho, Alimentação e Moradia, e que a riqueza se concentre a cada dia em menos e menos famílias ricas.

Ficamos atentos a qualquer informação relevante. Boa noite! (OCUPAÇÃO..., 21 abr. 2014).

A tensão naqueles três dias é visível no recorrente uso das cartolas “Urgente” e “Urgentíssimo” na abertura de cada informe. Percebe-se a busca por reportar a gravidade da situação e convocar os apoiadores a se dirigir ao terreno para apoiar a ocupação. No dia 21, a jornalista que estava no local atualizava a redação por telefone e o portal noticiava, em breves registros, a movimentação dos moradores locais:

[...]

Ocupantes devem sair do terreno com ajuda da polícia

Um caminhão da polícia está dentro do terreno ajudando os ocupantes do terreno que buscam proteger sua vida perante a agressão violenta de alguns habitantes do Rio Vermelho.

Na entrada do terreno tem um ônibus do Exército esperando para transportar com segurança os ocupantes do terreno perante a violência inusitada do grupo de habitantes do Rio Vermelho (OCUPAÇÃO..., 21 abr. 2014).

No mesmo dia, o portal publica editorial no qual critica a cobertura do jornalismo tradicional, em especial dos colunistas, sobre o episódio batizado de “Revolta do Rio Vermelho” e o tom de celebração dos jornais pela forma como agiram os moradores do bairro contra os ocupantes:

A Ocupação Amarildo está prestando um serviço imprescindível para nossa pacata e rica Florianópolis. A urgência legítima por Terra, Trabalho e Pão, serve também para descobrir as deficiências intelectuais e a desorganização mental de alguns setores da mídia, e dos sujeitos que oficiam de jornalistas nesses monopólios.

[...] Esse jornalista [o colunista Rafael Martini, do *DC*], o de Terra no seu perfil e tantos outros são funcionários de um sistema desesperado, que moribundo, ainda que numa democracia apenas representativa, cai, apodrece sem retorno, e no Mundo todo, reorganiza, de maneira lúgubre e final, uma nova Guerra Fria. Saudoso do sistema onde as terras eram do rei e as administrava sua corte. Um dia o rei abdica ou, pela mobilização do Povo, chega a república (A OCUPAÇÃO..., 21 abr. 2014).

A ocupação volta a ser noticiada em 11 de junho de 2014, quando as famílias se dirigem à sede do INCRA no município de São José, e o relato também abre com a chamada “URGENTE!” e aborda o fato em três breves parágrafos:

URGENTE! Ocupação Amarildo ocupa, desde 8 h de hoje, 11 de junho, o INCRA de São José, do lado da Prefeitura Municipal dessa cidade da Grande Florianópolis, na Beira-Mar São José

Redação

Segundo falaram ao Desacato.info, Pepe Pereira e Rui Fernando, da Coordenação do Movimento, esta ocupação responde à decisão do juiz Marcelo Kras Borges, que decidiu a reintegração de posse do terreno que ocupava a Amarildo de Souza-Florianópolis, para devolução à FUNAI, até dia 16 de junho deste ano.

Segundo o próprio juiz, a localização definitiva da Ocupação Amarildo é de responsabilidade do INCRA, portanto, o movimento decidiu ocupar a própria sede do organismo até que haja um desfecho definitivo à obtenção de domicílio definitivo para os trabalhadores Sem Teto, onde possam morar e produzir (OCUPAÇÃO..., 11 jun. 2014).

O conjunto de textos mostra que o portal *Desacato* buscou manter seus leitores informados sobre a Ocupação Amarildo de Souza principalmente por meio de notícias cujas fontes eram os coordenadores entrevistados por telefone. Nos dois momentos mais importantes ao longo dos quatro meses – a saída do terreno da SC-401 e a tentativa de ocupar o terreno no Rio Vermelho –, o portal pôde contar com a presença de jornalistas nos dois locais. O que se percebe, porém, é a prevalência da informação imediata, até do “furo jornalístico”, concretizado nos informes urgentes, pelo fato de o portal, ao contrário do jornalismo tradicional, poder entrar na ocupação.

Evidencia-se também, pelo menos em dois textos e em um editorial, a necessária crítica ao conteúdo manipulatório da cobertura do jornalismo tradicional de Florianópolis e a tentativa de um trabalho de contrainformação. Não há, porém, notícias e reportagens que rompam os estreitos limites interpretativos do jornalismo tradicional e da constituição já analisada do cronotopo da invasão. O portal reportou o excepcional – as duas retiradas à força das famílias –, de grande conteúdo dramático, mas o cotidiano, naquele momento tão único de insurgência de centenas de famílias de Florianópolis por moradia, praticamente não apareceu.

A potência no jornalismo da visibilização deste cotidiano se insinua em duas reportagens em vídeo da revista *Pobres & Nojentas*, ambas realizadas quando a ocupação estava na SC-401²¹⁵. A primeira, intitulada “Ocupação Amarildo - Trabalho, terra e teto”, entrevista a liderança e três ocupantes, além de mostrar detalhes da vida cotidiana das famílias no terreno. A entrevista de abertura com a liderança põe em cena um elemento importante: é naturalizada, na lógica do capitalismo, a premissa de que ser pobre significa se submeter a sofrimentos e privações, e morar bem igualmente é possibilidade negada aos pobres:

A lógica, né, daqueles que, enfim, que exploram a vida dos pobres sempre, né, é essa, né, de que o pobre tem que morar na periferia, o pobre tem que passar trabalho sempre, né, que a sua existência tem que ser um exercício mesmo de sobrevivência, né, para sempre (TAVARES, 10 jan. 2014).

Destaca-se a entrevista com um dos ocupantes, nascido no Oeste catarinense e antes morador de um bairro no município de São José, na Área Conurbada de Florianópolis (Figura 28).

Figura 28 – Reportagem da *P&N* na Ocupação Amarildo de Souza (1)



Ocupação Amarildo - Trabalho, terra e teto

1.413 visualizações

👍 16 🗨️ 9 ➦ COMPARTILHAR 📌 SALVAR ...

Data: 10 jan. 2014

À pergunta sobre o motivo pelo qual se mudou para a capital catarinense, ele relata as dificuldades para sobreviver com o trabalho na safra e afirma ser melhor estar na ocupação do que no bairro onde morava:

²¹⁵ A análise encerra-se com os materiais da *P&N* porque o *Maruim* foi lançado em agosto de 2016, dois anos depois da Ocupação Amarildo de Souza.

Pra nós é muito melhor do que morar na periferia, né, porque lá tu não tens um terreno. Tu tens é um galinheiro. É onde joga galinha e fica trancada. Não tem como, entendesse? Não tem como tu sentar ali fora, tomar um chimarrão, por causa que a rua é em cima da tua porta. Aí não tem calçada pra ti sentar e tomar chimarrão. Vai ter que sentar lá na rua. E lá na rua é perigoso um carro passar e bater. A natureza, né, o que melhora pra nós é a natureza. Porque tu vê se na cidade tem alguma árvore plantada no terreno do pobre. Não existe. Porque terreno de pobre não tem. Pobre tem é só a casa, da porta pra fora, da porta pra dentro. Não tem. Um exemplo: Chico Mendes. Quero que tu vá lá na Chico Mendes e vê o jeito que é lá. Não tem onde a pessoa sentar pra ti... não tem calçada, não tem pátio, não tem nada, só tem a casa mesmo, pra ti sair e voltar pra dentro da casa (TAVARES, 10 jan. 2014, 5:24)

É notável a explicitação, no depoimento, da experiência do corpo na relação entre o habitat e o habitar. Ao pobre cabe apenas o habitat, a moradia, da porta para dentro. O habitar, a porta para fora, não permite sequer tomar o chimarrão ao ar livre porque a rua é sinônimo de insegurança. Na ocupação, para o homem vindo do Oeste catarinense, encontra-se a relação com a natureza, porque nos exíguos terrenos do pobre não há como desperdiçar espaço com árvores. A fala do entrevistado manifesta a alienação experimentada como solidão no vivido, na dimensão do prático-sensível. O meio de onde o homem veio não possibilitava que ele se apropriasse do ambiente. Era um entorno opaco, onde o sentimento experimentado era o de estar apertado como uma galinha no galinheiro. O espaço de vida é unicamente o espaço da casa. A reportagem então abre-se não apenas à percepção e ao entendimento do jornalista e ao seu discurso, como também à percepção e ao entendimento do outro, capaz de explicitar, pela própria fala, o que vivencia no cotidiano.

A segunda reportagem, feita igualmente na SC-401, tem entrevistas com seis pessoas. Em pouco mais de sete minutos, mostra as famílias construindo barracos, lavando e estendendo roupas, crianças brincando em piscinas improvisadas nas caixas de água, mulheres passeando com crianças, e também os espaços de representação – a bandeira do Brasil, a bandeira vermelha da ocupação. As falas registram o sentimento positivo de ter uma experiência coletiva, mas também as dificuldades de não mais contar com os confortos que uma casa pode proporcionar e a precariedade do dia a dia no acampamento. Destaca-se a declaração de um ocupante aos 5 minutos e 45 segundos (Figura 29).

Figura 29 – Reportagem da *P&N* na Ocupação Amarildo de Souza (2)



Data: 3 fev. 2014

O entrevistado aborda um importante aspecto silenciado na cobertura do jornalismo tradicional:

(...) natural de Santa Catarina, profissão pedreiro, carpinteiro, pago aluguel na Ilha já há três anos, aqui em Florianópolis. Toda vida paguei aluguel porque não tive chance de comprar minha casinha, né. Construí casa para todo mundo, fiz prédio, faço até hoje, mas depois que tá pronto não posso nem entrar lá dentro, né, você sabe disso. Chega numa prefeitura pra pedir uma casa, pra dar uma ajuda pelo menos pra comprar um terreno, eles pegam e dizem: - Não, você não tem chance (SOUZA, 3 fev. 2014, 5:45)²¹⁶.

A fala evidencia, pela experiência vivida, que o esforço individual para comprar a moradia muitas vezes não basta, por maior que ele seja, porque a lógica que move a produção da moradia e sua comercialização, mesmo sob a gestão do Estado, se orienta pela propriedade privada. A alienação experimentada como dominação (exploração econômica, opressão política e coisificação cultural) mostra-se na relação com as instituições, no caso com a Prefeitura, que não aparece como pertencente ao conjunto da população, e sim como pertencente a outros, insinuados na fala quando o ocupante afirma: “eles pegam e dizem”. As instituições são assim impenetráveis e opressivas. Na experiência do trabalhador, aparece também a alienação em sua forma clássica surgida com as relações capitalistas de produção.

²¹⁶ O vídeo foi carregado na conta da jornalista Elaine Tavares no YouTube, e não na conta da revista *Pobres & Nojentas*.

Ele construiu casas e prédios, neles fez concreta sua capacidade de trabalho. Mas, depois de concluídos, o pedreiro não tem mais acesso a esses objetos, produtos de seu trabalho, nem à cidade onde eles imprimem suas formas. Para ele, não há casa nem terreno.

As duas reportagens, ainda que de forma insuficiente, indicam o potencial desalienador do jornalismo, por restituir a fala aos ocupantes para que expusessem o vivido, mostrando-os também em seu fazer nas imagens feitas na ocupação. Afirma-se a insuficiência porque o jornalismo independente de Florianópolis, como uma força potencialmente coletiva, naquele momento não conseguiu efetivamente ir além do trabalho, igualmente insuficiente, de contrainformação e de crítica ao conteúdo manipulatório da cobertura do jornalismo tradicional sobre a Ocupação Amarildo de Souza.

4.3 CRONOTOPO DA FAVELA

Um célebre artigo de F. Engels escrito em 1872 discute a forma como a burguesia resolve o problema da habitação. Nele, Engels afirma que o método usado, o “Hausmann” – referência ao francês Georges-Eugène Haussmann, que remodelou Paris –, soluciona o problema de tal modo que cria sempre um novo problema, não o eliminando, e sim transferindo:

Por “Hausmann” entendo a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados no centro das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou a exigências de circulação, como instalações ferroviárias, ruas etc. Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desaparecem e a burguesia glorifica-se altamente com esses grandes sucessos – mas ruelas e becos reaparecem imediata e freqüentemente muito próximos (ENGELS, 1979, p. 49).

O problema não desaparece, explica o autor, porque é movido por uma necessidade econômica, e, enquanto existir o modo de produção capitalista, não se resolverá isoladamente o problema da habitação. É com essa advertência em vista, feita quase 150 anos atrás, que a análise da cobertura jornalística da Ocupação Marielle Franco toma como principal não mais o cronotopo da invasão, e sim o da *favela*, ambos constituindo a errância da população empobrecida no espaço urbano. Os veículos tradicionais a tratam como invasão, mas a análise mais detida do conjunto de materiais torna visível a preocupação com o *enraizamento*

contínuo daquela e de outras ocupações no espaço ao longo do tempo. Há ali, naquele conjunto de moradias precárias no Maciço Central, tão perto do centro de Florianópolis, uma *permanência* que precisa ser combatida. Entre 2017 e 2019, com o agravamento da crise econômica, novas ocupações por moradia surgiram em Florianópolis e nos municípios da Área Conurbada. O poder público, associado aos interesses privados, debela uma ocupação, como foi a Ocupação Amarildo de Souza, mas outras surgem. A que mais tem recebido cobertura jornalística desde o ano de 2017 é a Marielle Franco, por sua localização e pela visibilidade das formas de resistência para permanecer naquele terreno²¹⁷.

Entre 5 a 30 de junho de 2018²¹⁸, o *Notícias do Dia* pautou a Ocupação Marielle Franco em oito edições, das quais 1 com manchete e 6 com chamada de capa, totalizando 9 páginas e 3 editoriais²¹⁹. Ainda em 6 de abril de 2017 o jornal havia noticiado a chegada das famílias sob o título “Uma nova comunidade irregular”. A palavra invasão aparece duas vezes no texto, uma em referência genérica a estudo do IBGE e outra em alusão à Prefeitura, que afirma ser aquela uma invasão irregular. O repórter, porém, utiliza a palavra comunidade. Dois moradores são entrevistados e ambos se referem à dificuldade de pagar o aluguel:

Uma nova comunidade surge irregularmente no maciço do Morro da Cruz, na região central de Florianópolis, ao lado da Via Transcaeira, que liga o Alto da Caeira ao Saco dos Limões, em uma área de mais de 40 mil m² de propriedade da prefeitura. O terreno foi dividido pelos novos moradores em pequenos lotes, que estão separados com estacas e cordas. Os casebres de madeira estão em construção desde novembro do ano passado, e a cada semana uma residência fica pronta. Segundo Emerson Almeida, 27 anos, um dos primeiros moradores, já são cerca de 40 famílias em busca do sonho da casa própria. Os lotes ficam ao lado da obra de uma creche municipal.

Sem emprego com carteira assinada há quatro anos, Almeida morava com a esposa e o filho, de 15 dias, de favor na casa do cunhado. Há quatro meses, ele levantou as primeiras paredes da nova moradia. “Todos aqui estão querendo apenas um canto para viver com dignidade. Não temos como pagar aluguel e ainda precisamos dar conta de gastos com alimentação e outras despesas. A prefeitura esteve em dezembro fazendo um cadastro, mas não voltaram mais”, conta Almeida, que é do Rio Grande do Sul.

[...]

O jardineiro Jacir Alves, 46, também constrói sua casa sem a confirmação de que terá água encanada e esgoto sanitário. O único serviço público que os moradores conseguiram é a energia elétrica, que foi puxada da rede de iluminação pública. “Tenho mulher, quatro filhos, e pagar R\$ 800 de aluguel

²¹⁷ Parte da cobertura da Ocupação Marielle Franco foi analisada no artigo “O trabalho de tradução da experiência de ocupação urbana em coberturas jornalísticas” (ABREU; SILVA, 2018).

²¹⁸ No mesmo período, o *Diário Catarinense* publicou apenas uma nota de cinco linhas sobre a demolição de casas na ocupação (CEOLLA, 14 jun. 2018, p. 20).

²¹⁹ A lista completa está no Anexo 2.

está pesado. Estamos juntando madeiras, telhas e pregos para assegurarmos um teto para as nossas famílias. Fomos informados de que a prefeitura tem projeto para construir casas populares para 400 famílias, mas nada sai do papel”, desabafa (GONÇALVES, 6 abr. 2017, p. 3).

Parte da ocupação fica em área pública do município, parte em área privada. A entrevista com os dois moradores evidencia, em ambos, a descrença em relação ao poder público com seus cadastros e projetos. Trata-se ali de assegurar algo urgente: um canto, um teto.

Em 2018, o *ND* voltou ao local. A notícia na edição de 5 de junho de 2018 marca a passagem de um ano desde a derrubada de sete barracos em ação que contou com presença de 50 policiais militares armados na ocupação. O texto critica a Prefeitura pela falta de ações concretas de habitação: “A poucos metros da ocupação, em uma área de 47 mil metros quadrados, destinada especialmente à moradia social, nem sinais do poder público tirar do papel o projeto que prevê a construção de 192 unidades” (BISPO, 5 jun. 2018, p. 4). A expressão do cronotopo da favela aparece na retranca intitulada “Fila é de 19,9 mil famílias”:

A situação da ocupação irregular na Transcaieira segue um roteiro conhecido na cidade: primeiro vêm as invasões, famílias se consolidam nessas áreas e logo surgem mais um bolsão de pobreza à margem de qualquer política urbana. Quem passa pelo local já percebe os sinais característicos dessas consolidações, como o funcionamento de um bar e de uma igreja, por exemplo (BISPO, 5 jun. 2018, p. 4).

A possibilidade de que as ocupações se transformem em favelas gera o que o jornal a partir dali se dedicará a combater: a consolidação. Os exemplos que ilustram essa consolidação são o bar, a igreja, isto é, a busca do habitar, tendo o habitat, mesmo que precário, se concretizado. Bar e igreja, locais de reunião, ampliam as práticas espaciais em um cotidiano de possibilidades estreitas. O editorial daquela edição, intitulado “Ocupações irregulares”, relaciona as ocupações à violência e à degradação ambiental, assinalando ainda a lentidão dos programas habitacionais:

Nos grandes centros do Brasil, a ocupação desordenada sempre abriu as portas para o aumento da violência.
[...]

Onde surge uma pequena casa, logo em seguida surgem três, quatro ou cinco. Quem invade essas áreas quase sempre tem a mesma desculpa: foi obrigado pela sua condição de vida, para se livrar do aluguel e porque programas habitacionais têm caminhado a passos muito lentos. Na maioria das vezes, essas pessoas não têm a mínima ideia do risco que correm ao removerem a vegetação de locais como o Alto da Caieira, no Maciço do Morro da Cruz.

[...]

Essas comunidades sempre se formam a partir de gente humilde, trabalhadora, que merece e precisa ser atendida. Mas, o emaranhado de casas, de vielas e a dificuldade de acesso criam as condições para que o crime organizado se instale e, muitas vezes, oprima e faça calar esse grupo de moradores.

Em Florianópolis, é fato que muitos problemas ainda podem ser evitados. Só precisamos agir antes que o pior aconteça. Precisamos fiscalizar com mais força, agir quando for preciso e fazer política social como precisa ser feito (OCUPAÇÕES..., 5 jun. 2018, p. 10).

Na edição de 9/10 de junho de 2018, o jornal traz, com chamada de capa, uma reportagem de duas páginas intitulada “Bolsões de pobreza se multiplicam”, na qual aborda a irrupção de novas ocupações em Florianópolis e a insuficiência de fiscalização pelo município, que reclama da falta de recursos para a habitação em todas as esferas de governo. As entrevistas com representantes da Prefeitura informam que o cadastro habitacional está fechado desde 2015 e não é claro quanto à ordem e aos critérios de atendimento. As entrevistas com um morador e um arquiteto que integra o coletivo de apoio técnico às ocupações deixam claro que parte do problema está na falta de políticas públicas para moradia (BISPO, 9-10 jun. 2018, p. 4-5).

É na edição de 14 de junho que se inicia a série de seis edições sobre a Ocupação Marielle Franco, provocada pela demolição de 10 casas por ordem da Prefeitura, com forte aparato policial e uso de balas de borracha, gás de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo. A edição marca uma virada da cobertura, que até então vinha mantendo um certo equilíbrio em relação às fontes e à abordagem, na qual o processo se inseria em uma realidade mais ampla, especialmente quanto ao papel insuficiente do poder público na área de habitação. Na citada edição, um dos aspectos mais notáveis é o conjunto de fotos e as respectivas legendas (Figura 30).

Figura 30 – Notícia do ND sobre a derubada de casas na Ocupação Marielle Franco

Invasão na Caieira é contida

Prefeitura da Capital derrubou dez imóveis construídos irregularmente em áreas de preservação

MICHAEL GONÇALVES
 michael.goncalves@noticiasdo dia.com.br

Dez imóveis construídos irregularmente em APP (Área de Preservação Permanente) e APL (Área de Preservação Limitada), no Alto da Caieira, no Matão do Morro da Cruz, em Florianópolis, foram demolidos ontem por fiscais da Floresta (Fundação Municipal do Meio Ambiente) e da SMDU (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano), com auxílio da Polícia Militar. Os moradores das construções irregulares e habitadas foram notificados e devem responder a uma ação civil pública para a reintegração de posse.

A invasão no Alto da Caieira começou há dois anos e essa foi a segunda ação do poder público na localidade. Uma das áreas invadidas é da prefeitura, que tem um projeto habitacional para construir 168 apartamentos. O outro terreno é de uma pessoa física. Segundo o chefe do departamento de fiscalização da Floresta, Walter Hachow, as operações serão continuadas na região.

Parte do material foi deixado no local para servir de exemplo para os futuros invasores, de acordo com Hachow. "No terreno da prefeitura são mais de 20 construções e na área particular outras 30. Os imóveis estão em áreas de preservação e em uma zona especial de interesse social. Todos os moradores estão irregulares e deverão deixar o local. Vamos entrar com uma ação civil pública para retirar as residências ocupadas", afirmou.

Hachow explicou que com base no Código Florestal, a Floresta tem o poder de polícia para derrubar todas as imóveis irregulares, porque estão em uma região com curso de água e em declive. Apesar disso, ele afirmou que o melhor é usar a prudência e buscar o amparo de uma decisão judicial.

As construções irregulares têm ligações clandestinas de água e de luz. O conflito na rua Transcaieira chegou a ser cortado para a passagem das tubulações, que são conhecidas popularmente como "gatos". Apesar das demolições, ninguém ficou destruído ou desalojado.



Parte do material dos barracos demolidos foi deixado no local para servir de exemplo a futuros invasores



Celesc fez o desligamento dos "gatos"



Moradora implora a PM para barraco não ser demolido



Trabalho foi realizado em dois terrenos no Alto da Caieira



Ocupação atrasa projeto habitacional de 168 moradias

Desde novembro de 2016, a invasão no Alto da Caieira se consolida como uma das ocupações que mais cresce em Florianópolis. São centenas de famílias, a maioria em situação de vulnerabilidade. A invasão atrasa um projeto habitacional da prefeitura. Segundo o superintendente de Saneamento e Habitação, Lucas Arruda, o espaço abrigará um conjunto habitacional com 168 uni-

dades. De acordo com o fiscal Walter Hachow, a prefeitura fez o cadastramento de algumas famílias.

O projeto para a construção dos blocos está pronto. "O objetivo é construir 168 apartamentos em blocos de quatro andares, mas estamos na dependência da liberação do terreno para o andamento do projeto", explicou.

É o MP-SC (Ministério Público

de Santa Catarina) acompanha o caso de perto. O promotor Rogério Porci Seligman, da 28ª Promotoria do Meio Ambiente, instaurou o procedimento conhecido como notificação de fato para apurar as ocupações irregulares. Segundo a assessoria de imprensa de MP-SC, o procedimento tem prazo de 30 dias, mas pode ser prorrogado por mais 90, além de evoluir para outros procedimentos.

As legendas são as seguintes:

- Parte do material dos barracos demolidos foi deixada no local para servir de exemplo a futuros invasores
- Celesc fez o desligamento dos “gatos”
- Moradora implora a PM para barraco não ser demolido
- Trabalho foi realizado em dois terrenos no Alto da Caieira

O conjunto registra a passagem da municipalidade e das forças policiais como “trabalho”, deixando material de demolição para trás como forma de “servir de exemplo para os futuros invasores” (GONÇALVES, 14 jun. 2018, p. 4). A retranca informa estar a ocupação atrasando o projeto habitacional da prefeitura para 168 unidades no local, sendo que o jornal noticiara, na edição de 5 de junho, que a Prefeitura ainda aguardava a liberação dos recursos federais. A informação ocultada coloca as famílias não como vítimas, e sim como culpadas pelo atraso de um projeto habitacional para o qual a Prefeitura havia informado que não tinha recursos.

Na edição de 23/24 de junho, o assunto volta à capa do jornal com chamada e o seguinte conjunto cartola / título / linha de apoio: Ocupação ilegal / Confronto na Transcaieira / Invasores e Polícia Militar voltaram a se enfrentar nesta sexta-feira, quando mais casas foram removidas. A predominância das fontes oficiais/institucionais/empresariais vai se configurando na cobertura específica da repressão policial na Ocupação Marielle Franco²²⁰. Nas seis edições sobre o fato (dias 14, 23-24, 25, 28, 29 e 30-01 de junho), apenas um morador foi ouvido. Na citada edição de 23/24 de junho, um olho destaca declaração de um dos representantes da Prefeitura: “Estamos apenas protegendo um espaço público que será destinado a dezenas de famílias por meio de um projeto habitacional” (GONÇALVES, 23-24 jun. 2018, p. 5). A declaração abre possibilidades para um debate importante não desenvolvido pelo jornal e remete à constatação de Santos Júnior de que, por mais livres que sejam os espaços públicos, é necessário perguntar, em cada contexto, quem pode deles se apropriar (2014, p. 147). Mesmo diante da suposta iminência de liberação de recursos para o conjunto habitacional no local, a municipalidade nunca apresentou lista de quem seriam os beneficiários potencialmente prejudicados pela ocupação.

²²⁰ Utilizou-se a classificação de fontes de SCHMITZ (2011).

Outro representante da Prefeitura afirma no texto:

Estamos reintegrando à posse do município em uma área destinada a um projeto habitacional, que aguarda recursos no Ministério das Cidades. Todas as pessoas sabem que estão em situação irregular e o processo correto é um cadastramento com o setor de habitação. Como ficam as famílias que estão na fila?”, questionou Rosa (GONÇALVES, 23-24 jun. 2018, p. 5).

Na mesma página, sem correlação com os dois textos sobre a ocupação, outra notícia informa a suspensão da construção de 666 apartamentos de moradia popular em Florianópolis – inclusive os planejados para o terreno onde está a Ocupação Marielle Franco – porque a empresa vencedora da chamada pública desistira do projeto.

As informações das três notícias da página e as declarações das fontes colocam em cena a ideologia urbanística que move a Prefeitura, naturalizada na cobertura jornalística. O jornal já havia noticiado que 1) o cadastro habitacional do município estava fechado desde 2015 e não era claro quanto à ordem e aos critérios de atendimento das famílias; 2) a construção de moradias populares estava suspensa por desinteresse da empresa que as faria. A Prefeitura, porém, agarra-se ao discurso do “processo correto” para “proteger” o espaço público contra famílias que seriam suas potenciais beneficiárias. As famílias tentam sobreviver em precárias habitações enquanto no espaço urbano sua presença como invasão e permanência como favela não são toleradas pela municipalidade. A gestão pública da moradia popular é feita pela via da repressão policial e sob duas virtualidades, a desorganizada fila da habitação e os projetos não concretizados de conjuntos habitacionais.

A linha editorial do jornal intensifica a criminalização das ocupações e naturaliza a afirmação de que elas abrigam o tráfico de drogas e degradam o meio ambiente, como mostra o editorial da edição de 23-24 de junho intitulado “Combate às invasões”:

[...]

Como ocorreu em outros pontos da Ilha, admitir esse tipo de ocupação equivale a aceitar como normal a possibilidade de, em futuro pouco distante, a região vir a ser dominada pelo crime, porque é ali que costumam se estabelecer os líderes do tráfico de drogas.

[...]

A área em questão se enquadra em diferentes categorias de proteção ou preservação, o que aumenta a gravidade das invasões. E não há projetos ou plantas - tudo se dá à revelia dos procedimentos tidos como corretos e legais. Por esta razão, estão certos o judiciário, a Polícia Militar e a prefeitura de Florianópolis ao retirarem os moradores clandestinos. A cidade merece

respeito, assim como seus habitantes que agem dentro das normas, pagando impostos e gerando renda e riqueza (COMBATE..., 23-24 jun. 2018, p. 10).

O corolário do editorial, revelando a submissão do jornal ao espaço concebido, é a afirmação de que, além de serem focos de crime e de degradação ambiental, as invasões não têm “projetos” ou “plantas”. A falta de correção e a ilegalidade saltam então das moradias para as pessoas, os “moradores clandestinos”, incapazes de gerar renda e riqueza, cuja presença e até existência ali desrespeitam o conjunto da cidade. No mundo das mercadorias da sociedade burocrática de consumo dirigido, em que a pessoa vale pelo que pode comprar, até o ato de morar, reduzido à dimensão econômica, é passível de clandestinidade. Sendo assim, não haverá espaço que seja dignamente habitável onde esses “moradores clandestinos” possam dar fim à sua condição de errantes. M. Santos é preciso quando afirma que cada pessoa vale pelo lugar onde está: “(...) o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (SANTOS, M., 2007, p. 107). E, em um espaço para onde os empobrecidos foram historicamente forçados a ir, mas hoje tendente à valorização, como é o Maciço Central de Florianópolis, há que começar agora a controlar quem ali pode ocupar.

O *ND* volta ao assunto na edição do dia seguinte, 25 de junho, com a manchete “Invasores desafiam Prefeitura”. Afirma o jornal que, contrariando o que exigiu o município, os moradores estariam erguendo mais barracos no local e uma espécie de “quartel general”, que é a casa de convivência da ocupação. Esta é a única notícia da série de seis edições para a qual o jornal entrevista um ocupante:

(...) De acordo com uma das lideranças do movimento denominado Ocupação Marielle Franco, o garçom Albani Lopes, 31 anos, a comunidade se uniu e organizou uma manifestação que se deslocou, ainda na noite de sexta, até o centro de Florianópolis, em busca de uma reunião com integrantes do Executivo municipal.

“Fizemos uma reunião para marcar uma reunião”, falou Albani, que estima para quinta e sexta-feira um novo encontro entre o grupo e o município em busca de uma solução.

Apesar do indicativo no nome do movimento – em alusão ao caso de grande repercussão envolvendo a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), assassinada há pouco mais de três meses -, juntamente com outros indícios partidários até na vestimenta de alguns moradores, Albani garante que o movimento não tem caráter político. “Estamos diante de uma questão social, lutamos por uma política pública, não precisamos de politicagem”, garantiu (SOUZA, 25 jun. 2018, p. 4).

O repórter faz alusão ao nome da ocupação e à roupa dos moradores para sugerir indícios partidários, e logo a seguir caráter político, em associação mal explicada que somente a declaração do morador traz para o plano do vivido: a luta é por política pública. Um fragmento relevante da cobertura jornalística está na retranca “Querem deturpar o ambiente”:

[...]

O superintendente criticou uma parcela de interessados onde ele fala em pessoas que querem “deturpar o ambiente”. “Faríamos um cadastro, mas na confusão, vieram advogados e não aconteceu nada”.

A área ocupada irregularmente está destinada para um projeto habitacional com 192 moradias. De acordo com a reportagem do ND na última sexta, o procurador-geral do município, Elton Rosa, revela que um aporte do Ministério das Cidades é aguardado para que o conjunto seja construído e que é preciso um cadastramento dos interessados junto ao setor de habitação. “Pessoas estão aguardando por esse conjunto há oito anos. Eles estão nos cobrando, mas estão seguindo a vida. Não podemos privilegiar as ocupações. Se depois de uma invasão, a prefeitura for lá e acolher, imagina como fica a situação”, pondera Lucas [superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis] (SOUZA, 25 jun. 2018, p. 4)

Em face da já sabida desistência da empresa que venceu o edital para a construção das moradias e o conseqüente atraso nas obras, fica mais uma vez reforçado o entendimento de que as pessoas devem esperar na fila a solução que a Prefeitura vai dar, não importa o tempo que isso leve, sendo que os já cadastrados aguardam há oito anos. A municipalidade espera que as pessoas cobrem a Prefeitura, mas sigam suas vidas. Quem se excede na cobrança e não se submete a preencher mais um cadastro entra no rol dos que querem “deturpar o ambiente” (SOUZA, 25 jun. 2018, p. 4). Assim experimentada, a alienação por dominação é vivida no cotidiano como marginalização. As instituições cumprem o papel de oprimir. Caberia então a pergunta: a quem elas atendem?

As pistas para a resposta estão na edição de 28 de junho, tendo na capa a chamada “Entidades reforçam combate às invasões”. A notícia, intitulada “Apoio contra invasões na Capital”, informa: “A Prefeitura de Florianópolis ganhou reforços para combater as invasões irregulares. Vinte e uma entidades organizadas e ONGs passaram a apoiar o município em ações contra ocupações de terras e construção de barracos na Capital” (SOUZA, 28 jun. 2018, p. 8). Entram em cena os grupos dominantes por suas entidades representativas:

O presidente da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Lidomar Bison, lembrou que existe um cadastro de pessoas a serem contempladas pelo

programa [o prometido conjunto habitacional na área] e afirmou ser incompreensível estas ocupações clandestinas. “Não podemos deixar a cidade ser invadida. No caso da Caeira, certamente as invasões estão sendo orquestradas por lideranças político partidárias”, disse (SOUZA, 28 jun. 2018, p. 8)

O texto legitima um empresário lojista, representante da entidade de classe, para falar sobre políticas públicas para habitação. Ele tem a dizer o mesmo que a Prefeitura: é incompreensível ocupar clandestinamente se pode esperar na fila ser contemplado com uma casa. A liderança empresarial mobiliza ainda o aspecto político, cristalizado na capacidade de organização dos moradores, para criminalizá-los. A tensão entre o habitar e habitat aparece na afirmação de que a cidade não pode ser invadida. Já não se trata, portanto, de impedir que as pessoas tenham uma casa para morar e assim suprir uma necessidade básica do ser humano; a questão é impedir o acesso à cidade como um todo. A ideia posta em circulação, de uma cidade que não pode ser invadida, evoca, para os que estão dentro dela, uma muralha intangível que essa parcela empobrecida e organizada da população não deveria atravessar, lembrando ainda que uma das propostas das entidades empresariais é disciplinar a entrada de imigrantes em Florianópolis, como foi visto no Capítulo 3²²¹. Há uma relação cúmplice com a posição da Prefeitura e a do próprio jornal, reafirmando a ideia de cidade da ordem, onde as pessoas devem ficar no seu lugar, o qual, no caso dos ocupantes, é a fila dos programas habitacionais, sem poderem se integrar à ordem da cidade, por não terem possibilidade de comprar ou alugar moradia. O lugar que lhes cabe é a fila virtual, sem que possam ocupar um lugar real, concreto, na cidade.

Outro fragmento relevante está na retranca “Não pode se tornar terra de ninguém” da citada notícia:

As invasões irregulares também são contestadas pela presidente do conselho da ONG FloripAmanhã, Zena Becker. Ela enumerou as invasões nas dunas da praia dos Ingleses, que transformaram a área na Favela do Siri; no maciço do Morro da Cruz, no Morro do Mosquito e agora na Caeira. “Temos que apoiar o prefeito para adotar uma medida não drástica, convencendo os invasores a se retirarem, senão a cidade vai se tornar uma terra de ninguém”, salientou (SOUZA, 28 jun. 2018, p. 8).

²²¹ Essas “muralhas” podem ser tangíveis. O *Maruim* publicou notícia na qual entrevista uma moradora na escadaria da rua José Boiteux, no Maciço Central. Essa escadaria é a mais longa do morro, com 365 degraus. No texto, a moradora menciona a avenida Mauro Ramos, que divide a parte central plana de Florianópolis do morro: “A gente aqui em cima costuma chamar a Mauro Ramos de Faixa de Gaza, porque para nós é como se fosse uma linha dividindo o morro e o resto da cidade” (LIMA, 27 nov. 2016).

Nas guerras, a expressão “terra de ninguém” designa territórios não ocupados e sob disputa entre os exércitos. Da forma como aparece na afirmação da representante da ONG, ela explicita o papel negativo que cabe aos que buscam, sem poder pagar, um lugar na cidade. A ideia de adotar medidas não drásticas e convencer os moradores a sair ignora as sucessivas ações da municipalidade nas ocupações, sob forte aparato policial, para derrubar as casas. Na edição de 29 de junho, o jornal volta ao tema da reunião do prefeito com as entidades e organizações e publica a lista das 24 entidades presentes. Além da CDL e da ONG FloripAmanhã, aparecem a FIESC (Federação das Indústrias), a FECOMÉRCIO, a ONG Floripa Sustentável, o SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil) e a ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) (GONÇALVES, 29 jun. 2018, p. 3). Como visto no Capítulo 3, são associações de classe que representam os grupos dominantes da capital catarinense e desde há décadas articulam as ações para controlar a produção do espaço urbano e a ideologia que a justifica. Na mesma edição, o jornal publica editorial sobre o assunto intitulado “Tática de enfrentamento”:

A questão das ocupações irregulares ganhou dimensões preocupantes na Ilha de Santa Catarina, porém não pode ser resolvida só com a disposição ou uma “canetada” do poder público. Por mais que se questione a morosidade na busca de soluções, existem projetos do município que visam a reduzir o número de famílias sem moradia. Ocorre que muitos dos potenciais beneficiários preferem não aderir aos programas da prefeitura de Florianópolis na área habitacional, criados para abrigar cidadãos hoje privados do direito de ter um teto. Batem pé na sua posição de ocupar áreas públicas, algumas delas protegidas por leis ambientais.

[...]

O problema ganhou tal dimensão que 24 entidades organizadas e ONGs passaram a atuar em conjunto, conversando com o Executivo municipal e representantes das famílias para apontar um caminho que concilie os interesses de todos os envolvidos.

É nesse ponto que a questão emperra, porque parte dos invasores decidiu não preencher o cadastro que lhes abriria a oportunidade de receber uma moradia no futuro. Essa postura autoriza as autoridades e a população a deduzirem que o movimento não é reivindicatório, de busca de direitos, mas político, de enfrentamento e provocação. Como o ano é eleitoral, há indivíduos que ainda valorizam a velha prática de tentar obter ganhos pela via do desgaste de possíveis adversários ou desafetos, do ponto de vista ideológico. Isso só prejudica quem não tem casa, e atrasa a busca de saídas para o problema (TÁTICA..., 29 jun. 2018, p. 10).

Pelo tom do editorial, é desfaçatez dos ocupantes preferir não aderir aos programas da Prefeitura de Florianópolis na área habitacional. Mas o cadastro, esclarece o próprio texto, é para uma moradia **no futuro**. A imediatividade do cotidiano, suas exigências para a manutenção da vida, entre elas a de uma moradia, colocam a resistência dos moradores no tempo presente. A experiência da Ocupação Marielle Franco é um exemplo do limite das políticas públicas de habitação sob o modo capitalista de produção e remete ao alerta de Engels sobre a moradia feito 147 anos atrás. O próprio editorial do jornal sinaliza isso ao ignorar o *direito* à moradia e tomá-lo como *benefício*. Sendo assim, quando o recurso público acaba ou tem a aplicação suspensa, resta aos *potenciais beneficiários* que ficaram na fila a errância no espaço à procura das mais baratas localizações e, no limite, a rua. Há que se conformar com a morosidade do poder público e seguir as regras. Não segui-las, afirma o jornal, “autoriza as autoridades e a população a deduzirem que o movimento não é reivindicatório, de busca de direitos, mas político, de enfrentamento e provocação”. Ao separar movimento reivindicatório de movimento político, o editorial evidencia que não toma a moradia como direito, e sim como benefício, benesse do estado, favor. O ato condenável da Ocupação Marielle Franco, seu gesto político intolerável, foi os moradores se organizarem, algo que, para o jornal, tem viés ideológico, enquanto é legitimada a reunião do prefeito com 24 entidades para, também de forma organizada, combater as ocupações. Essa é a mais notável inversão ideológica da cobertura do jornal *Notícias do Dia* sobre as ocupações. A edição de 30 de junho/1º de julho, a última do mês, registra o resultado da resistência dos moradores: a criação de uma comissão de trabalho para discutir soluções para a Ocupação Marielle Franco (SOUZA, 30 jun./1º jul. 2018, p. 4).

Em 13 de março de 2019, o jornal comemorou 13 anos de existência com uma edição de 88 páginas na qual elencou as invasões como um dos 12 principais problemas de Florianópolis discutidos e denunciados durante o período. Na edição conjunta de 23 e 24 de março de 2019, coincidindo com o aniversário de Florianópolis, em 23 de março, o *ND* celebrou a data com dois encartes: o número 8 da revista *Floripa É*, que anualmente, naquele dia, traz notícias positivas da cidade, e o *Dossiê Floripa*²²². Na confecção deste dossiê, que no formato impresso tem 20 páginas, foram investidos, segundo o jornal, R\$ 200 mil na contratação de profissionais, sobrevoos de helicóptero e produção editorial de cerca de 30 dias de trabalho.

²²² Disponível em <https://ndmais.com.br/reportagem-especial/dossie-nd-grupo-ric-apresenta-temas-sensiveis-que-florianopolis-precisa-tratar/>

Na capa do dossiê (Figura 31), o jornal destaca dois temas: as invasões, que receberam o maior número de páginas, seis, e a mobilidade. Um infográfico de duas páginas situa, em um mapa de Florianópolis, oito localizações que abrigam invasões. As cartolas do caderno sintetizam o que o grupo RIC denomina de “bandeiras em defesa das causas de Florianópolis”. Elas já haviam sido apresentadas na edição de 27 de outubro de 2016, são lembradas na edição de aniversário de 13 de março de 2019 e retomadas no dossiê de 23/24 de março: Invasões / Mobilidade / Presídio / Turismo / Comcap / Cidade Limpa / Ponta do Coral / Marina. Com exceção da menção à Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital), autarquia que cuida da coleta de resíduos e limpeza urbana e cuja privatização o Grupo RIC defende, todos os demais temas tem relação com conflitos no/pelo espaço urbano²²³.

²²³ Os tópicos Presídio, Cidade Limpa e Marina têm a ver, respectivamente, com 1) a transferência do Complexo Penitenciário do bairro Agrônômica – atualmente um dos mais valorizados da capital – para outro local; 2) a regulamentação do uso dos espaços públicos e fachadas com publicidade; 3) a construção do Parque Urbano e Marina na Avenida Beira-Mar Norte. A questão da Ponta do Coral será discutida mais adiante.

Figura 31 – Dossiê do jornal *ND* no dia do aniversário de Florianópolis



Data: 23 mar. 2019

O editorial do dossiê, intitulado “A cidade que precisamos ser”, menciona o que pode ser considerado o centro irradiador desses conflitos: a atividade turística. Nele reaparecem os três jargões correntes já nos anos 1990 em Florianópolis, “qualidade de vida”, “indústria” turística e “vocação” para o turismo:

Com 346 anos de vida, Florianópolis tem de enfrentar grandes desafios. Não bastam praias belíssimas, paisagens de cartão-postal, beach clubs badalados e o clima quente do verão. Somos vítimas do nosso crescimento, num visível processo de deterioração que afeta nossa qualidade de vida. A falta de mobilidade deu o título à Capital como a pior cidade para quem dirige. A invasão de áreas públicas está favelizando nossos morros, como já ocorreu no Rio de Janeiro, no passado.

[...]

Florianópolis é um dos principais destinos turísticos brasileiros. Porém, nos últimos anos, o número de visitantes vem diminuindo, com redução de receita para quem vive do turismo, nossa principal indústria²²⁴. (...)

[...]

(...) É preciso preservar nosso maravilhoso ecossistema natural, mas de forma racional e coerente com nossa vocação. Florianópolis não pode continuar sendo a cidade do nada pode (A CIDADE..., 23 mar. 2019, p. 3).

Os conteúdos do dossiê foram abordados em todos os veículos do Grupo RIC e tiveram continuidade nas edições de 27, 28 e 29 de março do *ND*. Nesses dias, o tema das invasões recebeu duas manchetes e uma chamada de capa. Na edição de 29 de março, o jornal aborda a questão do crescimento da cidade e, em uma retranca de dois parágrafos intitulada “Mais da metade da cidade é irregular”, apresenta um dado revelador, mas não aprofundado nas notícias e reportagens sobre o assunto:

Nos últimos 20 anos, o adensamento urbano praticamente duplicou a população – de 250 mil para 450 mil. Crescimento que nem sempre se preocupou com as questões mais básicas, como saneamento e meio ambiente. Dados do Ipuf [Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis] revelam que 51% da área urbana ocupada é fruto de parcelamento ilegal do solo. Ou seja, mais da metade da cidade foi constituída por vias diferentes daquelas previstas nas leis e nos ditames do planejamento urbano. Sendo que mais da metade dessas moradias, segundo o Ministério Público, não se enquadra entre o público de interesse social, com renda de até três salários mínimos (BISPO, 29 mar. 2019, p. 5).

Explicita-se que mais da metade da ocupação de Florianópolis se deu de forma desordenada, tendo a municipalidade a meta de instituir um programa de regularização fundiária urbana. Mas o “mapa das invasões” publicado recorrentemente pelo jornal localiza apenas as que abrigam populações empobrecidas.

²²⁴ Notícia no *ND* de março de 2019 informou que o faturamento da temporada de verão caiu pelo terceiro ano consecutivo, segundo pesquisa feita em cinco cidades do litoral catarinense, incluindo Florianópolis (DALCIN, 2019, p. 3).

O assunto permanece nas páginas do jornal, como nas edições dos dias 2 de abril e 4/5, 9, 17, 23, 30 e 31 de maio. Em 2 de abril, o editorial intitulado “Resposta às invasões” refere-se à demolição de 15 moradias no bairro de Ingleses, no Norte da Ilha e segue na posição de preocupação com a consolidação das ocupações em favelas:

O ND já mostrou inúmeras vezes e, no mês passado, por meio do documento “Dossie (sic) ND”, que se não houver rigor contra os novos focos de irregularidades, logo eles se consolidam e com o apoio de leis ainda vigentes acabam até legalizados.

[...]

A Capital já está repleta de exemplos de áreas que surgiram pequenas, foram crescendo e hoje são até consideradas bairros ou regiões consolidadas (RESPOSTA..., 2 abr. 2019, p. 10).

No dia 9 de maio, o *ND* informa que o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) instaurou inquérito civil com foco nas invasões particulares e públicas em Florianópolis (INVASÕES..., 9 mai. 2019). No editorial da edição, intitulado “Avanço contra as invasões”, o grupo jornalístico explicita o objetivo do debate público por ele gerado, que guarda semelhanças com a análise já mencionada feita por Compans (2007) em relação ao jornal *O Globo* no Rio de Janeiro:

O levantamento feito pelo Notícias do Dia, publicado no suplemento Dossiê ND, e as recentes reportagens sobre o avanço das invasões de áreas públicas e particulares no município de Florianópolis, chamaram a atenção do Ministério Público. Uma completa investigação será aberta para averiguar a origem, manutenção e a fiscalização do problema. Este avanço pode ser considerado uma vitória da sociedade florianopolitana, que há muito clama pelo fim das ilegalidades e vem alertando para o fato de que a cidade segue o mesmo roteiro do Rio de Janeiro e, da favelização, caminha para ter boa parte de seus morros e áreas irregulares ou invadidas dominadas pelo crime organizado.

[...]

A pressão da sociedade precisa ser permanente, até que a propriedade privada seja respeitada e a urbanização da cidade seja plena, evitando que áreas de interesse social ou preservação permanente sejam ocupadas irregularmente (AVANÇO..., 9 mai. 2019, p. 10).

Para o Grupo RIC, todos os esforços devem ser feitos para impor o respeito à propriedade privada, a caminho de uma urbanização plena que não ocupe irregularmente as áreas de interesse social ou preservação permanente. Destaca-se este parágrafo porque ele ressalta a parcialidade da posição do Grupo, que tem sistematicamente defendido a permanência dos clubes de praia (*beachs clubs*) no mais caro balneário da Ilha, Jurerê

Internacional. Esses clubes estão sobre Áreas de Preservação Permanente, provocam poluição sonora e privatizam parte do acesso à praia, fatos que geraram embate judicial. Na edição comemorativa aos seus 13 anos de existência, o *ND* relembra os passos da tramitação do processo e os editoriais, notícias e reportagens que produziu sobre o assunto:

Em novo editorial (desta vez de página inteira) na edição de 21 de junho de 2016, o *ND* culpava os entraves ambientais pelas dificuldades de Florianópolis assumir a condição de um dos destinos turísticos mais importantes do país.

Além de prejudicar os empresários do setor, o rigor da Justiça causava insegurança jurídica, inibindo futuros investimentos na cidade. Os beach clubs, dizia o jornal, ajudam a dar emprego e renda a um grande número de pessoas e também divulga o nome da capital catarinense em outros Estados e países.

Se houve excessos, que os culpados fossem penalizados, mas o ideal seria buscar uma conciliação que atendesse os interesses de todos (*ENTRAVES...*, 13 mar. 2019).

São, portanto, dois pesos e duas medidas: o jornal culpa os entraves ambientais e o rigor da justiça contra os *beachs clubs* pelas dificuldades de Florianópolis em se consolidar como destino turístico, mas cobra rigor contra as ocupações para moradia em nome da preservação ambiental.

Na edição de 17 de maio, o jornal estampa a manchete “Força-tarefa para combater invasões”. Trata-se da iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) de, a partir da instauração de inquérito civil, formar uma força-tarefa para buscar soluções para combater as ocupações. O promotor entrevistado afirma que também há mansões sendo construídas em morros e áreas de preservação ambiental em Florianópolis, mas a notícia não desenvolve o fato, mantendo como foco do combate as moradias das populações empobrecidas:

Segundo Paladino [Daniel Paladino, promotor], a primeira providência da ação civil pública é fazer um diagnóstico, mapeando e quantificando as áreas invadidas e informando quais estão em áreas de risco. A promotoria também quer saber quais são as políticas que a prefeitura tem, atualmente, para atender essas pessoas e o que está fazendo para frear as invasões.

[...]

O segundo passo seria definir ações para conter a expansão do processo de ocupação irregular. “Essas pessoas também são vítimas quando suas habitações estão em locais de risco e sem qualquer infraestrutura”, avalia Paladino. “E quando falamos em ocupação irregular não estamos falando apenas de pobres, há casos de mansões sendo construídas em morros e áreas de preservação ambiental que também precisam ser combatidos”, completa

Na visão do promotor, em áreas irregulares já consolidadas, faz-se necessário buscar o reassentamento de moradores, transferindo-os para locais previamente definidos de forma a trazer dignidade e inclusão social para essas pessoas. “Quando isso não for possível, tentar dotar a comunidade de uma infraestrutura mínima”, diz (LUZ, 17 mai. 2019, p. 3)²²⁵.

A retranca intitulada “Processo de favelização é crescente” menciona que a capital catarinense tem 64 “comunidades irregulares”. Na verdade, são 64 áreas consideradas de interesse social, reconhecidas pela municipalidade, com problemas de inadequação fundiária ou que já passaram por regularização urbanística, estando listadas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (PREFEITURA..., 2012). Outra afirmação no texto é que “(...) o aumento da população em regiões invadidas acaba pressionando a demanda por educação e serviços públicos de saúde, além de elevar os índices de criminalidade” (LUZ, 17 mai. 2019, p. 3). A crítica revela também a disputa por recursos públicos, historicamente direcionados para as prioridades dos grupos dominantes da capital²²⁶.

Na edição de 17 de maio, também foi publicada charge que alude à força-tarefa do MPSC (Figura 32). Ela é significativa por simbolizar a seu modo a alienação vivida como dominação pela exploração econômica, opressão política e coisificação cultural (SÁNCHEZ-CASAS, 1987). Um dos significados da coisificação é a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas.

²²⁵ No dia 23 de maio, é noticiado acordo entre o município e o Ministério Público de Santa Catarina para elaborar um diagnóstico das ocupações e fazer a regularização fundiária urbana (INVASÕES..., 23 mai. 2019, p. 6).

²²⁶ Um exemplo dessas prioridades é a notícia publicada pelo *ND* em 3 de julho de 2019 informando o resultado da licitação da obra para o engordamento da faixa da praia de Canasvieiras, uma das mais procuradas ao Norte da Ilha, orçada em R\$ R\$ 10,5 milhões (LUZ, 3 jul. 2019).

Figura 32 – Charge do jornal *ND* sobre a força-tarefa contra as ocupações

ND NOTÍCIAS DO DIA
10 FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2019

Opinião

Editorial

Reação contra as invasões

Aos moldes da força-tarefa que resolveu o problema de boa parte dos imóveis abandonados na Capital, o grupo formado para atuar contra as invasões e ocupações ilegais de terrenos públicos e particulares é um passo importante nessa verdadeira cruzada de Florianópolis contra a favelização e domínio do crime organizado. É a primeira vez que o assunto é tratado como realmente merece e com o claro objetivo de parar as invasões, entendê-las e abrir caminho para a construção de políticas mais claras contra o problema.

Charge

Força-tarefa contra as Invasões



Data: 17 mai. 2019

A charge mostra, dentro da retroescavadeira – com seu olho de ódio –, a força-tarefa dos grupos dominantes da cidade e as instituições a seu serviço sob o discurso de defesa da natureza e da inclusão social. As pessoas que podem ser jogadas na rua pela incapacidade de pagar – e bem – para morar na Ilha da Magia estão representadas no casebre minúsculo, em fuga. A charge evoca casas marcadas para desaparecer e lembra a atuação da Polícia Militar em uma ação violenta na Ocupação Marielle Franco, quando, em meio ao terror dos moradores, algumas casas foram marcadas com a letra “D”.

As edições analisadas sobre a Ocupação Marielle Franco reforçam a consolidação do cronotopo jornalístico da favela. A Ocupação Amarildo de Souza em 2013/2014, apesar de não ter atingido o objetivo almejado na Ilha de Santa Catarina, forçou os grupos dominantes a articular e acionar todo o aparato estatal e a mídia tradicional para impor a preservação de seus interesses na defesa da propriedade privada, mas a morosidade das ações foi uma crítica constante nos editoriais dos jornais. No final de 2017, com a irrupção da Ocupação Marielle Franco e de outras ocupações na Área Conurbada de Florianópolis, o combate passou a ser preventivo, evitando, tanto quanto a invasão, a *permanência*, a *consolidação das favelas*, nos termos do jornal, com a imprensa – em especial o Grupo RIC –, continuamente pressionando o poder público e cobrando providências, tendo como fontes prioritárias, além da Prefeitura, as entidades da representação empresarial.

Em outra direção, na cobertura do jornalismo independente, as fontes são os moradores da Ocupação Marielle Franco. Não foram encontradas notícias sobre a ocupação no site do coletivo *Maruim* e no blog da revista *Pobres & Nojentas*²²⁷. A busca no portal *Desacato* localizou 2 textos de colunistas e 1 de um parlamentar e 3 vídeos. Um deles contém cenas produzidas pelos próprios moradores mostrando a chegada da Polícia Militar e da Prefeitura ao local e os outros dois são 1) uma notícia de 3 minutos e 10 segundos produzida para o *Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadores (JTT)* pela equipe do portal e divulgada em 4 de julho de 2018 (Figura 33)²²⁸ e 2) uma entrevista com duas moradoras divulgada em 7 de abril de 2019 com 12 minutos e 18 segundos.

Figura 33 – Notícia do *JTT* sobre a violência policial na Ocupação Marielle Franco



A notícia do *JTT* exhibe cenas da violência policial e entrevista três moradoras da ocupação que testemunharam a ação, ocorrida no dia 22 de junho de 2018. A câmera captura as falas e também cenas do cotidiano da ocupação, como mulheres dobrando roupas em uma mesa instalada na rua e a madeira empilhada dos barracos destruídos. Destacam-se três fragmentos da fala das três moradoras entrevistadas:

²²⁷ Na *P&N*, um artigo, postado em 2019, foi desconsiderado por ser da autora da tese.

²²⁸ A lista completa está no Anexo 2. Também foi localizado um programa de rádio para o *Informativo Paralelo*, desconsiderado por conter entrevistas sobre a questão da moradia e a repressão policial na ocupação.

Entrevistada 1: (...) Da segunda vez que eles vieram, eles demoliram 10 casas. Agora, dessa vez, na sexta-feira, foi derrubada mais três casas. Inclusive botaram em algumas casas a letra D. A gente perguntou, questionemos a eles o que significa esse D. Eles falaram simplesmente que é um código deles, mas pra nós D é demolição, porque as casas que eles estão numerando eles tão vindo e derrubando (*JTT*, 4 jul. 2018, 0:40).

Entrevistada 2: (...) Fala que aqui é tudo uma cambada de traficante, que aqui é isso, que aqui é aquilo, e realmente não é. São pessoas trabalhadoras. Realmente tem muitas crianças, pessoas que não tem para onde ir. A gente quer paz. A gente tem criança. A gente tem idoso. Não quero ver meu filho crescer revoltado. Um dia, quando crescer, vai querer, o que o meu filho vai querer ser vendo um policial dentro de casa batendo na mãe ou jogando spray de pimenta, soltando bomba, tirando casa, batendo no vô e nos amiguinhos dele? Teve família que teve que pular a janela de dentro de casa, passar para o outro lado, porque tinha um monte de criança dentro de uma casa, para não ficar no meio da muvuca. Eles fizeram questão de abrir a porta e jogar bomba dentro da casa e jogar spray de pimenta e as crianças pulando a janela, uma janela alta. A gente precisa de uma resposta, que eles ouçam a gente, que é uma situação de desespero, a gente não sabe o que fazer mais (*JTT*, 4 jul. 2018, 1:18)

Entrevistada 3: (...) É que nem... a gente tava, eu e meu esposo, que a gente já tava começando a passar dificuldade porque a gente pensa: pô, como que a gente vai sair, trabalhar, sair para arrumar serviço, pra ser virar, sendo que a gente tá na rua, trabalhando, fazendo alguma coisa, a gente vai receber a notícia de que a casa da gente tá sendo destruída. Ou você paga aluguel e não come ou você come e não paga o aluguel. E a gente acabou escolhendo essa opção, da gente ter pelo menos o que comer e ter com o que os filhos da gente viver, e não pagar o aluguel (*JTT*, 4 jul. 2018, 2:41)

A fala das ocupantes faz um importante contraponto à das fontes oficiais seguidamente ouvidas pelo jornal *Notícias do Dia*. Do ponto de vista da ideologia urbanística, espera-se que os moradores aguardem na fila até o momento em que a Prefeitura – a gestora do espaço urbano - resolva tirar do papel o projeto que diz ter para a área. Até lá, deveriam estar “seguindo a vida”, como afirmou o procurador-geral do município. O “seguir a vida” é se conformar ao tempo da Prefeitura, deixando a nu o quanto as necessidades básicas da existência são relegadas a uma abstração, como se fosse possível “seguir a vida” sem um espaço apropriado para isso. As entrevistas com as moradoras mostram que o tempo da Prefeitura – com a fila de espera por habitação que não se move – é diferente do tempo de quem ocupa. A ocupação assim se explica: “A gente precisa de uma resposta, que eles ouçam a gente, que é uma situação de desespero, a gente não sabe o que fazer mais”. E assim se

define o cotidiano de quem ali mora: “Ou você paga aluguel e não come ou você come e não paga o aluguel”.

No jornalismo tradicional, orientado pela ideologia urbanística, o setor público (estatal) e o setor privado se alinham no movimento de criminalizar as ocupações em nome da cidade da ordem. As causas do déficit habitacional são ignoradas e resumidas ao papel do setor público de gerir um cadastro e uma fila em que as pessoas interessadas devem deixar o nome e aguardar, e cujos critérios e prioridades sociais não são explicitados. Nesse aspecto, as políticas públicas sequer cumprem o papel de propiciar o *habitat* (entendido na concepção lefebvriana de habitação concebida a partir do estado e do capital), ou seja, a moradia popular financiada com recursos públicos, quando as populações clamam pelo *habitar*, o direito à cidade como um todo, e não apenas a uma casa. Aos ocupantes é negado tanto o *habitat* quanto o *habitar*. Se eles se organizam, a violência é tanto concreta, com a destruição das moradias, quanto simbólica, no ato de marcar as casas que a municipalidade também planeja derrubar com uma letra cujo significado é ocultado.

O jornalismo independente visibiliza esse processo a partir dos moradores, que falam de seu desespero pela pouca possibilidade de escolha (comer ou pagar aluguel). Mas, para aprofundar as possibilidades do jornalismo como crítica do cotidiano, seria necessário ampliar a compreensão do que significam as ocupações urbanas. O espaço urbano é uma totalidade, e assim os fenômenos que nele ocorrem precisam ser compreendidos no relacionamento com essa totalidade.

Na notícia do *JTT*, a virada em relação à cobertura do jornalismo tradicional – por ouvir os ocupantes e mostrar as condições em que vivem – começa, mas não se completa. O jornal *Notícias do Dia* diversificou suas fontes sobre a cobertura da Ocupação Marielle Franco, mas nelas predomina a lógica do urbanismo, que, como conjunto de saberes técnicos e de ideologia sobre a cidade, oculta a realidade urbana excludente de Florianópolis. A notícia do *JTT* busca pôr em xeque esses saberes e essa ideologia pela fala dos ocupantes entrevistados, mas se restringe ao fenômeno da Ocupação Marielle Franco, de forma isolada, sem a relacionar com o contexto da cidade. O singular – a violência policial a mando da Prefeitura sobre crianças, idosos e pessoas com deficiência – está ali, mas falta a relação com o particular, a ligação daquele fenômeno com outros se desenrolando ao mesmo tempo no espaço urbano de Florianópolis, igualmente singulares, mas tendo em comum a busca desesperada de um lugar para morar em um espaço-tempo ordenado pela lógica da mercadoria. Essa busca desesperada, diluída no mundo da heterogeneidade cotidiana,

raramente constitui pautas jornalísticas, com exceção dos casos em que o sofrimento individual se transforma em resistência coletiva, levando, por exemplo, às ocupações organizadas, insurgência inaceitável para os grupos dominantes que tomam as decisões sobre a produção do espaço.

O portal *Desacato* publica ainda, em 7 de abril de 2019, uma entrevista em vídeo com duas moradoras da Ocupação Marielle Franco (uma delas também ouvida na notícia já mencionada no *JTT*). Ambas, na ocasião da entrevista, participavam do lançamento, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de um livro sobre a repressão física e psicológica do Estado na ditadura civil-militar e a imposição do silêncio, da alienação e do exílio interno e externo²²⁹. Na entrevista, as moradoras descrevem a rotina de violência cotidiana enfrentada pelas populações empobrecidas e a forma como o silêncio é imposto para calar os que mais sofrem:

Entrevistada 1, trecho 1: Não é só porque a gente mora no morro que eles têm que subir fazendo o que eles fazem, entende? Se eles tão ali pra nos proteger, não importa se eu sou branca, se eu sou preta, se eu tenho o carro do ano ou se eu tenho um carro velho. Se eu moro na Beira-mar ou se eu moro lá em cima, entende? Porque quando eles chegam lá em cima, eles não chegam perguntando nome, nada, eles já chegam te batendo, eles já chegam dizendo que é todo mundo bandido, que no morro só tem o que não presta, e não é assim. A gente é trabalhador sim, a gente tem nossas crianças sim, e não é o que eles passam, o que a grande mídia passa, tentando criminalizar a gente. Tem uma hora que a gente cansa, entende, a gente é sempre os errados da história, mas não é assim. A gente lá em cima sofre dia após dia, até tenho medo, tinha medo antes de me expor assim, porque eu sei que no outro dia a polícia vai subir e eles vão nos retaliar, entende? Eles vão ameaçar nossas crianças como já aconteceu com meus filhos. Eles vão entrar nas casas só porque eles acham que é uma ocupação, eles acham que eles têm o direito de três horas da manhã eles saírem entrando nas casas porque supostamente eles sentiram cheiro de maconha. Mesmo que eles tenham sentido, eles não têm o direito de invadir a casa de ninguém, três horas da manhã acordando criança de quatro, cinco, seis anos de idade, sabe. A polícia não serve pra isso (RETROSPECTIVA..., 7 abr. 2009, 2:04)

Entrevistada 1, trecho 2: Pobre em Florianópolis não tem vez. Se eles puderem te mandar pra Palhoça, pra qualquer outro lugar de Santa Catarina, eles te mandam, mas dentro da Ilha não (RETROSPECTIVA..., 7 abr. 2009, 8:09)

²²⁹ O livro é “O estado autoritário e a pedagogia do silêncio – 1964-1979”, da mestre em educação e militante política Áurea Oliveira Silva.

Nos depoimentos, aparece uma possibilidade que pode irromper nas ocupações e é tão ou mais perigosa que a tomada da terra para uso: a desalienação. M. Santos afirma que o cotidiano é uma fábrica de preconceitos, mas também o lugar da descoberta e será, um dia ou outro, a escola da desalienação (2007, p. 71):

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 2007, p. 81).

A organização dos moradores na Ocupação Marielle Franco levou a tomadas de decisão que marcaram momentos fundamentais para garantir até agora, em junho de 2019, a permanência no terreno²³⁰. O portal *Desacato*, em texto de um de seus colunistas, o cientista social Fernando Calheiros, registrou um desses momentos, o Ato Unificado em Solidariedade à Ocupação Marielle Franco, realizado no dia 29 de junho de 2018 (CALHEIROS, 4 jul. 2018). Cerca de 200 pessoas, entre elas as famílias das ocupações Marielle Franco, Lar Fabiano de Cristo (bairro Monte Cristo, no Continente) e Nova Esperança (no município de Palhoça), além de apoiadores, se concentraram no prédio da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura para acompanhar a reunião marcada entre representantes do município e o coletivo de apoio às ocupações urbanas da Grande Florianópolis. Da reunião saiu o acordo que possibilitou a permanência das famílias. A vivência da repressão no corpo, a experiência de ver destruída a moradia erguida com dificuldade, criando uma ruptura na espaço-temporalidade do cotidiano, não esmoreceram a resistência dos moradores porque ali se construiu uma sociabilidade compartilhada. São momentos de elevação acima da cotidianidade que, compreendidos em sua totalidade, contribuem para a desalienação. Esse é o processo que precisa ser compreendido e visibilizado por quem busca o valor de uso do jornalismo, potencializando no singular, materialização privilegiada do tempo no espaço, a emergência do novo no cotidiano.

Não se trata de, para isso, produzir documentários. A notícia analisada do *JTT* tem pouco mais de três minutos e há que se levar em conta que, por serem produções para as redes sociais, não têm as limitações de tempo das emissoras de tevê tradicionais. Assim, seria

²³⁰ Uma das vitórias foi, através da Defensoria Pública de Santa Catarina e decisão favorável no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), impedir tentativa de reintegração de posse.

possível ampliar o arco de informações, do próprio repórter ou de mais fontes, para aprofundar a compreensão do tema, inserindo-o na realidade de outras ocupações na cidade e do déficit habitacional agravado pela situação política e econômica do país. De todo o modo, por nos dois vídeos deixar emergir a fala dos moradores, o jornalismo independente sinaliza seu potencial para interpretar de forma crítica os conflitos pela apropriação do espaço urbano no cotidiano.

4.4. CRONOTOPO DA PAISAGEM

Na cobertura jornalística sobre a Ponta do Coral, é possível perceber relações espaciais e temporais diferentes daquelas que caracterizam a cobertura das ocupações urbanas. O cronotopo que pode sintetizar o conjunto dos materiais analisados é o da paisagem. A paisagem, no senso comum, é o que se alcança num lance de vista. Na geografia, trata-se de um conceito desenvolvido por vários autores, entre eles o geógrafo M. Santos:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (SANTOS, M., 1988, p. 21).

A tarefa do pesquisador, alerta o geógrafo, é ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado: “A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (SANTOS, M., 1988, p. 21). A paisagem, afirma Santos, é diferente do espaço, mas eles se complementam e ao mesmo tempo se opõem. Enquanto a paisagem é a materialização de um instante da sociedade, o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem, ele contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem:

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, já que é formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das

idades, sobretudo as grandes. As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc., são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, M., 1988, p. 24).

A Ponta do Coral é um exemplo de como a paisagem é objeto de mudança. Como foi visto no Capítulo 3, aquele promontório e seu entorno sofreram uma série de modificações, principalmente pela formação ali de conexões viárias que levaram à acentuada atividade imobiliária e à construção de inúmeros equipamentos públicos. A Ponta do Coral, onde construções que hoje já não existem tiveram diferentes destinações, permaneceu como um ponto destacado da paisagem da avenida Beira-Mar Norte. Atualmente, sua localização é cobiçada porque o entorno desta avenida, como destacam as notícias e reportagens, constitui uma das áreas mais nobres de Florianópolis. Mas os 15 mil metros quadrados daquela ponta de terra que sobrou valem ainda mais. Ela está separada da massa de prédios erigidos em toda a extensão da avenida e permite, para quem ali está, quase 360 graus de apreensão visual da cidade – os morros próximos e distantes, como o Cambirela, ponto culminante da Grande Florianópolis, o mar (baía Norte), as pontes, as pequenas ilhas, a parte continental, o que sobrou do manguezal, o sol nascente e o poente. Qualquer prédio ali construído, principalmente vertical, será o ponto mais visível a média e longa distância, tornando-se o principal marco da paisagem. Não bastasse isso, a privilegiada localização da ponta de terra, na borda da água, permite acesso fácil às águas da baía para banho e navegação, o que explica a proposta de marina associada ao projeto de hotel. É um conjunto paisagístico único e irrepetível em toda a concorrida orla da avenida Beira-Mar Norte. Há ainda o valor agregado imobiliário que, em seu entorno, o poder público proporcionou, viabilizando uma série de equipamentos privados.

Levando-se em conta o fato de a ocupação da Ponta do Coral ser debatida desde os anos 1980, o ano de 2015 caracteriza-se por sua atipicidade em relação aos rumos do empreendimento hoteleiro ali planejado. O ano começa com a possibilidade iminente de início da construção do hotel e termina com a decisão dos órgãos públicos de inviabilizar o empreendimento. Por isso, o ano escolhido para a análise da cobertura jornalística é o de 2015. No *Diário Catarinense* foram localizadas 7 notícias, uma delas com chamada de capa²³¹.

²³¹ A lista completa está no Anexo 3.

Em 6 de fevereiro, o *DC* publica a notícia “Hotel de 18 andares depende da Fatma”, informando que a empresa havia readequado o projeto e obtido aprovação da Prefeitura de Florianópolis, aguardando apenas a licença do órgão ambiental do Estado:

Após a prefeitura de Florianópolis aprovar o projeto da Hantei Construções e Incorporações Ltda. para a construção do Hotel Ponta do Coral, na Beira Mar Norte – uma das áreas mais nobres de Florianópolis –, a obra agora depende apenas da autorização da Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Sem aterro e com menos de um terço do tamanho previsto no projeto original, a construção não terá um cronograma divulgado enquanto não forem emitidas todas as licenças. A edificação é orçada em R\$ 200 milhões, segundo a Hantei, e prevê uma ocupação de aproximadamente 30 mil m², heliponto, restaurante panorâmico, 210 apartamentos e 18 andares.

[...]

Já a Fatma analisa os documentos para liberação ou não desde a metade de 2014. Especialistas do órgão se reuniram com técnicos da Hantei na semana passada. Via assessoria, a Fatma explica que a Hantei poderá requisitar a Licença Ambiental de Instalação (LAI) apenas depois de obter a Licença Ambiental Prévia (LAP) – uma espécie de lista de exigências ambiental verificada na fase de planejamento da obra. Não há data limite para a emissão da LAP, mas o parecer estaria em fase de conclusão e estima-se que o órgão pode dar uma resposta – positiva ou negativa – ainda este mês. Já a LAI costuma levar de 30 a 60 dias para ser entregue, explica a Fatma (ROSA, 6 fev. 2015, p. 19).

A notícia sinaliza uma característica que se manterá no restante da cobertura do jornalismo tradicional: a primazia do discurso da representação do espaço, o espaço concebido, tanto da empresa quanto do poder público, através de diferentes gestores. Exemplos disso são as informações extraídas do projeto da empresa – custo, detalhes da construção – e a descrição das etapas exigidas pela legislação ambiental, como as licenças. O espaço concebido também revela-se na publicação de materiais fornecidos pelo próprio empreendedor, como o projeto digital do hotel na Ponta do Coral (Figura 34). Os detalhes do projeto demonstram uma constatação de Lefebvre ainda nos anos 1970: nos projetos urbanísticos mais modernos, que utilizam técnicas altamente aperfeiçoadas, tudo é produzido: o ar, a luz, a água, e mesmo o solo: “Tudo é artificial e ‘sofisticado’; a natureza desaparece, exceto pela presença de alguns sinais e símbolos, mas mesmo neles se trata de natureza ‘reproduzida’” (LEFEBVRE, 2013, p. 363-4)²³².

²³² Essa constatação de Lefebvre pode ser ilustrada por outra reportagem do *DC*, intitulada “Complexo de luxo em área nobre”, publicada em 13 de maio de 2011 (fora do período de análise da cobertura), sobre o primeiro projeto da Hantei para o

Figura 34 – Notícia do *DC* sobre licença da Prefeitura para hotel na Ponta do Coral

NOTÍCIAS

DIÁRIO CATARINENSE, SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2015 19

INFRAESTRUTURA | PONTA DO CORAL

Hotel de 18 andares depende da Fatma

EMPRESA CONSEGUIU APROVAÇÃO da Prefeitura de Florianópolis e espera por licença ambiental



Plano Diretor atual prevê edifícios de no máximo seis andares, mas projeto de hotel foi autorizado na legislação antiga

Data: 6 fev. 2015

As notícias nas edições de 7 de fevereiro e 9 de abril, respectivamente com o título “Construtora pretende concluir hotel na Beira-Mar até 2018” e “Concluída sondagem de solo para construção”, também apresentam informações técnicas, ainda que registrem a alternativa proposta pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública, como na de 7 de fevereiro:

Diversas alternativas foram propostas por movimentos contrários à instalação de um empreendimento privado no local. A opção que mais repercutiu foi a da criação do Parque Cultural das Três Pontas, pensada e promovida pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública, que propõe unificar as pontas do Coral, do Lessa e do Goulart (CONSTRUTORA..., 7 fev. 2015, p. 12).

A reviravolta em relação ao empreendimento aparece na edição de 16 de abril, sob o título “Prefeitura vai rever decreto que permitiu obra na Ponta do Coral”:

A construção de um hotel na região da Ponta do Coral, em Florianópolis, sofreu um revés ontem com o anúncio do prefeito Cesar Souza Junior (PSD) de que não será concedido o alvará para a obra enquanto houver questionamentos do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC). Além disso, a prefeitura já elabora um projeto de lei para substituir o polêmico decreto que permitiria ao empreendimento seguir as regras do antigo Plano Diretor (BOSCHI, 16 abr. 2015, p. 10).

hotel, que previa um aterro e uma marina na Ponta do Coral. No projeto, mostrado em um infográfico, aparecem, por exemplo, sete praças, um *playground* e um anfiteatro ao ar livre, formando um conjunto de natureza reproduzida sobre solo criado (aterro) que a construtora divulga como sendo destinado para área pública (LENZI, 13 mai. 2011, p. 16). Concretamente, o conjunto tido como público valoriza o empreendimento hoteleiro privado.

A edição do dia seguinte, 17 de abril, com o título “Prefeitura cancela decreto que autoriza obra na Ponta do Coral”, ao mencionar a Prefeitura, o Legislativo, o Ministério Público, o projeto, o decreto, o Plano Diretor, as licenças ambientais, reforça o quanto a cobertura do jornal se volta para o espaço concebido, aquela mescla de conhecimento e de ideologia que caracteriza o urbanismo:

O DC antecipou na edição de ontem que a prefeitura encaminhará até o final do mês um projeto para o Legislativo municipal substituindo o texto questionado pelo MP-SC. De acordo com a promotoria, o decreto 12.670/2014 modifica o artigo 335 do Plano Diretor, que garantia a continuidade das obras já iniciadas e dava um ano de validade para licenças já concedidas pela prefeitura com base na legislação anterior. O texto do decreto ampliou o benefício para empreendimentos com projetos protocolados até a data, mesmo que ainda sem licenças – o que beneficiou a obra do hotel na Ponta do Coral (BOSCHI, 17 abr. 2015, p. 10).

As duas notícias que completam a análise, de 3 e 12 de junho, não destoam do restante da cobertura do *Diário Catarinense*. Registra-se uma informação noticiada em coluna, baseada em uma revista econômica, que revela a articulação entre os interesses locais e os globais na destinação da Ponta do Coral concretizada na possível vinda de recursos de um fundo estrangeiro:

PONTA DO CORAL

Depois de investir – e perder – muito dinheiro com as empresas do grupo EBX, de Eike Batista, o Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, dos Emirados Árabes, prepara um novo investimento no Brasil. Será em um complexo com hotel, centro de convenções, lojas e restaurantes na Ponta do Coral, em Florianópolis. O projeto, orçado em 200 milhões de reais, é da incorporadora catarinense Hantei e será bancado inteiramente pelo Mubadala. A prefeitura já aprovou. A Hantei não comenta. A fonte é a coluna Primeiro Lugar, edição 1.083 da revista Exame, do último dia 18 (MENEZES, 23 fev. 2015, p. 30).

A primazia do concebido também se dá no jornal *Notícias do Dia*, no qual a liberação de licença para a construção do hotel é noticiada em 26 de fevereiro de 2015 com ênfase no detalhamento da legislação ambiental que afeta a obra. O jornal dá destaque, como no DC, aos produtos publicitários do empreendimento, como na Figura 35, na qual aparece uma simulação do hotel já inserido na paisagem. Além de esclarecer os procedimentos autorizados

pelas licenças, o jornal informa, na retranscrição “Polêmicas à parte”, que o Movimento Ponta do Coral 100% Pública defende a desapropriação ou permuta da área para criação de um parque: “Localizado em uma área nobre de Florianópolis, o futuro empreendimento encontra resistência em alguns setores da sociedade que gostariam de ver outra destinação para o local” (THOMÉ, 26 fev. 2015, p. 8).

Figura 35 – Notícia do *ND* sobre licença da Prefeitura para hotel na Ponta do Coral

8 NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Cidade

EDITOR: Jaqueline Morais | jaqueline.morais@noticiasdodia.com.br | @ND_online



Projeto. Investimento orçado para obra no local é de R\$ 161 milhões

Licença liberada para hotel

Ponta do Coral. Fatma aprova dispositivo que viabiliza construção de empreendimento

Data: 26 fev. 2015

A resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública ganha ênfase na notícia publicada em 29 de maio de 2015 com o título “Parque na Ponta do Coral”, mas interpretada a partir de entrevista concedida pelo então prefeito de Florianópolis:

Após a Prefeitura de Florianópolis negar o alvará de construção à Hantei para a edificação de um hotel na Ponta do Coral, o prefeito Cesar Souza Júnior (PSD) confirmou ontem ao ND que pretende tornar a área pública para a instalação do chamado parque cultural das três pontas, que abrangeria as pontas do Coral, do Lessa e do Goulart, últimas áreas preservadas da orla da baía Norte. “A prefeitura não tem os R\$ 74 milhões necessários para desapropriar a área, mas a ideia é que a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano procure os donos do terreno e faça uma permuta com outra área”, disse.

Segundo o prefeito, na ponta do Goulart já não se pode construir, e na ponta do Lessa, a prefeitura iniciou as tratativas com os proprietários para

transferir a área para o município. O projeto do parque cultural das três pontas prevê uso público e espaços de convívio, com valorização e conservação do potencial ecológico dos ecossistemas da baía Norte; espaços para eventos culturais e feira popular; e infraestrutura de lazer, como ciclovias, passarelas, bicicletário e trapiches. O projeto ganhou força com uma série de manifestações do Movimento Ponta do Coral 100% Pública e uma reunião entre o movimento e a prefeitura em abril²³³ (ALVES, 29 mai. 2015, p. 10).

Do conjunto de textos dos dois jornais pouco se extrai sobre o espaço vivido na Ponta do Coral. A cobertura evidencia que aquela área considerada nobre na capital catarinense tem seu destino planejado dentro dos gabinetes, tanto do empreendedor hoteleiro quanto dos órgãos públicos empenhados em fazer a construção avançar ou a impedir com base na afronta à legislação. Ao destacar o concebido, a cobertura é construída sobre uma abstração, um hotel que não existe. Abrir os sentidos do texto ao que aquela paisagem pode proporcionar como espaço vivido – uma ponta singular de terra banhada pelo mar em uma das rodovias mais movimentadas da Ilha – parece ser uma rendição à evidência do quão inadequada é a instalação ali de um espigão como tantos outros em Florianópolis. Um local único para um destino absolutamente comum na capital em que os grupos dominantes construíram para si a ideia de vocação turística. Essa evidência é de algum modo revelada pelo *DC*, que publica, na contracapa da edição de 28 de outubro de 2015, uma bela foto feita na Ponta do Coral. O texto traz uma breve e poética descrição para falar sobre um fenômeno meteorológico ali ligado a uma cena que marca um dos mais simbólicos espaços de representação da vida na Ilha, a tarrafa nas mãos de um pescador (Figura 36):

Hoje, a maré já não deve ficar tão baixa e a previsão é de que o céu permaneça cheio de nuvens a maior parte do tempo até o fim de semana, com possibilidade de chuva fraca a moderada. Entre sexta-feira e a madrugada de sábado, uma nova frente fria chega ao Estado e com ela mais chuva. O tão esperado dia de sol, só domingo. Fica o alerta: com a intensidade do El Niño, o próximo mês promete ser tão chuvoso quanto outubro (MARÉ..., 28 out. 2015).

²³³ A administração de Cesar Souza Júnior terminou sem que ele transformasse a Ponta do Coral em área pública.

Figura 36 – Contracapa do DC sobre fenômeno climático na Ponta do Coral

SEMPRE EM ATUALIZAÇÃO, QUAL ESTÁ SEMPRE, EM 28 DE OUTUBRO DE 2015

RAFAEL MARTINI
Com jeitoinho, Câmara de Florianópolis faz duas sessões em um dia só, encerra hoje e só volta na terça-feira.
PÁGINA 2

CAROLINA BAHIA
Projetos de municípios catarinenses atingidos por enchente ainda não chegaram ao Ministério da Integração.
PÁGINA 4

MOACIR PEREIRA
Lei que trata de terrenos de marinha e que vale a partir de hoje virá uma tremenda dor de cabeça para 30 mil proprietários no Estado.
PÁGINA 14

ESTELA BENETTI
Santa Catarina retoma a liderança nacional em faturamento com a exportação de roupas em 2015.
PÁGINA 20

VENDA PROIBIDA



Maré baixa e nevoeiro

Pescador aproveita o mar raso e caminha com uma tarrafa para o trabalho do dia

A combinação de maré seca, tempo encoberto e nevoeiro detona o cenário ainda mais belo na manhã de ontem na Ponta do Coral, que fica ao lado da mais movimentada avenida de Florianópolis e se destaca sobre a Ilha Norte. Corais normalmente submersos ficaram expostos, permitindo que pescadores, em geral cautelosos com a profundidade no local, pudessem caminhar mar adentro com tarrafas em punho para tentar a sorte. Hoje, a maré já não deve ficar tão baixa e a previsão é de que o céu permaneça cheio de nuvens a maior parte do tempo até o fim de semana, com possibilidade de chuva fraca a moderada. Entre sexta-feira e a madrugada de sábado, uma nova frente fria chega ao litoral e com ela mais chuva. O dia operado dia de sol, só domingo. Fica o alerta com a intensidade do El Niño, o próximo mês promete ser tão chuvoso quanto outubro.

Data: 28 out. 2015. Crédito da foto: Marco Favero

A legenda, “Pescador aproveita o mar raso e caminha com uma tarrafa para o trabalho do dia”, refere-se ao trabalho telúrico-marinho – a práxis, o fazer humano – naquele lugar:

A combinação de maré seca, tempo encoberto e nevoeiro deixou o cenário ainda mais belo na manhã de ontem na Ponta do Coral, que fica ao lado da mais movimentada avenida de Florianópolis e se debruça sobre a Baía Norte. Corais normalmente submersos ficaram expostos, permitindo que pescadores, em geral cuidadosos com a profundidade no local, pudessem caminhar mar adentro com tarrafas em punho para tentar a sorte (MARE..., 28 out. 2015, contracapa).

A foto sinaliza o que se tem buscado mostrar nesta análise. A Ponta do Coral, para o pescador, tem valor de uso. Dali ele tira o seu sustento. Por isso é que os pescadores locais se integraram à luta do Movimento Ponta do Coral 100% Pública. Tudo o que ali a vista abarca, as árvores, o som das ondas do mar quebrando, o cheiro de peixe, constituem para o pescador uma paisagem que não tem preço, que não é mercadoria. Mas, para os empreendedores, aquela paisagem única e irreproduzível é mercadoria, ela tem valor de troca, e concretizar esse valor implica ter controle direto e exclusivo daquela paisagem através do hotel, caracterizando a renda de monopólio. Para parte dos compradores e/ou frequentadores do hotel, aquela paisagem também terá valor de uso associado ao status que a vista exclusiva proporciona, mas não se tratará mais do valor de uso associado a um terreno de uso público, e sim privado. Como o poder monopolista precisa de um discurso que o legitime, os grupos dominantes do capital reforçam o fato de que a Ponta do Coral está abandonada e é preciso promover a vocação turística da cidade com um produto exclusivo e de destaque no cenário nacional.

Essas representações ideológicas são desnaturalizadas no jornalismo independente. No portal *Desacato* foram encontrados 24 textos em 2015, dos quais 16 compostos por releases do Movimento Ponta do Coral 100% Pública ou de outros movimentos ou de membros da organização e 4 por textos reproduzidos de blogs ou outros veículos, restando 4 textos de autoria do próprio portal²³⁴.

O primeiro é uma notícia de 4 de fevereiro de 2015, com três parágrafos, que menciona a aprovação da Prefeitura de Florianópolis para a construção do hotel. O segundo, uma notícia com quatro parágrafos, relata reunião do Movimento Ponta do Coral 100% Pública. O terceiro texto é um artigo no qual o portal se posiciona sobre a ação ordinária movida pela empresa Hantei por supostos danos à sua imagem devido à letra do samba “PONTA DO CORAL – Amor à natureza”:

²³⁴ A lista completa está no Anexo 3.

Três veículos de comunicação virtual, dentre eles o Portal Desacato, foram arrolados como prova da difusão do samba-enredo de tipo carnavalesco, por parte dos advogados da Hantei.

[...]

Por mais ofensivo que se considere o tal samba, uma empresa do porte gigantesco da Hantei não deveria perder tempo com uma atitude tão própria dos movimentos sociais. Um samba com crítica corrosiva, humor popular, enfim, é tudo o que historicamente fez parte do nosso carnaval, ao menos, enquanto este não ficou pasteurizado pela intervenção monetária de empresas e estados da federação em busca de marketing comercial ou institucional.

[...]

Aguardaremos os próximos passos, de uma e outra parte, para avaliarmos a marcha deste novo capítulo do enfrentamento destas duas visões de mundo, de sociedade e de concepção do que deveria ser público, e se pretende para o usufruto exclusivo e privado. Enquanto isso, seguimos refletindo sobre uma cidade desigual, desorganizada, privatizada, inchada e caótica, que parece precisar outros dirigentes políticos executores e legislativos, de melhor qualidade dos que possui atualmente, para reverter o caos urbano que a infelicita. Mas, esse é outro enredo e outra tem que ser a partitura (FITIPALDI, 22 ago. 2015).

Em 17 de dezembro de 2015, o portal publica notícia de 11 parágrafos, com galeria de fotos, sobre a comemoração dos 35 anos de luta pela Ponta do Coral, sendo essa a notícia que mais se aproxima da experiência vivida ali como lazer. Entre as cinco entrevistas realizadas, uma é com um ex-interno do abrigo que existia no local e foi destruído por um incêndio. As entrevistas também relembram outros processos de resistência na cidade exitosos para a ampliação das áreas de lazer:

Outro integrante do movimento, o arquiteto Loureici Ci Ribeiro denuncia a falta de áreas de lazer e chama atenção que só se consegue praça com muita reivindicação popular. “Destacamos que nos últimos 15 anos, os principais Parques Públicos em debate e os criados em Florianópolis são fruto da mobilização popular. São eles: o Parque da Luz; Parque Hortoflorestal do Córrego Grande; Parque do Monte Cristo e o Parque de Coqueiros. Todos eles sempre lotados aos finais de semana, e que são fruto da mobilização da população por seus direitos ao lazer em convívio com a natureza, contra os interesses privados que existiam para uso destas áreas”, explica o arquiteto. Cerca de 75% do terreno é de propriedade da Marinha Brasileira. O movimento reclama também a venda irregular da área, ocorrida ainda pelos anos 1980. Nesta penúltima semana de novembro, representantes da mobilização assistiram a apresentação da Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso de Direito do estudante Murilo Silva, na UNISUL. O TCC dele teve como objeto de estudo o ato administrativo nulo que incorreu, em 1980, o processo de venda da ponta do coral.

De acordo com a exposição do trabalho e da manifestação dos membros da Banca Julgadora, ficou mais uma vez entendido que a operação ocorreu sem a devida desafetação da propriedade e sem o aval da Assembleia Legislativa, como exigia e exige a Constituição Estadual e Federal, para os patrimônios afetados ao interesse e uso público. A dissertação recebeu nota máxima e indicação para ser publicada. Sendo editada, servirá também como peça na defesa de nossa Ação Civil Popular para anular a venda (MADEIRA, 17 dez. 2015).

De modo geral, a principal contribuição do portal na cobertura daquele ano foi divulgar as atividades do Movimento Ponta do Coral 100% Pública e, na notícia acima, registrar um resumo dos 35 anos de luta em defesa da criação do parque. No site do coletivo *Maruim* foram localizados 8 textos e vídeos alusivos à Ponta do Coral, dos quais 2 são chamadas para publicações (vídeos) posteriores, 2 são notícias breves (3 ou 4 parágrafos) informando sobre atividades na Câmara de Vereadores para barrar o decreto que autorizou a construção do hotel e um (vídeo) traz entrevista de um assessor parlamentar e integrante do Movimento Ponta do Coral 100% Pública que acompanhou essas atividades²³⁵. Analisam-se assim 3 vídeos por formaram o conjunto mais relevante da produção do coletivo sobre o tema no ano de 2015.

A notícia em vídeo “De decreto em decreto se aprova um hotel”, de 25 de fevereiro de 2015, com 3:57 minutos de duração, foi produzida durante uma atividade no local e aborda o fato de a Prefeitura ter autorizado, no início daquele ano, a construção do hotel de 18 andares na área. Uma das entrevistas relembra a resistência histórica em defesa da Ponta do Coral:

E de repente uma área verde que era pública, que era justamente pra ser área verde, pra ser área de lazer, vem alguém e compra de forma ilegal, não faz investimento algum na cidade, a Câmara de Vereadores altera o zoneamento e a pessoa pode construir um monte dentro de um espaço que sempre foi público.

[...]

Só vamos parar quando a gente conseguir vitória. A prova é que o movimento começou em 81 e ele continua até hoje (DE DECRETO..., 25 fev. 2015, 0:05 e 3:38).

A notícia em vídeo “PM interrompe mutirão de limpeza”, com 4:19 minutos de duração, registra o conflito ocorrido no dia 19 de março de 2015, quando integrantes do Movimento Ponta do Coral 100% Pública faziam a limpeza da área para a realização da

²³⁵ A lista completa está no Anexo 3.

Maratona do Coral, um festival cultural promovido nos dias 21, 22, 23 daquele mês, em comemoração ao 289º aniversário de Florianópolis. O advogado da empresa empreendedora do hotel e a Polícia Militar impediram a limpeza. Uma das entrevistas denuncia o fato de tanto a Prefeitura quanto o empreendedor deixarem a área abandonada e sem uso definido, para poder apontar usos considerados impróprios, como o consumo de drogas, como uma das justificativas para construir o hotel:

No nosso entendimento, a gente tem todo o direito de fazer a limpeza da área porque a área tem sido largada pela Prefeitura, né, os órgãos públicos estão largando essa área. Usam como argumento o fato de que a Ponta do Coral virou um lugar degradado, onde tem problemas de segurança, problemas de limpeza etc, mas os órgãos públicos justamente que deveriam fazer a limpeza não fazem. Por isso que a gente, nas nossas horas vagas, nos nossos dias de trabalho, com provas [a entrevistada é professora], tudo mais, tá vindo aqui fazer limpeza.

[...]

Então a nossa ideia é continuar a limpeza, a gente vai ver como vai fazer daqui pra frente, mas pra poder ocupar essa área da forma como a gente quer, que é a proposta do Parque Cultural das Três Pontas com os pescadores, com os trabalhadores da cidade, com a população em geral, turistas, enfim, que todo mundo possa desfrutar dessa última área verde que a gente tem aqui na cidade (PM..., 19 mar. 2015, 1:53 e 4:00).

A reportagem “Movimento Ponta do Coral 100% Pública apresenta o parque como alternativa ao hotel”, de 23 de março de 2015, com 8:39 minutos, é a mais emblemática em relação à expressão do cronotopo da paisagem. Ela acompanhou a barqueata realizada na Maratona do Coral, marcando a passagem do aniversário de Florianópolis, quando o Movimento Ponta do Coral 100% Pública, como já foi dito, ocupou a área durante três dias. As atividades buscaram demonstrar todas as possibilidades se a apropriação ali se concretizar sob a forma de parque público (Figura 38). A barqueata envolveu os pescadores do bairro João Paulo, a segunda maior comunidade pesqueira de Florianópolis, e saiu da Ponta do Coral, passou pela Ponta do Lessa e terminou na Ponta do Goulart, que juntas formam as três pontas.

Figura 37 – Vídeo do *Maruim* sobre a barqueata na Ponta do Coral



| MARUIM | Movimento Ponta do Coral 100% Pública apresenta parque como alternativa ao hotel

782 visualizações

👍 11 🗨️ 0 ➔ COMPARTILHAR ➕ SALVAR ...

Data: 23 mar. 2015

A análise mostra que a cobertura do jornalismo tradicional sobre a Ponta do Coral é pautada pelo empreendedor ou pelos órgãos públicos; a do jornalismo independente, pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública. A Maratona do Coral foi cuidadosamente planejada: a coletiva de imprensa, por exemplo, ocorreu dentro de um barco de pesca. A reportagem de 23 de março do coletivo *Maruim* reflete o resultado deste planejamento. As imagens mostram outro ponto de vista, não o da terra para o mar, e sim do mar para a terra. Ouve-se o barulho do motor do barco, vê-se a fileira de prédios na avenida Beira-Mar Norte, os barracos de pesca, o pescador remendando a tarrafa, as faixas que simbolizam a luta – “Hotel é para poucos, parque é para todos!” –, os visitantes dançando e fazendo piquenique na Ponta do Coral ou caminhando na avenida. O espaço vivido ali, configurando uma paisagem única, se dá na simbiose entre terra e mar. Dois entrevistados falam sobre o projeto para o Parque Cultural das Três Pontas. Este é outro elemento importante de análise: o centro da fala não é o hotel e o repúdio à sua construção, e sim quão importante é, para a cidade, ter a Ponta do Coral transformada em parque público, lugar de encontro e sociabilidade onde se

experimente o lúdico, e não o lazer passivo característico da sociedade burocrática de consumo dirigido. Os fragmentos das entrevistas, concedidas por um integrante do movimento, também demonstram que ali é lugar de um trabalho típico do litoral catarinense, a pesca, que a construção do hotel pode comprometer, assim como todo o espaço de representação a ele ligado:

O capital que vem para construir esse prédio aí, e que é de cerca de 30 milhões, vem lá de Dubai, então não é um peixe pequeno com quem a gente tá brigando, é com peixe grande, maiores que as nossas tainhotas e cocorocas aqui do nosso mar, então somente fortalecendo a luta, engrandecendo, somando todas as forças é que a gente vai conseguir vencer. A gente acha que vai conseguir vencer (MOVIMENTO..., 30 mar. 2015, 0:30).

A gente não quer ficar falando do hotel em si, a gente gosta de apresentar o potencial que a gente tem e as necessidades que a gente tem. Então garantindo esse lindo potencial que têm as Três Pontas, a gente estaria propiciando uma melhoria de vida para a cidade toda, para a população tradicional e para os visitantes de modo geral (MOVIMENTO..., 30 mar. 2015, 1:31).

A vida do pescador, ela não se dá somente dentro da água, né. Aqui a água é uma parte, é um processo. Mas existem as relações familiares, as relações de trabalho, o escoamento dessa produção. Então, a relação do pescador com a parte da terra também é muito forte, muito importante, e garantir aquela área ali como transbordo, como uma área possível para vocês [os pescadores] encostarem a embarcação no mar que pode mudar de repente, ou um temporal que cai, alguma situação, é bastante importante (MOVIMENTO..., 30 mar. 2015, 2:47).

O êxito da reportagem é realçar o caráter utópico do Movimento Ponta do Coral 100% Pública, que não só faz a crítica ao hotel como também apresenta as possibilidades para a Ponta do Coral²³⁶. Apropriada para um parque, a área teria valor de uso para toda a

²³⁶ Lefebvre assinala a diferença entre utópicos e utopistas, os que mostram as possibilidades. A referência que fizemos à utopia ocorre em função de uma notícia em vídeo do Grupo RIC exibida no dia 9 de março de 2015 no telejornal *Jornal do Meio Dia*, edição Florianópolis, com 2:59 minutos de duração, sobre a ocupação da Ponta do Coral no dia 8 para atividades do Movimento Ponta do Coral 100% Pública. No último dos cinco blocos da notícia, o repórter afirma o seguinte: “O certo é que do jeito que está a Ponta do Coral não beneficia ninguém, nem gera empregos e prosperidade como um empreendimento de alto padrão nem pode ser usufruída pelo conjunto da sociedade de Florianópolis. Cercada de mato alto por todos os lados e parcialmente tomada por pescadores, costuma ser reduto de usuários de drogas pela noite, quando não está invadida pela turma alternativa, que se considera os legítimos proprietários da Ponta do Coral. A nenhum deles ocorreu, no entanto, a ideia de pegar num cabo de enxada e tesoura de jardinagem e então zelar por essa suposta propriedade para devolvê-la ao usufruto de todos, o público. Nessa política fácil do quanto pior, melhor, muito barulho e utopia substituem trabalho e planejamento”. A inversão ideológica desta notícia é desconsiderar que todo o aparato estatal e de mercado impedem o usufruto público da Ponta do Coral em função da propriedade que o empreendedor reivindica para si. Na afirmação final, “Nessa política fácil do quanto pior, melhor, muito barulho e utopia substituem trabalho e planejamento”, o repórter ignora a utopia viva do

população, espaço heterotópico, rompendo com a estratégia de mercado que, ao longo da avenida Beira-mar Norte, vai homogeneizando e fragmentando o espaço, lógica que igualmente move o interesse do empreendimento hoteleiro.

A barqueata também foi noticiada pela revista *Pobres & Nojentas* e compõe 1 dos 3 vídeos e 1 texto encontrados no blog e na conta do YouTube. A seguir serão analisados 2 vídeos²³⁷. Intitulado “O caminho das três pontas”, o vídeo sobre a barqueata tem 14:52 minutos e foi divulgado no dia 24 de março de 2015 (Figura 38).

Figura 38 – Vídeo da *P&N* sobre a barqueata na Ponta do Coral



O caminho das três pontas

494 visualizações

👍 9 💬 0 ➦ COMPARTILHAR ⌵ SALVAR ⋮

Data: 24 mar. 2015

movimento, que apresenta possibilidades. A notícia associa “trabalho” e “planejamento” apenas ao que vem como proposta do mercado (PONTA..., 9 mar. 2015).

²³⁷ A lista completa está no Anexo 3. Um vídeo e o texto não serão analisados por terem sido feitos pela autora da tese.

A partir das três entrevistas, duas delas com pescadores, é possível concluir que a disputa pela Ponta do Coral não é apenas por terra. O espaço marinho também é reivindicado para diferentes usos:

Pescador 1: Não, pra mim se fizer é pior. (...) O hotel é pior. Bem pior. Eu vivo da pesca, né? Eu trabalho nessa região aqui, né? Faz uma marina aí pra nós aí, nós tamo fuzilado da vida. Acabou-se com a nossa rede (O CAMINHO... 13 fev. 2015, 0:10).

Pescador 2: A gente sabe que os barcos deles custam, sei lá, dois, três milhões, pra eles encheram os tanques deles custa 10 mil reais, e a nossa rede, pra gente construir, custa quatro mil reais, sabe, no mínimo, uma rede dessas, pra eles rasgar em segundos, né? Então, poxa, eles não iriam gostar se a gente fosse lá no escritório deles lá e quebrasse tudo que nem a gente vê no escritório nosso, que é o nosso mar, onde que a gente leva o pescado pra eles, né, a gente vai lá, pesca, e cada vez a gente vai vendo o nosso espaço sendo mais reduzido e mais difícil pra nós, né (O CAMINHO..., 13 fev. 2015, 1:56).

As entrevistas com pescadores trazem a experiência do corpo em um determinado fazer que, em um espaço-tempo específico, está ameaçado. Nas três pontas, apesar das intensas transformações do espaço para a viabilização da vocação turística, a pesca artesanal ainda sobrevive e é fonte de renda. Mas, como diz o pescador, o espaço vai se reduzindo pela competição com os caríssimos barcos que passarão a ancorar ali se a marina ligada ao hotel for permitida.

Outro vídeo produzido pela revista *Pobres & Nojentas* foi divulgado ainda em 13 de fevereiro de 2015 noticiando o ato realizado na frente do prédio que então sediava a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), atualmente Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), na Figura 39. Na abertura, os manifestantes bradam, batendo palmas, as palavras de ordem mais conhecidas nos protestos populares em Florianópolis: “Ilha da Magia, ela é do povo, não é da burguesia”.

Figura 39 – Vídeo da *P&N* sobre o ato na frente do prédio da FATMA



Data: 13 fev. 2015

A reportagem expõe os motivos pelos quais vários entrevistados participaram do Ato, além de registrar a fala do representante do órgão ambiental, cuja presença foi reivindicada pelos manifestantes. Os entrevistados falam sobre sua vivência na Ponta do Coral quando ainda estavam lá os prédios depois demolidos e ressalta um aspecto importante dos espaços tornados abstratos, alisados, pelo mercado imobiliário: os sujeitos da dominação do espaço não precisam se submeter aos seus resultados nefastos porque podem escolher outro lugar para morar. Fragmentos das entrevistas põem em cena essas questões:

Entrevistada 1 - (...) Eu acompanho aquilo lá há muitos anos, eu tenho 57 anos, eu nasci na [rua] Bocaiúva quando ainda não tinha a [avenida] Beira-Mar, né, e a gente frequentava ali, brincando. Era muito bonitinho. Não era essa coisa abandonada que é hoje e nem tampouco houve aquela destruição do... da construção ali, que era mais ou menos uma relíquia pra cidade. Pra quem é daqui, aquilo ali tinha muito significado, né. Então, o que a gente... eu resolvi participar porque eu acho também que é necessário aquilo se tornar público. (...) (EM DEFESA..., 13 fev. 2015, 0:47)

Entrevistada 2 - (...) No momento em que tu deixa um [prédio], tu vai abrir um precedente pros outros poderem entrar também. Daqui a pouco nós vamos tá igual a [Balneário] Camboriú, um paredão e ninguém enxerga mais nada. Então eu acho assim, ó, tão vendendo, tão loteando a cidade e quem tá

loteando amanhã não vai tá morando aqui, vai tá morando noutra canto (...)
(EM DEFESA..., 13 fev. 2015, 1:57)

Entrevistada 5 – Porque eu acho que a Ponta do Coral deve ser transformada num parque público, num parque pra cidade de Florianópolis, pro estado de Santa Catarina, porque nós precisamos de áreas verdes, nós não precisamos mais de hotéis no centro da Ilha. A Ilha já está comprometida com as suas áreas verdes. Então, assim, o pouco que nos resta nós temos que lutar para que ela continue verde, para que ela continue lá, e pública, para que as pessoas possam usufruir dessa área que é uma área pública (EM DEFESA..., 13 fev. 2015, 3:00).

Não é à toa que a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública já foi tema de tese (JUSTEN, 2017). Trata-se de um movimento com pessoas que participaram dos primeiros atos, nos anos 1980, agregando hoje jovens estudantes, professores, sindicalistas, artistas e ambientalistas. Eles não se conformam à condição de usuários, meros figurinistas em reuniões e audiências públicas nas quais se debate a destinação da área. O movimento é o que mais exemplifica, em Florianópolis, a reivindicação do usuário, e não do usuário do espaço. É uma luta que se move pela apropriação da cidade em toda a sua plenitude, como habitar. Na tensão entre a dominação da Ponta do Coral para a construção do hotel e a apropriação para o parque, o movimento afirma a necessidade da rebelião do vivido almejada por Lefebvre. E ela se dá das mais diferentes formas: atividades na Ponta do Coral, atos na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, nos órgãos ambientais, fixação de faixas em pontos estratégicos da cidade, confecção de camisetas, até de sambas, além de inúmeras reuniões preparatórias das atividades. Parte desses inúmeros gestos de apropriação foi interpretada, em maior ou menor grau, pelo jornalismo independente. O conjunto de matérias contribuiu para visibilizar não a ação dos grupos dominantes, como fez o jornalismo tradicional, e sim as múltiplas possibilidades de uso e fruição de um lugar simbólico da luta pela apropriação do espaço em Florianópolis.

4.5 SÍNTESE DA ANÁLISE

A cobertura do jornalismo independente sobre as três ocupações consegue, mesmo de forma insuficiente, mostrar os conflitos no espaço urbano em Florianópolis, enquanto o jornalismo tradicional, pela ideologia, legitima e justifica a dominação. Mesmo no jornalismo tradicional há brechas por onde a realidade se insinua, e essas brechas são importantes porque é pelo jornalismo tradicional – parte do sistema hegemônico de mídia – que a maioria da

população se informa. Mas interessaram aqui não tanto essas aberturas de sentido acidentais do jornalismo tradicional, e sim as aberturas de sentido propositais do jornalismo independente. Para melhor analisá-las, apresenta-se, no Quadro 8, a síntese dos três momentos do espaço nas ocupações analisadas.

Quadro 8 – Síntese dos três momentos do espaço nas ocupações analisadas

Ocupação Amarildo de Souza	<ul style="list-style-type: none"> - a prática espacial (o espaço percebido) que os sentidos apreendiam no terreno às margens da SC-401, onde a ocupação se instalou, tinha a vegetação já alterada por atividades sociais, algumas cabeças de gado, uma casa velha e rejeitos da fracassada criação de camarão em cativeiro. - as representações do espaço (o espaço concebido) para a área, por sua proximidade das praias do Norte da Ilha de Santa Catarina, eram muito mais ambiciosas e previam um complexo residencial e comercial e um campo de golfe. - a ousadia da Ocupação Amarildo de Souza foi imaginar e tentar edificar ali um espaço vivido completamente diferente, de produção de alimentos de forma coletiva e agroecológica, erigindo um espaço de representação intolerável para os grupos dominantes da capital catarinense simbolizado no lema das famílias: “Terra, Trabalho e Teto”. Ao espaço abstrato, homogêneo, isotópico do capitalismo, a ocupação ofereceu à imaginação outro, diferencial, utópico, quebrando, mesmo que, por pouco tempo, a lógica da mercadoria.
Ocupação Marielle Franco	<ul style="list-style-type: none"> - a prática espacial (o espaço percebido) na área onde as famílias estão, o Maciço do Morro da Cruz, mostra à vista as moradias ao longo de caminhos, tendo no entorno cobertura vegetal mais ou menos preservada. - as representações do espaço (o espaço concebido), geridas pela Prefeitura, são planejadas em torno da ideia do habitat, o projeto habitacional a ser feito ali, cuja concretude é indefinidamente adiada pela alegada falta de recursos. Para terem casa, as famílias precisam se cadastrar no município, gerando algo impalpável na vida real, mas que tem o poder de impedir o acesso ao direito de morar: a fila. - ao ocupar o terreno, organizar-se e ali permanecer, as famílias da Marielle Franco constituíram um espaço de representação (o espaço vivido), que, simbolizado pela homenagem à vereadora assassinada no Rio de Janeiro que lutava pela justiça social, nega a fila virtual, exigindo que a Prefeitura dê respostas às pessoas reais que não conseguem pagar aluguel em Florianópolis.

Ocupação da Ponta do Coral	<ul style="list-style-type: none"> - na área, localizada ao lado da avenida Beira-Mar Norte, uma das rodovias mais movimentadas da capital catarinense, onde antes havia construções que tiveram diferentes usos, hoje há um promontório coberto por mata e abrigo de alguns barracos de pesca, constituindo a prática espacial (o espaço percebido). - a localização privilegiada, em uma cidade onde os grupos dominantes vivem da valorização da terra, faz hoje da Ponta do Coral um espaço concebido para os interesses imobiliários, ali representados pelo projeto de uma mega-hotel. - o Movimento Ponta do Coral 100% Pública instaurou a rebelião do vivido ao propor um equipamento de caráter público, concretizado no Parque das Três Pontas.
----------------------------	---

Na perspectiva desta síntese, os textos do jornalismo independente visibilizam os processos de resistência em busca de lugar para morar (ocupações Amarildo de Souza e Marielle Franco) e de lugar para lazer e cultura livres da lógica da mercadoria (Ponta do Coral). A visibilização se dá por produções próprias e pela divulgação de informações vindas dos movimentos, como *releases*, notas de esclarecimento, pedidos de apoio e informes em geral. As matérias igualmente denunciam a pressão sobre essa resistência vinda do aparato estatal e midiático, configurando um trabalho de contrainformação que é importante para, por exemplo, desvendar a ideologia do jornalismo tradicional. Buscam também fontes de informação ligadas aos movimentos de resistência e realçam aspectos ignorados pelo jornalismo tradicional.

Sobre a insuficiência da cobertura, a principal ausência tem a ver com o objeto de estudo da pesquisa, a possibilidade de o jornalismo fazer a crítica da vida cotidiana no espaço urbano. O problema é que a vida cotidiana aparece pouco no jornalismo independente. O jornalismo tradicional rapidamente compreendeu o quão potente era a insurreição do uso que acontecia a caminho das mais famosas praias da Ilha de Santa Catarina. A Ocupação Amarildo de Souza foi tratada como o episódio singular que era, mas a apreensão do fenômeno organizou-se a partir da concepção do espaço imposta pelos grupos dominantes de Florianópolis. Esta concepção se sustenta pela afirmação da vocação turística da Ilha, que a presença da pobreza afeta, e pelo imperativo da propriedade privada, tido como superior a qualquer outro direito. O cronotopo da invasão é o que molda os indícios espaciais e temporais do conjunto de textos. Já o jornalismo independente questiona tanto a ideologia da vocação turística quanto a lógica da propriedade privada e esse questionamento aparece no

discurso, mas abstrai-se do que concretamente o preencheria, como diz Bakhtin, de carne e de sangue: a vida cotidiana dos que não conseguem comprar moradia em um espaço planejado e construído para quem nele permanece apenas dias ou semanas, o turista. Sair da abstração possibilitaria expressar, nas notícias, outro cronotopo, o da errância, que leva pessoas e famílias a indefinidamente tentarem achar um lugar no espaço para permanecer, no sentido mesmo de *continuar sendo*, de encontrar um cantinho para viver, como aparece em uma notícia. As línguas, segundo Lefebvre, expressam pobremente o tempo social e a prática social e, para a realidade urbana, as palavras são escassas, não dão conta de nomear os fenômenos. Se tivesse conhecimento das manhas da língua portuguesa, ele certamente concordaria que há grande riqueza simbólica em expressões muito usadas por aqui como “Vai procurar teu canto” ou “Aluguei um cantinho”. Na vida cotidiana brasileira, onde o habitar é privilégio, miragem, aos empobrecidos restam, com sorte, os cantos.

Essa errância poderia também constituir o cronotopo da cobertura do jornalismo independente da Ocupação Marielle Franco, no Maciço do Morro da Cruz, onde historicamente as populações expulsas das partes centrais de Florianópolis têm se abrigado. Em 2017, a chegada ali de novas famílias em uma área parte pública, parte privada chamou a atenção do jornalismo tradicional, que registrou o nascimento de mais uma assim denominada comunidade irregular. Em 2018, depois que a Prefeitura e a Polícia Militar derrubaram casas, o *Notícias do Dia* tratou do assunto em oito edições. O interesse explica-se porque a comunidade irregular se organizou, constituindo a Ocupação Marielle Franco, e insurgiu-se contra a errância sem fim, desafiando a ordem exigida pela Prefeitura imposta por um instrumento, a fila da moradia. A cobertura do jornalismo tradicional moveu-se então pelo cronotopo da favela. Passou a ser intolerável a permanência das famílias empobrecidas em uma Ilha onde se preza a reserva das melhores localizações para os grupos dominantes. Mas é preciso a ideologia para justificar essa dominação, auxiliada pelo saber técnico-científico que demonstra empiricamente os danos à natureza causados pelas ocupações irregulares e a violência provocada pelo tráfico de drogas. Mas há ocupações irregulares que convêm aos grupos dominantes e que o jornalismo tradicional, pela ideologia, legitima, como os *beachs clubs* de Jurerê Internacional, e sua permanência é tratada como de interesse de toda a sociedade. Do mesmo modo, ocultam-se fatos que poderiam explicar os motivos pelos quais as estatísticas evidenciam casos de violência nas áreas de baixa renda frequentemente mostradas pelo jornal *Notícias do Dia* em seu “mapa das invasões”.

No jornalismo independente, a violência da Polícia Militar na Ocupação Marielle Franco apareceu na cobertura do portal *Desacato* em notícias em vídeo, em artigos e em entrevistas para rádio, mas ora impera o singular, ora o particular, ora o universal. O drama vivido pelas famílias depois da derrubada das casas foi mostrado, exposto cruamente em suas falas, mas sem relação com realidades semelhantes vividas em outras partes da cidade. O debate sobre a falta de prioridade da Prefeitura para a moradia apareceu, assim como as causas do déficit habitacional no país, mas descolados da vida cotidiana concreta de quem é continuamente expulso dos lugares reservados para os que podem pagar. Falta, portanto, o que Guimarães (2015) considera necessário no jornalismo contra-hegemônico: dar coerência e unidade ao que no jornalismo tradicional aparece disperso e fragmentado, enfrentando assim a heterogeneidade da vida cotidiana.

Tanto na Ocupação Amarildo de Souza quanto na Ocupação Marielle Franco houve momentos lefebvrianos, tentativas de realização total de uma possibilidade. Na primeira, por exemplo, a tentativa de ocupação do terreno no Rio Vermelho; na segunda, a caminhada até a Prefeitura no mesmo dia em que ocorreu a violência policial, em junho de 2018, levando à bem-sucedida reunião que garantiu, até agora, depois de outras caminhadas e atos carregados de simbolismo, a permanência no terreno. A rebelião do vivido na Ocupação Marielle Franco fez-se *presença*, constituiu uma prática criadora que contém o sentido da obra. A potência da luta para apropriar-se daquele espaço, dar a ele o valor de uso para moradia, teve resposta à altura, com o prefeito convocando 24 entidades representativas dos grupos dominantes da cidade para decidir o que fazer com as ocupações. Mas a expressão da dimensão desta prática criadora no jornalismo independente de Florianópolis, constituindo também nele um ato poético, se deu de forma insuficiente.

Como foi visto, a apropriação emerge da prática, buscando constituir outro espaço vivido, estabelecendo uma ruptura no cotidiano, um momento de elevação acima da cotidianidade. É neste movimento que pode se dar o processo descrito por Lukács, pelo qual o indivíduo joga toda sua força em uma objetivação menos imediata, mais duradoura, operando não mais como *homem inteiro*, e sim como *inteiramente homem*. Apesar de insuficiente, a cobertura jornalística dos veículos independentes mostrou seu potencial especificamente em quatro vídeos analisados, dois sobre a Ocupação Amarildo de Souza, da revista *Pobres & Nojentas*, e dois sobre a Ocupação Marielle Franco, do portal *Desacato*, na linha do jornalismo libertador (TAVARES, 2004), sugerindo, mesmo que não aprofunde, a consequência mais notável de um processo que ocorreu nas ocupações: a desalienação. As

falas de ocupantes nos quatro vídeos remetem à injustiça, à violência, à falta de oportunidades, à dificuldade de ter acesso ao que a cidade oferece, ao lazer, ao conforto. Mas remetem também à vivência coletiva das famílias, às experiências comuns sentidas pelo corpo, que propiciaram um entendimento mais profundo e complexo para desfazer o discurso sobre as ocupações imposto pelos grupos dominantes.

A cobertura da ocupação da Ponta do Coral, por ter aspectos diferentes daqueles predominantes nas ocupações por moradia, deixa transparecer outras conclusões. Os três veículos, portal *Desacato*, coletivo *Maruim* e revista *Pobres & Nojentas*, com mais ou menos intensidade, visibilizaram o processo, dando a dimensão que, com o passar dos anos, ele consolidou: a insurreição do uso para a festa, a cultura, a proteção da natureza. A luta pela criação de um parque na Ponta do Coral concretiza talvez a mais expressiva força coletiva em Florianópolis a tensionar a ideologia urbanística e buscar o urbano imaginado por Lefebvre, almejando um espaço utópico contra o espaço isotópico do capitalismo. Naquele ano de 2015, a cobertura jornalística aparece em duas direções: no jornalismo convencional, pautada pela iminência do empreendimento hoteleiro e pelos órgãos e instituições públicas das quais a liberação da obra dependia; no jornalismo independente, pela luta contra o hotel feita pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública.

A disputa por aquela paisagem aparece na cobertura do jornalismo tradicional e do jornalismo independente, expressando o que foi nomeado como cronotopo da paisagem. No jornalismo tradicional, a característica mais marcante em relação à paisagem é a apresentação do banal como se fosse excepcional. O hotel é apenas mais um entre outros empreendimentos de mais ou menos luxo em Florianópolis ou no litoral catarinense. O que há de excepcional ali na verdade é a ponta de terra e sua paisagem única, que as representações do espaço dos grupos dominantes tentam anular ao reforçar continuamente o abandono da área. É o jornalismo independente que desfaz essa inversão ideológica por não se limitar à crítica ao empreendimento, buscando exibir concretamente as práticas espaciais naquela interação terra-mar e os espaços de representação que desde os anos 1980 vão se constituindo na luta pela apropriação da Ponta do Coral para um parque.

No que se refere à linguagem no jornalismo independente, a primeira constatação é que o conjunto analisado mantém, no geral, a forma noticiosa do jornalismo tradicional. No caso da Ocupação Amarildo de Souza, não há textos que expressem, como os de Marcos Faerman, a dimensão espaço-temporal daquele momento no qual irrompeu na capital

catarinense algo novo, uma ideia, um sonho que, por quatro meses, levou centenas de famílias a um terreno às margens da rodovia que simboliza o turismo, as férias, a praia, o lazer pago, uma das mais expressivas atividades da sociedade burocrática de consumo dirigido. Naquele fato singular, a apropriação, ainda que por breve tempo, de um terreno à espera de valorização imobiliária, estavam contidas todas as relações de dominação que moldaram a vocação turística de Florianópolis. Como documento histórico jornalístico sobre a Ocupação Amarelo de Souza ficaram as centenas de notícias e reportagens do jornalismo convencional, que falam sobre como, durante aqueles primeiros meses de 2014, centenas de homens e mulheres ousaram desafiar as autoridades e a ordem instituída e invadir – cronotopo predominante – propriedade privada. Do ponto de vista da linguagem, o mesmo em geral se pode afirmar em relação aos textos sobre a Ocupação Marielle Franco e a ocupação da Ponta do Coral. Mas as notícias e reportagem em vídeo dos três veículos, como já foi visto, por trazerem a fala dos moradores e sua vida cotidiana, são mais bem-sucedidas, ainda que não tragam inovações na forma.

Do ponto de vista da organização dos veículos para fazer as coberturas, cabe destacar que em 2014, já sem as edições impressas, a revista *Pobres & Nojentas* iniciava o processo de esvaziamento da proposta. Foram 102, 93 e 16 postagens no blog em, respectivamente, 2012, 2013 e 2014. O *Portal Desacato* naquele período também não estava estruturado com as condições que passou a alcançar em 2017, inclusive com pessoas dedicadas exclusivamente ao projeto. O coletivo *Maruim* estava no auge de suas atividades em 2015, tendo feito uma importante cobertura das atividades em defesa da Ponta do Coral, mas, como já foi dito, em 2019 também é evidente o esvaziamento do projeto.

A vivência junto aos coletivos de Florianópolis, a exemplo do que concluem pesquisas acadêmicas em outras cidades do país, revela dificuldades diversas, como a equipe tentar se dedicar ao projeto tendo que dividir o tempo com outra atividade remunerada e, por falta de recursos, encontrar dificuldades inclusive de deslocamento para o cumprimento de pautas. Mesmo com as várias modalidades de financiamento, a falta de continuidade de contribuições leva quem se dedica exclusivamente aos veículos independentes a ter remuneração modesta e muitas vezes longas jornadas de trabalho. Outro desafio é lidar com a multifunção, em que o jornalista atua ao mesmo tempo como repórter, fotógrafo, editor, e a multitarefa, escrevendo o texto, editando o vídeo, postando no site e divulgando em todas as redes sociais para ampliar as possibilidades de leitura. A essas funções e tarefas juntam-se ainda as administrativas ligadas à busca e gestão de financiamentos.

Até 2013, como foi visto, a revista *Pobres & Nojentas* teve os sindicatos como principais apoiadores para a impressão, e atualmente ocorre o mesmo com o portal *Desacato* para a manutenção da grade de programação, mas o trabalho jornalístico por eles desenvolvido não é direcionado por esses sindicatos. Ou seja, não há uma ligação orgânica dos sindicatos com os veículos, o que caracteriza a independência na qual os veículos se reconhecem. Neste fato está uma constatação, não um juízo de valor, dado que a pesquisa não tem como objetivo estudar casos específicos de jornalismo independente em Florianópolis. Apesar do esforço de décadas, não se concretizou na capital catarinense um projeto jornalístico de alcance massivo voltado para a classe trabalhadora que se efetivasse como instrumento de disputa de hegemonia, com perfil e atuação anticapitalista e organicidade social, nos termos propostos por Guimarães (2015). Para a autora, no processo de construção da consciência e da hegemonia da classe trabalhadora, o jornal seria um instrumento de uma organização social com direção política e cultural. Em Florianópolis, porém, o que há, além das iniciativas de jornalismo independente, são publicações de partidos e sindicatos com mais ou menos regularidade, divulgando temas de interesse de seus filiados ou categorias profissionais, sem o propósito de debater temas atinentes ao conjunto da cidade de Florianópolis e de sua população. Quem hoje mais se aproxima deste propósito é o portal *Desacato*. Está, porém, fora do alcance desta pesquisa a possibilidade de avaliar se o portal poderia cumprir, e em que termos, um papel mais próximo ao que propõe Guimarães. O fato é que o campo progressista da capital catarinense confronta o sistema de mídia regional por sua manipulação informativa, mas até agora tem se limitado a contribuições pontuais ao jornalismo independente e não avança na construção de um veículo que efetivamente possa expressar suas aspirações.

As dificuldades mostradas impedem que os veículos independentes constituam uma obra no sentido proposto por Lefebvre, ainda que uma vez ou outra indícios de práticas criadoras sejam visíveis. Um conjunto de programas do portal *Desacato* com elementos potenciais para a constituição de uma obra é o “Vida em resistência”, grande reportagem seriada mensal divulgada desde 2017 com apoio cultural do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O programa aborda o cotidiano das comunidades indígenas da Região Sul do país, destacando as graves violações enfrentadas por essas populações. Mereceria uma análise à parte, aqui não desenvolvida por interpretar o cotidiano a partir de um espaço geográfico distinto do objeto de análise desta tese. O coletivo *Maruim* também divulgou uma série de

importantes reportagens sobre conflitos no (pelo) espaço urbano de Florianópolis, parte delas produzidas como Trabalhos de Conclusão de Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A revista *Pobres & Nojentas*, ao longo de suas 30 edições impressas, publicou reportagens sobre diferentes ocupações urbanas, organizadas ou não, na Área Conurbada de Florianópolis, entre elas as mais antigas, como no bairro Monte Cristo e na Ponta do Leal (continente), na Panaia (Sul da Ilha) e na Vila do Arvoredo (Norte da Ilha), e as mais recentes, como a Ocupação Contestado e a Ocupação Palmares. Esse conjunto de impressos não foi incluído na análise por não abordar especificamente a Ocupação Amarildo de Souza e a Ocupação Marielle Franco, apesar da relação temática. A revista impressa continha o que a equipe denominou croniportagens, mas a não-inclusão daquele conjunto de materiais na pesquisa impossibilitou o aprofundamento dos limites e potencialidades desta proposta²³⁸. De todo o modo, os elementos aqui apresentados dão alguns caminhos para o estudo desses veículos no que concerne à inovação na linguagem jornalística.

²³⁸ Essa abordagem aparece em ABREU (2015) e SOUZA (2017).

CONCLUSÃO

“O espaço, a fronteira final”.

(slogan da aclamada série *Star Trek*)

O jornalismo de crítica do cotidiano elucidava a experiência vivida no espaço, singularizada no cronotopo. Esta é a tese central da pesquisa. Se não a elucidar, fica limitado seu potencial crítico. Para isso, é preciso compreender, antes de tudo, que o espaço não é uma abstração. Não é o espaço da página do jornal ou da revista ao qual os repórteres se referem quando perguntam: – Que espaço eu tenho? Não é espaço matemático nem o cósmico. O espaço ao qual a conclusão deste estudo se refere é o produto das relações sociais e, como essas relações são diferentes no tempo, o espaço é singular, é a inscrição no mundo de um tempo, conformando diferentes relações espaço-temporais. Trazer esta concepção para o jornalismo é a primeira contribuição desta tese.

O objetivo geral da pesquisa foi examinar as manifestações da ideologia produzidas pelo jornalismo tradicional e explorar as potencialidades e limites do jornalismo independente na cobertura do cotidiano no espaço urbano. Os objetivos específicos foram: 1) aprofundar a compreensão da vida cotidiana e do espaço nas grandes vertentes de pensamento que a estudam, adotando, em coerência com o materialismo dialético, a vertente marxista; 2) diferenciar, nos autores marxistas, a abordagem da ideologia, trabalho complexo que implicou ainda o estudo da alienação e, em especial, da alienação urbana; 3) investigar como o cotidiano aparece na teoria do jornalismo, referenciando-se em quatro livros clássicos da bibliografia brasileira; 4) desenvolver a teoria da obra para explorar os limites e potencialidades do jornalismo como valor de uso; 5) explorar a noção bakhtiniana de espaço-tempo na literatura para dar entrada ao espaço na teoria do jornalismo; 6) caracterizar a imprensa alternativa a partir de seu surgimento histórico no Brasil no período da ditadura civil-militar; 7) justificar a utilização do termo jornalismo independente; 8) definir os veículos para a análise da cobertura jornalística e o recorte espacial e temporal de investigação; 9) determinar a temática de cobertura jornalística; 10) examinar três coberturas jornalísticas de cinco diferentes veículos de Florianópolis (SC).

Os instrumentos para a exploração do conceito que constitui o núcleo da pesquisa, o de espaço, vieram da dialética tridimensional de H. Lefebvre. Na obra do autor, a interação da qual emerge o espaço vem de três momentos de produção, a material, a de conhecimento e a

de significado, que compõem uma tríade conceitual fundada no percebido (prática espacial), no concebido (representação do espaço) e no vivido (espaço de representação). A interpretação sobre a produção do espaço em Florianópolis, feita no Capítulo 3, permitiu exemplificar essa interação a partir das três ocupações, a Ocupação Amarildo de Souza, a Ocupação Marielle Franco e a ocupação na Ponta do Coral, já sintetizadas no Quadro 8.

A partir desses exemplos compreende-se que o espaço emerge da interação de uma complexa rede de relações e está em constante transformação. Mais do que isso, em constante tensão entre dominação (valor de troca) e apropriação (valor de uso). O ponto de encontro dessas tensões, seu terreno comum, é a vida cotidiana tomada em sua totalidade, noção estruturante nas análises e a segunda contribuição da tese. A metáfora do geógrafo M. Santos, de que o espaço tem o poder de entortar a flecha do tempo, é muito pertinente. As singularidades do espaço existem por causa da vida cotidiana produzida pelas atividades humanas em toda a sua heterogeneidade e infinitude extensiva, onde o indivíduo pode potencialmente alcançar a posição do *inteiramente homem* de que fala Lukács, o *homem total* de Marx. Por isso a busca insistente, na análise, pelo espaço vivido, o mundo da práxis, onde imprevisto e previsível, criação e repetição incessantemente se movem e o novo pode irromper. Lefebvre afirma que cada atividade que se autonomiza tende a constituir-se em sistema, em “mundo”, o qual acaba por expulsar, indicar, o resíduo. O resíduo, define o autor, é o que escapa, o que resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva e prática. Há, portanto, na vida cotidiana, um conjunto de resíduos continuamente acossados pelos sistemas de poder por neles germinarem alternativas que confrontam esses sistemas. Na sociedade burocrática de consumo dirigido, o cotidiano é cuidadosamente programado e assim se mantém por coações e opressões de todo o tipo, e as insurgências, o não programado, o impossível de controlar, são duramente combatidos. Nessa perspectiva, reunir os resíduos e neles apostar é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação, como diz Lefebvre, e nisso o jornalismo tem um papel fundamental.

A teoria que contempla essa possibilidade, por tomar o jornalismo nessa perspectiva revolucionária, é a de A. Genro Filho (1989). A apropriação que o autor faz das categorias filosóficas do singular, do particular e do universal permite ao jornalista apanhar a realidade em movimento porque o singular é a emergência do novo, aquilo que escapa da mera reprodução da dinâmica social. Porém, a reconstituição, no texto, da dimensão fenomênica do singular não pode prescindir da totalidade a partir da qual o singular adquire sentido,

totalidade que está ligada às categorias do particular e do universal. Não se trata de um trabalho fácil porque a teoria não tem um manual de procedimentos como aqueles encontrados nos manuais de redação jornalística que normatizam o tratamento noticioso do jornalismo tradicional para também normatizar a apreensão jornalística da vida social. Mas, ainda que não seja fácil, sinalizam-se a seguir caminhos para, a partir da teoria de Genro Filho, avançar na compreensão do espaço no jornalismo. Se o jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade, afirmar a imprescindibilidade do espaço para conhecê-la é a terceira contribuição desta tese.

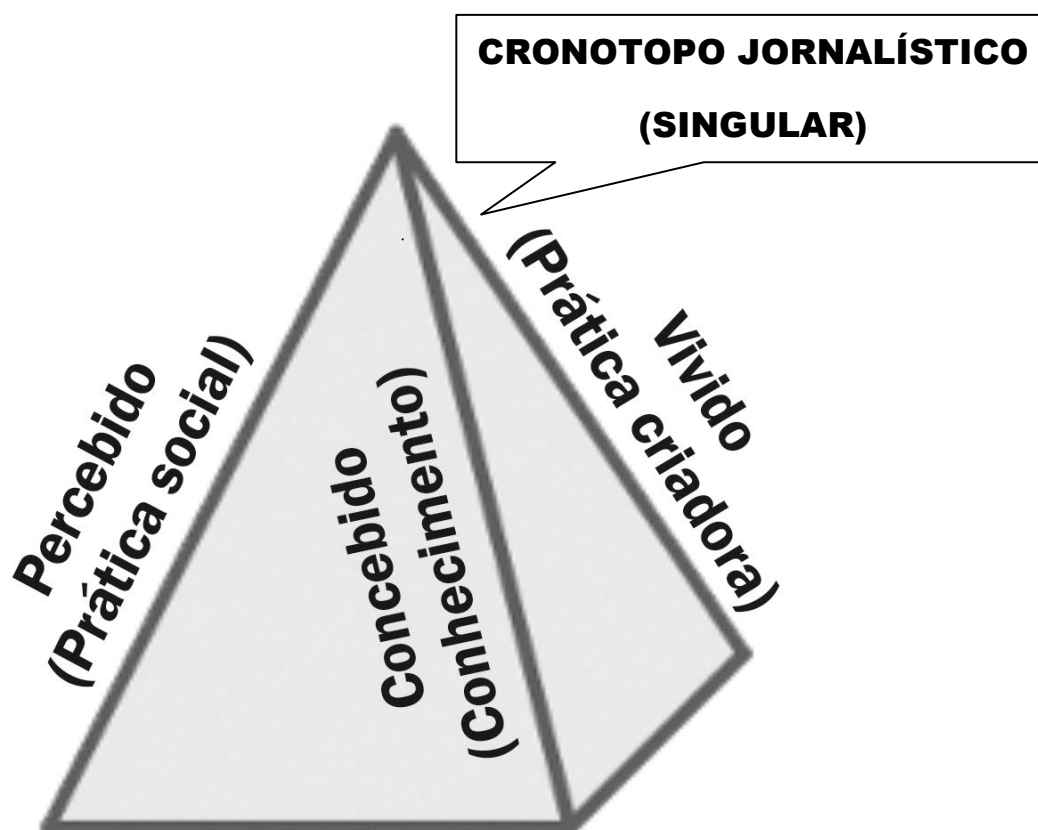
C. Guimarães (2015) já havia indicado e esta pesquisa comprovou o caráter ideológico do jornalismo informativo e sua conseqüente funcionalidade para a dominação de classe. Essa dominação se expressa em um conjunto de ideias que justificam, legitimam e naturalizam as relações sociais. As análises feitas no Capítulo 4 permitem observar esse processo nas notícias e reportagens e também seu desdobramento nos editoriais dos jornais – portanto no jornalismo opinativo –, nos quais há uma faceta condizente com o atual cotidiano brasileiro: aparecem como ideológicos apenas os que ousam denunciar e combater as relações sociais injustas. Ou seja, a imprensa tradicional, ao naturalizar essas relações, não assume sua ideologia. Nos jornais *Diário Catarinense* e *Notícias do Dia*, as motivações de quem luta por moradia são denunciadas como ideológicas e também como ideológicos aparecem os indivíduos ou grupos que as organizam ou apoiam, enquanto se naturaliza e legitima a propriedade privada defendida pelos grupos dominantes de Florianópolis.

Guimarães afirma que cabe ao jornalismo que busca cumprir uma função contra-hegemônica desvelar a ideologia. Nesta direção, esta pesquisa aprofundou a compreensão da forma como é possível fazer esse desvelamento, encontrando brechas a ele no jornalismo tradicional e limitações no jornalismo independente. Tanto as brechas de um quanto as limitações de outro podem ser explicadas pela forma como o vivido aparece (ou desaparece) no jornalismo. É ao se descolar do vivido, diz Lefebvre, que uma representação vira ideologia. Então, para desvelar a ideologia, o jornalismo precisa se ancorar na práxis, nas práticas sociais, na experiência humana vivida no espaço. Nos materiais do jornalismo tradicional, percebeu-se que as poucas notícias e reportagens que mostravam o vivido desnaturalizavam afirmações genéricas que caracterizam o conjunto das coberturas jornalísticas analisadas. Muitas dessas generalidades tinham ligação com as representações do espaço, o espaço concebido, que é o predominante em qualquer sociedade e, de algum modo, também no jornalismo. Isso acontece porque as fontes privilegiadas nas notícias e reportagens

são aquelas ligadas aos poderes, ao estado, às instituições públicas e privadas que buscam controlar e manter seus interesses na produção do espaço.

Lefebvre diz que é pela e através da linguagem que a ideologia entra nas consciências e as modela, e de nada adiantam os anseios de mudar a vida, mudar a cidade, se não houver a produção de um novo espaço e também de uma nova linguagem. Por isso, denunciar a ideologia que impede a compreensão das relações sociais – importante papel do jornalismo independente – é apenas uma parte da possibilidade crítica do jornalismo comprometido com a emancipação humana; a outra, que a completa, é deixar que apareçam as múltiplas formas de alienação que obscurecem a compreensão da totalidade da vida social. Essa possibilidade se dá no e pelo espaço vivido, pelo mergulho do jornalismo na vida cotidiana, dela trazendo as práticas e falas criadoras, os fazeres humanos, a práxis inventiva de que falava Lefebvre. Ele dizia que tirar a máscara das coisas para revelar as relações sociais foi a grande conquista de Marx, a contribuição do pensamento marxista (2013, p. 137). Afirmamos que deve, também, fazer parte da teoria e da prática jornalísticas a partir de seu mergulho no espaço vivido, quarta contribuição da pesquisa.

Para incorporar a dialética tridimensional do espaço à teoria do jornalismo, a pesquisa trouxe um dos conceitos-chave do pensamento de Bakhtin, o cronotopo, que na literatura é a materialização privilegiada do tempo no espaço. Se cabe ao jornalismo apreender os fenômenos pela via do singular, esse singular deve ser tomado, tal qual o cronotopo, como materialização privilegiada do tempo no espaço. O singular, em Genro Filho, está no campo filosófico. Com o cronotopo, traz-se o singular para a dimensão espaço-temporal do cotidiano, resíduo da filosofia. A figura a seguir – baseada no modelo da estrutura piramidal de Genro Filho – representa graficamente a construção da notícia a partir da dialética tridimensional do espaço tendo como epicentro o cronotopo jornalístico, sendo a quinta contribuição deste trabalho para o campo do jornalismo.



A figura representa as três dimensões que o jornalista deve explorar para o espaço se fazer *presença* no texto em sua totalidade: a prática social (percebido), o conhecimento/pensamento (concebido) e a prática criadora (vivido). O texto compõe-se assim tal como o tríptico artístico, em que três figuras formam uma única imagem, ou seja, uma interação para uma unidade em que todos os elementos têm igual importância. A potência desse enlace aparece na análise do trabalho do jornalista Marcos Faerman feita no Capítulo 2. O trabalho de Faerman é capaz de corporificar o que A. Olinto, A. Lima e C. Kelly viam como possibilidade: o jornalismo como obra de arte, exibindo seu valor de uso, sua realização para além da notícia como mercadoria. Faerman conseguiu trazer para o jornalismo que praticava um movimento, comum a outras artes, que Lefebvre nomeia ato poético, prática criadora, inclusive por sua capacidade de ver esse mesmo movimento no outro, nas vidas sobre as quais falava em seus textos. Neles, é possível identificar a tríade de cuja interação emerge o espaço. Faerman ficava atento às práticas sociais no espaço. A pesca dos siris contaminados nas palafitas, a coleta de sucatas para reconstruir a favela incendiada, a busca por alimentos na feira da cidade devastada pela seca, cada espaço é singular. Os textos abordam também as representações do espaço, o discurso das autoridades, os projetos e

programas oficiais, a lógica da tecnocracia. E a obra se completa com os espaços de representação, o vivido. A obra de Faerman demonstra, pelo jornalismo, o quão difícil é se alçar da condição do *homem inteiro* para o *inteiramente homem* de Lukács, porque a miséria do cotidiano é profunda e abrangente, o atendimento das necessidades imediatas consome o indivíduo em todas as suas forças, impede-o de se alçar à condição humano-genérica. Ainda assim, Faerman localiza no vivido as pequenas riquezas do cotidiano, a poesia em meio ao caos, tão bem exemplificada pelo poeta que vivia no menor casebre de uma favela e guardava seus poemas em uma caixa de biscoitos. Seja no narrar ou no descrever, Faerman entendeu que a prova dos nove é a práxis, os acontecimentos e experiências humanas. O jornalismo pode constituir uma obra quando está ancorado no espaço em sua totalidade, e constatar isto é a sexta contribuição da tese.

O discurso, afirma Lefebvre, exerce um terrorismo, torna a fala proscrita. Para restituir a fala e por ela desalienar o cotidiano, ele propõe desconfiar da profundidade, ficar à superfície – o cotidiano relegado pela filosofia –, onde os seres da profundidade vêm respirar. E na superfície comprometer-se lucidamente com sua elucidação. Por seus próprios caminhos, Faerman compreendeu isso e legou um manifesto que dá testemunho de seu entendimento do jornalismo, intitulado “As palavras aprisionadas”, tendo o último fragmento o intertítulo “Manifesto de Libertação da Palavra”. Os 11 fragmentos são inspirados por algo que o repórter viu e não se esqueceu: um homem à beira de um rio catando mariscos envenenados para se alimentar. Como libertar a palavra daquele homem aprisionado naquela realidade? O último fragmento do manifesto sintetiza esse desafio do jornalismo: a busca de uma realidade exige uma linguagem capaz de captá-la. A resposta do jornalista Marcos Faerman a esse desafio foi essa: sair da abstração, saber ouvir, saber descrever. Os textos e o manifesto são testemunho da capacidade de Faerman de nutrir-se do cotidiano, mas não estacionar nele, sendo o manifesto já a expressão da assimilação do vivido em uma totalidade, fundando um saber próprio, a presença da obra no trabalho do jornalista.

É possível afirmar que a dificuldade do jornalismo tradicional de sair da abstração tem a ver com a primazia do concebido no texto. O concebido traz o discurso sobre as coisas, mas não as coisas. Como diz M. Santos, o dramático do atual período histórico é que o discurso se instalou nas coisas (2009, p. 14). Assim, ao não fazer a ligação com o percebido e o vivido, o jornalismo não consegue pôr o discurso em relação com a prática criadora, impedindo que a linguagem abra-se ao novo que emerge na vida social. Mas estacionar no concebido, para o

jornalismo tradicional, não é uma casualidade, é um projeto. No concebido está a linguagem do poder; abrir-se ao vivido significa trazer a linguagem de crítica ao poder, a insurreição do uso, as utopias. Por isso, fechando-se ao vivido, o jornalismo tradicional esmaga a possibilidade de constituição da obra, que certamente aparece, mas nas brechas do fazer jornalístico, de forma eventual, episódica.

O problema é a primazia do concebido também no jornalismo independente, que pode se explicar, entre outros fatores, pelas dificuldades de toda a ordem enfrentadas pelos coletivos de jornalismo para fazer as coberturas. Há um grande esforço para pensar em modelos de financiamento e de utilização eficaz das novas tecnologias, dificultando que se avance também na constituição de uma obra, que implica a construção de uma linguagem nascida do vivido. Na análise dos materiais do jornalismo independente, indícios do vivido mostraram-se principalmente em reportagens em vídeo, mas não se detectou uma quebra dos padrões da forma utilizada no jornalismo tradicional. Essa quebra é uma necessidade e uma ousadia urgentes. O novo também precisa emergir no jornalismo e o lugar por excelência da experimentação é o jornalismo independente, como mostraram as publicações que surgiram no Brasil durante a ditadura civil-militar, período em que a ousadia pareceria impossível. Mas, acompanhando Lefebvre, diríamos que o passo adiante implica a dissolução do existente, a realização na desrealização. Todo novo estilo, disse Lukács, surge como uma necessidade histórico-social da vida e é um produto necessário da evolução social. Nos tempos atuais, abre-se um campo infindável para se testar novos formatos e linguagens. E não se trata de simplesmente negar o velho, e sim assumir o significado profundo da palavra alemã *aufheben*, utilizada por Hegel e também constitutiva do pensamento de Lefebvre, que, em português, traz a ideia de supressão com o triplo sentido de negar, conservar e *elevantar*. Não há receitas nem manuais para isso e nem se propugna como ideal o jornalismo de Marcos Faerman, o qual atendeu com maestria a necessidade de uma época a partir das condições que nela se ofereciam, expressas nas edições generosas, de muitas páginas, dos grandes jornais. Os repórteres tinham tempo e recebiam recursos para se embrenhar no cotidiano, fosse ele o da favela incendiada na cidade ou o do sertão mais distante. Era outra relação espaço-temporal, e Faerman descobriu-lhe as potencialidades e as transformou em possibilidades. Na sua condição de um ser em busca, engravidado por muitas leituras, trouxe o que aprendeu para o jornalismo.

Toma-se como indicador o que disse Bakhtin do método literário de Rabelais. Sua essência consiste principalmente na destruição de todos os laços e *vizinhanças habituais*, das

coisas e das ideias, e na criação de *vizinhanças inesperadas*, de ligações inesperadas e imprevistas. O jornalismo tradicional, amarrado às convenções, aos manuais de redação, tem muita dificuldade de romper laços para criar novas vizinhanças. O jornalismo independente, ao contrário, tem abertos os caminhos para fazê-las. Não foi possível aprofundar a análise da proposta da revista *Pobres & Nojentas de croniportagem*. Do mesmo modo, citou-se, mas não se aprofundou, a investigação de formatos que têm aparecido no jornalismo, como as *Instruções*, da jornalista e escritora argentina Leila Guerriero. São apenas duas entre as infinitas possibilidades para pensar formatos que tragam para o jornalismo a experiência vivida no espaço, o que deve ser objeto de futuras pesquisas. O slogan da aclamada série *Star Trek* afirma que o espaço – segundo os físicos, em constante expansão –, é a fronteira final. Então, não há fronteiras e o mesmo se pode dizer do espaço encerrado na Terra, infinitude extensiva continuamente alimentada pelos fazeres humanos.

O que esta pesquisa almejou foi abrir um campo de pesquisa que tome o espaço como uma dimensão irreduzível na teoria do jornalismo. Por isso, a reflexão encerra com as palavras de quem, no Brasil, foi o construtor da ideia de que o jornalismo tem as mesmas possibilidades da literatura de produzir obras de arte: Antonio Olinto. Seu ensaio, escrito em 1952, virou livro em 1955, foi republicado em 1968 e em 2008 ganhou nova edição com um capítulo final por ele acrescentado e intitulado “A palavra no jornalismo”. As décadas passadas entre a primeira e a última edição conservaram o entusiasmo do escritor pelo jornalismo, manifestado em 14 parágrafos, dos quais 4 são citados abaixo. A citação é longa, porém necessária para sintetizar o desafio posto por quem almeja restituir ao jornalismo o seu valor de uso, a sua possibilidade de constituir uma obra:

O sentido total de uma frase não é apenas uma síntese do que as palavras em conjunto significam. Há um movimento lógico, vindo de dentro, que infunde, ao conjunto das palavras, um determinado sentido, dando-lhe maior ou menor vigor, saturando-o de vida. Os elementos constitutivos da linguagem nada valem se tomados separadamente. São corpos caídos no espaço, estáticos, meras possibilidades de movimento. Quando o homem une esses elementos numa frase, os corpos ganham vida, animam-se, passam a ter um “sentido”. As palavras “pedra”, “mar”, “alga”, “hora” – ou qualquer outra da mesma classe – reconhecem apenas a existência dos objetos. Sim, os objetos existem. Contudo, no fundo das idéias, esses objetos, que existem, precisam de uma corrente de ação, que os transforma em seres assimiláveis pelo pensamento dos homens, aos quais, sob a espécie de palavras, eles se dirigem.

[...]

O jornalista está sempre em luta com sua forma de expressão. Esse espírito de luta, que é mecânico de início, não basta, porém, para lhe dar uma posição no mundo, porque é apenas o aspecto estético da obra. Mais importante do que este, é aquilo por que o homem luta. O objetivo de suas ações, o fim de seus esforços (que, na realidade, não pode existir como fim total, como descanso absoluto), enche as formas de expressão de algo mais, além da simples justaposição externa.

Existem outros homens na terra que não pensam em se exprimir. Os problemas de cada dia, a manutenção do corpo, as alegrias que o tempo consome, a construção de um lugar sobre a vasta superfície da terra, tudo isto coloca o homem preso demais ao detalhe, obstando a que tenha uma visão geral da vida, uma explicação para as transformações sociais, uma consciência de uma posição no universo.

O jornalista luta pelo esclarecimento de todos. Vai ao fundo mesmo das coisas (...). Descobre apenas o que está aí, diante dos olhos de todo mundo, mas que pouca gente vê. Sua luta é um descerrar, um abrir de cortinas, para que seu companheiro, o homem de cada dia, veja o que está sob as aparências casuais da paisagem. Para empreender essa caminhada, para atingir o íntimo dos homens, é preciso, primeiro, que o jornalista tenha consciência de sua posição. Saiba que a voz que lhe sai dos lábios não existe apenas para sua própria alegria. É um patrimônio comum a todo homem. Sua voz deixa de ser sua para pertencer à sua época e à posteridade.

[...] (OLINTO, 2008, p. 91).

O papel a que Olinto convida o jornalismo e os jornalistas é o de desalienação. Que a palavra se preste a dar ao homem de cada dia a possibilidade de explicar e transformar aquilo ao qual ele está profundamente preso em suas misérias e grandezas: o cotidiano. Não pode ser menor e nem se amesquinhar a tarefa deixada aos que tomam para si o desafio de dar à palavra viva a faculdade de compreender o mundo.

REFERÊNCIAS

A CIDADE que precisamos ser. Dossiê ND. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 23 mar. 2019, Editorial, p. 3.

A COOPERATIVA. **Portal Desacato**. Disponível em: <http://desacato.info/a-cooperativa/>. Acesso em 23 jan. 2019.

ABREU, Míriam Santini de. Croniportagem: vereda entre a crônica e a reportagem no texto jornalístico. **Intercom**. Anais [...]. Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 de setembro de 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1822-1.pdf>. Acesso em 19 fev. 2019.

ABREU, Míriam Santini de. Crítica da cobertura jornalística sobre ocupações urbanas em Florianópolis. *In*: Marcio Serelle, Rosana de Lima Soares (orgs.). **Mediações críticas: representações na cultura midiática**. São Paulo: ECA/USP, 2017. pgs. 209-221.

ABREU, Míriam Santini de; SILVA, Gislene. O trabalho de tradução da experiência de ocupação urbana em coberturas jornalísticas. *In*: SOARES, Rosana de Lima; SILVA, Gislene. (orgs.). **Emergências periféricas em práticas midiáticas**. São Paulo: ECA/USP, 2018. pgs. 41-58.

AGEE, James; EVANS, Walker. **Elogiemos os homens ilustres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AGÊNCIA PÚBLICA. O mapa do jornalismo independente. **Agência Pública**. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 4 mar. 2019.

AGUIAR, André Ruas de. **Analisando o Floripa 2030: um modelo hegemônico de cidade**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160655>. Acesso em: 4 mar. 2019.

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ALOMAR, Jordi Sánchez-Cuenca. **Direito a que cidade?** Um estudo lefebvriano sobre condomínios de baixa renda. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2019.

ALVES, Janine. Inovação tecnológica avança em Santa Catarina. **Diário Catarinense**. 10 out. 2018. Gestão de valor. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/10/inovacao-tecnologica-avanca-em-santa-catarina-10608952.html>. Acesso em 14 abr. 2019.

AMBRIZ-ARÉVALO, Gerardo. La ideología en Marx. Más allá de la falsa conciencia. **Pensamiento y Cultura** [en línea] 2015, 18 (Junio-Sin mes). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70142406005>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ANTÔNIO, João. **Malhação do Judas carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

AYRES, J. Saiba quais bairros de Florianópolis têm o m² mais barato e o mais caro. **Diário Catarinense**. 9 jul. 2015. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/07/saiba-quais-bairros-de-florianopolis-tem-o-m-mais-barato-e-o-mais-car-4797556.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica). In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética** (a teoria do romance). São Paulo: Unesp; Hucitec, 1990, 2^a ed., pags. 211 a 362.

BAKHTIN, Mikhail. O romance de educação na história do realismo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2^a ed., pgs. 221 a 276.

BARRETO, Luisa Marques. Quando o prédio virou torre, o comércio virou mall, a cidade virou criativa. *Ecopolítica*. [S.l.], n. 20, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/38924/26394>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e vida cotidiana: o comer e o cozinhar contemporâneos nas revistas semanais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v.11, n.2, maio/ago. 2008.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico de M. B. Leituras do cotidiano e as interseções entre o jornalismo e as ciências sociais. **Contemporânea**. Revista de Comunicação e Cultura, PosCom, UFBA, v. 12, n. 1, jan-abr 2014. p. 8-26, Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/9788/7541>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRUM, Eliane. O golpe e os golpeados. **El País**. 20 jun. 2016. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRUM, Eliane. E se a classe média de Pinheiros tivesse se omitido? **El País**. 24 jul. 2017. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/24/opinion/1500906089_804382.html. Acesso em: 15 abr. 2019.

BULCÃO, Luana. “Onde queres Dubai sou Pernambuco”: entre prospecções e reminiscências do Ocupe Estelita. **Contratexto**, [S.l.], n. 030, p. 157-179, dec. 2018. Disponível em:

<https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/3154>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CALHEIROS, Fernando Vonsowski. **Terra, trabalho e teto: movimento de ocupação Amarildo de Souza e a luta por reforma agrária popular na região da Grande Florianópolis. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ciências Sociais. 2016.** Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173998/TCC_Fernando%20Calheiros.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2019.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.

CANELLA, Francisco. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989 - 2015). **Revista Libertas On-Line** (Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora - MG). v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/18457>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2013). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/2178-4582.2016v50n2p268/33925>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CANELLA, Francisco. **Os movimentos de luta pela moradia em Florianópolis.** 2019. No prelo (disponibilizado à autora).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. **Pesquisa & Debate.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. [S.l.], v. 9, n. 2(14), 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11757>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARTA DA AMOLA: “Tanto estardalhaço por pouco”. **Folha da Lagoa.** Florianópolis (SC), 4 nov. 1991, p. 6.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.21-39, Jan/Jun 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/10007-36456-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CERIONI, Clara. Tecnologia e comportamento do brasileiro são o futuro do turismo nacional. **Exame**. São Paulo (SP), 20 nov. 2018. Brasil. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/tecnologia-e-comportamento-do-brasileiro-sao-o-futuro-do-turismo-nacional/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CIDADE MILANO. **Milano Incorporadora**. Disponível em: <https://cidademilano.com.br/>. Acesso em 4 mai. 2019.

CITELLI, Adilson Odair; BACCEGA, Maria Aparecida. Retórica da manipulação: os Sem-Terra nos jornais. **Revista Comunicações e Artes**, São Paulo, ECA-USP, nº 20, abr. 1989. p. 23 a 29.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 2002.

COLOSSO, Paolo. A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno. **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Anais [...]. Evento realizado de 13 a 15 de setembro de 2016 em São Carlos (SP). p. 79-88. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/06.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 83, maio 2007. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/172/156>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONVERSA COM HENRI LEFEBVRE. **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, n. 30, Ano 10, 1990. págs. 61-69.

CORPET, Olivier, PAQUOT, Thierry. Henri Lefebvre. *In*: Olivier Corpet, Thierry Paquot. **Entrevistas ao Le Monde: ideias contemporâneas**. São Paulo: Ática, 1989 [1. ed. 1972]. p. 131-137.

COSTA, Bianca Queda; FLORES, Giovanna Benedetto. Somos todos amarelo: o discurso jornalístico do Diário Catarinense e da Gazeta da Ocupação. **Revista Científica Ciência em Curso**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. p. 97-108, dez. 2015. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/3381. Acesso em: 30 mar. 2019.

COSTA, Márcia Rodrigues da. Por um estudo do cotidiano do jornalista: em busca da desmitificação. **Líbero**. São Paulo, v. 16, n. 31, jan./jun. de 2013, p. 143-152.

CRESPO, Regina Aída. Versus: um espaço da América Latina na imprensa alternativa (1975-1979). **MATRIZES**, v. 12, n. 2, p. 281-307, ago. 2018.

DAFLON, Rogério. Condomínio Laranjeiras: segregação, ameaça e processos em Paraty. **Agência Pública**. São Paulo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/11/condominio-laranjeiras-segregacao-ameaca-e-processos-em-paraty/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

DALCIN, Cristiano Rigo. Turistas gastaram menos neste verão. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 27 mar. 2019, p. 3.

DERAKHSHAN, Hossein. The news is dying, but journalism will not – and should not. **NiemanLab**. Dez. 2018. Disponível em: <http://www.niemanlab.org/2018/12/the-news-is-dying-but-journalism-will-not-and-should-not/>. Acesso em 28 fev. 2019.

DIOGO, Marciano. Grupo responde por crime ambiental após espalhar a mensagem “Cidade à Venda” pela Capital. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 29 abr. 2014. Cidade. Disponível em: <https://ndonline.com.br/noticias/arte-ou-pichacao/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

EDITORIAL: Chega de planejamento improvisado. **Folha da Lagoa**. Florianópolis (SC), 1ª quin. fev. 1992, p. 2.

EXPEDIENTE. **Revista Pobres & Nojentas**. Florianópolis (SC): Companhia dos Loucos. n° 1, ano 1, mai. de 2006. 28 p.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FAERMAN, Marcos. Alagados, Baía de Todos os Santos: aqui está o perigo que ameaça os pescadores. **Jornal da Tarde**, São Paulo (SP), 21 mai. 1975. p. 17.

FAERMAN, Marcos. Bahia poluída. **Jornal da Tarde**, São Paulo (SP), 22 mai. 1975. p. 19.

FAERMAN, Marcos. A seca, a fome, a tragédia do sertão. **Jornal da Tarde**, São Paulo (SP), 16 jan. 1976. p. 14.

FAERMAN, Marcos. Os homens tentam salvar o boi. E quem salva os homens? **Jornal da Tarde**, São Paulo (SP), 23 jan. 1976, p. 17.

FAERMAN, Marcos. Aqueles antigos xetas, agora sombras. **Versus**, São Paulo (SP), n. 6, out. 1977. p. 32-3.

FAERMAN, Marcos. As palavras aprisionadas. **Versus**, São Paulo (SP), n. 7, dez. 1977. p. 38.

FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue**. São Paulo: Global Editora, 1979.

FAERMAN, Marcos. Fragmentos. *In*: MARÇAL, João Batista (org.). **Marcos Faerman: Profissão Repórter**. Porto Alegre: Corag, 1999.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FELIX, Carla Baiense. **Territórios proibidos: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais** (Tese de Doutorado). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=2. Acesso em: 22 abr. 2019.

FERRETI, Orlando Ednei. **Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122896/323439.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FLORIPA 2030. **Associação FloripAmanhã**. Disponível em: <http://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/floripa-2030/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

FLORIPA SUSTENTÁVEL. Os ventos do século XXI. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 8 nov. 2018. Publicidade.

FOLHA da Lagoa responde a Cacau Menezes. **Folha da Lagoa**. Florianópolis (SC), 18 out. 1991, p. 2.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre, Tchê, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. Sem Título. Versão em áudio. Palestra proferida no Encontro Regional dos Estudantes da Comunicação (ERECOM). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**, Porto Alegre: Tchê, 1989.

GOONEWARDENA, Kanishka. Artículos e notas de investigación. **Urban**, NS02. Madri, Espanha: sep. 2011-feb. 2012. p. 25-39.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPO de desempregados vai ao palácio pedir auxílio. **O Estado**. Florianópolis (SC), 14 set. 1984, p. 2.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Entrevista: José Paulo Netto. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, jul./out.2011, p. 333-340.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Servico-Social-Catia-Correa-Guimaraes.PDF>. Acesso em: 24 abr. 2019.

GUTIÉRREZ, Emilio Martínez. Ciudad, espacio e cotidianidad en el pensamiento de Henri Lefebvre. Introducción. In: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013. p. 29-50.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 4ª ed.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona, Espanha: Península, 1994.

HOFF, Jeffrey. Prefeito chama votação extraordinária para Marina e Retiro. **Folha da Lagoa**. Florianópolis (SC), 2ª quin. dez., 1991, p. 1.

IASI, Mauro. Reflexão sobre o processo de consciência. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 95 a 124.

IJUIM, J. K.; ABREU, M. Jornalismo e contra-hegemonia: o trabalho de tradução da luta por moradia. **Revista Comunicação midiática**. UNES, São Paulo, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/373>. Acesso em: 17 abr. 2019.

INVASÃO ilegal e prejudicial. **ND**. Florianópolis (SC), 13 mar. 2019, Invasão na SC-401, p. 52.

JANUÁRIO, Sérgio Saturnino. Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/77258/182466.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mai. 2019.

JORNALISMO com opinião e posicionamento. **ND**. Florianópolis (SC), 13 mar. 2019, Editoriais, p. 44-45.

JUSTEN, Carlos Eduardo. **Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182066/349192.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. O presente possível do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.II nº 2 - 2º semestre de 2005. p. 75 a 81.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

KONDER, Leandro. **A narrativa em Lukács e em Benjamin**. **Revista Semear**, n. 7, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_22.html. Acesso em 7 fev. 2019.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EdUSP, 2003.

LACOMBE, Marcelo S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. **ANPOCS**. 31º Encontro Nacional da ANPOCS. Anais [...]. 22-26 out. 2007. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st22-4/3002-marcelolacombe-os-fundamentos/file>. Acesso em 12 jun. 2019.

LAGE, Nilson; FARIA, Tales; RODRIGUES, Sérgio. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.I nº 1 - 1º semestre de 2004. p. 132 a 144.

LEFEBVRE, Henri. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia: prolegômenos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **De l'État**. (4 volumes). Paris: Union Générale d'Éditions, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Península, 1976a.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones**. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Introduction. Volume 1. London, New York: Verso, 1991b.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Foundations for a Sociology of the Everyday. Volume 2. London, New York: Verso, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: space, time and everyday life**. Athlone contemporary European thinkers. London et al.: Continuum, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. From Modernity to Modernism. (Towards a Metaphilosophy of Daily Life. Volume 3. London, New York: Verso, 2008.

LEFEBVRE, Henri. La noción de totalidad en las ciencias sociales. **Telos**. v. 13, n. 1: enero-abril, 2011, pp. 105-124. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99318408008>. Acesso em 2 abr. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1969. (Col. Ensaios; 8).

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, Ester (org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói: UFF/GECCEL, 2003. pgs. 15 a 33.

LINDÓN VILLORÍA, Alicia. Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana. **Veredas**, México, 2004. vol. 5. n. 8. jan-jun, pgs. 39-60.

LIVRAMENTO, Rafael Machado do. **Os ciclos de ocupações urbanas e a Ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis/SC enquanto processos de consciência de classe**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

LIY, Macarena Vidal. China estreia apresentadores artificiais de TV. **El País**. 9 nov. 2018. Tecnologia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/09/tecnologia/1541765605_369415.html. Acesso em 27 fev. 2019.

LLOSA, Mario Vargas. Periodismo y creación: 'Plano americano'. **El País**. 18 mai. 2013. Opinião. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2013/05/16/opinion/1368714188_384998.html. Acesso em 25 mai. 2019.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Insular, 2016.

LOPES, Leandro de Oliveira. Conto-reportagem: jornalismo, literatura e indústria cultural. **Via Atlântica**, (34), 2018. p. 211-226.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, Georg. **Estética I: la peculiaridad de lo estético**. Barcelona, México: Edições Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 2ª ed.

LUKÁCS, Georg. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**; São Paulo: Boitempo, 2012.

MACEDO, Chris Granato. **Amigos de Florianópolis? Os “do contra” e os “a favor” na perspectiva de Paulo da Costa Ramos**. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MANIFESTO em favor de Florianópolis. **Movimento Floripa Sustentável**. 16 abr. 2019. Disponível em: <http://floripamanha.org/2019/04/movimento-floripa-sustentavel-vai-focar-na-inclusao-social-para-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 12 mai. 2019

MANOEL, Paula Scheidt. **Cidade, poder e imprensa: notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana em Florianópolis**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94070>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MARÇAL, João Batista (org.). **Marcos Faerman: Profissão Repórter**. Porto Alegre: Corag, 1999.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política**. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo. 2013.

MARX, K. A questão americana na Inglaterra. *New York Daily Tribune*. 11 de outubro de 1861. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1861/10/11.htm>. Acesso em 7 fev. 2019.

MELO, Rostand de Albuquerque. O Cotidiano da Política no Jornalismo: Espetáculo e Debate Público na Esfera Midiática. **Intercom**. Anais [...]. Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

MENDONÇA, Heloísa. Leila Guerriero: “Não creio na objetividade jornalística e sim na subjetividade honesta”. *El País*. 29 jul. 2017. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/28/politica/1501267980_496869.html. Acesso em 25 mai. 2019.

MENEZES, Cacau. Se hay lucro, soy contra. **Diário Catarinense**. 14 mar. 2014. Coluna. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/cacaumenezes/2014/03/14/se-hay-lucro-soy-contra/?topo=77,1>. Acesso em 01 mai. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão. **Verso & Reverso Revista da Comunicação**. Unisinos, São Leopoldo (RS), v. 21, n. 48, 2007/3.

MOVIMENTO Floripa Sustentável lança novo manifesto em favor de Florianópolis. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 15 abr. 2019. Geral. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/movimento-floripa-sustentavel-lanca-novo-manifesto-em-favor-de-florianopolis/>. Acesso em: 6 mai. 2019.

MOVIMENTO Floripa Sustentável vai focar na inclusão social para desenvolvimento sustentável. **Associação FloripAmanhã**. 16 abr. 2019. Disponível em: <http://floripamanha.org/2019/04/movimento-floripa-sustentavel-vai-focar-na-inclusao-social-para-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MOVIMENTO PONTA DO CORAL 100% PÚBLICA. **Abaixo-assinado**. Petição Pública. 2011. Disponível em: <https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/abaixo-assinado/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MOVIMENTO PONTA DO CORAL 100% PÚBLICA. **Hoje! Reunião do Movimento Ponta do Coral 100% Pública (23/08/16)**. 2016. Disponível em: <https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/?s=horizontal&submit=Pesquisar>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MOVIMENTO PONTA DO CORAL 100% PÚBLICA. **Nota sobre casa construída na Ponta do Coral**. 20 abr. 2019.

<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/2019/04/20/nota-sobre-casa-construida-na-ponta-do-coral/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MUHLMANN, Géraldine. Marx, o jornalismo, o espaço público. In: NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUSTO, Marcello. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 61 a 93.

NA ILHA. Cacau. Claudio Menezes. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 11 out. 1991. p. 3.

NASCIMENTO, Eron Keoma. **Aqui vivemos, aqui lutamos: a Ocupação Amarillo de Souza no contexto da formação socioespacial de Florianópolis**. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189286/TCC-Eron%20Keoma.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 8 mai. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 1994, p. 64 a 93.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OCUPAÇÃO. **Jornal das Comunidades**. Florianópolis (SC), jul./ago. 1990, nº 6, p. 1.

O DIREITO DE SABER - II. **Folha da Lagoa**. Florianópolis (SC), 1º out. 1991, Editorial, p. 2.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura**. Porto Alegre: Já Editores, 2008.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. **Análise social**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. vol. 22, 1986, p. 7-57.

PARQUE HOTEL MARINA PONTA DO CORAL. **Hantei**. Divulgação. 2011. Disponível em: <http://www.hantei.com.br/hantei/pontadocoral.pdf>. Acesso em 29 abr. 2019

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

PERES, Lino Fernando Bragança. **Crisis de un patron de desarrollo territorial y su impacto urbano-habitacional en Brasil (1964-1992): la punta del iceberg: los “sin-techo” en la region de Florianópolis, SC**. Tesis apresentada à Facultad de Arquitectura da Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Mexico, 1994.

PERES, Lino Fernando Bragança. Da crise do padrão habitacional de grande escala à expansão das periferias urbanas: os sem-teto como a ponta do iceberg do processo de segregação e exclusão sócio-espacial. In: **Encontro Nacional da Anpur**, 6, 1995, Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1995. p. 106-125. Disponível em: <http://anpur.org.br/project/anais-do-vi-encontro/>. Acesso em: 6 mai. 2019.

PERUZZO, Círcia Khroling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 17, set. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PIRES JR. Tempo, método e crítica – alegoria em Walter Benjamin e representação em Henri Lefebvre. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás. Ano 3, n.7, jun/2012. p. 156-180. Disponível em: http://www.revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo_7_Pires_Jr..pdf?1342486579. Acesso em 27 jan. 2019.

PLANO turístico para a ilha. **O Estado**. Florianópolis (SC), 27 fev. 1955, p.3.

PONTES, Felipe. Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135113/334236.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mai. 2019.

POPULAÇÃO de Florianópolis atinge mais de meio milhão de habitantes. **G1 SC**. Florianópolis (SC), 28 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/28/populacao-de-florianopolis-atinge-mais-de-meio-milhao-de-habitantes-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 28 ago. 2019.

PORTAL DESACATO. **Carta às entidades apoiadoras de Desacato** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <imprensa@sintrajusc.org.br> em 23 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Agosto de 2012. 166 p. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

QUEIROZ, Poliana. Cotidiano e formas sociais: por uma metodologia de análise do jornalismo. **5º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação**. Anais [...].

UFF | UFRJ | UERJ | PUC-RIO Universidade Federal Fluminense, Niterói. 24 a 26 de outubro de 2012.

QUEM SOMOS. **Associação FloripAmanhã**. Disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

QUEM SOMOS. **Florianópolis e Região Convention & Visitors Bureau**. Disponível em: <http://www.floripaconvention.com.br/floripa-convention/quem-somos/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

QUEM SOMOS. **Maruim Jornalismo**. 19 fev. 2019. Disponível em: <http://maruim.org/quem-somos/>. Acesso em 11 mai. 2019.

RAMOS, Paulo da Costa. A Ilha do Faveléu. **O Estado**. Florianópolis (SC), 13 nov. 1991. p. 4.

RAMOS, Sérgio da Costa. Os do contra. **DC**. Florianópolis (SC), 27 jan. 2017. Coluna. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/columnistas/sergio-da-costa-ramos/noticia/2017/01/os-do-contra-9611953.html>. Acesso em 1º abr. 2019.

RECURSOS do Minha Casa Minha Vida acabam em junho, diz ministro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SC), 24 abr. 2019. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/recursos-do-minha-casa-minha-vida-acabam-em-junho-diz-ministro.shtml>. Acesso em 6 mai. 2019.

REDE de Cidades Criativas da Unesco. **Unesco**. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/unesco_creative_cities_network/. Acesso em 14 abr. 2019.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. págs. 53 a 64.

RODRIGUES, Arielle Rosa. Jornal *Afinal* e o processo de abertura política “lenta, segura e gradual”. **III Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Anais [...]. Trabalho apresentado no ST6 História Política e Tempo Presente: Brasil e América Latina. UDESC, Florianópolis, 2017.

SÁNCHEZ-CASAS, Carlos. **La construccion del espacio social**. Madrid: Editorial Eusya. 1987.

SANTIAGO, Tatiana. Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. **G1 SP**. 2 mai. 2018. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>. Acesso em 30 abr. 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Espaço urbano comum, heterotopia e o direito à cidade: Reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. **urbe, Rev.**

Bras. Gest. Urbana [online]. 2014, vol.6, n.2, pp.146-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v6n2/03.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. A determinação ontológica das categorias em Hegel e Marx segundo Lukács. **Espaço Socialista**. 23 de abril de 2013. <http://espacosocialista.org/portal/2013/04/a-determinacao-ontologica-das-categorias-emhegel-e-marx-segundo-lukacs/>. Acesso em 11 mar. 2019.

SANTOS, Jonatas Mendonça dos; FAUSTINO, Raphael Brito. Megaeventos esportivos como restrição do direito à cidade: Jogos Olímpicos e violação dos direitos humanos no Brasil. **XVII Enanpur**. Anais [...]. Sessão Temática 3: Produção e Gestão do Espaço Urbano, Metropolitano e Regional. São Paulo, 22 a 26 de maio de 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.7/ST%203.7-03.pdf. Acesso em 30 abr. 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da USP, 2007. 7ª ed.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANVOISIN, Jean. Henri Lefebvre, Le langage et la société. Paris: Gallimard, 1966. In: **L'Homme et la société**, N. 1, 1966. pp. 123-124. www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1966_num_1_1_956. Acesso em: 25 nov. 2018.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária” - fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2ª ed. 2017.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284/77927>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SCHMITT, Rodrigo Brüning. **Tacada perigosa: a polêmica construção do Costão Golf sobre o maior aquífero de Florianópolis**. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, págs. 71 a 86.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SILVA, Gislene. Aportes teóricos e técnicos para uma crítica cultural da notícia. Projeto de Pesquisa. **Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – POSJOR/UFSC**. Disponível em: <http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/files/2012/01/PROJETO-GISLENE-DA-SILVA-2016-2018.pdf>. Acesso em: 18 jan. de 2019.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana L. Para pensar a crítica de mídias. **Famecos** (Porto Alegre), v. 20, nº 3, set./dez. 2013, pp. 820-839. Disponível em: https://www.academia.edu/22913626/Para_pensar_a_cr%C3%ADtica_de_m%C3%ADdias. Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVA, Ludovico. **Teoria y practica de la ideologia**. México: Editorial Nuestro Tiempo. 1971.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas, Venezuela: Monte Avila Editores, 1975.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SILVA, Murilo. **Estudo acerca da nulidade da venda do bem público, denominado Ponta do Coral e sua reversão ao patrimônio do Estado de Santa Catarina**. 173 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Representações midiáticas, memória e identidade. **Intercom**. Anais [...]. Trabalho apresentado IV Colóquio Brasil-França, Seção temática Comunicação e Cultura, do XXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre, RS, 30 de agosto a 3 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/114207024209518791716507656874190840072.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

SOARES, Moisés Alves. Direito e Alienação nos Grundrisse: as relações entre a normatividade jurídica e a normatividade do trabalho. **Cemarx**. VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais [...]. GT 3 - Marxismo e Ciências Humanas. Unicamp, São Paulo, 24 a 27 de julho de 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7349_Soares_Mois%C3%A9s.pdf. Acesso em: 24 fev. 2019.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. **Líbero**. São Paulo (SP), Ano X, nº 20, Dez 2007. p. 47-56.

SOUSA, Isabel Cristina Nunes de; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. Conflitos fundiários urbanos e a ocupação “Pinheirinho”: acesso à moradia e remoção forçada. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 11, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100227&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2019.

SOUZA, Rubens Lopes de. **Jornalismo libertador**: a estrutura e a dinâmica da revista *Pobres & Nojentas*. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189439/TCC_Rubens%20Lopes_monografia_Pobres%26Nojentas.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 19 fev. 2019.

SPAUTZ, Dagmar. Joinville, Itajaí e Florianópolis lideram ranking do PIB em SC. **NSCTotal**. Florianópolis (SC), 14 dez. 2018. Coluna. Economia. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/joinville-itajai-e-florianopolis-lideram-o-ranking-do-pib-em-santa>. Acesso em: 4 mai. 2019.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. 232 p. 2 v.

SUGAI, Maria Inês. Há favela e pobres na “Ilha da Magia”? *In*: ABRAMO, Pedro (org.). **Favelas e mercado informal**: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, 2009. p. 163-199. (Coleção Habitar, v. 10).

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

SUZUKI JR., Matinas. O algodão agridoce. *In*: AGEE, James; EVANS, Walker. **Elogiemos os homens ilustres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens**: uma reflexão sobre a comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

TAVARES, Elaine. A comunicação popular e a soberania popular. **IELA**. 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/comunicacao-popular-e-soberania-popular>. Acesso em 18 fev. 2019.

TAVARES, Frederico de M. B.; Vaz, e Paulo B. F. Cidades em “Cidade”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.II. nº 2 - 2º semestre de 2005.

THOMÉ, Leonardo. Restauração da casa onde morou ex-governador Hercílio Luz deve começar em setembro. **Notícias do Dia**. 23 jul. 2014. Cidade. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/restauracao-da-casa-onde-morou-ex-governador-hercilio-luz-deve-comecar-em-setembro/>. Acesso em: 4 mai. 2019.

TOLEDO, Luciane Gonçalves. **Jornalismo e invisibilidade social: uma crítica à cobertura do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarelado**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Jornalismo. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/171733>. Acesso em 15 abr. 2019.

TONIN, Vitor Hugo. **Muita gente sem casa, muita casa gente. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134805>. Acesso em 15 abr. 2019.

UOL. Ideologia e Deus são as palavras mais citadas por Bolsonaro; veja 10 frases. **UOL**, 1º jan. 2019. Poder. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/veja-frases-de-bolsonaro-nos-primeiros-discursos-como-presidente.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. *In*: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (orgs). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p. 71-84.

VEJA SANTA CATARINA, São Paulo (SP), 13 nov. 1991, ano 24, nº 46.

VERA, Margaux Hildebrandt. As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VOGEL, Daisi. Os lagartos e as cobras na terra do sol. **Veja Santa Catarina**. São Paulo (SP). 13 nov. 1991, ano 24, nº 46. p. 4 a 7.

VOLOCHKO, Danilo. Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. págs. 65 a 88.

WAGNER, Rafael Silva. **Ponta do Coral: uma análise do impasse socioeconômico**. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158485/Monografia%20do%20Rafael%20Silva%20Wagner.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 mai. 2019.

WILLER, Claudio. Marcos Faerman, repórter do nosso tempo. *In*: FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue**. São Paulo: Global Editora, 1979.

ŽIŽEK, Slavoj. Só nós podemos ajudar Assange! **Revista Fórum**. 13 abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/zizek-so-nos-podemos-ajudar-assange/>. Acesso em 15 abr. 2019.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS, REVISTAS E PORTAIS DIGITAIS (CAPÍTULO 4)

A CIDADE que precisamos ser. Dossiê ND. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 23 mar. 2019, p. 3.

A OCUPAÇÃO Amarildo e o jornalismo. **Portal Desacato**. 21 abr. 2014. Disponível em: <http://desacato.info/a-ocupacao-amarildo-e-o-jornalismo/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ÁGUAS Mornas cria polêmica. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 5-6 jul. 2014, Cidade, p. 8.

ALVES, Felipe. Parque na Ponta do Coral. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 29 mai. 2015, Cidade, p. 10.

AVANÇO contra as invasões. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 9 mai. 2019, Opinião, p. 10.

BACELO, Joice. “Esse imóvel é meu único bem”. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 18 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 4 e 5.

BACELO, Joice. Cúpula mobilizada na Agrônômica. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 22 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 10.

BISPO, Fábio. Ocupação avança na Caieira. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 5 jun. 2018, Cidade, p. 4.

BISPO, Fábio. Bolsões de pobreza se multiplicam. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 9/10 jun. 2018, Cidade, p. 4-5.

BISPO, Fábio. Mais da metade da cidade é irregular. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 29 mar. 2019, p. 5.

BOSCHI, Upiara. Prefeitura vai rever decreto que permitiu obra na Ponta do Coral. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 16 abr. 2015, Notícias, p. 10.

BOSCHI, Upiara. Prefeitura cancela decreto que autoriza obra na Ponta do Coral. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 17 abr. 2015, Notícias, p. 10.

CALHEIROS, Fernando. Ato unificado dos sem-teto reivindica o direito à moradia e o fim da violência nas ocupações urbanas da Grande Florianópolis. **Portal Desacato**. Florianópolis (SC), A Outra Reflexão, 4 jul. 2018. Disponível em: <http://desacato.info/ato-unificado-dos->

[sem-teto-reivindica-o-direito-a-moradia-e-o-fim-da-violencia-nas-ocupacoes-urbanas-da-grande-florianopolis/](#). Acesso em: 18 jun. 2019.

CEOLLA, Stefani. Em área de preservação. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 14 jun. 2018, p. 20.

COMBATE às invasões. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 23-24 jun. 2018, Opinião, p. 10.

CONSTRUTORA pretende concluir hotel na Beira-Mar até 2018. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 7 fev. 2015, Notícias, p. 12.

DE DECRETO em decreto se aprova um hotel. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis (SC), 25 fev. 2015. Disponível em: <http://maruim.org/2015/02/25/de-decreto-em-decreto-se-aprova-um-hotel/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DOSSIÊ ND. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 23 mar. 2019, Suplemento, p. 20.

EDITORIAL. **Pobres & Nojentas**. Florianópolis (SC), mai. 2006, ano 1, nº 1. p. 3.

EDITORIAL. Os prejuízos da omissão. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 21 jan. 2014, Opinião. p. 6.

EDITORIAL. Invasão anunciada. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 21 abr. 2014, Opinião, p. 6.

EM DEFESA da Ponta do Coral. **Pobres & Nojentas**. Florianópolis (SC), 13 fev. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8kMRvczJsic>. Acesso em 15 fev. 2015.

ENTRAVES ambientais. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 13 mar. 2019, Beach Clubs, p. 24.

EXPEDIENTE. **Pobres & Nojentas**. Florianópolis (SC), mai. 2006, ano 1, nº 1. p. 2.

FAMÍLIAS ocupam terreno na SC-401. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 17 dez. 2013. Cidade. p. 7.

FAMÍLIAS mudam para nova área. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 16 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 5.

FITIPALDI, Raul. Hantei vs. Movimento Ponta do Coral: Por um sambinha só? **Portal Desacato**, Florianópolis (SC), 22 ago. 2015. Disponível em: <http://desacato.info/hantei-vs-movimento-ponta-do-coral-por-um-sambinha-so/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GONÇALVES, Michel. Uma nova comunidade irregular. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 6 abr. 2017, Especial, p. 3.

GONÇALVES, Michel. Invasão na Caieira é contida. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 14 jun. 2018, Cidade, p. 4.

GONÇALVES, Michel. Demolidos barracos em área pública. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 23-24 jun. 2018, Cidade, p. 5.

GONÇALVES, Michel. Famílias recusam projetos sociais. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 29 jun. 2018, Especial, p. 3.

GRUPO invade área no Norte da Ilha. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 17 dez. 2013, Geral, p. 28.

HANGAI, Luis Antonio. As vozes de um conflito. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 31 jan. 2014, Reportagem Especial, p. 4 a 6.

HANGAI, Luis Antonio. Dois meses para a desocupação. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 8 fev. 2014, Reportagem Especial, p. 4 e 5.

HANGAI, Luis Antonio; WOLFF, Gabriela. Quatro dias para a retirada. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 11 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 4-5.

HANGAI, Luis Antonio; SANTAELLA, Thiago; WOLFF, Gabriela. Desfecho indefinido. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 15 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 4-5.

INVASÕES serão investigadas. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 9 mai. 2019, Especial, p. 5.

INVASÕES serão regularizadas. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 23 mai. 2019, Cidade, p. 6.

JTT. Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Ação violenta da PM na Ocupação Marielle Franco. **Portal Desacato**, Florianópolis (SC), 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DU7BDNWHcts>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LAMBRANHO, Lúcio. Fila por moradia é de 14,7 mil. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 27 jan. 2014, Cidade, p. 4.

LAMBRANHO, Lúcio; BISPO, Fábio. Área é da União, afirma SPU. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 7 fev. 2014, Cidade, p. 7.

LENZI, Alexandre. Complexo de luxo em área nobre. **Diário Catarinense**, Florianópolis (SC), 13 mai. 2011, p. 16.

LIMA, Linda Inês Pereira. Do alto da escadaria da José Boiteux, moradora fala sobre acesso à cidade. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis (SC), 27 nov. 2016. Disponível em: <https://maruim.org/2016/11/27/do-alto-da-escadaria-da-jose-boiteux-moradora-fala-sobre-acesso-a-cidade/>. Acesso em 15 jun. 2019

LUZ, Andréa da. Novas ações contra as invasões. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 17 mai. 2019, Especial, p. 3.

LUZ, Andréa da. Engordamento da praia de Canasvieiras, em Florianópolis, pode começar em agosto. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 3 jul. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/engordamento-da-praia-de-canasvieiras-em-florianopolis-pode-comecar-em-agosto/>. Acesso em 3 jul. 2019.

MADEIRA, Ana C. P. Ponta do Coral comemora 35 anos de luta por praça. **Portal Desacato**, Florianópolis (SC), 17 dez. 2015. Disponível em: <http://desacato.info/ponta-do-coral-comemora-35-anos-de-luta-por-praca/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MARÉ baixa e nevoeiro. **Diário Catarinense**, Florianópolis (SC), 28 out. 2015, contracapa.

MARTINI, Rafael. A revolta do Rio Vermelho. **Diário Catarinense**, Florianópolis (SC), 22 abr. 2014, p. 2.

MENEZES, Cacau. Ponta do Coral. **Diário Catarinense**, Florianópolis (SC), 23 fev. 2015, Coluna, p. 30.

MOVIMENTO Ponta do Coral 100% pública apresenta parque como alternativa ao hotel. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis (SC), 30 mar. 2015. Disponível em: <https://maruim.org/2015/03/30/movimento-ponta-do-coral-100-publica-apresenta-parque-como-alternativa-ao-hotel/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NÚMERO de pessoas cai de 750 para 150. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 17 abr. 2014, Política, p. 6.

O CAMINHO das três pontas. **Pobres & Nojentas**. Florianópolis (SC), 13 fev. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y2w_YO8ih4c. Acesso em: 15 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo. Ocupação Amarildo de Souza – Florianópolis. 29 dez. 2013. (10m37s). **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ur-hSrmPiQM>. Acesso em 8 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo. RIC Notícias SC. **Grupo RIC**. Florianópolis (SC), 21 abr. 2014. Noticiário de TV.

OCUPAÇÃO Amarildo de Souza nasce no norte da ilha nesta madrugada. **Portal Desacato**. 16 dez. 2013. Disponível em: <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-de-souza-nasce-no-norte-da-ilha-nesta-madrugada/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo é sobrevoada por helicópteros da PM e da Polícia Civil. **Portal Desacato**. 7 jan. 2014. Disponível em: <http://desacato.info/ja-somos-150-familias-em-22-dias-de-luta/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo: “Se montou um aparato de guerra para agredir os moradores”.

Portal Desacato. 12 abr. 2014. Disponível em: <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-se-montou-um-aparato-de-guerra-para-agredir-os-moradores/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo Florianópolis se muda para a Palhoça. **Portal Desacato**. 15 abr.

2014. Disponível em: <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-florianopolis-se-muda-para-a-palhoca/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo – Palhoça. **Portal Desacato**. 16 abr. 2014. Disponível em:

<http://desacato.info/ocupacao-amarildo-palhoca/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo no Rio Vermelho - Atualizações. **Portal Desacato**. 21 abr. 2014.

Disponível em: <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-retorna-a-ilha-e-se-instala-no-rio-vermelho/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÃO Amarildo de Souza se instala na Beira-mar São José. **Portal Desacato**. 11 jun.

2014. Disponível em: <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-de-souza-se-instala-na-beira-mar-sao-jose/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OCUPAÇÕES irregulares. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 5 jun. 2018, Opinião, p. 10.

OPINIÃO DA RBS. Um vácuo preocupante. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 21 abr. 2014, Editorial, p. 12.

OPINIÃO DA RBS. Com as próprias mãos. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 22 abr. 2014, Editorial, p. 10.

ORDEM de despejo ameaça Ocupação Amarildo de Souza. **Portal Desacato**. 19 dez. 2013.

Disponível em: <http://desacato.info/ordem-de-despejo-ameaca-ocupacao-amarildo-de-souza/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PEIXOTO, Clarissa. Ocupação Amarildo visibiliza a luta por moradia em Florianópolis.

Portal Desacato. 16 abr. 2014. <http://desacato.info/ocupacao-amarildo-visibiliza-a-luta-por-moradia-em-florianopolis/>. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2019.

PM interrompe mutirão de limpeza. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis (SC), 19 mar. 2015.

Disponível em: <http://maruim.org/2015/03/19/pm-interrompe-mutirao-de-limpeza/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

POLÍCIA Militar Ambiental flagra loteamento clandestino no Rio Vermelho. **Jornal**

Conexão, Florianópolis (SC), 22 dez. 2017. Disponível em:

<https://www.jornalconexao.com.br/2017/12/22/policia-militar-ambiental-flagra-loteamento-clandestino-no-rio-vermelho/>. Acesso em 9 jun. 2019.

PONTA do Coral ainda causa divergências em Florianópolis. **Jornal do Meio-Dia, RIC**, Florianópolis (SC), 9 mar. 2015.

REAÇÃO contra as invasões. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 17 mai. 2019, Opinião, p. 10.

RESPOSTA às invasões. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 2 abr. 2019, Opinião, p. 10.

RETROSPECTIVA: A luta contra a “pedagogia do silêncio”. **Portal Desacato**. 7 abr. 2019. Disponível em: <http://desacato.info/retrospectiva-a-luta-contr-a-pedagogia-do-silencio/>. Acesso em 18 mai. 2019.

ROSA, Edson. Ocupação já tem 250 famílias. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 14 jan. 2014, Cidade, p. 7.

ROSA, Edson. Invasão vigiada só de longe. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 18-19 jan. 2014, Cidade, p. 11.

ROSA, Edson. Ocupação vira disputa agrária. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 21 jan. 2014, Cidade, p. 4.

ROSA, Edson. Definição está nas mãos do juiz agrário. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 22 jan. 2014, Cidade, p. 6-7.

ROSA, Edson. Medidas de controle na área. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 23 jan. 2014, Cidade, p. 4-5.

ROSA, Edson. Outro ângulo do acampamento. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 16 abr. 2014, Especial, p. 5.

ROSA, Gabriel. Hotel de 18 andares depende da Fatma. **Diário Catarinense**, Florianópolis (SC), 6 fev. 2015, Notícias, p. 19.

ROSSI, Marina. Protestos anti-PT registram agressões a quem veste camiseta vermelha. **El País**. 17 ago. 2015, Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439769515_800304.html. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Anderson; VARGAS, Diogo; BACELO, Joice; HANGAI, Luis Antonio; FELTHAUS, Rosane. Tática rural em território urbano. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 27 abr. 2014, Geral, p. 33.

SILVA, Camila Rodrigues da. Amarildo entrega lista com 725 famílias ao Incra; ouvidor expulsa PM do local. **Portal Desacato**. 3m31s. 25 jan. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JgW0YciFbAo>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOUZA, Colombo de. Apoio contra invasões na Capital. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 28 jun. 2018, Cidade, p. 8.

SOUZA, Colombo de. Ações definidas para a Caeira. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 30 jun./ 1º jul. 2018, Cidade, p. 4.

SOUZA, Diogo de. Invasores desafiam prefeitura. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 25 jun. 2018, Cidade, p. 4.

SOUZA, Rubens Lopes de. Quando morar é um direito. **Youtube**. 7m07s. 3 fev. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FR_-82JSinY. Acesso em: 17 abr. 2019.

TÁTICA de enfrentamento. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 29 jun. 2018, Opinião, p. 10.

TAVARES, Elaine. Ocupação Amarildo - Trabalho, terra e teto. **Revista Pobres & Nojentas Florianópolis (YouTube)**. 11m45s. 10 jan. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZEPiPRD8MI4>. Acesso em: 17 abr. 2019.

THOMÉ, Leonardo. Incra envia relatório a juiz agrário. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 15 abr. 2014, Especial, p. 4.

THOMÉ, Leonardo. Facões, fogueiras e desocupação. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 16 abr. 2014, Especial, p. 7.

THOMÉ, Leonardo. Prejuízos e sujeira. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 24 abr. 2014, Especial, p. 3.

THOMÉ, Leonardo. De invasões a comunidades. **Notícias do Dia**. Florianópolis (SC), 5 mai. 2014, Cidade, p. 6-7.

THOMÉ, Rafael. Licença liberada para hotel. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 26 fev. 2015, p. 8.

VARGAS, Diogo; TAVELLA, Marcone. PM evita confronto entre moradores e invasores. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 21 abr. 2014, Geral, p. 20-21.

VARGAS, Diogo; MICHEL, Thomas. Capítulos de uma reação inesperada. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 22 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 4 a 10.

VARGAS, Diogo. Mobilização feita no boca a boca. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 22 abr. 2014, Reportagem Especial, p. 6.

WOLFF, Gabriela; MICHEL, Thomas. Famílias querem reforma agrária no Norte da Ilha. **Diário Catarinense**. Florianópolis (SC), 21 jan. 2014, Geral, p. 28.

Leis:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 mar. 2019.

Sites:

AGÊNCIA PÚBLICA. apublica.org

ESCRITOS EM MOVIMENTO. escritosemmovimento.blogspot.com

JORNALISTAS LIVRES. jornalistaslivres.org

MARCOS FAERMAN. www.marcosfaerman.jor.br e www.facebook.com/marcosfaerman/

MARUIM. <http://maruim.org/>

PARQUE CULTURAL DAS TRÊS PONTAS.
<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/>

PORTAL DESACATO. <http://desacato.info/>

POBRES & NOJENTAS. <http://pobresenojentas.blogspot.com/>

POBRES & NOJENTAS. <https://www.youtube.com/user/PobresyNojentas>

APÊNDICE A – Tabela da cobertura da Ocupação Amarildo de Souza

TEMA: OCUPAÇÃO AMARILDOANO: 2014

VEÍCULO: DIÁRIO CATARINENSE

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Grupo invade área no Norte da Ilha	17/12/2013	Geral	28	-
2	C=Invasão na 401 recebe índios do RS	Famílias querem reforma agrária no Norte da Ilha	21/01	Geral	28	-
3	C=Partidos dão apoio para ocupação	Militantes de esquerda apoiam invasão na SC-401	24/01	Política	12	-
4	C=Vozes dissonantes	As vozes de um conflito	31/01	Rep. Esp.	4 a 6	Por uma resposta rápida
5	C=Fim do impasse	Dois meses para a desocupação	08/02	Rep. Esp.	4-5	-
6	C=Quatro dias para saída de famílias	Quatro dias para a retirada	11/04	Rep. Esp.	4-5	-
7	C=Justiça negocia novo destino para famílias	Os rumos da invasão	14/04	Rep. Esp.	4-5	-
8	C=Liberação de área segue sob impasse	Desfecho indefinido	15/04	Rep. Esp.	4-5	-
9	M=Invasores se mudam para área litigiosa da BR-101 em Palhoça	Famílias mudam para nova área	16/04	Rep. Esp.	4-5	-
10	C=Famílias têm prazo para ficar em área	Número de pessoas cai de 750 para 150	17/04	Política	6	-
11	C=Rocio, dona da área em Palhoça usada pela ocupação: "Eu não autorizei o uso do terreno"	Ocupação Amarildo: a dona da área. "Esse imóvel é meu único bem"	18/04	Rep. Esp.	4-5	-
12	M=Moradores reagem à nova invasão em Florianópolis	PM evita conflito entre moradores e invasores	21/04	Geral	20-21	Um vácuo preocupante
13	M=Invasão rechaçada	Capítulos de uma reação inesperada	22/04	Rep. Esp.	4-10	Com as próprias mãos
14	C=Relação de famílias vira centro de impasse	Incra diz que só fará nova lista com pedido da justiça	23/04	Geral	19	-
15	M=As digitais no comando da invasão	Tática rural em território urbano	27/04	Geral	33-36	-

VEÍCULO: NOTÍCIAS DO DIA

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Famílias ocupam terreno na SC-401	17/12/13	Cidade	7	-
2	C=Invasão cresce na SC-401	Ocupação já tem 250 famílias	14/01	Cidade	7	-
3	C=Dono do terreno aguarda despejo	Advogado aguarda despejo	15/01	Cidade	8	-
4	C=Cresce invasão na SC-401	Invasão vigiada só de longe	18-19/01	Cidade	11	-
5	C=Favela cresce sem ação da justiça	Ocupação vira disputa agrária	21/01	Cidade	4-5	Os prejuízos da

						omissão
6	M=Destino da invasão será decidido hoje	Definição está nas mãos do juiz agrário	22/01	Cidade	6-7	-
7	M=Medidas para conter a invasão	Medidas de controle na área	23/01	Cidade	4-5	-
8	M=Invasão completa 40 dias	Conflito agrário perto da praia	24/01	Especial	3 a 5	-
9	C=Invasão tem 750 famílias	Invasão tem 725 famílias	25-26/01	Cidade	4-5	A invasão do direito
10	C=Capital tem fila por moradia	Fila por moradia é de 14,7 mil	27/01	Cidade	4	-
11	C=Advogado descarta acordo na SC-401	Acordo é descartado por família	28/01	Cidade	7	-
12	C=Expectativa no acampamento	Juiz agrário visita invasão	06/02	Cidade	4	-
13	M=União reclama posse da área	Área é da União, afirma SPU	07/02	Cidade	6-7	-
14	M=Os 19 pontos de desocupação	Área deve ser desocupada até 15 de abril	08-09/02	Cidade	4-5	A lei é para todos
15	C=Terreno tem 350 barracos	Invasão tem 350 barracos	10/02	Cidade	4	-
16	C=Mais luz na área invadida	Celesc vai melhorar entrega de energia	26/02	Cidade	4	-
17	C=Acordo pode ser revogado	Ação pede o fim do acordo	11/04	Cidade	5	Por uma solução imediata
18	M=Prazo termina à meia-noite	Fim do prazo	15/04	Especial	3 a 5	Acordos devem ser honrados
19	M=Da SC-401 para Palhoça	Mudança e novo impasse	16/04	Especial	3 a 7	-
20	C=Saída da SC-401 não encerra o conflito	Disputa pela SC-401 continua	17/04	Especial	3 a 5	Solução pela metade
21	M=Grupo invade nova área	Nova invasão	21/04	Especial	3	Invasão anunciada
22	M="Guerra" contra invasores	Acampados voltam à Palhoça	22/04	Cidade	4-5	-
23	M=Dona do terreno pede reintegração	Dona da área entra na justiça	23/04	Cidade	4	-
24	-	Prejuízos e sujeira	24/04	Especial	3	-
25	M=Invasões que viram bairros na capital	De invasões à comunidades	05/05	Cidade	6-7	-
26	C=Incra procura área no interior	Incra procura nova área para os acampados	15/05	Cidade	5	-
27	C=Famílias vão para Águas Mornas	Incra transfere 70 famílias	04/07	Cidade	7	-
28	C=Município não quer Amarildos	Águas Mornas cria polêmica	5-6/07	Cidade	8	-

VEÍCULO: DESACATO

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE (PORTAL)
1	Ocupação Amarildo de Souza nasce no norte da ilha nesta madrugada	16/12/2013	Desacato
2	Ordem de despejo ameaça Ocupação Amarildo de Souza	19/12/2013	Desacato
3	Nota de repúdio à ordem de despejo da Ocupação Amarildo de Souza	20/12/2013	Nota pública de movimento
4	Ocupação Amarildo desvela a cidade	21/12/2013	Colaboração de jornalista
5	Ocupação Amarildo é sobrevoada por helicópteros da PM e da Polícia Civil	07/01/2014	Desacato
6	Ocupação Amarildo entrega lista com 725 famílias ao Incra; ouvidor expulsa PM do local	25/01/2014	Desacato
7	Moradores da ocupação Amarildo de Souza agendam uma audiência pública	27/02/2014	Release

8	Ocupação Amarelido começa nova fase: SPU diz que as terras são da União	21/03/2014	Reprodução de <i>Palavras Insurgentes</i> (blog)
9	Amarelido ocupa INCRA, Assembleia Legislativa e SC-401	09/04/2014	Release de movimento
10	OCUPAÇÃO AMARILDO: "Se montou um aparato de guerra para agredir os moradores"	12/04/2014	Desacato
11	Polícia intimida e Amarelido resiste – Chamado à solidariedade	13/04/2014	Nota pública de movimento
12	Governador quer desalojar 500 famílias da Ocupação Amarelido, na SC-401	14/04/2014	Release de movimento
13	Ocupação Amarelido Florianópolis se muda para a Palhoça!	15/04/2014	Desacato
14	Amareldos se mudam para terra na Palhoça, após dia de negociações	16/04/2014	Release de movimento
15	Ocupação Amarelido – Palhoça	16/04/2014	Desacato
16	Ocupação Amarelido visibiliza a luta por moradia em Florianópolis	16/04/2014	Desacato
17	Ocupação Amarelido e o monopólio da imprensa catarinense	19/04/2014	Colaboração de jornalista
18	Feliz Páscoa, os Amareldos voltaram à Ilha	20/04/2014	Reprodução de <i>Daqui na Rede</i> (site local de jornalismo)
19	A Ocupação Amarelido e o Jornalismo	21/04/2014	Editorial Desacato
20	Ocupação Amarelido no Rio Vermelho – Atualizações	21/04/2014	Desacato
21	Ocupação Amarelido de Souza se instala na Beira-mar São José	11/06/2014	Desacato
22	Ocupação Amarelido de Souza no INCRA SJ: pedido de colaboração e notícias	12/06/2014	Desacato
23	Comuna Amarelido em Águas Mornas: atualização	04/07/2014	Desacato
Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE (CONTA NO YOUTUBE)
24	Ocupação Amarelido entrega lista das famílias a ouvidor agrário de SC - Íntegra da fala de Rui	24/01	reprodução de fala na íntegra
25	Ouvidor agrário recebe lista das famílias e repudia o acirramento do conflito (íntegra)	25/01	reprodução de fala na íntegra

Release: publicação de material da Comuna Amarelido de Souza

Release de movimento e Nota pública de movimento: material não proveniente da Comuna Amarelido de Souza

Obs.: 1) foram desconsiderados 12 releases curtos da Comuna Amarelido de Souza

2) levantamento até 19/07/2014

VEÍCULO: MARUIM

Nº	TÍTULO
	O portal do Maruim foi lançado em agosto de 2016, dois anos depois da Ocupação Amarelido de Souza

VEÍCULO: POBRES & NOJENTAS

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE (CONTA NO YOUTUBE)
-----------	---------------	----------------	---------------------------------

1	Ocupação Amarelo - Trabalho, terra e teto	10/01	reportagem própria
2	Quando morar é um direito	03/02	reportagem própria - a reportagem não foi carregada na conta do YouTube da revista <i>Pobres & Nojentas</i> , e sim na conta pessoal de uma de suas editoras, a jornalista Elaine Tavares

APÊNDICE B – Tabela da cobertura da Ocupação Marielle Franco

TEMA: OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO **ANO:** 2017

VEÍCULO: NOTÍCIAS DO DIA

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Uma nova comunidade irregular	06/04	Especial	3	-

TEMA: OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO **ANO:** 2018

VEÍCULO: DIÁRIO CATARINENSE

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Em área de preservação	14/06	-	20	-

VEÍCULO: NOTÍCIAS DO DIA

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	C = Invasão ganha força	Ocupação avança na Caieira	05/06	Cidade	4	Ocupações irregulares
2	C = Invasões se multiplicam na Ilha	Bolsões de pobreza se multiplicam	09-10/06	Cidade	4-5	-
3	C = Casas são demolidas na Caieira	Invasão na Caieira é contida	14/06	Cidade	4	-
4	C = Confronto na Transcaieira	Demolidos barracos em área pública	23-24/06	Cidade	5	Combate às invasões
5	M = Invasores desafiam prefeitura da Capital	Invasores desafiam prefeitura	25/06	Cidade	4	-
6	C = Entidades reforçam controle às invasões	Apoio contra invasões na Capital	28/06	Cidade	8	-
7	C = Invasores rejeitam programas sociais	Famílias recusam projetos sociais	29/06	Especial	3	Tática de enfrentamento
8	-	Ações definidas para a Caieira	30/06-01/07	Cidade	4	-

VEÍCULO: DESACATO

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
1	Abordagem violenta de PM na ocupação Mariele de Franco	22/06	Desacato (Portal)
2	Ação violenta da PM na Ocupação Marielle Franco	02/07	Desacato (JTT)
3	Ato unificado dos sem-teto reivindica o direito à moradia e o fim da violência nas ocupações urbanas da Grande Florianópolis	04/07	Colunista
4	E o Morro desceu! Escute o Informativo Paralelo #76	04/07	Desacato (Informativo Paralelo)
5	Ocupações da região de Florianópolis unidas na luta por moradia	26/06	Colunista
6	Ocupações: Organização e luta	26/06	Artigo de parlamentar

No ano de 2018, o Portal passou a publicar artigos de colunistas na *Outra Reflexão*

VEÍCULO: MARUIM

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
-	-	-	-

VEÍCULO: POBRES & NOJENTAS

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
-	-	-	-

TEMA: OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCOANO: 2019**VEÍCULO: DIÁRIO CATARINENSE**

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
-	-	-	-	-	-	-

VEÍCULO: NOTÍCIAS DO DIA

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Invasão ilegal e prejudicial	13/03	Invasão na SC-401	52-54	-
2	M = Invasões e omissão (Dossiê ND)	A favelização avança	23/03	Caderno	4-9	A cidade que precisamos ser
3	M = O impacto do crescimento desordenado na Capital	Invasões são foco de violência	27/03	Cidade	4-5	Um novo Rio de Janeiro
4	M = MP age contra as invasões	Acordo para regularizações	28/03	Cidade	4-5	-
5	C = Planejamento contra as invasões	Crescimento sustentável	29/03	Cidade	4-5	-
6	C = Uma invasão a menos	Quinze barracos demolidos	02/04	Cidade	4	Resposta às invasões
7	C = Cerco contra obras irregulares na Capital	"Temos obras irregulares em todo o município"	4-5/05	Coluna	2	-
8	M = Invasões na mira da Justiça	Invasões serão investigadas	09/05	Especial	5	Avanço contras as invasões
9	M = Força-tarefa para combater invasões	Novas ações contra as invasões	17/05	Especial	3	Reação contra as invasões
10	M = Capital vai regularizar invasões	Invasões serão regularizadas	23/05	Cidade	6	
11	C = MP articula força-tarefa contra as invasões	Força-tarefa contra invasões	30/05	Coluna	2	
12	C = Força-tarefa vai agir contra as invasões	Mais rigor na fiscalização das invasões	31/05	Especial	3	

VEÍCULO: DESACATO

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
----	--------	---------	-------

1	Retrospectiva: A luta contra a “pedagogia do silêncio”	07/04	Desacato (Portal)
2	Ocupação Marielle Franco luta para impedir despejo	04/05	Colunista
3	Retrospectiva: Luta pela moradia em Florianópolis	05/05	Colunista
4	Contra a expulsão das populações periféricas, a favor de um projeto democrático de cidade	16/05	Colunista

VEÍCULO: MARUIM

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
-	-	-	-

VEÍCULO: POBRES & NOJENTAS

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
1	Para onde irão?	05/05	Blog
2	<i>Notícias do Dia</i> , porta-voz da perversidade	19/05	Blog

APÊNDICE C – Tabela da cobertura da Ocupação da Ponta do Coral

TEMA: OCUPAÇÃO PONTA DO CORALANO: 2015

VEÍCULO: DIÁRIO CATARINENSE

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	-	Hotel de 18 andares depende da Fatma	06/02	Notícias	19	-
2	-	Construtora pretende concluir hotel na Beira-mar até 2018	07/02	Notícias	12	-
3	-	Concluída sondagem de solo para construção	09/04	Notícias	8	-
4	C=Licenças a hotel estão suspensas	Prefeitura vai rever decreto que permitiu obra na Ponta do Coral	16/04	Notícias	10	-
5	-	Prefeitura cancela decreto que autoriza obra na Ponta do Coral	17/04	Notícias	10	-
6	-	Estudo viário da prefeitura será ampliado	03/06/16	Notícias	7	-
7	-	MPF pede anulação de licenças para obras	12/06	Notícias	16	-

VEÍCULO: NOTÍCIAS DO DIA

Nº	MANCHETE/CHAMADA	TÍTULO DA MATÉRIA PRINCIPAL	DIA/MÊS	EDITORIA	PÁGS.	EDITORIAL
1	C=Fatma aprova licença para Ponta do Coral	Licença liberada para hotel	26/02	Cidade	8	
2	C=Prefeito quer área pública e espaço cultural	Parque na Ponta do Coral	29/05	Cidade	10	

VEÍCULO: DESACATO

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
1	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da prefeitura municipal teria assinado o licenciamento do projeto da Hantei para construção na Ponta do Coral	14/02	Desacato
2	Manifestantes realizam ato nesta quinta, em frente à Fatma, contra empreendimento da Hantei na Ponta do Coral	11/02	Desacato
3	Movimento de defesa da Ponta do Coral faz ato em Florianópolis	13/02	Reprodução de Palavras Insurgentes
4	A Ponta do Coral e a “legalidade provisória” da Prefeitura de Florianópolis	21/02	Nota pública de movimento
5	O que propõe o Movimento Ponta do Coral 100% Pública?	24/02	Release
6	Ponta do Coral: A militância que não se cala	10/03	Reprodução do Estopim
7	Ponta do Coral é “ponta” da luta por terra na Ilha da Magia	25/03	Reprodução de Pobres & Nojentas

8	Movimento Ponta do Coral encontra prefeito no aniversário da cidade	26/03	Release
9	Ecologia da UFSC lança nota em apoio ao Movimento Ponta do Coral	29/03	Release
10	Coletividade: questão central que fortalece o Movimento Ponta do Coral 100% Pública	01/04	Artigo de militante
11	Prefeitura vai rever decreto que permitiu prédio de 18 andares na Ponta do Coral	15/04	Colunista DC
12	Primeira reunião entre Movimento Ponta do Coral 100% Pública e prefeitura garante avanços na luta pelo Parque Cultural das 3 Pontas	16/04	Release
13	Nota do Movimento Ponta do Coral 100% Pública em apoio a luta #SalveOEstelita no Recife	06/05	Release (#SalveOEstelita)
14	Ponta do Coral: Área verde de lazer já!	02/07	Release
15	Hantei vs. Movimento Ponta do Coral: Por um sambinha só?	22/08	Desacato
16	Hoje manifestação "Canto da Mordaça" na Ponta do Coral	28/08	Release
17	Ato por Área Verde de Lazer na Ponta do Coral	31/08	Release
18	Relato do Ato por Área Verde de Lazer na Ponta do Coral (23/09)	29/09	Release
19	Moção Pública contra a criminalização do Movimento Ponta do Coral 100% Pública	14/10	Release
20	FNA e SASC apoiam arquiteto que foi processado por protestar contra obra na Ponta do Coral	12/11	Nota pública de movimento
21	Ato marca os 35 anos em defesa da Ponta do Coral, em Florianópolis	14/11	Release de movimento
22	Teatro do Canto na Ponta do Coral, domingo, dia 13/12	06/12	Release de movimento
23	Ponta do Coral comemora 35 anos de luta por praça	17/12	Desacato
24	Ponta do Coral: STJ anula decisão do TRF de Porto Alegre	21/12	Reprodução de informe de militante

Releases: publicação de material do Movimento Ponta do Coral 100% Pública

Release de movimento e Nota pública de movimento: material não proveniente do Movimento Ponta do Coral 100% Pública

Obs.: 1) foram desconsiderados 15 releases curtos do Movimento Ponta do Coral 100% Pública cujo conteúdo é de convite para atividades na Ponta do Coral

2) não foram encontrados registros na conta do portal no YouTube

VEÍCULO: MARUIM

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE (PORTAL)
1	Contra hotel, movimento ocupa e faz festa	23/02	Maruim
2	De decreto em decreto se aprova um hotel	25/02	Maruim
3	Vereadores tentam barrar decreto que permite a construção de hotel	25/02	Maruim
4	Vereadores aprovam pedido pela revogação do decreto que autoriza hotel de 18 andares	26/02	Maruim
5	Estão em xeque os decretos do prefeito	17/03	Maruim
6	PM interrompe mutirão de limpeza	19/03	Maruim
7	Barqueata de céu e mar	25/03	Maruim

8	Movimento Ponta do Coral 100% Pública apresenta parque como alternativa ao hotel	30/03	Maruim
---	--	-------	--------

VEÍCULO: POBRES & NOJENTAS

Nº	TÍTULO	DIA/MÊS	FONTE
1	Em defesa da Ponta do Coral	13/02	P&N (YouTube)
2	Ponta do Coral é "ponta" da luta por terra na Ilha da Magia	23/03	P&N (Blog)
3	Grupo Acontece - Arte e Política LGBT na Ponta do Coral - 8 de março de 2015	22/03	P&N (YouTube)
4	O caminho das três pontas	24/03	P&N (YouTube)